

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MELINA KLEINERT PERUSSATTO

ARAUTOS DA LIBERDADE: EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA NO PÓS-ABOLIÇÃO
A PARTIR DO JORNAL *O EXEMPLO* DE PORTO ALEGRE (c. 1892 - c. 1911)

PORTO ALEGRE

2018

Melina Kleinert Perussatto

Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição
a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul como requisito para obtenção do título de
Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Perussatto, Melina Kleinert

Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 - c. 1911) / Melina Kleinert Perussatto. -- 2018.

344 f.

Orientador: Fábio Kuhn.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Imprensa negra. 2. Educação. 3. Trabalho. 4. Cidadania. 5. Pós-abolição. I. Kuhn, Fábio, orient.
II. Título.

Melina Kleinert Perussatto

*Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição
a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911)*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul como requisito para obtenção do título de
Doutora em História.

Aprovada em 10 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Kühn (orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra Ana Flávia Magalhães Pinto (arguidora)
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (arguidor)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Marcus Vinícius de Freitas Rosa (arguidor)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Clarice Gontarski Speranza (arguidora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Lucilene Reginaldo (suplente)
Universidade Estadual de Campinas


ATA DE DEFESA Nº 8/2018 – DOUTORADO

Em 10 de abril de 2018, reuniu-se a Banca Examinadora para, em sessão pública, avaliar a Tese de Doutorado intitulada “Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892- c.1911)” de **Melina Kleinert Perussatto**, realizada sob a orientação do(a) Fábio Kuhn. Após a arguição do(a) aluno(a) para a obtenção do título de **DOUTOR(A) EM HISTÓRIA**, os examinadores reuniram-se e APROVARAM a Tese, atribuindo-lhe os seguintes conceitos: Clarice Speranza, conceito; Marcus Vinicius de Freitas Rosa, conceito A.....; Paulo Roberto Staudt Moreira, conceito A.....; Ana Flávia Magalhães Pinto, conceito A.....; E por ser verdade, eu, Prof(a). Dr(a). Fábio Kuhn, Presidente dos trabalhos da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão. DEVIDO À URGENCIA DO TRABALHO, A BANCA RECOMENDA A PUBLICAÇÃO

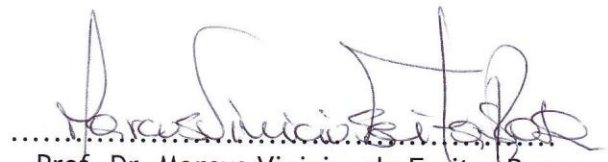
Porto Alegre, 10 de abril de 2018.



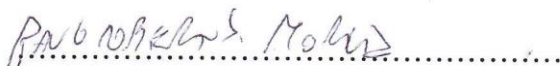
.....
Prof(a). Dr(a). Fábio Kuhn
Orientador (a), Presidente da Banca Examinadora
PPG - História/UFRGS



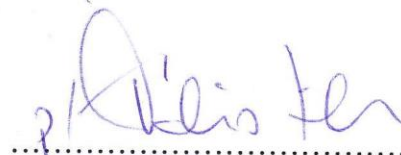
.....
Profa. Dra. Clarice Speranza
(PPGH/UFRGS)



.....
Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa
(UFRGS)



.....
Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira
(UNISINOS)



.....
Profa. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto (UNB)
- por Skype

À quem luta contra toda ordem de preconceitos, discriminações e desigualdades em prol de uma sociedade justa, democrática, igualitária e solidária.

Àquelas e àqueles que historicamente protagonizam as lutas por educação e contra o racismo.

AGRADECIMENTOS

Este estudo só foi possível porque houve um projeto de nação, golpeado em 2016, que investiu na expansão, democratização e qualificação da educação. Por conta dele, pude usufruir de uma bolsa integral do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no curso regular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), bem como realizar o estágio sanduíche no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Cecult/IFCH/Unicamp). A existência dessas oportunidades, que se somam à participação em eventos, foram fundamentais para elaboração do trabalho que ora se apresenta, para o qual concorreram contribuições fundamentais de colegas e docentes de ambas as instituições e para além delas. Por conta disso, os primeiros agradecimentos são endereçados a Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff.

Neste percurso, agradeço em particular ao professor Fábio Kühn pela orientação no curso regular e à professora Lucilene Reginaldo, durante o estágio sanduíche; às professoras Regina Xavier e Sílvia Petersen e aos professores Aldrin Castellucci e Benito Schmidt pelas disciplinas sobre história social do trabalho junto ao PPGH; aos professores Karl Monsma e José Carlos dos Anjos pelas disciplinas sobre teorias do racismo e racismo no pensamento pós-colonial no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, fundamentais para os rumos que este estudo acabou tomando; à professora Ana Flávia Magalhães Pinto pela possibilidade de participar das disciplinas ministradas no curso de graduação em História da Unicamp sobre Liberdade e Cidadania na América no século XIX e Imprensa negra no Brasil; novamente à ela, às professoras Lisa Castillo, Lucilene Reginaldo e Sílvia Lara, aos professores Claudio Batalha, Fernando Teixeira e Robert Slenes, aos colegas Felipe Souza, Lívia Tiede, Nauber Gavski da Silva e Sebastião Ribeiro pelas contribuições durante a discussão na linha de pesquisa em História Social do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp; à professora Eurídice Furtado Monteiro da Universidade de Cabo Verde pelo curso sobre estudos pós-coloniais e feministas ministrado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Aos professores Karl Monsma e Paulo Roberto Staudt Moreira pelas contribuições fundamentais durante o exame de qualificação; ao último, para sempre orientador, e às professoras Ana Flávia Magalhães Pinto, Clarice Gontarski Speranza e Marcus Vinícius de Freitas Rosa, pela participação na banca final e por todas as contribuições oferecidas ao longo da realização deste trabalho, cujo resultado aqui apresentado, antes de uma conclusão, consiste na necessária interrupção para fins de avaliação. Às funcionárias e funcionários das instituições de pesquisa que viabilizaram esta pesquisa. Há, certamente, muito ainda a ser desenvolvido e aprimorado.

Aos membros dos Grupos de Trabalho Mundos do Trabalho e Emancipações e Pós-Abolição da Associação Nacional de História, particularmente da seção Rio Grande do Sul, por todo suporte, parceria e aprendizado: Alisson Droppa, Ângela Oliveira, Benito Schmidt, Clarice Speranza, Felipe Bohrer, Franciele Oliveira, Guilherme Nunes, Isabel Bilhão, Jane Mattos, Maria do Carmo Aguilar, Marcus Vinícius de Freitas Rosa, Tiago Silva. Em especial à Beatriz Ana Loner, Fernanda Oliveira da Silva, Fernando Cauduro Pureza, Liane Susan Müller, Micaele Irene Scheer, Nauber Gavski da Silva, Rodrigo de Azevedo Weimer, Sarah Calvi Amaral Silva e Tamires Xavier. Ampliando, Aldrin Castelucci, Álvaro Nascimento, Ana Flávia Magalhães Pinto, Edinéia Souza, Felipe de Azevedo e Souza, Giovana Xavier, Gláucia Fraccaro, Jônatas Ribeiro, Juliana Barreto Farias, Letícia Canelas, Lívia Tiede, Noemi Silva e Robério Souza. Esse trabalho deve muito às produções de vocês e às conversas que pude ter com vocês.

À Ana Flávia Magalhães Pinto, à Fernanda Oliveira e ao Felipe Bohrer pelo envio de exemplares de *O Exemplo* antes de se acharem disponíveis online ou que eu pudesse consultá-los in loco. Mais do que isso, agradeço a confiança e o incentivo depositados. À Fernanda Oliveira agradeço especialmente pela parceria ao longo deste percurso, que foi do debate sobre a diferença entre o charme e funk à realização do minicurso “Gênero, raça e classe: repensando a história social”, passando por uma infinidade de experiências que, ao não dos derrubarem, nos fizeram fortes. Novamente à Fernanda Oliveira, mas também à Jardélia Rodrigues de Sá, Luciano Costa Gomes, Marcus Vinícius de Freitas Rosa, Sarah Calvi Amaral Silva e Sherol dos Santos por encararem o desafio chamado “Pessoas comuns, histórias incríveis”, extensivo às professoras Carla Meinerz, Carmem Gil e Caroline Pacievitch e ao colega e ilustrador Bruno Ortiz.

À Cíntia Luz, Helen Silveira, Marta Nunes e Sarah Amaral, pelo desafio de escrever a tantas mãos. Aos demais colegas, amigas e amigos que se fizeram presentes ao longo desse processo, sou muito agradecida: André Liziardi, Caiuá Al-Alam, Camila Petró, Gabriel Berute, Ianko Bett, Jaqueline Brizola, João Paulo Reis Costa, Joe Nicolai, Jonas Vargas, Jônatas Caratti, José Santana, Letícia Marques, Kate Schneider, Luiz Fernando Lopes, Marcelo Matheus, Marcelo Vianna, Mateus Melo, Mateus Skolaude, Paula Arpini, Pedro Meireles, Wagner Pedroso. Agradeço ainda à Nereidy Alves e Irene Santos pelo incentivo e pela trajetória de lutas.

Aos moradorxs e agregadxs do 501: Fernanda Oliveira, Patrícia Bosenbecker, Diego Santos, Ebráilon Masetto, Cristina Altmann, Ana Arosi, Martina Schaedler; à família Sucupira: Ângela Ferreira, Jardélia Sá, Louisiana Meireles, Mariana Neumann, Potira Heinen e Vanessa Schommer; às amigas da década passada: Adália Ferreira, Bethiele Oliveira, Débora Vogt, Priscila Weber, Tanara Iser e Tássia Menhardt; às que se somaram ao longo desse percurso: Dinaê Martins, Ana Laura Almeida, Carla Ávila, Giane Vargas Escobar, Lisiane Correa, Luiza Castro, Milena Cassal, Priscila Nunes Pereira, Tatiana Machado (*in memorian*) e à Amanda Campo, por tudo o que não cabe aqui. Com vocês encontrei meu time.

À minha irmã Camila, a saudade que mais aperta, e ao meu avô Ermindo, que partiu no começo deste novo percurso; às minhas avós Vera e Herta, que seguem firmes; à toda parentada, que a despeito das divergências, tornaram fundamentais os momentos compartilhados; à Carla Beatriz Kleinert Perussatto e ao José Aírton Perussatto, melhor dizendo, à minha mãe e ao meu pai, por compreenderem e jamais desistirem, por me ensinarem as primeiras e mais importantes lições sobre justiça social e igualdade.

Ser negro atualmente no Brasil é a mais nobre linhagem que se pode evocar; pois é ter-se a certeza que se descende de um povo herói do trabalho, mártir da ganância selvagem da ociosa raça dos descobridores deste pedaço da América.

Esperidião Calisto, *O Exemplo*, 13 de maio de 1904, p. 1.

Esta infeliz raça é inferior porque tem produzido os Montezumas, os Cotegipes, os Rebouças, os Patrocínios? Não. É inferior pelos tipos ignorantes que passam a todo instante na rua, pobres de instrução e de proteção.

Tácito Pires, "O Negro", *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 1.

Há, entretanto, no meio social quem poderia com coragem consumir as obras que os homens por falta de ânimo abandonam e, com sua nunca assaz desmedida perseverança, com seu caráter tão doce quanto sofredor calcando essa repulsa e desvalimento, levá-las ao fim. Esse alguém é "a mulher" que poderia, imitando as heroínas de outrora, tornar-se a Joana D'Arc na guerra que movemos contra a ignorância.

Sophia Ferreira Chaves, "Às mulheres", *O Exemplo*, 04 dez. 1904, p. 1.

Instruir os nossos é o primeiro dever dos que compreendem as nossas necessidades e por isso eu venho nestas linhas dirigir um apelo às nossas associações para que acariciando a ideia lançada à luz por *O Exemplo*, em feliz momento, seja transformada em um fato.

Carmen d'Aguiar, "Por uma ideia", *O Exemplo*, 11 set. 1904, p. 1.

RESUMO

O presente estudo tratou das lutas engendradas por sujeitos históricos nos primeiros tempos de pós-abolição e República no Brasil, por meio da constituição de um grupo formado por homens *de cor* porto-alegrenses, suas transformações ao longo do tempo e seu projeto político, materializado e executado por meio do jornal *O Exemplo*. Visando melhor compreender as duas primeiras fases do periódico, a saber, de 1892 a 1897 e de 1902 a 1911, e identificar as diversas experiências que informaram a constituição do grupo e do projeto coletivo, abrangeu aspectos do ciclo de vida dos membros do grupo, que se renovou ao longo do tempo, e dos seus apoiadores, de meados do século XIX à Primeira República. A terceira e última fase do periódico, entre 1916 e 1930, ficou de fora da análise devido às significativas mudanças internas e contextuais, ainda que eventualmente tenha sido adentrada para a reconstituição das trajetórias dos personagens investigados. O programa de *O Exemplo* foi sintetizado em duas ideias-chave em seu número de estreia, “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”, e explicita dilemas enfrentados pela população negra durante a construção de uma sociedade pós-abolição e republicana, mas também a via pela qual um grupo de jovens letrados negros buscou participar dos debates políticos e, mais do que isso, pautá-los, colocando-se como arauto de um grupo e de uma ideia. Por isso, as lutas por direitos, sobretudo por instrução e contra o racismo, para as quais concorriam sentidos conferidos à educação, ao trabalho e à cidadania, ganharam proeminência ao longo do estudo.

Palavras-chave: Imprensa negra; educação; trabalho; cidadania; pós-abolição.

ABSTRACT

The following study treated the struggles that were developed by historical subjects in the first years of post-abolition and Republic in Brazil, forming a group of *colored* men from Porto Alegre, their transformations in time and their political project, materialized and executed in *O Exemplo* newspaper. Trying to comprehend the first two stages of this paper, for saying, between 1892 and 1911, and identifying the diversity of experiences that informed the constitution of the group and their collective project, this study covered aspects of the life circle of these members, which renovated itself over time, as well as its supporters at the middle of 19th Century through the First Republic. The third and last stage, between 1916 and 1930, was left out of this analysis because of the significant changes, both internal and contextual, even though eventually the study has approached these times to reconstitute the trajectories of the researched characters. The program of *O Exemplo* was synthesized in two key-ideas in its opening number as “the defense of our class and the improvement of our mediocre knowledge”, and it expressed the dilemmas faced by black people during the building of a republican and post-abolition society, but it also shows us the way in which a group of black, young and literate people intended to participate in the political debates and, moreover, to guide itself, putting themselves as heralds of a group and of an ideal. Henceforth, the struggles for rights, mainly those about instruction and against racism, both of them who they created different signification around education, labor, citizenship and who gained prominence during this study.

Keywords: Black press; education; labor; citizenship; post-abolition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Arthur de Andrade	45
Figura 2 - Marcílio Freitas	45
Figura 3 - Alfredo Souza	45
Figura 4 - Assinatura de Arthur Ferreira de Andrade	58
Figura 5- Assinaturas de Aurélio Júnior e Maria da Gloria Quilião	58
Figura 6 - Assinatura de Florêncio Calisto, Esperidião Calisto e Maria Torquata	58
Figura 7 - Assinatura de Calisto Felizardo de Araújo	58
Figura 8 - Assinatura de Laudelina Calisto	58
Figura 9 - Assinatura da sobrinha e irmãs de Arthur Pinto Gama	58
Figura 10 - Assinatura de Arthur Pinto Gama e Maria da Gloria Pereira da Rosa	58
Figura 11 - Aurélio Viríssimo de Bittencourt	113
Figura 12 - Aurélio Viríssimo de Bittencourt	113
Figura 13 - Homenagem ao Centro Abolicionista	131
Figura 14 - Soter Caio da Silva e Aurélio Viríssimo de Bittencourt	131
Figura 15 - Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior	141
Figura 16 - Dario de Bittencourt	151
Figura 17 - Dario de Bittencourt	151
Figura 18 - Dario de Bittencourt	151
Figura 19 - Manoel da Motta Monteiro Lopes	176
Figura 20 - Localização das sedes do escritório de <i>O Exemplo</i> , 1892-1930	184
Figura 21 - Francisco Xavier da Costa	203
Figura 22 - <i>A Voz dos Operários</i> , 1º mai. 1903, capa e p. 1	204
Figura 23 - <i>Corriere Italiano</i> , 25 mai. 1902, p. 1	209
Figura 24 - Assinatura de Tácito Pires	213
Figura 25 - Escola Noturna "O Exemplo"	214
Figura 26 - Anagrama em homenagem a' <i>O Exemplo</i>	232
Figura 27 - Escola Moderna, 1917	271
Figura 28 - Djalma Fettermann	271
Figura 29 - Henrique Martins	273
Figura 30 - <i>A Luta</i> , 13 set. 1906, p. 1	273

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Edições publicadas e disponíveis de O Exemplo, 1892-1930	38
Tabela 2 - População alfabetizada e seu percentual em relação à população total, Brasil, RS e Porto Alegre, 1872, 1890 e 1900	83
Tabela 3 - População conforme sexo e raça, Porto Alegre, 1890	211
Tabela 4 - População conforme sexo e nacionalidade no Rio Grande do Sul, 1900	211
Tabela 5 - Escolas públicas de instrução primária do Rio Grande do Sul, 1899 a 1908	218
Tabela 6 - População alfabetizada conforme sexo - Brasil, RS e Porto Alegre, 1872 e 1890	238
Tabela 7 - Alunado das escolas públicas do Rio Grande do Sul conforme sexo, 1899 a 1907	239

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fundadores de <i>O Exemplo</i>	44
Quadro 2 - Estilos dos escritos dos fundadores	70
Quadro 3 - Integrantes do jornal e suas funções, 1892-1897	93
Quadro 4 - Valor das assinaturas, conforme período e plano, 1892-1897	94
Quadro 5 - Constituição familiar dos fundadores	108
Quadro 6 - Formação e atuação profissional e na imprensa pelos fundadores	109
Quadro 7 - Atuação eleitoral e política e patentes da Guarda Nacional dos fundadores	110
Quadro 8 - Atuação associativa dos fundadores	110
Quadro 9 - Aulas noturnas da Sociedade de Beneficência União, 1867	121
Quadro 10 - Diretoria da Sociedade de Beneficência União, 1867	122
Quadro 11 - Exames Preparatórios realizados por Aurélio Jr. em Porto Alegre e em São Paulo	134
Quadro 12 - Cadeiras cursadas por Aurélio Júnior na Faculdade de Direito de São Paulo	136
Quadro 13 - Constituição familiar dos apoiadores	179
Quadro 14 - Formação, atuação profissional e na imprensa dos apoiadores	179
Quadro 15 - Atuação associativa dos apoiadores	179
Quadro 16 - Atuação eleitoral e política e patentes da G.N. dos novos integrantes, 1902-1905	179
Quadro 17 - Valor das assinaturas, por ano e modalidade, 1892-1930	182
Quadro 18 - Endereços de <i>O Exemplo</i> , 1892-1930	184
Quadro 19 - Integrantes do jornal e suas funções, 1902-1905	186
Quadro 20 - Configuração familiar dos novos integrantes, 1902-1905	261
Quadro 21 - Formação e atuação profissional e na imprensa, novos integrantes, 1902-1905	261
Quadro 22 - Atuação eleitoral e política e patentes da G. N. dos novos integrantes, 1902-1905	261
Quadro 23 - Atuação associativa dos novos integrantes, 1902-1905	261
Quadro 24 - Integrantes de <i>O Exemplo</i> e suas funções, 1908-1911	265
Quadro 25 - Integrantes do jornal e suas funções, 1916-1930	265
Quadro 26 - Instituições assistenciais em Porto Alegre	276
Quadro 27 - Conformação familiar dos novos integrantes, 1908-1911	306
Quadro 28 - Formação e atuação profissional e na imprensa, novos integrantes, 1908-1911	306
Quadro 29 - Atuação eleitoral e política e patentes da G. N. dos novos integrantes, 1908-1911	306
Quadro 30 - Atuação associativa dos novos integrantes, 1908-1911	306

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Meses de permanência do escritório em cada endereço, 1892-1930

184

LISTA DE GRÁFICOS GENEALÓGICOS

Gráfico genealógico 1 - Família Bittencourt	145
Gráfico genealógico 2 - Descendência de Olímpia de Bittencourt Campos	147
Gráfico genealógico 3 - Família Calisto	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFD-USP	Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
AHCMPA	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Porto Alegre
AHMPA	Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Velhinho
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
ANRJ	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
APERS	Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul
APOL	Arquivo Particular Oliveira Silveira
ASCOMPA	Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
BPRG	Biblioteca Pública Rio-Grandense
CRL	Center for Research Libraries
DGE	Diretoria Geral de Estatística
FEE	Fundação de Economia e Estatística
HDBN	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
MJC	Museu Júlio de Castilhos
MUSECOM	Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa
MPA	Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo
NPH-UFRGS	Núcleo de Pesquisas Históricas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
RS	Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 SURGE <i>O EXEMPLO</i> NA VASTA ARENA DA IMPRENSA (1892-1897)	42
1.1 Um “grupo de abnegados jovens” homens <i>de cor</i> : os fundadores	43
1.2 Um “jornal literário, crítico e noticioso”: embates na arena da imprensa	59
1.3 “Livres e bons cidadãos”: homens <i>de cor</i> , a Abolição e a República	69
1.4 “Propriedade de uma associação”: homens <i>de cor</i> em movimento	85
1.5 “Educar pelo exemplo”: homens e mulheres exemplares da raça	95
Apêndice - Quadros prosopográficos dos fundadores	108
2 FAMÍLIAS NEGRAS E A TRADIÇÃO DE LUTA POR DIREITOS	111
2.1 Família Bittencourt	112
Aurélio Viríssimo de Bittencourt, o “maior atleta na luta por direitos”	112
Sérgio, Aurélio Júnior e Dario: funcionalismo público e Faculdade de Direito	128
Olímpia e Adelina: maternidade e magistério	144
2.2 Família Calisto	155
Calisto Felizardo de Araújo, “o decano dos barbeiros”	155
Esperidião Calisto e o “preconceito escolar com base na cor”	165
2.3 Famílias negras e a tradição de luta por direitos	176
Apêndice - Quadros prosopográficos dos apoiadores	179
3 RESSURGE <i>O EXEMPLO</i>, UM JORNAL DO POVO (1902-1905)	180
3.1 <i>O Exemplo</i> , um jornal “em defesa dos oprimidos”	181
3.2 Tácito Pires, um socialista negro	191
3.3 Escola Noturna <i>O Exemplo</i> : associativismo e a instrução “dos nossos”	214
3.4 Sophia Ferreira Chaves e as literatas negras	227
3.5 Intelectualidades e associações negras em movimento	248
Apêndice - Quadros prosopográficos dos novos integrantes	261
4 <i>O EXEMPLO</i>, AINDA UM JORNAL DO POVO (1908-1911)	262
4.1 Jornal do povo, “sem discrepâncias de classes, raças ou religião”	263
4.2 Cristiano Fettermann, um libertário negro	268
4.3 Asilo 13 de Maio: associativismo e educação das crianças negras	275
4.4 “Uma comuna”: ideias libertárias e o ensino racional	289
4.5 <i>O Exemplo</i> , um jornal do povo negro, laborioso e cidadão	298
Apêndice - Quadros prosopográficos dos novos integrantes	306
CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
REFERÊNCIAS	312

INTRODUÇÃO

Nos idos de 1892, um grupo de jovens homens *de cor* reunia-se diariamente no Salão Calisto, barbearia localizada na principal rua do centro de Porto Alegre, para conversar sobre assuntos de alto interesse. Com formações, ocupações, profissões e experiências variadas, seus membros compartilhavam o desejo de fazer algo para alterar o estado das coisas, uma vez que o preconceito de cor seguia incrustado nos costumes da sociedade como um todo e colocava em xeque as expectativas de igualdade fomentadas pela Abolição e pela República, enfim, esperavam que efetivamente apenas os talentos e as virtudes hierarquizassem as pessoas. Para disseminar seu projeto político e sua leitura sobre os novos tempos, o grupo colocou em circulação no segundo domingo de dezembro daquele ano seu órgão de representação na imprensa da capital sul-rio-grandense, sugestivamente nomeado de *O Exemplo*. Entre fases e renovações, o programa traçado no editorial de fundação foi preservado ao longo de quase quatro décadas, somando mais de mil edições e uma das mais longevas experiências de imprensa negra no país, quiçá, nas Américas. Em suma, “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos” eram as suas metas.

Embora já tenha servido como fonte ou objeto para outras pesquisas, conforme apresentaremos adiante, ainda há muito a ser dito sobre o jornal *O Exemplo*, especialmente sobre o grupo reunido em seu entorno. Desse modo, definimos como tema do presente estudo as lutas por direitos engendradas por sujeitos históricos nos primeiros tempos de pós-abolição e República no Brasil, por meio da constituição de um grupo formado por homens *de cor* porto-alegrenses, suas transformações ao longo do tempo e seu projeto político, materializado e executado por meio do jornal *O Exemplo*. Atentando para o processo histórico, buscamos identificar experiências que informaram a constituição, manutenção e renovação do grupo e do projeto coletivo ao longo das duas primeiras fases do periódico, compreendidas entre dezembro de 1892 e janeiro de 1897 e entre outubro de 1902 e meados de 1911. Devido ao ciclo de vida dos personagens, na reconstrução de aspectos de suas trajetórias e relações para além do jornal, utilizamos fontes diversas e alguns escritos registrados na terceira e última fase do jornal, a saber, entre 1916 e 1930. Ademais, por meio dos desdobramentos do programa de *O Exemplo*, exploramos a maneira como o grupo buscou participar dos debates políticos e, mais do que isso, pautá-los, colocando-se como arauto de uma coletividade e de uma ideia. Por isso, as lutas por

direitos, sobretudo por instrução e contra o racismo, para as quais concorriam sentidos conferidos à educação, ao trabalho e à cidadania, ganharam proeminência ao longo do estudo.

Chegamos a esse objeto durante a pesquisa de doutorado, que inicialmente se debruçava sobre o contexto emancipacionista e as interconexões entre instrução, trabalho e liberdade a partir das experiências de crianças nascidas de ventre livre após a lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, suas famílias e senhores/tutores, em Rio Pardo, município fluvialmente interligado à capital sul-rio-grandense. Ao percebermos que o debate não foi interrompido pela lei 3.353, de 13 de maio de 1888, mas sim intensificado e reconfigurado após sua promulgação, sucedida pelo advento republicano, decidimos adentrar no período pós-abolição em busca de indícios. Concorreu também para esse investimento os silêncios advindos das fontes oficiais referentes à instrução pública, nas quais não encontramos menções a cor, a raça ou a condição do alunado¹, o predomínio de fontes acerca da visão de autoridades, magistrados e proprietários e, sobretudo, o desejo de realizarmos um trabalho que considerasse as experiências dos sujeitos e grupos sociais e suas relações com as estruturas, procedimento fundamental para as novas interpretações historiográficas sobre as experiências negras no Brasil emergidas no entorno do Centenário da Abolição e que nos servem de inspiração.²

Nesse empreendimento, tivemos contato com o jornal *O Exemplo* por meio da dissertação de Liane Susan Müller, defendida em 1999 e publicada recentemente. Pioneira em muitos sentidos, trata-se não apenas de um dos primeiros trabalhos a explicitar e problematizar a liberdade negra em tempos de escravidão no Rio Grande do Sul, como também a abrir caminhos para a constituição do campo de estudos sobre o pós-abolição no país. Embora não tivesse *O Exemplo* como objeto central de sua análise, a historiadora utilizou exemplares publicados a partir de 1902 em seu estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, uma

¹ Sobre o tema, ver: Eliane Peres, *Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875/1925)*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002; Marcus Vinicius da Fonseca, *População Negra e Educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

² A historiografia social da escravidão se propôs a refutar teses que desconsideravam a cultura política expressa cotidianamente por africanos e seus descendentes escravizados no Brasil. Sob grande influência do pensamento do historiador marxista britânico E.P. Thompson, passou-se a articular experiências individuais e coletivas com as estruturas, investigando-se as lógicas internas do sistema escravista, as visões dos sujeitos sobre a escravidão e a liberdade, bem como a cultura política forjada em meio à articulação entre valores, normas costumeiras, sentidos de justiça e tradições africanas. Nesse viés, por exemplo, a resistência deixou de ser associada apenas a atos extremos para inserir-se em um complexo e multifacetado cotidiano e as relações entre senhores e escravizados passou a ser lida na chave das negociações e conflitos, e não somente da violência. Em termos de recorte cronológico, os estudos dedicaram-se particularmente ao processo emancipacionista desencadeado pela lei de 28 de setembro de 1871 e ao movimento abolicionista. Ver, dentre outros: Célia Azevedo, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; Maria Helena Machado, *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987 e *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: EdUSP, 1994; Sílvia Hunold Lara, *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989; Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Sobre o pós-abolição, ver o estudo pioneiro de: Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

entidade fundada no final do século XVIII e composta majoritariamente por homens livres e de cor preta ou parda. Além de nos apresentar pessoas negras desvinculadas da escravidão desde o final dos setecentos e, mais do que isso, organizadas, Müller apontou os vínculos da Irmandade com a fundação de *O Exemplo* e várias outras associações negras ou mistas, dentre as mais de setenta surgidas entre 1870 e 1920. Ademais, traçou algumas aproximações entre os compromissos firmados pelos irmãos do Rosário em 1828 com o projeto do periódico fundado em 1892, particularmente no que toca à instrução, como uma tradição de lutas negras na capital sul-rio-grandense.³

Ao explicitar empiricamente a agência e a articulação negra em um cenário de incertezas e transformações, a dissertação de Liane Müller se contrapôs aos resultados oferecidos pelo único registro de estudo acadêmico debruçado sobre *O Exemplo*. Trata-se, pois, da tese de Fernando Henrique Cardoso, produzida na década de 1960 no âmbito do Projeto Unesco. Coordenado por Florestan Fernandes junto à Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo, o conjunto de pesquisas produzidas nesse escopo, ainda que buscassem denunciar o racismo em detrimento da democracia racial, acabaram por reforçar a ideia de que o “problema do negro” era, em última análise, produto da ausência de qualidades inerentes ao próprio sujeito e não como uma consequência do denunciado racismo estrutural.⁴ Desse modo, a fim de confirmar tais teses no extremo sul do Brasil, Cardoso baseou-se em exemplares correspondentes ao primeiro ano de circulação de *O Exemplo* para, no último capítulo de seu estudo, reforçar a ideia de desajuste do negro à sociedade de classes, valendo-se de categorias como anomia, embranquecimento e mimetismo social.⁵

Nesse sentido, foi Ana Flávia Magalhães Pinto a primeira pesquisadora a retomar os jornais referentes ao período estudado por Fernando Henrique Cardoso. Em sua pesquisa de mestrado, concluída em 2006, acessou exemplares que se achavam sob a guarda de Oliveira Silveira, por meio dos quais identificou inúmeros temas de relevância social, econômica, política, educacional e cultural e inseriu *O Exemplo* no conjunto de jornais negros existentes no país no século XIX. Ao explicitar a ação política de homens negros nascidos livres na vigência da escravidão, ressaltou a existência de olhares plurais no interior do coletivo que, a esse despeito,

³ Liane Susan Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

⁴ Fernando Henrique Cardoso, (1962), *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 6. ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁵ Florestan Fernandes, (1955), *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. Uma crítica historiográfica a esta perspectiva está em: Sidney Chalhoub, (1986), *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

convergiam a uma causa comum, qual seja, a massificação do ensino, visando o combate ao racismo, a mobilidade e a ascensão social.⁶

Marcus Vinícius de Freitas Rosa, por sua vez, nos ofereceu em sua tese sobre a história social do racismo uma análise das relações raciais, mais do que tecidas, teorizadas pelos “círculos sociais mais baixos”. No último capítulo, deslindou o modo como os jornalistas negros de *O Exemplo* operaram a noção de raça na tentativa de oferecer uma visão contrastante sobre aquela realidade.⁷ Esforço semelhante foi realizado por Regina Celia Lima Xavier em artigo no qual verificou as articulações entre raça, cor e classe a partir da maneira como as teorias raciais e o branqueamento operaram na construção de uma identidade sul-rio-grandense e foram tensionadas por jornalistas negros.⁸ Em um diálogo entre o pós-abolição e a história social do trabalho, Rosa trouxe ainda valiosos apontamentos sobre as relações do jornal com o movimento operário e a centralidade das associações negras na busca por coesão racial e no combate ao racismo. Felipe Rodrigues Bohrer, também no enalço do associativismo negro e lançando mão das noções de classe e raça, mapeou em sua dissertação a presença negra na história da música de Porto Alegre, identificando as relações dos jornalistas com agremiações musicais.⁹ Assim como Liane Müller, os três historiadores mencionados utilizaram os jornais produzidos a partir da segunda fase de *O Exemplo*, ou seja, de 1902.

Os trabalhos de Müller, Rosa e Bohrer oferecem algumas informações biográficas dos fundadores, assim como a tese de José Antônio dos Santos, na qual se propôs a investigar a “participação política dos negros na história do Estado” e “o processo de inserção e mobilidade social dos jornalistas e redatores”. Para tanto, utilizou especialmente as edições referentes à última década (1920-1930) e outros jornais da imprensa negra sul-rio-grandense.¹⁰ Ainda que tenha se debruçado sobre uma das famílias envolvidas com a fundação do jornal, seu foco recaiu sobre Dario, filho do fundador Aurélio Júnior e diretor do periódico durante sua última década de existência, deixando em aberto a possibilidade de uma investigação mais aprofundada sobre as trajetórias dos fundadores.

⁶ Ana Flávia Magalhães Pinto, *De pele escura à tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)*. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. A dissertação foi publicada como *Imprensa negra no Brasil do século XIX* (São Paulo: Selo Negro, 2010).

⁷ Marcus Vinícius de Freitas Rosa, *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

⁸ Regina Celia Lima Xavier, “Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição”, in: Alexandre Fortes, et al. *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 103-131.

⁹ Felipe Rodrigues Bohrer, *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

¹⁰ José Antônio dos Santos, *Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Abrangendo o mesmo período, ver: Ângela Pereira Oliveira, *A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935*. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

Maria Angélica Zubarán, por seu turno, vem empreendendo diversas reflexões sobre *O Exemplo* a partir dos Estudos Culturais. Em artigo sobre as comemorações da liberdade divulgadas em treze de maio de 1910, por exemplo, destacou as inter-relações entre trabalho e instrução no combate aos “males morais” e o chamamento à adesão dos negros aos projetos e iniciativas de caráter formativo.¹¹ Nesse viés, Isabel Silveira Santos explorou em sua tese produzida na área da Educação a importância de Arthur Rocha, dramaturgo negro, para a cultura teatral sul-riograndense, valendo-se igualmente de *O Exemplo*.¹² Lúcia Regina de Brito Pereira, em sua tese sobre as estratégias educacionais desenvolvidas por organizações negras de Porto Alegre no longo período compreendido entre 1872 e 2002, ainda que não tenha utilizado diretamente o periódico, constatou que, ao lado da cultura, “a educação sempre esteve presente nas organizações negras em suas variadas configurações”.¹³

A partir desta revisão historiográfica, decidimos ler *O Exemplo* e, além da vastidão de possibilidades investigativas ainda em aberto, suas páginas confirmaram que a questão educacional, amplamente debatida no contexto emancipacionista sobre o qual nos debruçávamos, não se resolveu com a Abolição e seguiu como um dos problemas centrais no período que se inaugurou com ela. Em um primeiro momento pretendíamos apenas estabelecer um diálogo com essas produções, porém notamos que apesar dos estudos existentes assinalarem a centralidade da instrução no programa do periódico, por terem outras questões a serem respondidas, não a elegeram como objeto central da análise, tampouco perscrutaram com mais vagar a formação do grupo e suas trajetórias.

Nessa guinada, uma das diferenças em relação à pesquisa anterior consistiu na possibilidade de acessar o ponto de vista dos sujeitos para além dos registros contidos em fontes oficiais e de buscar seus nomes e sobrenomes próprios, e não de seus proprietários ou tutores.¹⁴

¹¹ Maria Angélica Zubarán, “Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas”, *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008. Em outros artigos atenta para as pedagogias culturais e as produções identitárias, bem como para as relações entre acervo, memória e patrimônio cultural, cujas referências se encontram devidamente listadas nas referências bibliográficas.

¹² Isabel Silveira Santos, *Cultura teatral no Rio Grande do Sul: Raça, Identidade e Pedagogias*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Na reta final do presente estudo, tivemos acesso a uma dissertação defendida em 2017 na Educação e orientada por Zubarán, na qual *O Exemplo* foi lido na chave das pedagogias culturais e das representações sobre o negro: Cristina Camaratta Lins Bahia, *Aprendendo a ser negro(a): representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal O Exemplo (1892-1910)*. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2017.

¹³ Lúcia Regina Brito Pereira, *Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 289.

¹⁴ O método onomástico, proposto por Ginzburg & Poni, caracteriza-se pela utilização do nome próprio como “fio condutor” na tarefa de “reconstruir o vivido”. Propuseram uma “prosopografia a partir de baixo”, isto é, a análise qualitativa dos grupos e atores sociais de forma particularizada (Carlo Ginzburg e Carlo Poni, “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in: Carlo Ginzburg (org.), *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991). A prosopografia, segundo Lawrence Stone, “é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da

O exercício historiográfico de reconstituir aspectos das trajetórias dos membros do grupo e suas transformações ao longo do tempo auxilia no adensamento da compreensão de processos históricos, uma vez que a busca pela explicação histórica pelo viés da história social, segundo Hebe Mattos, está centrada na “interação de atores históricos coletivos – as classes, os grupos sociais, as categorias socioprofissionais – na conformação das estruturas sociais”¹⁵, sem perder de vista “a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – *sociais*”.¹⁶ A variação da escala de análise, nesse sentido, traduz a preocupação com a articulação entre comportamentos e sistemas normativos, entre os níveis micro e macro, entre sujeito e estrutura, permitindo-nos observar em uma escala reduzida, segundo Jacques Revel, os efeitos de questões gerais e vice-versa.¹⁷ Para Sabina Loriga, por meio de estudos biográficos, a atenção aos “movimentos individuais” permite-nos “romper as homogeneidades aparentes [...] e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação de práticas culturais”.¹⁸

A busca por compreender a ação política de sujeitos históricos, particularmente de pessoas negras livres ou libertas no pós-abolição organizadas em grupos, converge com o que foi postulado por Ana Lugão Rios e Hebe Maria Mattos: a necessidade de se entender o “pós-abolição como um problema histórico”.¹⁹ Este artigo, aliás, antecipou em um ano a publicação no Brasil do trabalho coletivo de Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott,²⁰ prefaciado por Mattos, no qual, em sentido convergente, a autora e os autores apontam para um inflexão nos estudos voltados para o terreno situado “além da escravidão”, qual seja, o entendimento do pós-abolição em suas particularidades e como uma arena de conflitos localizada em uma longa duração e cambiante conforme o contexto e a época. Nessa perspectiva, a liberdade é vista como um

riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação” (Lawrence Stone, “Prosopografia”, *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011, p. 1).

¹⁵ Hebe Maria Mattos, “História e movimentos sociais”, in: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Novos domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 95. Nesse ensaio a historiadora avançou em algumas questões anteriormente traçadas.

¹⁶ Hebe Mattos de Castro, “História social”, in: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 53-54. Grifo original.

¹⁷ Jacques Revel, “Microanálise e a construção do social”, in: (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

¹⁸ Sabina Loriga, “A biografia como problema”, in: Jacques Revel (org.), *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 249.

¹⁹ A tese de Hebe Mattos, cuja primeira edição é de 1995, é considerada um dos marcos para esse campo de estudos (*Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013) ao lado da tese de Ana Lugão Rios que, mais tarde, foi publicada em parceria com pesquisas realizadas com a primeira (Ana Lugão Rios e Hebe Maria Mattos, *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005).

²⁰ Frederik Cooper, Thomas Holt, Rebecca Scott, *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

“constructo social, um conjunto de valores coletivamente comuns, reforçado pelo discurso ritual, filosófico, literário e cotidiano” e com “uma história que contém noções distintas cuja própria fusão numa tradição histórica específica é tão importante quanto a tensão entre elas”.²¹ Dentre os problemas da liberdade, estavam o trabalho, a cidadania e a raça – “numa palavra, a evolução do sistema capitalista e da ideologia liberal” –, o que nos obriga e entender tais conceitos de modo processual e permeados por sentidos conflitantes.²²

Na esteira desta obra, Rios & Mattos assinalaram como desafio aos estudos sobre o pós-abolição no Brasil a atenção às lógicas dos sujeitos na atribuição de sentidos à cidadania, para além daqueles gestados pelas elites e atentando para a dialética entre pertencimento e exclusão. Para tanto, tornava-se fundamental perceber, sobretudo para o caso dos libertos, o modo como as experiências acumuladas na escravidão e os processos de racialização em curso concorreram para a atribuição de sentidos à cidadania e às lutas por direitos no pós-abolição.²³ Delineava-se, assim, um campo de estudos com novos problemas, objetos, abordagens e fontes. Neste último aspecto, ganharam destaque fontes produzidas pelos próprios sujeitos e seus grupos. Embora as autoras tenham centrado o foco nos depoimentos orais baseados nas memórias de descendentes da primeira geração de libertos no pós-abolição, suas considerações também servem para a imprensa negra, na medida em que permite o acesso a informações inexistentes em fontes oficiais e ao ponto de vista dos sujeitos sobre os processos históricos.

Contudo, as investigações das autoras valeram-se mormente da relação dos sujeitos com a escravidão, ou seja, partiram de experiências (e memórias) de libertos e seus descendentes, e este não parece ser o caso dos jovens homens *de cor* em questão no presente estudo. Por essa razão, a tese de Ana Flávia Magalhães Pinto, cujo tema foi definido como história da liberdade e da cidadania negra no século XIX, serviu-nos como inspiração. A historiadora sublinhou a necessidade de se olhar para a segunda metade daquele século, especialmente suas duas últimas décadas, como um contexto no qual a maioria da população negra já não era mais escravizada e conseguia, apesar de todas as adversidades, acessar direitos de cidadania negados à maioria dos habitantes no país. O letramento, a mobilidade social, a organização política e o combate à escravidão e ao preconceito de cor são algumas das facetas da inserção e ascensão dos “literatos negros” por ela estudados e que dialogam com as experiências dos fundadores, apoiadores e novos integrantes de *O Exemplo*.²⁴ Nesse viés, de acordo com Flávio dos Santos Gomes, ao se valerem de

²¹ Frederik Cooper, Thomas Holt, Rebecca Scott, op. cit., p. 51-52. Ver ainda: Eric Foner, *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

²² Frederik Cooper, Thomas Holt, Rebecca Scott, *Além da escravidão...*, p. 67.

²³ Ana Lugão Rios e Hebe Maria Mattos, “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”, *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

²⁴ Ana Flávia Magalhães Pinto, *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Basta ver que no primeiro recenseamento oficial do país, divulgado em 1872, 42,7% da população era preta ou parda, dentre a qual

um repertório disponível, a imprensa, os homens *de cor* não apenas desejavam participar dos debates políticos do seu tempo, mas “definir a pauta”.²⁵

Antes disso, em um cenário de avanços de uma perspectiva de análise renovada nos estudos sobre a escravidão e o movimento operário sob a influência do marxismo britânico, particularmente de E. P. Thompson e suas noções de processo e experiência, Sílvia Hunold Lara observou um descompasso no seio da historiografia social do trabalho. Embora a ideia de processo estivesse no cerne desses estudos, o treze de maio de 1888 tornou-se um marco divisório, quase intransponível, entre dois mundos que se mostravam cada vez mais distintos e desconexos – e no mundo que se descortinava após a Abolição, o trabalhador negro desaparecia. A historiadora assinalou, enfim, a necessidade de se identificar experiências de trabalhadores negros no pós-abolição e, sobretudo, integrá-las a problemáticas da história do trabalho.²⁶ Posteriormente, outros historiadores ofereceram importantes balanços sobre o campo.²⁷ Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, por exemplo, refletiram sobre os deslocamentos e tensões entre o “paradigma da ausência” do negro na história do trabalho localizada após o treze de maio e o “paradigma da agência” negra nas lutas que levaram ao fim da escravidão.²⁸ Neste encaixo, Álvaro Pereira Nascimento assinalou recentemente os efeitos da persistência do mencionado “paradigma da ausência”, reforçando que coube principalmente aos estudiosos da escravidão o rompimento do muro de Berlim historiográfico apontado pelos balanços anteriores.²⁹ Para ilustrar, Nascimento recuperou uma fala realizada por Sidney Chalhoub no início do milênio, na qual sublinhou alguns dos benefícios da influência de E. P. Thompson para a história social do

85% era livre ou liberta (Brasil, Diretoria Geral de Estatística (DGE). Recenseamento Geral do Império de 1872). Sobre experiências de pessoas negras livres no século XIX, ver ainda: Keila Grinberg, *O Feador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil na época de Antônio Pereira Rebouças*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002; Alexandre Dantas Trindade, *André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2004; Sidney Chalhoub, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; Daniela do Carmo Kabengele, *A trajetória do “pardo” Antônio Ferreira Cesarino (1808-1892)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2012.

²⁵ Flávio dos Santos Gomes, *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005, p. 80.

²⁶ Outra questão residia na importância de se atentar para a existência do trabalho livre antes da Abolição e seus significados. Ver: Sílvia Hunold Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 43-56, fev. 1998. Destacamos ainda seu balanço sobre o impacto de E.P. Thompson nos novos estudos sobre a experiência negra no país: “Blowin’ in the wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, *Projeto História*, São Paulo, n. 12, p. 43-56, out. 1995.

²⁷ Ver especialmente: Cláudio Henrique de Moraes Batalha, “Os desafios atuais da história do trabalho”, *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006; Antônio Luigi Negro e Flávio dos Santos Gomes, “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”, *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006; Sidney Chalhoub e Paulo Fontes, “História social do trabalho, história pública”, *Perseu*, n. 4, ano 3, p. 219-228, 2009; Alexandre Fortes, et al., “Introdução”, in: (org.), *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 07-14.

²⁸ Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”, *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, p. 14-47, 2009.

²⁹ Álvaro Pereira Nascimento, “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

trabalho, dentre os quais a identificação da “luta dos escravos pela liberdade na segunda metade do século XIX” como “o primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil”.³⁰

Também em fins da década de 1990, o historiador estadunidense David Roediger lançou uma instigante questão à história social do trabalho: “E se o trabalho não fosse branco e masculino?” No que concerne às articulações entre classe e raça, retomou W.E.B. Du Bois e seu monumental estudo *Black Reconstruction*³¹ para postular a necessidade de um recentramento na história do trabalho, um movimento historiográfico que nomeou de “pós-branco”. Problematizou, enfim, as relações de poder que colocaram o negro enquanto um problema nas sociedades pós-emancipadas e invisibilizaram os privilégios usufruídos pelos brancos e sua participação na produção e reprodução de hierarquias sociais baseadas na cor da pele. Amalgamando três marcadores de diferenças e desigualdades, quais sejam, classe, raça e gênero, e valendo-se do pensamento da literata Tony Morrison, assinalou “que uma das grandes realizações da identidade racial branca nos Estados Unidos foi fazer a própria palavra ‘americano’ implicar ‘branco americano’, de modo que apenas os chamados ‘não-brancos’ tem a necessidade de ter sua identidade racial enquanto americanos especificada”³²; e buscou ainda explicações para a baixa participação de mulheres negras nas direções sindicais, a despeito de sua volumosa participação no mercado trabalho. Embora reportado à realidade estadunidense, questões e procedimentos oferecidos por Roediger nos influenciaram sobremaneira.³³

Ademais, a escolha por situar o presente estudo neste debate decorreu fundamentalmente de minha participação em dois Grupos de Trabalho da Associação Nacional de História, a saber, o GT Mundos do Trabalho e o GT Emancipações e Pós-Abolição. Ainda que respeitando as particularidades de cada campo, diversas pessoas circulam entre os grupos. Beatriz Ana Loner, nesse sentido, não apenas fundou-os, como trouxe importantes contribuições historiográficas e estabeleceu pontes,³⁴ a começar por sua tese, um estudo fundamental para pesquisas interessadas na compreensão dos processos de construção de classe que considerem a presença estrutural de

³⁰ Sidney Chalhoub, “O primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil”, *Livro de Resumo – XXI Simpósio Nacional de História*. Niterói: UFF, 2001, p. 78 apud Álvaro Pereira Nascimento, op. cit., p. 611.

³¹ W.E.B. Du Bois, (1933), *Black Reconstruction in America*. Atheneum: Nova York, 1992.

³² David Roediger, “E se o trabalho não fosse branco e masculino?”... p. 31. A referência é: Tony Morrison, *Playing in the dark: whiteness and the literacy imagination*. Cambridge, 1992, p. 47.

³³ David Roediger, “E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça”, in: Alexandre Fortes, et al. (orgs.), *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 17-59. O ensaio é de 1998 e tivemos a oportunidade de discuti-lo no seminário “História social: debates contemporâneos” ministrado pelos professores Benito Bisso Schmidt e Aldrin Castellucci no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2013/2.

³⁴ O GT Mundos do Trabalho foi fundado na seção Rio Grande do Sul da Associação Nacional de História em 1999 e dois anos depois ganhou abrangência nacional sob a coordenação de Beatriz Ana Loner. O GT Emancipações e Pós-Abolição surgiu em 2013 durante o XXVII Simpósio Nacional de História e contou com a participação ativa da mencionada historiadora, inclusive na fundação da seção estadual no ano seguinte. Mais informações disponíveis em: <<https://gtmundosdotrabalho.org/>> e <<https://emancipacoeseuposabolicao.wordpress.com>> (acesso em 30 nov. 2017).

trabalhadores negros no mundo do trabalho brasileiro e sua organização política desde antes da Abolição. Em suma, elaborada a partir de Pelotas e Rio Grande, cidades localizadas no extremo sul do país, tornou-se um importante marco e referência para pesquisas dispostas a verificar como cor e raça em um país que presenciou mais de três séculos de escravidão foram elementos constitutivos da classe trabalhadora e de suas variadas formas de organização e luta, solidariedade e conflito.³⁵ Ao lado do trabalho de Liane Müller, é um dos marcos nos estudos sobre o pós-abolição no Rio Grande do Sul.³⁶

Poderíamos discorrer sobre várias outras contribuições e referências, mas deixemos para continuar essa conversa no desenrolar do trabalho. No editorial publicado na primeira edição de *O Exemplo*, os fundadores, forma como chamaremos o grupo que deu origem ao jornal, resumiram o programa que o atravessaria ao longo de toda sua existência em duas ideias-chave: “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”. Se colocavam, portanto, como arautos dos interesses da comunidade negra da capital, forjando uma bandeira calcada na luta por direitos, sobretudo à instrução, amalgamada ao combate ao preconceito de cor. Para tanto, dentre outras coisas, sentiam a necessidade de explicitar as capacidades cognitivas de homens como eles, em contraponto às ideias de raça geradoras de estereótipos sobre a suposta inferioridade do negro e reiteradas por outros jornais em circulação, bem como mobilizar a audiência em torno do projeto lançado aos “vendavais da publicidade”.³⁷

Tendo isso em vista, depositavam nas crianças e na mocidade a esperança de um futuro melhor, sem deixar de estimular leitores e leitoras a desenvolverem novos hábitos e a enfrentarem, como coragem e perseverança, toda a ordem de adversidades para verem seus filhos e filhas alcançarem a luz da instrução. Esta, por sua vez complementada pela educação a ser oferecida no meio familiar, sobretudo pelas mães, acabava por amalgamar o “levantamento intelectual” ao “levantamento moral”.³⁸ Nesse sentido, ao sublinharem o desejo de aperfeiçoamento, e não de aquisição de conhecimentos, explicitaram no editorial de fundação o compartilhamento da crença iluminista acerca da instrução como principal via para emancipação humana, em suas mais diferentes frentes, e de que se tratava de um grupo de homens *de cor*

³⁵ Beatriz Ana Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. 2. ed. rev. ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016. A primeira edição é de 2001 e a tese foi defendida em 1999 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³⁶ Listamos ainda as dissertações de Iris Germano, *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999; e de Jane Rocha de Mattos, *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

³⁷ A redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

³⁸ Não há dúvidas de que essas ideias estavam em um estreito diálogo com o positivismo, ideologia adotada pelo partido hegemônico ao longo da Primeira República no Rio Grande do Sul, mas não percamos de vista, em uma perspectiva ampliada, que se tratava de uma derivação do iluminismo, por sua vez partilhado por diversos grupos de intelectuais no Atlântico Negro. Sobre isso, ver: Paul Gilroy, *Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

letrados, e não apenas alfabetizados, em uma realidade na qual se tornavam exceções.³⁹ Destarte, o pertencimento à parcela instruída da raça viabilizou o acesso à condição de arautos e alimentou o desejo de conduzir o povo negro rumo ao que compreendiam com a verdadeira liberdade. Esse processo, contudo, não se deu sem dificuldades, sobretudo na interlocução com a principal audiência e base de sustentação almejada.

Sem pretender um estudo comparativo, mas, na medida do possível, conectado a outras experiências registradas na diáspora negra⁴⁰, a postura assumida pelos fundadores nos reportou à noção de *talent tenth* desenvolvida pelo intelectual negro estadunidense, William Edward Burghardt Du Bois, doravante W.E.B. Du Bois. Contemporâneo ao período abordado por este estudo, acreditava na existência de uma décima parte de pessoas portadoras de talento nato em todas as civilizações e, aplicada à experiência do povo negro, traduzia-se na crença de que essa “décima parte talentosa” cumpriria o papel de conduzir o povo negro à ascensão social e à integração nacional. Tais lideranças, contudo, seriam preparadas mediante uma educação erudita e que abarcasse as mais variadas áreas do conhecimento humano.⁴¹ Isto é, a formação de lideranças visando o levantamento moral e intelectual da raça era um dos cerne do projeto de emancipação na diáspora negra e não apenas daquele construído e executado pelo grupo fundador de *O Exemplo*.

A existência de diferenças entre a população negra nos leva a outro imbróglio, qual seja, o uso do termo “elite negra” para designar pessoas com características semelhantes às daquelas dos fundadores e apoiadores de *O Exemplo*. No entanto, desfrutar de melhores condições materiais de vida, ser letrado em uma sociedade de analfabetos, portar talentos e virtudes em uma sociedade recém-saída da escravidão, possuir uma boa moralidade, talentos e virtudes, como já apontamos, não os tornavam imunes ao preconceito de cor, o que compromete o uso do termo. George Reid Andrews advogou a ideia de “classe média negra” que, em seu sentido estrito, parece mais adequado como marcador das diferenças econômicas e educacionais existentes entre os

³⁹ O domínio da leitura e da escrita, nesse sentido, não implicava automaticamente na fluidez pelo mundo letrado, pois segundo um dicionário brasileiro do século XIX, saber *escrever* correspondia a “formar letras em pena e tinta”, enquanto saber *ler* significava “pronunciar bem ou mal as palavras de uma escritura”. Já *letrado* era o “homem de letras, que estudou, que tem estudos”; “advogado que defende as causas em Juízo”;³⁹ ou ainda, segundo outro dicionário, ser um “homem ciente”; versado nas letras”; “com ciência”; “com erudição” (Raphael Bluteau, *Vocabulário português e latino*: áulico, anatômico, arquitetônico... Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. v. 5, p. 90).

⁴⁰ O termo “diáspora” é aqui utilizado como descritor de experiências compartilhadas por pessoas (e seus descendentes) que foram forçadas a deixar suas terras nativas por conta da escravidão, cujas experiências de desenraizamento informaram a construção de identidades e culturas negras no Atlântico (Paul Gilroy, *Atlântico Negro...*). Ver ainda: Kim Butler, “Defining Diaspora, Refining a Discourse”, *Diaspora*, v. 10, n. 2, p. 189-219, 2001; Micol Siegel, “Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn”, *Radical History Review*, n. 91, p. 62-90, 2005; Barbara Weinstein, “Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional”, in: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, p. 10-30, jan./jun. 2013.

⁴¹ W.E.B. Du Bois, (1903), *As Almas da Gente Negra*. Lacerda Editores: Rio de Janeiro, 1999. A associação entre instrução e ascensão social também se faz presente no meio negro brasileiro. Ver, dentre outros: Regina Pahim Pinto, *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2013. A tese de doutorado que deu origem ao livro foi defendida em 1993; Nilma Lino Gomes, *O Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

fundadores e a maior parte da população negra.⁴² Porém, a expressão trazer a ideia de centralidade da posição social e não do marcador racial em uma sociedade profundamente racializada. A ideia de “vidas de entremeio”, utilizada por Leo Spitzer para caracterizar as experiências de ascensão social vivenciadas por três personagens dispersos pela Áustria, Serra Leoa e Brasil, também poderia ser útil, mas nos pareceu controversa por se valer da ideia das ideias de marginalização e assimilação.⁴³ Por isso, optamos por usar termos como “classe instruída da raça”⁴⁴ por assinalar as particularidades do grupo fundador de *O Exemplo* e seus apoiadores tendo a raça como ponto de referência, ou seja, em processos de mobilidade social e diferenciação interna. Ademais, o termo “homens de cor” era o termo utilizado em auto-referência na maior parte dos textos, o que nos levou a concordar que este era o termo histórico, êmico, de diferenciação em relação às pessoas negras, mas também em relação aos homens de cor branca.

Nesse sentido, na ideia-síntese do programa de *O Exemplo*, os fundadores utilizaram a expressão “em defesa da nossa classe” e notamos que o termo classe era por vezes substituído pelo termo raça em sentido equivalente. Conforme o historiador britânico E. P. Thompson, “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.⁴⁵ Segundo o historiador Thomas Holt, a raça também é uma construção social forjada em meio às relações sociais de poder – e esta ideia era amplamente manejada pelos jornalistas em negro em oposição à ideia hegemônica que entendia raça como uma condição natural.⁴⁶ Desse modo, por meio de seu marxismo heterodoxo, E. P. Thompson recuperou a noção de experiência, que sintetiza a crença na capacidade de o sujeito interferir em condições aparentemente dadas, tornando-se um conceito primordial para compreender as interações dos sujeitos com as estruturas. A agência, desse modo, não é totalmente livre, pois homens e mulheres “experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidade e interesses e como antagonismos e em seguida ‘tratam’ essa

⁴² George Reid Andrews, *América Afro-latina, 1800 – 2000*. Tradução de Magda Lopes São Carlos: Ed. UFSCAR, 2007.

⁴³ Leo Spitzer, *Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945*; Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

⁴⁴ Dentre outros trabalhos, ver: Giovana Xavier da Conceição Cortês, *Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)*. 464 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

⁴⁵ E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*. vol. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

⁴⁶ Thomas Holt, “Marking: race, race-making, and the writing of history”, *The American Historical Review*, v. 100, n. 1, p. 1-20, feb. 1995. Ver também: Barbara Fields, “Ideology and Race in American History”, in: *Region, Race and Reconstruction*. Nova York: Oxford University Press, 1982; Frederik Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott, *Além da escravidão...; Sérgio Costa, “A construção sociológica da Raça no Brasil”, Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, p. 35-61, 2002; Peter Wade, “Race’. Nature and Culture”. *Man, New Series*, v. 28, n. 1, p. 17-34, mar. 1993; *Raza y etnicidad en Latinoamérica*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000; Michael Banton, *A ideia de raça*. Lisboa, Edições 70, 1979.

experiência em sua *consciência e cultura*” para então “muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes [agirem] sobre sua situação determinada”.⁴⁷

Em se tratando de uma sociedade recém-saída da escravidão e que se reestruturava em linhas de cor e raça, experimentar situações e relações produtivas (e todas as demais) e agir como classe fica mais bem compreendida se levarmos em consideração os marcadores de cor e raça. A esse respeito, o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães postulou que o sentido *ancién régime* do termo classe ainda prevalece no Brasil e acaba por comprometer o uso estrito da definição sociológica marxista de classe social, qual seja, classe como posição objetiva na estrutura social à qual se associa “interesses e orientações de ação similares”. A classe social, pelo contrário, segue interligada à cidadania, por sua vez atravessada por diferenciações e exclusões baseadas em cor e raça. Enfim, “dizer que não é racial a discriminação que, no Brasil, sofrem os negros, equivale a silenciar o que deveria ser dito: que se encontra ativo, na nossa ordem de classe, o princípio da desigualdade de direitos individuais”.⁴⁸

As relações de poder em meio às quais a ideia de raça foi e é socialmente construída, gerando hierarquias e exclusões, mas também lutas e solidariedades, em sentido heurístico, recebeu o nome de *racialização*. Conforme a historiadora Wlamyra Albuquerque, a partir de seu estudo sobre o período compreendido entre as últimas décadas da abolição e primeira do pós-abolição baiano: “Enquanto raça soa como ideia elaborada em circuitos científicos, *racializar* diz respeito a concepções postas em movimento no dia a dia”. Assim, “racializa-se para referendar ou constituir hierarquias, para assegurar poder e prestígio para determinados indivíduos e grupos”, de modo que “o Brasil emancipacionista é o mesmo que tenta preservar a senhoralidade dos antigos proprietários de escravos, recriando distinções entre brancos e a população de cor”.⁴⁹ A *cor*, nessa esteira, é um traço diacrítico denotador de raça, “uma metonímia expressiva da pressuposta desigualdade racial, já que seleciona uma característica fenotípica – a cor da pele – para expressar uma realidade racial essencializada”.⁵⁰ *Racismo*, por fim, não era um termo, ou seja,

⁴⁷ E. P. Thompson, *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981, p. 189. Em uma crítica ao uso exacerbado da noção de agência, o historiador Walter Johnson assinalou a necessidade de se recuperar o pressuposto do materialismo histórico que enfatiza a importância das condicionantes e não apenas a ação dos sujeitos, qual seja: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Karl Marx, *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 21 apud Walter Johnson, “On agency”, *Journal of Social History*, v. 37, n. 1, p. 113-124, Fall 2003).

⁴⁸ Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, *Classes, Raças e Democracia*. 2. ed. revista. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 43.

⁴⁹ Wlamyra Albuquerque, “Réplica – O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil”, *Revista Perseu*, ano 5, n. 7, p. 288-297, 2011, p. 292. Neste texto a autora sintetiza conceitos fundamentais de seu livro, a saber, raça, racialização e racismo. Ver: Wlamyra Albuquerque, *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

⁵⁰ Melina Kleinert Perussatto e Rodrigo de Azevedo Weimer, “Problematizando raça a partir da guerra civil de 1893-1895”, in: Jonas Vargas (org.), *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre: Fi, 2017, v. 1, p. 305-321. Baseados em: Olívia Gomes Cunha, *Intenção e gesto. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro. 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p. 168.

um conceito manejado pelos sujeitos e sim “preconceito de cor” ou “preconceito de raça”, mas torna-se uma categoria válida para nosso estudo na medida em que “expressa uma relação de poder, amparada em raça e racialização, que nutre o objetivo de assegurar privilégios a grupos favorecidos”.⁵¹ Nesse viés, de acordo com Oracy Nogueira:

Considera-se como *preconceito racial* uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é *de marca*; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é *de origem* [sendo o primeiro aquele existente no Brasil, enquanto o segundo nos Estados Unidos].⁵²

Dada a importância da *marca* que, segundo Thomas Holt, se forja no cotidiano das relações de poder, em meio à interação entre o global e o individual⁵³, não podemos desconsiderar o manejo dos diferentes termos e categorias pelos sujeitos.⁵⁴ Ainda que não seja o objetivo central do presente estudo, tendo em vista a existência de pelo menos dois estudos qualificados sobre o tema, reforçamos a maneira como a racialização era operada pelos sujeitos, seja de forma positiva ou negativa.⁵⁵ Desse modo, o termo “homem *de cor*” foi utilizado para nos referirmos ao coletivo de *O Exemplo* e seus apoiadores, já que era a forma preferencialmente escolhida para se autodenominarem. Conjecturamos que o uso do itálico ou das aspas na expressão “*de cor*” cumpria o papel de desnaturalizar o termo como metonímia de um grupo racial em específico (afinal, não eram apenas as pessoas de cor preta ou parda que possuíam cor), mas também como forma de politizar a ideia de raça e oferecer imagens positivas acerca da raça, sendo a raça aqui entendida como sinônimo de uma coletividade.⁵⁶ Já o termo “negro”, menos utilizado pelos jornalistas negros, foi utilizado neste estudo para designar a coletividade de pessoas qualificadas como “de cor”, “negro”, “preto”, “pardo” etc., tendo em vista não apenas ser esta a categoria utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na atualidade, mas sobretudo por ter sido escolhida pelo movimento negro como descritor da coletividade reunida por ele.⁵⁷ Estes termos foram

⁵¹ Melina Perussatto e Rodrigo Weimer, “Problematizando raça a partir da guerra civil de 1893-1895”...; Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...*

⁵² Oracy Nogueira, “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”, *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006, p. 292. Ver também, do mesmo autor, *Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

⁵³ Thomas Holt, “Marking: race, race-making, and the writing of history”...

⁵⁴ Conforme Richard Jenkins, “termo” diz respeito ao que era manejado e significado pelos sujeitos, enquanto “categoria” é uma inferência analítica, mas também uma forma de materialização das relações de poder (“Categorization and Power”, in: *Rethinking Ethnicity: Arguments and Explorations*. SAGE Publications, 1997). O caráter político subjacente às disputas semânticas registradas em *O Exemplo*, aliás, já foi explorado por Marcus Vinícius de Freitas Rosa. Segundo ele, para os jornalistas negros “era preciso combater o emprego de um vocabulário revelador de concepções de mundo, de desigualdades, de hierarquias e de certas permanências” (Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 259).

⁵⁵ Marcus Rosa, op. cit.; Regina Xavier, “Raça, classe e cor”...

⁵⁶ Melina Perussatto e Rodrigo Weimer, “Problematizando raça a partir da guerra civil de 1893-1895”...

⁵⁷ Um estudo recente é: Nilma Lino Gomes, *O Movimento negro educador...*

utilizados em citações diretas e o emprego dos termos “branco”, “incolor” ou “caiado”, por seu turno, nos aproximam dos estudos críticos da branquitude, cuja inflexão remonta aos primórdios do século XX.⁵⁸ Consistem, basicamente, no deslocamento do olhar para o centro sobre o qual a noção de raça foi construída, isto é, para os brancos – e *O Exemplo* torna-se um lócus privilegiado de observação dessa dinâmica.⁵⁹

A necessidade de se deslocar o olhar da margem para o centro nos leva a outra categoria fundamental para o desenvolvimento desse estudo. Postulada no final da década de 1980 pela historiadora estadunidense Joan Scott como uma categoria útil à análise histórica, *gênero* foi definido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e como “uma forma primeira de significar as relações de poder”. A primeira definição, articulada à segunda, foi desdobrada em quatro elementos: “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas”; “conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas”; aparente “permanência eterna na representação binária dos gêneros”; e construção de “identidades subjetivas”.⁶⁰ Nessa esteira, para historiadora francesa Michelle Perrot, a incorporação da categoria gênero não apenas ampliou o olhar sobre as mulheres, mas também sobre os homens e suas masculinidades.⁶¹

Em meados dos anos 1990, a historiadora social do trabalho Louise Tilly reforçou a necessidade da produção de uma história analítica das mulheres articulada às outras histórias e não enquanto um campo de estudos à parte, considerando-as em suas relações sociais, econômicas e políticas, enfim, enquanto sujeitas efetivas da história e seu movimento.⁶² Sem adentrar nas minúcias do debate que acabou se gerando entre Joan Scott e Louise Tilly, suas reflexões tiveram um importante impacto sobre os estudos de gênero e na história das mulheres.⁶³

⁵⁸ W.E.B. Du Bois, *As Almas da Gente Negra...*

⁵⁹ Tais estudos tiveram origem na década de 1990 nos Estados Unidos sob o nome de *critical whiteness studies* e congregaram pesquisadores das ciências sociais e humanas. Citado anteriormente, a tese de David Roediger, *The wages of whiteness: race and the making of the American working class*. New York, 1991, é um dos marcos desse campo de estudos nos Estados Unidos. No Brasil, ver especialmente: Lourenço Cardoso, *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957- 2007)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Universidade de Coimbra, 2008 e *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. 290 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014; Lia Vainer Schucman, *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: branquitude hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2014, p. 45.

⁶⁰ Joan Scott, (1989), “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995, p. 75-76.

⁶¹ Michelle Perrot, “Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência”, *Cadernos Pagu*, v. 4, p. 9-28, 1995. Na história social do trabalho no Brasil, dois trabalhos que levaram em conta as disputas e sentidos em torno da masculinidade são: Fernando Teixeira da Silva, *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003 e Isabel Bilhão, *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: EdUEL, 2008.

⁶² Louise Tilly, “Gênero, história das mulheres e história social”, *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 29-62, 1994.

⁶³ Joan Scott, “Prefácio à Gender and politics of history”, *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 11-27, 1994; Louise Tilly, op. cit.; Eleni Varikas, “Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott”, *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 63-84, 1994.

Ademais, a *heteronormatividade* como norma também foi notada ao longo deste estudo, sobretudo ao observarmos a maneira como os arranjos familiares constituíram-se e reproduziram-se, mas deixaremos para adensar essa reflexão futuramente.⁶⁴

Joan Scott assinalou no referido ensaio que apesar de classe, gênero e raça serem construções sociais e eixos organizadores de desigualdades e discriminações, não tinham o mesmo peso nas análises históricas, uma vez que o debate e o conceito classe remetia-se a um processo muito mais antigo. Ainda assim, conclamou a necessidade de redefinição e reestruturação do conceito de gênero “em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça” na construção de “estratégias políticas feministas” articuladas à produção de uma nova perspectiva historiográfica.⁶⁵

Sociólogas, juristas, filósofas, historiadoras e outras intelectuais negras vêm auxiliando em tal inflexão e o balanço oferecido pela socióloga Patrícia Hill Collins sobre as investigações que se valeram da interseccionalidade, entendida como campo de estudos interdisciplinar, estratégia analítica e práxis social, nos ajudou: “O termo interseccionalidade refere-se à percepção crítica de que raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação, habilidade e idade operam não como entidades unitárias e mutuamente exclusivas, mas como fenômenos de construção recíproca que, por sua vez, formam complexas desigualdades sociais”.⁶⁶ Aplicada à história social, a perspectiva interseccional⁶⁷ tem gerado instigantes resultados e procuramos não perdê-la de vista ao longo do presente estudo.⁶⁸

⁶⁴ A heteronormatividade diz respeito às relações de poder que disseminaram a “heterossexualidade compulsória”, que incide sobre a construção de identidades individuais independente da orientação sexual (Leandro Colling, “Apresentação – Políticas para um Brasil além do Stonewall”, in: (org.), *Stonewall 40 + o que no Brasil?*. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 14). Dados os limites de nossa análise, deixaremos para abordar esta questão em possíveis desdobramentos desta tese.

⁶⁵ Joan Scott “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”..., p. 93. Em ensaio posterior, a historiadora enfrentou esta questão: Joan Scott, “O enigma da igualdade”, *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr., 2005.

⁶⁶ Patricia Hill Collins, “Intersectionality’s definitional dilemmas”, *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015, p. 2. Ver também, da mesma autora, “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”, in: Renata Moreno (org.), *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015, p. 13-42. Para a realidade brasileira, dentre outras, ver o dossiê “Mulheres negras” organizado por Matilde Ribeiro, especialmente os artigos de Luiza Bairros, “Nossos feminismos revisitados” e Suely Carneiro, “Gênero, Raça e Ascensão Social” (*Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, 1995).

⁶⁷ De acordo com Kimberlé Crenshaw, jurista que formulou o conceito já há muito tempo aplicado por intelectuais negras, “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (Kimberlé Crenshaw, “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002, p. 175).

⁶⁸ Dentre outros trabalhos, ver: Silvana Santiago, *Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006; Giovana Xavier, *Negras de almas brancas?...*

Com esse repertório analítico adentramos no contexto em que se situa este estudo para, em seguida, apresentarmos o grupo fundador de *O Exemplo*. O preconceito de cor incrustado nos costumes da dita sociedade republicana revelava-se, por exemplo, nos limites da participação negra no processo de modernização urbana, expansão industrial, crescimento demográfico e ampliação do ensino público registrado no alvorecer do século XX em diversas capitais do país, bem como na truculência dos agentes policiais, no tratamento oferecido às crianças negras frequentadoras das aulas públicas, no fechamento do único curso noturno da capital onde os trabalhadores poderiam estudar no turno inverso e na ausência de uma assistência pública dedicada a resolver as graves questões sociais de forma equânime que afetavam Porto Alegre,⁶⁹ afora as disputas no mercado de trabalho e nos espaços habitacionais com imigrantes e outras pessoas que confluíam massivamente toda sorte de estereótipos produzidos para reforçar as imagens do Rio Grande do Sul, e do que viria a constituir a região Sul, como a Europa brasileira.⁷⁰

O grupo de jovens moços *de cor* fundador de *O Exemplo*, entretanto, vivenciava uma situação menos precária: Arthur Pinto Gama (1864-1922), por exemplo, era funcionário público concursado do Tesouro do Estado desde 1885 e Arthur Ferreira de Andrade (1871-1925) dos Correios desde 1891. Este bacharelou-se mais tarde na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, mas atuava como advogado desde o final do século XIX. Marcílio Francisco da Costa Freitas (1876-1928), o mais jovem do grupo, era tipógrafo e não tardou a investir no funcionalismo público via concurso, primeiro nos Correios e depois na Alfândega, onde se aposentou. O caminho junto às

⁶⁹ A população de Porto Alegre passou de 43.998 habitantes em 1872 para pouco mais de 73 mil em 1890, 52.421 em 1900 e 130.227 em 1910 (Brasil, Diretoria Geral de Estatística (DGE), Recenseamento Geral do Império de 1872; Brasil, Diretoria Geral de Estatísticas, "Sexo, Raça e Estado Civil, Nacionalidade, Filiação, Culto e Analfabetismo da População Recenseada em 31 de dezembro de 1890". Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898; Nauber Gavski da Silva, *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p. 161). Sobre a vida urbana porto-alegrense e o controle sobre as classes populares no alvorecer republicano, dentre outros, ver: Sandra Jathay Pesavento, *Emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FAPERGS, 1989; *O cotidiano da República: elites e povo na virada do século*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1990; Cláudia Mauch, *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004; Paulo Roberto Staudt Moreira, *Entre o deboche e a rapina: Os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre - século XIX)*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009. Sobre a industrialização do Estado: Evangelia Aravanis, "A industrialização do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920)", *Revista Mudos do Trabalho*, v. 2, n. 3, p. 148-180, jan./jul. 2010.

⁷⁰ Em 1890, 69,5% da população sul-rio-grandense foi qualificada como branca, 12,5% como preta, 15,5% como parda e 1,5% cabocla (Brasil, Diretoria Geral de Estatísticas (DGE). Sexo, Raça e Estado Civil, Nacionalidade, Filiação, Culto e Analfabetismo da População Recenseada em 31 de Dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898). Dez anos depois, 88,2% era nacional, 11,3% estrangeira e 0,5% de origem ignorada (Rio Grande do Sul, Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981). Ver: Ruben Oliven, "A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul", in: Ilka Boaventura Leite, (org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 13-32. Sobre o posicionamento contrário à construção do Rio Grande do Sul como um Estado branco a partir do grupo originado em meio a essas reuniões, ver: Regina Celia Lima Xavier, "Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição", in: Alexandre Fortes, et al. *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 103-131; Marcus Vinícius de Freitas Rosa, *Além da invisibilidade... Sobre os imigrantes em Porto Alegre*: Magda Roswita Gans, *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX*. (1850-1889). Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ANPUH, 2004.

artes de cura, por sua vez, foi seguido por Alfredo Cândido de Souza (1866-1834), farmacêutico na Santa Casa de Misericórdia, onde ingressou como porteiro e consolidou-se como diretor da farmácia; e pelos irmãos Florêncio Calisto (1863-????) e Esperidião Calisto (1864-????), que aprenderam com o pai o ofício de barbeiro. O primogênito, em um cenário de ampliação da medicina alopática, abandonou o ofício e também ingressou via concurso no funcionalismo público.

Por fim, os irmãos Sérgio Aurélio de Bittencourt (1869-1904) e Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior (1874-1910) eram, respectivamente, funcionário público na Secretaria do Interior e aspirante à Faculdade de Direito de São Paulo, onde não tardou a ingressar. Com o título em mãos, inseriu-se na magistratura provincial no ocaso do século XIX. O pai dos dois últimos era Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919), Secretário de Estado da Presidência do Estado nas gestões de Júlio Prates de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros, dois principais líderes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ao longo da Primeira República. Ademais, Aurélio era um dos mais proeminentes abolicionistas negros da capital, com uma extensa inserção em redes associativas de variados matizes, na Guarda Nacional e com passagens pela imprensa. Era ainda confrade de Calisto Felizardo de Araújo (1819-1909), pais dos irmãos Calisto, na Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário. Enquanto Veríssimo nasceu na fronteira cidade de Jaguarão do ventre de Maria Júlia, parda e liberta; Araújo nascido na Bahia do ventre da africana Maria do Bonfim.

Além da inserção em espaços de trabalho e educacionais de prestígio, os membros do grupo de jovens homens *de cor* participavam de associações diversas e ao longo de suas vidas adquiriram prestigiosas patentes da Guarda Nacional, aderiram ao republicanismo e constituíram família. Porém, todas essas qualidades, isto é, talentos e virtudes, não foram o bastante para livrá-los dos efeitos do preconceito de cor. Marcílio Freitas recordou-se na década de 1920 que a despeito de Porto Alegre já gozar do “foro de cidade civilizada”, “os descendentes da raça negra” sofriam cotidianamente toda ordem de “vexames”. Dentre os exemplos citados, reportou-se ao cancelamento de um concurso público no ocaso do Império, cujo único aprovado dentre 33 candidatos era um homem negro; à necessidade de famílias e grupos negros portarem licença policial ou certidão de casamento para a realização de bailes; e às ridicularizações sofridas pela comunidade negra durante os festejos carnavalescos. Todos estes, aliás, eram temas frequentes nas reuniões sediadas no Salão Calisto e concorreram para a elaboração do projeto político materializado por meio de um repertório disponível, a imprensa, e nomeado de *O Exemplo*.⁷¹

⁷¹ Marcílio Freitas, “O aparecimento d’O Exemplo”, *O Exemplo*, 02 jan. 1928, p. 1. Sobre a relações dos negros com o carnaval, ver: Iris Germano, *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

Calisto Felizardo de Araújo e Aurélio Viríssimo de Bittencourt, pais de quatro dos jovens idealizadores, foram possivelmente os principais apoiadores materiais, intelectuais e morais do empreendimento: o primeiro cedendo seu estabelecimento para as reuniões e para a sede do escritório do periódico; o segundo com recursos financeiros; e ambos com repertórios associativos e experiências de quem palmilhou caminhos distintos na busca pelo bem-viver em direção à capital mais ao sul do país. Este apoio, contudo, não livrou o empreendimento de dificuldades, intervalos e fechamentos.

Em suma, ao longo da primeira fase do periódico, compreendida entre dezembro de 1892 e janeiro de 1897, publicou-se 194 números; da segunda fase, marcada pela refundação em outubro de 1902 até junho de 1911, 260 edições; na terceira e última fase, entre 1916 e 1930, mais de setecentas. A maior perenidade conquistada nesse último momento foi especialmente viabilizada pela fundação de uma sociedade mantenedora e a aquisição de uma máquina tipográfica. Por outro lado, foi apenas durante a primeira fase que conseguiram manter uma mesma sede, de modo que nas seguintes, tal como registrado por diversas outras experiências de imprensa negra, mudou constantemente de endereço.⁷² Na tabela 1 dimensionamos o significativo volume de edições publicadas e a disponibilidade de 60% das edições para consulta, das quais 51% referem-se à primeira fase; 67% à segunda; e impressionantes 97% à última.⁷³

Cada fase possui suas particularidades e, considerando a densidade de cada uma e as transformações conjunturais, decidimos por abranger nesse estudo as duas primeiras, ainda que eventualmente tenhamos utilizado textos da terceira por nos fornecerem informações sobre os bastidores da fundação do jornal e dados biográficos de fundadores falecidos nos anos 1920. Esta escolha nos permitiu estabelecer relações e cotejamentos e observar permanências e transformações. Abrangemos, pois, 227 edições, cerca da metade dos jornais publicados dentro do recorte temporal (1892-1911), a fora as edições eventuais da última fase.

⁷² A imprensa negra foi definida assim a posteriori com base em suas características e esse assunto a ser abordado no primeiro capítulo. Ver especialmente: Ana Flávia Magalhães Pinto, *Imprensa negra no Brasil no século XIX...*

⁷³ O termo “fase” está menos associado a ideia de “etapa” e mais a de “divisão cronológica”, “período”, pois apesar das interrupções e encerramentos, o programa original foi preservado e havia certa organicidade por parte de seus integrantes.

Tabela 1 - Edições publicadas e disponíveis de *O Exemplo*, 1892-1930

	Ano	Edições publicadas	Edições disponíveis
1ª FASE	1892	01	01
	1893	53	43
	1894	52*	04
	1895	43*	02
	1896	42*	00
	1897	03*	01
	Soma	194	51
2ª FASE	1902	11	11
	1903	02	02
	1904	32	32
	1905	23*	05
	1906	22*	00
	1907	22*	00
	1908	23*	02
	1909	49	18
	1910	47	42
	1911	30*	15
	Soma	261	176
3ª FASE	1916	50	40
	1917	51	51
	1918	47	47
	1919	51	51
	1920-1930	390*	381
	Soma	589	570
TOTAL	1.044	797	

Fonte: *O Exemplo*, 1892-1930

*estimativa

A salvaguarda de quase oitocentos exemplares só foi possível devido à ação de alguns nomes, com destaque ao de Oliveira Silveira, cujo acervo foi disponibilizado recentemente e guarda a maioria dos exemplares correspondentes à primeira fase.⁷⁴ Em virtude do centenário do jornal, publicou uma edição *fac-símile* do primeiro número, tecendo valiosos comentários nos rodapés.⁷⁵ Em reportagem ao jornal *Correio do Povo* na década de 1970, expressou sua preocupação com a preservação: “*O Exemplo* merece que se escreva em letras grandes nas

⁷⁴ Antes de a coleção estar integralmente disponível online, cópias dos editoriais me foram passadas por Ana Flávia Magalhães Pinto, a quem sou grata pela confiança.

⁷⁵ Oliveira Ferreira Silveira (1941-2009), foi um importante poeta, jornalista e professor, bem como fundador e ativista do Movimento Negro Unificado e da definição do dia Vinte de Novembro como Dia da Consciência Negra. Mais informações podem ser encontradas em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=31262>> Acesso em 20 mar. 2016. Postumamente, seus poemas foram reunidos em: Oliveira Silveira, *Obra reunida*. Organizado por Ronald Augusto. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/CORAG, 2012.

encadernações de suas coleções: Cuidado, delicado, precioso, patrimônio cultural da comunidade negra em Porto Alegre”.⁷⁶ A coleção de Oliveira Silveira pertenceu à Dario de Bittencourt, por sua vez diretor durante os dez últimos anos de existência do periódico e filho de Aurélio Júnior, um dos fundadores, e neto, afilhado e tutelado de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, um destacado nome da burocracia sul-rio-grandense.⁷⁷ Depois de muitos anos considerada perdida, sua coleção foi localizada por Oliveira Silveira em meados da década de 1980. Conforme Maria Angélica Zubarán, foi legada em vida a Antônio Lourenço, um de seus colegas de redação e, após a morte deste, ficou sob os cuidados de Celeste Maria Maser Lourenço, escritora e viúva de Lourenço. Outra parte da coleção de Dario, referente à época na qual esteve à frente do jornal, está sob a custódia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, anteriormente custodiada pelo Círculo de Investigações e Pesquisas Literárias.⁷⁸

Já a coleção de Agostinho José Lourenço, pai de Antônio Lourenço, encontra-se na Biblioteca Rio-Grandense, em Rio Grande. Nela estão, por exemplo, o original do primeiro número (o mesmo fac-similado por Oliveira Silveira, mas que não está em seu acervo), o último da primeira fase e a edição de refundação de 1902. Agostinho José Lourenço era ligado ao jornal *A Federação*, do qual foi gerente entre 1906 e 1910, o que possivelmente facilitou seu acesso a uma significativa variedade de jornais. Sua relação com *O Exemplo* pode ser apreendida por meio da saudação que recebeu de Dario de Bittencourt – “nosso distinto amigo e confrade” – quando seu filho, Antônio Lourenço, ingressou no quadro de redatores do jornal em 1923.⁷⁹

Em suma, as edições de *O Exemplo* encontram-se em diversos acervos: Acervo Pessoal de Oliveira Silveira, Biblioteca Pública Rio-Grandense, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, bem como Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho e Biblioteca Nacional, cujos microfilmes encontram-se no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e digitalizados na Hemeroteca Digital.⁸⁰ Vale destacar o projeto de digitalização e reunião desses acervos, coordenado por Maria Angélica Zubarán e disponibilizado online.⁸¹

⁷⁶ Oliveira Silveira, “Três coleções preservam jornal da comunidade negra”, *Correio do Povo* apud Maria Angélica Zubarán, “O Acervo do Jornal *O Exemplo* (1892-1930): Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro”, *Revista Memória em Rede*, v. 5, p. 1-16, 2015, p. 7.

⁷⁷ Esta coleção foi composta por meio de jornais remetidos pela redação a Aurélio Júnior e por doações que lhe foram feitas por “velhos amigos” (Dario de Bittencourt, *Curriculum vitae* – documentário (1901/1957). Porto Alegre: Ética Impressora Ltda., 1958, p. 163-165).

⁷⁸ Maria Angélica Zubarán, “História, acervo e protagonismo negro no jornal *O Exemplo* (1892-1930)”, in: Fernanda Oliveira da Silva, Melina Kleinert Perussatto, Rodrigo de Azevedo Weimer e Silva, Sarah Calvi Amaral (orgs.), *Ciclo de debates sobre o jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas*. Porto Alegre: IHGRGS, 2015, p. 11.

⁷⁹ “O Exemplo”, *O Exemplo*, 04 fev. 1923, p. 1 apud José Antônio dos Santos, *1876-1928: Itinerários de um jornalista e burocrata negro*. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, jul. 2013, p. 5, nota 7).

⁸⁰ Hemeroteca Digital do IHGRGS. Disponível em: <<http://www.ihgrgs.org.br/>> (acesso em 02 jul. 2017) e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> (acesso em 20 mar. 2016).

⁸¹ Maria Angélica Zubarán, “Projeto *O Direito às memórias negras*: Preservando o patrimônio afro-brasileiro nas coleções do jornal *O Exemplo/RS* (1892-1930)”. Canoas: NEABI-ULBRA, 2015. A base está disponível em:

Graças a esses agentes e instituições de salvaguarda, um dos objetivos do jornal pode ser cumprido, qual seja, “se não conseguirmos o levantamento da nossa classe, ao menos não deixaremos jazer no pó do olvido, imersa em sua mediocridade”.⁸² Para além de outros sentidos que serão explorados adiante, residia o desejo de produzir um registro sobre as memórias do grupo e sua identidade, ainda que o projeto não alcançasse seu fim. Lembremos que se tratava de um contexto de emergência do ideário positivista, para o qual concorria o arquivamento de documentos e o registro de memórias para subsidiar futuramente pesquisas sobre o passado histórico. Este, aliás, foi um dos fins que a imprensa acabou assumindo e, como vimos na introdução, um repertório acessado por grupos negros desde antes da República.

Nos valem de *O Exemplo* como fonte e objeto e complementarmente utilizamos outros documentos, tais como inventários *post-mortem*, testamentos, registros eclesiásticos de batismo, casamento e óbito, registros cíveis de casamento, apelações de divórcio e prontuários educacionais. Outras fontes complementares foram os Relatórios da Presidência da Província, da Presidência do Estado e da Intendência Municipal e Porto Alegre, leis e decretos diversos, recenseamentos e obras coetâneas. No manuseio das fontes, sabemos não ser possível acessar a plenitude do cotidiano, ou apreender as sensações e os desejos dos sujeitos cujos fragmentos de vida foram registrados, seja pelas seleções que o tempo e a organização arquivística produzem, ou pela existência de filtros intermediadores e deformadores na documentação.⁸³

Visando observar as mudanças e permanências ao longo do tempo, o presente estudo foi dividido em quatro capítulos, cada qual com um apêndice contendo quadros prosopográficos dos respectivos membros do grupo. No primeiro capítulo abrangemos o surgimento de *O Exemplo* em 1892 até seu fechamento em 1897 e apresentamos aspectos biográficos dos fundadores, suas relações e projetos para além do periódico e questões que nos pareceram centrais ao longo dessa primeira fase, a saber, as esperanças e frustrações em relação à Abolição e à República; a importância atribuída ao associativismo nas lutas políticas e na busca por mobilidade e inserção social, expressa mediante a adoção do lema “propriedade de uma associação”; os embates na arena da imprensa e a participação no movimento operário; e o desejo de construir novas imagens sobre homens negros e mulheres negras.

No segundo capítulo, duas famílias que, segundo Oliveira Silveira, se destacavam no grupo de trabalho são os fios condutores. As famílias Bittencourt e Calisto serviram como base material, moral e intelectual do tentame e destacamos as formas particulares e aproximadas como levaram

<<http://culturadigital.br/jornaloexemplo/>>, acesso em 02 jul. 2017. Nesse endereço também pode ser encontrado o catálogo do projeto.

⁸² A Redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

⁸³ Giovanni Levi, *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000; Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias e um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

a cabo um projeto comum, calcado na ascensão social, na ampliação da cidadania e na luta contra o racismo. Para tanto, percorremos as trajetórias educacionais, profissionais e associativas de alguns seus membros, com destaque a Aurélio Viríssimo de Bittencourt e sua busca por aperfeiçoamento e a construção de uma vasta rede relacional na capital; a Aurélio Júnior, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo; a Adelina de Bittencourt, professora formada pela Escola Normal; a Calisto Felizardo de Araújo e a construção de um patrimônio por meio das artes de cura; e a Esperidião Calisto, cuja recordação sobre o “preconceito escolar com base na cor” vivenciado nas aulas públicas da capital no período imperial interliga-se às denúncias sobre a manutenção deste tratamento no período republicano.

No terceiro capítulo adentramos no primeiro período da segunda fase de *O Exemplo*, compreendido entre a refundação em 1902 e o intervalo registrado em 1905, com ênfase às continuidades e transformações em relação ao projeto original. O ingresso de novos quadros permitiu-nos aprofundar as relações entre classe, raça e gênero, bem como entre instrução, trabalho e cidadania, sobretudo mediante a proposta de criação de uma escola noturna, a conexão com o projeto de emancipação diaspóricas e a colaboração de literatas negras. Além de Esperidião Calisto, tornaram-se personagens centrais seu parceiro de refundação, Tácito Pires, nascido de ventre livre, militante socialista e professor; e Sophia Ferreira Chaves, literata e professora.

No quarto capítulo abordamos o último período da segunda fase do jornal, entre 1908 e 1911, cuja divisão se deve a três razões: ausência de jornais preservados entre 1905 e 1908, mudanças substanciais em seu quadro e proposição de um novo projeto educacional. Se no capítulo anterior a edificação de uma escola noturna e a influência do viés socialista ganharam proeminência, neste o projeto de um asilo para a infância e a ideologia anarquista entraram em cena, revelando formas de ação política engendradas no seio do periódico e para além dele. Esperidião Calisto seguiu no lastro do periódico e destacamos a presença do anarquista negro Cristiano Fettermann no quadro de colaboradores neste período. Por fim, recuperamos o lema adotado pelo periódico a partir da refundação, qual seja, “jornal do povo”, para problematizar a maneira como foi caracterizado por seus redatores, por jornais contemporâneos e pela historiografia extemporânea.

1 SURGE *O EXEMPLO* NA VASTA ARENA DA IMPRENSA (1892-1897)

Surge hoje na vasta arena da imprensa *O Exemplo*, que, nascido de uma dessas elevações do espírito, tão peculiares à mocidade, é lançado aos vendavais da publicidade a impetrar o último lugar nos domínios do jornalismo da Capital. [...] - O nosso programa é simples e podemos exarar-lo em duas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nosso medíocres conhecimentos. [...] Se não conseguirmos o levantamento da nossa classe, ao menos não deixaremos jazer no pó do olvido, imersa em sua mediocridade.¹

O domingo do dia onze de dezembro de 1892 viu o jornal *O Exemplo* circular pela primeira vez pelas ruas de Porto Alegre e passou a registrar no periodismo da capital um ponto de vista ainda inédito sobre os primeiros tempos republicanos. Para além do periódico e na perspectiva da história social, ao revisitarmos trabalhos que se debruçaram sobre *O Exemplo* e ao delimitarmos as questões que orientam este estudo, nos interessou saber mais sobre o grupo fundador para além do jornal, mas também a conformação e transformações do grupo ao longo do tempo. Por conta disso, na primeira seção do capítulo que abre este estudo a ênfase recaiu sobre aspectos educacionais, profissionais, políticos e familiares dos membros do grupo de intelectuais negros em Porto Alegre fundador de *O Exemplo*, extrapolando os marcos temporais da sua participação junto ao periódico. Em seguida, a inserção do projeto coletivo na “vasta arena da imprensa” nos permitiu explorar o combate aos estereótipos sobre a inferioridade racial do negro, a denúncia sobre a ação policial e apontar para relações do grupo com o nascente movimento operário na capital, ampliando as características deste jornal da imprensa negra, tendo em vista o lugar desde onde os redatores produziam seus escritos.

Por se tratarem de homens negros nascidos livres quando ainda vigorava a escravidão e as pautas abordadas no periódico, na terceira seção a arena de disputas em torno das ideias de liberdade, cidadania e igualdade entra em cena, enfatizando as escolhas tomadas por eles enquanto laboriosos cidadãos portadores de direitos políticos, porém homens *de cor* em uma sociedade que reatualizava suas dinâmicas de racialização. Na seção seguinte, sentidos advindos da adoção do lema “propriedade de uma associação”, particularmente por meio do mapeamento de experiências coletivas, de conjecturas em torno da ideia de “classe dos homens de cor” e da forma como o quadro organizativo do jornal foi composto. Por fim, a última seção tem como fio condutor a ideia de levantamento moral e intelectual da raça ou da classe, de educação pelo exemplo, verificando estratégias pedagógicas e expectativas de gênero subjacentes ao tentame desde seus primeiros tempos.

¹ A Redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

1.1 UM “GRUPO DE ABNEGADOS JOVENS” HOMENS DE COR: OS FUNDADORES

Por ocasião do primeiro aniversário de *O Exemplo*, o colaborador Hélio Silva qualificou os fundadores como integrantes do “grupo de abnegados jovens” que não esmoreceu diante das dificuldades encontradas em seu tentame, sobretudo a baixa adesão da “classe” ao projeto, e seguia impávido na luta.² Mas, afinal, quem eram os integrantes desse grupo? Responder a esta pergunta, que converge ao esforço de reconstruir aspectos das trajetórias do grupo fundador, tornou-se importante na medida em que nos permitiu não apenas apreender as condições de produção do conteúdo do jornal, mas principalmente conhecer um pouco mais sobre os autores das ideias jogadas aos “vendavais da publicidade” por meio daquele que ficou conhecido como o primeiro jornal da imprensa negra sul-rio-grandense.³ Desse modo, oferecemos na primeira seção do presente capítulo alguns aspectos das trajetórias dos membros do grupo fundador, explicitando a pluralidade de experiências educacionais, laborais, associativas, políticas e familiares, bem como as aproximações que possivelmente concorreram para a elaboração de um projeto coletivo. Ainda que o recorte temporal do estudo esteja delimitado às duas primeiras fases de *O Exemplo* (1892 a 1897 e 1902 a 1911), considerando o ciclo de vida dos personagens, ultrapassamos esses marcos.

Para a busca nominal, nos valem de necrológios e notas diversas publicadas em *O Exemplo*; alistamentos eleitorais, registros civis de casamento, entrega de patentes pela Guarda Nacional e notas diversas publicadas no jornal *A Federação*⁴; prontuários educacionais, assentos eclesiásticos de batismo, casamento e óbitos, apelações de divórcio, testamentos, inventários *post-mortem* salvaguardados em arquivos diversos, bem como obras memorialísticas e bibliográficas. Os dados coligidos foram organizados em quadros prosopográficos, por sua vez apresentados no final de cada capítulo da tese.⁵ Em ordem etária, a seguir apresentamos um quadro com os nomes dos fundadores e a forma como assinavam suas publicações aparece grifada. Ao lado, a data de nascimento, a idade com que fundaram o jornal, a data do óbito e o período de vida. Não encontramos o registro de óbito dos irmãos Calisto, mas seguiam vivos na década de 1930.

² Hélio Silva, “11 de dezembro”, *O Exemplo*, 11 dez. 1893, p. 1.

³ A redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

⁴ *A Federação* era o órgão do PRR e funcionou ao logo da Primeira República como uma espécie de diário oficial da burocracia e da administração estadual e municipal, permitindo-nos seguir no enalço dos fundadores e outros personagens associados a *O Exemplo*. O jornal surgiu em 1884 sob a direção de Júlio Prates de Castilhos e como arauto do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Fechou suas portas em 1937. Seu prédio, atualmente sede do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, foi erigido praticamente ao lado de onde existia o imóvel onde estava endereçado o Salão Calisto.

⁵ Não esgotamos todas as variáveis elencadas, o que não compromete a validade do método para nos fins desse estudo.

Quadro 1 - Fundadores de *O Exemplo*

Nome completo	Data de nascimento	Idade em dez. 1892	Data do Óbito	Período de vida
Arthur Pinto Gama	24/09/1863	29 anos	11/02/1922	58 anos
Florêncio Calisto Felizardo da Silva	07/11/1863	29 anos	-	-
Esperidião Calisto Felizardo da Silva	13/12/1864	28 anos	-	-
Alfredo Cândido de Souza	15/07/1866	26 anos	06/03/1934	68 anos
Sérgio Aurélio de Bittencourt	07/10/1869	23 anos	05/12/1904	35 anos
Arthur Ferreira de Andrade	04/05/1871	21 anos	11/03/1925	53 anos
Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior	28/02/1874	18 anos	30/07/1910	36 anos
Marcílio Francisco da Costa Freitas	21/02/1876	16 anos	06/04/1928	52 anos

Fonte: *O Exemplo; A Federação.*

Com idades que iam dos dezesseis aos 29 anos, o grupo era composto por jovens “homens de cor”, conforme se automeavam⁶, nascidos livres a partir da década de 1860, momento no qual os debates emancipacionistas e abolicionistas pululavam do parlamento aos lares da população brasileira, passando pela redação dos jornais e pelos circuitos literários, acadêmicos e científicos.⁷ Frequentaram escolas públicas, aulas particulares e cursos superiores; vincularam-se a diversas agremiações leigas, mutualistas, literárias, classistas ou negras; atuaram junto às artes gráficas e de cura; fizeram carreira como funcionários públicos concursados; foram condecorados com patentes da Guarda Nacional; alistaram-se nos róis de cidadãos políticos; valeram-se das novas instituições republicanas, como o casamento civil e o conseqüente divórcio; deixaram descendentes e legaram patrimônio. Esse olhar panorâmico sobre suas trajetórias já é por si só revelador das múltiplas, ainda que não irrestritas, possibilidades de agenciamento e organização de pessoas negras livres, para além de (possíveis e restritos) vínculos com a escravidão.

Nesse sentido, antes de adentrarmos nas trajetórias dos fundadores, assinalamos que a metodologia empregada por Ana Flávia Magalhães Pinto em sua tese de doutorado foi fundamental em nosso empreendimento.⁸ A historiadora utilizou jornais da imprensa e cruzou diversas outras fontes para reconstruir os “fortes laços em linhas rotas” que aproximaram

⁶ Embora não seja a proposta deste estudo debater os sentidos por detrás do uso de termos denotadores de cor, raça ou origem, tais como preto, pardo, mulato, negro, homens de cor, eventualmente serão problematizados, especialmente a partir de dois estudos dedicados a isso, a saber, a tese de Marcus Rosa (*Além da invisibilidade...*) e um artigo de Regina Célia Lima Xavier (“Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição”, in: Alexandre et al. Fortes (orgs.). *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 103-131).

⁷ Dentre os diversos estudos sobre o tema, emergidos em uma perspectiva renovada a partir do centenário da Abolição, citamos os resultados da tese de doutorado de Sidney Chalhoub (*Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990) e seus estudos sobre um dos mais importantes literatos do país (*Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003).

⁸ Ana Flávia Magalhães Pinto, *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Destacamos ainda a inspiração oferecida pelos artigos reunidos em: Flávio dos Santos Gomes e Petrônio Domingues (orgs.), *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011; Ana Flávia Magalhães Pinto e Sidney Chalhoub (orgs.), *Pensadores negros – Pensadoras negras: Brasil século XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

literatos negros nascidos majoritariamente livres no oitocentos, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e que precisavam lidar cotidianamente com o fato de viverem em uma sociedade na qual a cidadania e a liberdade de seus habitantes era qualificada a partir de linhas de cor, raça, origem ou condição jurídica. Mostrou-nos, pois, as potencialidades do uso da biografia para romper fronteiras espaciais e cronológicas, sobretudo a do 13 de maio, complexificar a compreensão de um processo histórico, adensando a participação negra no movimento abolicionista e na imprensa.⁹



Figura 1 - Arthur de Andrade
Fonte: *O Exemplo*, 06 jan. 1921, p. 1



Figura 2 - Marcílio Freitas
Fonte: *O Exemplo*, 06 jan. 1921, p. 1.



Figura 3 - Alfredo Souza
Fonte: *O Exemplo*, 06 jan. 1921, p. 1.

Particularmente no que concerne às trajetórias dos jornalistas envolvidos com *O Exemplo*, um primeiro esforço foi realizado por José Antônio dos Santos em sua tese de doutorado, sem contudo dedicar-se mais intensamente aos fundadores.¹⁰ Liane Susan Müller já havia identificado a presença de fundadores, apoiadores e futuros integrantes em meio à sociabilidade negra da capital, especialmente na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.¹¹ Nesse enalço, Felipe Rodrigues Bohrer e Marcus Vinícius de Freitas Rosa nos trazem aspectos da trajetória daqueles envolvidos com segunda fase do jornal, a ser abordada no segundo capítulo do presente estudo. Por fim, Maria Angélica Zubarán vem perscrutando aqueles que passaram a compor a terceira fase, sobretudo a família Baptista da Silva, oferecendo alguns dados mais pontuais sobre os

⁹ Um importante balanço recente sobre a biografia histórica como metodologia para romper fronteiras é: Benito Bisso Schmidt, “Que Diferença Faz? Os Estudos Biográficos na História do Trabalho Brasileira”, in: Alexandre Fortes et al. (orgs.), *Cruzando Fronteiras: Novos olhares sobre a História do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 61-67.

¹⁰ José Antônio dos Santos, *Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Posteriormente publicou um artigo sobre Marcílio Freitas, no qual pincela aspectos da trajetória de Arthur de Andrade (1876-1928: Itinerários de um jornalista e burocrata negro. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. UFRN, Natal, jul. 2013).

¹¹ Felipe Rodrigues Bohrer, *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013; Marcus Vinícius de Freitas Rosa, *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014; Liane Susan Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

fundadores falecidos nesse período.¹² A esse despeito, ainda não se registrou um estudo debruçado sobre as trajetórias dos fundadores, suas relações e experiências para além do periódico. Conheçamos, então, os membros do grupo de *O Exemplo*.

Arthur Ferreira de Andrade nasceu em quatro de maio de 1871 e, segundo seu alistamento eleitoral, era filho de F. da Conceição.¹³ Aos 21 anos de idade assumiu a responsabilidade de dirigir a redação do recém-fundado jornal *O Exemplo*, permanecendo no posto até princípios de 1894 e, como colaborador, até o fim da vida, abreviada aos 54 anos de idade, no dia onze de março de 1925. Vítima de uremia, teve sua cor indicada como parda no registro de óbito.¹⁴

Arthur de Andrade estudou no Colégio Gomes, um dos mais tradicionais educandários particulares da capital, cujas portas foram fechadas quando possuía apenas sete anos de idade.¹⁵ O estabelecimento funcionou entre 1853 e 1878 e registrou a passagem de homens que, segundo Aquiles Porto Alegre, “se distinguiram nas letras, nas armas e na política”.¹⁶ Reconhecido por formar os filhos da elite para prestarem os exames preparatórios exigidos para o ingresso no ensino superior, assunto que abordaremos no segundo capítulo da tese, a presença de Arthur de Andrade em seus bancos, ainda que na tenra idade, é reveladora dos conhecimentos escolares a que teve acesso e das possibilidades de inserção de homens *de cor* nesse meio. João Daudt Filho, um dos alunos da instituição, recordou-se que o mestre e diretor do educandário, Fernando Ferreira Gomes, dominava plenamente as línguas portuguesa, latina, inglesa e francesa, bem como a matemática, a geografia e a cosmografia, com destaque a sua didática: “Geometria no espaço era ensinada por meio de figuras por ele mesmo talhadas em pedaços de sabão. Suas aulas de

¹² Maria Angélica Zubarán, “História, acervo e protagonismo negro no jornal *O Exemplo* (1892-1930)”, in: Fernanda Oliveira da Silva, Melina Kleinert Perussatto, Rodrigo De Azevedo Weimer e Sarah Calvi Amaral Silva (orgs.), *Ciclo de debates sobre o jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas*. Porto Alegre: IHGRGS, 2015.

¹³ Conforme informado em seus alistamentos eleitorais: *A Federação*, 21 jun. 1895.

¹⁴ “Dr. Arthur Ferreira de Andrade”, *O Exemplo*, 15 mar. 1925; ASCMPA. Livro de óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre apud Maria Angélica Zubarán, “História, acervo e protagonismo negro no jornal *O Exemplo*”... p. 15.

¹⁵ “Dr. Arthur Ferreira de Andrade”, *O Exemplo*, 15 mar. 1925. Ver também: José Antônio dos Santos, *1876-1928...*

¹⁶ Dentre os quais Júlio Prates de Castilhos (1860-1903), futuro bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e Presidente do Estado; Graciano Alves de Azambuja (1847-1911), futuro Diretor da Instrução Pública, da Escola Normal e da Biblioteca Pública e editor do Anuário da Província/do Estado do Rio Grande do Sul; e o próprio Aquiles Porto Alegre (1848-1926), futuro literato, professor, funcionário público e fundador do Partenon Literário. Além destes, frequentaram a instituição: Marechal Bibiano Sérgio de Macedo Costallat, Dr. Ernesto Alves de Oliveira, Dr. José Caetano Pinto, Simplício Ignácio Jacques, Dr. Vasco Pinto Bandeira, General Olavo Ottoni Barreto Viana, Dr. Carlos Rodrigues Chaves, Gaspar Pinto Fróes de Azevedo, Protásio Alves, Almirante Alexandrino de Alencar, Antônio Francisco Velho Júnior, Ulisses José da Costa Cabral. Ver: Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: [sem ed.], 1917, p. 68; Eduardo Arriada, *A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do Ensino Público*. 372 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 103-104; Rodrigo Emanuel Prestes, *Homens do Prelo: um ensaio sobre culturas políticas e letradas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 128.

cosmografia eram dadas à noite, para demonstrações ao vivo apontando as constelações, indicando os nomes e as posições dos corpos celestes”.¹⁷

Embora não saibamos onde e como seguiu seus estudos, no final do século XIX foi plenamente aprovado nos exames preparatórios em Inglês e em Química e Física¹⁸ e, em 1902, ingressou na recém-fundada Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, cuja aprovação na cadeira de Direito Civil no final do primeiro ano rendeu-lhe uma afetuosa saudação dos colegas de *O Exemplo*.¹⁹ No ano seguinte, sua plena aprovação em Filosofia do Direito estampou a folha republicana.²⁰ Contudo, possivelmente se viu obrigado a interromper seu investimento no ensino superior ou cursá-lo espaçadamente, pois oito anos depois foi descrito como “segundo anista”²¹ e em 1914 e 1915 estampou a lista de aprovados em disciplinas do curso.²²

Apesar disso, no alistamento eleitoral de 1899, Arthur de Andrade foi descrito como advogado e encontramos duas evidências do exercício da profissão neste mesmo ano, mais especificamente como curador nomeado pelo Juiz Distrital Aurélio Júnior, um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre em 1901, para atuar em duas arrecadações de espólio.²³ Além de reforçar a existência de advogados práticos, tendo em vista que os únicos cursos de Ciências Jurídicas existentes naquele momento localizavam-se em São Paulo e Olinda/Recife, explicita-se o suporte oferecido por homens *de cor* em cargos de prestígio a seus pares, particularmente entre os fundadores de *O Exemplo*. Tratava-se, aliás, do período de intervalo entre o primeiro fechamento do periódico, que se deu em 1897, e sua refundação, em 1897, o que indica a manutenção das relações de amizade e a continuidade do projeto traçado na fundação do periódico. Ademais, registra-se o manejo das insígnias de prestígio social, como a de doutor, por intelectuais negros. Depois disso, encontramos a atuação de Andrade como advogado em um processo de inventário de 1911.²⁴

¹⁷ João Daudt Filho, *Memórias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938, p.7 apud Eduardo Arriada, op. cit., p. 103-104. Fernando Ferreira Gomes (1830-1894), nasceu em Porto Alegre, mas “estudou os preparatórios no Rio de Janeiro. Professor em Vassouras, Rio de Janeiro entre 1849 e 1852. [...] Mesmo tendo fechado o seu educandário, continuou lecionando em outros Colégios” (Ibid., p. 101).

¹⁸ Exames preparatórios em inglês e Química e Física (*A Federação*, 11 nov. 1889; id., 18 dez. 1900).

¹⁹ *O Exemplo*, 18 dez. 1902, p. 2.

²⁰ *A Federação*, 27 mai. 1903.

²¹ “Asilo 13 de maio”, *O Exemplo*, 22 mai. 1910, p. 1-2.

²² Prestou prova oral em Economia Social Ciência das Finanças (referente ao 2º ano do curso) em 1914, e foi plenamente aprovado em Direito Administrativo, Processo Civil e Comercial e Medicina Pública em 1915 (*A Federação*, 01 dez. 1914; id., 18 dez. 1915; id., 22 dez. 1915).

²³ *A Federação*, 6 jul. 1899; APERS. Juízo Distrital. Arrecadação de espólios de João Egeler. Curador Arthur Ferreira de Andrade, 1899; APERS. Juízo Distrital. Arrecadação de espólios de Juliana Vecck. Curador Arthur Ferreira de Andrade, 1899.

²⁴ APERS. Comarca de Porto Alegre. Inventariada: Francisca Arouche de Moraes. Inventariante: Arthur Ferreira de Andrade. 1911. Um estudo sobre a atuação de negros atuando como advogados práticos no século XIX, sobretudo no movimento abolicionista é: Keila Grinberg, *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil na época de Antônio Pereira Rebouças*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

Nos demais alistamentos eleitorais (1895, 1900, 1901), Arthur de Andrade foi descrito como empregado público.²⁵ Pouco antes de fundar o jornal, ingressou na repartição dos Correios, via concurso público, e ascendeu de praticante (1891) à oficial da seção de administração (1913), posto no qual se aposentou.²⁶ Acreditamos, portanto, que somente em vias de encerrar a carreira pública conseguiu investir mais intensamente em sua formação superior, até porque em meio a isso fundou e editou *O Exemplo*, seguiu como seu colaborador e, como veremos adiante, foi atuante em diversas agremiações da capital, ingressou na Guarda Nacional, filiou-se ao Partido Republicano Rio-Grandense e constituiu família. Sobre esse último aspecto, somente aos 37 anos de idade contratou casamento e, um ano depois, no dia 22 de novembro de 1910, casou-se no religioso e no civil, respectivamente, na Catedral e na residência do juiz de casamentos, com a cirurgiã-dentista Carmen Pinto Azevedo (1890-1950).²⁷ O único vestígio sobre a cor/raça de Carmen refere-se a sua ascendência, seu pai foi descrito como de cor mista,²⁸ revelando-nos a escolha pela constituição de uma família negra por parte duas pessoas que alcançaram o prestígio advindo da posse de um curso superior. O casal teve ao menos dois filhos: Renato, batizado em 1912, e Consuelo, nascida em dezesseis de março de 1914.²⁹ O batismo do filho mereceu uma grande comemoração realizada no mesmo dia do aniversário materno, com direito à sarau poético e musical.³⁰

Marcílio Francisco da Costa Freitas nasceu em 21 de fevereiro de 1876³¹ e era filho de Maria Angélica da Costa Freitas³² e Antônio Francisco da Costa Freitas.³³ O mais jovem dentre os fundadores, manteve-se vinculado ao empreendimento até o fim da vida. Faleceu em seis de abril de 1928, aos 52 anos de idade, em decorrência de uma febre tifoide, “cruel enfermidade que o reteve ao leito durante 45 dias”.³⁴ Por essa ocasião, sua cor foi indicada no registro de óbito como mista.³⁵

²⁵ *A Federação*, 21 jun. 1895, p. 3; id., 5 mar. 1900; id., 23 mar. 1901; id., 27 mai. 1903; id., 05 mar. 1904; 15 jun. 1907.

²⁶ Praticante (*A Federação*, 06 mar. 1891); praticante da administração (id., 21 set. 1900); terceiro oficial (id., 14 nov. 1910); segundo oficial (; id., 21 nov. 1913).

²⁷ Segundo *A Federação*, o noivo era “nosso amigo” e “3º oficial dos correios do Estado, enquanto a noiva, “senhorita doutora”. Como paraninfos dele, “no civil, o dr. Antônio Martins Costa e a exma. esposa e no religioso o capitão Antônio Guedes de Oliveira e dra. Setembrina Vieira Nuñez”; dela, “no civil o capitão Cassio Brum Pereira e a exma. consorte e no religioso o professor Apelles Porto Alegre e exma. esposa” (*A Federação*, 23 nov. 1910, p. 2).

²⁸ *A Federação*, 30 set. 1915, p. 4.

²⁹ *A Federação*, 30 nov. 1909, p. 4.

³⁰ *A Federação*, 10 dez. 1912, p. 2.

³¹ *O Exemplo*, 25 fev. 1917, p. 2.

³² Falecida em 1893 (*O Exemplo*, 20 ago. 1893, p. 4). A missa foi rezada na Igreja do Rosário.

³³ J. C. de Freitas (*A Federação*, 07 jul. 1899, p. 3; id. 31 jul. 1906, p. 3).

³⁴ *O Exemplo*, 12 abr. 1928, p. 1.

³⁵ A causa *mortis* consta apenas no registro de óbito: ASCMPA. Livro de óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre apud Maria Angélica Zubarán, “História, acervo e protagonismo negro no jornal *O Exemplo*” ... p. 16.

Sobre a formação de Marcílio Freitas, sabemos por meio de um dos necrológios publicados em *O Exemplo*, que chegou a estudar na Escola Normal da capital, sem concluir o curso, o que por si só já é revelador de sua investida no âmbito educacional e na carreira docente. Chegou a prestar exames preparatórios na Faculdade de Direito de Porto Alegre, sendo plenamente aprovado em Português e Francês.³⁶ Ao que parece, assim como vários de seus colegas de imprensa³⁷, sua formação aconteceu mormente no ambiente tipográfico, uma vez que aos dezesseis anos de idade, quando fundou *O Exemplo*, trabalhava nas oficinas da *Folha Nova* e não tardou a ingressar nas oficinas de *O Mercantil*, onde imprimia o periódico por ele fundado.³⁸ Mais tarde, tornou-se revisor de provas no *Jornal do Comércio* e no *Correio do Povo*.³⁹ Possivelmente sua intimidade com as artes gráficas avalizou sua indicação à gerência da empresa, a despeito de possuir de ser o mais jovem dentre os fundadores, e nela permanecer, pelo menos, até o final de 1895.

Nos alistamentos eleitorais de 1899 e 1902, Marcílio Freitas foi descrito como empregado público e, em meio a isso, no de 1900, como carteiro.⁴⁰ De fato, ingressou via concurso público na repartição dos Correios em 1895,⁴¹ onde já trabalhava seu colega Arthur de Andrade. Chegou a prestar concurso para a Secretaria da Fazenda, obtendo a 7ª colocação dentre os dez inscritos⁴², mas acabou por fazer carreira em outro ramo do serviço público, qual seja, a Alfândega, em cujo setor ascendeu de quarto escrivão (1900) à guarda-mor (1910)⁴³ Na condição de 2º escrivão e visando a promoção à guarda-mor, solicitou permissão ao Ministro da Fazenda, por meio do delegado fiscal, para realizar os referidos exames preparatórios.⁴⁴ Neste posto, teve

³⁶ *A Federação*, 17 mar. 1904, p. 2; id. 25 mar. 1904, p. 2.

³⁷ Sobre a formação em meio à atividade tipográfica, ver: Clóvis Moura, *Rebeliões da Senzala*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto: 1988; Maria Helena Machado, *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; EDUSP, 1994; Ângela Alonso, *Joaquim Nabuco – Coleção Perfis Brasileiros*. Companhia das Letras: São Paulo, 2007; Paulo Roberto Staudt Moreira, “O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano”, *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, p. 85-127, 2014.

³⁸ “Já restabelecido de seus incômodos de saúde acha-se outra vez à testa da gerência desta empresa o ativo companheiro Marcílio Freitas. Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao inteligente artista tipográfico Gustavo Pereira os relevantes serviços materiais que junto à empresa do *Mercantil*, em cujas oficinas é impressa esta folha, prestou-nos na ausência daquele amigo” (A empresa, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 15 out. 1893, p. 2). Sobre *O Mercantil*, jornal fundado em 1849 e que contou com duas fases (1849-1865; 1874-1897), passou neste contexto de uma postura conservadora a liberal. Cândia Gomes, segundo fundador, era do Partido Conservador e somou-se à campanha abolicionista, tendo criado uma “caixa libertadora”. Encerrou como um jornal de propriedade do Partido Federalista Sérgio da Costa Franco, *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988, p. 274). Sobre o Partido Federalista, ver: Sérgio da Costa Franco, “O Partido Federalista”, Tao Golin, Nelson Boeira (orgs.), *República - República Velha (1889-1930)*. v. 3, t. 1. Coleção: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 129-170; Eduardo Rouston Júnior, *O Rio Grande do Sul republicano sob a ótica parlamentar da oposição federalista, 1913-1924*. Edipucrs: Porto Alegre, 2014.

³⁹ *O Exemplo*, 12 abr. 1928, p. 1.

⁴⁰ *A Federação*, 07 jul. 1899, p. 3; id., 18 abr. 1900, p. 3; id., 10 jul. 1902, p. 4.

⁴¹ *A Federação*, 12 set. 1895, p. 2.

⁴² *A Federação*, 17 mai. 1900, p. 2.

⁴³ Em 1900, foi nomeado 4º escrivão (*A Federação*, 11 jul. 1900, p. 2); secretário da comissão de tarifas (id., 27 jun. 1904, p. 2); 3º escrivão (id., 19 jul. 1902, p. 3; 20 jun. 1904, p. 1; id., 12 jan. 1905, p. 3); guarda-mor (id., 12 fev. 1910, p. 2). Foi ainda inspetor em comissão na Alfândega de Uruguaiana entre 1922 e 1925 (*O Exemplo*, 12 abr. 1928, p. 1).

⁴⁴ *A Federação*, 20 jul. 1911, p. 4.

acesso privilegiado a toda ordem de informações, ideias, novidades, tais como a chegada de nomes ilustres da política.⁴⁵ Seu necrológio ressaltou ainda o exercício de um cargo de confiança no Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, cujo regresso à capital sul-rio-grandense mereceu uma efusiva recepção no local onde voltaria a trabalhar até o fim da vida e que contou com a presença de Borges de Medeiros, presidente do Estado.⁴⁶

No alistamento eleitoral de 1899, Freitas foi indicado como casado e, nos dois seguintes, de 1900 e 1902, como viúvo.⁴⁷ Sabemos apenas que no dia dezanove de abril de 1903⁴⁸ casou-se em segundas núpcias com Balbina Rocha Pedroso, identificada no necrológio como “exma. sra. d. Balbina Pedroso da Costa Freitas”, com quem teve “uma filha, a senhorita Maria”.⁴⁹ Em 1911, por ocasião do aniversário da esposa, a folha republicana noticiou que “improvisou-se em sua residência um ligeiro sarau, dançando-se animadamente algumas horas”.⁵⁰

Arthur Pinto Gama nasceu no dia 24 de setembro de 1863 e era filho natural⁵¹ de Luiza Maria da Conceição. Faleceu no dia onze de fevereiro de 1922, de paralisia geral, aos 58 anos de idade. Em seu registro de óbito, assim como Freitas, foi declarado como de cor mista.⁵² Apesar de não ter assumido algum cargo por ocasião da fundação de *O Exemplo*, no começo de 1894 foi eleito presidente da diretoria pelos “acionistas deste jornal” para “gerir os negócios da empresa”. Nesta ocasião, Florêncio Calisto foi eleito secretário, Sérgio de Bittencourt diretor de redação e Alfredo de Souza, diretor-caixa.⁵³ Não sabemos a razão, mas o fato é que Marcílio Freitas seguiu como gerente interino ao longo do período indicado.

Nada sabemos sobre a trajetória educacional de Arthur Gama, apenas que era um exímio auto-didata. Segundo seu necrológio, era “estudioso e com grande pendor para o serviço público”, de modo que “sempre aprofundando seus conhecimentos, com habitual contração para livros”, conseguiu ingressar via concurso público nessa carreira como escrevente do Arsenal de Guerra, onde recebia mensalmente 33\$000, “considerados, naquele tempo, como larga remuneração”. Em

⁴⁵ Cf. diversas notas publicadas em *A Federação*.

⁴⁶ *O Exemplo*, 12 abr. 1928, p. 1.

⁴⁷ *A Federação*, 18 abr. 1900, p. 3; id., 10 jul. 1902, p. 4.

⁴⁸ *A Federação*, 20 abr. 1903, p. 2.

⁴⁹ *O Exemplo*, 12 abr. 1928, p. 1. Balbina era filha de Torquato da Rocha Pedroso, “operário aposentado do Arsenal de Guerra e cidadão muito estimado” segundo *O Exemplo* (*A Federação*, 15 jul. 1932, p. 2). *O Exemplo* referia-se à Maria como filha adotiva do casal, o que não se dava n’*A Federação* (*O Exemplo*, 07 mai. 1916, p. 3; id., 08 jul. 1917, p. 2).

⁵⁰ *A Federação*, 27 mai. 1911, p. 2.

⁵¹ “Ao nascer, os filhos recebiam uma caracterização, indicativa do tipo de relação mantida por seus pais e que regularia os direitos a ela vinculados” [...]: *legítima*, se proveniente de casamento entre os pais, ou *ilegítima*, se gerada fora dele. Entre os *ilegítimos*, distinguem-se os *naturais* [...] [que] eram aqueles cujos pais não apresentavam qualquer impedimento para casar, quando da concepção e do nascimento do filho [grifos no original] (Silvia Brügger, *Minas patriarcal: família e sociedade*. São João Del Rei – séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007, p. 134-135). A condição da maior parte da população pobre batizada no país era natural.

⁵² *O Exemplo*, 15 mar. 1925; ASCMPA. Livro de óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre apud Maria Angélica Zubarán, “História, acervo e protagonismo negro no jornal *O Exemplo*”... p. 15.

⁵³ *O Exemplo*, 01 jan. 1894, p. 3.

1885, estava dentre os inscritos em um concurso para amanuense na construção da Estrada de Ferro Porto Alegre-Cacequi e parece ter conseguido uma das três vagas, já que sua atuação como escriturário da Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana, um dos trechos daquele empreendimento, foi assinalada no mencionado necrológico.⁵⁴

Ainda em 1885, Gama assumiu o cargo de praticante, conquistado via concurso público, junto à Pagadoria Provincial, transformada em Tesouro do Estado com a República. Foi, portanto, o primeiro do grupo a ingressar na carreira pública. Dez anos depois, no alistamento eleitoral de 1895, assim como Arthur de Andrade (oito anos mais moço) e Marcílio Freitas (treze anos mais jovem), foi qualificado como empregado público.⁵⁵ Após 35 anos de trabalho nesse ramo, aposentou-se como diretor de seção e uma remuneração anual de 10:500\$000 (875\$000 mensais). Em meio a isso, recebeu gratificações e promoções em reconhecimento à qualidade de seu trabalho.⁵⁶ Nesse posto, foi ainda acionista da Caixa dos Funcionários Públicos.⁵⁷ A inspeção de saúde feita por ocasião do encaminhamento de sua aposentadoria declarou-o permanente inválido para o trabalho⁵⁸ e, dois anos depois, faleceu acometido por uma severa enfermidade.

No alisamento eleitoral de 1895, Gama era casado⁵⁹ e localizamos o registro de seu enlace com Maria da Glória Pereira Rosa, realizado às dez horas da manhã do dia dezoito de maio de 1889, “sob o regime de comunhão de bens”, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Os nubentes eram naturais da província e filhos naturais, ele de Luiza Maria da Conceição, ela de Eva Maria da Conceição. Ele contava com 25 anos de idade enquanto ela, quinze.⁶⁰ Serviram como testemunhas Manoel Pereira de Barbedo e Alfredo Pinto Gama, possivelmente irmão do noivo. Além do sobrenome materno dos nubentes indicar a devoção religiosa à Nossa Senhora da Conceição, o

⁵⁴ *A Federação*, 27 nov. 1885, p. 2; *O Exemplo*, 19 fev. 1922, p. 1.

⁵⁵ *A Federação*, 17 set. 1895, p. 4.

⁵⁶ Em 1914, na condição de chefe de seção da 5ª Diretoria do Tesouro do Estado recebeu “a gratificação especial da 4ª parte de seus vencimentos”, equivalente a 1:710\$000 anuais (Decreto n. 2.078, de 17 de abril de 1914 in: *A Federação*, 19 abr. 1914, p. 30. O abono baseou-se no artigo 127 do Decreto n. 1.081, de 23 de abril de 1907. Em 1920, após “35 anos de efetivo serviço público” sua solicitação de aposentadoria foi deferida. Para tanto, provou-se por meio da “inspeção de saúde a que foi submetido, achar-se inválido de modo permanentemente e total para continuar no exercício do cargo”. Continuaria recebendo 10:500\$000 anuais, correspondentes aos seus vencimentos integrais no exercício do cargo de diretor da 5ª diretoria do Tesouro do Estado (Decreto n. 2.700, de 23 de dezembro de 1920, in: *A Federação*, 23 dez. 1920, p. 1). Foram citados o art. 20, n. 23 da Constituição e o artigo 79 do Regulamento Geral dos Funcionários Públicos.

⁵⁷ Promoções depois de ser primeiro oficial do Tesouro do Estado: chefe de sessão (1912); administrador da Mesa de Rendas (1913); chefia da Mesa de Rendas em Rio Grande, mas voltou à capital por estar enfermo (*A Federação*, 25 mai. 1912, p. 4; id., 10 ago. 1913, p. 5; id., 19 ago. 1913, p. 3; id., 17 dez. 1913, p. 7; id., *A Federação*, 17 jan. 1907, p. 2; Decreto n. 2.700, de 23 de dezembro de 1920 (id., 23 dez. 1920, p. 1). Foram citados o art. 20, n. 23 da Constituição e o artigo 79 do Regulamento Geral dos Funcionários Públicos.

⁵⁸ A aposentadoria foi autorizada pelo Decreto n. 2.700, de 23 de dezembro de 1920 (*A Federação*, 23 dez. 1920, p. 1). Foram citados o art. 20, n. 23 da Constituição e o artigo 79 do Regulamento Geral dos Funcionários Públicos.

⁵⁹ *A Federação*, 17 set. 1895.

⁶⁰ APERS. Comarca de Porto Alegre. Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul. Relatório do Sr. Desembargador Epaminondas. Apelação cível (divórcio). Apelantes: Arthur Pinto Gama e Maria da Glória Pereira Rosa, n. 538, 1899.

local do casamento sugere a aproximação de ambos com o tempo e a irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Transcorridos quase dez anos da união, o casal entrou com uma Apelação Cível de Divórcio, com base no que permitia a lei do casamento civil promulgada em 1890.⁶¹ Nos autos, Arthur Gama alegou que o casal vivia separado há mais de cinco anos, asseverando ainda que “nunca reconheceu, nem reconhecerá” o filho “adulterino” nascido do ventre de Maria da Glória durante esse interregno. Essa declaração decorreu da garantia legal da posse paterna sobre os filhos menores, afinal eram tempos de vigência do pátrio poder que alienava, inclusive, a esposa. Ademais, não existiam bens a serem partilhados e Gama renunciou ao direito à meação sobre a herança deixada à Maria da Glória Pereira Rosa por sua tia Maria Rosa de Oliveira.⁶² Quase duas décadas depois do divórcio, o alistamento eleitoral informou que Arthur Pinto Gama era viúvo e residente “à rua Dr. Timóteo, n. 135 – 3º distrito”.⁶³ Não sabemos se a condição se referia ao possível falecimento de Maria da Glória, já que a lei do casamento civil anteriormente citada previa a insolubilidade do vínculo conjugal, ou então de uma possível esposa em segundas núpcias. A esse despeito, temos certeza sobre o destino de seu patrimônio que veio a constituir após o divórcio.

Com a morte à espreita, o então Capitão Arthur Pinto Gama⁶⁴ chamou os Capitães Alfredo Cândido de Souza e Florêncio Calisto, dois bons e velhos amigos, para servirem como testamentários.⁶⁵ Os laços de amizade e confiança entre os fundadores não apenas foram estreitados ao longo de suas vidas, mas também acionados em um momento de profundo sofrimento e de garantia de um futuro menos incerto aos familiares. O testamento fora assinado pelo notário a rogo do testador, “por [este] não poder escrever, visto seu estado nervoso”, no qual registrou o desejo de legar o patrimônio às irmãs e sobrinhas, visto ser viúvo e sem descendência. O terreno situado no endereço mencionado no alistamento eleitoral e as benfeitorias nele

⁶¹ Apesar de o artigo 88 prever a insolubilidade do vínculo conjugal, autorizava “a separação indefinida dos corpos” e cessava o “regime dos bens, como se o casamento fosse dissolvido” e foi esta a possibilidade acionada pelos apelantes e deferida alguns meses depois pelo Superior Tribunal do Estado. Ademais, conforme o artigo 85, “Para obterem o divórcio por mútuo consentimento deverão os cônjuges apresentar-se pessoalmente ao juiz, levando a sua petição escrita por um e assignada por ambos, ou ao seu rogo, se não souberem escrever, e instruída com os seguintes documentos: § 1º A certidão do casamento. § 2º A declaração de todos os seus bens e a partilha que houverem concordado fazer deles. § 3º A declaração do acordo que houverem tomado sobre a posse dos filhos menores, se os tiverem. § 4º A declaração da contribuição, com que cada um deles concorrerá para a criação e educação dos mesmos filhos, ou da pensão alimentícia do marido à mulher, se esta não ficar com bens suficientes para manter-se. § 5º Traslado da nota do contrato antenupcial, si tiver havido” (Brasil, Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890).

⁶² APERS. Comarca de Porto Alegre. Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul. Relatório do Sr. Desembargador Epaminondas. Apelação cível (divórcio). Apelantes: Arthur Pinto Gama e Maria da Glória Pereira Rosa, n. 538, 1899.

⁶³ *A Federação*, 16 mai. 1917, p. 2; atual n. 794 (id., 05 set. 1927, p. 13).

⁶⁴ A patente da Guarda Nacional não consta no documento, mas em uma nota publica em *A Federação*, 11 jul. 1919, p. 5.

⁶⁵ Na suplência, José Martins Gonçalves, sobre quem nada descobrimos. Ver: APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo Distrital. 2º Distrito. Provedora de Porto Alegre. Homologação de inventário. Inventariado: Arthur Pinto Gama. Legatários: Isolina Fernandes e outros, 1922.

existentes foram legados em usufruto à sobrinha Izolina Fernandes da Costa,⁶⁶ enquanto a “casinha situada à mesma rua, sob o número 56” e as respectivas dependências e benfeitorias foi legada às suas irmãs, Maria Augusta Guimarães e Idalina Gama.⁶⁷

Alfredo Cândido de Souza nasceu em quinze de julho de 1866 e era filho de C. S. Valle e da “a exma. sra. d. Maria Albina de Souza”.⁶⁸ Com participação mais discreta, foi constantemente lembrado como o autor do nome do jornal. Trabalhava na Farmácia Santa Rita quando fundou *O Exemplo* e para lá poderiam ser enviados informes e reclames, uma vez que integrava a direção material durante o primeiro ano do empreendimento ao lado de Marcílio Freitas e Esperidião Calisto. Foi eleito em 1894, conforme mencionado, secretário da diretoria gestora e em 1897 integrava a comissão de redação. Falecera em seis de março de 1934, aos 68 anos de idade.⁶⁹

Nada sabemos sobre sua formação escolar, mas pouco antes de fundar o jornal, em 1891, foi nomeado porteiro da Santa Casa de Misericórdia da capital,⁷⁰ espaço no qual possivelmente pode aprender ou aperfeiçoar seus conhecimentos em farmácia, pois um ano depois trabalhava nesse setor e, em 1895, foi autorizado pela Diretoria de Higiene a atuar como farmacêutico.⁷¹ Neste mesmo ano passou a existir a Escola Livre de Farmácia e Química Industrial de Porto Alegre, fundida três anos depois ao Curso de Partos da Santa Casa de Misericórdia, existente desde 1897, para dar origem, em meados de 1898, à Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre. Em outubro deste mesmo ano surgiu anexo a esta Faculdade o Curso de Odontologia, no qual Carmen Pinto de Azevedo, esposa de Arthur de Andrade, viria a formar-se em 1908.⁷²

Diante do surgimento de cursos superiores especializados, o cerco sobre curandeiros, boticários, cirurgiões-barbeiros e dentistas práticos recrudesciu. A esse despeito, apesar de Alfredo Cândido de Souza não ter apresentado o título de habilitação que passou a ser exigido⁷³, não apenas seguiu na profissão, como tornou-se no ano seguinte diretor da farmácia da Santa Casa, onde trabalhava há pelo menos cinco.⁷⁴ Em diversas notas sociais de *A Federação*, inclusive

⁶⁶ Por ocasião da morte desta, tornar-se-ia legatária sua sobrinha Adalgisa Gama da Costa e Conceição Duval. Por morte da primeira, ficariam herdeiros seus filhos e da segunda, sua filha Ivone Duval. A casa foi avaliada em 6:000\$000 réis e havia acumulado no momento de abertura do inventário uma dívida superior a 800\$000 referente a taxas, impostos e multas acumuladas ao longo de cinco anos.

⁶⁷ APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo Distrital. 2º Distrito. Provedora de Porto Alegre. Homologação de inventário. Inventariado: Arthur Pinto Gama. Legatários: Isolina Fernandes e outros. 1922. A primeira irma mencionada possivelmente era fruto da união de sua mãe, Luiza Maria da Conceição, com o sr. Francisco Augusto Guimarães (*A Federação*, 11 jul. 1919, p. 5).

⁶⁸ *A Federação*, 10 jul. 1899, p. 3; id., 18 mai. 1917, p. 3.

⁶⁹ *A Federação*, 07 mar. 1934, p. 3.

⁷⁰ Em março recebia o ordenado de 30\$000, mais a gratificação de 10\$000 (enquanto o administrador somava o vencimento de 200\$000 e o capaz ajudante, 70\$000). (*A Federação*, 07 fev. 1891, p. 2; id., 31 mar. 1891, p. 2).

⁷¹ *A Federação*, 12 ago. 1895, p. 1.

⁷² Informações coligidas junto à página da instituição. Disponível em: <www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/faculdade-de-medicina/>. Acesso em: 30 ago. 2017.

⁷³ *A Federação*, 21 nov. 1904, p. 3.

⁷⁴ *A Federação*, 02 jan. 1901, p. 2; id., 12 jun. 1906, p. 2. Seguiu no posto em 1909 (id., 07 abr. 1909, p. 1). A Santa Casa de Misericórdia surgiu em 1803 com fins caritativos e asilares. No avançar do século registrou o triunfo do discurso

em seu necrológio, Alfredo Souza foi assinalado como diretor da farmácia da Santa Casa⁷⁵ e, a partir de 1899, qualificado eleitoralmente como farmacêutico.⁷⁶ Em 1909, seis anos depois de receber a patente de Tenente da Guarda Nacional na Comarca de Porto Alegre, foi elevado à Capitão-Cirurgião.⁷⁷ Enfim, são diversas as evidências de que a ausência de um título acadêmico e da habilitação profissional não foi o bastante para demover-lhe o reconhecimento social conquistado.

A partir dos alistamentos eleitorais de 1902, Souza foi qualificado como casado, mas foi somente em 1909 que formalizou no cartório civil sua união com a sul-rio-grandense d. Adelina Zeferina da Silva.⁷⁸ Dois anos antes, Normélia, filha do casal, faleceu aos 13 anos de idade.⁷⁹ Ademais, conforme o necrológio publicado n' *A Federação* em 1934, os atos fúnebres ocorreram na manhã do dia seguinte ao seu falecimento em uma casa mortuária localizada à rua Sans Souci, n. 304.⁸⁰ Nesta mesma rua, porém no número 67, localizava-se um chalé de madeira arrematado por ele em 1911 pelo valor de 3:000\$000.⁸¹ Não podemos descartar a possibilidade de se tratar do mesmo imóvel, já que nesse intervalo a numeração das ruas sofreu alterações. Por ora, o fato de tê-lo adquirido com outras pessoas, cujos nomes não foram informados, e tendo em vista a dimensão mutualista de boa parte das associações negras ou mistas nesse contexto, conjecturamos se tratar de uma mobilização coletiva, ou seja, a cotização de um imóvel para servir como casa mortuária, como sede de alguma agremiação ou para ambas as funções.⁸² Ademais, o referido logradouro localizava-se na confluência dos atuais bairros Azenha e Santana, um dos territórios negros de Porto Alegre.⁸³ Em tempo, o investimento de Alfredo Cândido de Souza em patrimônio não iniciou, tampouco cessou, com a aquisição coletiva desse chalé. Em 1904, por

médico. Ver: Beatriz Teixeira Weber, *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999. Voltaremos a esse tema no nono capítulo.

⁷⁵ No necrológio de sua mãe, a mesma foi descrita como “exma. sra. d. Maria Albina de Souza, respeitável progenitora do capitão Alfredo Candido de Souza, diretor da farmácia da Santa Casa de Misericórdia” (*A Federação*, 18 mai. 1917, p. 3).

⁷⁶ *A Federação*, 10 jul. 1899, p. 3; id., 12 jun. 1900, p. 4; id., 24 mai. 1901, p. 3; id., 16 jul. 1902, p. 4; id., 22 abr. 1904, p. 4; id., 08 jul. 1905, p. 3; id., 15 jul. 1907, p. 8; id., 10 jun. 1913, p. 8; id., 16 jun. 1917, p. 2; id., 03 fev. 1925, p. 13; id., 17 jan. 1927, p. 13; id. 19 fev. 1929, p. 13.

⁷⁷ Mais especificamente, da 2ª Companhia do 3º batalhão da reserva da 3ª Brigada de Infantaria (*A Federação*, 18 ago. 1903, p. 2). Sobre sua nova patente (id., 05 ago. 1909, p. 1).

⁷⁸ *A Federação*, 26 ago. 1909, p. 2 e 4.

⁷⁹ *A Federação*, 14 ago. 1907, p. 1.

⁸⁰ *A Federação*, 07 mar. 1934, p. 3.

⁸¹ A rua Sans Souci é atual Professor Freitas e Castro, na confluência dos bairros Azenha e Santana. Tem sua origem no Beco Sans Souci (entre a Santana e a Azenha, em homenagem ao castelo real prussiano de Frederico II) e entrecortou a chácara de Leopoldo Bier. Em 1936, foi unida à rua São João e transformada na rua Cabo Rocha. Em 1955, para fugir da fama de “zona do baixo meretrício”, foi nomeada de rua Professor Freitas e Castro. O homenageado era “médico, higienista, professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e membro do Conselho Municipal na legislatura de 1921/1924). Ao morrer [1941] era diretor da Faculdade de Medicina” (Sérgio da Costa Franco, *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988, p. 185-186).

⁸² Tema abordado no quarto capítulo.

⁸³ Ver, dentre outros: Iosvaldir Carvalho Bittencourt Junior, “Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana”, in: Porto Alegre, *Museu de percurso do negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2010.

exemplo, arrematou “uma chácara à rua 09 de Junho, n. 8, no arraial de São José, com uma casa de duas janelas de frente e porta ao lado [...] pelo valor de 306\$000; e, em 1912, arrematou outro terreno na mesma localidade por 200\$000.⁸⁴

Por fim, chegamos aos fundadores que também eram membros de duas famílias envolvidas com o projeto, sobre as quais falaremos melhor no segundo capítulo. **Sérgio Aurélio de Bittencourt** nasceu no dia sete de outubro de 1869 e era filho legítimo de Joana Joaquina do Nascimento e Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Faleceu no dia cinco de dezembro de 1904, com apenas 35 anos de idade, sendo descrito como pardo em seu obituário.⁸⁵ Encontramos poucas informações sobre ele e, conforme os alistamentos eleitorais, era empedado público e casado.⁸⁶ Em 1895 foi secretário da Sociedade Beneficência Porto-Alegrense, em 1900 Tenente-secretário no 7º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional e, em 1901, funcionário na Secretaria do Interior.⁸⁷ Embora nada saibamos sobre sua trajetória escolar, o fato de ter atuado como redator em *O Exemplo* e secretário em pelo menos dois locais, explicita não apenas o domínio das letras, mas o uso dessa habilidade no cotidiano de suas relações.⁸⁸ Ademais, casou-se no dia 28 de novembro de 1888, com Cândida Edwiges da Silva, na Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.⁸⁹ Em maio de 1893, *O Exemplo* apresentou suas condolências ao casal por ter “passado pelo desgosto de perder uma filhinha recém-nascida”.⁹⁰ Ao menos duas filhas do casal, Cesira e Cenira,⁹¹ sobreviveram, mas por infortúnio do destino não puderam usufruir da companhia paterna por muito anos. A precoce morte de Sérgio, aos 35 anos de idade, consternou familiares, amigos e correligionários.⁹²

Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, doravante Aurélio Júnior, nasceu em 28 de fevereiro de 1874 e viveu apenas um ano a mais que seu irmão mais velho, vindo a falecer, no dia 30 de julho de 1910, aos 36 anos de idade, em decorrência de “uma cruel enfermidade no fígado”,⁹³ deixando igualmente enlutados familiares, amigos e correligionários. Sua vida escolar é a mais

⁸⁴ *A Federação*, 01 ago. 1911, p. 4; id., 03 ago. 1904, p. 2; id., 19 out. 1912, p. 3.

⁸⁵ *A Federação*, 13 dez. 1904, p. 2.

⁸⁶ *A Federação*, 04 jun. 1895, p. 5; id., 19 jul. 1899, p. 3; id., 31 mar. 1900, p. 3; id., 10 jun. 1901, p. 3; id., 09 abr. 1904, p. 2.

⁸⁷ Patente da Guarda Nacional (*A Federação*, 24 set. 1900, p. 1); cargo cf. obituário da sogra (id., 30 mai. 1901, p. 2).

⁸⁸ *O Exemplo*, 10 nov. 1895, p. 4; *A Federação*, 24 dez. 1895, p. 2.

⁸⁹ Cândida tinha vinte anos de idade e era filha legítima de João Felipe da Silva, falecido, e Teodora Maria da Silva (AHCMPA. Sérgio Aurélio de Bittencourt e Cândida Edwiges da Silva. Data: 28/11/1888. Registro de Casamentos da Freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre, 1866-1923, p. 19v.-20). Sepultaram dois filhos natimortos, um de cor parda e outro de cor branca (*A Federação*, 09 mai. 1893, p. 2; id., 10 mar. 1894, p. 2).

⁹⁰ *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 2.

⁹¹ Cenira foi parabenizada (*A Federação*, 11 nov. 1911, p. 4) e Cesira casou-se com Franklin Nunes Piranema, tendo a irmã como madrinha: “Padrinhos da noiva: sr. Braz Correia de Lima e a senhorita Cenira Bittencourt; do noivo: sr. Olavo José da Silva e sua exma. Esposa, d. Isolina da Silva” (id., 04 out. 1918, p. 3).

⁹² “Sérgio Aurélio de Bittencourt”, *O Exemplo*, 11 dez. 1904, p. 1-2; *A Federação*, 13 dez. 1904, p. 2. Foi descrito como “pardo” no registro de óbito (*A Federação*, 06 dez. 1904, p. 3).

⁹³ *A Federação*, 01 ago. 1910, p. 4.

bem documentada do grupo e reveladora de um projeto familiar a ser detalhado no segundo capítulo. Em suma, estudou no renomado Ginásio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo e, meses depois de fundar *O Exemplo*, partiu para São Paulo, de onde voltaria bacharel em Direito e entraria rapidamente para a magistratura. Ambas as instituições são lembradas por formarem importantes nomes das letras, da política e das armas no Rio Grande do Sul e no país. Em meio a isso se manteve vinculado ao jornal, afastando-se somente em decorrência da sobrecarga que o posto de Juiz Distrital, assumido em 1897, lhe imputava. Nele permaneceu até o fim da vida, sendo lembrado por sua qualidade profissional.

Ao regressar bacharel, Aurélio Júnior casou-se no Cartório Civil, no dia seis de fevereiro de 1897, com Maria da Glória Quilião. Tiveram um filho, Dario, nascido em sete de fevereiro 1901. Pouco tempo depois, por mútuo consentimento, o casal decidiu por divorciar-se. Em virtude do pátrio poder, o menino ficou sob a posse de Aurélio Júnior e, com sua morte, o direito foi passado ao avô paterno que, por sua vez, investiu em um projeto semelhante: Dario igualmente estudou no Ginásio Nossa Senhora da Conceição e bacharelou-se em Direito, porém pela Faculdade Livre fundada em Porto Alegre com a ajuda de seu pai. O patriarca desse núcleo familiar, por sua vez, era ninguém menos do que Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919). Na conjuntura de fundação do periódico ocupava o mais alto cargo da burocracia estadual, qual seja, a Secretaria de Estado da Presidência do Estado. Saberemos mais sobre ele no segundo capítulo e, por ora, é fundamental sublinhar que além de atuar indiretamente junto ao projeto do jornal, considerando o investimento na formação dos filhos e a abertura das portas do funcionalismo público estadual a outros homens *de cor*, foi diretamente responsável pela viabilidade de *O Exemplo* ao tirar do próprio bolso os recursos necessários para sua impressão.

Por fim, os irmãos Florêncio Calisto e Esperidião Calisto eram filhos de Calisto Felizardo de Araújo (1819-1909), proprietário do estabelecimento que sediou as reuniões do grupo fundador e o escritório do jornal ao longo de sua primeira fase (1892-1897), com Joana Felizarda da Conceição e Silva. Podemos considerar Aurélio de Bittencourt e Calisto Araújo como um primeiro núcleo mantenedor do jornal, pois se o primeiro viabilizou a impressão do material, o segundo assegurou um espaço físico em um local bastante estratégico, a rua dos Andradas, principal via da capital, como sede do empreendimento jornalístico daqueles promissores jovens. Ademais, certamente o compartilhamento das experiências coletivas dos confrades na Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário serviu como estímulo e inspiração aos mais jovens que, a sua maneira, engendraram suas estratégias de luta por direitos.⁹⁴

Florêncio Calisto Felizardo da Silva, o primogênito, nasceu em sete de novembro de 1863 e, na derradeira edição da primeira fase do jornal, anunciou a compra do estabelecimento de seu

⁹⁴ As referências a esta família estarão na segunda parte.

pai, que a essa altura contava com quase oitenta anos de idade. Depois, assim como Alfredo Souza, não apresentou o título, porém no seu caso de dentista, à Diretoria de Higiene. No entanto, ao contrário do colega, parece ter investido em outra carreira, qual seja, o funcionalismo público, ao passo que em 1913 fora nomeado amanuense da secretaria do Conselho Municipal. Dois anos antes recebeu a patente de Tenente-secretário do 1º batalhão da reserva da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul e sua ascensão nesse âmbito envolto de prestígio social pode ser percebida em diversas notas sociais d'A *Federação* – capitão, entre 1919 e 1927, e major, em 1932. Tal como alguns de seus colegas, assumiu o posto de secretário em diversos âmbitos, inclusive na referida gestão diretora de *O Exemplo* de 1894.

O manejo de Florêncio com as palavras revelou-se também na forma de poema, que consiste em seu único escrito autoral no periódico que ajudou a fundar. No começo de 1893 endereçou o soneto Enleio à Olímpia Nascimento com quem se casou pouco meses depois. Da união nasceu Rogério, que não sobreviveu aos primeiros tempos de vida, e Olímpia faleceu meses depois. Somente a partir de 1917 Florêncio Calisto foi alistado como casado, no entanto a união em segundas núpcias com Laudelina Calisto era mais antiga, uma vez que Cenira era filha legítima do casal e nasceu em 1902. Naquele mesmo ano, por ocasião do 15º aniversário, a jovem recebeu diversos cumprimentos: “À noite, a senhorita ofereceu uma festa íntima às suas amiguinhas que a foram cumprimentar, dançando-se por algumas horas e sendo todos cumulados de gentileza pela família Calisto”. A essa altura, a família residia na rua dos Andradas, n. 413. O gosto de Florêncio em oferecer festas, no entanto, fora registrado desde os idos de 1893 em *O Exemplo* e soma-se às práticas registradas por Marcílio Freitas e Arthur de Andrade na década de 1910.

Esperidião Calisto Felizardo da Silva, por fim, nasceu no dia 13 de dezembro de 1864 e, como assinalado anteriormente, integrou a direção material do jornal ao longo de seu primeiro ano de existência. Diante de sua marcante presença ao longo do recorte deste estudo, voltaremos a falar bastante sobre ele. Assim como o irmão, aprendeu o ofício de barbeiro com o pai e os três foram designados como operários no alistamento de 1895. Porém, ao contrário do irmão, seguiu no ofício por mais tempo. Em 1910 era proprietário de uma barbearia na Rua Aurora, n. 20, atual Barros Cassal, nos arredores da Colônia Africana, um dos mais importantes territórios negros de Porto Alegre no pós-abolição. Residia na Rua Vigário José Inácio, antiga Rua do Rosário, onde localizava-se a Igreja que dava nome a via. Ingressou no funcionalismo público somente na década de 1920 na condição de bibliotecário do Centro Cívico Cultural José do Patrocínio, fundado na redação de *O Exemplo* em 1908 como um grêmio dramático. Na década de 1930 foi porteiro da Junta Comercial Municipal e secretário do Centro Republicano Júlio de Castilhos, única evidência de sua aproximação com o republicanismo. Sobre a vida familiar de Esperidião Calisto, ainda que tenha se casado no civil com Anna Maria de Lima apenas em 1921 e constar como casado em alistamentos eleitorais somente a partir de 1917, temos diversas evidências de que se tratava de

uma relação antiga. Em 1902, por exemplo, noticiou-se que suas filhas Josefa, nascida em 1898, e Helínia, estavam enfermas.

Esse compilado sobre as trajetórias educacionais, profissionais e familiares dos fundadores explicita plurais vivências de homens negros nascidos livres ainda na vigência da escravidão, bem como a construção e o acionamento de possibilidades de inserção e ascensão social, seja por meio do aperfeiçoamento intelectual, da boa conduta moral, da constituição de família, da conquista de patentes da Guarda Nacional ou das redes associativas. Tudo isso acabava por conformar um repertório de possibilidades aos seus “patrícios”, forma como chamavam os outros homens *de cor*, que cumpria ainda o papel eminente pedagógico de educar pelo exemplo, tema que voltaremos a falar na última seção do capítulo. A seguir, conheçamos o órgão de representação fundado por esse grupo de homens *de cor* a partir de reuniões diárias no Salão Calisto.

Nas figuras seguintes, assinaturas de fundadores e seus parentes a comprovarem o domínio da escrita e a boa caligrafia.

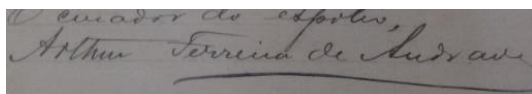


Figura 4 - Assinatura de Arthur Ferreira de Andrade
Fonte: APERS. Juízo Distrital. Arrecadação de espólios de João Egeler. Curador Arthur de Andrade, 1899.

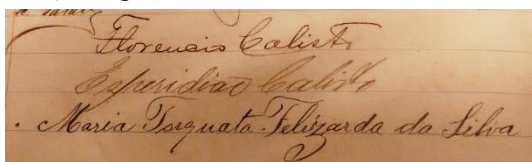


Figura 6 - Assinatura de Florêncio Calisto, Esperidião Calisto e Maria Torquata
Fonte: id.

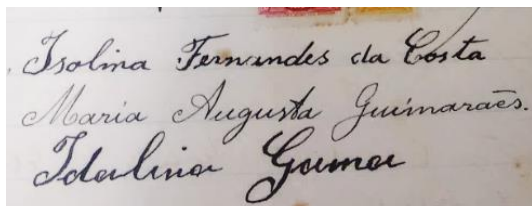


Figura 9 - Assinatura da sobrinha e irmãs de Arthur Pinto Gama
Fonte: APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo Distrital. 2º Distrito. Provedora de Porto Alegre. Homologação de inventário. Inventariado: Arthur Pinto Gama. Legatários: Isolina Fernandes e outros. 1922.

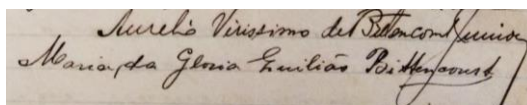


Figura 5- Assinaturas de Aurélio Júnior e Maria da Glória Quilião
Fonte: APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo Distrital.

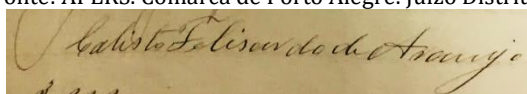


Figura 7 - Assinatura de Calisto Felizardo de Araújo
Fonte: APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Órfãos. Inventário *post-mortem*. Inventariada: Joana Felizarda da Silva. Inventariante: Calisto Felizardo de Araújo, n. 11, 1881.

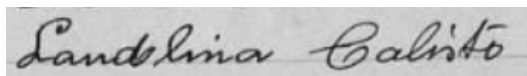


Figura 8 - Assinatura de Laudelina Calisto
Fonte: AHCMPA. Gregório Anazolino Porto e Cenira Calisto. Data: 23/12/1822. Registro de Casamentos da Freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre, 1866-1923, p. 80.

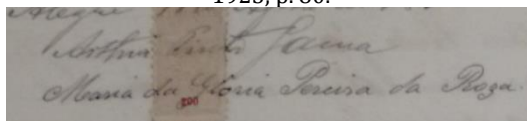


Figura 10 - Assinatura de Arthur Pinto Gama e Maria da Glória Pereira da Rosa
Fonte: APERS. Comarca de Porto Alegre. Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul. Relatório do Sr. Desembargador Epaminondas. Apelação cível (divórcio). N. 538, 1899.

1.2 UM “JORNAL LITERÁRIO, CRÍTICO E NOTICIOSO”: EMBATES NA ARENA DA IMPRENSA

Nos idos de 1892, Alfredo Souza, Arthur de Andrade, Arthur Gama, Marcílio Freitas e os irmãos Sérgio de Bittencourt e Aurélio Júnior, Florêncio e Esperidião Calisto, reuniam-se diariamente no Salão Calisto, de propriedade do pai dos dois últimos, para tratar de assuntos de alto interesse. Como vimos na seção anterior, a despeito das particularidades em suas trajetórias, compartilhavam os efeitos de uma sociedade recém-saída da escravidão e que não abandonara a raça ou a cor como critérios de hierarquização. Movidos pelo desejo de fazerem algo para alterar o estado das coisas, enfim, participar e pautar o debate público, fundaram um órgão de representação na imprensa, sugestivamente nomeado de *O Exemplo*. Tendo isso em vista, a presente seção visa explorar alguns dos embates impetrados por este grupo neste âmbito, sobretudo o desejo de afirmar uma identidade e combater os estereótipos disseminados por outros periódicos.

Nesse sentido, as primeiras linhas do editorial de fundação não deixaram dúvidas quanto ao desejo de participar do meio jornalístico: “Surge hoje na vasta arena da imprensa *O Exemplo*, que, nascido de uma dessas elevações do espírito, tão peculiares à mocidade, é lançado aos vendavais da publicidade a impetrar o último lugar nos domínios do jornalismo da Capital”.⁹⁵ Isso nos leva aos usos do jornal como fonte ou objeto de pesquisa. De acordo com Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, essa escolha “justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”.⁹⁶ Cláudio Elmir, nesse sentido, postulou a necessidade de se fazer a crítica interna da fonte, tão cara ao exercício historiográfico, e não apenas pinçar informações dos jornais: “Atribui-se equivocadamente à informação valor neutro, desconsiderando-se as suas condições de produção e a carga subjetiva mantida por toda e qualquer fonte”.⁹⁷ Essa consideração, aliás, também feita por Robert Darnton ao postular que “a notícia não é o que aconteceu no passo imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu”.⁹⁸ Trabalhar com a imprensa, portanto, requer alguns cuidados, tais como diferenciar a imprensa enquanto fonte de informação e fonte histórica⁹⁹ e

⁹⁵ A Redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

⁹⁶ Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 19.

⁹⁷ Cláudio Pereira Elmir, “Uma aventura com o Última Hora. O jornal e a pesquisa histórica”, *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012, p. 78.

⁹⁸ Robert Darnton, *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 18.

⁹⁹ Cláudio Pereira Elmir, “Uma aventura com o Última Hora”...; “Armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica”, *Cadernos PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, p. 19-29, dez. 1995.

atentar para o caráter doutrinário e/ou partidário do periódico, a circulação, o acesso e as relações com a política, a autoria, a diagramação e o ambiente da redação.¹⁰⁰

Tendo isso em vista, atentemos para as particularidades subjacentes a jornais como *O Exemplo*, posteriormente enquadrado como “imprensa negra”. Conforme Ana Flávia Magalhães Pinto, a imprensa foi inaugurada no país em 1808 e em 1833 circularam pelas ruas do Rio de Janeiro cinco jornais negros: *O Mulato* ou *O Homem de Cor*; *Brasileiro Pardo*; *O Cabrito*; *O Crioulinho*; e *Lafuente*. Depois, o último quartel daquele século registrou outras iniciativas: *O Homem – realidade constitucional ou dissolução social* (Recife, 1876); *A Pátria – órgão dos homens de cor* (São Paulo, 1889); *Progresso – órgão dos homens de cor* (São Paulo, 1889); e *O Exemplo – propriedade de uma associação* (Porto Alegre, 1892).¹⁰¹ Especialmente a partir da segunda década do século XX, novas empreitadas passaram a pulular pelo país.¹⁰² No Rio Grande do Sul, além de *O Exemplo* tem-se notícias de *A Alvorada* (Pelotas, 1907-65), o mais longevo da imprensa negra do país; *A Hora* (Rio Grande, 1917-34); *A Liberdade* (Bagé, 1919); *A Liberdade* (Porto Alegre, 1921-25); *O Succo* (Santa Maria, 1922-25); *A Tesoura* (Porto Alegre, 1924); *O Astro* (Cachoeira do Sul, 1927-28); e *O Tição* (Porto Alegre, 1978-9).¹⁰³

No Brasil, foi Roger Bastide quem definiu na década de 1950 a “imprensa negra” (“imprensa de cor” ou “imprensa preta”) como um órgão simultaneamente de educação, destinado a “agrupar os homens de cor, dar-lhes senso de solidariedade, encaminhá-los, educá-los a lutar contra o complexo de inferioridade”; e de protesto, sobretudo ao denunciar o preconceito de cor. A esse despeito, considerou os jornais produzidos por negros no pós-abolição em São Paulo como pouco informativos e integrantes de uma “imprensa adicional”, seja pela baixa tiragem ou por abordarem questões que interessavam apenas a “classe da gente de cor”.¹⁰⁴ Em alguma medida essa visão foi endossada recentemente por Petrônio Domingues ao considerar a atuação do

¹⁰⁰ Ver: Isabel Lustosa, *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000; Ivana Stolze Lima, *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; Cláudia Mauch, *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004; Tânia Regina de Luca, “História dos, nos e por meio dos periódicos”, in: Carla Bassanzi Pinsky (org.), *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

¹⁰¹ Ana Flávia Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

¹⁰² Sobre a imprensa negra no século XX: Mirian Nicolau Ferrara, *A imprensa negra paulista, 1915-1963*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981; Regina Pahim Pinto, *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2013; Livia Maria Tiede, *Sob suspeita: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX*. 186 f. – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006; Amílcar Araújo Pereira, *O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

¹⁰³ Alguns deles foram digitalizados pelo projeto “Imprensa negra no Rio Grande do Sul: caminhos para a preservação e a divulgação do patrimônio Afro-Brasileiro”, desenvolvido junto ao Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. Disponível em: <<http://afro.culturadigital.br/imprensa-negra-no-rio-grande-do-sul/>> (acesso em 02 jul. 2017). Sobre a imprensa negra no Rio Grande do Sul, ver: José Antônio dos Santos, *Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora da UFPel, 2003; *Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

¹⁰⁴ Roger Bastide, (1951), “A imprensa negra do Estado de São Paulo”, in: *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1983, p. 129-156.

movimento negro organizado durante a Primeira República, particularmente no que concerne à imprensa negra, como “desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo”. No entanto, antes disso, elencou alguns assuntos abordados por esses jornais, dentre os quais estavam “as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira”. Como se isso não fosse uma posição política explícita, na sequência o historiador complementa dizendo que “as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de ‘segregação racial’ que incidia em várias cidades do país”.¹⁰⁵

Tendo em vista a perspectiva thompsoniana, segundo a qual a política e a cultura são deslocadas da superestrutura e inseridas em um complexo jogo de relações de poder e disputas sociais, em meio ao qual os grupos e indivíduos se constituem e forjam projetos políticos próprios e atribuem sentidos a sua realidade, buscamos ao longo desse estudo explicitar a dimensão política presente nos escritos registrados na imprensa negra durante o referido primeiro período do movimento negro organizado.¹⁰⁶ Para tanto, basta uma breve leitura de tais periódicos, e não nos referimos apenas a *O Exemplo*, para se perceber que os jornalistas ao situarem o suposto “problema do negro” nas estruturas sociais do país, acabavam por escancarar a maneira como a nação republicana e pós-escravista se organizava a partir de linhas de cor e raça. Ou seja, ainda que a lei previsse a igualdade e os homens *de cor* portassem as qualidades exigidas, os tais talentos e virtudes, na prática viam o exercício de sua cidadania e o próprio reconhecimento de sua humanidade constantemente em suspenso.

De acordo com Ana Flávia Magalhães Pinto, em uma releitura dos jornais produzidos por homens *de cor* durante o século XIX no país, a imprensa negra pode ser definida como um conjunto de “jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesses das populações negras”.¹⁰⁷ Ao revisitar sua pesquisa de mestrado e em resposta aos olhares desconfiados sobre a possibilidade de autoria negra, assinalou recentemente que “em qualquer outro país da diáspora, os estudiosos têm pensado experiências dessa natureza como imprensa negra não a partir do registro daquela expressão nas páginas dos periódicos, mas como base em suas características”.¹⁰⁸ Nesse sentido, Flávio dos Santos Gomes esmiuçou os temas abordados pelos jornais negros ao

¹⁰⁵ Petrônio Domingues, “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 100-122, 2007, p. 105.

¹⁰⁶ E. P. Thompson, *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981; *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

¹⁰⁷ Ana Flávia Magalhães Pinto (*Imprensa negra no Brasil do século XIX...* p. 17-18) seguiu os critérios de “autor”, “público” e “obra” postulados por Antônio Cândido (*Literatura e Sociedade*. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz/Publifolha, 2000).

¹⁰⁸ Ana Flávia Magalhães Pinto, “Revisitando *O Exemplo*: a imprensa negra e os vários sentidos da liberdade”, in: Fernanda Oliveira da Silva, Melina Kleinert Perussatto, Rodrigo de Azevedo Weimer e Sarah Calvi Amaral Silva (orgs.), *Ciclo de debates sobre o jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas*. Porto Alegre: IHGRGS, 2015, p. 20.

longo do pós-abolição, destacando “as condições de vida, a segregação, a falta de oportunidades, o cotidiano do racismo e a violência experimentada pelas populações negras, sobretudo nas cidades”. Essas produções, por consequência, permitem-nos apreender “como um segmento da população negra brasileira percebeu, concebeu, projetou, construiu e, em outros momentos, iniciou a desconstrução de sua própria imagem e presença na sociedade”.¹⁰⁹

Ademais, José Correia Leite, um dos principais nomes da imprensa negra paulista do século XX, afirmou que “As publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte”.¹¹⁰ Oliveira Silveira, um dos guardiões de *O Exemplo* e idealizador do projeto que culminaria na aprovação do 20 de novembro como o dia da consciência negra, em comentários à edição fac-similada do primeiro número de *O Exemplo*, conectou-o com a “imprensa negra paulista, tão atuante a partir da segunda década do século 20”, e considerou seu surgimento um “marco da história da imprensa brasileira”.¹¹¹ Já os fundadores, como vimos, localizaram *O Exemplo* “na vasta arena da imprensa”, desejosos de “impetrar o último lugar nos domínios do jornalismo da Capital”.¹¹² Enfim, ao se colocarem como porta-vozes de um grupo específico e abordarem os problemas que lhes atingiam em particular, os jornalistas negros estavam, em realidade, falando de problemas concernentes a toda sociedade e, por meio da imprensa, lançavam “aos vendavais da publicidade” uma perspectiva ainda pouco registrada sobre aqueles tempos.¹¹³

Para além das questões estruturais que não nos deixam olhar a existência de *O Exemplo* descolada de seu tempo e espaço, reside no fato de sua redação ter sido sediada em uma sala aos fundos do Salão Calisto, importante barbearia e centro de sociabilidade localizado na principal rua do centro da capital sul-rio-grandense, a rua dos Andradas. O estabelecimento ficava nas cercanias das sedes de alguns dos principais jornais da capital, tais como *A Federação* e *Correio do Povo*, além de alguns dos fundadores transitarem pelas oficinas tipográficas da *Folha Nova* e de *O Mercantil*, onde *O Exemplo* era impresso. Só isso já é o bastante para diluirmos qualquer impressão de que se tratava de uma imprensa adicional ou de que seus membros estavam desconectados do ambiente jornalístico e da sociedade em que viviam. Enfim, afirmamos que *O Exemplo* foi um

¹⁰⁹ Flávio Gomes, *Negros e Política: (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005, p. 32.

¹¹⁰ José Correia Leite, *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos Organização e textos: Luiz Silva Cuti*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 33-34.

¹¹¹ Edição fac-similada de *O Exemplo*, 11 dez. 1892. Organizada, editada e comentada por Oliveira Silveira. Apoio: Associação Negra de Cultura. Porto Alegre: Organizações Nova Prova Gráfica e Editora Ltda., 1992.

¹¹² A Redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

¹¹³ Se tratava de uma época em que os jornais possuíam colorações políticas e posicionamentos ideológicos explícitos. Segundo Antonio Hohlfeldt, após a guerra civil de 1835-1845 até o final daquele século, estruturou-se no Rio Grande do Sul “uma imprensa partidária ou panfletária civil”, permeada pelo surgimento da “imprensa literária” na década de 1860 e da “imprensa operária” na de 1880, bem como do “conceito de *empresa jornalística*”, caracterizado pela maior preocupação com a interlocução com a audiência. Ainda que não tenha mencionado *O Exemplo*, ele surgiu neste contexto (Antonio Hohlfeldt, “A imprensa (1870-1930)”, in: Ana Luiza Rezkiegel e Ginter Axt (orgs.), *República - República Velha (1889-1930)*, v. 3, t. 2. Coleção: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 315).

projeto idealizado e executado por um grupo de homens *de cor* inseridos em diversos âmbitos da sociedade, bastante informados e desejosos de serem efetivamente ouvidos pelos detentores de poder.

A fim de reiterarmos que não se tratava de uma experiência apartada de sua realidade, ou com temas adicionais e desinteressantes, vejamos como a edição comemorativa ao primeiro ano do jornal registrou a recepção oferecida pelos colegas da imprensa. Por esta ocasião, o editor Arthur de Andrade descreveu *O Exemplo* como um jornal “literário, crítico e noticioso”, predicado comum a outros periódicos em circulação.¹¹⁴ A *Gazeta Americana* e a *Gazetinha*, “dois de nossos distintos colegas da capital”, destacaram, respectivamente, “as páginas em letras douradas” nas quais estavam “matéria escolhida e variada” e “pequeno periódico que se publica nesta cidade”, sem atribuir a *O Exemplo* qualquer outro adjetivo.¹¹⁵ O jornal *Gazetinha*, aliás, era um reconhecido semanário operário, de viés socialista, sobre o qual voltaremos a falar adiante. O *Jornal do Comércio* e *A Federação*, por sua vez, fora adjetivados como “os mais conceituados colegas desta capital” e assinalaram *O Exemplo*, respectivamente, como “pequeno semanário que advoga os interesses do proletariado” e “periódico de proletários que aqui se publica uma vez por semana”. Somente a *Folha Nova*, em cujas oficinas trabalhava o gerente de *O Exemplo* no momento de sua fundação, reforçou o caráter atribuído pelo editor, qual seja, “periódico crítico e literário”, mas sem mencionar o “noticioso”.¹¹⁶

Se por um lado esses adjetivos confirmam que as pautas do mundo do trabalho se faziam presentes nas páginas de *O Exemplo* desde seus primeiros tempos, por outro revela como os jornais de maior circulação enquadraram-no dentro de uma categoria específica, um jornal operário, ao invés de integrá-lo ao conjunto da imprensa ou levar em consideração a maneira como o editor adjetivou-se, inserindo-o, pois, no rol dos jornais críticos, literários e noticiosos.¹¹⁷ É provável que tenha concorrido para isso artigos como aquele no qual o editor recriminava o fechamento das portas de armazéns e vendas aos domingos imposta aos proprietários pela municipalidade. Embora essa decisão tenha sido “acolhida com aplauso pelo grosso dos caixeiros porto-alegrenses”, foi considerada “uma medida que veio prejudicar imensamente às classes menos abastadas [...] que, vivendo do trabalho cotidiano, recebe seus vencimentos nos sábados à noite e dispõem de pouquíssimo tempo para atenderem às múltiplas necessidades de suas famílias”. Portanto, “Se não fosse desumano contemplar-se uma família reduzida a necessidades, que resultam da falta de humanidade dos poderes públicos e daqueles que devem proteger os seus subordinados, por certo não nos acharíamos aqui a pedir-lhes, em nome dos oprimidos, que

¹¹⁴ Arthur de Andrade, “Onze de dezembro”, *O Exemplo*, 11 dez. 1893, p. 1.

¹¹⁵ *O Exemplo*, 17 dez. 1893, p. 3; *O Exemplo*, 23 dez. 1893, p. 3.

¹¹⁶ *O Exemplo*, 17 dez. 1893, p. 3.

¹¹⁷ Na segunda parte retornaremos a esse assunto.

remedeiem esses males, já que não os podem extinguir de todo”.¹¹⁸ Vemos, portanto, uma nítida posição do editor em relação às pautas presentes em jornais operários.

Chamou-nos atenção, por outro lado, o fato de não ter sido este o tom adotado na saudação feita por *A Federação* um ano antes, ou seja, quando *O Exemplo* foi lançado aos vendavais da imprensa da capital: “Apareceu nesta capital o 1º número d’*O Exemplo*, um pequeno periódico literário. Agradecemos o exemplar que nos foi remetido”.¹¹⁹ A esse despeito, embora a folha republicana não tenha assinalado seu caráter crítico e noticioso, a literatura também é política¹²⁰, ainda mais quando nos referimos a setores sociais cujo acesso ao letramento era muito mais difícil por questões de classe, mas também de raça. Conforme veremos no quarto capítulo, foi aprovada em 1837 uma lei que vetava a matrícula de pessoas de cor preta, ainda que livres, nas escolas públicas primárias do Rio Grande do Sul; e que no contexto de desmonte desse veto e de crescimento da população negra desvinculada da escravidão, crianças negras sentiam literalmente na pele a discriminação e a segregação baseada em linhas de cor ou raça nas escolas públicas da capital. Portanto, o desejo de mostrar “à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grau de estudo a que o sujeitemos”, manifestado no editorial de estreia, cumpria o fim de provar aos “doutrinários que julgam o homem pela cor da epiderme” ou àqueles que desconhecem suas “legítimas aspirações” que também poderiam se “alistar nas cruzadas empreendidas pela inteligência”, para as quais certamente concorria a produção literária.¹²¹

Tendo em vista as ideias de raça vigentes, os fundadores de *O Exemplo* previram de antemão que ao ser lançado “aos vendavais da publicidade”, geraria debates e polêmicas, afinal surgiu com o intuito de ser um órgão de representação dos interesses de um grupo de jovens homens *de cor* no contexto em que o Brasil se projetava como nação republicana e pós-escravista e o Rio Grande do Sul, em particular, como a Europa brasileira. Embora abordando os escritos registrados a partir da segunda fase do periódico, as considerações trazidas por Regina Xavier e Marcus Rosa tornam-se oportunas. De acordo com Xavier, se autores como Oliveira Vianna, Campos Júnior e Salis Goulart, influenciados pelas teorias raciais e pelo branqueamento, buscavam a partir da década de 1920 construir uma imagem do Estado como sendo “eminentemente branco, superior, com feições europeias, potencialmente preparado para desenvolver-se de acordo com sua vocação democrática e igualitária”, por outro, os jornalistas

¹¹⁸ Arthur de Andrade, “Aconselhando”, *O Exemplo*, 16 abr. 1893, p. 1. Esse artigo também foi referido por Ana Flávia Magalhães Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX...* p. 140-141.

¹¹⁹ *A Federação*, 12 dez. 1892, p. 1.

¹²⁰ Conforme Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (orgs.), *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 e Sidney Chalhoub, *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹²¹ A Redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

negros desenharam “a imagem de uma sociedade extremamente hierarquizada e desigual”.¹²² Como consequência, a necessidade de combater a produção da invisibilidade negra nas imagens sobre o Estado.¹²³ Portanto, a inscrição do projeto em seu contexto evidencia-se ainda no tensionamento da ideia de raça baseada na crença de que as diferenças biológicas e fenotípicas existentes entre os seres humanos eram medidas adequadas para a hierarquização social.¹²⁴ Recuperando os trabalhos de Liane Müller, José Antônio dos Santos e Ana Flávia Magalhães Pinto, Marcus Rosa assinalou “que, entre os negros, as noções raciais biológicas e científicas deram lugar à concepção social e política da raça como nexos para construir solidariedades e alianças, cuja finalidade era reivindicar direitos”.¹²⁵ Em sua revisão da historiografia debruçada sobre o tema, o historiador destacou que:

Os negros se apropriaram não apenas de certa noção racial, mas também da imprensa e da igualdade republicana – repare-se, não por acaso, três filhotes da modernidade – sugerindo que eles desenvolveram formas criativas e habilidosas de tornar favorável um processo de modernização que, na maioria das vezes e em diversos aspectos, lhes inferiorizava e excluía. Por fim, é unanimidade entre esses mesmos autores a interpretação de que a população negra buscou a instrução como via de assimilação social (e convém acrescentar que isto não deixava de ser também uma forma de “modernizar-se”).¹²⁶

Enquanto as reivindicações não se concretizavam, todavia, era imperante combater as “sátiras mordazes” replicadas pelos pares da imprensa, uma vez que o editorial de estreia solicitou o apoio “daqueles que, atreitos às pugnas jornalistas, têm já seu nome firmado em tal certame” nessa luta. De fato, levou apenas treze edições para que a primeira crítica ao jornal de maior circulação do Estado fosse registrada. Segundo Esperidião Calisto, “Não é de agora; já pelas colunas da *Federação*, no tempo da monarquia, fiz sentir que conforme a alvura da pele, assim é considerado o indivíduo pelas autoridades e seus agentes”.¹²⁷ Tuane Dihl, nesse viés, assinalou a intensa arena de disputas em meio a qual múltiplas representações sobre o negro foram produzidas, em dinâmicas de exaltação/condenação moral, inclusão/exclusão no projeto republicano e de visibilidade/invisibilidade nas páginas da folha republicana.¹²⁸ Ao lado da exaltação aos abolicionistas, dentre os quais estava Aurélio Viríssimo de Bittencourt, registrava-

¹²² Regina Celia Lima Xavier, “Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição”, in: Alexandre Fortes et al., *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 103-131.

¹²³ Marcus Vinícius Rosa, *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

¹²⁴ Michael Banton, *A ideia de raça*. Lisboa, Edições 70, 1979; Peter Wade, “Race’. Nature and Culture”. *Man, New Series*, v. 28, n. 1, p. 17-34, mar. 1993; *Raza y etnicidad en Latinoamérica*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000.

¹²⁵ Marcus Vinícius Rosa, *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014, p. 237.

¹²⁶ Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 237-238.

¹²⁷ Esperidião Calisto, “Por um vexame”, *O Exemplo*, 12 mar. 1893, p. 1. A sequência desse excerto foi referida na anteriormente.

¹²⁸ Tuane Ludwig Dihl, *Plurais (in)visibilidades: representações republicanas sobre o negro (jornal A Federação – RS, 1884-1903)*. Dissertação (Mestrado em História), 170 f. – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.

se a preocupação quanto à disciplinarização da mão de obra, momento no qual o negro era entendido como incapaz de assimilar por conta própria as novas regras de trabalho e de vida em liberdade.

Além da imprensa, Esperidião Calisto trouxe à cena outro interlocutor, qual seja, a polícia e seus agentes. Por meio de suas ações, reforçavam a visão que se tornava cada vez mais hegemônica sobre o Estado e seu povo, produzindo e legitimando desigualdades e o uso da violência contra setores à margem daquelas representações. De acordo com Cláudia Mauch, a existência de regulamentos e legislações reguladoras da polícia e dos policiais não eram o bastante para evitar condutas truculentas, pois no cotidiano da atividade policial as normas concorriam com os valores dos agentes.¹²⁹ Como exemplo, a ação praticada contra o “cidadão” Abel da Cunha que, enquanto “recolhia-se pacificamente para sua casa, [...] duas praças da Guarda Municipal deram-lhe voz de prisão”. Assustado, Abel saiu em disparada, sendo alvejado no braço por um dos dois tiros disparados contra ele. “É um fato revoltante e que vem provar a incompetência dos agentes da força pública no serviço de policiamento da cidade”, asseverou *O Exemplo*. Após essa denúncia, aconselharam seus “concidadãos” a “não andarem depois do toque de silêncio na rua, porque estamos sujeitos a que qualquer um guarda municipal desfeche-nos um tiro e depois diga que, ao ser-nos dada voz de prisão, recalcitrámos”. Além de ironizarem a ausência de retaliação – “Sabemos que vão ser severamente punidos os autores de semelhante barbaridade” –, evidenciaram a parcialidade na maneira como a “imprensa da capital” noticiava situações com a relatada: “Para este fato de tamanha gravidade a imprensa da capital não teve uma palavra, ao passo que se a vítima fosse melhor colocada na sociedade, não faltariam comentários”.¹³⁰

Denúncias como essas certamente concorreram para a folha republicana deslocar sua imagem sobre *O Exemplo*: de um jornal literário a porta-voz dos proletários, visão endossada pelo *Jornal do Comércio*.¹³¹ Mesmo sem reivindicar tal caráter, era impossível não mencionar a situação do negro no mundo do trabalho que incluía, inclusive, a garantia de regressar em segurança para casa após as jornadas laborais. Diga-se de passagem, o único editorial publicado ao longo do primeiro ano de existência a mencionar a mulher referia-se justamente aos efeitos prejudiciais do aumento dos impostos pela municipalidade sobre a vida das lavadeiras, adjetivadas como “pobres mulheres”.¹³² A denúncia sobre a ação policial que acarretou na morte do cidadão Abel Cunha serviu ainda como exemplo da necessidade de “aqueles que nos negam seu auxílio” perceberem a importância de apoiarem *O Exemplo* “para, em ocasiões como esta, terem quem defenda seus

¹²⁹ Cláudia Mauch, *Dizendo-se autoridade: Polícias e Policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. São Leopoldo: Oikos, 2017; *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EdUNISC/ANPUH-RS, 2004. Ver também: Ana Flávia Magalhães Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX...* p. 151.

¹³⁰ “Prisão e Ferimento”, *O Exemplo*, 24 dez. 1893, p. 1.

¹³¹ Como veremos no próximo capítulo, Aurélio Viríssimo foi diretor do *Jornal do Comércio* entre 1903 e 1911.

¹³² “Os impostos”, *O Exemplo*, 22 jan. 1893, p. 1.

direitos”.¹³³ Além disso, embora se reportando à fase seguinte, Marcus Rosa postulou que “os redatores do jornal identificavam-se como negros e, ao agirem assim, atribuíam sentidos particulares e positivos à própria identidade racial; entretanto, entendiam que a identificação por meio da cor nas crônicas policiais dos ‘jornais de brancos’ era uma forma de aproximação com o cativo e, portanto, com a condição de não-cidadão”.¹³⁴

Conforme veremos na próxima seção, *O Exemplo* surgiu em um contexto de turbulência política e, dentre os desdobramentos, a guerra civil eclodida em fevereiro de 1893 e cessada apenas em agosto de 1895. Os redatores do jornal não se furtaram do debate, tecendo duras críticas à forma como o recrutamento militar acontecia, elegendo a ação policial como um dos alvos. A imprensa reagiu às acusações e na edição seguinte *O Exemplo* manifestou que “não tem cor política; é neutro no rigor da palavra e seu fim é a defesa dos direitos dos *homens de cor* e a pugna pelo levantamento moral de sua classe”. A “fraternidade” estava “acima dos interesses partidários” e a crítica ao procedimento dos agentes policiais se devia exclusivamente por ser uma “medida vexatória”, consoante ao que foi assinalado pelos jornais *O Fígaro* e *Cidade do Rio*, ambos do Rio de Janeiro.¹³⁵ Isto, por sua vez, revela-nos o contato e os diálogos entretidos com a imprensa do centro do país, dentro da qual estava o jornal fundado por José do Patrocínio.¹³⁶

Outra forma de refletirmos sobre a relação de *O Exemplo* com a imprensa parte dos vínculos de Marcílio Freitas, gerente do hebdomadário, com ela. Iniciou sua vida profissional como tipógrafo da *Folha Nova* e era membro da Sociedade Tipográfica Rio-Grandense, embrião do sindicato da categoria e fundada em 1891. Logo após fundar *O Exemplo*, em janeiro de 1893, inseriu-se em sua diretoria como fiscal, enquanto Agostinho José Lourenço, integrante de *A Federação* e um dos agentes da salvaguarda de *O Exemplo*, foi empossado orador.¹³⁷ Marcílio Freitas, gerente do hebdomadário e, por ora, o membro mais atuante na vida associativa da capital, circulando por agremiações de diversos matizes, torna-se uma importante pista sobre a participação de homens negros no ainda incipiente movimento operário porto-alegrense.¹³⁸

Embora os estudos existentes sobre *O Exemplo* reiterem a ideia de que somente após a refundação, e com mais afinco no avançar da década de 1910 o diálogo com o movimento operário

¹³³ “Prisão e Ferimento”, *O Exemplo*, 24 dez. 1893, p. 1.

¹³⁴ Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 261.

¹³⁵ *O Exemplo*, 19 mar. 1893, p. 1. Grifos originais.

¹³⁶ *Cidade do Rio* foi fundado por José do Patrocínio, personagem frequentemente citado nas páginas de *O Exemplo* como um ilustre homem da raça. Sobre José do Patrocínio e outros literatos negros, ver: Ana Flávia Pinto, *Fortes laços em linhas rotas...*

¹³⁷ *A Federação*, 17 jan. 1893, p. 2. A primeira diretoria foi eleita em 1891 e em 1895 Marcílio assumiu o posto de bibliotecário (id., 23 jan. 1891; id., 03 jan. 1895, p. 1). O fortalecimento desta relação pode ser depreendida diante da presença de Marcílio Freitas nos atos de encomendação de d. Margarida F. da Silveira, sogra de Agostinho José Lourenço que a esta altura, 1905, era gerente da folha republicana (id., 16 jun. 1905, p. 2).

¹³⁸ Sílvia Petersen e Benito Bisso Schmidt, “O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920)”, in: *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 209-246.

e suas pautas foi entretido, durante a primeira fase são diversas as evidências da vinculação com a questão operária. Cerca de dois meses depois, Marcílio Freitas manifestou sua insatisfação quanto à indisponibilidade de seus colegas tipógrafos se comportarem como classe, o que contribuía para seu desprestígio e prejuízo de seus membros, muitos deles provedores de famílias. Assinalemos, pois, que uma das primeiras greves no país foi liderada por tipógrafos no Rio de Janeiro em 1858, o que revela o potencial político e a consequente expectativa de mobilização e organização reivindicatória por parte desta categoria.¹³⁹ Nesse viés, assim pronunciou-se:

Esta classe que devia ser uma das mais consideradas, porque ela tem uma missão grandiosa – a de derramar luz sobre os povos – é, no entanto, uma das mais abocanhadas. É uma classe que atualmente, aqui nesta capital pelo menos, não tem valor algum, está completamente desprestigiada. [...] Temos uma sociedade para o progresso da qual devíamos todos cooperar, a fim de que em qualquer tempo, agremiados, pudéssemos fazer valer nossos direitos. No entanto o que vemos? A ela poucos pertencem, e muitos destes não contribuem com as suas mensalidades! Daí nasce a nossa completa nulificação, a ponto de já termos sido por alguém eliminados da comunhão social. Outro fato bem recente vem em abono das minhas palavras – o empastelamento do *Mercantil*, em cujo fato, se tem dito a boca cheia, tomaram parte muitos tipógrafos. Então estes senhores ignorariam que iam prejudicar colegas seus, muitos dos quais com família? Por certo que não; e nesse caso deviam colocar acima de quaisquer sugestões o amor à classe. Por estes e outros fatos está evidentemente provada a minha asserção: os únicos culpados da degradação moral da classe tipográfica são os próprios tipógrafos.¹⁴⁰

Uma semana antes dessa publicação, aliás, noticiou-se que *O Exemplo* não havia sido distribuído no último domingo em virtude do empastelamento de *O Mercantil*.¹⁴¹ A situação se repetiu cerca de oito meses depois, mas por outra razão: uma desavença de Marcílio Freitas com o proprietário, que a esta altura trabalhava nas oficinas da referida folha, levou-o a demitir-se. O fato é que o jornal passou a ser impresso na Tipografia do Rio Grande e, depois de dois meses, com os ânimos abrandados, retornou à antiga tipografia. A mudança implicou, novamente, na não circulação da folha por mais um domingo.¹⁴² Depois disso temos notícia de que durante o afastamento de Marcílio Freitas, em virtude de um “incômodo de saúde”, a impressão do periódico ficou sob responsabilidade do “inteligente artista tipográfico Gustavo Pereira”, a quem agradeceu-se pelos “relevantes serviços materiais que junto à empresa do *Mercantil*, em cujas oficinas é

¹³⁹ Sobre a greve dos tipógrafos no Rio de Janeiro, ver: Artur José Renda Vitorino, *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. Sobre outras greves no século XIX, ver ainda: João José Reis, “A greve de 1857 na Bahia”, *Revista da USP*, n. 18, p. 8-29, 1993; Antonio Luigi Negro e Flávio dos Santos Gomes. As greves escravas, entre silêncios e esquecimentos. In: *Outras Palavras*, 14 jul. 2016. Disponível em <<https://outraspalavras.net/brasil/entre-silencios-e-esquecimentos-as-greves-dos-trabalhadores-negros/>> (acesso em 10 jan. 2018); Paulo Roberto Staudt Moreira, “Um negro de clara sorte na terra e límpida estrela no céu: inserções profissionais e associativas de um pardo nos oitocentos”, in: *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação de fontes*. São Leopoldo: Oikos, p. 71-89.

¹⁴⁰ Marcílio Freitas, “A classe tipográfica”, *O Exemplo*, 19 mar. 1893, p. 1.

¹⁴¹ *O Exemplo*, 12 mar. 1893, p. 3. Também mencionado por Ana Flávia Magalhães Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX...* p. 142.

¹⁴² Ainda que somente na edição de 16 de abril informou-se em um rodapé a nova tipográfica, a partir da edição de 12 de março nota-se uma alteração gráfica no título (*O Exemplo*, 12 mar. 1893; 16 abr. 1893, p. 4). Deixou de circular em 18 de maio, cuja justificativa foi apresentada na edição seguinte (“*O Exemplo*”, *O Exemplo*, 25 mai. 1893, p. 3).

impressa esta folha, prestou-nos na ausência daquele amigo”.¹⁴³ Por fim, uma edição de novembro de 1895 informou a impressão na Tipografia da Agência Literária, localizada nas imediações do escritório de *O Exemplo*, mais exatamente no prédio de número 261 na rua dos Andradas.¹⁴⁴ Ademais, no contexto de tensões com o proprietário da tipografia de *O Mercantil*, para não deixar dúvidas sobre sua honorabilidade, Marcílio Freitas fez um comunicado aos leitores e leitoras:

Para evitarmos comentários pouco lisonjeiros à minha pessoa, declaro que desde segunda-feira, 20 do corrente, deixei de ser empregado do *Mercantil*, não por motivos que me desdorem, como sejam – falta de cumprimento de deveres ou comprovada má conduta – e sim, **tão somente devido a ter deixado de imprimir O EXEMPLO naquelas oficinas.**¹⁴⁵

Corroborando com a intenção de rechaçar os estereótipos acerca do negro reforçados em jornais de maior circulação, vemos nessa nota o importante papel pedagógico assumido pelo periódico. Era, pois, necessário construir e fortalecer uma nova imagem sobre negro, por sua vez dissociada do escravismo e consoante às exigências dos tempos republicanos. Antes de chegarmos a esse tema, a ser abordado na última seção deste capítulo, vejamos a maneira como membros do grupo procuraram lidar com os desafios subjacentes à nascente República.

1.3 “LIVRES E BONS CIDADÃOS”: HOMENS DE COR, A ABOLIÇÃO E A REPÚBLICA

A inserção e ascensão social do grupo fundador pode ser apreendida a partir de sua participação no seletivo grupo de cidadãos políticos registrada a partir dos alistamentos eleitorais de 1895, do qual estavam excluídos, dentre outros, as mulheres e os analfabetos e cujos percentuais seguiam muito próximos daqueles registrados na última década do Império.¹⁴⁶ Ter essa possibilidade em seus horizontes e pertencer à pequena parcela composta por cerca de 1% da população nos primórdios republicanos, certamente concorreu para a fundação do periódico. Somava-se a isso o desejo de não apenas participar dos debates políticos, mas conforme já reforçamos várias vezes, pautá-lo,¹⁴⁷ o que reforça ainda mais o viés dos editoriais e artigos de opinião publicados ao longo da primeira fase, qual seja, a reivindicação e a denúncia dentro

¹⁴³ A empresa, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 15 out. 1893, p. 2.

¹⁴⁴ Por meio de um anúncio podemos conhecê-la um pouco melhor: “Esta bem montada tipografia acaba de receber, além de um bom sortimento de tipos Norte-americanos, uma máquina *Marinoni* que a habilita a executar todos dos trabalhos tipográficos, como: jornais, romances, estátuas e qualquer livro. Especialidade em cartões de visita e participações de casamentos. BREVIDADE E PREÇOS RAZOÁVEIS” (*O Exemplo*, 10 nov. 1895, p. 4 [Caixa alta original])

¹⁴⁵ A Empresa, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 15 nov. 1893, p. 1. [grigos originais]. Ver também o pedido de desculpas pela não circulação do jornal no dia oito daquele mês: Marcílio Freitas, “Declaração”, *O Exemplo*, 26 nov. 1893, p. 4. Em janeiro de 1893, José Francisco Dias era proprietário e editor de *O Mercantil*, por sua vez, genro de João Cândio Gomes, fundador da folha (*O Mercantil*, 02 jan. 1893, p. 1; *A Federação*, 10 ago. 1889, p. 3).

¹⁴⁶ Estavam excluídas as mulheres, os menores de 21 anos, os mendigos, os estrangeiros não-naturalizados dentro dos primeiros seis meses de estadia no país, os analfabetos e os praças militares. Uma revisão sobre o tema está no primeiro capítulo do livro de Aldrin Armstrong Silva Castellucci, *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador: Eduneb, 2015.

¹⁴⁷ Entre 1890 e 1900 a população de Porto Alegre passou de 22.041 para cerca de 73.500 habitantes. Considerando os 1.102 eleitores alistados exatamente no interregno desse salto demográfico, teríamos quase 5% de eleitores, se cotejado com a população de 1890, mas apenas 1,5% se com a de 1900.

legalidade. A busca pelo desdobramento efetivo do texto constitucional, nesse sentido, é um dos temas da presente seção, no qual apresentaremos explicitaremos ainda a participação política dos jornalistas de *O Exemplo*.¹⁴⁸

Em uma rápida análise do conteúdo das publicações presentes nas 55 primeiras edições de *O Exemplo*, explicitada no quadro a seguir, notamos que em algumas os fundadores e colaboradores dispensavam os pseudônimos e assinavam com o nome próprio. Aurélio Júnior e Alfredo Souza eram os principais poetas, cujo principal tema era o amor, perdendo apenas para o colaborador Hélio Silva, com dezoito poesias. Sérgio de Bittencourt publicou duas poesias, um artigo sobre o treze de maio e foi responsável por três traduções de textos da antiguidade clássica. Apesar de não sabermos de qual idioma traduziu, o ato em si revela sua erudição e o acesso do grupo à cultura letrada ocidental. Arthur Gama publicou apenas um texto alusivo ao treze de maio e Florêncio Calisto, uma poesia endereçada à futura esposa Olímpia Nascimento. Já Esperidião Calisto foi autor de cinco textos de opinião sobre a atuação das beneficências da capital, três textos em um debate travado com o colaborador Miguel Cardoso acerca do preconceito de cor e um referente ao treze de maio. Ao lado de Esperidião Calisto, a atuação do editor e do gerente são efetivamente as mais expressivas: Arthur de Andrade assinou nove textos de opinião ou debate, um alusivo ao aniversário do jornal e outro ao treze de maio, enquanto Marcílio Freitas publicou seis de opinião, uma poesia e um alusivo às datas celebradas no jornal, a saber, o aniversário do jornal (onze de dezembro), o treze de maio, o quinze de novembro e o primeiro de janeiro, a fora outro sobre o dia de finados não contabilizado em separado. Ademais, havia 24 editoriais reforçando a linha do projeto do jornal e mais de cem crônicas assinadas por pseudônimos e destinadas fundamentalmente ao controle do comportamento de homens e mulheres.

Quadro 2 - Estilos dos escritos dos fundadores

Nome	Opinião/Debate	Tradução	Poesia	11 dez.	13 mai.	15 nov.	1º jan.
Arthur de Andrade	9	-	-	1	-	-	1
Marcílio Freitas	6	-	1	1	1	1	1
Arthur Gama	-	-	-	-	1	-	-
Alfredo Souza	-	-	12	-	1	-	-
Aurélio Júnior	2	-	15	-	-	-	-
Sérgio de Bittencourt	-	3	2	-	1	-	-
Florêncio Calisto	-	-	1	-	-	-	-
Esperidião Calisto	8	-	-	-	1	-	-

Fonte: *O Exemplo*, 11 dez. 1892 a 01 jan. 1894.

Sendo assim, selecionamos alguns dos textos para refletirmos sobre os dilemas enfrentados pelos homens *de cor* no que toca à vivência da liberdade e da cidadania negra nos

¹⁴⁸ Ver também: Ana Flávia Magalhães Pinto, “Quando o treze de maio era ‘dia de negro’”, in: *Imprensa negra no Brasil do século XIX...* p. 166-171. Suas considerações deram base a nossa interpretação, inclusive a observação de que a data da proclamação da República, como podemos notar no quadro dois, não recebeu o mesmo volume de contribuições.

primórdios do pós-abolição e da aurora republicana e, assim, voltarmos às suas trajetórias. Nesse sentido, em texto reflexivo sobre o treze de maio de 1893, ao saudar a importância da “gloriosa data”, Marcílio Freitas reforçou não se tratar de uma dádiva da “presumida redentora”, mas sim de uma restituição do direito à liberdade surrupiada do povo negro. No entanto, o “preconceito de raças” ainda não estava abolido como um todo e o autor nutria esperanças de que o regime republicano, consequência lógica da Abolição, o extinguiria. Para tanto, contudo, o novo regime, considerado um terreno mais fértil para “combater pelos nossos direitos”, não poderia ser “fraudado”.¹⁴⁹ Sérgio de Bittencourt, na mesma edição, assinou um texto intitulado “Liberdade!”:

[...] Enfim, a 13 de Maio de 1888, ruía por terra a odiosa instituição, e mais de dois milhões de criaturas eram acolhidas, sob uma chuva de aplausos, no grêmio da própria nacionalidade, onde só se respeita o talento, a virtude e o patriotismo. Conquistados, assim, os direitos, as prerrogativas de uma classe secularmente perseguida, desdenhosamente banida da comunhão social, resta-nos o dever de aconselhá-la que procure por todos os meios dignos de ocupar o lugar que lhe está reservado nos destinos da nossa amada Pátria, cuja grandeza depende imensamente da maior ou menor soma de dedicação que lhe consagremos. Saibamos honrar a memória daqueles que por nós se bateram, cujos nomes todos devemos apontar à gratidão da posteridade e inscrever nos fulgidos anais da História da Liberdade.¹⁵⁰

A Abolição, reforçando uma opinião comum aos colegas, foi para Sérgio de Bittencourt um evento de extrema importância para a vida da população negra do país, cujas expectativas se articularam àquelas advindas com a emergência da República, promulgada pouco mais de um ano depois. No entanto, embora um marco importante, a “História da Liberdade” não iniciava com o treze de maio, mas sim com as lutas emancipatórias engendradas por diferentes pessoas, escravizadas, libertas ou livres, tais como José do Patrocínio e Luiz Gama, conformando, assim, uma tradição histórica de lutas. No anseio de que não fosse esquecida, a imprensa tornou-se um repertório possível para esse registro, de modo que José do Patrocínio foi lembrado por Sérgio e por outros colegas como “o príncipe do jornalismo brasileiro”¹⁵¹ ou, ainda, como “a pena mais cintilante da imprensa brasileira”.¹⁵² Como bem assinalado, não pretendiam por meio da imprensa o registro de uma história à parte sobre as lutas negras pela liberdade, mas, pelo contrário, por meio dela explicitar como o protagonismo de homens *de cor* na luta contra os “grilhões da escravidão” forjou a própria história da nação brasileira. Ademais, em prol de uma sociedade verdadeiramente igualitária, era necessário abandonar o passado escravista como medida de hierarquizações sociais: “o talento, a virtude e o patriotismo” deveriam ser os únicos parâmetros de valoração entre os indivíduos, em detrimento do persistente “ódio” contra a “raça negra”.¹⁵³

¹⁴⁹ Marcílio Freitas, “O dia de hoje”, *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 2.

¹⁵⁰ Sérgio de Bittencourt, “Liberdade!” *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 2. Esse texto também foi parcialmente analisado por Ana Flávia Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 167-169.

¹⁵¹ Marcílio Freitas, “O dia de hoje”, *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 2.

¹⁵² Esperidião Calisto, “Duas palavras”, *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 3.

¹⁵³ Ainda que se tratando de uma outra conjuntura, esses parâmetros se fizeram presentes na epígrafe do primeiro jornal negro que se tem notícias no país, *O Mulato ou o Homem de Cor*, surgido no Rio de Janeiro em 1833. Este debate está em: Hebe Mattos, “Racialização e cidadania no Império do Brasil”, in: José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos, (orgs.),

Nessa esteira, Esperidião Calisto também assinalou alguns dos dilemas enfrentados cotidianamente por sujeito como ele, ou seja, embora “conscientes de sermos livres e bons cidadãos”, o preconceito de cor incrustado nos costumes os obrigava a “mendigar aos potentados uma ressalva, para com ela no bolso, ampararmos nossa liberdade individual”.¹⁵⁴

Transcorridos seis meses da edição dedicada ao treze de maio, por ocasião das celebrações em torno do Quinze de Novembro, o gerente Marcílio Freitas se mostrou menos confiante, pois ao invés de estarem comemorando “esplendidamente esse grandioso fato [...] precursor da nossa liberdade política”, choravam enlutados “a morte de irmãos queridos que se batem numa luta fratricida”. Como consequência, o “prejuízo das instituições, porque o povo se vê oprimido e vexado de ser a República a causa dos males que nos afligem”.¹⁵⁵ Quando o jornal surgiu, Júlio Prates de Castilhos havia sido eleito presidente do Estado depois uma intensa turbulência política e nos parece que a esperança de paz e progresso serviu como motivação àqueles jovens homens *de cor* que se reuniam no Salão Calisto, desejosos de participar do debate político e reivindicar a propalada igualdade republicana. Contudo, a maneira como o novo sistema político estava se desdobrando na prática, particularmente a guerra civil deflagrada em fevereiro de 1893 e cessada apenas em agosto de 1895, revelou a persistência da desigualdade baseada no preconceito de cor ou raça.

Em artigo escrito com Rodrigo de Azevedo Weimer, problematizamos raça a partir da referida guerra e utilizamos um editorial de março de 1893 para explicitar a denúncia acerca da ilegalidade e da racialização subjacente ao recrutamento forçado, bem como para alertar e mobilizar a audiência em relação aos fatos e dar o recado às forças beligerantes. Uma das consequências imediatas do recrutamento forçado seria a ausência de qualquer “ardor cívico” ou entusiasmo por parte dos recrutados à força, pois se por um lado ao aproximar pessoas de distintas cores, origens e condições sociais o sentimento de pertencimento à nação poderia sair fortalecido durante o conflito, a maneira como a lei era infringida explicitava o processo de racialização em curso na definição do pertencimento à cidadania republicana, colocando em cheque a própria sustentação das forças beligerantes.¹⁵⁶ De acordo com o editorial:

A polícia está infringindo a letra da Constituição do Estado!
Desconhece a igualdade de todos perante a lei e prende os homens de cor violentando-lhes a liberdade, coagindo-os a abandonar seus labores, lares e famílias, obrigando-os a verificarem praça na força militar do Estado! Isto é uma violência inqualificável. Enquanto os pobres homens de cor preta e parda são desconsiderados assim, os de cor branca são

Repensando o Brasil dos oitocentos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 358. Sobre o referido jornal e a imprensa negra no oitocentos, ver: Ana Flávia Magalhães Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010. Sobre o fundador e editor do periódico, ver: Rodrigo Camargo de Godói, *Um editor no Império*: Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: Edusp; FAPESP, 2016.

¹⁵⁴ Esperidião Calisto, “Duas palavras, *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 2.

¹⁵⁵ Marcílio Freitas, “Data memorável”, *O Exemplo*, 15 nov. 1893, p. 1.

¹⁵⁶ Melina Kleinert Perussatto e Rodrigo de Azevedo Weimer, “Problematizando raça a partir da guerra civil de 1893-1895”, in: Jonas Vargas (org.), *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. 1. ed. Porto Alegre: Fi, 2017, p. 305-321.

restituídos à liberdade e vagueiam tranquilos pela cidade. É lastimável essa falta de equidade. Prendem um homem de cor, honesto, laborioso e pacífico e soltam brancos vagabundos e perniciosos a nossa sociedade. Pois saibam que os violentados farão mui pouco na defesa da causa rio-grandense, por não terem sido consultados e por não se terem apresentado espontaneamente. Falta-lhes o ardor cívico, sufocado pela prepotência das autoridades e serão sempre maus soldados. O amor da Pátria, o entusiasmo de uma causa comum faz milagres: os gregos, em pequeno número, contiveram as numerosas hostes dos persas, todas compostas de recrutas que eram azorragados para combaterem. Os republicanos pois devem reconhecer seu valor individual e abster-se do recrutamento forçado que nada lhes aproveita.¹⁵⁷

De acordo com Peter Beattie, dentre as mudanças observadas na passagem do Império para a República estiveram aquelas ligadas à dissociação do Exército de sua função policial e penal por meio da construção de uma nova função para a instituição e de uma nova imagem pública do soldado. Dessa forma, se o recrutamento forçado concorria para retirar das ruas as pessoas consideradas ameaçadoras à segurança e à moralidade, a partir da República o Exército passou a visar um perfil oposto. Para tanto, a Lei do Recrutamento de 1874 foi incorporada à Constituição de 1891 e a conscrição, ao menos em tese, substituiu o recrutamento forçado.¹⁵⁸

Ainda que em outro âmbito das forças armadas, a Revolta da Chibata de 1910 tornou-se exemplar dos limites entre a lei e a prática, explicitados em meio ao movimento de reação e rechaço à manutenção de antigas práticas de punição e disciplina.¹⁵⁹ É dentro dessa chave que a crítica à persistência e à ilegalidade do recrutamento forçado registrada em *O Exemplo* pode ser localizada. Acerca disso, E. P. Thompson ponderou que:

A maioria dos homens tem um forte senso de justiça, pelo menos em relação a seus próprios interesses. Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia para a eficácia da lei em sua condição ideológica é de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade às vezes sendo realmente justa.¹⁶⁰

Adaptado à situação em quadro, reforçamos que a participação negra por meio da imprensa na construção da nação republicana se deu fundamentalmente com base na apropriação das leis para reivindicar suas demandas de acordo com a legalidade. Ainda que a Carta Magna republicana definisse a igualdade com o fim das regalias e cargos nobiliárquicos, os jornalistas deram-lhe outros sentidos, uma vez que a igualdade para eles passava pelo rechaço a toda ordem de discriminações, preconceitos e exclusões baseadas em diferenças de cor ou raça e na valorização dos talentos e virtudes.¹⁶¹ Nesse viés, na mesma edição do mencionado editorial,

¹⁵⁷ “Escândalo!” *O Exemplo*, 12 mar. 1893, p. 1. [Itálicos originais; sublinhados nossos] Ver também: Ana Flávia Magalhães Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX...* p. 151-152.

¹⁵⁸ Peter M. Beattie, *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

¹⁵⁹ Álvaro Pereira do Nascimento, *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

¹⁶⁰ E. P. Thompson, (1975), *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 354

¹⁶¹ O artigo 72 assegurou aos brasileiros e estrangeiros que residiam no país “a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”. O seu segundo parágrafo assim determinou: “Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégio de nascimento, desconhece foros de nobreza, e extingue as

Esperidião Calisto assinalou que desde os tempos monárquicos, “autoridades e seus agentes”, modulavam seu tratamento de acordo com “a alvura da pele”:

[...] se se trata de preto ou pardo e que estes não sejam ostensivamente recomendados por um pergaminho, um posto no exército ou um emprego público, são vilipendiadas brutalmente todas as regalias a que fazem jus pelo caráter sem jaça e a conduta escrupulosamente mantida no meio em que vivem.¹⁶²

Essa passagem é bastante representativa das escolhas dos fundadores ao longo de suas vidas, sobretudo ao investirem na carreira pública e na conquista de uma patente junto à Guarda Nacional. Ademais, segundo Beattie, a mudança na forma de arregimentar no Exército associou-se também ao desejo de romper com o passado escravista e colocar o Brasil no rol dos países civilizados e republicanos, de modo a se romper com a imagem do Exército ligada aos valores da rua (criminalidade e insegurança) em prol daqueles ligados à casa (moral e bons costumes). Para tanto, era necessário atrair homens oriundos de famílias dotadas de qualidades morais, livres de crimes e ensejar-lhes o ardor cívico. O Exército, enfim, passou a ser visto como uma extensão da casa e seus integrantes, membros de uma família extensa.¹⁶³ Ainda que não tenhamos encontrado vestígios da participação dos fundadores e *O Exemplo* no Exército, é fundamental assinalar que as patentes da Guarda Nacional eram, nesse contexto, uma insígnia de prestígio.

Dentro dessa chave podemos melhor compreender o atestado da boa moralidade passada aos sujeitos cooptados no editorial referido acima, ou seja, apesar de estarem nas ruas, serem pobres e terem a coloração epidérmica mais escura, se tratavam de homens trabalhadores, com família e residência reconhecidas, enfim, eram portadores dos predicados exigidos àqueles que desejassem um tratamento digno por parte das forças repressivas. Essas elaborações visavam ainda questionar as imagens vigentes do negro como um sujeito desajustado à sociedade de classes e pertencente a famílias imorais e desestruturadas, ou de que aqueles que ascenderam socialmente o fizeram meramente por emulação de padrões considerados brancos. Como vimos na primeira seção, todos os fundadores constituíram família e valeram--se da instituição republicana do casamento civil. A família Calisto, nesse sentido, ilustra as diferentes formas como isso se deu. Se Esperidião Calisto formalizou tardiamente no civil sua união com Ana Maria de

ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho” (Brasil, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24 fev. 1891). Sobre a igualdade como um campo de disputas, ver: Olívia Gomes Cunha e Flávio dos Santos Gomes, Introdução – que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença, in: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007, p. 13. Sobre a apropriação e ressignificação do ideário humanista por intelectuais negros nas Américas, ver: C.R.L. James, *Jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

¹⁶² Esperidião Calisto, “Por um vexame”, *O Exemplo*, 12 mar. 1893, p. 1. Eric Brasil, apenas para trazer um exemplo, notou a presença de patentes no meio negro carioca no pós-abolição, ver: Eric Brasil, *Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição*. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920). 338 f. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2016.

¹⁶³ Peter M. Beattie, *Tributo de sangue...* Esses valores, aliás, estavam no esteio do ideário positivista que se tornou hegemônico no Rio Grande do Sul ao longo da Primeira República (ver, dentre outros, Céli Regina Pinto, *Positivismo: um projeto político alternativo* (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986).

Lima, a despeito de seu irmão Florêncio, além de ter se casado no civil e no religioso com Olímpia Nascimento, anunciou no mesmo ano, 1893, que preparava “todos os papéis para o casamento civil” em sua residência.¹⁶⁴ Um pouco antes disso, um editorial assinalou que “O casamento civil é hoje a instituição que lança os fundamentos da família”. Em seguida apresentou-se um comparativo com o religioso e exemplos de problemas advindos da não formalização civil:

Para a boa marcha da sociedade, para a garantia dos bens e felicidade da família, os pais sempre devem casar civilmente, embora unam-se por laços compatíveis com suas crenças religiosas. [...] Esperamos que os chefes de família tomem em consideração a sorte de suas filhas, sempre que tratar-se de casamentos, pela sanção primeira do ato civil. [...] Quem infringir a lei, isto é, quem não casar civilmente, verá, depois de sua morte, seus filhos considerados ilegítimos e todos deserdados dos bens paternos. Os cônjuges que não realizarem o casamento civil não são considerados casados. Sejam prudentes e religiosos e respeitamos as instituições criadas.¹⁶⁵

Não advogavam, portanto, o rompimento com as instituições e tradições religiosas, mas sim a incorporação das novidades vindas com a recém-nascida República, neste caso, a garantia do direito civil ao matrimônio que, dentre outras coisas, assegurava a transmissão patrimonial. Acerca disso, se casaram ao menos no religioso: Arthur Pinto Gama com Maria da Glória Pereira Rosa em 1889; Sérgio de Bittencourt com Cândida Edwiges da Silva em 1888 e Aurélio Júnior com Maria da Glória Quilião em 1897. Contudo, o primeiro e o último lançaram mão da lei do casamento civil, de 1890, para impetrarem apelações de divórcio em 1899 e 1906, respectivamente. Casaram-se ao menos no civil: Alfredo Souza com Adelina Zeferina da Silva em 1909, Florêncio Calisto, em segundas núpcias, com Laudelina Calisto em 1917 e Esperidião Calisto com Ana Maria de Lima em 1921. No civil e no religioso: Florêncio Calisto com Olímpia Nascimento em 1893, Marcílio Freitas com Balbina Rocha Pedroso em 1903 (segundas núpcias) e Arthur de Andrade com Carmen Pinto de Azevedo em 1910. Apenas para termos uma ideia, a partir de 1895 os fundadores passaram a figurar em listas eleitorais e dentre as informações apresentadas no alistamento estava a situação conjugal. Nesse momento, 50,7% dos 1.102 eleitores da capital eram solteiros; 45,7% eram casados e 3,5% viúvos. Ainda que não fosse um critério decisório, como podemos depreender, formalizar a união conjugal concorria para a construção de uma imagem pública de respeitabilidade. Ainda que deixaremos para explorar o tema família no segundo capítulo, sentidos inegavelmente políticos atribuídos à instituição republicana do casamento, uma vez que as imagens sobre a desorganização familiar na senzala seguiam povoando as mentes de seus concidadãos.¹⁶⁶

¹⁶⁴ “Casamento civil”, *O Exemplo*, 10 set. 1893, p. 4.

¹⁶⁵ “Casamentos”, *O Exemplo*, 02 jul. 1893, p. 1.

¹⁶⁶ Não termos vestígios de que os fundadores fossem oriundos de famílias escravizadas e, caso fossem, estudos produzidos há mais de três décadas comprovam não apenas a sua existência, como sua persistência ao longo de gerações, apesar de todas as tentativas de desumanização impostas pelo cativo. Sobre isso, ver: Robert W. Slenes, *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Um balanço sobre o tema no Rio Grande do Sul é: Paulo Roberto Staudt Moreira e Natália Pinto Garcia, “Negro não se casa: um balanço da historiografia sobre família escrava no Rio Grande do Sul”, in: Ana Silvia Volpi

Acerca de um dos aspectos que concorriam para um tratamento mais equânime pela polícia citado por Esperidião Calisto, qual seja, o emprego público, lembremos que no momento da fundação do periódico apenas Arthur Pinto Gama e Arthur Ferreira de Andrade eram funcionários públicos, o primeiro do Tesouro desde 1885 e o segundo dos Correios desde 1891, com remunerações significativas para a época. A esse despeito, praticamente todos os demais eram trabalhadores: Alfredo Souza era farmacêutico, Florêncio e Esperidião Calisto eram barbeiros e Marcílio Freitas tipógrafo e Sérgio de Bittencourt, funcionário na Secretaria do Interior. Não temos certeza sobre a forma como ingresso nesse espaço, mas alertamos que era chefiada por seu pai. Aurélio Júnior, aspirante à Faculdade de Direito, tratava-se da exceção. Marcus Vinícius de Freitas Rosa, ao recuperar outros trabalhos que se debruçaram sobre *O Exemplo*, assim resumizou o compartilhamento de estratégias semelhantes de inserção e ascensão social de seus fundadores e integrantes:

José Antônio dos Santos já observou que o emprego em serviços públicos, por meio das relações de apadrinhamento mantidas com autoridades do Partido Republicano Rio-Grandense, e o ingresso em carreiras burocráticas, por meio de concurso público, foram características comuns a vários jornalistas d'*O Exemplo*. Ana Flávia Magalhães Pinto, por sua vez, chamou atenção para o fato de que a participação em concursos públicos era uma questão sensível para jornalistas negros de Porto Alegre e de outras cidades brasileiras já em meados do século XIX: eles percebiam que, apesar de intelectualmente hábeis e a despeito da aprovação, muitos homens de cor acabavam não sendo nomeados. No que diz respeito a *O Exemplo*, convém chamar atenção para a vinculação de uma parcela considerável dos seus redatores a instituições militares, como a Guarda Nacional e a Brigada Militar.¹⁶⁷

Anos depois da fundação do jornal, Marcílio Freitas recordou-se que o “preconceito de cores, odiosamente enquistado nos hábitos da população desta leal e valorosa cidade”, era um dos principais temas discorridos nas reuniões no Salão Calisto e que deram origem a *O Exemplo*. O desejo de combatê-lo os motivou a criar um órgão destinado a denunciá-lo, ao mesmo tempo em que fosse um espaço de “afirmação positiva e concretizadora de que irradiava dos cérebros dos homens de cor a mesma luz que iluminava a dos homens brancos!”.¹⁶⁸ Dentre as situações que os levava, a tomar uma atitude urgente, estava a injustiça sofrida por Justino Coelho da Silva Júnior, um “cidadão de cor parda”, que tivera seu concurso público anulado por Gaspar Silveira Martins, presidente da Província pelo Partido Liberal em 1889. Conforme relatado em diferentes ocasiões,

Scott et al. (orgs.), *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 40-74.

¹⁶⁷ Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 245. As referências são, respectivamente: José Antônio Santos, *Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 128, 143 e 160; e Ana Flávia Pinto, *De pele escura à tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)*. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 120-174.

¹⁶⁸ Marcílio Freitas, “O aparecimento d’*O Exemplo*”, *O Exemplo*, 02 jan. 1928, p. 1. Ver também: Ana Flávia Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX...*

Justino fora o único aprovado dentre os 33 candidatos concorrentes ao provimento de uma vaga na Secretaria de Governo.¹⁶⁹

Apesar de não termos localizado o referido concurso, pouco depois, em maio de 1890, Justino fora aprovado em outro para o cargo de praticante de segunda classe dos Correios, sendo nomeado no ano seguinte¹⁷⁰ e aposentando-se como contador. Justino Júnior não era apenas colega de Arthur de Andrade e de Marcílio Freitas durante sua passagem pela repartição dos Correios, como também era cidadão político e correligionário do PRR.¹⁷¹ Segundo Esperidião Calisto, esse acontecimento representou “a explosão do preconceito estúpido de cor atuando no julgamento dos samicas que nos governavam, que não admitiram que um *negro* plantasse com seu mérito incontestável a uma caterva de nulidades *caídas*”.¹⁷² Da eloquente fala de Esperidião Calisto, emergem diversas questões que vão desde as parcialidades existentes por detrás dos concursos públicos até os esquemas de racialização próprios dos sujeitos, passando pela exaltação da qualidade moral e da capacidade intelectual do negro – e do concurso público como um potente atestado. Para Marcílio Freitas, a despeito das suas “notórias aptidões”, Justino Júnior “tinha o grande ‘defeito’ de não ter branca a cor de sua epiderme”.¹⁷³ Sobre suas aptidões, em 1884 fora aprovado em Latim nos exames preparatórios.¹⁷⁴

Ao adentrarmos nessa seara, vejamos as condições trazidas em um edital de 1895 para concorrer a alguns cargos em um concurso público para a repartição dos Correios. Os carteiros e praticantes deveriam “ter mais de 21 e menos de 30 anos de idade, gozar de boa saúde e estar vacinados”, bem como “ter bom procedimento”. Além disso, os primeiros deveriam “saber ler e escrever corretamente e conhecer as quatro operações fundamentais da aritmética”, enquanto os últimos “História do Brasil, aritmética até a teoria das proporções inclusive, sendo motivo de preferência o conhecimento de alguma das seguintes matérias: desenho linear, escrituração mercantil, inglês e alemão”. Os terceiros oficiais deveriam ser amanuenses com ao menos “dois anos de efetivo serviço do correio e só na falta deles os praticantes, nas mesmas condições”, poderiam concorrer.¹⁷⁵ Os amanuenses, nos tempos imperiais, precisavam ter “boa letra,

¹⁶⁹ Marcílio Freitas, “O aparecimento d’O Exemplo”...

¹⁷⁰ Havia sete concorrentes ao todo (*A Federação*, 19 mai. 1890, p. 1; id., 06 mar. 1891, p. 1).

¹⁷¹ Em 1895, aos 26 anos de idade, foi alistado como filho de Justino Coelho da Silva, solteiro e agência. Nesse mesmo ano colaborou com uma subscrição popular “para a aquisição de um palacete que deve ser oferecido ao benemérito Dr. Júlio Prates de Castilhos, em diversos momentos foi convocado para ser jurado e se fez presente em diversas atividades do PRR (*A Federação*, 09 set. 1904, p. 1). Atuação como jurado: *A Federação*, 04 set. 1895, p. 5; id., 25 abr. 1895, p. 3; id., 27 jan. 1894, p. 3, dentre outros.

¹⁷² Esperidião Calisto, “Pelo dever”, *O Exemplo*, 23 jul. 1893, p. 1 [grifos originais].

¹⁷³ Marcílio Freitas, “O aparecimento d’O Exemplo”, *O Exemplo*, 02 jan. 1928, p. 1.

¹⁷⁴ *A Federação*, 22 jul. 1884, p. 2.

¹⁷⁵ *A Federação*, 10 jan. 1895, p. 3.

conhecimento da gramática portuguesa e da língua francesa, da aritmética até proporções e de geografia pátria e corografia da Província”.¹⁷⁶

Considerando ainda a conjuntura política, a crítica feita por Esperidião Calisto ao liberal Gaspar Silveira Martins não pode ser compreendida exclusivamente como um possível alinhamento com as ideias propaladas pelo PRR, partido ao qual Silveira Martins se opunha radicalmente. Na sequência, um editorial rebateu as críticas dizendo que *O Exemplo* “não tem cor política; é neutro no rigor da palavra e seu fim é a defesa dos direitos dos *homens de cor* e a pugna pelo levantamento moral de sua classe”, de modo que a “fraternidade” se colocava “acima dos interesses partidários”.¹⁷⁷ Essa postura, contudo, não redundava em neutralidade. Segundo Calisto, durante os debates em torno da Abolição, Silveira Martins procurou assegurar somente os interesses dos proprietários: “Pouco se lhe importava que sofressem as agruras de um viver quase irracional milhares de negros, aliás, brasileiros; conquanto que com a liberdade desses não se cochassem os interesses, arrebatando-lhes as propinas do poder”.¹⁷⁸ Por outro lado, como veremos no próximo capítulo, Júlio de Castilhos, fundador do PRR, integrou o Centro Abolicionista ao lado de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, por sua vez convidado por Castilhos a assumir a titularidade da Secretaria de Estado quando assumiu o poder em 1892.

Na condição de cidadãos políticos, notamos no levantamento biográfico que, mais cedo ou mais tarde, os fundadores acabaram se envolvendo com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Sem cair em um determinismo causal, a presença de Aurélio Viríssimo de Bittencourt na alta burocracia desde os fins do regime monárquico pode ser lida como mais uma porta por ele aberta aos seus patrícios, mas não só. Estudos sobre as relações de *homens de cor* com o republicanismo demonstram que não se trata de um fenômeno local. Para Beatriz Ana Loner, a partir da trajetória de Antônio de Oliveira (ou Antônio Baobad) em Pelotas, concorreu para isso não apenas a “posição francamente abolicionista dos republicanos”, mas também seu desenvolvimento tardio no Rio Grande do Sul, de modo a coincidir com as lutas pela Abolição. Passado esse evento e sucedido pela queda da monarquia, as frustrações com o novo regime se abateram por setores negros e trabalhistas e a maneira como o recrutamento de “voluntários”

¹⁷⁶ Artigo 5º do novo regulamento para a Secretaria de Governo, contido no Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Francisco Inácio Homem de Melo...1868 apud Paulo Roberto Staudt Moreira, “O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano”, *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, p. 85-127, 2014, p. 104.

¹⁷⁷ “O Exemplo”, *O Exemplo*, 19 mar. 1893, p. 1 [grifos originais]. Sob o pseudônimo Panine, reforçou-se meses depois: “Nada temos que ver com pica-paus e maragatos; o que nos importa e muito é o cumprimento do dever que nos impusemos ao aparecer o primeiro número desta folha” (Panine, “Cartinhas”, *O Exemplo*, 17 dez. 1893, p. 2).

¹⁷⁸ Esperidião Calisto, “Ainda pelo dever”, *O Exemplo*, 20 ago. 1893, p. 1. O necrológio de Arthur Pinto Gama sublinhou que seu ingresso via concurso público na antiga Pagadora Provincial foi precedido por seu estudo, mas também pelos “paternais conselhos do extinto chefe do partido liberal rio-grandense, conselheiro Gaspar Silveira Martins” (*O Exemplo*, 19 fev. 1922, p. 1). Soma-se a isso, o fato de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, um dos principais apoiadores de *O Exemplo* ter iniciado sua vida política junto ao mesmo partido, inclusive, como fundador do seu órgão de comunicação, o jornal *A Reforma*. Fica, pois, uma questão para investimento futuro.

para a guerra civil federalista era feito, de modo forçado, também foi criticado pela imprensa local, que igualmente destacou a população negra masculina com a principal vítima: “A incorporação foi tão extensa que coube às mulheres negras, em 1894, mandar rezar a missa em comemoração ao 13 de maio, em nome de seus irmãos e maridos, que estavam ‘a serviço da pátria’”.¹⁷⁹

Desse modo, ao contrário de outras partes do país, o partido que foi se tornando hegemônico ao longo da Primeira República no Rio Grande do Sul não contava com o apoio das tradicionais elites agrárias, ainda que se originasse desse setor, e teve que enfrentar uma intensa disputa política: ao longo dos primeiros oito anos de República, o Estado contou com nada menos do que dez governadores, dos quais apenas dois eram ligados ao PRR, sem contar com a guerra civil que colocou em lados opostos federalistas e republicanos.¹⁸⁰ Nesse ínterim, surgiu *O Exemplo* – e não podemos deixar de considerar que concorreu para o seu aparecimento o desejo de pautar ou, ao menos, pressionar o governo castilhistas, uma vez que trasbordam de suas páginas cobranças sobre a aplicabilidade dos princípios constitucionais redigidos por Castilhos.

O PRR surgiu em 1882 e teve como principal fundador Júlio Prates de Castilhos que trouxera de São Paulo não apenas o diploma de bacharel em Direito, mas também o positivismo do francês Augusto Comte disseminado nas Arcadas. A opção pela referida matriz ideológica, somada à tradição militar sul-rio-grandense e à forte oposição dos federalistas, originou o “autoritarismo ilustrado”, o castilhismo. Segundo Sandra Pesavento, dentre as particularidades dessa corrente estava o entendimento de “que o progresso seria dado pelo desenvolvimento industrial, pelo primado da ciência, pela educação e pela moral”. Enquanto as duas primeiras assegurariam o progresso, as duas últimas, a ordem.¹⁸¹ A necessidade de estabelecer uma coesão política e manter-se resistente à severa oposição das elites tradicionais agregadas em torno do Partido Liberal, segundo César Queirós, demandou a busca pela adesão de outros segmentos sociais, dentre os quais os imigrantes europeus, industriais, comerciantes e setores médios urbanos simpáticos à ideia de “austeridade moral e social”. Contudo, foi preciso lidar com as diversas demandas desses setores e com as contradições de um Estado que, visando a harmonia social, deveria ser técnico e não político.¹⁸²

¹⁷⁹ Beatriz Ana Loner, “Antônio: de Oliveira a Baobad”, in: Flávio dos Santos Gomes e Petrônio Domingues (orgs.), *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 122-123.

¹⁸⁰ Ver, dentre outros: Joseph Love, *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975; Céli Regina Pinto, *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986; Loiva Otero Félix, *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

¹⁸¹ Sandra Jathay Pesavento, *O cotidiano da República: elites e povo na virada do século*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1990, p. 17. Os dois principais líderes do Partido Republicano Rio-Grandense, Júlio Prates de Castilhos e seu sucessor, Borges de Medeiros, bacharelaram-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde possivelmente tiveram contato com tal ideário.

¹⁸² O historiador enumerou alguns traços que perpassaram a atuação republicana ao longo da Primeira República: “a concentração de poderes na figura do Presidente do Estado; a exclusão dos agentes sociais subalternos como agentes políticos, de modo que a órbita política deveria ficar sob a tutela dos mais capazes; a continuidade política-administrativa, a disciplina partidária e a natureza conservadora do PRR; a ideia de incorporação do proletariado à

Apesar de os homens *de cor* não estarem arrolados dentre aqueles a serem arregimentados na busca pela ampliação da base de apoio e sustentação ao PRR, talvez porque o negro fosse mormente associado à escravidão e à ideia de anomia no pós-abolição, o fato é que homens *de cor* se perfilaram ao partido e valeram-se de sua ideologia, atribuindo-lhe sentidos particulares. Conforme o obituário do proprietário do estabelecimento onde o jornal originou-se, o Salão Calisto era um centro de reuniões e certamente correligionários do PRR frequentavam esse espaço também em busca da boa aparência, de cuidados terapêuticos e das mais variadas informações que por lá circulavam. Ou seja, os fundadores de *O Exemplo* se valeram desse repertório na construção de suas pautas e nas denúncias acerca da forma assimétrica como princípios republicanos eram aplicados, na busca pela ampliação da cidadania para a qual concorria a erradicação do racismo e o estabelecimento da República dos talentos e das virtudes.

Na pesquisa junto à folha republicana encontramos diversas evidências sobre a participação de homens *de cor* em meio a atividades do PRR, a começar pela significativa presença na reunião do partido em 1904, momento no qual a maioria dos fundadores de *O Exemplo*, com exceção de Esperidião Calisto, já havia aderido ao partido. Em meio a uma extensa lista, que ocupou praticamente toda a primeira página, foram notados: Arthur Ferreira de Andrade, Alfredo Cândido de Souza, Arthur Pinto Gama, Aurélio Júnior, Florêncio Calisto. Além deles, estavam presentes o major João Baptista da Silva, futuro integrante do jornal; o Dr. Alcides Cruz, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo; Francisco Xavier da Costa, tipógrafo e, neste momento, um dos mais destacados líderes operários da capital, tendo encabeçado dois anos depois a Greve dos 21 Dias¹⁸³; Honório Porto, músico e membro ativo de sociedades musicais negras¹⁸⁴; Justino Coelho da Silva Júnior, mencionado anteriormente; e, obviamente, o Sr. Coronel Aurélio de Bittencourt, Secretário da Presidência do Estado.¹⁸⁵

Nas próximas linhas apresentaremos outras situações nas quais, senão todos, ao menos alguns dos fundadores se cruzaram com outros colegas, futuros integrantes ou outros correligionários negros. Especialmente Arthur Gama, Alfredo Souza, Florêncio Calisto e Marcílio Freitas fortaleceram seus laços nesse âmbito, sobretudo em datas simbólicas para os republicanos sul-rio-grandenses.¹⁸⁶ A solidariedade e a posse de recursos ficou evidente em outras situações,

sociedade moderna” (César Augusto Bubolz Queirós, *O Positivismo e a questão social na primeira República*, 1895/1919. 2. ed. Curitiba: CRV, 2016, p. 33).

¹⁸³ Segundo Benito Schmidt, a adesão ao PRR se deu apenas em 1912, quando toma assento no Conselho Municipal. O indício aqui apresentado, contudo, relativiza tal assertiva e estreita as relações dos socialistas com o republicanismo, conforme veremos no terceiro capítulo. Ver: Benito Schmidt, *Em busca da terra de promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

¹⁸⁴ Felipe Rodrigues Bohrer, *A música na cadência da história...*

¹⁸⁵ *A Federação*, 09 set. 1904, p. 1.

¹⁸⁶ Arthur Gama e Marcílio Freitas e Florêncio Calisto aparecem em diversas publicações alusivas a Júlio de Castilhos (*A Federação*, 30 jun. 1904, p. 1; id., 24 out. 1910, p. 4; id., 24 out. 1916, p. 1. Apenas Florêncio Calisto em: *A Federação*, 24 out. 1919, p. 1; id., 25 out. 1920, p. 1-2; id., 25 out. 1921, p. 1; id., 16 jul. 1923, p. 5); Arthur Gama e Marcílio Freitas (id., 03 jan. 1918, p. 7); Arthur Gama, Marcílio Freitas e Florêncio Calisto foram notados nas homenagens alusivas aorimeiro

tais como subscrições.¹⁸⁷ Reuniões, festas e eleições abriam espaços para o estreitamento dos laços e revelam o empenho dos fundadores de *O Exemplo* dentro dessa sociabilidade. Os notamos em agremiações republicanas,¹⁸⁸ festividades¹⁸⁹ e em mesas eleitorais.¹⁹⁰ A tardia adesão de Esperidião Calisto ao republicanismo contrapõe-se a de seus colegas e de seu irmão, cujo estreitamento de vínculos com o PRR fica sugerido, por exemplo, nas notas em homenagem ao seu aniversário.¹⁹¹ Arthur Gama também foi diversas vezes saudado, sempre assinalado como “nosso correligionário” e “funcionário do Tesouro do Estado”, em uma nítida valorização do emprego público.¹⁹² Ademais, Esperidião Calisto foi o único dentre os fundadores a não registrar uma aproximação com a Guarda Nacional.

O registro mortuário de Aurélio Júnior, por sua vez, torna-se exemplar da respeitabilidade social conquistada por republicanos negros, bem como suas redes relacionais. Conforme *A Federação*: “Não exageramos se dissermos que o acompanhamento ocupava uma quadra inteira, tal o número de pessoas presentes”. Dentre as quais, além do governador Dr. Borges de Medeiros

aniversário de morte de Pinheiro Machado (id., 08 set. 1916, p. 1); Arthur Gama na homenagem ao Coronel Marcos de Andrade (id., 22 ago. 1908, p. 1); Arthur Gama e Florêncio Calisto (id., 05 dez. 1912, p. 4); Arthur Gama na homenagem a Borges de Medeiros (id., 15 fev. 1910, p. 1); Arthur Gama na recepção ao Dr. Barbosa Gonçalves (id., 19 jul. 1910, p. 4).

¹⁸⁷ Arthur Gama contribuiu com subscrições ao patrimônio do filho do correligionário Ernesto Alves, que faleceu miserável; à subscrição organizada pelo Clube Republicano, cuja comissão era integrada por Aurélio de Bittencourt, destinada à Dona Justa, octogenária que ficou sem o auxílio de seu malogrado neto, Pedro Boa Nova; à família do “malogrado José Rodrigues Vizeu Junior, assassinado [...] e que deixou sua família em precárias condições”; e “às crianças recolhidas pela ou enfermas na Santa Casa para distribuir brinquedos e vestuário” (*A Federação*, 04 set. 1891, p. 1; 02 dez. 1910, p. 2; 01 jun. 1909, p. 4; id., 17 dez. 1919, p. 4).

¹⁸⁸ Marcílio Freitas foi 2º secretário do Centro Republicano (*A Federação*, 16 out. 1911, p. 1); Arthur Pinto Gama membro da Comissão de contas do Clube Júlio de Castilhos, ao lado de Aurélio Viríssimo de Bittencourt e Luiz da Rocha Faria em 1910 (id., 13 jan. 1910, p. 4). Em 1913 o Centro Republicano e Clube Júlio de Castilhos se fundiram dando origem ao Centro Republicano Júlio de Castilhos. Por ocasião da inauguração da sede dessa “alta associação política”, situada à rua dos Andradas, n. 884, esquina com a Dr. Flores, alguns sócios foram notados, dentre os quais o capitão Marcílio Freitas, o tenente Florêncio Calisto, Francisco Xavier da Costa e, obviamente, o coronel Aurélio de Bittencourt (id., 14 mai. 1913, p. 1-2).

¹⁸⁹ Em 1906, Arthur Gama, Marcílio Freitas e Florêncio Calisto participaram da “Festa Republicana na Taquara”, bem como Felipe Baptista da Silva e Henrique Gomes Ribeiro (*A Federação*, 17 nov. 1906, p. 2). Dez anos depois, Marcílio Freitas (capitão), Florêncio Calisto (tenente), bem como o conselheiro municipal Francisco Xavier da Costa, participaram de outra festa republicana, porém no distrito de Pedras Brancas (id., 20 mar. 1916, p. 7). Em 1910, Arthur Ferreira de Andrade e Arthur Gama foram paraninfos da união entre Tertuliano Turfóbio de Carvalho, correligionário e porteiro do Tesouro do Estado, com a senhorita Nathalia Vianna (id., 14 jan. 1910, p. 4).

¹⁹⁰ Em 1899 e 1900, na 1ª mesa da 1ª seção estavam o Dr. Alcides da Freitas Cruz e Arthur Ferreira de Andrade (suplente); na 4ª mesa da 1ª seção, Marcílio Francisco da Costa Freitas; na 1ª mesa da 2ª seção, o Tenente Coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt; na 1ª mesa da 3ª seção Arthur Pinto Gama (suplente); e na 5ª mesa da 3ª seção, Justino Coelho da Silva Júnior; e na 5ª seção, Henrique Gomes Ribeiro. Este, abramos um parêntese, integrou a Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade, junto com Aurélio Viríssimo de Bittencourt, e alguns anos depois representou o deputado Monteiro Lopes na inauguração da pedra fundamental do Asilo 13 de Maio, abordado na parte quatro (*A Federação*, 23 dez. 1899, p. 4; id., 24 set. 1900, p. 4); Ademais, Florêncio Calisto foi nomeado escrivão ad-hoc da 3ª seção da eleição de deputados e senadores ao Congresso Nacional em 1912 (id., 27 jan. 1912, p. 1) e no ano seguinte foi convocado para atuar na mesa eleitoral localizada na Inspeção Agrícola, sita à rua Duque de Caxias n. 231, ao lado de Felipe Baptista da Silva, que viria a integrar os quadros de *O Exemplo* (id., 04 jan. 1915, p. 6).

¹⁹¹ De uma nota impessoal – “Fazem anos amanhã: Sr. Florêncio Calisto” –, a uma saudação que marcou seu alinhamento partidário – “nosso correligionário” –, passando por uma mais íntima – “nosso amigo” (*A Federação*, 11 jul. 1916, p. 3; id., 06 nov. 1917, p. 10; id., 11 jul. 1919, p. 5; id., 01 jul. 1932, p. 5; id., 01 set. 1932, p. 2). Em 1927 fora referido como “antigo funcionário” (id., 08 nov. 1927, p. 2).

¹⁹² *A Federação*, 23 set. 1911, p. 1; id., 23 set. 1912, p. 2; id., 23 set. 1913, p. 1; id., 24 set. 1914, p. 3; id., 23 set. 1915, p. 3; id., 23 set. 1916, p. 3; id., 22 set. 1917, p. 4.

e demais autoridades, estavam os colegas de *O Exemplo* e diversas associações e periódicos: Sociedade Beneficência Porto-Alegrense; Sociedade Floresta Aurora; *Jornal do Comércio*; *O Independente*; *Correio do Povo*; *O Exemplo* e *A Federação*. Dentre as coroas e buquês depositados sobre o féretro estavam as homenagens de suas irmãs e respectivos maridos, bem como de seu filho Dario, de seu pai e madrasta, de seus colegas (sem o nome das esposas), de *O Exemplo* e da Floresta Aurora.¹⁹³ No segundo capítulo conheceremos mais detalhes sobre sua trajetória e homenagens prestadas por ocasião de seu falecimento, mas de antemão não percamos de vista se tratar do filho de Aurélio de Bittencourt, secretário de Estado da Presidência do Estado, o que certamente potencializou o impacto de sua precoce morte.¹⁹⁴

Tendo isso em vista, é importante recobramos que a historiografia já apontou para uma significava incidência de homens pobres livres e libertos nas eleições de primeiro grau durante o Império. Apesar do estabelecimento de mecanismos de exclusão, tais como o voto censitário¹⁹⁵, a eleição indireta¹⁹⁶ e a subjetividade das juntas de qualificação eleitoral, eram considerados cidadãos desde a Constituição do Império outorgada em 1824. Observando os primeiros tempos da emancipação política do país, Hebe Mattos constatou que a ideia de raça “não se apresentava como solução, mas, antes, como problema”, sobretudo porque no processo de elaboração de direitos de cidadania, os critérios estabelecidos acabaram por fortalecer desigualdades eminentemente raciais, desencadeando por consequência uma série de disputas e conflitos.¹⁹⁷

A restrição ao voto dos analfabetos registrada na reforma eleitoral de 1881, nesse sentido, reduziu drasticamente a possibilidade de participação política aos homens pobres livres ou libertos em um contexto no qual a maioria da população negra já não era mais escravizada.¹⁹⁸ Estima-se que em 1872 cerca de 10% dos habitantes do país votasse, percentual que reduziu para

¹⁹³ *A Federação*, 01 ago. 1910, p. 4.

¹⁹⁴ *A Federação*, 25 ago. 1919, p. 13.

¹⁹⁵ O Decreto nº 484, de 25/11/1846 alterou o Decreto Lei 387, de 19/08/1846, passando de 100\$000 para 200\$000 a renda mínima exigida para ser votante não-elegível de primeiro grau e de 200\$000 para 400\$000 para votante elegível ou de segundo grau.

¹⁹⁶ Os votantes elegiam os eleitores (1º grau) que, por sua vez, elegiam deputados e senadores (2º grau). Os votantes elegiam ainda os vereadores municipais, cargo para o qual poderiam concorrer, e os juízes de paz. Porém, o exercício desta última função lhes era vetada, assim como o acesso aos cargos de “subdelegado, delegado de polícia, promotor público, magistrado, membro do corpo diplomático, bispo” ou jurado. Poderiam integrar a Guarda Nacional, mas não enquanto oficiais. Sobre o funcionamento do teatro eleitoral e a participação de homens pobres, ver: Maria Odila Leite da Dias, “Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881”, in: Marcos Cezar de Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998; Keila Grinberg, *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil na época de Antônio Pereira Rebouças*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002; Sidney Chalhoub, “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”, *História Social*. Campinas, v. 19, p. 33-69, 2010, p. 30.

¹⁹⁷ Hebe Maria Mattos, “Racialização e cidadania no Império do Brasil”, in: José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos (orgs.), *Repensando o Brasil dos oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 354.

¹⁹⁸ A reforma eleitoral está disponível em: Brasil. *Decreto no 3.029, de 09 de janeiro de 1881* (Lei Saraiva). Reforma a legislação eleitoral. Ver também: Richard Graham, Reforma eleitoral, in: *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 239-467. Uma perspectiva crítica está em: Jonas Vargas, *Entre a paróquia e a corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

cerca de 1% após 1881 e que pouco se alterou nos primórdios republicanos.¹⁹⁹ Na próxima tabela podemos ver o número e o percentual de pessoas que sabiam ler e escrever no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, conforme os censos de 1872, 1890 e 1900. De maneira geral, nota-se um salto nos índices referentes ao município de Porto Alegre, superiores à Província/Estado, por sua vez maiores do que o observado no país (exceto em 1900²⁰⁰), coadunando com os investimentos feitos em educação pelo governo republicano.

Tabela 2 - População alfabetizada e seu percentual em relação à população total, Brasil, RS e Porto Alegre, 1872, 1890 e 1900

Ano	Brasil		Rio Grande do Sul		Porto Alegre	
	N.	%	N.	%	N.	%
1872	1.565.454	15,7	95.403	21,9	10.341	25,2
1890	2.120.589	14,8	226.994	25,3	22.041	42,0
1900	6.051.137	34,7	374.381	34,7	-	-

Fonte: Brasil, op. cit., 1872; Brasil, op. cit., 1890; RS, op. cit., 1981.

Conforme Sidney Chalhoub, desde pelo menos a década de 1870, o domínio da leitura e da escrita e, mais do que isso, a intimidade com o mundo das letras, convergia diretamente para o exercício qualificado da cidadania, habilidades que certamente auxiliaram os fundadores de *O Exemplo* no tirocínio jornalístico e em suas estratégias de inserção e ascensão social. Nos debates acerca do tipo de cidadania a ser estendida à população negra saída da escravidão, haja visto que em 1872 restavam apenas 15% da população negra no cativo, a solução encontrada pelos poderosos foi tornar obrigatório o domínio da leitura e da escrita. Como efeito, os “critérios raciais de exclusão”, registrados em uma longa duração, foram ocultados e surgiram interpretações que qualificaram a participação desses sujeitos no teatro eleitoral como “massas de manobra, fornecendo capangas e dependentes às pincas num processo inteiramente controlado pelas classes dirigentes e proprietárias”.²⁰¹ Nesse sentido, Ana Flávia Magalhães Pinto em crítica ao olhar dirigido por José Murilo de Carvalho à participação popular nas eleições e a partir de São Paulo, trouxe uma perspectiva com a qual compartilhamos:

Não posso negar que há em sua análise o reconhecimento de um processo de exclusão que ocorreu de fato. Só que, da forma como o faz, acaba por silenciar o empenho e a participação de outros personagens que também fizeram parte dessa história, não eram

¹⁹⁹ Em 1872 eram 1.089.659 votantes em um país que contava com dez milhões de habitantes, enquanto em 1881 a participação caiu para 150 mil em uma população de doze milhões. para uma população de 10 milhões de habitantes, há. Em 1881 só são alistados 150 mil eleitores (Raymundo Faoro, (1958), *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001 p. 430-431).

²⁰⁰ Ainda não localizamos os dados referentes a Porto Alegre. Um estudo sobre tema consiste em: Alceu Ravello Ferraro, “Analfabetismo e Níveis de Letramento no Brasil: o que dizem os censos?”, in: *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002.

²⁰¹ Sidney Chalhoub, “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”, in: Olívia Cunha e, Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007, p. 219-240.

medalhões, nem capangas desses e se mostraram interessados em ampliar a participação e o reconhecimento dos anseios de grupos marginalizados.²⁰²

O desejo de participação política por parte da “arraia miúda”, seguiu a autora, somou-se às “campanhas de alistamento do Partido Republicano Paulista (PRP), que desde 1887 pelejava para ampliar o seu corpo eleitoral e, assim, obter sucesso nas eleições de deputados e senadores”. Contudo, foi somente a partir da década de 1890 que abolicionistas e republicanos negros paulistanos passaram a conquistar direitos políticos.²⁰³ É inegável que o ingresso dos personagens desse estudo no PRR, partido que se tornou hegemônico na gestão pública municipal e estadual ao longo da Primeira República, bem como na Guarda Nacional, associou-se ao desejo de participar dos debates políticos e, dentro do possível, pautá-los, em busca de um tratamento mais justo e igualitário a si e aos seus concidadãos.

A escolha pela exigência do domínio, ainda que rudimentar, da leitura e da escrita para o alistamento eleitoral a partir de 1881 foi reforçada pela Carta Magna republicana e corresponde ainda à expansão dos princípios liberais no país no correr do século XIX.²⁰⁴ Tendo como um horizonte a busca pelo exercício qualificado da cidadania e visando ampliá-la, indivíduos e grupos subalternos forjaram meio de adquirir, ao menos, o grau mínimo de instrução exigido, ao mesmo tempo em parlamentares, governantes, proprietários e outros setores da elite passaram a tecer projetos de ampliação do ensino específicos a esses grupos. Como veremos adiante, a instrução popular desejada por autoridades e elites, de diferentes cores políticas, era marcada pela preservação das hierarquias sociais e pelo disciplinamento dos trabalhadores para o mercado de trabalho livre. Temos poucas informações sobre a maneira como os fundadores foram introduzidos no mundo das letras, apenas que Arthur de Andrade frequentou o renomado Colégio Gomes, ainda que o estabelecimento tenha fechado suas portas quando ele contava com apenas sete anos de idade, que Aurélio Júnior foi aluno do igualmente bem reputado Ginásio Nossa Senhora da Conceição, porém no nível secundário, e que, finalmente, Esperidião Calisto frequentou as aulas públicas de instrução primária da capital.²⁰⁵ Enfim, pertencer a esse seletivo grupo não era o suficiente para livrá-los dos efeitos do preconceito de cor, afinal, como assinalado por Esperidião Calisto, ainda que não mais estivesse na letra da lei, ele seguia incrustado nos costumes e historicamente balizava as oportunidades disponíveis à população negra e a maneira como poderiam exercer sua cidadania.

²⁰² Ana Flávia Pinto, *Fortes laços em linhas rotas...* p. 263. A principal interlocução é com: José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo Companhia das Letras 1987. Dentre as ideias contestadas pela autora está a seguinte: “Permanece o fato de que os republicanos não conseguiram a adesão do setor pobre da população, sobretudo dos negros” (José Murilo de Carvalho, op. cit., p. 30).

²⁰³ Ana Flávia Pinto, *Fortes laços em linhas rotas...* p. 265.

²⁰⁴ Um importante trabalho sobre essa questão é: Hilton Costa, *O navio, os oficiais e os marinheiros: as teorias raciais e a reforma eleitoral de 1881*. Tese (Doutorado em História), 391 f.– Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

²⁰⁵ Procuramos os nomes dos demais fundadores nas listas de frequência nas aulas públicas da capital a partir da década de 1870 e não os localizamos. A documentação integra o fundo Instrução Pública do AHRS.

Enfim, a despeito das particularidades de suas trajetórias, os fundadores concordavam quanto aos investimentos necessários para alargar o horizonte de possibilidades que seguia mais estreitos aos homens *de cor*, em que pese a interpretação que foi dada ao segundo parágrafo do artigo 72 da Constituição republicana fazê-los crer que a República, naturalmente, aboliria as distinções baseadas em cor ou raça.²⁰⁶ Transcorridos alguns anos da Abolição e da República sentiam a necessidade de fazer algo para mudar o estado das coisas,²⁰⁷ o que torna a inserção no PRR e na burocracia estatal consistentes indícios sobre a missão de intervir mais diretamente sobre as decisões políticas, e não apenas a busca pela ascensão social em si.

Olívia Cunha e Flávio Gomes, nesse sentido, assinalaram que a “crença na panaceia universalista tingiu parte importante dos textos, e não só aqueles de caráter jurídico, que investiram no aperfeiçoamento de retóricas em torno da cidadania”. Podemos, portanto, dizer que tal crença também permeou os textos publicados na imprensa negra e as ações desses sujeitos para além da redação de *O Exemplo*.²⁰⁸

1.4 “PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO”: HOMENS DE COR EM MOVIMENTO

“Vexames de toda a ordem sofriam a cada passo os descendentes da raça negra”, recordou-se Marcílio Freitas em 1928, em uma Porto Alegre que já gozava do “foro de cidade civilizada”. Sendo assim, além do “escandaloso esbulho” sofrido por Justino Coelho da Silva Júnior, referido na seção anterior, a necessidade de portar licença da polícia para realizar bailes e as ridicularizações sofridas durante os festejos carnavalescos por famílias e grupos negros organizados também concorreram para o surgimento de *O Exemplo*, ou seja, a defesa do direito ao

²⁰⁶ “A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos termos seguintes: [...] § 2º Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégio de nascimento, desconhece foros de nobreza, e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho” (Brasil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24 fev. 1891).

²⁰⁷ Giovanni Levi a partir de Frederik Barth entende que os sujeitos estão voltados para a ação, por sua vez decorrente de negociações, manipulações, escolhas e decisões individuais ou coletivas diante de sistemas normativos. Estes, por seu turno, trazem consigo a possibilidade de interpretação, interferência e modificação por meio da liberdade, ainda que restrita, inerente aos sujeitos. Ver: Giovanni Levi, “Sobre a Micro-História”, in: Peter Burke, (org.), *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de: Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992; Frederik Barth, *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. Já as estratégias individuais ou coletivas decorrem dos interstícios entre a liberdade e a constrição; são entendidas como a apropriação das condicionantes sociais pelos indivíduos e grupo dentro da política da vida cotidiana, constituída por problemas, incertezas e escolhas; e se dão a partir de uma racionalidade seletiva e limitada, ou seja, de uma apropriação dos recursos disponíveis que “explica comportamentos individuais como fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido”. Ver: Giovanni Levi, *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000, p. 45-56.

²⁰⁸ Olívia Gomes Cunha e Flávio dos Santos Gomes, Introdução – que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença, in: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007, p. 12-13.

lazer e sua consequente dimensão política.²⁰⁹ Ainda no encaixo das trajetórias dos fundadores, esta seção explora sentidos subjacentes à adoção do lema “Propriedade de uma associação”, por meio do qual depreendemos alguns dos sentidos advindos da ideia de “classe dos homens de cor”.

Concordamos com Liane Müller quando aponta para as relações do periódico, por meio de seus jornalistas, com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, fundada em Porto Alegre no final do século XVIII, e que a associação ia além da entidade, ainda que informada por esta e por diversas outras experiências coletivas de seus membros.²¹⁰ Marcus Vinícius Rosa, nesse viés, ao se debruçar sobre o período compreendido entre 1902 e 1911 constatou que o periódico “era *mais uma* agremiação formada por gente de pele escura”, identificando “vínculos entre imprensa, clubes sociais, política, direitos civis e uma noção de raça como critério (quase sempre) aglutinador”.²¹¹ Isso nos leva a conjecturar que não apenas os confrades do Rosário, dentre os quais estavam Aurélio Viríssimo de Bittencourt e Calisto Felizardo de Araújo, concorreram para a manutenção do periódico, mas também outras associações por meio da publicação de notas e anúncios sobre suas atividades. *O Exemplo* tornou-se, pois, um veículo de divulgação e fortalecimento das associações e da rede estabelecida entre elas, sobretudo por meio da circulação de seus membros, o que ajuda a entender sua longevidade, a despeito das interrupções e dificuldades enfrentadas.

Liane Müller identificou 72 associações negras ou mistas entre 1872 e 1920 em Porto Alegre, reforçando a centralidade da vida comunitária e associativa para seus membros.²¹² O grande número de sociedades negras na capital também foi notada em Pelotas, outra importante cidade do Rio Grande do Sul, por Beatriz Loner.²¹³ Dentre as justificativas oferecidas por Müller e por Loner para a intensa organização política, reside a necessidade de reação ao forte preconceito racial em sociedades com grande afluxo de pessoas brancas e ao processo de invisibilidade da presença negra no Estafo. Ademais, Loner ressaltou a dupla militância em associações de viés racial e classista como indicativo da necessidade de não apenas lutar contra o preconceito de cor, mas de ter sua condição operária, trabalhadora, reconhecida.

No levantamento biográfico notamos a participação dos fundadores de *O Exemplo* em diversas associações, com destaque à vasta atuação e circulação de Marcílio Freitas em sociedades

²⁰⁹ Sobre o carnaval em Porto Alegre neste período e desde a perspectiva da história social, ver: Alexandre Lazzari, *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

²¹⁰ Liane Susan Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013. Sobre cor e raça operando na conformação de sociedade Negras desde os tempos coloniais, ver: Larissa Viana, *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

²¹¹ Marcus Vinícius Rosa, *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014, p. 240.

²¹² Liane Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia...*

²¹³ Beatriz Ana Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. 2. ed. rev. ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016; Liane Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia...* Em 1872, pretos e pardos compunham significativos 42,7% das pessoas livres no país e cerca de 20% no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre (Brasil, op. cit., 1872; Brasil, op. cit., 1890; RS, op. cit., 1981).

de colorações distintas, tais como o Centro Porto-Alegrense (presidente honorário)²¹⁴, a Sociedade Beneficência Porto-Alegrense (secretário)²¹⁵, o Sport Club Rio-Grandense (comissionado de contas)²¹⁶ e a corporação musical Carlos Gomes (orador).²¹⁷ Sua devoção se faz visível em sua atuação em várias entidades leigas, dentre as quais a Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário²¹⁸ (confrade), a Irmandade Divino Espírito Santo (escrivão), a Arquiconfraria de Nossa Senhora da Conceição (escrivão)²¹⁹, a Irmandade de Santa Cecília da Catedral Metropolitana (escrivão).²²⁰ Nesse âmbito, foi juiz da Festa de São Francisco Xavier na Igreja das Dores, ao lado da “exma. sra. d. Belmira de Sá Palmeiro”.²²¹ Por ocasião das comemorações referentes aos Treze de maio de 1906, o então alferes Marcílio Francisco da Costa Freitas participou da festividade organizada pela sociedade D. P. Instrução Familiar como representante do Comando Superior da Guarda Nacional, ao lado do major João Baptista da Silva. Neste mesmo ano foi um dos responsáveis por realizar alistamento militar.²²²

A morte de algum ente querido revela-se um momento profícuo para se observar as redes associativas e os laços de amizade tecidos. Em 1906, por exemplo, Marcílio Freitas penhorou seus agradecimentos a todos aqueles mobilizados em torno dos cuidados, funeral e fundamental assistência à família de seu finado pai, Antônio Francisco da Costa Freitas, em particular aos esforços despendido pelo “bom amigo Alfredo Cândido de Souza”, farmacêutico, “na tentativa de minorar os sofrimentos do mesmo finado”.²²³ Segundo Beatriz Weber, estes profissionais também eram responsáveis pelo tratamento e cura de enfermidade, sobretudo por meio da preparação de medicamentos homeopáticos e até mesmo por promoverem “curas milagrosas” nos casos de pacientes desenganados pelos médicos”.²²⁴

²¹⁴ *O Exemplo*, 12 abr. 1928, p. 1.

²¹⁵ 1º secretário (*A Federação*, 22 abr. 1901; id., 30 mar. 1906, p. 2; id., 28 mar. 1907, p. 2; id., 09 jun. 1908, p. 1; id., 20 fev. 1909, p. 3; id., 19 jan. 1910, p. 2) e 2º secretário (id., 30 abr. 1902, p. 3; id., 27 mai. 1904, p. 3; id., 18 nov. 1905, p. 3; id., 07 mai. 1906, p. 3). Em 1900, Arthur Ferreira de Andrade foi empossado 1º secretário e Marcílio Francisco da Costa Freitas, 2º. Esperidião Calisto era um dos fiscais (id., 26 mar. 1900, p. 1)

²¹⁶ *O Exemplo*, 12 abr. 1928, p. 1.

²¹⁷ A entidade havia acabado de ser criada, cf. *A Federação*, 10 jul. 1909, p. 4.

²¹⁸ Liane Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia...*

Doou 10\$00 para a pintura da igreja (*A Federação*, 03 jul. 1911, p. 2)

²¹⁹ *A Federação*, 06 dez. 1906, p. 3; id., 05 dez. 1907, p. 3; id., 03 dez. 1908, p. 3. Aurélio de Bittencourt era o prior jubilado.

²²⁰ *A Federação*, 21 nov. 1911, p. 2.

²²¹ *A Federação*, 01 jan. 1907, p. 2 (alferes); id., 30 nov. 1907, p. 2.

²²² Conforme duas notas que não trazem muitas informações: *A Federação*, 07 ago. 1906, p. 1; dispensado: id., 11 set. 1906, p. 2.

²²³ *A Federação*, 31 jul. 1906, p. 3.

²²⁴ Beatriz Teixeira Weber, *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999, p. 183.

Em 1919, duas semanas depois do falecimento da “exma. sra. D. Luiza Maria da Conceição, esposa do sr. Francisco Augusto Guimarães”²²⁵, seu filho Arthur Pinto Gama, “Capitão e chefe de seção do Tesouro do Estado”:

[...] por si, por seus irmãos, padrasto e mais parentes, se confessa penhorado às pessoas amigas que os acudiram, por ocasião do doloroso transpasse de sua amantíssima mãe – **Luiza Maria da Conceição** – levando-lhes o lenitivo de confortante amizade, dentre os quais, destacaram-se, por seu desvelado préstimo, os bons amigos Alfredo Cândido de Souza e Florêncio Calisto.

A extinta, que contava com 79 anos de idade, era muito relacionada em nosso meio social, sendo a notícia de sua morte causado geral pesar. Seu enterro realizou-se, hoje, com grande acompanhamento, saindo o féretro da casa mortuária à rua João Alfredo n. 228 para a igreja de N. S. da Conceição, onde teve lugar a encomendação”.²²⁶

Para além de *O Exemplo*, o grupo fundador seguia articulado por laços de amizade e possuía uma ampla e por vezes entrecruzada experiência associativa. No caso citado acima, vemos que muitos anos depois da fundação do periódico Arthur Gama, Alfredo Souza e Florêncio Calisto seguiam próximos e que o bom relacionamento social se estendia também às mães dos fundadores, sobre quem tão pouco sabemos. Outros exemplos decorrem dos vínculos associativos, tais como o fato de em 1900, Arthur de Andrade ter sido eleito 1º Secretário da Beneficência Porto-Alegrense, enquanto Marcílio Freitas 2º Secretário e Esperidião Calisto, fiscal.²²⁷ Contudo, Liane Müller ressaltou que a referida entidade mutualista “foi talvez a mais relutante na aceitação de negros”, assunto que tornaremos a falar no próximo capítulo.²²⁸

Conforme Sílvia Petersen, o mutualismo, perspectiva presente na referida sociedade, era uma forma de organização na nascente sociedade industrial baseada na busca por “amparo na desgraça” e que persistiu ao longo do tempo, adequando-se às novas conjunturas.²²⁹ De acordo com Cláudio Batalha e Marcelo Mac Cord, ainda que idealizado por eruditos europeus e apropriado pela burguesia no cenário de expansão das ideias iluministas e liberais, os subalternos também acionaram esse repertório não apenas em busca da autoproteção, mas também do reconhecimento dos trabalhadores como “sujeitos afinados com a ideia de civilização e de progresso”.²³⁰

²²⁵ “Seu enterro realizou-se, hoje, com grande acompanhamento, saindo o féretro da casa mortuária à rua João Alfredo n. 228 para a igreja de N. S. da Conceição, onde teve lugar a encomendação” (*A Federação*, 11 jul. 1919, p. 5).

²²⁶ *A Federação*, 14 jul. 1919, p. 7.

²²⁷ *A Federação*, 26, mar. 1900, p. 1.

²²⁸ Liane Müller, *As contas do meu rosário são bala de artilharia...* p. 97-98.

²²⁹ Sílvia Regina Ferraz Petersen, *Que a união operária seja a nossa pátria!* História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Editora da UFSM, 2001, p. 37. Para o sul do Estado, ver: Beatriz Ana Loner, *Construção de classe...*

²³⁰ Claudio Batalha e Marcelo Mac Cord, “Introdução”, in: (orgs.), *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora Unicamp, 2015, p. 12. Um dos trabalhos pioneiros sobre o tema no país é: Adhemar Lourenço da Silva Jr., *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 251-252.

A busca pela proteção e amparo mútuo esteve também na base da fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em 1786, capitaneada por um grupo de homens negros livres e escravizados em Porto Alegre. Apesar da possibilidade de sua existência estar atrelada à necessidade da Igreja controlar esta população, Liane Müller assinalou o manejo das regras eclesiais pelos irmãos negros na luta pela ampliação de direitos, transformando “um espaço de controle em um espaço de ação, uma espécie de laboratório onde duas tradições culturais conviveram e foram reelaboradas”. As sociedades surgidas a partir dela ou posteriores a ela, tinham como fim “amparar negros empobrecidos”, de modo que algumas “se empenharam pela educação de filhas e filhos de operários; pela arrecadação de fundos para as famílias cujo chefe fosse falecido; e pelo amparo a crianças abandonadas na Roda dos Expostos, e a idosos, através da fundação de asilos”.²³¹

Ademais, o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, datado de 1828, foi um marco para a tradição de lutas por ampliação de direitos, dentro os quais estava a instrução, engendrada por homens negros, livres ou libertos em Porto Alegre. Dentre os deveres dos membros estava: “Cuidar dos filhos legítimos dos irmãos que morrerem na indigência [...], promovendo a entrada daqueles nas escolas de ler, escrever e contar, ministrando os socorros para isso necessários, a proporção das rendas da Irmandade”. Dentre as atribuições do “Irmão Procurador da Caridade” estava “Saber das escolas em que aprendem, falar aos professores e muito rogar-lhes o esmero de seu adiantamento”.²³² Tal preocupação não parece ter se esgotado com a República, uma vez que em 1904 os confrades criaram o Colégio Nossa Senhora do Rosário destinado inicialmente a pessoas pobres e negras.²³³

A autonomia do jornal em relação à Irmandade do Rosário, ainda que ela tenha sido um espaço por eles compartilhado e propulsor da constituição do grupo, se faz evidente ao atentarmos para a própria origem do projeto. Conforme recordou-se Marcílio Freitas, o grupo fundador reunia-se diariamente no Salão Calisto para terem “boas e amistosas palestras”²³⁴, elegendo “a defesa de nossa classe”, para a qual convergia a coloração epidérmica, como um dos eixos do programa a ser perscrutado. Se o outro eixo, qual seja, “o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”, demonstra o desejo daqueles jovens letrados de se aprimorarem por meio da produção literária, crítica e noticiosa, não podemos perder de vista o desejo de educar e

²³¹ Liane Müller, *As contas do meu rosário são bala de artilharia...*, p. 18-19. Segundo a autora, 64% das associações surgidas entre 1870 e 1905 foram fundadas integralmente por membros da Irmandade/Arquiconfraria do Rosário, outras 27% por pessoas não vinculadas a entidade e outros 8% mistas. Dentre os participantes, 77% eram a irmandade e outros 23% não (id., p. 80-81).

²³² Liane Müller, *As contas do meu rosário são bala de artilharia...*, p. 55-56.

²³³ Essa é outra porta de entrada para se acessar projetos e práticas educacionais possíveis às pessoas negras (Liane Müller, *As contas do meu rosário são bala de artilharia...*, p. 55 e 58).

²³⁴ Marcílio Freitas, “O aparecimento d’O Exemplo”, *O Exemplo*, 02 jan. 1928, p. 1.

instruir em uma perspectiva ampliada, aliás, de “enaltecer a nossa classe”. Nesse empreendimento, diziam:

Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grau de estudo a que o sujeitemos e, por consequência, que também nos podemos alistar nas cruzadas empreendidas pela inteligência, muito embora algum estulto nos queira acoimar, ou seja porque desconheça as nossas legítimas aspirações, ou seja porque faça parte dos doutrinários que julgam o homem pela cor da epiderme.²³⁵

Como exposto na introdução, entendemos a *classe* como um *fazer-se*, ou seja, como uma construção social localizada em um processo histórico e em um determinado contexto. Assim, para compreendermos as “categorias de interesses, experiências sociais, tradições e sistemas de valores”²³⁶ compartilhadas pelos indivíduos que conformaram a classe de *O Exemplo*, a *raça*, também entendida como uma construção, torna-se igualmente imprescindível. Como pudemos ver até aqui, tratava-se de um grupo plural e revelador de formas de mobilidade social construídas e acionadas no repertório da população negra, bem como da importância das sociabilidades e do associativismo na elaboração de pautas e organização política. O fato de vários deles terem passado pela experiência tipográfica, pelo funcionalismo público, pela Guarda Nacional e pelo PRR, evidencia não apenas seus projetos de vida e de ascensão social, mas também a existência de experiências compartilhadas e interesses comuns que concorreram para o *fazer-se* da classe reunida em torno do jornal que, por outro lado, não era totalmente extensiva à ideia de “classe dos homens ‘de cor’”.²³⁷

Desse modo, o manejo do termo *classe* trazia consigo a *cor*, ou melhor, o compartilhamento dos efeitos do *preconceito de cor* como fator aglutinador de homens com trajetórias plurais e lugares sociais distintos em torno de um mesmo projeto.²³⁸ Ao investirem na ideia republicana de que apenas os talentos e as virtudes deveriam qualificá-los, os fundadores atribuíam outros sentidos à *raça* que passava pela necessidade de mobilizar toda a coletividade afetada pelo *preconceito de cor* e, assim, equalizar o acesso desigual às oportunidades e assegurar a igualdade perante a lei. Embora demasiada rebatida, mas que eventualmente circula, recuperemos a interpretação de Roger Bastide acerca dos jornais negros paulistas surgidos a partir de 1915. Embora reconhecendo a tradição associativa no meio negro, postulou que a imprensa negra expressava uma “mentalidade tribal, sendo a etnia substituída pela concorrência dos grupos de

²³⁵ A Redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

²³⁶ E. P. Thompson, “As Peculiaridades dos Ingleses”, in: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Orgs. Antônio Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 169.

²³⁷ De acordo com Antônio Sérgio Guimarães, a classe possui basicamente três significados: “grupo identitário, associação de interesses e sujeito político e histórico” (*Classes, Raças e Democracia*. 2. ed. revista. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 44). Lembremos ainda do que disse James Scott acerca dos transcritos ocultos apresentado na introdução. Ver: James Scott, *Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1990.

²³⁸ Anos mais tarde, Marcílio Freitas, um dos fundadores, reforçou a centralidade do combate a dois problemas nacionais, o preconceito de cor e o analfabetismo, na origem do empreendimento.

cultura, de dança e beneficência”.²³⁹ Longe de acreditarmos em uma plena coesão no meio negro, tampouco podemos esquecer dos potenciais advindos dos conflitos – e é justamente a sua existência que nos permite rechaçar as teses sobre a anomia.

Para ilustrar, recuperamos o pensamento do literato James Weldon Johnson em sua obra semi-ficcional lançada na primeira década do século XX. Em seu processo de descobrir-se negro em uma sociedade baseada no preconceito racial de origem, por meio de seu personagem, nascido no Sul dos Estados Unidos em tempos de Jim Crow, Johnson observou a maneira como as relações raciais entre branco e negros eram entretidas, identificando três classes de negros. A primeira era composta pelos “desesperados”, aqueles que ocupavam as posições mais subalternas, nutriam “um ódio amargurado e mudo por todos os homens brancos” e conferiam “pouco valor à vida”. A segunda classe era a dos trabalhadores domésticos, considerados como “a conexão entre brancos e negros” e qualificados genericamente como “simples”, “dóceis”, “leais”, “religiosos”, “honestos”, “íntegros”.²⁴⁰ Por fim, a terceira classe era composta por “trabalhadores independentes e negociantes”, mas também por “homens de cor bem-sucedidos e escolarizados” que compartilhavam com os da primeira classe o afastamento em relação aos brancos.

Ainda que os brancos acreditassem que a aproximação entre a primeira e a terceira classe se dava pelo desejo espasmódico por vingança e que os membros da terceira apenas mimetizavam o comportamento branco rumo à integração social, lhes escapava justamente a possibilidade de que “essas pessoas, lutando para melhorar seu ambiente social e sua aparência de acordo com seu progresso material e intelectual, [estavam] simplesmente obedecendo a um impulso comum ao ser humano em toda parte”. Além disso, embora perfizessem uma minoria, a imagem produzida em meio à primeira classe dominava o imaginário da opinião pública acerca de toda raça e era contra ela que os membros da terceira lutavam. Segundo Johnson, a terceira classe carregava “todo o peso da questão racial” e, não obstante a pouca atenção dada ao tema pelas outras classes, a certeza de estar fazendo o certo era o que efetivamente lhe movia. É, portanto, dentro desta chave que a construção de uma ampla rede associativa negra deve ser compreendida, afinal, saídos “do caos da ignorância e da pobreza, eles criaram uma vida social da qual não têm razões para se envergonhar”; aprenderam, pois, a passar “pela vida com imenso prazer”, apesar de todas as adversidades.²⁴¹

²³⁹ Roger Bastide, (1951), “A imprensa negra do Estado de São Paulo”, in: *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1983, p. 129-156.

²⁴⁰ James Weldon Johnson, (1912), *Autobiografia de um ex-negro*. Trad. Robertson Frizerero. Porto Alegre: 8Inverso, 2010, p. 69-74.

²⁴¹ James Weldon Johnson, op. cit. p. 74-75. Sobre o imaginário produzido pelas elites sobre o negro no Brasil, ver: Célia Azevedo, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; sobre a associação entre as ideias de raça e “classes perigosas” no ocaso do Império, ver: Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Embora se trate de outro contexto, não podemos descartar os desafios transnacionais compartilhados pelo povo negro em sociedades pós-escravidão. Longe de tomá-las de modo arbitrário ou estanque, inclusive porque o próprio autor relativizou tais divisões ao se deparar, por exemplo, com o cosmopolitismo nova-iorquino, as considerações de Johnson nos convidam a refletir sobre as afinidades e pluralidades internas ao grande guarda-chuva racial evocada pelo termo “negro”, bem como sobre as dinâmicas, contextos e os critérios que conformam e (re)organizam as pessoas em diferentes classes. Ainda que se reconhecendo como um homem *de cor* pertencente à terceira classe, Johnson tomou decisões bastante distintas de outros membros, especialmente ao deixar de assumir, ao menos no discurso público, a identidade racial negra e consequentemente todas as bandeiras de luta empunhadas por seus contemporâneos. Booker T. Washington era um deles e chegou a Porto Alegre por meio das páginas de *O Exemplo*, mas esse já é assunto do terceiro capítulo.

Vejamos então a maneira como a associação materializada por meio de um periódico se organizou ao longo da primeira fase e a posição assumida pelos fundadores. Arthur de Andrade, aos 21 anos de idade, era o de diretor de redação e a comissão de redação contava com Aurélio Júnior, Sérgio de Bittencourt e Alfredo Souza. Este, autor do nome do jornal, também integrava a direção material ao lado de Esperidião Calisto e Marcílio Freitas, por sua vez editor gerente. Por fim, a comissão de lançamento ficou a cargo de Sérgio de Bittencourt e dois apoiadores: Camilo Laurindo e João Timóteo. Aurélio Júnior chegou a assumir interinamente a direção de redação de janeiro a março de 1893 devido ao adoecimento do titular, que permaneceu no posto até o princípio de 1894, momento em que Sérgio de Bittencourt assumiu como redator e editor e Marcílio Freitas se manteve como diretor-gerente interino. Em 1895, Aurélio Júnior pegou a batuta do irmão e Pedro de Almeida a de Marcílio Freitas. Depois temos somente acesso ao derradeiro número, de janeiro de 1897, que contava com o redator-chefe Antônio Enes Bandeira, o diretor-gerente Florêncio Calisto e a comissão de redação composta também pelo último e por Arthur de Andrade, Alfredo Souza, Marcílio Freitas e Miguel Cardoso.

No final de 1893, o grupo de acionistas, possivelmente composto pelos fundadores e apoiadores, elegeram Arthur Pinto Gama presidente da diretoria responsável por “gerir os negócios da empresa”, ao lado de Florêncio Calisto (secretário), Sérgio de Bittencourt (diretor de redação) e Alfredo de Souza (diretor-caixa). Por razões desconhecidas, Marcílio Freitas manteve-se gerente-interino ao longo de 1894. Os poucos números disponíveis entre 1894 e 1897 (apenas sete exemplares) não nos permitem apresentar maiores detalhes sobre o período, ainda assim são relevantes por mostrarem, por exemplo, a entrada de novos nomes na equipe: Pedro Almeida,

gerente em 1895; o colaborador Miguel Cardoso na comissão de redação em 1897²⁴² e Antônio Enes Bandeira, editor em 1897.²⁴³ O quadro a seguir apresenta os nomes dos fundadores e as respectivas funções, conforme os quatro períodos referentes à primeira fase.

Quadro 3 - Integrantes do jornal e suas funções, 1892-1897

Nome	dez. 1892 - jan. 1894	jan. 1894 - nov. 1894	nov. 1895	jan. 1897
Arthur de Andrade	- Fundador - Diretor de redação	-	-	- Comissão de redação
Marcílio Freitas	- Fundador - Editor-gerente - Direção material	- Diretor-gerente interino	-	- Comissão de redação
Alfredo Cândido de Souza	- Fundador - Comissão de redação - Direção material	- Diretor-caixa	-	- Comissão de redação
Arthur Gama	- Fundador	- Presidente	-	-
Aurélio Júnior	- Fundador - Comissão de redação - Diretor de redação interino	-	- Redator e editor	-
Sérgio de Bittencourt	- Fundador - Comissão de redação - Comissão de lançamento	- Diretor de redação	-	-
Esperidião Calisto	- Fundador - Direção material	-	-	-
Florêncio Calisto	- Fundador	- Secretário	-	- Diretor-gerente - Comissão de redação
Miguel Cardoso	-	-	-	- Comissão de redação
Pedro de Almeida	-	-	- Diretor-gerente	-
Antônio Enes Bandeira	-	-	-	- Redator-chefe

Fonte: *O Exemplo*, 1892-1897.

Na pugna por seus “direitos postergados”, o grupo nutria expectativas quanto à interlocução com sua audiência, o que se pode verificar em editoriais, colunas, textos de opinião, cartas remetidas por leitores ou colaboradores e notas acerca da recepção por outros jornais. Não tardou a aparecer colaborações vindas do interior do Estado, especialmente de Rio Grande, Rio Pardo, Santa Maria, Bagé e Pelotas, bem como o registro de remessa para fora do Rio Grande do Sul, dentre as quais as edições solicitadas por um colecionador de Recife, expressando a amplitude de seu alcance. Não temos informações sobre sua tiragem, mas considerando as práticas de leitura em sociedades marcadas pelo analfabetismo, seu alcance certamente extrapolava os quinhentos assinantes indicados na edição número cinco.²⁴⁴ No Censo de 1890, apenas 14,8% da população

²⁴² Professor e colaborador desde o primeiro ano do jornal, Miguel Cardoso aparecerá no décimo capítulo devido ao debate travado com Esperidião Calisto. Lindolfo Ramos, médico e colaborador desde Rio Pardo, foi outro assíduo colaborador e aparecerá no capítulo onze.

²⁴³ Uma poesia de Antônio Enes Bandeira estampou a capa da edição de refundação do jornal (Antônio Enes Bandeira, “No Hospital”, *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 1). Em Porto Alegre há uma rua chamada Enes Bandeira, localizada na Zona Norte. No jornal *A Federação* foi possível localizar editais do Arsenal de Guerra nos quais assinou como secretário e oficial (*A Federação*, 21 fev. 1906, p. 2).

²⁴⁴ “No prego”, *O Exemplo*, 08 jan. 1893, p. 4. Registros sobre a leitura coletiva dos jornais da imprensa negra estão em: José Correia Leite, ...*E disse o velho militante José Correia Leite*: depoimentos e artigos. Organização e textos: Luiz Silva

brasileira sabia ler e escrever. No Rio Grande do Sul esse percentual correspondia a 25,3% e em Porto Alegre chegava a expressivos 42%.²⁴⁵ Ainda que elevado diante da realidade nacional, restava saber qual parcela efetivamente lia jornais e, em particular, *O Exemplo*.

Com breves intervalos, o jornal foi impresso na Tipografia do jornal *O Mercantil*. Sua distribuição era feita em um plano mensal, ao custo de quinhentos réis (\$500 réis). Investiram em uma arriscada estratégia de divulgação: distribuí-lo e aguardar que as pessoas se dirigissem à redação para quitá-lo. No primeiro número, a seguinte nota foi publicada: “As pessoas que não quiserem, com o óbolo de \$500 por mês, ajudar-nos a custear a publicação do nosso pequeno jornal, de tão palpitante necessidade para o nosso meio social, devem devolvê-lo, sem sujá-lo, ao escritório à rua dos Andradas, n. 287”.²⁴⁶ Não se sabe até quando essa prática durou, apenas que não trouxe bons resultados. Ademais, ao referir-se à carestia enfrentada naqueles tempos, o gerente lastimou o fato de “as mães vendo seus filhos chorarem de fome”, sem possuírem sequer o suficiente para comprar um quilo de carne, que custava ao menos \$500, mesmo valor da assinatura mensal de *O Exemplo*.²⁴⁷ Um ano depois passou-se a adotar outros planos, como podemos ver no quadro seguinte, e eram frequentes as notas solicitando o pagamento das assinaturas em atrasado, “a fim de não dificultarem a marcha da empresa”. Em 1895, por exemplo, diante da ausência de um cobrador, solicitava-se “aos senhores assinantes o especial obséquio de mandarem ao nosso escritório a importância de suas assinaturas”.²⁴⁸

Quadro 4 - Valor das assinaturas, conforme período e plano, 1892-1897

Período	Mensal	Trimestral	Semestral
1892-1893	\$500	-	-
1894	-	1\$500	-
1895	1\$000	2\$000	-
1897	-	3\$000	5\$000

Fonte: *O Exemplo*, 1892-1897.

Como ainda veremos, lançavam mão de diversas estratégias para mobilizar a audiência, particularmente as pessoas que sofriam com os efeitos do racismo, em prol do projeto e sua manutenção. Acerca disso, Eduardo Bonilla-Silva nos diz que a “contestação racial” incide na “luta dos grupos raciais para mudanças sistêmicas em relação à sua posição em um ou mais níveis”, podendo ser social, política econômica ou ideológica. Ela pode sair do âmbito individual e desarticulado para tornar-se coletiva e sistemática, provocando efeito sobre a organização racial

Cuti. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. Sobre as práticas de leitura em sociedade marcadas pelo analfabetismo, ver: Roger Chartier, *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2003.

²⁴⁵ Brasil, Diretoria Geral de Estatísticas, “Sexo, Raça e Estado Civil, Nacionalidade, Filiação, Culto e Analfabetismo da População Recenseada em 31 de Dezembro de 1890”. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

²⁴⁶ *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 3. Em uma crônica, assinalou-se que “a carne a 400\$, o feijão a 17\$000 o saco, o milho a 6\$500” (Juvenal, “Pauladas”, *O Exemplo*, 23 jul. 1893, p. 3).

²⁴⁷ Marçílio Freitas, “A crise atual”, *O Exemplo*, 27 ago. 1893, p. 1.

²⁴⁸ *O Exemplo*, 10 nov. 1895, p. 4.

de uma sociedade, e pode ser “relativamente passiva e sutil [...] ou mais ativa e mais evidente”. Como traço comum, a necessidade de causar impacto sobre os envolvidos, ou seja, “seus apoiantes devem ser ‘agitados’ se transformações fundamentais são necessárias”. É, enfim, “o resultado lógico de uma sociedade com uma hierarquia racial” e revela “os diferentes interesses objetivos das raças em um sistema racializado”.²⁴⁹

Os fundadores de *O Exemplo* não dependiam dele para o sustento, sendo movidos apenas pelo desejo de levar adiante a causa compartilhada. Por conta disso, frequentemente tiravam os recursos necessários do próprio bolso para mantê-lo. Porém, a imensa inadimplência decorrente do estado de pobreza de grande parcela da audiência almejada, a dívida superior a um conto de réis e o revide oferecidos pelos colegas de imprensa e outros interlocutores, concorreram para o fechamento do jornal em janeiro de 1897.²⁵⁰ No melancólico editorial de despedida, os redatores agradeceram “a coadjuvação eficaz dos bons assinantes que tivemos, os quais, dignos e generosos foram os esteios abnegados do nosso frustrado tentame”.²⁵¹ Profetizaram ainda que em breve aqueles que deveriam ter vindo em seu socorro lastimariam sua ausência diante do “desrespeito a uma família” ou do “desacato à liberdade individual de um cidadão honesto”:

Quando isso se der, então fruiremos o fruto que cultivamos há quatro anos com a solícitude religiosa de quem obedece a um rito; tendo por única consolação o prazer de termos pago o nosso tributo de humanidade à geração a que pertencemos, dando-lhe uma fibra de nosso coração, preocupando com ela metade de nossa inteligência, parte da vida de nossa mocidade que fica estereotipada na coleção d’*O Exemplo*.²⁵²

Vaticínio ou não, o fato é que transcorridos quase cinco anos o jornal foi refundado, tornando a enfrentar problemas de manutenção. Embora essa nova fase seja objeto do terceiro capítulo, a próxima seção parte da ideia de “educar pelo exemplo”, expressa retomada do programa, para explorar um dos principais fins assumidos pelo periódico desde sua fundação.

1.5 “EDUCAR PELO EXEMPLO”: HOMENS E MULHERES EXEMPLARES DA RAÇA

Se pouco sabemos sobre os assinantes, não podemos dizer o mesmo sobre a audiência, utilizada neste estudo como sinônimo de público-alvo. *O Exemplo* desejava a adesão da “nossa classe” ao projeto traçado e ao registrar no editorial de estreia que nasceu “de uma dessas elevações do espírito, tão peculiares à mocidade”, transpareceu a expectativa geracional, cujo alcance foi confirmado um ano depois pelo editor Arthur de Andrade.²⁵³ Segundo ele, houve da

²⁴⁹ Eduardo Bonilla-Silva, “Rethinking Racism: Toward a Structural Interpretation”, *American Sociological Review*, v. 62, n. 3, p. 465-480, jun. 1997, p. 473-474.

²⁵⁰ Essa foi uma realidade partilhada por outras experiências de imprensa negra no país. Ver: Ana Flávia Magalhães Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

²⁵¹ Juvenal, “Por despedida”, *O Exemplo*, 21 jan. 1897, p. 2.

²⁵² “Nossas despedidas”, *O Exemplo*, 21 jan. 1897, p. 1.

²⁵³ A Redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

“mocidade porto-alegrense” um “generoso e espontâneo acolhimento” e em seu seio encontraram sustentação. Além disso, “retraído, vicioso e avaro, o que encontramos entre a senilidade decrépita pertinaz retrógrada e corrupta desta capital; grandioso, favorável e peremptório, o que nos ofereceu a senectude progressista, que até hoje nos acompanha”. Ou seja, alcançar outros moços sedentos por luz, não repeliu os apoiadores mais velhos, sobre os quais falaremos no próximo capítulo.²⁵⁴ O diálogo com sua audiência e a construção de novas imagens sobre o negro tornaram-se, pois, o objeto dessa seção.

Podemos dizer que a audiência que se mostrou receptiva ao projeto, a mocidade, conformava uma geração, não no sentido estrito de faixa etária, mas sim de “idade social”, baseada no compartilhamento de experiências e valores.²⁵⁵ Dentre os valores, como podemos depreender no texto de Arthur de Andrade, a esperança iluminista na instrução, ligada ao progresso, à civilização, à modernidade, bem como ao amor ao trabalho e à cultura das letras, das ciências e das artes. O primeiro editorial já trazia esse indício: “Nós, moços que somos, temos sede de luz, de luz que espanque altivamente as trevas de nosso horizonte e que, qual estrela a guiar o caminhoneiro errante, nos conduza ilesos aos portos da Ciência”.²⁵⁶

Essas ideias estavam na base do programa do jornal e concorreram para a tessitura de estratégias estimuladoras e promotoras do levantamento moral e intelectual da classe. O editor, nesse sentido, agradeceu aos assinantes e aos “companheiros de luta da imprensa” e explicitou que, por meio de seu caráter “literário, crítico e noticioso”, pretendia-se “colaborar na marcha progressiva da sociedade”, aperfeiçoando os “usos e costumes daqueles que particularmente acham-se-nos vinculados, estimulando-os a amar não só o trabalho, com a cultura das letras, das ciências e das artes e aproveitar seus melhores elementos para que a evolução progressiva de sua classe seja uma realidade”.²⁵⁷ No que toca às experiências, veremos ao longo da tese que tinham como base o compartilhamento dos efeitos da ideia de raça e seu movimento, a *racialização*.

Cinco anos após uma dramática despedida, ao lado de novos personagens a serem conhecidos adiante, Esperidião Calisto refundou-o devido ao estímulo de diversas pessoas que, tal como vaticinado, sentiram a falta do periódico. Por essa ocasião, recuperou-se um traço comum a toda existência do jornal ao adjetivar os fundadores como um “grupo de talentosos moços [...] com variada ilustração”.²⁵⁸ De fato, de suas páginas pululam histórias de homens *de cor* que por seus talentos e virtudes, valorizados e aprimorados pela instrução, pelo trabalho e pela boa conduta,

²⁵⁴ Arthur de Andrade, “Onze de dezembro”, *O Exemplo*, 11 dez. 1893, p. 1.

²⁵⁵ Esta ideia de geração baseia-se em Pierre Bourdieu, Jean-François Sirinelli e François Dosse e foi aplicada pela historiadora Cassia Daiane Macedo Silveira em sua tese: *Tudo é novo sob o sol: modernidade e trocas literárias entre Rio de Janeiro e Porto Alegre nas primeiras décadas da República*. 356 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

²⁵⁶ A Redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

²⁵⁷ Arthur de Andrade, “Onze de dezembro”, *O Exemplo*, 11 dez. 1893, p. 1.

²⁵⁸ Esperidião Calisto, “Campanha difamatória”, *O Exemplo*, 03 nov. 1902, p. 2.

ascenderam e alcançaram respeitabilidade social. Como vimos até aqui, embora alguns deles pertencessem a famílias de prestígio social, não estavam livres dos efeitos das dinâmicas raciais da emergente sociedade republicana e pós-escravista.

Carla Renata Gomes, ao se debruçar sobre o periodismo sul-rio-grandense de meados do século XIX, notou que a publicação de biografias, natalícios ou necrológicos exercia uma “dupla função sociocultural da homenagem ou encômio e da pedagogia do exemplo, ou seja, da valorização do comportamento modelar a ser seguido pelos pósteros”. Os letrados brasileiros oitocentistas partilhavam, em suma, a perspectiva marcada pela *historia magistra vitae*, ou seja, “como mestra da vida, cabia à história perpetuar os bons exemplos das vidas dos grandes homens ou, [...] ‘os homens notáveis por letras, armas ou virtudes’”.²⁵⁹ Ao escrutinar alguns usos da biografia pela historiografia do trabalho, Benito Schmidt destacou seu uso militante que se vale desse recurso metodológico para “apresentar as trajetórias de lutadores sociais e militantes como exemplos de dedicação à causa dos trabalhadores ou dos oprimidos de maneira geral, como modelos de conduta aos homens do presente”. Nestas elaborações, prima-se pela “coerência dos indivíduos biografados, engajados desde sempre em lutas heroicas contra a opressão dos dominantes, capazes até de se entregarem ao martírio em nome das causas defendidas”.²⁶⁰

Embora não pretendamos aprofundar o posto de biógrafos assumido pelos redatores, tais considerações são fundamentais para compreendermos a maneira como teceram suas narrativas. O compromisso firmado nas últimas linhas do editorial de estreia – “se não conseguirmos o levantamento da nossa classe, ao menos não deixaremos jazer no pó do olvido, imersa em sua mediocridade”²⁶¹ – evidencia não apenas o desejo de salvaguardar o jornal para as gerações futuras, mas de registrar memórias e histórias sobre o grupo fundador e outros homens exemplares da raça, bem como suas produções literárias e posicionamentos sobre os acontecimentos e questões de seu tempo. Não é por acaso que a sugestão de Alfredo Souza foi acatada e o jornal fora nomeado de *O Exemplo*.

Antes se seguirmos adiante, sublinhemos que em uma sociedade que reduzia o negro à escravidão ou ao desajuste à sociedade de classes no pós-abolição, a existência de experiências negras para além dessas imagens negativas não se tratava de uma obviedade, tornando necessário um árduo esforço de produção de novas representações. Desse modo, por meio da imprensa negra podemos acessar a maneira como membros das classes mais instruídas da raça buscaram eternizar seus homens notáveis e bem-lembrados, a despeito de todos os esforços contrários que

²⁵⁹ Carla Renata Antunes de Souza Gomes, *Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta: a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)*. 349 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 33.

²⁶⁰ Benito Bisso Schmidt, “Que Diferença Faz? Os Estudos Biográficos na História do Trabalho Brasileira”, in: Alexandre Fortes et al. (orgs.), *Cruzando Fronteiras: Novos olhares sobre a História do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 61-76.

²⁶¹ A Redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

pululavam nos mais variados espaços. Esse fenômeno, no entanto, não era exclusivo ao Brasil. Ao atentarmos para o que se passava em outros pontos da diáspora negra, veremos que nos Estados Unidos a intelectualidade negra também estava construindo a imagem do “novo negro”, segundo Giovana Xavier, “em sintonia com educação, refinamento e civilidade” e afastada da escravidão.²⁶²

Como exemplo das imagens acerca dos “novos” homens da raça radicados na capital mais ao sul do país, na passagem de seu 22º aniversário, em quatro de maio de 1893, o editor Arthur de Andrade foi saudado por seus colegas como “companheiro dedicado e infatigável lutador pelo aperfeiçoamento moral e intelectual do nosso centro de sociabilidade”: “Nos é imensamente grato reiterar aqui os protestos da mais leal estima e alta consideração, que naquele dia oportunamente patenteamos-lhe. Ao redator-chefe, pois, almejamos que conte muitos anos e uma vida feliz e prazenteira, da qual muito depende a obra do Bem”.²⁶³ No final de 1902, ao ser aprovado na cadeira de Direito Civil da Faculdade de Direito, recebeu uma afetuosa saudação: “Ao talentoso rio-grandense [...], exemplo de quanto pode a perseverança e o amor ao estudo, felicitamos pelo brilhante resultado, do exame que prestou [...]”.²⁶⁴ Por ocasião de sua morte, em março de 1925, recebeu outra grandiosa homenagem. Sua trajetória como funcionário público nos Correios foi destacada, bem como os estudos na Faculdade de Direito, o posto de orador do Clube de Oficiais da Guarda Nacional e a presidência “do grupo mantenedor que foi criado para administrar a redação e a tipografia que compraram” na última fase do jornal (1916 -1930).²⁶⁵ Todas estas insígnias de prestígio.

O necrológico de Arthur Pinto Gama, de fevereiro de 1922, sublinhou que falecera enfermo, aos 58 anos de idade, logo após entrar “no gozo de uma aposentadoria que lhe haviam assegurado seus 37 anos de ótimos serviços prestados à causa pública, com exemplar dedicação e absoluta integridade”.²⁶⁶ “Douto e inteligente”, tinha uma “invejável capacidade de trabalho”. Ainda que a contraprova seja desnecessária, em *A Federação* encontramos gratificações e promoções associadas à excelência de seu desempenho profissional. Ademais, Gama era “um perfeito cavalheiro, de fino trato social, filho amantíssimo, irmão carinhoso e boníssimo amigo; nunca deixou de conferir seu “apoio moral”, tampouco elogiar a orientação de *O Exemplo*.²⁶⁷ Temos, pois,

²⁶² Giovana Xavier, “Esculpindo a ‘Nova Mulher Negra’: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895-1904)”, *Cadernos Pagu*, n. 40, p. 255-287, jan./jun., 2013, p. 255-256. A autora refere-se a: Henry Louis Gates, *The Trope of a New Negro and the Reconstruction of the Image of the Black. Representations - Special Issue: America Reconstructed, 1840-1940* (24), California, University of California Press, outono de 1988, pp.129-155.

²⁶³ “Arthur de Andrade”, *O Exemplo*, 07 mai. 1893, p. 2.

²⁶⁴ “Arthur de Andrade”, *O Exemplo*, 18 dez. 1902, p. 2.

²⁶⁵ “Dr. Arthur Ferreira de Andrade”, *O Exemplo*, 15 mar. 1925. Ver também: José Antônio dos Santos, *1876-1928...*

²⁶⁶ Possivelmente seus colegas contaram com as atividades públicas exercidas antes de sua aprovação em concurso público (“Arthur Pinto Gama”, *O Exemplo*, 19 fev. 1922, p. 1).

²⁶⁷ “Arthur Pinto Gama”, *O Exemplo*, 19 fev. 1922, p. 1.

em Gama um exemplo de dedicação ao estudo por conta própria e ao trabalho junto ao funcionalismo público e o conseqüente reconhecimento financeiro e, mais do que isso, simbólico.

Já o autor do nome do jornal, em virtude de seu 28º aniversário recebeu uma carinhosa homenagem: “Nosso prestativo amigo Alfredo Candido de Souza, diretor-caixa desta empresa vê, hoje, aumentada sua preciosa existência, por mais uma feliz primavera. Fazemos votos pela reprodução constante dessa auspiciosa data”.²⁶⁸ A amplitude de sua respeitabilidade, uma vez que atuava junto a um setor amplamente acessado pela população, qual seja, a farmácia da principal instituição hospitalar e assistencial da capital, a Santa Casa, reverberou no necrológio publicado na folha republicana:

[...] O extinto era um cavalheiro muito relacionado e estimado em Porto Alegre, onde exerceu, durante anos, o cargo de diretor da Farmácia da Santa Casa de Misericórdia, passando depois a servir como escrivão em sua secretária, cargo em que se aposentara há algum tempo. Era irmão das Arquiconfrarias de N. S. do Rosário e de N. S. dos Passos, onde gozava também de muito apreço e simpatia geral. Os atos fúnebres foram efetuados hoje, pela manhã, saindo o esquife às dez horas, da casa mortuária, à rua Sans Souci, n. 304, após a encomendação, crescendo um número de pessoas amigas e parentes que acompanharam o corpo até o cemitério.²⁶⁹

Esperidião Calisto, um dos personagens mais centrais a esse estudo, foi saudado em seu aniversário natalício, cuja publicação estampou o primeiro número do periódico. Seus predicados morais e intelectuais, bem como compromisso com o projeto traçado há poucos dias foram sublinhados:

No dia 13 completará 29 anos de idade o digno moço cujo nome encima estas linhas. Caráter ilibado e amigo sincero são as principais qualidades que possui e quem o tem feito captar a simpatia e a admiração daqueles que com ele entretém relações. Ao serviço d’*O Exemplo* ele tem sido uma abnegação inexcedível; já empregando toda a sua atividade na parte material, já concorrendo com as luzes de seu fulgurante talento para a parte intelectual, tornando-se assim um dos seus mais fortes sustentáculos. É justo pois que esta recordação associando-se ao unto jubilo do amigo, envie-lhe as sinceras felicitações.²⁷⁰

Entretanto, não eram apenas os membros do grupo fundador e seus apoiadores a serem referidos como homens exemplares. Em seu artigo sobre o treze de maio de 1893, Esperidião Calisto escolheu como epígrafe uma citação do literato francês Jules Hoche (1858-1926) que se fizera presente em outros artigos de sua assinatura: “Os preconceitos não se destroem à bala: as luzes, a instrução e o tempo são armas mais seguras”.²⁷¹ Isso comprova, mais uma vez, o compartilhamento das ideias iluministas e a via escolhida para findar com o preconceito sofrido por homens com ele. Contudo, no corpo do texto foram outros dois nomes que ganharam proeminência enquanto promotores da “redenção”, a saber, José do Patrocínio e Luiz Gama. O primeiro foi destacado como “a pena mais cintilante da imprensa brasileira” e o segundo, ao lado

²⁶⁸ *O Exemplo*, 15 jul. 1894, p. 1.

²⁶⁹ *A Federação*, 07 mar. 1934, p. 3.

²⁷⁰ “Esperidião Calisto”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 3.

²⁷¹ Esperidião Calisto, “Duas palavras”, *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 3. Sobre o manejo do ideário humanista por intelectuais negros nas Américas, ver: C.R.L. James, *Jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000; Paul Gilroy, *Atlântico Negro...*

de “outros”, como aquele que se somou à “rebelião do instinto racional dos escravos paulistas que, abandonando as fazendas, se aproximaram da liberdade, acelerando a consumação da lei redentora”.²⁷² Grifamos, pois, a atuação política de Patrocínio na imprensa e o *instinto racional dos escravos* que concorreram para a atuação abolicionista de Gama como evidências da tradição de lutas por emancipação protagonizadas por negros, em diferentes frentes e épocas, a inspirá-los, mas também o entendimento de que a escravidão não foi suficiente para demover a racionalidade dos africanos e seus descendentes e a pedagogia do exemplo em meio à construção e divulgação de imagens positivas sobre os homens “da raça” como agentes das lutas por libertação.

Com isso não queremos dizer que a Abolição foi meramente formal porque, como já esperamos ter evidenciado, ela definitivamente não foi. Segundo Esperidião Calisto, “a data luminosa de 13 de maio” deveria ser festejada “efusivamente” por ser “o início da reivindicação de nossos direitos de cidadão brasileiros”. Nos referimos, portanto, às lutas por ampliação da cidadania tecidas nos tempos de liberdade, para as quais concorriam sentidos que extrapolavam a eliminação de distinções jurídicas baseadas na origem, cor ou raça, convergindo para a necessidade de erradicar o racismo e toda ordem de preconceitos e discriminações baseados na ideia de raça. Para tanto, a “arena onde se refletem as necessidades humanas, o jornalismo”, foi significativamente utilizada.²⁷³

Nessa guerra, Calisto e seus colegas compactuavam com o literato iluminista acerca da centralidade das luzes e da instrução, mas também do tempo, na derrocada dos preconceitos. Como homens de seu tempo, aliás, dialogavam com a intelectualidade local e com o regime de historicidade de seu tempo. Vejamos, portanto, diferenças e imbricações entre educação e instrução registradas em um dicionário francês:

Instrução exprime a ciência mais vulgar, o que se aprende nas escolas. Difere a educação da instrução, sendo que a primeira inclui a ideia do bom emprego e uso da segunda: pode, pois, haver instrução com má educação, se o saber não é realçado por boas maneiras e bons costumes. O fim da educação é desenvolver as faculdades morais, enquanto a instrução visa enriquecer as faculdades intelectivas. Não obstante, instrução e educação se confundem na prática frequentemente; todavia é importante extremá-las. Ora, só mediante a inteligência os princípios se estabelecem. Concorre, pois, a instrução para a educação, tanto como a educação para a instrução.²⁷⁴

²⁷² Nessa mesma edição Marcílio Freitas referiu-se a José do Patrocínio como “a pena mais cintilante da imprensa brasileira” (Marcílio Freitas, “O dia de hoje”, *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 2).

²⁷³ Esperidião Calisto, “Duas palavras”, *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 3. Anos depois, em 1909, o jornal publicou a seguinte citação de autoria de José do Patrocínio: A escola é para a humanidade o que a alma é para o homem. A alma guarda o cunho da família, da tribo, da raça; a escola, a grandeza coletiva e cosmopolítica [sic] dos povos, funde em um só pensamento a feição do ciclo, e assim congrega civilizações diversas em uma civilização geral. Quanto mais escolas, tanto mais fraternidade. As escolas como o alfabeto, não distinguem povos nem raças, recebem e perpetuam o pensamento humano (José do Patrocínio, “A escola”, *O Exemplo*, 25 dez. 1910, p. 1).

²⁷⁴ E. M. Campagne, *Dicionário universal de educação e ensino*: útil à mocidade de ambos os sexos, às mães de família, aos professores, aos diretores e diretoras de colégios, aos alunos que preparam para exames, contendo o mais essencial da sabedoria humana. (tradução Camilo Castelo Branco). vol. 1. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1873, p. 789 apud Noemi Santos Silva, *O Batismo na Instrução*: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, p. 9.

Se transpostas aos termos utilizados em *O Exemplo*, a instrução estaria associada ao levantamento intelectual e a educação ao moral, sentidos que conversam com aqueles existentes durante os debates emancipacionistas. Nesse cenário, reforçou-se a ideia de que a tarefa de instruir cabia ao Estado e correspondia a ensinar a ler, a escrever e a contar. Em um nível técnico-profissional, a instrução correspondia, ainda, a ensinar algum ofício artífice ou agrícola. Educar, tarefa exercida no âmbito privado e que nesse momento passou a ser entendida também como atribuição do Estado, relacionava-se à disseminação de princípios morais e da disciplina preservadora das hierarquias sociais e da subordinação.²⁷⁵ No decreto regulamentador da Lei do Ventre Livre, educar contemplava o ensino das primeiras letras, ou seja, uma das dimensões do instruir.²⁷⁶ Essa distinção entre educação-privado e instrução-público tem suas origens no iluminismo francês e foram, pois, adequadas (e embaralhadas) à realidade nacional.²⁷⁷

O dicionário francês explicita ainda a distinção de gênero, uma vez que aos homens cabia instruir e instruir-se e às mulheres a tarefa de educá-los. Ademais, concordamos com Regina Pahim Pinto quando assinala a maneira como o termo educação foi manejado pelos grupos negros organizados em São Paulo desde os primórdios do pós-abolição, a saber, como sinônimo de instrução e de escolaridade, mas também, em um sentido lato, como o conjunto de atividades culturais praticadas pelas associações negras (peças teatrais, palestras, saraus literários, eventos musicais, cursos instrutivos etc.), abrangendo a fundação de corpos cênicos, jornais, revistas, bibliotecas e escolas.²⁷⁸

A inter-relação entre instrução e trabalho na busca pelo levantamento moral e intelectual da classe emerge de diversos artigos e editoriais de *O Exemplo*. Destacamos, nesse sentido, o editorial “Trabalhemos”, de 1893, no qual o desenvolvimento da “atividade espiritual” era percebido como “o ponto capital da nossa grandeza futura” e o resultado de tais “esforços intelectuais e materiais” deveriam ser aplicados ao trabalho. Dentre outras vantagens, a alfabetização traria a autonomia de escrever cartas com a própria mão, prescindindo de alguém que “lhe interprete os sentimentos”, além de assinar recibos e conquistar trabalho lícito. A entrega

²⁷⁵ Alessandra Frota Martinez Schueler, *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial – 1870-1889*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997; Marcus Vinicius da Fonseca, *A educação dos negros: uma nova face da Abolição*. Bauru/SP: Editora da Universidade São Francisco, 2002, p. 56.

²⁷⁶ Brasil. Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872.

²⁷⁷ De acordo com o *Dicionário da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto, um dos mais importantes do século XIX, *instrução* significa “ensinar doutrina” e *instruir* equivale a “ensinar”. *Doutrina* sinônimo de “erudição, ciência, ensino” e *doutrinar*, “ensinar para formar o entendimento ou a moral”. *Ensinar*, por sua vez, “instruir qualquer coisa a quem a ignora”; “educar, escarmentar, mostrar, repetir, como quem ensina”. Já *ensino*: “instrução, educação, conselhos, preceitos”. *Educar*, “dar educação e ensino de doutrina e bons costumes” *educação*, “criação com ensino de doutrina e bons costumes”. Ainda vale salientar que *escarmentar*, um dos sinônimos de ensinar, significava “castigar ou repreender com rigor”. *Ciência*, por sua vez, “notícia, conhecimento, erudição, doutrina” ou ainda “conhecimento certo das coisas por suas causas”. Erudição, por fim, “saber, notícia literária”. Os significados e termos se entrecruzavam e somente por meio da observação do modo como eram postos na prática da escrita que as diferenças e ressignificações pelos sujeitos tornam-se perceptíveis (*Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1832).

²⁷⁸ Regina Pahim Pinto, *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2013, p. 212-213.

ao estudo seria o “remédio para todos esses males”, inclusive uma forma de participar da construção da nação e do processo de modernização em curso.²⁷⁹ Todos esses sentidos podem ser lidos como signos de liberdade em tempos marcados por retóricas de igualdade que dissimulavam as desigualdades sociais e raciais não resolvidas (e agravadas) com a República.²⁸⁰

A busca pelo levantamento moral, por sua vez, emergia da sistemática vigilância ao ócio, aos vícios e à criminalidade nos espaços públicos e de sociabilidade. Desde seu primeiro número, diversas estratégias narrativas foram acionadas e colunas assinadas por pseudônimos surgiram com o objetivo de incutir nos leitores e leitoras códigos de conduta consoantes ao exigido por aqueles tempos e à nova imagem sobre o negro a ser disseminada. De acordo com Oliveira Silveira, “a postura frente a mulher” era um dos principais conteúdos do periódico, ao lado da “preocupação com questões sociais e raciais”, da literatura, bem como “o lado lúdico das charadas, o humor das alfinetadas e pauladas, as notas sociais”. Segundo ele, essas características “revelam a vida na época e pedem observação na leitura”.²⁸¹ Diante disso, empreendemos uma breve análise do conteúdo presente em editoriais e demais colunas publicadas em seu primeiro ano. Notamos que apenas um editorial mencionou as mulheres,²⁸² em contraponto à maioria das seções destinadas à vigilância do convívio social, nas quais especialmente seu comportamento era colocado em quadro. Isso mostra o intenso controle exercido pelos homens sobre as mulheres do seu meio social e os lugares que lhes eram reservados na consecução do projeto do jornal.

Desde o primeiro número, diversas colunas foram endereçadas diretamente às leitoras, tais como “Alfinetadas”, “Pauladas” e “Charada”. Todas assinadas por pseudônimos e destinadas à moralização de mulheres e homens, sendo algumas delas endereçadas diretamente “às leitoras”. Com o passar do tempo, outras colunas surgiram: “Mexericando”, “Ferroadas”, “Burlescando” e “Farpas”. Os bailes eram amplamente vigiados e chegava-se a ameaçar a publicação nominal dos homens com má conduta,²⁸³ sem deixar de repreender as moças, aliás, as mães das moças,

²⁷⁹ *O Exemplo*, 09 abr. 1893, p. 1.

²⁸⁰ Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, a partir do trabalho de Regina Pahim Pinto, assinalam que: “Nos jornais da imprensa negra paulista do começo do século, no período fecundo de sua divulgação, que vai dos anos 20 ao final dos anos 30, encontram-se artigos que incentivam o estudo, salientam a importância de instrumentar-se para o trabalho, divulgam escolas ligadas a entidades negras, dando-se destaque àquelas mantidas por professores negros. Encontram-se mensagens contendo exortações aos pais para que encaminhem seus filhos à escola e aos adultos para que completem ou iniciem cursos, sobretudo os de alfabetização. O saber ler e escrever é visto como condição para ascensão social, ou seja, para encontrar uma situação econômica estável, e, ainda, para ler e interpretar leis e assim poder fazer valer seus direitos” (“Movimento negro e educação”, *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, set./out./nov./dez. 2000, p. 140). A referência é: Regina Pahim Pinto, *O movimento negro em São Paulo...*

²⁸¹ *O Exemplo*, 11 dez. 1892, Edição fac-similada, Organização, edição e comentários em rodapé: Oliveira Silveira. Apoio: Associação Negra de Cultura. Porto Alegre: Organizações Nova Prova Gráfica e Editora Ltda., 1992.

²⁸² “Os impostos”, *O Exemplo*, 22 jan. 1893, p. 1. Tratava-se de um protesto contra o aumento tributário proposto pela municipalidade e seus efeitos sobre as lavadeiras, adjetivadas como “pobres mulheres”.

²⁸³ “Prevenimos aos nossos assinantes que estamos procedendo a cobrança das assinaturas atrasadas e as que findam no corrente mês e em Dezembro próximo. Figurarão na *Galeria dos cara-duras*, cujo espaço abrimos em nossas colunas, aqueles que se furtarem a esse dever de honra contraído com esta empresa” (*O Exemplo*, 26 nov. 1893, p. 4).

desatentas em relação à preservação da honra das jovens moças casadoiras. Ao se negarem a permanecer nos papéis sociais de gênero desejáveis, as mulheres causavam pânico na redação. Já os homens eram alvo de chacotas por galanteios malsucedidos ou então ameaçados a terem seus nomes publicados caso não quitassem as assinaturas em atraso. As distinções de gênero matizavam as lentes dos observadores de forma gritante.

Para ilustrar, ainda no primeiro número, um texto intitulado “Subiremos ou nos precipitaremos no abismo?”, assinado pelo pseudônimo Nascimento, expressou um dos principais desdobramentos de projeto traçado: a necessidade urgente de “medidas decisivas” para “moralizar a classe”, atribuindo especial responsabilidade à mulher. O autor mostrava-se preocupado com a honra das moças, vítimas de raptos, violências, seduções, ilusões e promessas de matrimônio e atribuía a culpa às mães, e não aos agressores.²⁸⁴ Nota-se pelo menos duas imagens da figura feminina associadas à idade, mas também à situação conjugal e familiar: de um lado jovens indefesas e vulneráveis, de outro mães inábeis e incapazes de cumprir papel que lhes cabia, isto é, educar e zelar pela honra de suas filhas. Aqui vemos uma sincronia com positivismo, em cujo cerne estava a moral, e cujas bases estão no iluminismo. Segundo Elizabeth Leal, para Comte “não era mais a mente esclarecida ou os ‘doutores’ que empreenderiam a reforma moral da sociedade, e sim as mulheres, desenvolvendo e dirigindo, através da bondade e do altruísmo, a vida afetiva dos filhos e do marido, os cidadão”.²⁸⁵ Enquanto sujeitos sociais, redatores e colaboradores de *O Exemplo* não passaram ao largo das ideias de seu tempo e, nessa esteira, Nascimento reforçava que para “fazer a luz nas trevas” era fundamental que as mães incutissem “no ânimo filial o amor à religião cristã”, procurassem “conhecer o bem e evitar o mal”, enfim, “cercar-se de bons costumes e fugir a que se não define categoricamente”. Só assim seria possível “ascender ao conceito público e furtar-nos ao abismo da corrupção latente em nossa classe”.²⁸⁶

Acerca dos diferentes papéis a serem cumpridos pelas mulheres, em julho de 1894 foi publicado no espaço reservado ao editorial o artigo “A mulher”, de Monsenhor Pinto de Campos, possivelmente por expressar uma visão compartilhada pelos redatores, haja visto que alguns deles eram vinculados à entidades ligadas à religiosidade católica.²⁸⁷ Nele são apresentadas algumas imagens correntes sobre a mulher: “a mulher mãe” era responsável por dar “a vida, alimento e carinho” e depois ensinar o filho “a balbuciar palavras e a dar passos, a refletir e orar”.

²⁸⁴ Nascimento, “Subiremos ou nos precipitaremos no abismo?” *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

²⁸⁵ Elisabete Leal, *O Positivismo, o Partido Republicano, a Moral e a Mulher* (1891-1913). 292 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996, p. 52.

²⁸⁶ Nascimento, “Subiremos ou nos precipitaremos no abismo?” *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

²⁸⁷ Monsenhor Pinto de Campos, “A mulher”, *O Exemplo*, 15 jul. 1894, p. 1. “Joaquim Pinto de Campos (1819-1887), presbítero secular, foi político pernambucano, deputado provincial e geral em diversas legislaturas e relator da comissão responsável pelo parecer ao projeto da Lei do Ventre Livre. No presente discurso justifica o parecer da comissão em prol do projeto, apresentando estatísticas agrícolas, de fábricas, de comércio, dados sobre o valor das propriedades e dos escravos no século XIX” (Sacramento Blake, *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902. v. 4, p. 228).

A “mulher virgem” era um ser, ainda que perfeito, vulnerável aos impulsos. A “mulher esposa” era colocada em relação ao homem: “companheira [...] que o suaviza, que o aconselha, que o guia, que o anima, que o retém, que o amam, que toda vive nele, que toda se estremece de afetos, que toda desata em dedicação”. A “mulher filha”, por sua vez, cuidaria do pai em sua enfermidade. Além destas resguardadas ao âmbito doméstico, havia “a irmã da caridade” e a “mulher mártir”, respectivamente, movidas pelo altruísmo e pela fé. Por fim, “a mulher por excelência” era inalcançável às demais por ser aquela escolhida por Deus para com ele consubstanciar-se.

Embora se tratando de uma visão religiosa, notamos semelhanças com o que foi observado por Sílvia Petersen, a partir de jornais operários de viés socialistas publicados no Rio Grande do Sul no final do século XIX. A “mulher-namorada” se manifestava “na idealização da perfeição física e espiritual, da altivez e da delicadeza do ‘sexo frágil’”. Ao transformar-se na “mulher-esposa”, passava a ser vista como alguém naturalmente inferior e subordinada ao homem, ainda que em alguns momentos se assinalasse a “nova mulher na sociedade socialista do futuro”. Mesmo nessa última situação, marcada pela “igualdade e liberdade”, a mulher seguia associada ao âmbito doméstico. Por fim, a maternidade acabava por manter a “mulher-mãe” em seu lugar de inferioridade e subalternidade e associá-la exclusivamente à família.²⁸⁸

Ainda que Petersen não tenha adensado a última imagem, tampouco trazido as representações em torno dos outros tipos citados por Monsenhor Campos, os exemplos até aqui apresentados revelam que além da menoridade, ou seja, a incapacidade de responder por si, as meninas e moças, enquanto futuras namoradas-esposas-mães, deveriam ter sua honra preservada pelas mães, igualmente responsáveis por sua educação dentro de princípios morais e religiosos, em consonâncias com os valores patriarcais. Petersen salientou a ausência da dimensão mulher-mulher, bem como de escritos de mulheres em primeira pessoa na imprensa operária socialista, realidade distinta daquela observada em *O Exemplo*. Isso, no entanto, não demove deste periódico seu papel na manutenção da dominação patriarcal, mas, por outro, coloca-o como mais aberto à tal público. Giovana Xavier, nesse sentido, sublinhou que a participação de mulheres na imprensa negra paulistana em meados da década de 1910 sugere que a abertura desse espaço se deu, sobretudo, pela pressão exercida pelas mulheres sobre os homens que dirigiam as redações.²⁸⁹

Antes de seguirmos adiante, é imprescindível recuperar o que foi dito na introdução: os parâmetros utilizados para entender as relações entre homens brancos e mulheres brancas não podem ser simplesmente transpostos para as relações entre homens negros e mulheres negras, pois além das diferenças e relações de poder advindas do marcador social de gênero, as diferenças

²⁸⁸ Sílvia Regina Ferraz Petersen, “A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX”, *Revista História*, Porto Alegre, n. 1, p. 83-110, 1986/87.

²⁸⁹ Giovana Xavier Côrtes, “Leitoras’: gênero, raça, imagem e discurso em *O Menelik* (São Paulo, 1915-1916)”, *Afro-Ásia*, n. 46, p. 163-191, 2012.

e relações de poder advindas do marcador social de raça precisam necessariamente entrar em quadro e vistos de modo articulado. Em outras palavras, ainda que os intelectuais negros reunidos em torno de *O Exemplo* se valessem dos repertórios de seu tempo e reproduzissem a dominação patriarcal, o lugar de subalternidade, opressão, exploração, segregação, discriminação e exclusão partilhados por homens negros e mulheres negras particularizava suas experiências em relação aos homens brancos e às mulheres brancas. Ademais, não podemos considerar o povo negro como um bloco monolítico, afinal, como já esperamos ter demonstrado até aqui, o grupo de *O Exemplo*, a despeito de suas individualidades, se colocava como porta-voz de uma classe, o povo negro, que, por sua vez, não necessariamente se colocava na condição de representada ou como uma coletividade definida por interesses comuns, ainda que invariavelmente sofresse os efeitos do racismo.

Dentro da parcela instruída da raça, também existiam mulheres e, assim como verificado para outras partes do Atlântico, não ficam aquém dos debates promovidos pela classe dos homens negros instruídos.²⁹⁰ No final de março de 1893, o “Dr. Saraubit”, pseudônimo bastante presente em colunas sociais, deixou a redação e a nova colaboradora, a “Exma. jovem D. Celina Buz”, foi saudada.²⁹¹ Até o momento é uma das poucas mulheres a assinarem publicações durante a primeira existência de *O Exemplo*, o que torna seus escritos ainda mais significativos. Além dela, encontramos a leitora e colaboradora Izolina Ribeiro como autora da coluna Charada.²⁹² Por meio do poema reproduzido a seguir, notamos que Celina Buz reforçou o papel das mulheres na promoção da educação moral dos filhos, sem deixar de mostrar os laços de afeto entre os membros do meio negro:

Na sala muitos pares
Dançam alegremente,
E da vida os azares
Esquecendo friamente.

Não cuidam dos esgares
Que mui seguidamente
Sem si importar com olhares,
Faz um par docemente.

Mas uma velha patusca,
Que se fez dorminhoca
E alguma coisa busca...

Diz a filha: Milóca,
Não deixe o primo Juca
Dar-lhe tanta beijoca.²⁹³

Nesse sentido, ainda que Celina Buz reproduzisse o discurso patriarcal, sua escrita em primeira pessoa é, em si, um ato político, ao demover as mulheres, sequer consideradas cidadãs políticas, do lugar de receptáculo e reprodutor de comportamentos desejáveis. Veremos no segundo capítulo um artigo escrito por Sanspeur a pedido da sua “ilustre colega, Exma. Sra. Celina

²⁹⁰ Esta reflexão baseou-se em: Giovana Xavier, “Esculpindo a ‘Nova Mulher Negra’...”

²⁹¹ Sinhô, “Mexericando”, *O Exemplo*, 26 mar. 1893, p. 4. Segundo Cristina Bahia, Celina Buz entrou em substituição ao “gerente de redação” (*Aprendendo a ser negro(a)*... p. 80).

²⁹² Izolina Ribeiro, “Charadas”, *O Exemplo*, 01 jan. 1894, p. 4.

²⁹³ Celina Buz, “N’um Baile”, *O Exemplo*, 02 abr. 1893, p. 3. Na mesma edição publicou a coluna Charadas. Cristina Camaratta Lins Bahia também se debruçou sobre a temática em: *Aprendendo a ser negro(a): representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal O Exemplo (1892-1910)*. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2017).

Buz”. Segundo ele, “D. Celina deu-me, para estreia, um assunto bastante escabroso, qual seja: armar um reclame para o moderno Fígaro”. Ao finalizar, assim se manifestou: “Bem ou mal, estão por hoje cumpridas as ordens de V. Exa., D. Celina”. O artigo em questão, publicado na coluna “Farpas”, trouxe um posicionamento em relação à conjuntura política e às forças beligerantes que ao recrutar jovens habilidosos, como era o caso do barbeiro do moderno Fígaro, fazia com que se perdesse duplamente, afinal “o rapaz tem mais queda para a navalha do que para a espada; mesmo porque mais vale ganhar à sombra de um teto plácido e feliz [...] do que arriscar a pele por um governo ingrato, que nem ao menos lhe deu as tão almejadas divisas de sargento”.²⁹⁴

Não são apenas os pronomes de tratamento que saltam aos olhos como signos da respeitabilidade, mas o texto em si. O registro de uma mulher autora e definidora de pautas em uma redação de jornal negro no final do século XIX ganha, portanto, outras nuances se atentarmos para os marcadores que se materializavam em seus corpos. Nesse sentido, o esforço dos homens de *O Exemplo*, mas também de Celina Buz, para adequar as mulheres do seu meio social ao modelo de mulher republicana pode ser lido igualmente como uma atitude política, afinal o espaço de “rainha do lar” não foi historicamente destinado a elas e ocupá-lo era uma forma de subverter a ordem social e comprovar que as mulheres negras poderiam, inclusive, ocupar tal espaço. O único editorial a mencionar as mulheres ao longo do primeiro ano do jornal referiu-se aos efeitos do aumento dos impostos sobre as lavadeiras, “pobres mulheres” e chegamos assim ao principal espaço de atuação das mulheres pobres e negras, o serviço doméstico. Ainda que reiterasse lógicas do sistema escravista, foi por meio dele que muitas famílias puderam manter seu sustento no pós-abolição.²⁹⁵ Enfim, havia uma diferença sociocultural no meio negro e algumas mulheres conseguiram mais do que se instruir, letrar-se, e assim adentrar nos portos da imprensa.

No mesmo ano em que *O Exemplo* surgiu, saudou-se em suas páginas o aparecimento de um jornal feminino na capital: “*A Grinalda*, jornal especialmente consagrado ao belo sexo, de propriedade da conhecida literata D. Maria da Cunha”.²⁹⁶ Conforme Alice Fonseca, seus editoriais abordavam geralmente “uma figura feminina ou fatos e teses de interesse das mulheres” e os outros espaços eram ocupados por “poemas, contos e ensaios de diversos autores [...], bem como notícias e notas de pêsames, casamentos, aniversários e noivados”. Na última página, “anúncios de produtos ‘próprios para o sexo das graças’: flores artificiais, lojas de roupas, espartilhos e outros”.²⁹⁷ É bastante possível que as leitoras de *O Exemplo*, dentre as quais as colaboradoras

²⁹⁴ Sanpeur, “Farpas”, *O Exemplo*, 02 abr. 1893, p. 1.

²⁹⁵ Sobre o tema em Porto Alegre: Maurício Reali Santos, *Gênero, raça e classe: as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho doméstico em Porto Alegre no pós-abolição (1896-1908)*. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

²⁹⁶ *O Exemplo*, 16 abr. 1893, p. 3. *A Grinalda* possuía um formato semelhante ao d’*O Exemplo*, com quatro páginas e três colunas. Existem três exemplares sob a guarda da Biblioteca Rio-Grandense: um de 1893 e dois de 1897.

²⁹⁷ Alice Rache Fonseca, *Maria da Cunha e Vera Karam: Diálogo de um século? Mestrado (História da Literatura)*. 116 f. – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2005, p. 11.

Celina Buz e Izolina Ribeiro, lessem-no. A proprietária de *A Grinalda*, a dramaturga Maria da Cunha (1862-1917), nasceu e morreu em Porto Alegre. Ademais, outra conterrânea, a professora pública e literata Luciana de Abreu (1847-1880), proferiu um emblemático discurso no Partenon Literário na década de 1870 e é considerada a primeira mulher a subir em uma tribuna no país. De acordo com Cássia Silveira, a participação de Luciana de Abreu no Partenon Literário revela a reprodução das hierarquias sociais dentro da entidade, mas também o “discurso político possível aos dominados”.²⁹⁸

Enfim, ao exaltarem os homens da raça como laboriosos cidadãos e as mulheres como rainhas do lar, o negro como um ser dotado de boa moralidade, inteligência, família, valores, os redatores e colaboradoras estavam igualmente manejando a racialização em curso para contestar as imagens negativas sobre si e seus patrícios e oferecer exemplos positivos às crianças e à comunidade negra como um todo. Era, pois, necessário reforçar sua existência enquanto trabalhador, operário, partícipe do mundo do trabalho livre, a despeito das particularidades de sua experiência em uma sociedade racializada. Ou, nas palavras de Olívia Cunha e Flávio Gomes:

Vários ajustes, seja no plano da linguagem, seja no da representação, foram necessários. Novos significados povoaram textos diversos e estiveram presentes em infindáveis debates travados nos tribunais, ministérios e cartórios acerca da cessão de direitos políticos e legais a pessoas de cor, classificadas não só pelo selo de sua origem étnica, mas também por uma memória sutil e poderosa memória social fortemente enraizada no imaginário patriarcal e escravista”.²⁹⁹

Portanto, além da memória sobre a escravidão, concorria para a construção de estereótipos raciais a vigência do patriarcado, dentro do qual o imaginário sobre mulheres brancas e negras era diametralmente oposto. Com isso no horizonte, no próximo capítulo apresentaremos duas famílias “exemplares” e que deram sustentação moral, intelectual e material ao projeto de *O Exemplo*, atentando para as particularidades advindas dos marcadores de gênero, raça e classe. Este assunto será retomado ao longo da tese, particularmente nas duas últimas seções do terceiro capítulo.

²⁹⁸ Cássia Daiane Macedo da Silveira, *Sociedade Partenon Literário: literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 36. A ideia citada entre aspas é de Sidney Chalhou e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (orgs.), *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; Sidney Chalhou, *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Falaremos sobre o Partenon Literário no próximo capítulo e sobre Luciana de Abreu e outras literatas no capítulo 14.

²⁹⁹ Olívia Gomes Cunha e Flávio dos Santos Gomes, *Introdução...*, p. 10.

APÊNDICE - QUADROS PROSOPOGRÁFICOS DOS FUNDADORES

Quadro 5 - Constituição familiar dos fundadores

Nome	Ciclo de vida	Ascendência	Matrimônio	Descendência
Arthur Ferreira de Andrade	*04/05/1870 +11/05/1925	F. da Conceição	Carmen Pinto de Azevedo (*09/12/1890 +16/12/1950) Casamento civil e religioso (22/11/1910)	Renato (*1912) Consuelo (*16/03/1914)
Marcílio Francisco da Costa Freitas	*21/02/1876 +06/04/1928	J. C. de Freitas Antônio Francisco da Costa Freitas Maria Angélica da Costa Freitas	Balbina Pedroso da Costa Freitas (segundas núpcias) Casamento civil e religioso (19/04/1903)	Maria Freitas
Arthur Pinto Gama	*24/09/1864 +11/02/1922	Luiza Maria da Conceição	Maria da Glória Pereira Rosa Casamento religioso (18/05/1889) Divórcio civil (21/03/1899)	
Alfredo Cândido de Souza	*15/07/1866 +06/03/1934	C. S. Valle Maria Albina de Souza	Adelina Zeferina da Silva Casamento civil (08/1909)	Normélia (*1907 +1920)
Sérgio Aurélio de Bittencourt	*07/10/1869 +05/12/1904	Aurélio Viríssimo de Bittencourt (*01/10/1849 +23/08/1919) Joana Joaquina do Nascimento (*1838 +1895)	Cândida Edwiges da Silva Casamento religioso (28/11/1888)	Cenira e Cesira
Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior	*28/02/1874 +30/07/1910	Aurélio Viríssimo de Bittencourt (*01/10/1849 +23/08/1919) Joana Joaquina do Nascimento (*1838 +1895)	Maria da Glória Quilião Casamento religioso (1897) Divórcio civil (1906)	Dario de Bittencourt (*07/02/1901 +15/11/1974)
Florêncio Calisto Felizardo da Silva	*07/11/1863	Calisto Felizardo de Araújo (*1819 +1909) Joana Felizarda da Conceição e Silva (+29/04/1864)	Olímpia Nascimento Casamento civil e religioso (1893) Laudelina Calisto Casamento civil (c. 1902)	Rogério Calisto (*1893 +1893) Cenira Calisto (*11/06/1902)
Esperidião Calisto Felizardo da Silva	*13/12/1864	Calisto Felizardo de Araújo (*1819 +1909) Joana Felizarda da Conceição e Silva (+29/04/1864)	Ana Maria de Lima Casamento civil (1921)	Josefa Calisto (*1898) Helínia Calisto

Quadro 6 - Formação e atuação profissional e na imprensa pelos fundadores

Nome	Formação	Atuação profissional	Atuação na imprensa
Arthur Ferreira de Andrade	- Colégio Gomes - Exames preparatórios (1989, 1900) - Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1902-c.1916)	- Correios (praticante, 1891; praticante da administração, 1900; 3º oficial, 1910; 2º oficial, 1912; aposentadoria, 1913) - Advogado (1899, 1911)	- <i>O Exemplo</i> editor, 1892-3; presidente do grupo mantenedor (3ª fase)
Marcílio Francisco da Costa Freitas	- Escola Normal (incompleto)	- Tipógrafo (<i>Folha Nova</i> e <i>O Mercantil</i>) - Revisor de provas (<i>Jornal do Comércio</i> e no <i>Correio do Povo</i>) - Correios (concurado) - Alfândega (guarda-mor e 1º escriturário) - Alfândega de Uruguaiana (inspetor em comissão, 1922-1925) - Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro (cargo de confiança)	- <i>O Exemplo</i> (gerente, 1892-1894; presidente do grupo mantenedor, 3ª fase) - <i>O Mercantil</i> - <i>Folha Nova</i> - <i>Jornal do Comércio</i> - <i>Correio do Povo</i>
Arthur Pinto Gama		- Arsenal de Guerra (escrevente) - Estrada de Ferro Porto Alegre a Cacequi (amanuense, 1885) - Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguaiana (escriturário) - Pagadora Provincial, depois Tesouro do Estado (concurado – de praticante a diretor de seção, 37 anos de serviços)	- <i>O Exemplo</i> (presidente do grupo gerenciador das ações, 1894)
Alfredo Cândido de Souza		- Santa Casa (Porteiro, 1891; farmacêutico; diretor da farmácia) - Farmácia Santa Rita	- <i>O Exemplo</i> (autor do nome do jornal; integrante da direção material, 1893; diretor-caixa, 1894)
Sérgio Aurélio de Bittencourt		- Secretaria do Interior	- <i>O Exemplo</i> (diretor de redação, 1894)
Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior	- Ginásio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo (c. 1889-1892) - Exames preparatórios (1889-1893) - Faculdade de Direito de São Paulo (1893-1896)	- Promotor em São Leopoldo (1896) - Juiz de Comarca em Piratini (1897) - Juiz Distrital em Porto Alegre (1897 - 1910)	- <i>O Exemplo</i> (editor, 1895) - <i>Petit Journal</i> (fundador, 1904) - <i>Gazeta do Foro</i> (fundador, 1902) - <i>Jornal do Comércio</i> - <i>O Paladino</i> , 1910
Florêncio Calisto Felizardo da Silva		- Salão Calisto (barbeiro; proprietário, 1897) - Dentista (1904) - Conselho Municipal (amanuense, 1911)	- <i>O Exemplo</i> , (secretário, 1894; redator, 1897)
Esperidião Calisto Felizardo da Silva	- Aulas públicas do 1º Distrito	- Salão Calisto (barbeiro) - Barbearia na Rua da Aurora (barbeiro, 1910) - Centro Cívico José do Patrocínio (bibliotecário) - Junta Comercial Municipal (porteiro, 1930)	- <i>O Exemplo</i> (editor, 1902-1904)

Quadro 7 - Atuação eleitoral e política e patentes da Guarda Nacional dos fundadores

Nome	Alistamento eleitoral	Política	Guarda Nacional
Arthur de Andrade	- solteiro, empregado público, filho de F. da Conceição (1895; 1900; 1901; 1903; 1904; 1907) - solteiro, advogado... (1899).	- Mesário (1889, 1899, 1900, 1904, 1908) - Jurado (1894)	- Alferes (c. 1902) - Capitão (1912) - Orador (Clube de Oficiais da Guarda Nacional)
Marcílio Freitas	- casado, empregado público, filho de J. C. Freitas (1899) - viúvo, carteiro... (1900) - viúvo, empregado público... (1902)	- Correligionário do PRR	- Capitão (c. 1911)
Arthur Gama	- casado, empregado público, filho de L. M. Gama (1895; 1900; 1901; 1904)	- Correligionário do PRR - Mesário (1891, 1901, 1902, 1904)	- Capitão (c. 1911)
Alfredo Souza	- solteiro, farmacêutico, filho de C. S. Valle (1899, 1900) - casado... (1902)	- Correligionário do PRR	- Tenente (1903) - Capitão-Cirurgião (1909)
Sérgio Bittencourt	- solteiro, empregado público, filho de A. Bittencourt (1895; 1899; 1900; 1901; 1904)	- Correligionário do PRR	- Tenente-Secretário (7º Batalhão de Infantaria, 1901)
Aurélio Júnior	- casado, magistrado, filho de A. Bittencourt (1900)	- Clube Júlio de Castilhos - PRR	
Florêncio Calisto	- solteiro, operário, filho de Calisto Felizardo de Araújo (1895) - viúvo... (1901, 1903, 1907) - casado, residente na rua Andradas, n. 413 (1917)	- Correligionário do PRR - Centro Republicano - Júlio de Castilhos (sócio, 1913; secretário, c.1916-c.1932)	- Tenente-secretário (1º batalhão da reserva, 1911) - Capitão (c. 1919) - Major (c. 1932)
Esperidião Calisto	- solteiro, operário, filho de Calisto Felizardo de Araújo (1895) - casado, residente na rua 28 de setembro, n. (1917)	- Centro Republicano - Júlio de Castilhos (presidente, 1930)	-

Quadro 8 – Atuação associativa dos fundadores

Nome	Agremiações
Arthur Ferreira de Andrade	- Beneficência Porto-Alegrense (1º secretário, 1900)
Marcílio Francisco da Costa Freitas	- Sociedade Tipográfica Rio-Grandense (fiscal, 1895) - Centro Porto-Alegrense (presidente honorário) - Sociedade Beneficência Porto-Alegrense (2º secretário, 1900; 1º secretário, 1907) - Sport Club Rio-Grandense (comissionado de contas) - Corporação musical Carlos Gomes (orador) - Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário (confrade) - Irmandade Divino Espírito Santo (escrivão) - Arquiconfraria de Nossa Senhora da Conceição (escrivão) - Irmandade de Santa Cecília da Catedral Metropolitana (escrivão)
Arthur Pinto Gama	-
Alfredo Cândido de Souza	- Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário - Arquiconfraria de Nossa Senhora dos Passos
Sérgio Aurélio de Bittencourt	- Sociedade Beneficência Porto-Alegrense (secretário, 1895) - Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário
Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior	- Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário - Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (fundador, 1901) - Academia Rio-grandense de Letras (fundador)
Florêncio Calisto Felizardo da Silva	-
Esperidião Calisto Felizardo da Silva	- Beneficência Porto-Alegrense (fiscal, 1900) - Centro Recreativo (2º secretário e sócio honorário, 1903) - Centro Cívico Cultural José do Patrocínio (presidente, 1929)

2 FAMÍLIAS NEGRAS E A TRADIÇÃO DE LUTA POR DIREITOS

[Se destacavam no grupo de trabalho] os Bittencourt e os Calisto. Dario de Bittencourt foi o último diretor de *O Exemplo*. E Espiridião Calisto foi considerado por Fernando Henrique Cardoso como o 'maior lutador negro dos fins do século passado e início deste em Porto Alegre'. O próprio jornalista avaliza, ao longe de sua história.¹

O segundo capítulo desse estudo torna-se uma espécie de intervalo na medida em que deixa *O Exemplo* um pouco de lado para adentrar nas trajetórias de duas famílias que deram sustentação material, intelectual e moral ao empreendimento. A primeira seção abrange a família Bittencourt e nos reportamos, inicialmente, à trajetória de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, o patriarca, para então apresentarmos outros membros da família, dentre os quais o filho homônimo, o primogênito Sérgio, ambos fundadores de *O Exemplo*, as duas filhas, Adelina e Olímpia, as duas esposas, Joana e Isaura, e o neto, afilhado e tutelado, Dario, também herdeiro do projeto de *O Exemplo*. Aurélio Viríssimo de Bittencourt concorreu não apenas com recursos financeiros, tirando do próprio bolso o necessário para colocá-lo em circulação pela primeira vez, mas sobretudo com o suporte intelectual e moral, sendo considerado em edição alusiva ao treze de maio de 1904 como “o maior atleta na luta pela conquista de nossos direitos civis e políticos”. Por meio de sua trajetória apresentaremos ainda um panorama sobre o ensino provincial e a inserção profissional e associativa de um homem *de cor* em Porto Alegre.

A segunda seção aborda a família Calisto, cujo estabelecimento, amplamente referido pela historiografia como a sede do periódico e das reuniões nas quais se originou *O Exemplo*, foi pouco explorado. Portanto, o patriarca, Calisto Felizardo de Araújo, e o *Salão Calisto* são os fios condutores da primeira subseção, que apresenta esse núcleo familiar e sua propriedade. A subseção seguinte vale-se das recordações de Espiridião Calisto, um dos filhos e um dos mais atuantes jornalistas de *O Exemplo*, sobre o tempo em que frequentava as aulas públicas da capital para localizar as denúncias tecidas por ele e seus colegas sobre as condições desiguais de acesso e permanência das crianças negras nas escolas públicas da capital em uma longa duração, ou seja, dos primórdios do Império aos primeiros tempos da República. Por fim, as relações entre racialização, instrução e cidadania foram exploradas a partir de um texto de opinião de Espiridião Calisto, publicado na edição comemorativa ao quinto aniversário da Abolição, por meio do qual identificamos a rede de influências e conexões, seja com as ideias iluministas ou com o pensamento de outros intelectuais negros contemporâneos ao grupo. Por essa razão, avançamos pontualmente para a segunda fase a fim de recuperar o diálogo de *O Exemplo* com a luta política travada pelo Doutor Manoel Monteiro Lopes, primeiro deputado federal negro eleito em 1909 e que teve sua posse ameaçada.

¹ Edição fac-similada de *O Exemplo*, 11 dez. 1892. Organizada, editada e comentada por Oliveira Silveira. Apoio: Associação Negra de Cultura. Porto Alegre: Organizações Nova Prova Gráfica e Editora Ltda., 1992.

2.1 FAMÍLIA BITTENCOURT

Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919), o patriarca da primeira família a ser apresentada, registrou uma das mais bem documentadas trajetórias negras do país e que vem sendo perscrutada pelo historiador Paulo Roberto Staudt Moreira. Por essa razão, a primeira subseção tornou-se uma espécie de sumário desse acúmulo com vistas a apresentar a construção e consolidação de um repertório de luta por direitos e de espaços de inserção educacional, profissional, social e política na capital sul-rio-grandense por um homem “de cor”. Na subseção seguinte acompanhamos um pouco mais de perto a trajetória dos dois filhos e do neto de Aurélio, todos envolvidos com *O Exemplo*. Devido a trajetória do filho homônimo, Aurélio Júnior, tivemos acesso a um maior volume documental, de modo que por meio dela exploraremos vicissitudes do rojeto da família Bittencourt. Por fim, dimensões das trajetórias das filhas Adelina e Olímpia e das esposas Joana e Isaura nos permitiram explorar diferenças internas ao projeto, sobretudo no que concerne aos limites, possibilidades e expectativas educacionais, familiares e laborais e a partir do entrecruzamento das categorias de gênero, raça e classe.

Aurélio Viríssimo de Bittencourt, o “maior atleta na luta por direitos”

O nome de Aurélio Viríssimo de Bittencourt era constante em *O Exemplo* não apenas por ser pai de dois dos fundadores ou por sua exemplar trajetória ascendente junto ao funcionalismo público e à política partidária. O Secretário de Estado foi lembrado inúmeras vezes por ser “um velho amigo e distintivo colaborador”, tal como registrado na saudação ofertada em decorrência de seu 45º aniversário natalício²; ou por ser “o maior atleta na luta pela conquista de nossos direitos civis e políticos”, dispendendo “o recurso pecuniário de sua bolsa e a sábia experiência adquirida em prélios de idênticas condições” em apoio a *O Exemplo*. Após uma longa interrupção, seu busto estampou a capa, feita em cetim, da edição de retomada e alusiva ao treze de maio de 1904.³ Ademais, em ambas as situações sua patente da Guarda Nacional (Major e depois Tenente-Coronel) e a atuação junto ao funcionalismo público (ilustre diretor geral da secretaria do interior e exterior e oficial do gabinete do Sr. Dr. Presidente do Estado e depois secretário do governo) foram pedagogicamente destacadas, evidenciando dois espaços possíveis para a ascensão social, e que conferiam prestígio, acessadas pelos integrantes do grupo fundador de *O Exemplo*: a Guarda Nacional e o funcionalismo público.

Destacou-se na edição dedicada à data da Abolição que, desde moço, Aurélio prestigiava “seus símiles, oferecendo-lhes tenacidade, estimulando todas as instituições, quer pias, quer

² *O Exemplo*, 30 set. 1894, p. 2.

³ *O Exemplo*, 13 mai. 1904, p. 1. Ver também: José Antônio dos Santos, *Prisioneiros da história...* p. 220.

recreativas, organizadas pelos membros da raça abocanhada, com o fim de os livrar do abatimento desconceituoso [sic] em que viviam”.⁴ A edição especial foi recebida com entusiasmo pela imprensa: o *Correio do Povo* assinalou que em sua capa estava estampada “o retrato do nosso amigo e colega [...], trazendo vários artigos alusivos à data”; o *Jornal do Comércio* referiu-se ao homenageado como “nosso prezadíssimo chefe”; e, segundo *O Independente*, o número trazia “um bem-acabado e bem impresso retrato do nosso ilustrado colega, [...] diretor do *Jornal do Comércio*, e desejava felicidades àqueles que conduziam *O Exemplo*, “antigo semanário desta capital”, em sua nova fase. O jornal *1º de Março* saudou o retorno do colega depois de uma longa interrupção, assinalando a homenagem “à data da redenção dos cativos e a um de seus mais dedicados apóstolos [...] estampada em sua página de honra o retrato deste modesto e incansável batalhador das causas nobres”.⁵ Portanto, ainda que possa ter financiado a retomada de *O Exemplo*, Aurélio não o fez somente por uma vaidade pessoal, mas sobretudo pela causa que defendia.



Figura 11 - Aurélio Virfssimo de Bittencourt
Fonte: *O Exemplo*, 13 mai. 1904, p. 1; Id. 06 out. 1918, p. 1.



Figura 12 - Aurélio Virfssimo de Bittencourt
Fonte: *O Exemplo*, 31 ago. 1919, p. 1; Id. 21 jan. 1921, p. 1.

Naquele mesmo ano, em homenagem ao seu aniversário, foi novamente lembrado como “um batalhador extremo para o extermínio da escravidão” e “uma dessas individualidades cuja passagem pela vida vai deixando iluminada a vereda que devemos seguir na sociedade em que vemos seguir na sociedade em que exercitamos a nossa atividade”. Isso tudo concorria para “a magnanimidade do seu coração, aliada ao prestígio de seu intelecto”.⁶ Anos depois, por ocasião do sexto aniversário da terceira fase e 29º de existência do periódico, sua imagem apareceu centralizada na capa com a seguinte legenda: “O saudoso coronel Aurélio V. de Bittencourt, o Mestre, a cujas aspirações sempre obedeceram os diretores desta folha” (figura 12). Neste momento já era falecido há dois anos e seu neto, afilhado e tutelado, Dario de Bittencourt,

⁴ *O Exemplo*, 13 mai. 1904, p. 1.

⁵ *O Exemplo*, 22 mai. 1904, p. 2.

⁶ *O Exemplo*, 28 set. 1904, p. 4.

encontrava-se à frente da redação. Três anos antes de sua morte, ao reassumir a secretaria particular do Estado, após uma “enfermidade ocular” que o levaria à cegueira, foi lembrado como a “tradição viva de um passado nobilitante e fulgente”. Por ocasião do festejo natalício, lembrado como “Espírito de elevada cultura”, cujos esforços “tem se feito sentir em todos os empreendimentos úteis a comunhão, tanto pela imprensa como moralmente”.⁷

Aurélio nasceu no dia primeiro de outubro de 1849 do ventre de Maria Júlia da Silva, parda e liberta, na fronteira cidade de Jaguarão. Poucos meses depois foi batizado e introduzido na religião da qual seria um ardoroso devoto até o fim da vida, tendo como padrinho Francisco José Vieira Valente, que conhecia Maria Júlia desde quando ela tinha dez anos de idade, e como madrinha, Maria Dorotéia do Nascimento. Ainda que o assento de batismo informe a condições de exposto e “pais não conhecidos”, era notoriamente reconhecido como filho de Hipólito Simas de Bittencourt, Capitão de Fragatas que estava a serviço na região há algum tempo e cuja relação com Maria Júlia não era meramente casual.⁸

Segundo Moreira, em diversas ocasiões Aurélio acionou a identidade racial “parda” ou foi qualificado como “pardo”, assim como a sua mãe Maria Júlia, por sua vez nunca referida na documentação pesquisada como forra, mas sim como “parda”, seja pela coloração epidérmica ou pela posição étnico-social ocupada: “Pensamos que Aurélio já estava acostumado com esta identidade desde sua infância. Uma forma de representação que somava atribuição de terceiros (como *não-branco*), mas também uma percepção de si como indivíduo afastado do cativo (*não-preto*)”. Nessa perspectiva, é bastante provável que Aurélio fora introduzido no mundo das letras por sua mãe: “trata-se de uma família *parda* letrada, que talvez tenha investido neste critério de diferenciação, já que raros eram os alfabetizados naquela sociedade dos oitocentos”. Concorre para isso a escolha do professor Francisco Vieira Valente como padrinho,⁹ ou seja, além de assegurarem um parentesco espiritual ao filho nascido livre, porém “pardo”, Maria Júlia e Hipólito buscaram meios efetivos de redução da precariedade que assolava a liberdade de pessoas *de cor*, ainda que livres, em uma sociedade escravista. Conforme Sidney Chalhoub, dentre as práticas que historicamente tornavam a liberdade negra estruturalmente precária no Brasil oitocentista, estavam:

[...] as restrições constitucionais aos direitos políticos dos libertos, a interdição dos senhores à alfabetização de escravos e o acesso diminuto de libertos e negros livres em geral à instrução primária, o costume de conceder liberdades sob condição, a

⁷ *O Exemplo*, 02 abr. 1916, p. 2; id. 28 set. 1904, p. 3.

⁸ Segundo Paulo Roberto Staudt Moreira, no registro de óbito, de janeiro de 1884, Hipólito foi descrito como “natural de Santa Catarina, solteiro, cor branca, morador no 3º distrito [de Porto Alegre], 61 anos, ter falecido de obliteração da veia cava superior”. Já Maria Júlia “faleceu em agosto de 1874 de entero-colite e em seu registro de óbito consta ter nascido nesta província, 40 anos, casada e cor parda”. Paulo Roberto Staudt Moreira, “Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteira (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX)”, *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009].

⁹ Paulo Moreira, “Uma Parda Infância”...

possibilidade de revogação de alforrias, as práticas de escravização ilegal de pessoas livres de cor, a conduta da polícia nas cidades de prender negros livres sob a alegação de suspeição de que fossem escravos fugidos.¹⁰

Destacamos no excerto o que poderia ter incidido diretamente sobre Aurélio. Apesar de ter driblado o veto à alfabetização, do outro lado da fronteira do município onde nasceu estava um país recém-saído da escravidão, o Uruguai, e sob a vigência da “lei do solo livre”, que ampliava a necessidade de controle sobre a população negra sedenta por liberdade.¹¹ Talvez a busca pela redução da precariedade da liberdade de seu filho, Maria Júlia tenha concordado que a capital da província asseguraria um melhor futuro ao filho, permitindo-lhe seguir em seus estudos e ampliar o repertório de oportunidades abertas pelo letramento. O fato é que com cerca de dez anos de idade, o pequeno Aurélio seguiu rumo à Porto Alegre na companhia paterna, sob a pena de, possivelmente, nunca mais ter visto sua mãe, ainda que mantivessem o contato por meio de cartas. Na capital, é provável que as redes entretidas por seu pai, um homem branco e militar em uma sociedade hierarquizada por linhas de prestígio, cor e raça, abriram-lhe as primeiras portas de inserção na capital da província.

Desse modo, a passagem de Aurélio por um colégio particular, por uma escola episcopal e por um liceu de ensino secundário na capital nos permite radiografar a situação do ensino provincial, particularmente o de nível secundário, e os desafios que um jovem homem *de cor* enfrentou para instruir-se. Ademais, o aprendizado doméstico das primeiras letras e sob a gerência materna aliado ao aprendizado no mundo do trabalho eram realidades comuns e possíveis, sobretudo a pessoas pobres ou remediadas, em uma sociedade na qual o ensino era tratado com descaso pelas autoridades e como privilégio dos mais abastados. Não sabemos ao certo quando frequentou as aulas particulares de Jesuíno José de Oliveira, mas descobrimos que em 1866 era professor na Escola de Menores Aprendizes do Arsenal de Guerra¹² e, dois anos depois, ano em que Aurélio se casou e ingressou no funcionalismo público, ministrava aulas de instrução primária a 29 alunos, todos do sexo masculino, em uma aula particular. Nessa época, havia outras 25 aulas dessa natureza, das quais nove eram exclusivas ao sexo masculino e

¹⁰ Sidney Chalhoub, “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”, *História Social*, Campinas, v. 19, p. 33-69, 2010, p. 55. Sobre o conceito de precariedade de liberdade, ver também: Henrique Espada Lima, “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho”, *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul./dez. 2005.

¹¹ Particularmente para Jaguarão, onde Aurélio nasceu, recomendamos o trabalho de Jônatas Marques Caratti, *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.

¹² Maicon Lopes dos Santos, “Educação, trabalho e cotidiano: as Escolas de Menores Aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre”, *Anais do XIII Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História – seção Rio Grande do Sul*, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2016. Para outro local, ver: Irma Rizzini, *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. 453 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

quatorze ao feminino. Embora esses números sugiram um maior volume de mulheres nas aulas primárias particulares da capital, elas perfaziam apenas 40% do total de 1.382 matriculadas.¹³

O Seminário São Feliciano, por sua vez, foi fundado em 1853 pelo primeiro bispo do Rio Grande do Sul, Dom Feliciano José Rodrigues Prates, em conformidade com a determinação do Concílio de Trento, de quinze de julho 1563, e na esteira do ultramontanismo, ou seja, da reforma no catolicismo registrada a partir de meados do século XIX caracterizada pela adoção de uma postura mais tradicional e centralizadora. Segundo o padre Eleutério Orsolin, o seminário diocesano tinha como objetivo formar um “clero renovado, emergido no próprio meio, preparado na própria província”, visando, dentre outras coisas, reduzir “os abusos incômodos do clero estrangeiro”. Para a autoridade eclesiástica fundadora do colégio, “a moralidade de um povo se conquistava a partir de uma sólida instrução e uma prudente direção à mocidade”, princípios que foram aplicados “na formação dos futuros padres”.¹⁴ Para Mauro Dillmann Tavares, “o catolicismo reformador foi se tornando interessante à monarquia e à centralização, e a necessidade de fundação de Dioceses e Seminários foi reconhecida e pregada por políticos aliados ao imperador d. Pedro II”. No reforço a essa antiga aliança, os seminários episcopais se converteram em uma forma de controlar a população para o Estado, oferecendo ordem e estabilidade enquanto a Igreja, guardiã por excelência da moral, fortalecia seu credo e seu poder.¹⁵

A esse despeito, a instalação da instituição encontrou dificuldades e passou a funcionar provisoriamente na residência do bispo, o que lhe permitiu uma maior aproximação e controle “das virtudes, da dignidade e da idoneidade dos jovens” seminaristas.¹⁶ Dois anos depois foi transferida para uma casa alugada e contava com dezoito alunos, em sua maioria pobres e sem condições de ajudar no sustento da instituição. Em virtude dos baixos recursos financeiros, oriundos tanto do Estado quanto daqueles que podiam contribuir com mensalidades, e humanos, ministravam-se apenas três aulas: Latim, Teologia Moral e Teologia Dogmática e Retórica. Em 1859, um ano após a morte do bispo, havia dezesseis alunos internos e 25 externos a frequentarem “com aplicação e aproveitamento” as aulas de Latim, Teologia Moral, História

¹³ Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul... 1969. Em 1887, Jesuíno José de Oliveira foi nomeado porteiro da Escola Normal, sendo destacado com importante agente da disciplina e ordem daquela instituição dois anos depois. Na condição de ex-porteiro da extinta Escola Normal, em 1903 foi aposentado com o ordenamento anual de 692\$240 (artigo 57 do decreto n. 119, de 31 dez. 1897), após “19 anos, 5 meses e 9 dias de efetivo serviço público e achar-se impossibilitado de nele continuar, conforme inspeção de saúde a que foi submetido”, conforme assegurado pela Constituição. No alistamento eleitoral, foi indicado como: “... 54 anos, filho de A. J. de Oliveira, viúvo, empregado público” (Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Rodrigo de Azambuja Villanova em 1887, p. 40; Fala do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Joaquim Galdino Pimentel...1890, p. 48; A. A. Borges de Medeiros; João Abbott [secretário da fazenda]. Atos do governo – Decreto n. 632, de 04 jun. 1903. *A Federação*, 10 jun. 1903, p. 1; id., 17 jul. 1899, p. 3).

¹⁴ Eleutério Orsolin, “Seminário São Feliciano”, in: Zeno Hastenteufel (orient.), *História dos cursos de teologia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1995, p. 7-11.

¹⁵ Mauro Dillmann Tavares, *Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto alegre no bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeiras (1861-1888)*. 278 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007, p. 70.

¹⁶ Eleutério Orsolin, “Seminário São Feliciano”... p. 7-11.

Sagrada e Eclesiástica, Filosofia Racional e Moral, Canto Gregoriano e Liturgia. Necessitava-se urgentemente de professores de História, Eloquência Sagrada e Teologia Dogmática, conforme previsto pelo decreto de oito de janeiro daquele ano. Em 1861, Dom Sebastião Dias Laranjeira, principal nome do ultramontanismo na capital, assumiu o bispado, dando continuidade ao projeto, alterando seu nome para Seminário Mãe de Deus.¹⁷ Aurélio saiu da instituição antes de concluir seus estudos e a desistência da carreira eclesiástica certamente não se deu por ausência de devoção, pois egundo Paulo Moreira, a conciliação entre religiosidade e ciência era uma de suas principais características.¹⁸ Embora sem concluí-la, a escola diocesana ofereceu a Aurélio uma formação humanística e teológica e, muito provavelmente, o aperfeiçoamento nas aulas de retórica de uma qualidade destacada so longo de sua atuação pública, fosse ela no âmbito profissional, político ou associativo, qual seja, a oratória.

Já o Liceu Dom Afonso foi a primeira instituição de ensino secundário no Rio Grande do Sul. Sua pedra fundamental foi inaugurada em 1846 com a presença do Imperador Dom Pedro II, enquanto o prédio, em 1851, na confluência das atuais ruas General Câmara e Riachuelo, nas cercanias do Teatro São Pedro e de prédios dos poderes públicos provinciais. Ou seja, localizava-se em um ambiente de ampla circulação e sociabilidade. Surgiu com a finalidade de formar professores e, assim, amenizar o péssimo estado em que se encontrava a instrução primária após dez anos da guerra civil (1835-1845).¹⁹ Até este momento existiam na província apenas aulas esparsas de nível secundário e voltadas à realização dos exames preparatórios para o ingresso no ensino superior, que passaram a ser exigidos após o surgimento dos Cursos de Ciências Sociais e Jurídicas em São Paulo e Olinda no ano de 1827. Embora previsse a criação de cursos de formação para os exames preparatórios, diante da precária situação da instrução pública no país, a lei facultava a frequência nos cursos preparatórios, ou seja, bastava a realização dos exames.²⁰

O Colégio Pedro II, criado em 1837 no Rio de Janeiro, tornou-se modelar aos liceus e colégios que surgiram em todo o país. Nesse contexto, o sistema de ensino adotado no Liceu Dom Afonso visava agregar as cadeiras já existentes (latim, francês, geometria, aritmética e filosofia) e criar as “cadeiras de inglês, geografia, astronomia, história, álgebra, retórica, desenho e música, distribuindo-se essas matérias em seis anos de estudo”. Além das salas reservadas às aulas, o regulamento aprovado em 1851 previa uma peça destinada a um museu de história natural e outra à biblioteca, cujo acervo deu origem à Biblioteca Pública Rio-Grandense. O grande número

¹⁷ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Joaquim Antão Fernandes...1859, p. 29.

¹⁸ Paulo Roberto Staudt Moreira, “Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção”, in: Flávio dos Santos Gomes e Petrônio Domingues (orgs.), *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 83-107.

¹⁹ Eduardo Arriada, *A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul...*, p. 63. O prédio original foi demolido, dando origem ao atual edifício da Biblioteca Pública Rio-Grandense.

²⁰ Brasil. Lei de 11 de agosto de 1827.

de matrículas registradas nos primeiros anos encontrou um decréscimo em 1853 que, segundo o Diretor da Instrução Pública, devia-se ao ingresso na Academia Militar, ao desligamento em virtude das faltas e, sobretudo, à concorrência oferecida por colégios particulares inaugurados na capital, dentre os quais o Colégio de Belas Artes e aqueles que ofereciam regime de internato, mais atraentes àqueles oriundos do interior da província.²¹

O caráter elitista do Liceu Dom Afonso não passou batido pela imprensa da época. O jornal *O Mercantil*, por exemplo, explicitou as desigualdades que marcavam o acesso a um ensino de qualidade, pois a ausência da gratuidade tornava a instrução secundária provincial acessível apenas aos “filhos de famílias muito abastadas”. Além disso, segundo a crítica, a baixa qualidade no ensino oferecido pela instituição tornava sua nomenclatura de “liceu” puramente formal, o que também se estendia às aulas particulares, que corriam “à vontade dos professores”, sem método ou sistema.²² Ainda mais incisivo, o jornal *O Guaiíba* asseverou: “Não basta todo esse longo período em que só aqueles melhor aquinhoados pela fortuna tem podido dominar, por isso que tem ido buscar aulas maiores aonde elas existem?”²³

Neste mesmo ano, em 1857, um novo projeto para a instrução foi apresentado, porém sem demover seu caráter elitista.²⁴ No entanto, ainda que a maioria de seus frequentadores fosse os filhos das elites, diante da persistência da baixa qualidade, a busca pela formação secundária no centro país não foi abandonada. A crítica também foi registrada pelo Presidente da Província Ângelo Moniz da Silva Ferraz, defensor de uma instrução secundária “acomodada às necessidades sociais. É mister que por meio dela se prepare a mocidade para seguir a carreira para que tiver vocação”. Tendo isso em vista, faltava no Liceu Dom Afonso, por exemplo, retórica e poética àqueles que pretendiam cursar a faculdade de Direito; “matérias essenciais” ao ramo do comércio; e “estudos práticos” aos lavradores; ou, ainda, outras cadeiras das ciências naturais, como “geologia, química, física, meteorologia, mineralogia agrícola, etc.”, e não apenas “física e química aplicadas à agronomia”.²⁵

Foi em meio a esses debates e reformas que Aurélio Viríssimo de Bittencourt chegou à capital na companhia do pai e, algum tempo depois, ingressou no Liceu Dom Afonso, onde formou-se em 1867. A despeito da baixa qualidade da instituição, tratava-se de um espaço possível dentro

²¹ Eduardo Arriada, *A Educação Secundária...*, p. 63. No regulamento de 1857, o liceu tentou implementar o regime de internato, não registrando sucesso.

²² *O Mercantil*, 12 jan. 1853 apud Eduardo Arriada, *A Educação Secundária...*, p. 70. *O Mercantil* (1849-1865; 1874-1887) contava, a partir de 1851, com a direção de José Cândido Gomes que, em 1874, refundou-o. Na segunda empreitada, Gomes “se inclinava para o Partido Conservador”, sendo atuante na campanha abolicionista (Sérgio da Costa Franco, *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988, p. 274).

²³ *O Guayba*, 22. fev. 1857 apud Eduardo Arriada, *A Educação Secundária...*, p. 70. Era um “periódico semanal, literário e recreativo”, dirigido por Carlos Jansen e João Vespúcio de Abreu e Silva.

²⁴ Eduardo Arriada, *Educação Secundária...*, p. 73-74.

²⁵ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Ângelo Moniz da Silva...1858, p. 75 apud Eduardo Arriada, *Educação Secundária...*, p. 74.

de um estreito repertório disponível ao aperfeiçoamento escolar, sobretudo a nível secundário. Seu neto Dario descreveu-o como “advogado não diplomado”, o que não apenas informa uma prática comum à época, mas que o ingresso no Liceu carregava consigo o desejo de conquistar o diploma de bacharel nos cursos superiores.²⁶ Não sabemos ao certo como arcou com a mensalidade, mas não deve ter sido coincidência o seu ingresso no mundo das artes gráficas ter ocorrido três anos antes de concluir seu estudo no Liceu. Aos quinze anos de idade, Aurélio tornou-se aprendiz de tipógrafo nas oficinas do jornal *O Mercantil*, cuja atividade abriu-lhe as portas para o mundo jornalístico e das letras.²⁷

A tipografia, por meio da impressão de livros, panfletos ou jornais, tornava-se um importante espaço de inserção social e de acesso privilegiado a informações, bem como de estabelecimento de relações interpessoais. Aurélio pode, portanto, aperfeiçoar-se para além dos conhecimentos presentes nos programas de ensino do Liceu ou, conforme registrado em *O Exemplo*, a experiência tipográfica serviu-lhe como “laboratório onde começou a se formar o espírito”²⁸ e que certamente concorreu para outras atividades nessa seara: ajudou a fundar *A Reforma* (1869), órgão do Partido Liberal, no qual era filiado; no *Jornal do Comércio* foi “compositor, remessista, revisor, noticiário, redator e proprietário”²⁹ e seu diretor entre 1903 e 1911³⁰; foi colaborador de *O Paladino*, jornal dos funcionários públicos do Estado que contava ainda com a colaboração do seu filho Aurélio Júnior; além de várias publicações hebdomadárias: *Revista do Partenon Literário* (1869), *Álbum Semanal* (1872), *Revista da Sociedade Ensaios Literários* (1876) e *Revista Literária* (1881), *O Lidador* (1891).³¹ Ademais, ao lado de nomes da política local, em 1895 figurava junto com seu filho primogênito, Sérgio, no rol de assinantes de um dos mais importantes jornais do Brasil, *O País*, evidenciando seu contato com o que era noticiado na capital federal.³²

É certo que sua vivência em meio às artes gráficas e redações de jornais concorreu para sua preparação para voos maiores. No dia seis de abril de 1868, antes de completar vinte anos de idade e pouco depois de formar-se no ensino secundário, Aurélio ingressou na carreira pública via concurso para o provimento do cargo de amanuense da Secretaria de Governo. A vaga exigia,

²⁶ Dario de Bittencourt, *Curriculum vitae* – documentário (1901/1957). Porto Alegre: Ética impressora Ltda., 1958, p. 11.

²⁷ Conforme seu necrológio, ingressou em 1864 (*O Exemplo*, 31 ago. 1919, p. 1).

²⁸ *O Exemplo*, 31 ago. 1919, p. 1. Paulo Moreira, “O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano”, *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, p. 85-127, 2014, p. 98. Conforme o autor, havia nas listas de qualificação eleitoral da capital referentes aos anos de 1865 e 1880, respectivamente, cinco e nove tipógrafos, num universo de 598 e 1450 nomes.

²⁹ *O Exemplo*, 31 ago. 1919, p. 1.

³⁰ Maria José Lanzotti Barreras, *Dario de Bittencourt* (1901-1974): uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha. Coleção História 21. Porto Alegre: Edipucs, 1998, p. 40.

³¹ *O Exemplo*, 31 ago. 1919, p. 1.

³² *A Federação*, 26 fev. 1895, p. 1.

dentre outras coisas, “boa letra, conhecimento da gramática portuguesa e da língua francesa, da aritmética até proporções e de geografia pátria e corografia da Província”.³³ Demorou apenas três anos para ser promovido a segundo oficial e mais cinco para ser primeiro oficial no Gabinete da Secretaria de Governo. Quando o Partido Republicano Rio-Grandense assumiu o governo do Estado em 1892, Júlio Prates de Castilhos convidou Aurélio para ser Secretário de Estado. Conforme Paulo Moreira, nessa posição fortaleceu ainda mais a posição de “mediador entre várias instâncias”. Em 1898, Borges de Medeiros assumiu o cargo máximo do executivo estadual e manteve-o no posto, de onde só saiu pouco antes de sua morte, em 1919. Em meio a isso, serviu ao Presidente Carlos Barbosa Gonçalves e assumiu a Secretaria do Interior.³⁴ Na homenagem prestada por seu último chefe, Borges de Medeiros, em virtude do centenário do seu nascimento, Aurélio foi considerado “o *paradigma do funcionário público* – esforçado e disciplinado, discreto e leal”. Não é à toa que seu neto Dario o descreveu em suas memórias como uma “eminência duplamente parda”, seja pela coloração de sua epiderme, seja por sua fundamental atuação nos bastidores da política sul-rio-grandense.³⁵

A posição de mediador certamente concorreu para sua ampla inserção em redes associativas das mais diversas naturezas e a consequente conquista de cargos diretivos e honorários. Sem esgotar sua atuação nesse âmbito, na edição de Treze de Maio de 1904 de *O Exemplo*, em cuja capa estava seu clichê um texto em sua homenagem, foi destacado como “sócio benemérito” na Sociedade Floresta Aurora, associação criada por homens de cor em 1872 e existente até os dias de hoje, diversas vezes presidente na Dedicção e Progresso e “prior jubilado” na Confraria de Nossa Senhora do Rosário.³⁶ Além disso, participou das irmandades de Nossa Senhora da Conceição e na do Divino Espírito Santo, o que reforça sua devoção; foi sócio fundador do Partenon Literário (1868),³⁷ membro da Sociedade Ensaio Literários (1872) e primeiro presidente da Academia Rio-Grandense de Letras (c. 1901); sócio das sociedades Dramática do Ginásio do Comércio, Beneficência Porto-Alegrense e Beneficência União.

Em meio a sua atuação associativa, destacamos a agência de Aurélio na promoção da instrução popular, que precedeu em um ano o seu ingresso no funcionalismo público. Em 1867, mesmo ano de sua formatura no Liceu Dom Afonso e ainda exercendo a função de tipógrafo, foi arrolado como fiscal da Sociedade de Beneficência Brasileira União no ofício reservado remetido pelo Presidente da Província ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. No

³³ Artigo 5º do novo regulamento para a Secretaria de Governo, contido no Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Francisco Inácio Homem de Melo...1868 apud Paulo Moreira, “O Aurélio era preto”..., p. 104.

³⁴ Paulo Roberto Staudt Moreira, “Aurélio Viríssimo de Bittencourt”..., p. 85.

³⁵ José Antônio dos Santos, *Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

³⁶ *O Exemplo*, 13 mai. 1904, p. 1.

³⁷ Cássia Silveira, *Sociedade Partenon Literário...* Editora Prismas, 2016.

documento constava um resumo do relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública “sobre as aulas noturnas criadas para os operários” pela referida entidade. Além do rol de membros, listou-se o “pessoal” que compunha “o Instituto para os operários que aprendem nas aulas noturnas” e lecionava gratuitamente. No quadro seguinte podemos notar a preocupação não apenas com o ensino profissional, mas também com a qualificação para a realização dos exames preparatórios.³⁸

Quadro 9 - Aulas noturnas da Sociedade de Beneficência União, 1867

Modalidade	Matéria	Professor
Preparatórios	Francês e aritmética	Bibiano Francisco de Almeida
Preparatórios	Inglês	Júlio Timóteo de Araújo
Preparatórios	Alemão	Está acéfalo
Preparatórios	História e geografia	Apolinário Porto Alegre
Ensino Profissional	Geometria prática e desenho linear	João Propício Rodrigues da Silva
Ensino Profissional	Mecânica, física e química	Dr. Antonio Eleutério de Camargo
Ensino Profissional	Arquitetura	Dr. Antonio Teles de Freitas Mascarenhas

Fonte: ANRJ. Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1856 (1866/69) – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça.

De fato, o relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública informava que a sociedade “estabeleceu para seus sócios diversas aulas noturnas” de ensino secundário, contando com a frequência de vinte alunos nas aulas de geometria; oito nas de química; dez nas de física e mecânica; e dezesseis nas de francês, porém “tem sido o adiantamento desta classe de alunos”.³⁹ O estatuto da entidade informava o compromisso de “Concorrer para a educação e instrução dos filhos dos sócios pobres que o não puderem fazer”, sendo o mesmo princípio aplicado “aos filhos das viúvas, ainda que pensionadas pela sociedade, sendo arbitrada pela diretoria uma pensão para os menores em questão”.⁴⁰

A Sociedade de Beneficência Brasileira União surgiu em 1860 após uma cisão interna na Beneficência Porto-Alegrense. Seguiu como uma sociedade mutualista ou, segundo informado no ofício, com o fim de “socorrer os sócios necessitados e suas famílias”. No mesmo documento, o presidente da província informou outras iniciativas que concorriam para isso: concepção e fundação de um hospício, cuja pedra fundamental seria inaugurada em breve, e criação do “Dispensatório Homeopático”, dirigido pelo Dr. Caldre Fião, presidente da sociedade, e que em menos de cinco meses já havia tratado “436 doentes pobres”.⁴¹ Tudo isso revela não apenas as estratégias e possibilidades de inserção do ainda jovem Aurélio na sociedade porto-alegrense, mas seus valores e ideais ligados ao associativismo de viés mutualista.

³⁸ ANRJ. Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1856 (1866/69) – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça. Agradeço ao professor Paulo Moreira por ter enviado esta preciosa fonte.

³⁹ Fala do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello...1867, p. 20.

⁴⁰ AHRS. Requerimentos, maço 90, diversos –Paulo Moreira, “Aurélio Viríssimo de Bittencourt”... p. 104 (nota 22).

⁴¹ ANRJ... Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça.

Segundo Cláudio Batalha e Marcelo Mac Cord, no avançar do século XIX, os trabalhadores passaram cada vez mais a se reunir “em entidades próprias que contavam com bibliotecas, conferências e aulas noturnas”.⁴² Dentre os doze membros da diretoria, nove deles tiveram a profissão descrita no mencionado ofício, conforme podemos ver no quadro a seguir, o que explicita a variedade e as diferenças de status e remuneração, bem como as possibilidades de inserção profissional: quatro deles eram empregados públicos, dois negociantes, um médico, um piloto da armada e um operário. Acerca disso, Liane Müller assinalou que a entidade admitia como sócios “independentemente da cor da pele, os artistas, operários, empregados públicos e todos aqueles que obtivessem um rendimento anual de cem mil-réis”.⁴³

Quadro 10 - Diretoria da Sociedade de Beneficência União, 1867

Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Dr. José Antonio do Vale Caldre Fião	Médico
Vice-Presidente	Antonio José de Miranda Falcão	-
1º Secretário	João da Fonseca Barandas Júnior	Empregado Público
2º Secretário	José Luiz Teixeira Lima	Empregado Público
Tesoureiro	Jeremias da Silva Moreira	Negociante
Procurador	Manoel Dias Henriques	Negociante
Procurador	José Alves Leite de Oliveira Salgado	Empregado Público
Fiscais	Pedro Lopes Ribeiro	Operário
Fiscais	Antonio Correia Dias Moura Júnior	Empregado Público
Fiscais	José Alves Coelho da Silva	Piloto da Armada
Fiscais	2º Tenente de Artilharia José Antonio Lessa	-
Fiscais	Porfírio Pereira Gomes dos Santos	-
Fiscais	Aurélio Viríssimo de Bitencourt	-

Fonte: ANRJ. Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1856 (1866/69) – Offícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça.

Um ano depois deste documento, debatia-se sobre a viabilidade de fundi-las e alguns opositores à proposta alegaram ser “um grave insulto” o fato da União não aceitar “libertos” em cargos diretivos, pois não acreditavam “que aqueles que tinham vivido como escravos” tornaram-se incapazes “de gerir os bens coletivos”.⁴⁴ No entanto, Aurélio, que participava de ambas e vinte anos depois anunciaria a Abolição da escravatura como representante da Porto-Alegrense, manifestou-se favorável à fusão e trouxe um contraponto ao argumento dos opositores: se

⁴² Claudio Batalha e Marcelo Mac Cord, “Introdução”, in: (orgs.), *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora Unicamp, 2015, p. 12. Um dos trabalhos pioneiros sobre o tema no país é: Adhemar Lourenço da Silva Jr., *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 251-252.

⁴³ Liane Susan Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013, p. 94.

⁴⁴ Sessões de 25 mar. e 5 abr. 1868. Livro de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, fls. 22 e 23 (AHRs. Arquivos Particulares, cód. 02, Lata 54v.) apud Adhemar Lourenço da Silva Jr., *As sociedades de socorros mútuos...* p. 251-252.

“houvesse seleção de nascimento e de cores, ele orador não seria sócio dessa sociedade [Brasileira União] nem tampouco estaria ocupando o cargo de fiscal da mesma, e que não constando de documentos, nem sempre a voz pública é expressão da verdade”.⁴⁵

Sem submeter a acusação da Porto-Alegrense sobre o possível modus operandi da União à prova, é inegável que revela a dimensão prática das teorias raciais vigentes naquele contexto e a maneira por meio da qual Aurélio expressava sua consciência racial e sua vinculação com a escravidão. Embora nascido livre, carregava em seu semblante as marcas da ascendência africana transmitidas por sua mãe e sua vulnerabilidade a toda sorte de preconceitos. Contra o estigma da escravidão que lhe assombrava e para ser reconhecido com um homem livre, como um *igual*, apesar da cor, era preciso dispendir um esforço hercúleo. Além da necessidade de agir contra as profundas desigualdades e preconceitos que marcavam a sociedade porto-alegrense, seu engajamento com as aulas noturnas da União possivelmente associava-se às dificuldades por ele enfrentadas para concluir os estudos no Liceu paralelamente ao trabalho tipográfico e a participação em agremiações. Ademais, engajados na proposta de instruir os mais necessitados, na reforma dos estatutos da Brasileira União, realizada no ano seguinte ao documento acima referido, reforçou-se esse compromisso.

Acerca disso, contudo, em 1892 as páginas do *Jornal do Comércio* estamparam o drama vivido pela sócia da Porto-Alegrense, Carolina Antônia de Amorim, uma mulher negra, “operária e filha do trabalho”. Havia remido o valor de 64\$000 para assegurar um amparo em sua velhice, porém, em virtude de uma enfermidade, não obteve o auxílio ao buscá-lo. Após a denúncia registrada pela imprensa, a entidade exigiu-lhe uma retratação pública, mas ao recusar-se a fazê-la, Carolina acabou sendo expulsa da sociedade. Procurou então a Brasileira União, que não a aceitou como sócia diante do ocorrido. “A distinção de raças deve desaparecer ante a Igualdade escudada ela sobre a Fraternidade e sobre a Humanidade...”, concluía o artigo. A Brasileira União, a esse despeito, era considerada mais aberta à comunidade negra e, além das aulas ministradas no final década de 1860, fundou no início do século XX em sua sede, situada à rua Duque de Caxias, n. 66, uma escola de instrução primária franqueada à população negra.⁴⁶

No ano seguinte ao mencionado ofício, em julho de 1868 (meses depois de tomar posse no cargo de amanuense e pouco antes de casar-se), o agora funcionário público Aurélio Viríssimo de Bittencourt participou da fundação da sociedade Partenon Literário ao lado de alguns nomes da Beneficência União (Caldre Fião e Apolinário Porto Alegre), dentre outros nomes de destaque na

⁴⁵ Sessões de 25 mar. e 5 abr. 1868... sobre o manejo das teorias raciais no Rio Grande do Sul no final do século XIX, ver: Paulo Roberto Staudt Moreira, *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular* (Porto Alegre - século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009; Raquel Braun Figueiró, *O médico, a raça e crime: a apropriação das teorias raciais pelo médico porto-alegrense, Sebastião Leão, no final do século XIX*. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

⁴⁶ Liane Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia...*, p. 98-100.

sociedade porto-alegrense. De acordo com Cássia Silveira, “o republicanismo, o abolicionismo e a emancipação da mulher” foram alguns dos ideais presentes nessa entidade surgida em uma Porto Alegre ainda majoritariamente analfabeta e carente de espaços culturais e literários. Para os fins desse estudo, destacamos a criação de uma escola noturna para trabalhadores quatro anos depois da fundação, além de “um museu [e] uma biblioteca própria com mais de 6.000 volumes”, que se tornou pública no começo da década de 1870.⁴⁷ O caráter pedagógico da entidade e a criação de meios de instruir e formar uma população leitora na capital emergem do discurso proferido por um sócio em 1874. Segundo José Bernardino dos Santos, dentre as intenções do Partenon estava a de oferecer por meio de aulas noturnas “ao proletariado e às classes menos favorecidas o pão do espírito”; por meio de saraus literários, infiltrar “no ânimo público o gosto pelas belas letras e artes, atraindo-o inconsciente, seduzindo-o pelo belo, ao bom e ao justo”; e por meio da tribuna, “derramar a palavra da moral, da verdade e da ciência”.⁴⁸

Segundo Lothar Hessel, a escola noturna era gratuita e existiu entre 1872 e 1885⁴⁹ e, em 1873, ministravam-se aulas de “francês, inglês, filosofia, retórica, história, geografia, aritmética, álgebra e geometria” para 53 alunos.⁵⁰ Embora houvesse a preocupação com a instrução popular, é inegável que tais matérias também auxiliavam os candidatos aos exames preparatórios que pertenciam, não necessariamente, aos setores mais pauperizados. No entanto, neste mesmo ano, a Inspeção Geral da Instrução Pública informou à Presidência da Província que se cobrava mensalidade e para manter essa obra, tão útil “ao progresso da instrução da mocidade”, era fundamental o subsídio dos cofres públicos provinciais: “Amantes como sois do progresso, não deixareis de contemplar no futuro orçamento uma verba para compra de livros e mais objetos indispensáveis àquele estabelecimento”. Somente assim a entidade conseguiria “redobrar forças, colocando-se a par das mais belas sociedades de instrução pública que possuímos no Império.”⁵¹

A essa altura, o Liceu Dom Afonso já havia sido extinto pela Lei Provincial n. 777, de 04 de maio de 1871, e em seu lugar havia sido criado o Ateneu Rio-Grandense, na confluência entre as atuais ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano.⁵² Nessa época passou a existir o afamado Colégio Gomes (1853-1878), onde Arthur de Andrade estudou. Segundo relato da época, “foi o primeiro

⁴⁷ Lothar Hessel et al., *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976, p. 11 apud Cássia Daiane Macedo da Silveira, *Dois pra cá, dois pra lá: o Partenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 17. A versão em livro foi publicada como: *Sociedade Partenon Literário...*

⁴⁸ José Bernardino dos Santos, Discurso na sessão magna do Partenon. *Revista do Partenon Literário*. Porto Alegre, n. 6, p. 808-810, jun. 1874 apud Cássia Silveira, *Dois pra cá, dois pra lá...* p. 159.

⁴⁹ Lothar Hessel et al., *O Partenon Literário e sua obra...* p. 11 apud Cássia Silveira, *Dois pra cá, dois pra lá...* p. 17.

⁵⁰ “[...] mensalidade de 2\$000 por cada sócio na ocasião da matrícula e 1\$000 réis por cada aluno que fosse filho de sócio, pagando agora os que são sócios ou filhos de sócios a anualidade de 10\$000 réis e os que não são a mensalidade de 4\$000 réis” (Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, Aulas noturnas, Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul...1873, p. 14).

⁵¹ Presidente Carvalho de Moraes. *Partenon Literário*. Tipografia Rio-Grandense, 1874, p. 19.

⁵² Eduardo Arriada, *A Educação Secundária...*, p. 83.

educandário no Rio Grande do Sul a ter um curso completo de preparatórios. Chegou a contar com um número considerável de alunos externos e 95 pensionistas”, nunca alcançado por outro educandário.⁵³ Em uma última tentativa de reerguer o Liceu, em 1870 o Diretor da Instrução Pública Vicente Zeferino Dias Lopes reorganizou seu programa. Conforme Eduardo Arriada, estava “centrado na área humanística, onde a carga horária do latim, francês, inglês, alemão e história eram preponderantes”. Buscava-se assim “resgatar o papel precípua do Liceu, ou seja, um curso propedêutico, cuja centralidade era preparar de maneira adequada os alunos para os exames preparatórios.⁵⁴ Ainda com o fim de melhorar a situação da instrução primária por meio da formação de quadros, como veremos melhor adiante, em 1869 foi criada a Escola Normal em uma sala anexa ao Liceu.

De volta ao Partenon Literário, em 1884 solicitou à Presidência da Província uma autorização para construção de sua sede na rua Riachuelo. Para a manutenção da escola a ser estabelecida no térreo, propunha-se uma parceria com o poder público, ou seja, a escola seria mantida pela municipalidade, administrada pela entidade e fiscalizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública. Coerente com a prática da entidade de comprar alforrias e com os discursos abolicionistas proferidos em sua tribuna, seriam admitidos nessa escola escravos e libertos; mas também coerente com o entendimento das elites acerca da instrução a ser dispensada a esse público, se ensinaria somente as primeiras letras e artes e ofícios. A pedra fundamental foi inaugurada em 1885 com a presença da princesa Isabel e do Conde D’Eu, mas o projeto não chegou a se concretizar e a escola noturna chegou ao seu fim.⁵⁵ Ao final da seção, reproduzimos uma imagem da pedra fundamental, na qual pode-se ler a inscrição da sociedade Instrução e Trabalho e do Centro Abolicionista; bem como um anúncio das aulas oferecidas pela Instrução e Trabalho e sua vinculação com a maçonaria, e um anúncio de uma festa destinada ao subsídio das aulas do Partenon Literário. Tudo isso informa as redes associativas da elite da capital e a inserção de Aurélio neste meio.

Embora contando com a presença de Aurélio dentre os fundadores, não podemos perder de vista que preponderava dentro da Brasileira União e do Partenon Literário um projeto de instrução alinhado às necessidades de disciplinar e controlar o contingente de pessoas negras livres ou libertas que crescia a cada dia. Voltaremos aos debates em torno da instrução popular e da escolarização noturna no terceiro capítulo, quando conheceremos um projeto de escola noturna tecido no interior da redação de *O Exemplo* no alvorecer do século XX. Ademais, ao destacar a relevância da instrução para os associados, Cássia Silveira nos brindou com o trecho de

⁵³ Carlos Maximiliano, “O professor Fernando Ferreira Gomes”, in: *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para 1898*. Porto Alegre: Gundlach e C^a, 1897, p.193-201 apud Eduardo Arriada, op. cit., p. 102.

⁵⁴ Eduardo Arriada, *A Educação Secundária...*, p. 82.

⁵⁵ Regina Portella Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/EST Edições, 1993.

um discurso proferido por Aurélio em 1875, segundo o qual a instrução garantiria, inclusive, a soberania nacional:

O Brasil é, a mercê de Deus, abundante de riquezas; os seus rios, os seus campos contêm tesouros imensos, que vão sendo pouco e pouco descobertos e explorados; mas infelizmente a falta de instrução na maioria dos casos faz com que o que podia ser tão somente nosso, venha a partilhar-se com o estrangeiro, que acode com o concurso da inteligência e da atividade, que não soubemos empregar.⁵⁶

A inserção de homens *de cor* em meio à sociabilidade letrada provincial, ainda que escassa, registrou a presença do escritor, dramaturgo e jornalista Arthur Rodrigues da Rocha (1868-1888). Cássia Silveira e Marcus Rosa assinalaram “o quanto a cor da pele funcionava como um implícito atributo de seleção, em suma: como um silencioso filtro social”.⁵⁷ Assinalaram ainda o uso de Arthur Rocha do espaço da imprensa sul-rio-grandense, por meio da revista *Álbum de Domingo*, para tecer críticas abertas ao preconceito de cor na década de 1870, por sua vez aprofundadas em sua dramaturgia.⁵⁸ O posicionamento de Aurélio ante o preconceito de cor neste mesmo contexto, aliás, ficou evidente em meio às tensões raciais emergidas no meio associativo da capital durante o debate acerca da fusão entre a União e a Porto-Alegrense anteriormente mencionada. Se alguns sócios da primeira se opunham à medida alegando que a segunda vetava aos libertos [sic] o acesso a cargos diretivos, Aurélio, membro de ambas, usou seu próprio exemplo para negar a suposta “seleção de nascimento e de cores”. Ainda que assumindo uma posição mais conciliadora, tinha ciência das desigualdades raciais que lhe atingiam e, mais tarde, tirou da própria bolsa os recursos necessários para concretizar o projeto coletivo do qual seus filhos faziam parte.

Desse modo, a despeito de toda a respeitabilidade social conquistada se abateu sobre Aurélio “os limites e filtros invisíveis”, também sentidos por Arthur Rocha em sua vivência em meio às “elites letradas porto-alegrenses”. Embora concordasse em alguma medida com ideias modernizantes destes grupos, ao afastar-se delas, segundo Silveira e Rosa, “consciente da dificuldade de manter-se no lugar que ocupava nas letras da cidade, [Rocha] buscava soluções para enfrentar o escárnio e a marginalização, assumindo a cor da sua pele e defendendo-se da carga pejorativa que ela trazia”. Se a sua liberdade “lhe permitia dizer, pensar e sentir o que bem entendesse, mesmo sabendo das oposições que sofria”, não significava “gozar das plenas

⁵⁶ Aurélio Viríssimo de Bittencourt, “O ensino obrigatório”, in: *Revista do Partenon Litterario*, Porto Alegre, n. 5, p. 214, mai. 1875 apud Cássia Silveira, *Dois pra cá, dois pra lá...* p. 76, nota 166.

⁵⁷ Cássia Daiane da Silveira e Rosa Marcus Vinícius de Freitas, “O voo de Ícaro: Arthur da Rocha e o mundo letrado na Porto Alegre do final do século XIX”, in: Ana Flávia Magalhães Pinto e Sidney Chalhoub (orgs.), *Pensadores negros – Pensadoras negras: Brasil século XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 149. Arthur Rodrigues da Rocha (1859-1888) nasceu e viveu boa parte da sua vida em Rio Grande, extremo sul da então província, onde escreveu suas peças teatrais e redigiu no jornal *O Artista*. Faleceu às vésperas da Abolição, deixando um amplo legado. Suas peças até hoje são encenadas e sua memória não foi esquecida nas páginas d’*O Exemplo*, tampouco nas atividades teatrais das associações negras porto-alegrenses. Ver: Achylles Porto Alegre, *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917; Isabel Silveira Santos, *Abram-se as Cortinas: Representações Étnico-Raciais de Negros (as) e Pedagogias Abolicionistas no Teatro de Arthur Rocha*. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2009.

⁵⁸ Cássia Silveira e Marcus Rosa, “O voo de Ícaro”... p. 153 (ver também a nota 40).

liberdades costumeiras dos homens brancos. A cor da sua pele seria sempre um lembrete de que não poderia deslumbrar-se”, concluíram.

Paulo Moreira, adentrando o período republicano, sublinhou que o “acesso irrestrito às esferas mais altas da política regional tinha como contrapartida a exigência cotidiana de um grande esforço profissional e de uma discricção a toda prova”. No célebre poema Antônio Chimango escrito pelo correligionário Ramiro Barcelos, Aurélio foi inexoravelmente associado à sua cor, primeiramente como pardo e depois como mulato. Em ambos os casos, segundo Moreira, evidenciou-se a “atmosfera densamente racista da República Velha”, pois apesar de todas as suas qualidades, sua coloração epidérmica automatizava uma relação inexistente com a escravidão, sendo por exemplo descrito como um “subserviente ex-cativo de confiança”. Ou seja, a designação de sua cor como parda indicava não apenas o fato de ser filho de mãe negra e pai branco, mas sobretudo seu lugar intermediário, de mediador, enfim, nem tão perto da casa-grande e não tão distante da senzala: “Trocava-se o *status*, mas mantinha-se a marca da dependência em relação ao ex-senhor, agora chefe de partido e de governo”.⁵⁹ Ademais, na homenagem prestada por Borges de Medeiros em 1949 em decorrência do centenário de Aurélio, assinalou-se a vitória da meritocracia sobre a condição de “preto” em um cenário marcado pelo racismo.⁶⁰

Por essas razões acreditamos que o fomento de Aurélio Viríssimo de Bittencourt à fundação de *O Exemplo* extrapolou o desejo de reforçar “sua ascensão profissional” e “legitimar sua opção partidária”, conforme ponderado por José Antônio dos Santos, bem como seu entendimento de que o periódico foi um “semanário dirigido aos negros republicanos de Porto Alegre”.⁶¹ Conforme já pontuamos, na conjuntura bélica de 1893 os redatores enfatizaram a prevalência da fraternidade entre aqueles que sofriam com os efeitos do preconceito de cor em detrimento da coloração partidária, ainda que houvesse uma aproximação com o republicanismo. Ademais, em 1869 Aurélio havia se vinculado ao Partido Liberal e após a Abolição migrou para o PRR, possivelmente porque o primeiro se associava cada vez mais às oligarquias agrárias e o segundo aos setores urbanos e populares, mas também porque o principal líder republicano, Júlio Prates de Castilhos, integrou o Centro Abolicionista (1883-1888) e, tal como sublinhado no primeiro capítulo, o novo regime encheu os homens *de cor* de esperanças quanto ao fim do preconceito de cor. A despeito de Paulo Moreira ter localizado uma carta-patente de 1880, não

⁵⁹ Paulo Moreira, “Aurélio Viríssimo de Bittencourt”, p. 87, 90, 92.

⁶⁰ “[...] Aurélio de Bittencourt era um preto, que viveu e subiu quando não estavam ainda dissipadas, em geral, as diferenças de raças e cores, que originavam desigualdades nas relações individuais e sociais. Mas, pelos seus merecimentos reais, conseguiu ele vencer com dignidade os preconceitos humanos e impor-se ao apreço e considerações de todos” (AHRs. Arquivo Particular de Aurélio Viríssimo de Bittencourt apud Paulo Moreira, “Aurélio Viríssimo de Bittencourt”... p. 84).

⁶¹ José Antônio dos Santos, *Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 148.

sem razão os redatores de seu necrológio publicado em *O Exemplo* disseram ter recebido a patente de Tenente-Coronel como título honorário durante o governo do Marechal Floriano.⁶²

Anos mais tarde, em 1910, pouco antes de velar o filho homônimo, Aurélio Viríssimo de Bittencourt regressou à cidade natal, Jaguarão, como representante do então Presidente do Estado, Carlos Barbosa Gonçalves, para paraninfar a primeira turma de formandos em Ciências e Letras do Ginásio Espírito Santo. De acordo com um memorialista local, o discurso assinalou a importância atribuída pelo “Coronel Aurélio” à educação: foi “conduzido em carro *descoberto* da Pensão Susini ao teatro”, onde “fez uma *‘brilhante alocução’* tratando dos *‘benefícios de uma boa educação’*.”⁶³ Ademais, conforme já apontamos no primeiro capítulo, Aurélio foi considerado um dos principais apoiadores do projeto materializado por meio de *O Exemplo*, mas também da criação de espaços instrutivos no meio associativo negro,⁶⁴ ao passo que em 1917 foi lembrado como “o velho e fino jornalista gaúcho”, autor de uma ideia bastante coerente a sua trajetória: “São o estudo e o trabalho honrado os únicos degraus que conduzem o homem às culminâncias sociais”.⁶⁵

Essas são apenas algumas das evidências sobre a participação crucial de Aurélio em *O Exemplo*, seja como modelo de conduta a ser seguido, ou por ter ajudado a viabilizar material, moral e intelectualmente a sua existência, bem como no movimento negro organizado na capital sul-rio-grandense. Uma de suas raras contribuições intitulava-se “28 de Setembro” e foi publicada no espaço reservado ao editorial na época em que seu filho primogênito era o diretor de redação. Por meio dele, além de assinalar a data como “uma página gloriosa de nossa história política”, valorizou a experiência histórica na realização de projetos no presente:

[...] Abram-se os anais do tempo; e a geração de hoje, por muito que se considere avançada nos domínios da inteligência, há de curvar-se respeitosa e deslumbrada diante dessas páginas lúscas, que [o conselheiro José Maria da Silva Paranhos] traçou com a sua mentalidade fora do comum o grande homem que então, como primeiro ministro, tinha nas mãos potentes os destinos da nação.⁶⁶

Conheçamos, pois, um pouco sobre a trajetória dos dois filhos e do neto de Aurélio.

Sérgio, Aurélio Júnior e Dario: funcionalismo público e Faculdade de Direito

⁶² *O Exemplo*, 31 ago. 1919, p. 1. “A patente de Aurélio era da Guarda Nacional- tenente ajudante servindo como secretário do 16º Batalhão de Infantaria do serviço da reserva da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre – e foi obtida por carta patente de 15 de dezembro de 1880” (Paulo Moreira, Aurélio Viríssimo de Bittencourt... p. 101).

⁶³ Paulo Moreira, “Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX)”, *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

⁶⁴ Regulo Varela, “Aos nossos”, *O Exemplo*, 16 out. 1904, p. 1.

⁶⁵ *O Exemplo*, 17 jun. 1917, p. 1.

⁶⁶ Aurélio de Bittencourt, “28 de Setembro”, *O Exemplo*, 30 set. 1894, p. 1.

Embora não apareça entre os membros do Centro Abolicionista e da Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade, é bastante provável que Sérgio Aurélio, o filho primogênito, atuasse junto ao pai no movimento abolicionista da capital⁶⁷ e tenha estabelecido laços com seus integrantes, uma vez que escolheu Soter Caio da Silva, advogado, abolicionista e membro das duas primeiras associações mencionadas⁶⁸, como testemunha de seu casamento com Cândida Edwiges da Silva, ocorrido seis meses após a Abolição.⁶⁹ Soter era, possivelmente, o único homem negro além de seu pai a integrar o Centro Abolicionista e, em meio a isso, foi advogado de Aurélio durante o processo de inventário *post-mortem* paterno, que lhe rendeu uma herança de 46 contos de réis.⁷⁰ Além disso, na condição de membro da Sociedade Beneficência Porto-Alegrense, Aurélio foi lembrado na edição alusiva ao treze de maio de 1904 de *O Exemplo* como “porta-voz dos primeiros manifestantes que saudavam a aurora da redenção: dirigindo, em eloquentes frases, inspirada saudação ao então presidente da província”.⁷¹ Em 1895, seu filho primogênito, Sérgio Aurélio de Bittencourt, era secretário desta agremiação, o que reforça a transmissão geracional da cultura associativista.

Soter Caio da Silva (1836-1894), aliás, manifestou seu desejo de participar da construção republicana ao concorrer em 1891, três anos antes de sua morte, a uma vaga para o cargo de deputado constituinte do Estado.⁷² Na folha republicana, encontramos uma nota necrológica em sua homenagem, na qual foi recuperada sua atuação abolicionista no âmbito jurídico e sua respeitabilidade social: “[...] geralmente estimado, o cidadão Soter Caio da Silva, [era] antigo solicitador do nosso foro. Nos tempos da efervescência abolicionista [...], entrou com o seu curso ativo e eficaz em favor dos escravos. Pêsames”.⁷³ No dia seguinte, seu registro de óbito integrou as notas necrológicas, sendo descrito com a mesma cor de Aurélio: “Soter Caio da Silva, 58 anos,

⁶⁷ Sobre a atuação de Aurélio no movimento abolicionista, foi membro do Centro Abolicionista (1883-1888) e da Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade (1883-1888) Cf.: *O Exemplo*, 31 ago. 1919, p. 1. Sobre as referidas sociedades abolicionistas, ver: Paulo Roberto Staudt Moreira, *Faces da Liberdade, Máscaras do Cativoiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996; *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003. Foi ainda fundador e eleito primeiro secretário da Sociedade Abolicionista dos Funcionários Públicos (*A Federação*, 18 ago. 1884, p. 1).

⁶⁸ Segundo Aquiles Porto Alegre, membro do Centro Abolicionista: “Por ocasião do movimento emancipador que agitou o país, Soter Caio da Silva, descendente imediato da raça infeliz [sic] que gemia sob o jugo da escravidão, colocou a sua inteligência e a sua modesta bolsa a serviço da obra humanitária, que teve a 13 de maio o seu remate glorioso. Como advogado, muito fez em prol do elemento servil, alcançando a liberdade de muitos escravos e a ira satânica dos senhores [...]” (*Noutros tempos*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1922, p. 173 apud).

⁶⁹ A outra testemunha era Federico Canibal (AHCMPA. Sérgio Aurélio de Bittencourt e Cândida Edwiges da Silva. Data: 28/11/1888. Registro de Casamentos da Freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre, 1866-1923, p. 19v.-20).

⁷⁰ Paulo Roberto Staudt Moreira, *Negras vivências de devoção e trabalho: a trajetória do pardo Aurélio Viríssimo de Bittencourt: 1849-1919*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

⁷¹ *O Exemplo*, 13 mai. 1904, p. 1. Ver também: José Antônio dos Santos, *Prisioneiros da história...* p. 220.

⁷² Conquistou apenas um voto em uma seção localizada no segundo distrito (*A Federação*, 9 mai. 1891, p. 4).

⁷³ *A Federação*, 1º mar. 1894, p. 2. Maria Angélica Zubarán identificou cinco Ações de Liberdade impetradas no Juízo de Órfãos de Porto Alegre nas quais Soter atuou como curador “da escrava Anna (1884), do ‘preto’ Militão (1884), da ‘parda’ Camila (1884), do africano Roberto (1885) e do ‘preto’ Florindo (1887) e também como perito de avaliação do preço de escravos no Juízo de Direito da Segunda Vara de Porto Alegre” (Maria Angélica Zubarán, “A invenção branca da liberdade negra: memória social da Abolição em Porto Alegre”, *Fênix* (UFU. Online), v. 6, p. 1-15, 2009, p. 5).

deste Estado, pardo, solteiro. Enterite infecciosa”.⁷⁴ Estas são algumas das evidências da manutenção dos laços entre abolicionistas no pós-abolição em Porto Alegre, seus novos projetos, tentativas de participação política e frentes de combate.

Ademais, a nota necrológica endereçada a Soter Caio da Silva pela folha republicana assinalou não apenas a sua ativa participação no movimento abolicionista, mas que ela se dava em meio à adesão da sociedade porto-alegrense como um todo à causa: “sem outro escopo que não a vitória da generosa campanha em prol dos cativos, [a sociedade porto-alegrense] se conagraçou para a consecução desse objetivo nobilitante”.⁷⁵ Entretanto, conforme Maria Angélica Zubarán, a participação negra, coletiva ou individual, no processo emancipacionista e no movimento abolicionista de Porto Alegre foi invisibilizado na historiografia e, sobretudo, na memória social por meio da construção e solidificação do mito da Abolição antecipada de 1884 e de um “discurso abolicionista regional” baseado em imagens de “um passado glorioso de tradições libertárias rio-grandenses”. Ou seja, personagens como Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Soter Caio da Silva e Arthur Rodrigues Rocha e entidades como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a Sociedade Floresta Aurora e a Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade foram “esquecidos” diante da “invenção branca da liberdade negra”⁷⁶ – e é dentro dessa relação de forças que também situamos o jornal *O Exemplo* e sua tentativa de expor um outra memória sobre a Abolição e os abolicionistas, indo de encontro ao mito da abolição antecipada de 1884 e do protagonismo branco nesta luta. A seguir, um clichê do Centro Abolicionista (figura 13) e, em meio à ilustres abolicionistas sul-rio-grandense, a presença de Aurélio e Soter (figura 14).

⁷⁴ *A Federação*, 02 mar. 1894, p. 2

⁷⁵ *A Federação*, 1º mar. 1894, p. 2.

⁷⁶ Maria Angélica Zubarán, “A invenção branca da liberdade negra”..., p. 5. A perspectiva de setores da elite sobre a abolição se encontrada em: Margaret Marchiori Bakos, *RS: escravismo & Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. Um olhar crítico sobre esse estudo e em diálogo com perspectivas recentes está em: Gislaine Borba Ramos, “É a causa dos oprimidos a que abraçamos”: considerações sobre escravidão e liberdade nas páginas do jornal *A Reforma* (Porto Alegre / 1870-1888). 2014, 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Ainda sobre o processo emancipacionista, Roger Kittleson discorreu sobre a sua feminilização em: “Campaign all of Peace and Charity’: Gender and the Politics of Abolitionism in Porto Alegre, Brazil, 1879-88”, *Slavery and Abolition*, p. 93-108, dez. 2001.



Figura 13 - Homenagem ao Centro Abolicionista⁷⁷



Figura 14 - Soter Caio da Silva e Aurélio Viríssimo de Bittencourt

Fonte: *O Exemplo*, 13 mai. 1917, p. 1.

Quando fundou *O Exemplo*, Sérgio Aurélio de Bittencourt era casado com Cândida Edwiges da Silva, sobre quem pouco sabemos, e empregado público na Secretaria do Interior⁷⁸ e não tardou a se tornar Tenente-secretário no 7º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, um nítido reconhecimento de seu prestígio e respeitabilidade. A união com Cândida foi sacramentada na Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, a Igreja Matriz da cidade.⁷⁹ Embora nada saibamos sobre sua trajetória escolar, o fato de ter atuado como redator em *O Exemplo* e secretário em outros dois espaços, a Guarda Nacional e na Beneficência Porto-Alegrense, explicita não apenas o domínio das letras, mas o uso dessa habilidade no cotidiano de suas relações.⁸⁰ Faleceu com apenas 35 anos de idade e foi descrito como pardo em seu obituário.

Sérgio Aurélio de Bittencourt, segundo o necrológio publicado por *O Exemplo*, em dezembro de 1904, foi um dos integrantes do “burburinho reivindicador de nossos direitos sociais perante as leis” e lembrado como membro da “tradição” de “esforços para o levantamento

⁷⁷ Estão no clichê: “tenente coronel N. Vasques, dr. Torres Homem, general Salgado, Epaminondas Ferreira, J. C. Gomes, J. V. Ferreira, Miguel de Werna, A. Porto Alegre, Damasceno Viera, dr. Severino Prestes, dr. A. Cadaval; J. Durval, L. Masson, comendador Job, S. Caop, sr. Júlio de Castilhos, J. Teófilo, tenente coronel A. Vasconcelos e coronel Aurélio de Bittencourt. [...] Na alegoria, o leão representa a força de vontade do povo quebrando as cadeias da escravidão e a moça empunhando o pavilhão nacional representa a liberdade que é o supremo ideal de todos os povos” (*O Exemplo*, 13 mai. 1917, p. 1).

⁷⁸ Descrito como “empregado público” (*A Federação*, 04 jun. 1895, p. 5; id. 19 jul. 1899, p. 3; id. 31 mar. 1900, p. 3; id. 10 jun. 1901, p. 3; id. 09 abr. 1904, p. 2; id. *A Federação*, 24 set. 1900, p. 1; *A Federação*, 30 mai. 1901, p. 2).

⁷⁹ Cândida tinha vinte anos de idade e era filha legítima de João Felipe da Silva, falecido, e Teodora Maria da Silva (AHCMPA. Sérgio Aurélio de Bittencourt e Cândida Edwiges da Silva. Data: 28/11/1888. Registro de Casamentos da Freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre, 1866-1923, p. 19v.-20). Sepultaram dois filhos natimortos, um de cor parda e outro de cor branca (*A Federação*, 09 mai. 1893, p. 2; id., 10 mar. 1894, p. 2).

⁸⁰ *O Exemplo*, 10 nov. 1895, p. 4; *A Federação*, 24 dez. 1895, p. 2.

moral e em defesa dos nossos”. Talvez em alusão à sua participação no movimento abolicionista ao lado do pai e do padrinho de casamento, e da “trindade” idealizadora do periódico, o texto assinalava que:

Quando após a Abolição dos escravos, transparecia em todas as ordens dimanadas das autoridades em referência a nós, descendentes de africanos, o rancor do senhor de escravizados, saturado dos costumes inumanos das senzalas, Sérgio foi um dos da trindade que concebeu a ideia da fundação de um jornal que fosse a muralha a amparar o nosso civismo ainda em embrião dos ataques das violências ao mesmo tempo que fosse transmissor dos nossos reclamos.⁸¹

Sua bondade extrema, tornava-o “inimigo irreconciliável de todos os preconceitos”. De seu caráter, destacou-se ainda seu “gênio expansivo e resoluto”: “não usa[va] meias palavras para dizer o que sentia quando feriam em seus melindres; e isto sem alterar a sua cordialidade, sem irascibilidade”. Assim como o irmão, possuía “um primoroso talento”: “concatenava as ideias exibindo-as com maravilhosa espontaneidade em seu delicioso estilo; o que o tornou um dos escritores mais queridos daquele jornal”.⁸² *O Exemplo* manifestou ainda pesar “aos prezados amigos, tenente coronel Aurélio de Bittencourt e dr. Aurélio Júnior, pai e irmão do chorado morto”,⁸³ enquanto *A Federação* destacou a significativa presença de autoridades na missa de encomendação de sua alma, celebrada na capela do Senhor dos Passos.⁸⁴

Já Aurélio Júnior nasceu quase seis anos depois do irmão e faleceu com apenas 36 anos de idade. Seu necrológio, redigido por seus colegas, destacou de sua trajetória aspectos que iam ao encontro do programa do jornal, sobretudo no que toca às vantagens decorrentes da instrução aliada ao trabalho e aos esforços paternos no oferecimento de um melhor destino a um filho. A partir das memórias de um pai enlutado, *O Exemplo* recuperou aspectos da trajetória educacional de Aurélio Júnior. Ainda menino, tentou introduzi-lo no mundo comercial⁸⁵, mas diante de sua inabilidade decidiu “interná-lo no colégio dos padres em São Leopoldo”. Nesse ambiente, “encontrou-se na arena de suas aspirações, pois proporcionava-lhe o regulamento do colégio, a par do ubertoso [sic] talento, ampla expansão de seu jovial temperamento”. Nas “horas de recreio”, dedicava-se “à música e outros conhecimentos que servem de oásis da inteligência, na peregrinação intelectual dos cursos superiores”. Na busca pelo desenvolvimento de seus talentos e virtudes na instituição paulistana, o aprendizado da disciplina se fazia fundamental.

⁸¹ *O Exemplo*, 11 dez. 1904, p. 1-2.

⁸² *O Exemplo*, 11 dez. 1904, p. 1-2.

⁸³ *O Exemplo*, 11 dez. 1904, p. 1-2.

⁸⁴ *Federação*, 13 dez. 1904, p. 2. Foi descrito como “pardo” no registro de óbito (id., 06 dez. 1904, p. 3).

⁸⁵ “Ainda menino, de acordo com o seu respeitável pai, entrou para o comércio, dirigindo uma cigarraria em sociedade com o sr. Antônio Job, que regulava ter a mesma idade do sócio. Porém, o seu espírito perscrutador, aliado ao seu gênio prazenteiro (no que se igualava com o associado), não pode por muito tempo conformar-se com as casmurras exigências do balcão e, em breve, foi a pequena cigarraria transformada em recreio da juventude, quando ambos os negociantes não a deixavam entregue às moscas. Reconhecido o desvio da carreira dos jovens, os pais de ambos acabaram com o negócio” (*O Exemplo*, 11 dez. 1904, p. 1-2).

A escolha por enviar o filho ao qual legou seu nome ao renomado Ginásio Nossa Senhora da Conceição certamente não foi impensada. Anos depois, inclusive, foi paraninfo de uma turma de formandos bacharéis em letras como representante do coronel Vidal Ramos, vice-presidente em exercício de Santa Catarina, proferindo um “inspirado discurso”.⁸⁶ A instituição é conhecida por preparar diversos homens das letras, das armas e da política sul-rio-grandense para os exames preparatórios. Como vimos, o Rio Grande do Sul carecia de uma instituição que oferecesse uma preparação de qualidade para a realização das provas exigidas para o ingresso nos cursos superiores existentes no país. Diante dessa demanda, embora a instituição de origem jesuíta fundada em 1869 em São Leopoldo com outros fins, não tardou a “concentrar suas atenções aos exames parcelados”.⁸⁷ Com essa abordagem, acabou por atrair nomes que mais tarde figurariam na galeria de ilustres sul-rio-grandenses, dentre os quais Rodrigo Vilanova de Azambuja (1844-1898), médico pela Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro e futuro presidente da então província pelo Partido Conservador; Júlio de Castilhos (1860-1903) e Borges de Medeiros (1863-1961), bacharéis em Direito, respectivamente, pela Faculdade de São Paulo e de Recife, futuros líderes republicanos. Explicita-se assim a expectativa de Aurélio quanto ao destino de seu filho homônimo ao interná-lo na instituição jesuíta.⁸⁸

Para o ingresso no curso de Direito eram necessárias certidões de aprovação nas seguintes disciplinas: línguas latina e francesa, retórica, filosofia racional e moral, aritmética e geometria.⁸⁹ Em virtude da descentralização da aplicação dos exames, Aurélio Júnior pode prestá-los em Porto Alegre, terminando-os no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo. Conforme a homenagem póstuma, “cada exame que prestava, [tornava-se] um atestado de auspiciosos vaticínios com que os seus amigos e admiradores recebiam as notícias de seus triunfos escolares”. Encontramos algumas de suas aprovações, arroladas no quadro a seguir, dentre as quais destaca-se a plena aprovação em Português como mais uma evidência de sua intimidade com as letras, amplamente comprovada em seus escritos. Foi, aliás, um dos fundadores da Academia Rio-

⁸⁶ “Sérgio de Bittencourt”, *O Exemplo*, 11 dez. 1904, p. 3.

⁸⁷ Desde a origem da Ordem, no século XVI, a criação de colégios secundários e universidades se tornaram centrais. São Leopoldo foi escolhida para sediar a instituição por ser “a sede do superior da missão jesuítica alemã no Rio Grande do Sul”. No entanto, surgiu com dois propósitos distintos daquele que veio a adquirir: “formar professores para o ensino das escolas paroquiais católicas no recinto colonial alemão”, bem como “um clero nativo e novo, tirado, sobretudo, dos filhos da colônia, em suas paróquias já florescentes, visando atender às necessidades de uma população em franco crescimento demográfico” (Arthur Rabuske, *A Estrela do Conceição Leopoldense de 1869 a 1879*. São Leopoldo, UNISINOS, 1988). Em 1900 finalmente incorporou o modelo do Colégio Pedro II e “obteve o direito de efetuar os exames parcelados” e “conferir o grau de bacharel aos alunos”. Silvio Luiz Martins Britto e Arno Bayer, “Ginásio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo e a Matemática”, *Acta Scientiae*, v. 17, Ed. Especial, 2015.

⁸⁸ Ademais, os lentes eram formados na escola da Ordem Jesuíta situada na Áustria e ensinavam aos seus alunos as seguintes matérias: “Língua Portuguesa, Francesa, Alemã, Inglesa, Latina, Grega e Tupi; Cosmografia, Geografia Geral, Corografia do Brasil, História Geral, História do Brasil, Retórica e Poética, Literatura Portuguesa e Brasileira, Filosofia, Matemáticas Elementares, Elementos de Ciência Naturais, Desenho, Música e Ginástica” (Arthur Rabuske, *A Estrela do Conceição Leopoldense de 1869 a 1879*).

⁸⁹ Brasil. Lei de 11 de agosto de 1827.

Grandense de Letras em 1901 ao lado de seu pai, por sua vez eleito primeiro presidente da instituição, e de outros ilustres homens.⁹⁰

Quadro 11 - Exames Preparatórios realizados por Aurélio Júnior em Porto Alegre e em São Paulo

Matéria	Nota	Realização	Local
Português	Plenamente aprovado	nov. 1889	Porto Alegre
Francês	Aprovado	jun. 1890	Porto Alegre
Inglês	Aprovado	nov. 1890	Porto Alegre
Latim	Aprovado	nov. 1890	Porto Alegre
Aritmética e Álgebra	Simplesmente aprovado	jan. 1893	Porto Alegre
Geometria e Trigonometria	Simplesmente aprovado	jan. 1893	Porto Alegre
Geografia e Cosmografia	Aprovado	jan. 1893	Porto Alegre
Física e Química	Simplesmente aprovado	dez. 1893	São Paulo
História Universal	Plenamente aprovado	jan. 1894	São Paulo
História do Brasil	Plenamente aprovado	mar. 1894	São Paulo

Fonte: AFD-USP, Certidões expedidas pela Delegacia Especial da Inspeção da Instrução Pública Primária e Secundária da Capital Federal do Estado do Rio Grande do Sul e Certidões expedidas pelo curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, anexadas ao prontuário de Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, formado em 1896; “Exames preparatórios”, *A Federação*, 23 dez. 1889, p. 3; id., 06 jun. 1890, p. 3; id. 05 jan. 1891, p. 4; id. 09 jan. 1893, p. 3.

As expectativas geradas foram compensadas. Em abril de 1893, meses depois da estreia de *O Exemplo*, Aurélio Júnior despediu-se de seus colegas de redação rumo à São Paulo, de onde voltaria bacharel em 1896. Ao partir para São Paulo, além de desculpar-se com aqueles dos quais não conseguiu se despedir, ofereceu-lhes seus “limitadíssimos préstimos na capital do Estado onde vou residir”.⁹¹ Afastado fisicamente de Porto Alegre, cumpriu o prometido. Embora não tenhamos evidências de favores concretos por ele prestados a seus conterrâneos, é certo que não se furtou de compartilhar os frutos de seu aperfeiçoamento intelectual e manter seus conterrâneos atualizados sobre os últimos acontecimentos do centro do país. O edifício da Faculdade de Direito ficava nas imediações da Praça da Sé, região conhecida por abrigar diversas redações jornalísticas e oficinas tipográficas, fato que certamente lhe facilitou ampliar suas qualidades como jornalista e literato, para além dos conhecimentos acadêmicos. De acordo com Ana Flávia Magalhães Pinto, as oficinas e redações por ali existentes serviram “como oportunidade de emprego para indivíduos como Ferreira de Menezes, Luiz Gama e Ignácio de Araújo Lima” e como “ponto de convergência de outros tantos homens negros letrados ou simplesmente interessados nas questões públicas de seu tempo”.⁹²

Portanto, ainda que tenha andado por aquelas ruas exatamente no interregno entre a existência de dois jornais negros, a saber, *A Pátria* (1889) e *O Progresso* (1899), a Praça da Sé constituía-se como um dos territórios negros de uma São Paulo em franco processo de

⁹⁰ “Nossa homenagem”, *O Exemplo*, 07 ago. 1910, p. 1.

⁹¹ A. Júnior, “Despedida”, *O Exemplo*, 16 abr. 1893, p. 3.

⁹² Ana Flávia Magalhães Pinto, *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014, p. 248.

modernização e recebimento de contingentes populacionais do Velho Mundo.⁹³ “A simples possibilidade de edição de jornais como esses”, sublinhou Ana Flávia Magalhães Pinto, “chama atenção para detalhes da constituição da Sé como espacialidade favorável ao desenvolvimento de manifestações culturais e políticas da população negra, que ali se fazia presente desde muito tempo”.⁹⁴ Segundo o necrológio da folha republicana, Aurélio Júnior foi colaborador do jornal *A República*, “salientando-se como escritor e poeta”.⁹⁵

Votando à Faculdade de Direito, Aurélio Júnior, formado em 25 de abril de 1896⁹⁶, não foi seu único aluno negro. Antes dele, bacharelaram-se, por exemplo, Avelino Rodrigues Milagres, em 1857; José Correia de Jesus, em 1864; José Ferreira de Menezes, em 1866; José Rubino de Oliveira, em 1868 (posteriormente professor da instituição); José Fernandes Coelho, em 1874; bem como Otávio Pereira da Cunha, João Tomás de Araújo, José Correia de Jesus e o poeta Castro Alves.⁹⁷ Alberto da Costa e Silva, um dos biógrafos do último, assinalou que ao chegar à instituição em 1868 para cursar o terceiro ano, Castro Alves, vindo de Recife, deparou-se “com seus estudantes estouvados, inventivos, boêmios, irreverentes e amigos das tavernas e das aventuras inesperadas e escandalosas”. Oriundos dos mais diversos pontos do país, chegavam ao número de seiscentos. Em sua curta passagem pelas Arcadas, o poeta participou de saraus e viu seus poemas publicados na imprensa.⁹⁸ Tudo isso ilustra o ambiente como o qual Aurélio Júnior se deparou alguns anos depois.

Outrossim, em 1895 *A Federação* parabenizou-o por sua “aprovação nas matérias do 2º ano de direito na academia de São Paulo”, adjetivando-o como o “talentoso rio-grandense, nosso

⁹³ De acordo com Ana Flávia Magalhães Pinto, houve um crescimento de 15% no volume de imigrantes entre 1872 e 1890 (de 7% para 22% do total da população) e o surgimento da imprensa negra está diretamente associado à participação negra no debate público em um cenário de recrudescimento do racismo (*Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 103-106). Os dois estudos mais antigos sobre a imprensa negra paulista estabeleceram 1915, quando surgiu *O Menelick*, o marco de sua origem (Roger Bastide, “A imprensa negra do Estado de São Paulo”, in: *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1983, p. 129-156; Mirian Nicolau Ferrara, *A imprensa negra paulista, 1915-1963*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981). Porém, estudos mais recentes apontaram a existência de pelo menos três outros periódicos: *O Baluarte*, de Campinas (1903) (Cleber da Silva Maciel, *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1987); e *A Pátria* (1889) e *O Progresso* (1899), de São Paulo (Petrônio Domingues, *A nova Abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008).

⁹⁴ Ana Flávia Magalhães Pinto, *Fortes laços em linhas rotas...*, p. 246-247. Nessas mesmas páginas e subsequentes, a autora recuperou os debates em torno dos territórios negros de São Paulo que viabilizam entendê-la, ainda que com restrições demográficas, como uma “cidade negra”. Para saber mais sobre os periódicos mencionados, ver: *Imprensa negra no Brasil do século XIX...* p. 103-136, da mesma autora.

⁹⁵ *A Federação*, 01 ago. 1910, p. 4. Não tivemos sucesso na busca pelo periódico nas bases digitais do Arquivo Público de São Paulo e da Biblioteca Nacional. Talvez se trate de um jornal acadêmico.

⁹⁶ Cf. Prontuário de Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, formado em 1896 (AFD-USP).

⁹⁷ Nomes arrolados a partir de Ana Flávia Magalhães Pinto, *Fortes laços em linhas rotas...*, p. 248; Ricardo Alexandre da Cruz, *Negros e Educação: as trajetórias e estratégias de dois professores negros na Faculdade de Direito de São Paulo nos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 41. As datas das formaturas foram coligidas junto ao banco de dados da instituição. Disponível em: <<http://www.arcadas.org.br/>>. Acesso em 20 set. 2017. Os últimos não foram localizados na base.

⁹⁸ Alberto da Costa e Silva, *Castro Alves: um poeta sempre jovem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 88.

correligionário Aurélio de Bittencourt Júnior, que tomou armas em defesa da República”.⁹⁹ Conforme o necrológio da folha republicana, em meio ao tirocínio acadêmico, “formou nas fileiras do batalhão acadêmico, pegando em armas para defender a legalidade, encarnada no governo do marechal Floriano. Nessa batalha, seguiu de São Paulo para o Rio, ao lado de Sérgio Oliveira, Martins Costa, Gumercindo Ribas, Andrade Neves e muitos outros rio-grandenses”. Vemos, pois, mais uma evidência do envolvimento de homens *de cor* com as lutas republicanas. Encerrado o conflito, regressou à capital paulista para concluir seus estudos, “onde fez um curso brilhante”.¹⁰⁰ No quadro seguinte podemos ver o desempenho de Aurélio Júnior em algumas cadeiras cursadas.

Quadro 12 - Cadeiras cursadas por Aurélio Júnior na Faculdade de Direito de São Paulo

N.	Série	Cadeira	Nota	Dada do exame
1 ^a	1 ^a	Filosofia e História do Direito	Reprovado	08 mai. 1894
2 ^a	1 ^a	Direito Público e Constitucional	Simplemente aprovado	08 mai. 1894
	1 ^a	História Natural	Simplemente aprovado	09 jan. 1894
	1 ^a	Primeira série	Simplemente aprovado	08 mai. a 07 dez. 1894
1 ^a	2 ^a	Direito Romano	Simplemente aprovado	06 abr. 1895
2 ^a	2 ^a	Direito Civil	Plenamente aprovado	06 abr. 1895
3 ^a	2 ^a	Direito Comercial	Simplemente aprovado	06 abr. 1895
4 ^a	2 ^a	Direito Criminal	Simplemente aprovado	06 abr. 1895
1 ^a	3 ^a	?	Simplemente aprovado	25 nov. 1895
2 ^a	3 ^a	?	Simplemente aprovado	25 nov. 1895
3 ^a	3 ^a	?	Reprovado	25 nov. 1895
	3 ^a	Medicina Legal	Aprovado	
	3 ^a	Direito Civil	Aprovado	
3 ^a	3 ^a	Terceira série	Plenamente aprovado	10 abr. 1896
	4 ^a	4 ^a série	Plenamente aprovado	22 abr. 1896

Fonte: AFD-USP, op. cit.

Durante o tirocínio acadêmico, manteve-se ligado ao jornal como diretor e editor extensivo do dia 23 de dezembro de 1894 até seu pedido de demissão devido a sua nomeação junto à promotoria pública da comarca de São Leopoldo. A frente da redação em 1895, os editoriais dos dois exemplares existentes são suficientes para apreendermos seu olhar sobre aqueles tempos e o compartilhamento dos conhecimentos adquiridos na capital paulista. O primeiro deles, “As nossas sociedades”, visava “dois fins especiais: o motivo de nossas sociedades particulares de diversos gêneros e os efeitos sociais de sua criação”:

Exultamos em ver que os nossos congêneres já vão, timoratos é verdade, compreendendo a necessidade de uma instrução melhor; já se vão compenetrando de verdade de nosso doutrinamento, e têm mesmo procurado, talvez rudimentarmente, levar a efeito os diferentes alvires que lhes temos proposto, atinentes todos, salvante as modalidades e

⁹⁹ *A Federação*, 08 abr. 1895, p. 2. Mais tarde, constava como membro do Club Júlio de Castilhos, unificado com o Centro Republicano em 1913, e contavam com a participação de vários dos integrantes d’*O Exemplo* (id., 10 mar. 1906, p. 2).

¹⁰⁰ *A Federação*, 01 ago. 1910, p. 4. Fica, pois, registrado para um esforço futuro mapear as relações entretidas por ele no atual sudeste do país.

diferenciações casuísticas, a uma união imprescindível, urgente e que se nos apresenta enroupada com as vestes da fatalidade. [...] Pois bem, a instrução na classe, se não é uma realidade ainda, é pelo menos uma aspiração real e mais que isso, variada, porque o conhecimento é de diversos gêneros.¹⁰¹

Se em um primeiro momento o desânimo se abateu, ao ver algumas iniciativas surgirem a esperança de que o recado estava chegando repercutiu. A sociedade “Floresta Aurora”, por exemplo, criou uma “homônima teatral” e outras congêneres surgiram, tais como “Boêmios”, “Júlio de Castilhos” e “Melpomene”. Ao estimulá-las a seguirem, por meio do editorial manifestou-se o “auxílio abnegado, pronto a seguir convosco de mãos dadas pelos alcantilados píncaros em que o progresso, a elevação moral, a cultura do intelecto se acham colocados”. Segundo o texto,

[...] a fundação desses grêmios, onde a instrução entra como um dos principais fins, nada mais é senão o cumprimento de um dever que cada homem deve ter contraído consigo mesmo, isto é, saber ser homem, elevar-se acima da ignorância, para compreender melhor seus direitos sociais. – Quem cumpre um dever não faz favores, pratica uma obrigação moral! Avante! É tempo de soerguer-nos!¹⁰²

Voltaremos a esse assunto no último capítulo, no qual veremos o crescimento de entidades teatrais no avançar da primeira década no século XX. Por ora, sublinhamos que desde então o teatro era amplamente valorizado como um recurso pedagógico, sobretudo por se tratar de uma sociedade ainda majoritariamente analfabeta, e o editorial ainda explicita a expectativa sobre a adesão das associações ao projeto traçado em *O Exemplo*.

O outro editorial disponível, “A questão de ensino”, era o segundo de uma série. O foco, desta vez, recaiu sobre o estímulo ao aperfeiçoamento intelectual em escolas, liceus e faculdades rumo à libertação dos grilhões da ignorância e da pobreza. Por meio de diversos exemplos, procurou-se estimular os chefes de família a matricularem seus filhos em escolas primárias, “que sempre foram gratuitas”, para depois ingressarem nas noturnas, “de uma modicidade ao alcance dos mais pobres”, em detrimento do mero conhecimento adquirido concomitante ao aprendizado de alguma arte em troca de remuneração: “numa sábia divisão do tempo”, poderiam trabalhar durante o dia e estudar a noite. Isso seria o bastante para adquirir conhecimentos aplicáveis “em múltiplos ramos da atividade humana”.¹⁰³ Porém, se desejassem se aperfeiçoar “no estudo da arte que praticamente aprenderam”, poderiam buscar “algum liceu de artes e ofícios em Minas, no Rio de Janeiro ou em São Paulo onde há dois, um dos padres salesianos e outro do Estado, ambos gratuitos”. Os “desprotegidos da sorte” poderiam contar com os recursos oferecidos por sociedades beneficentes, e aqui voltamos ao tema do outro editorial, e por “mãos caridosas que espalham profusamente ouro para a manutenção necessária de muitos tutelados gratuitos”.¹⁰⁴

¹⁰¹ “As nossas sociedades”, *O Exemplo*, 10 nov. 1895, p. 1.

¹⁰² *Ibid.*

¹⁰³ “A questão de ensino II”, *O Exemplo*, 03 nov. 1895, p. 1.

¹⁰⁴ *Ibid.*

Conforme Marcelo Mac Cord, desde meados do século XIX, no afã modernizar o país, políticos desejavam incorporar o ensino técnico e profissionalizante nas escolas imperiais. O Liceu de Artes e Ofícios, criado em 1858 pela Sociedade Propagadora das Belas Artes do Rio de Janeiro, acabou por tornar-se modelar às congêneres surgidas no país e visava estabelecer “diálogos entre a emancipação gradual, o ensino das ‘artes úteis’ e a europeização do Brasil”.¹⁰⁵ Nesse cenário, surgiu a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, em São Paulo, no ano 1873. Idealizada por um grupo originário da aristocracia cafeeira e adepto do positivismo, visava modernizar a mão de obra por meio de aulas noturnas a adultos e crianças. Quando Aurélio Júnior se encontrava na capital paulista, era dirigida Francisco Paula Ramos de Azevedo, também fundador da Escola Politécnica, onde promoveu uma série de reformas que asseguraram sua autossuficiência.¹⁰⁶

Uma alternativa apontada e diretamente experimentada por Aurélio Júnior consistia na matrícula nos cursos superiores livres existentes “em centros de recursos como a Capital Federal e São Paulo”. Neles, “centenas de filhos do povo [...] têm, facilmente, disputado a posse de um pergaminho que lhes assinala uma profissão liberal”, permitindo-lhes “fazem-se por si”. Como exemplo citou Manoel Victorino, “filho de um operário, como todos, pobre e que ‘por si’ elevou-se ao cargo de segundo magistrado deste país”. Os cursos superiores eram livres, assim como a frequência, exigindo apenas a conciliação do trabalho com o estudo. Todo esse esforço seria gratificado com “a conquista de um diploma que o afaste, mais tarde, da obscuridade de ignorância e o liberte quiçá dos pesados grilhões da pobreza. E quantos já têm sido libertados!” Talvez se referindo a sua própria experiência, o editor foi taxativo quanto à estratégia a ser acionada:

Com franqueza: fechemos os olhos aos preconceitos do mundo e visitamos a couraça impermeável da firmeza, olhando melhor para nós mesmos; mais um pouco orgulhosos sejamos e atiremo-nos decididos à conquista de melhores posições sociais porque somos livres e temos talento! Saibamos aproveitá-lo! Saibamos ser livres!¹⁰⁷

Saber ser livre, portanto, associava-se ao desenvolvimento dos talentos e virtudes intrínsecos aos homens, carecendo-lhes apenas os meios para o seu cultivo: o culto à inteligência constituía-se como um passo decisivo rumo à almejada ascensão social, para a qual concorria a uma forma de vida mais digna, autônoma, valorosa e valorizada. A esse despeito, a existência do preconceito tornava a coragem e a firmeza ingredientes imprescindíveis. Nesse aspecto, embora nascido quando seu pai já estava em franca ascensão social e fosse frequentador de espaços sociais

¹⁰⁵ Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania: Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 126. Segundo Lilia Moritz Schwarcz (*Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 43-44), João Henriques, um homem negro nascido livre em meados do século XIX e pai do famoso literato que intitula seu livro, estudou na Aula de Comércio do Instituto Comercial do Rio de Janeiro criado em 1858, mesmo ano do Liceu, o que nos leva a crer que se tratava da mesma instituição, já que refere em nota o estudo de Alba Carneiro Bielinski (“Educação Profissional no século XIX – Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso”, *Boletim Técnico do Senac*, v. 26, n. 3, set/dez. 2000).

¹⁰⁶ Margarida Cintra Gordinho (org.), *Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo: missão excelência*. São Paulo: Editora Marca d'Água, 2000.

¹⁰⁷ “A questão de ensino II”, *O Exemplo*, 03 nov. 1895, p. 1.

e escolares de prestígio, tendo acesso à uma formação de qualidade em um cenário ainda marcado pela precariedade no ensino, Aurélio Júnior (e seu irmão) se manteve sensível às desigualdades sociais e, além disso, mesmo com a sobrecarga de trabalho no posto de juiz não deixou de “ilustrar as páginas do jornalzinho, a que dedicara as suas primícias intelectuais, com os frutos do seu já então robustecido talento”.¹⁰⁸

Considerando ainda os apontamentos feitos no editorial “A questão de ensino”, a capital sul-rio-grandense carecia de instituições, inclusive de nível secundário, capazes de qualificar os artífices em liceus ou formar profissionais liberais em cursos superiores. Poucos anos depois, engajou-se em prol da fundação da Faculdade Livre de Direito em Porto Alegre, o que se deu em fevereiro de 1900,¹⁰⁹ na qual seu colega Arthur Ferreira de Andrade ingressou dois anos depois, bem com seu filho, que viria a integrar o quadro docente e tornar-se Doutor em Direito e Livre Docente de Direito e Legislação do Trabalho em 1939.¹¹⁰ Antes dela já existiam outros dois cursos superiores, a Escola de Engenharia, fundada em 1896, e a Escola de Medicina, em 1899. No primeiro capítulo vimos que Aurélio Júnior nomeou Arthur de Andrade como curador em dois casos de inventários sem herdeiros reclamantes dos espólios, o que corrobora mais uma vez com o conteúdo do necrológio: “nessa atribulada posição oficial não negava o prestígio de sua palavra, a influência de suas relações para a consecução dos tentames que temos empreendido em satisfação de nossos ideais”.¹¹¹

Assim como o pai, Aurélio Júnior participou de outros empreendimentos jornalísticos: colaborou em São Paulo com o jornal *A República* e em Porto Alegre com o *Jornal do Comércio*, o *Petit Jornal*, no qual assinava como Delmar de Castro¹¹², e com *O Paladino*, jornal dos funcionários públicos, que contava seu pai e outros nomes conhecidos dentre os colaboradores.¹¹³ No último estavam os doutores Alcides Cruz, igualmente negro e bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, e Antônio Marinho Loureiro Chaves, com quem Aurélio Júnior fundou a *Gazeta do Foro* em 1902.¹¹⁴ Alcides Cruz, vale ressaltar, formou-se um ano depois de Aurélio Júnior e ainda que não

¹⁰⁸ *O Exemplo*, 07 ago. 1910, p. 1.

¹⁰⁹ Ari Martins, *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1978; Maria José Lanzziotti Barreras, *Dario de Bittencourt...* p. 42; Luiz Alberto Grijó, *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a faculdade de direito de Porto Alegre (1900-1937)*. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

¹¹⁰ Maria José Lanzziotti Barreras, *Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha*. Coleção História 21. Porto Alegre: Edipucs, 1998, p. 58.

¹¹¹ *O Exemplo*, 07 ago. 1910, p. 1.

¹¹² *A Federação*, 01 ago. 1910, p. 4.

¹¹³ *O Paladino* era dirigido por Francisco Castellar Pinto, farmacêutico, e dentre os diversos colaboradores estavam Carlos de Araújo (Cavaco), o professor Ivo Afonso Corseuil e o dr. Getúlio Vargas, futuro presidente do Estado e do país (*O Paladino*, 01 dez. 1908, p. 3; id., 15 abr. 1912, p. 1). Conforme João Batista Marçal, o periódico tinha como principal bandeira “a criação de um ‘Motepio’ destinado ao amparo dos funcionários estaduais”. Surgiu em 01 de outubro de 1908 e durou quatro ou cinco anos. Dentre os principais colaboradores estava o dr. Alcides Cruz (João Batista Marçal, *A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1873-1972)*. Porto Alegre. 2004, p. 112-113).

¹¹⁴ *O Paladino*, 15 abr. 1912, p. 1.

tenha participado de *O Exemplo* se cruzava com diversos de seus fundadores por reuniões e espaços de sociabilidade republicanos, como vimos no primeiro capítulo. Sua trajetória é exemplar das diversas maneiras como homens negros manejavam suas margens de liberdade na sociedade porto-alegrense e conformavam repertórios de possibilidades a vários outros. Ademais, era mais um homem portador de talentos e virtudes a sofrer com o preconceito racial e a se orgulhar de sua raça.¹¹⁵

Mesmo afastado da redação há bastante tempo e engajando-se em outras frentes de luta, Aurélio Júnior seguia pelejando pela efetivação dos ideais traçados na fundação de *O Exemplo*, de modo que o necrológio sublinhou duas importantes ações: a primeira como presidente da “seção em comemoração à data da emancipação da escravatura brasileira, realizada à de 13 de Maio de 1909”; e a segunda como “elo da união do meio social em que vivemos, comparecendo a festa levada a efeito em honra da visita do Dr. Monteiro Lopes, pela sociedade Floresta Aurora”. Nessa ocasião, “à elevação de seu translúcido espírito”, saudou “em criterioso discurso o ilustrado deputado itinerante”.¹¹⁶ Em 1909, o Dr. Monteiro Lopes foi o primeiro deputado federal eleito no Brasil e superada a tentativa de anulação de sua posse, organizou uma caravana que cruzou país em busca de uma mobilização nacional para reverter tal arbitrariedade. Segundo Carolina Dantas, desde pelo menos a década de 1880 estabelecia redes com outros homens *de cor* em diversos pontos do país.¹¹⁷ Por infortúnio do destino, poucos meses depois de Aurélio Júnior, Monteiro Lopes também viria a falecer, em 13 de dezembro de 1910.

A homenagem rendida pelos fundadores de *O Exemplo* em virtude do 19º aniversário de Aurélio Júnior fora transcrita em seu necrológio e nos revela que, ao contrário do irmão, não integrava o grupo original, mas que fora convidado “para vir ao nosso lado, com as luzes do seu inegável talento, combater contra o preconceito das raças que, como um polvo, tenta embaraçar o progresso da nossa classe, negando-lhe o lugar a que se tem imposto na comunhão dos povos cultos”.¹¹⁸ Ou seja, enquanto o irmão mas velho era lembrado como um dos idealizadores do projeto culminado na materialização do periódico, o mais moço por ter sido convidado a integrar

¹¹⁵ Ênio Grigio encontrou um a pedido publicado em um periódico de Santa Maria, em 1916, no qual um ofendido, em referência ao Dr. Alcides Cruz, assim disse: “Não sei que vantagem há de chamar-se mulato a um homem que não tem vergonha de o ser” (*No Alvorço da Festa, Não Havia Corrente de Ferro Que os Prendesse, nem Chibata que Intimidasse: A comunidade negra e sua Irmandade do Rosário* (Santa Maria, 1873-1942). 313 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016, p. 199). Resultados de um estudo sobre a trajetória de Alcides Cruz em desenvolvimento foram apresentados em: Vanessa Gomes de Campos e Paulo Roberto Staudt Moreira, “...Eu me não molesto com os epítetos mestiço, mulato ou negro’: trajetória e escritas de si de um professor negro (o Dr. Alcides de Freitas Cruz)”, *Anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Memorial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

¹¹⁶ *O Exemplo*, 07 ago. 1910, p. 1. Ver também: Liane Susan Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia...*

¹¹⁷ Carolina Vianna Dantas, *Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República*. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2008.

¹¹⁸ *Exemplo*, 26 fev. 1893 apud “Nossa homenagem”, *O Exemplo*, 07 ago. 1910, p. 1. O referido exemplar de 1893 não se encontra em nenhum dos acervos pesquisados.

o grupo. Concorreu para isso, certamente, sua imensa ilustração, mas não podemos desconsiderar o fato de pertencer a uma das mais ilustres famílias negras da capital.

Foi por essa ocasião, em 1892, que Aurélio Júnior deixando refletir em suas ações, os sensatos ensinamentos de seu venerando pai, destacava-se dos seus contemporâneos que se envergonhavam da tisdadura da pele, devido à origem do nascimento, para sobranceiro, orgulhoso de descender dos colonos que concorreram para o progresso do Brasil – mártires do cativo, heróis do trabalho incorporar-se ao pugilo de seus congêneres que mantinha m a publicidade do pequeno jornal – O Exemplo – com o fim de combater as violências infligidas aos nossos semelhantes, por aqueles que entendiam de restaurar o império da escravidão, negando-nos o direito às prerrogativas constitucionais.¹¹⁹



Figura 15 - Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior
Fonte: *Exemplo*, 07 ago. 1910, p. 1; *O Paladino*, 15 ago. 1910, p. 1.

O orgulho racial de Aurélio Júnior, que não se envergonhava de sua ascendência, era atribuído a sua capacidade e caráter, mas também aos ensinamentos de seu pai. Apesar do receio, revelou-se “um completo contraste” em relação àqueles “dos nossos que, pelo acaso do nascimento ou pelos bafejos da fortuna, galgam uma posição igual a sua, divorciando-se do nosso convívio e olvidando mesmo a sua origem, negando-nos o seu prestígio em prol de seus coirmãos”. Aurélio era, pelo contrário, ciente de “sua importância pelas qualidades que ornamentam seu caráter e pela inteligência fulgurante que forma a auréola luminosa do seu futuro, não teme o menosprezo do enfatuados estultos, que há de curvar-se a sua superioridade moral, sem que ele desça a bajulá-los”.¹²⁰ Vemos pois, aqui, o registro da existência de outras famílias negras em lugares sociais de maior prestígio, porém não envolvidas com o debate racial.

A “abnegação inexcedível” e o trabalho de Aurélio Júnior, “tanto intelectual como materialmente, para consecução do nosso *desideratum*”, foram louvadas. Desejavam que servisse como estímulo “aos brios adormecidos daqueles que, podendo, negam-nos o seu auxílio; e a nossa

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ *O Exemplo*, 26 fev. 1893 apud “Nossa homenagem”, *O Exemplo*, 07 ago. 1910, p. 1.

raça não seria tão abocanhada”.¹²¹ Chegamos, assim, a um recorte dentro da audiência buscada – os homens *de cor* que haviam ascendido socialmente e, apesar de possuírem recursos financeiros, não auxiliavam o empreendimento –, bem como a um recorte de classe no interior da própria redação – apesar de serem letrados e trabalhadores, nem todos possuíam o capital simbólico e material reunido na figura de Aurélio Júnior. “O valor de Aurélio Júnior, nessa humana campanha reivindicadora, cujo programa traçara com pulso seguro e convicção inabalável”, foi destacada na homenagem póstuma. Ou seja, além descobrimos ter sido convidado a integrar o grupo, foi o redator do texto-fundante de *O Exemplo*.¹²²

Consciente de que constituía com os seus méritos e alumramento, um protesto veemente contra o deprimente conceito de sermos inferiores, em consequência do nosso nascimento, Aurélio Júnior, dava-nos audiência fosse diante de quem fosse, uma vez que se tratasse de assunto concernente ao levantamento do nível social dos brasileiros descendentes da raça escravizada; e o fazia garbosamente, certo de que o valor moral dos indivíduos só pode ser julgado pela nomeada da civilização do departamento do povo de que seja originário.

De acordo com o necrológio, sua “proverbial bondade”, somada ao apreço pela família e pelos amigos, levou-o a abrir mão do cargo de Juiz da Comarca de Piratini, conquistado via concurso, o que lhe permitiria “uma saliente posição social”. Isso indica ainda a formação e a consolidação de um grupo de intelectuais negros em Porto Alegre engajados em um projeto comum de redenção racial, mas também de autoproteção e fortalecimento. Apenas por essa nobre razão ficou estacionado no “primeiro degrau da magistratura”, particularmente na “vara de juiz distrital do crime, por espaço de 16 anos”¹²³, uma vez que eram diversas as demonstrações de suas qualidades: “Era um juiz estudioso e íntegro e suas sentenças eram ditadas exclusivamente pela sua consciência”, assinalou *A Federação* e, em sinal de pesar por sua morte, “os cartórios conservaram [...] cerradas as suas portas” durante seu velório.¹²⁴ Por essa ocasião, *O Paladino* dedicou-lhe a seguinte homenagem póstuma:

Não há muito dias, desapareceu do cenário da vida, em plena mocidade, o nosso inditoso amigo e ilustre colega dr. Aurélio V. de Bittencourt Júnior. Espírito culto, coração bem formado, todo consagrado à prática do Bem, de um caráter inteiriço, sem jaça, alma pura - eis de que se formava a personalidade de Aurélio Júnior, tão justa e merecidamente apreciado entre quantos dele se aproximavam um dia e com ele mantiveram relações. Modesto e retraído em extremo, escrevia na imprensa belíssimos artigos, e era um fervoroso cultor do Belo e do Sublime. Cultivava a Poesia e fazia bons versos. Seu gênero predileto era o humorismo. Era jornalista de pulso firme e forte. Como magistrado, soube fazer justiça e era íntegro e correto. Seu passamento foi sentidíssimo. Extraordinariamente concorrido foi seu enterro, a ele comparecendo o que Porto Alegre tem de mais elevado no funcionalismo, no Comércio, indústrias, etc. Acompanhando na dor intensa que crucia seu velho e virtuoso progenitor, nosso amigo Aurélio V. de Bittencourt, enviamos a estas sentidíssimas condolências e a sua exma. família.¹²⁵

¹²¹ Ibid.

¹²² “Nossa homenagem”, *O Exemplo*, 07 ago. 1910, p. 1.

¹²³ *O Exemplo*, 07 ago. 1910, p. 1.

¹²⁴ *A Federação*, 01 ago. 1910, p. 4.

¹²⁵ *O Paladino*, 15 ago. 1910, p. 1. “Foi hoje distribuído o n. 46 d’*O Paladino*, órgão dos funcionários públicos, que obedece à direção do nosso amigo Castellar Pinto. Presente número traz excelente matéria de interesse da classe e estampa em

O reconhecimento público das virtudes dos filhos certamente abrandou a tristeza de Aurélio ao vê-los partir ainda tão jovens. Diversas autoridades e amigos compareceram à missa celebrada em homenagem ao filho homônimo na Catedral e, no final daquele ano, uma comissão adquiriu um terreno no Cemitério de São Miguel e Almas para construir um mausoléu em sua homenagem e a ser entregue no aniversário natalício ao pai.¹²⁶ Ademais, eis alguns trechos da homenagem prestada pela folha republicana:

Não é possível num simples necrológio fazer o elogio desse moço, cheio de talentos e esperanças, que a morte impiedosa arrebatou do número dos vivos. O melhor elogio que se lhe pode fazer a constatar o fato de ter ele morrido sem deixar inimigos, apesar do espinhoso cargo que exercia. Era uma alma boa e uma alma grande e nos lábios sempre lhe balouçava um sorriso, estampa viva de seu generoso coração. [...] Era escritor de talento, e quer na crônica leve, no artigo fundado ou no soneto burilado, Aurélio Júnior brilhava sempre com intensidade. [...] Foi sempre um lutador e um forte e contra os embates da vida reagiu sempre com um estoicismo admirável. [...] A Federação lamenta a morte deste moço de 36 anos, tão cheio de esperanças e cuja vida prometia ainda ser útil à sociedade. [...] Ao seu venerando progenitor, o nosso amigo tenente-coronel Aurélio Bittencourt e sua família os nossos sentidos pêsames.¹²⁷

Nesse sentido, um aspecto interessante refere-se à transmissão do prenome aos filhos como um indício das expectativas de Aurélio Virríssimo de Bittencourt em relação à continuidade de um projeto familiar. Hipóteses para o fato de o filho mais moço ter sido escolhido para ser o “Júnior”, e não o primogênito, ficam mais explícitas ao atentarmos para a trajetória ascendente do patriarca: se o primogênito nasceu durante o recém-ingresso na carreira pública e na rede associativa, o segundo quando já se encontrava em franca progressão profissional e amplamente inserido na sociabilidade porto-alegrense. Ademais, o patriarca fora nomeado para a Guarda Nacional em 1880 e, com o República e sua vinculação ao PRR, Aurélio convergiu para o centro do poder estadual e escolheu Júlio de Castilhos, presidente de Estado, como padrinho de sua união em segundas núpcias com Isaura Dias.

Por fim, mas não menos importante, no alistamento eleitoral de 1900, Aurélio Júnior, foi descrito como magistrado e casado.¹²⁸ A união com Maria da Glória Quilião foi sancionada pela igreja em fevereiro de 1897, logo após ter regressado de São Paulo. Maria da Glória era filha do “major Jerônimo Quilião de Figueiredo, veterano da guerra contra o Paraguai, chefe político republicano de Pedras Brancas, então distrito da capital do Estado; e de dona Leocádia Bastos

sua página de honra um bom retrato do nosso inditoso amigo dr. Aurélio Virríssimo de Bittencourt Júnior” (*A Federação*, 15 ago. 1910, p. 4).

¹²⁶ *A Federação*, 06 ago. 1910, p. 4. A comissão responsável pela solenidade era composta pelo dr. Maurício Cardoso, dr. Pereira da Cunha, Olímpio Duarte (do *Correio do Povo* e orador do evento), os capitães Joaquim Guedes Pinto e Luiz de Azevedo Rabelo. O capitão Teófilo Antônio de Campos, esposo de Olímpia, era o representante da família e em virtude de alguns contratemplos o ato ocorreu somente em 16 de maio. (*A Federação*, 27 dez. 1910, p. 4; id., 15 mai. 1911, p. 2; id., 17 mai. 1911, p. 2; *O Paladino*, 15 ago. 1910, p. 2). Em primeiro de março, noticiou-se a exposição de um “retrato a crayon” no *Trocadero*, feito por Carlos Fontana, e as homenagens prestada por diversos amigos em virtude da sua data natalícia (*A Federação*, 01 mar. 1911, p. 4).

¹²⁷ *A Federação*, 01 ago. 1910, p. 4.

¹²⁸ *A Federação*, 06 jun. 1900, p. 3.

Quilião, filhos respectivamente de pais alemão (Quintiliano Raupp) e português (Bastos)".¹²⁹ O casamento, no entanto, durou pouco. Em conformidade com a lei do casamento civil citada no primeiro capítulo, no ano de 1906 o casal se divorciou. Dentre os bens, apenas "uma pequena casa n. 111 à rua Demétrio Ribeiro, no valor de 2:000\$000; e a quarta parte da casa n. 49 da rua Pantaleão Teles, no valor de 1:000\$000". Em virtude de o valor das dívidas do casal ultrapassar a soma da avaliação total dos bens, decidiu-se em comum acordo que o patrimônio seguiria sob a posse de Aurélio Júnior, desde que quitasse o referido débito. O filho, Dario, nascido em sete de fevereiro de 1901, ficou sob "administração paterna" e Aurélio Júnior se comprometeu a pagar uma pensão mensal de 100\$000 à Maria da Glória para que se mantivesse "honestamente".¹³⁰ Com a prematura morte de Aurélio Júnior e em virtude do pátrio poder, aos nove anos de idade Dario de Bittencourt (1901-1974) passou à tutela de Aurélio, seu avô e padrinho.¹³¹

Olímpia e Adelina: maternidade e magistério

O ano de 1868 foi um marco na trajetória de Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Além de ingressar no funcionalismo público e no Partenon Literário, casou-se com Joana Joaquina do Nascimento, na noite do dia 28 de dezembro, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Joana era filha natural de Joaquim Manoel do Nascimento e Maria Magdalena da Conceição e da união com Aurélio nasceram Sérgio Aurélio de Bittencourt, Adelina Lídia de Bittencourt, Olímpia Augusta de Bittencourt, Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior e Maria de Bittencourt. Joana faleceu em 15 de agosto de 1894, aos 57 anos de idade, de insuficiência aórtica, ocasião em que foi descrita como parda, mesma qualificação atribuída no registro de óbito de Aurélio em 1919. Essa informação levou Paulo Moreira a sublinhar a consciência racial do casal na formação familiar,¹³² o que se manteve no segundo casamento de Aurélio, no ano seguinte ao falecimento de Joana, com Isaura Dias de Bittencourt, uma mulher negra, quase trinta anos mais jovem.¹³³

De acordo com Jane Mattos, Isaura Dias participava do meio associativo negro da capital e é bastante provável que foi nele que Aurélio conheceu suas duas esposas.¹³⁴ Acerca disso, Mauro

¹²⁹ Maria José Lanziotti Barreras, op. cit., p. 42.

¹³⁰ APERS. Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul. Divórcio de Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior e Maria da Glória Quilião, n. 183, 1906.

¹³¹ APERS. Juízo de Órfãos. 3º Distrito. Tutela de Dario de Bittencourt. Tutor: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, n. 585, 1910.

¹³² Paulo Moreira, "O Aurélio era preto"... p. 120.

¹³³ A coleção de leques de Adelina foi doada ao Museu Júlio de Castilhos pelo irmão Idelfonso da Silva Dias e não apenas rendeu uma exposição sob a coordenação de Mattos, como também uma reflexão sobre o cotidiano de mulheres como ela. Idelfonso foi "engenheiro civil, presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários; chefe de departamento e diretor substituto da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e um dos fundadores da Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS" (Lilian Santos da Silva Fontanari, "Refrescando memórias: uma coleção de leques do Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre, RS", *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, v. 3, n. 1, p. 117-127, nov. 2015, p. 119).

¹³⁴ Jane Rocha de Mattos, "Mulheres e afrodescendentes: As trajetórias de Adelina e Isaura, no final do século XIX no Rio Grande do Sul", *XXVIII Simpósio Nacional de História*, UFSC, Florianópolis, 2015 [mimeo].

Tavares registrou que em meados do século XIX havia três irmandades em Porto Alegre: a Irmandade de São Miguel e Almas, destinada “aos brancos”, a de Nossa Senhora da Conceição “aos pardos” e a de Nossa Senhora do Rosário, “aos negros”.¹³⁵ Ainda que a participação de Aurélio na irmandade da Conceição pode ser lida como uma reiteração de sua identidade como pardo, não percamos de vista que foi prior-jubilado na do Rosário, o que nos obriga a relativizar as divisões raciais observadas por Tavares. Além disso, como já vimos no primeiro capítulo, várias outras irmandades surgiram depois destas e contavam com a presença negra.

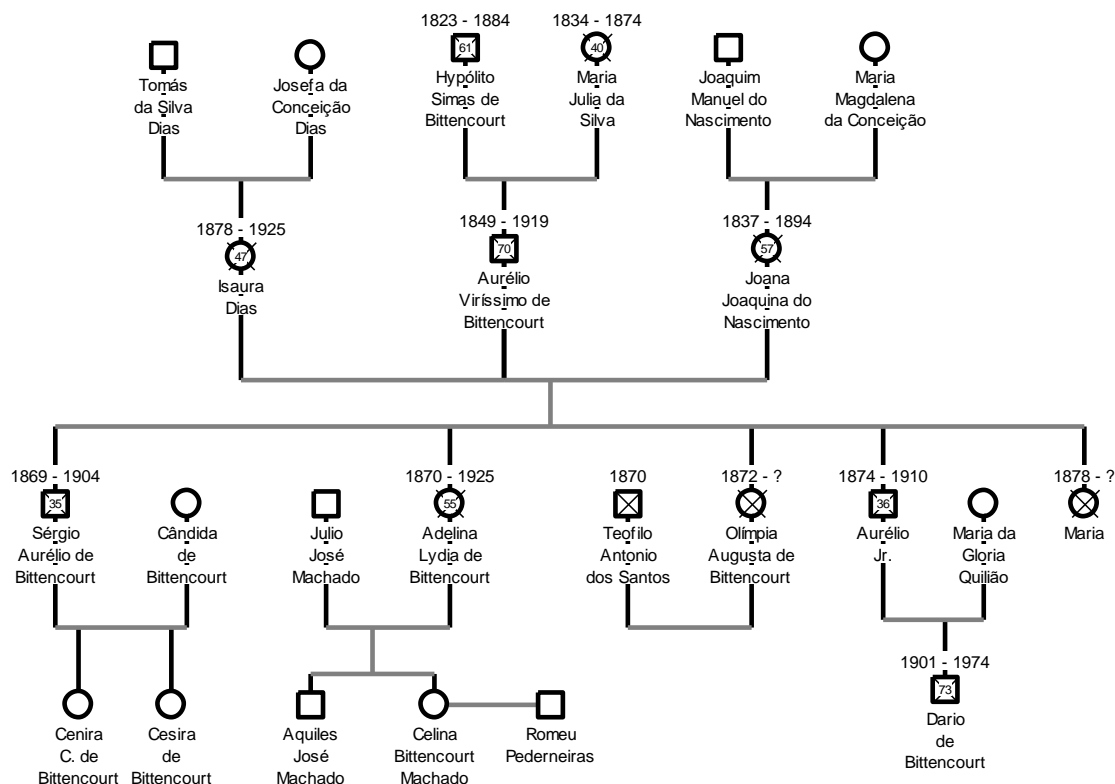


Gráfico genealógico 1 - Família Bittencourt
Fonte: *A Federação; O Exemplo*.

Dentre as coincidências notadas, o fato das mães de Joana e Isaura, esposas de Aurélio, possuírem em seu nome uma indicação devocional, Conceição, que remete não apenas a uma tradição no meio negro, mas também à santa de devoção de Aurélio, logo, a uma das irmandades frequentadas por ele. Não obstante, no testamento paterno, cuja morte se deu em 1884, Nossa Senhora da Conceição aparece como madrinha de Aurélio, e não mais Maria Doroteia do Nascimento, e em 1899 Aurélio solicitou dispensa ao chefe de Estado para assistir à festa em homenagem à santa, mais uma vez referida como sua madrinha de nascimento. Essa troca, segundo Moreira, possivelmente decorreu da influência da devoção religiosa na conquista de

¹³⁵ Mauro Dillmann Tavares, *Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeiras (1861-1888)*. 278 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007, p. 15. Mais tarde surgiram “as irmandades de Santa Cecília, do Senhor dos Passos, de Nossa Senhora dos Navegantes, de Belém e do Espírito Santo” (ibid., p. 115).

“parentescos simbólicos, afinidades, aliados” que acabava por aproximar pessoas de diferentes origens e condições. O português Vieira Valente, padrinho de Aurélio, por exemplo, era secretário da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição em Jaguarão e talvez Hipólito, pai de Aurélio, nutriu simpatia pela entidade religiosa, tendo em vista sua aproximação com os portos a pesca e a gente do mar, permitindo-lhe, enfim, se aproximar de um espaço frequentado por Maria Júlia, mãe de Aurélio, e com ela estabelecer laços.¹³⁶

O fato é que a tradição devocional foi transmitida por Aurélio e Joana aos filhos e filhas, possivelmente acostumados e acostumadas a frequentar desde a tenra idade esses espaços. Olímpia Augusta de Bittencourt, por exemplo, casou-se com Teófilo Antônio dos Santos com quem teve ao menos dez filhos (mapa genealógico 2).¹³⁷ Em 1904, Olímpia contribuiu para a festa do jubileu na Igreja de Nossa Senhora da Conceição¹³⁸ e seu marido com a Festa de Nossa Senhora do Rosário e das Dores, além de ter sido escrivão da Irmandade do Divino Espírito Santo.¹³⁹ Não descobrimos a cor, raça, ou origem do marido, mas estava inserido em espaços profissionais e associativos frequentados por nossos personagens, inclusive da família Bittencourt.¹⁴⁰ Além dos espaços devocionais, nos parece que Olímpia Augusta dedicava boas horas de sua rotina à maternidade e à gerência da economia doméstica, ao contrário de Adelina Lídia, sua irmã mais velha.

¹³⁶ “Conforme Moreira (“Uma parda infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX)”, *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009), Lucilene Reginaldo e Sheila Faria investigaram a devoção a Nossa Senhora da Conceição por negros, respectivamente, na Bahia e em Angola, e em São João Del Rei e Rio de Janeiro desde o século XVIII (Lucilene Reginaldo, *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. 251 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005; Sheila de Castro Faria, *Sinhás pretas, Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 278 f. Tese (Concurso para Professor Titular) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004).

¹³⁷ *A Federação*, 16 jan. 1903, p. 4; id., 03 nov. p. 2; id., 09 mar. 1906, p. 4; id., 14 abr. 1908, p. 2; id., 29 out. 1910, p. 2; id., 06 dez. 1910, p. 2; id., 18 fev. 1911, p. 1; id., 13 nov. 1911, p. 3; id., 08 mar. 1912, p. 1; id., 28 jun. 1912, p. 2.

¹³⁸ *A Federação*, 02 dez. 1904, p. 2.

¹³⁹ *A Federação*, 30 set. 1907, p. 2; id. 18 abr. 1905, p. 1; id. 19 mai. 1906, p. 3.

¹⁴⁰ Nascido em cinco de março de 1870, o marido de Olímpia foi nomeado praticante dos Correios em 1886 em Rio Grande e quatro anos depois concorreu ao lado de Justino Coelho da Silva Júnior à vaga de terceiro oficial na administração daquela repartição e nomeado primeiro oficial um ano depois (*A Federação*, 01 abr. 1886, p. 2; id., 12 mai. 1890, p. 1; id. 01 out. 1891). No alistamento eleitoral de 1895, com 25 anos de idade e filho de A. J. Campos, integrava o rol dos cidadãos empregados públicos e casados (id., 30 out. 1895, p. 3. Foi cadastrado na 3ª seção id., 30 set. 1907, p. 2). Em 1903, foi arrolado como escrivão (dos feitos da fazenda estadual e municipal), ofício no qual ingressou no ano anterior e exonerou-se somente 25 depois (id., 09 jun. 1903, p. 2; id. 19 dez. 1902, p. 4). Em 1903 era capitão e alguns anos depois, major (id., 17 jun. 1903, p. 2). Em meio a isso, integrou a direção do Centro Republicano (id., 06 out. 1904, p. 2). Em 1928, o filho homônimo seguiu trajetória ao ser nomeado escrivão vitalício do ofício de registro civil do 1º Distrito (id., 18 jan. 1928, p. 4). Em 1917, era presidente da Sociedade Espírita Allan Kardec (id., 18 dez. 1926, p. 2) e residente à rua general Lima e Silva, n. 18, 2º distrito (id., 01 nov. 1917, p. 2). Ou seja, foi muito mais fácil em nossa pesquisa seguir no enalço do marido do que de Olímpia, o que por si já é revelador dos limites de uma pesquisa nominal de pessoas sequer consideradas cidadãs.

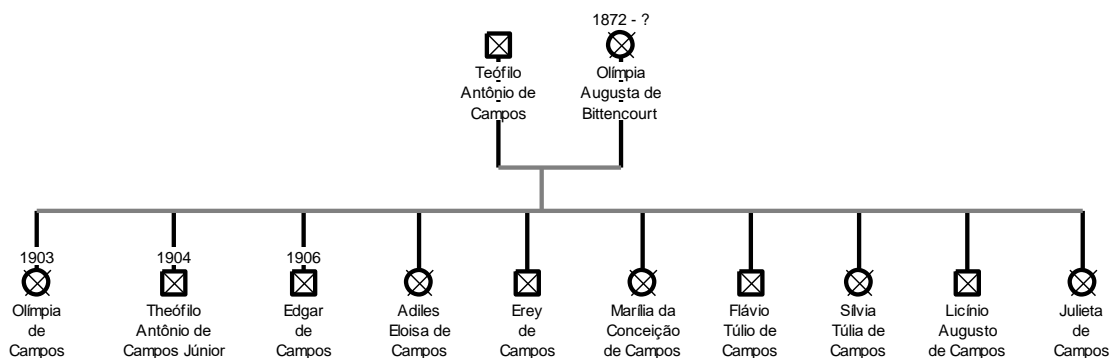


Gráfico genealógico 2 - Descendência de Olímpia de Bittencourt Campos

Fonte: *A Federação*.

Adelina Lúcia de Bittencourt casou-se com Júlio José Machado¹⁴¹, comerciante e depois funcionário municipal.¹⁴² Ao contrário da irmã, teve somente dois filhos, Aquiles José Machado e Celina de Bittencourt Machado¹⁴³, possivelmente porque, além da maternidade e do matrimônio, investiu na carreira pública. Na esteira do projeto de ascensão social registrado por sua família e de acordo com o que estava disponível às mulheres naqueles tempos, Adelina ingressou em 1886 na Escola Normal, formando-se em 1888. Foi plenamente aprovada no primeiro ano, obtendo distinção em Música e Canto¹⁴⁴ e a terceira melhor pontuação dentre as formadas de 1888.¹⁴⁵ Ingressou no magistério público estadual em 1894, mesmo ano em que sua mãe faleceu e que o irmão mais moço cursava o segundo ano do curso de Direito em São Paulo. Seis anos depois, aos 20 anos de idade, foi nomeada professora da 6ª aula do sexo feminino, “localizada entre as ruas Fernando Machado, Duque de Caxias, Espírito Santo e Bento Martins”, onde existiu por algum tempo aulas mistas e permaneceu pelo menos até 1915, ano em que também passou a integrar o grupo de examinadores das aulas públicas da capital.¹⁴⁶

A Escola Normal surgiu em 1869, após quase dez anos de tratativas, e destinava-se a formar quadros qualificados para melhorar a situação da instrução pública primária provincial, missão

¹⁴¹ APERS. Cartório de Registro Civil de Porto Alegre. Habilitação de Casamento. Noivo: Júlio José Machado. Noiva: Adelina Lúcia de Bittencourt. Data do processo: 01/01/1897.

¹⁴² Júlio José Machado foi assim alistado: “28 anos, filho de J. Machado, casado e comércio” (*A Federação*, 08 mar. 1900, p. 2). No mesmo ano foi elevado de Tenente à Capitão do 3º esquadrão do 4º regimento de cavalaria da Guarda Nacional, situado no Belém Novo (id. 24 set. 1900, p. 1). No ano seguinte, alistado como “empregado municipal” (id., 28 mai. 1901, p. 3). Em 1904, dentre os correligionários do PRR na homenagem prestada a Júlio de Castilhos (id., 30 jun. 1904, p. 1). Em 1910, foi matriculado no Clube de Oficiais da Guarda Nacional ao lado do também Capitão Marçílio Freitas (id., 17 fev. 1910, p. 2). Em 1921, integrou a Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários Públicos, momento em que ocupava o cargo de fiscal da Intendência Municipal (id. 13 out. 1921, p. 5).

¹⁴³ Celina Machado casou-se no civil e no religioso no dia cinco de janeiro de 1918 com Romeu Pederneiras, “do comércio desta praça”. Foram padrinhos da noiva, o major Teófilo Antônio de Campos [casado com sua tia Olímpia] e sua filha senhorita Marília da Conceição Campos [sua prima]; por parte do noivo o sr. Manoel José de Oliveira e exma. esposa (*A Federação*, 04 jan. 1918, p. 3). Celina nasceu no dia 15 de setembro (id., 15 set. 1834, p. 14).

¹⁴⁴ *A Federação*, 09 dez. 1886; id., 24 dez. 1886, p. 1. Dos demais exames, apenas entramos sua plena aprovação em português (id., 11 dez. 1886, p. 2).

¹⁴⁵ Regina Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul...*, p. 455.

¹⁴⁶ *A Federação*, 23 jan. 1900, p. 1; id. 22 nov. 1915, p. 1.

inicial do Liceu do Afonso, onde Aurélio estudou. Com duração de dois anos, o curso era franqueado a homens e mulheres.¹⁴⁷ A primeira turma iniciou com o dobro de homens (oito) em relação às mulheres (quatro), porém a primeira turma de formandos/as contava com 16 alunas-mestras e apenas quatro alunos-mestres. Dentre elas estavam cinco alunas do Colégio Santa Tereza e Luciana de Abreu, por sua vez admitida em 1873 como sócia do Partenon Literário e conhecida por seus pronunciamentos acerca da centralidade da instrução para emancipação da mulher e pela abertura dos cursos superiores para ambos os sexos,¹⁴⁸ o que seu deu em 1879 com as reformas de ensino conhecidas como Leôncio Carvalho.¹⁴⁹

Aurélio Viríssimo de Bittencourt, aliás, não ficou aquém dessa questão. Em julho de 1877, em meio aos debates sobre a criação de aulas mistas, manifestou uma visão bastante progressista para a época, talvez sob influência dos pronunciamentos da colega Luciana de Abreu. Em um discurso realizado durante um sarau do Partenon Literário, postulou: “proclame-se a grande verdade de que a alma não tem sexo e diga-se que para todas as profissões que demandam inteligência mais ou menos desenvolvida, a questão de sexo não é questão”. A esse despeito, ponderou que a extensão do ensino da ciência positiva à mulher não deveria excluir o aprendizado dos trabalhos manuais domésticos, cabendo-lhe ocupar um espaço em particular, qual seja, “a nobre missão do magistério, onde ninguém como ela pode fazer tanto e melhor em bem da felicidade pública”. Defendia, enfim, o estabelecimento de “escolas gratuitas por toda parte, ensino primário obrigatório, professorado apto e bem remunerado, a mulher à frente da escola”.¹⁵⁰ É dentro dessa perspectiva que podemos melhor compreender o investimento de Adelina, cuja carreira pública nos ajudou a coligir mais detalhes sobre sua vida.

Após a separação dos progenitores, Dario de Bittencourt revelou em sua autobiografia nunca mais ter tido contato com a mãe, de modo que sua tia paterna Adelina de Bittencourt e, principalmente, sua tia-avó materna Maria José Bastos Cruz, a “tia Zezé”, tornaram-se figuras femininas de referência. Tia Zezé residia com Aurélio Júnior e Maria da Glória desde a sua viuvez em 1902. Com o divórcio permaneceu na residência, possivelmente para ajudar a cuidar do pequeno Dario, saindo dela apenas em decorrência da morte de Aurélio Júnior. Mesmo “Tia Zezé” indo residir com uma irmã e Dario com o avô, os laços seguiram fortes, como se pode verificar no condeúdo necrológico publicado pelo sobrinho-neto em 1922. Dario, referindo-se a si na terceira

¹⁴⁷ Seu primeiro diretor foi o Padre Joaquim Cacique de Barros, o mesmo que fundou o Colégio Santa Tereza, o Colégio Dom Sebastião e o Asilo de Mendicância. O Padre Cacique, como ficou conhecido, lecionava “no 1º ano – Regras de caligrafia, Gramática nacional, Catecismo, História sagrada e da Igreja; e no 2º ano – Gramática analisada e Pedagogia”. Três professores do Liceu Dom Afonso, onde o curso normal funcionava anexo, dariam as demais disciplinas: “Desenho, Aritmética, Álgebra, Geometria e Escrituração Mercantil; Geografia geral e especialmente do Brasil e da Província, História Universal, especialmente do Brasil e da Província” (Regina Schneider, op. cit., p. 235).

¹⁴⁸ Regina Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul...*, p. 236; Cássia Silveira, *Sociedade Partenon Literário...* p. 147-178. Voltaremos a falar sobre Luciana de Abreu no último capítulo.

¹⁴⁹ Brasil, Decreto n. 7. 247, de 19 de Abril de 1879. Voltaremos a falar sobre ela no décimo quarto capítulo.

¹⁵⁰ Regina Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul...*, p. 333.

pessoa, assim registrou: “Levou para o Além, talvez, a mágoa de não ver Dario formado – o que só se verificou em dezembro de 1924”.¹⁵¹ Mais uma vez, a expectativa do diploma emerge.

Além disso, “Tia Zezé”, ao lado do avô paterno, introduziu-o no mundo das letras, enquanto Adelina, a que chamou de “Tia Chinoca”, foi sua professora de instrução primária em uma aula mista da capital entre 1909 e 1910.¹⁵² Esta aula “caracterizava-se pela rigidez e pela disciplina, pois a mestra era ‘da velha escola’”.¹⁵³ Nesse interregno, ainda com o pai vivo, foi adjetivado como “o futuroso menino Dario, filho do nosso amigo dr. Aurélio Júnior” pelos redatores de *O Exemplo*.¹⁵⁴ Diante da orfandade, viu o avô-padrinho-tutor apostar em estratégia semelhante àquela experimentada pelo pai. Embora um dos internos mais jovens, ao longo dos anos de permanência no Ginásio Nossa Senhora da Conceição obteve algumas premiações em reconhecimento ao seu ótimo desempenho.¹⁵⁵ No final de 1912 e com o fechamento do educandário, passou a frequentar o Ginásio Anchieta em Porto Alegre, onde também recebeu vários destaques e concluiu o colegial. Em 1918 e 1919 frequentou o curso preparatório do Irmão Weibert, fundador da Província Marista no Estado, existente aos fundos da antiga catedral metropolitana. Além disso, teve acesso a professores particulares, ou “explicadores”, de Matemática, Português, Inglês e História Universal.

Dario prestou exames preparatórios desde 1915 e, diante de sucessivas reformas no ensino, ingressou na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre somente em 1920, dois anos depois do que planejava, sem que seu avô pudesse compartilhar de tamanha alegria. Para tanto, frequentou o curso de vestibular do Padre Werner, do Ginásio Anchieta, e integrou a primeira turma a prestar tal exame, constituído pelas seguintes matérias: História Universal, Psicologia, Lógica e História da Filosofia. Bacharelou-se em 1924 e tornou-se professor da instituição alguns anos depois. Como gratidão ao empenho familiar, estampou em um laço vermelho que prendia o diploma a seguinte inscrição: “À memória de meus pais e de meu avô, Aurélio de Bittencourt”.¹⁵⁶

Aurélio faleceu no dia 23 de agosto de 1919 de arteriosclerose generalizada¹⁵⁷ e as primeiras linhas do necrológio publicado em *O Exemplo* expuseram sua importância para o meio negro da capital:

¹⁵¹ Dario de Bittencourt, op. cit., p. 37. O necrológio se encontra na seguinte edição: *O Exemplo*, 17 set. 1922.

¹⁵² Segundo José Antônio dos Santos, “O jornal *O Exemplo*, publicado no dia 17 de setembro de 1922, noticiou o óbito de Tia Zezé. Ela estava com 77 anos de idade e foi reverenciada por Dario como uma segunda mãe” (*Prisioneiros da história...* p. 216, nota 341).

¹⁵³ Dario de Bittencourt, op. cit., p. 14.

¹⁵⁴ *O Exemplo*, 07 fev. 1909, p. 1.

¹⁵⁵ Segunda colocação nos exames finais do segundo e terceiro ano; no segundo ano foi, em específico, o melhor aluno em Português, o segundo melhor em Religião “e próximo ao premiado em comportamento e aplicação”; e no terceiro ano ficou em 2º lugar em Religião Português, Geografia e História do Brasil e, finalmente, conquistou a “menção honrosa em comportamento e aplicação” (Dario de Bittencourt, op. cit., p. 18-19).

¹⁵⁶ Dario de Bittencourt, op. cit., p. 19-43. Ver: Luiz Alberto Grijó, *Ensino jurídico e política partidária no Brasil...* p. 258.

¹⁵⁷ Paulo Moreira, “Uma parda infância”...

Com efeito, pela sua extraordinária faculdade de trabalho, pelos serviços prestados à coletividade e, sobretudo, pelo formoso feitio de seu magnânimo coração, Aurélio de Bittencourt era um tipo admirável e popular. Poucas pessoas haverão em nosso meio social que não o tivessem conhecido e aquelas que uma vez ao menos dele se acercaram sentiram-se, certamente, presas pela bondade inata que transluzia de sua palavra meiga e atraente. [...] Funcionário público, ele o foi exemplar: era o primeiro a chegar e o último a sair. Concededor, como ninguém dos serviços afeitos à secretaria do governo, depois secretaria do interior, desdobrava sua atividade, multiplicava esforços para que o serviço público em nada fosse prejudicado; e nesse afã, em que não raro a falta ou esquecimento de um subalterno foi suprida pelo chefe, sem que este fosse feita a mais leve advertência, nunca se lhe notou mau-humor, a todos tratando com a maior urbanidade, predicado que aliás, lhe era nato, como já dissemos. [...] quando a fatalidade desceu sobre aquela fonte veneranda, privando-o da visão, nem por isso seu ânimo se abateu: não podia trabalhar, mas diariamente, já aposentado, conduzido pela mão, comparecia em palácio, para, com as luzes de sua experiência, guiar a quem o substituíra. [...] Mesmo cego, [...] ouvia atentamente a leitura dos jornais. [...]¹⁵⁸

Ademais, nos relatos de Dario temos uma evidência de que a ampla respeitabilidade conquistada pelo patriarca não se converteu em recursos materiais, tampouco que a dedicação de Aurélio Júnior à magistratura rendia-lhe grandes emolumentos, cujo salário mensal era de 600\$000. Não era uma quantia insignificante, porém as despesas fixas, dentre as quais a pensão de 100\$000 à Maria da Glória, não lhe permitiram constituir uma economia a ser legada ao filho. Diante disso, Dario contou com a solidariedade do Major Mata Coelho, que depositou em uma conta na Caixa Econômica a gratificação extra (400\$000) recebida durante o período em que substituiu Aurélio Júnior em virtude do adoecimento. Doze anos depois, ao alcançar a maioridade, Dario pode sacar o valor depositado, que chegava a mais de 2:000\$000, empregando-lhe na aquisição de roupas íntimas, sapatos, livros de estudos e de literatura. A morte do avô em meio aos exames preparatórios tornou ainda mais incerto seu ingresso no desejado curso superior, mas graças ao patrimônio imaterial legado pode contar com o patrocínio do presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, para pagar a matrícula e conquistar uma bolsa de estudos da instituição. Contou ainda com uma parte do espólio do avô (2:623\$948), do qual foi descontado o adiantamento de 706\$500 oferecido por Isaura Dias de Bittencourt para custear seus estudos.¹⁵⁹

Nesse ínterim, Dario tornou-se o principal responsável pela última fase de *O Exemplo*, sendo diretor ao longo de toda a década de 1920, e pela salvaguarda de preciosas coleções. Ademais, foi revisor, repórter e redator de *A Federação*, onde recebia 150\$000 mensais, e secretário de redação da *Revista do Sul* e da revista *A Verdade*. Depois de formado seguiu por mais dois anos na folha republicana e tornou-se secretário de redação da *Gazeta do Foro*, fundado pelo seu pai, e de diversos outros empreendimentos.¹⁶⁰ É notável a maneira como descreveu a situação financeira vivenciada durante os tempos de estudante: não recebia mesadas durante sua estada

¹⁵⁸ *O Exemplo*, 31 ago. 1919, p. 1.

¹⁵⁹ No auxílio oferecido por Isaura estavam: 4 meses no Ginásio N. S. do Rosário (80\$000); inscrição em 3 exames preparatórios (30\$000); 3 atestados de exames preparatórios (15\$000); taxa de 2 exames parciais (10\$000); para a "Festa dos Bichos" (30\$000), dentre outras despesas (Dario de Bittencourt, op. cit., p. 49-50; 61-62).

¹⁶⁰ Dario de Bittencourt, op. cit., p. 68.

no internato de São Leopoldo, tal como seus demais colegas, apenas \$500 dominicais, utilizados para ir ao Cinema Apolo, e 5\$000 de “Tomazinho”, um “bom cunhado do avô” e funcionário estadual. No ginásio, nos preparatórios e na faculdade vendia aos colegas “mais preguiçosos e displicentes” materiais de estudo por ele elaborados, bem como àqueles que residiam distante da capital e apenas realizavam os exames finais. Ademais, por não possuir vestes adequadas, muitas vezes deixava de frequentar aulas e os ambientes sociais do ginásio e, sobretudo, da faculdade.¹⁶¹

Para piorar a situação, seu avô fora vítima de empréstimos nunca devolvidos e uma realidade distinta era observada em meio aqueles que seguiam profissões liberais. Foi então que decidiu seguir o conselho ofertado por seu “velho e leal amigo” Clemente Gonçalves de Oliveira, do grupo mantenedor de *O Exemplo* e oficial de justiça, e romper com a estratégia de ascensão social vislumbrada pelos ascendentes via funcionalismo público. Desse modo, “uma vez diplomado em Direito, inclinou-se pela Advocacia militante, com grande escândalo para a parentela”, e ingressou no corpo docente da instituição onde se graduou.¹⁶² Ao contrário do vaticinado, decorridos 33 anos, encontrava-se em uma situação muito mais próspera do que aquela de seus finados pai e avô. Dario, inclusive, recusou o cargo que fora de seu pai a ele ofertado, pois via na carreira docente e liberal, com foco no Direito do Trabalho, um futuro melhor.¹⁶³



Figura 16 - Dario de Bittencourt
Fonte: *O Exemplo*, 06 jan. 1921, p. 1.



Figura 17 - Dario de Bittencourt
Fonte: *O Exemplo*, 04 jan. 1925, p. 1



Figura 18 - Dario de Bittencourt
Fonte: Dario de Bittencourt,
Curriculum vitae...

Por fim, assinalamos que a despeito de suas escolhas, Dario não deixou de assinalar em sua autobiografia o orgulho racial e a manutenção de um projeto: “de acordo com as tradições paterna e avoenga, sem recalques e sem complexo, nunca se envergonhou de sua epiderme, tendo, por uma decúria, sem remuneração, por puro idealismo, dirigido o semanário *O Exemplo*, fundado em 1892 que, sempre, entre nós, combateu o preconceito de cor”. Para tanto, apesar da vida modesta que levava, registrou também ter tirado do bolso os recursos para manter o jornal, no qual todos

¹⁶¹ Ibid., p. 62-63.

¹⁶² Em termos de repertório, o conterrâneo Alcides Cruz investiu em estratégia semelhante. Ver: Vanessa Gomes de Campos e Paulo Roberto Staudt Moreira, “...Eu me não molesto com os epítetos mestiço, mulato ou negro’: trajetória e escritas de si de um professor negro (o Dr. Alcides de Freitas Cruz)”, *Anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Memorial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

¹⁶³ Dario de Bittencourt, op. cit., p. 67-68.

sempre trabalharam de forma voluntária em prol de uma causa. Foi um “pardo que sempre prestigiou as organizações dos pardos”, como a Floresta Aurora e o Centro Cívico José do Patrocínio, cujo embrião surgiu na redação do periódico, e participou da Comissão de Combate ao Analfabetismo na década de 1930.¹⁶⁴

Para a realização de um projeto familiar e geracional calcado na conquista de respeitabilidade e mobilidade social houve, portanto, um grosso investimento na instrução, na inserção em espaços de trabalho e profissões de prestígio, em redes associativas e em redações jornalísticas. Apesar da ausência de informações sobre a formação dos filhos Sérgio, Olímpia e Maria, as experiências educacionais de Aurélio, Aurélio Júnior, Adelina e Dario nos ajudaram a deslindar possibilidades de acesso à instrução, especialmente aos níveis secundário e superior, por pessoas negras desde a segunda metade do século XIX, transpassando os marcos da Abolição e da República. Em suma, Aurélio frequentou uma aula particular, o Seminário São Feliciano e o Liceu Dom Afonso; Aurélio Júnior, o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, realizou exames preparatórios em Porto Alegre e em São Paulo e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo; Adelina foi aluna-mestra da Escola Normal; e Dario, além de aluno de primeiras letras da tia, frequentou igualmente o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, mas também o Ginásio Anchieta, realizou os exames preparatórios no Instituto do Irmão Weibert e bacharelou-se em Ciências Jurídicas, porém pela Faculdade Livre de Direito, que contou com o nome de seu pai dentre os fundadores. Ademais, Dario foi Professor Livre-Docente na instituição onde se formou, dentre outras atuações nesse ramo.¹⁶⁵ Desse modo, como assinalado por Gilberto Velho, um projeto coletivo, neste caso, familiar, foi experimentado de diferentes maneiras por seus membros, concorrendo para isso os campos de possibilidades, a natureza dinâmica das relações, os projetos individuais e os recortes de gênero e geração.¹⁶⁶

Se Aurélio Júnior e seu filho Dario puderam aspirar a academia de Direito, expandir o grau de formação do patriarca e usufruir da respeitabilidade dos doutores, Adelina inseriu-se na carreira cada vez mais associada e disponível às mulheres e assim conquistar respeitabilidade para além das virtuosidades subjacentes ao matrimônio e à maternidade. Ainda que o magistério fosse entendido por alguns como uma extensão do exercício do último no âmbito público, não há dúvidas de que Adelina subverteu a imagem da mãe-imaculada, transformada em professora, e exclusivamente responsável pela formação moral. Como resultado da competência e dedicação de Adelina, o Presidente do Estado decretou uma “gratificação especial da quarta parte dos respectivos vencimentos”. Seguiu professora de 3ª entrância, porém no grupo escolar 13 de Maio

¹⁶⁴ Dario de Bittecourt, *Curriculum vitae...*, p. 158-159; 44.

¹⁶⁵ Luiz Alberto Grijó, *Ensino jurídico e política partidária no Brasil...*, p. 258.

¹⁶⁶ Gilberto Velho, *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 33.

e a bonificação rendeu-lhe um acréscimo de 810\$000 anual.¹⁶⁷ Ademais, em homenagem a sua dedicação e ao encerramento de sua carreira, foi “escolhida, pela unanimidade de suas alunas, para paraninfar a turma” de formandas de 1925. Localizamos seu envolvimento durante as festividades na escola, que possuía em sua base o binômio instrução-trabalho¹⁶⁸ e um cenário no qual a escola cumpria nitidamente uma função cívica.¹⁶⁹

Durante a cerimônia de formatura realizada na manhã do dia 20 de dezembro de 1925 no Colégio Elementar Treze de Maio, Adelina proferiu um “eloquente discurso, repleto de conselhos e ensinamentos”. Porém, transcorridos alguns minutos da conclusão da leitura, sentiu-se “repentinamente mal, tombou ao solo, já morta, pouco depois das nove da manhã”. O necrológio publicado em *A Federação* no dia seguinte reverberou o impacto de tamanha perda, bem como a respeitabilidade social e a trajetória docente de Adelina:

Sucumbiu, na manhã de ontem, em consequência de um colapso cardíaco, a exma. Sra. d. Adelina Lídia de Bittencourt Machado, virtuosa esposa do nosso amigo e companheiro Júlio José Machado, funcionário municipal. A extinta que falece aos 55 anos de idade, era aluna-mestra pela antiga Escola Normal, exercendo sua proveitosa atividade no magistério há 33 anos, sendo que há sete no Colégio Elementar ‘13 de Maio’, no arrabalde do Menino Deus. Era ela professora de 3ª entrância. Era filha do nosso saudoso amigo coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, extinto secretário da Presidência do Estado e, a prantear-lhe a morte, deixa dois filhos: o sr. Aquiles José Machado e exma. Sra. d. Celina de Bittencourt Machado Pederneiras, esposa do sr. Romeu Pederneiras, funcionário de um dos cartórios de notas desta capital; “dona Chinoca” – como era mais conhecida na intimidade – era irmã da exma. sra. d. Olímpia de Bittencourt Campos, esposa do nosso amigo major Teófilo Antônio de Campos, escrivão dos feitos das Fazendas do Estado e do município e, ainda, tia do nosso companheiro de trabalho dr. Dario de Bittencourt, advogado desse foro. [...] Às 15 horas, após a comparência das autoridades ao local do trespasse, foi o corpo transferido para a residência da extinta à rua Lima e Silva, n. 207.¹⁷⁰

O autor dessa comovente homenagem foi seu sobrinho Dario de Bittencourt, a esta altura redator da folha republicana e diretor do hebdomadário fundado por seu pai e seu tio, onde reproduziu a mesma nota no mês seguinte.¹⁷¹ Não há dúvidas sobre os desafios que certamente enfrentou ao longo da vida, uma vez que o fato de pertencer a uma família negra respeitável não demovia a marca racial estampada em seu semblante. Torna-se bastante simbólico, pois, o fato de ter sucumbido após um discurso proferido na escola que carregava em seu nome a data da Abolição e, embora não tenhamos encontrado seu discurso, aqueles proferidos pelas colegas no

¹⁶⁷ Ato n. 65, de 10 de dezembro de 1919, in: *A Federação*, 10 dez. 1919, p. 1.

¹⁶⁸ Um ano antes da homenagem, ajudou a preparar a dança apresentada pelo corpo de ginástica durante a festa de formatura e de encerramento do ano escolar (*A Federação*, 01 jan. 1924, p. 22). Notamos ainda a realização de diversas festividades no Colégio 13 de Maio, dentre as quais uma festa cívica alusiva ao 20 de setembro em 1921, na qual Adelina organizou uma preleção com a leitura de poesias por alguns alunos e aluna, seguida da entoação dos “hinos 13 de Maio, nacional e Bento Gonçalves”. No mês seguinte, Adelina falou em nome das colegas durante a homenagem prestada à diretora, Luiza Wiedmann Borges Fortes. Em 1922, participou da organização da festa comemorativa ao quarto ano de existência da escola (id., 21 set. 1921, p. 5; id., 07 out. 1921, p. 4; id., 07 nov. 1922, p. 5).

¹⁶⁹ Sobre isso ver: Maria Lúcia Rodrigues Müller, *A cor da escola: imagens da Primeira República*. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2008.

¹⁷⁰ “Necrológico: Adelina Lídia de Bittencourt Machado”, *A Federação*, 21, dez. 1925, p. 2.

¹⁷¹ *O Exemplo*, 02 jan. 1926, p. 3. Ver também: Dario de Bittencourt, *Curriculum vitae...* p. 14; 51. Trabalhou n’*A Federação* entre 1922 e 1926.

ano anterior¹⁷² reforçam a crença de que a educação qualificaria o exercício da liberdade. Podemos imaginar o quão importante foi a figura de Adelina, uma mulher negra, para aqueles e aquelas acostumados e acostumadas a se verem representados somente de forma negativa e subalterna. Nesse sentido, vejamos a maneira como Dario registrou o impacto de sua partida:

De gênio afável e comunicativo, o “inesperado” trespasse dessa professora repercutiu consternadamente no lato círculo de suas relações, tanto mais quanto bem triste foi o seu falecimento. [...] acompanhando-a todas as professoras e alunas do colégio, sendo aí velada até a manhã de hoje quando em meio de enorme assistência, tiveram lugar as cerimônias fúnebres de encomendação e sepultamento, na carneira n. 279 do cemitério São Miguel e Almas. Avultadíssimo número de coroas e buquês cobriram o ataúde vendendo-se sobre o mesmo, o estandarte do Colégio “13 de Maio” envolto em crepe. Antes da inumação, falou, no cemitério, a diretora daquela casa de ensino, professora Luiza Wiedmann Borges Fortes e que proferiu sentida oração, apresentando despedidas à leal companheira que tombara no desempenho e no cumprimento de seu dever. O dr. Protásio Alves, vice-presidente do Estado e secretário do Interior, tanto que teve conhecimento da triste ocorrência, delegou poderes ao prof. Jules Lebrum, alto funcionário da Secretaria do Interior, para apresentar condolências à família enlutada, desobrigando-se do mandato, aquele cavalheiro esteve, à noite de ontem, no velório. A exma. família enlutada tem recebido inequívocas demonstrações de pesar.¹⁷³

Por infortúnio do destino, cinco dias depois do trespasse de Adelina, Isaura Dias de Bittencourt falecera “na madrugada do dia do natal” em decorrência de uma grave enfermidade. “Senhora possuidora de excelentes dotes de caráter e de coração”, assinalava o necrológico também redigido por Dario, “gozava em nossa sociedade de muito estima, tanto que, mal foi divulgada pela manhã do dia 25 a nova do seu trespasse, encheu-se de pronto a casa mortuária, assim se conservando até a hora do saimento do féretro, às 16h30”. Muitas pessoas, “de todas as classes sociais, assistiram a ambas as cerimônias mortuárias, vendo-se sobre o ataúde muitíssimas coroas, das quais pendiam fitas com sentidas inscrições”.¹⁷⁴ Chamou-nos atenção o fato de o necrológico em homenagem à tia ter sido intitulado “Prof.^a Adelina Lídia de Bittencourt Machado”, enquanto o de Isaura sequer estampava seu nome: “Viúva Coronel Aurélio de Bittencourt”. Além da possível relação emocional mais estreita com a tia Adelina, esta possuía uma distinção profissional possível às mulheres e um nítido reconhecimento público, enquanto Isaura possuía aparentemente apenas a posição social adquirida pelo matrimônio e, diga-se de passagem, não se tratava de um matrimônio qualquer.¹⁷⁵

¹⁷² A professora Amenaide de Lima Jobim, escolhida como paraninfa, falou em seu discurso “sobre a instrução e as vantagens do trabalho inteligentemente aplicado”. Antes disso, foi a vez da diretora da escola manifestar-se: “O diploma quer vimos de conferir aos alunos, constitui, como o consagra o mérito da inteligência. De ano a ano, aumenta consideravelmente o número de alunos diplomados por este Colégio, atestando honrosamente o preparo científico, a cooperação inteligente e o trabalho profícuo dos senhores professores, aos quais tenho o prazer de publicamente louvar. Senhores, constituímos aqui, uma família numerosíssima, cujo Código entrelaça em suas leis sagradas os lemas de nossas bandeiras: ordem, progresso, liberdade, igualdade, fraternidade. O professor do Colégio 13 de maio, côncio da elevada missão que exerce, soube transformar a escola antiga, monótona, austera na escola, que aqui vedes, cheia de luz, de ciência, de bondade, de alegria” (*A Federação*, 01 jan. 1924, p. 22).

¹⁷³ “Necrológico: Prof.^a Adelina Lídia de Bittencourt Machado”, *A Federação*, 21, dez. 1925, p. 2.

¹⁷⁴ Jane Rocha de Mattos, “Mulheres e afrodescendentes”...

¹⁷⁵ Voltaremos a falar sobre a inserção de mulheres negras no magistério público no capítulo quatorze.

2.2 FAMÍLIA CALISTO

O Salão Calisto, situado no número 247 da rua dos Andradas, tornou-se conhecido na historiografia por abrigar as reuniões que deram origem ao jornal *O Exemplo* e por ter sediado seu escritório ao longo da primeira fase, compreendida entre o final de 1892 e o começo de 1897. Chegamos, assim, a mais uma família por detrás e à frente do projeto do jornal, porém ainda pouco estudada, bem como ao seu estabelecimento comercial, igualmente pouco investigado para além de suas relações com o periódico. Tendo isso em vista, mais do que apresentá-la, por meio da família Calisto contestaremos ideias já há tempos refutadas pela historiografia acerca dos limites e possibilidades de *ser* negro no Brasil. Assim como a família Bittencourt, tratava-se uma família em movimento e que alcançou mobilidade social valendo-se de repertórios variados: se os Bittencourt investiram na carreira pública, os Calisto dedicaram-se, primeiramente, às artes de cura.

Calisto Felizardo de Araújo, “o decano dos barbeiros”

Trinta anos mais velho do que Aurélio Viríssimo de Bittencourt, seu confrade na Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário, Calisto Felizardo de Araújo percorreu um caminho muito mais longo até a capital mais ao sul do país. Chegou a Porto Alegre com cerca de dez anos de idade e seu obituário, de meados de 1909, o descreveu como um dos seus “mais antigos moradores” e o “decano dos barbeiros”.¹⁷⁶ Calisto nasceu na Bahia no dia quatorze de outubro de 1819 do ventre de Felizarda Maria do Bonfim, africana, e faleceu no dia quinze de junho de 1909, pouco antes de completar noventa anos de idade, na cidade onde construiu sua vida e adquiriu estima. Não sabemos quando Joana Felizarda da Conceição e Silva (????-1869) chegou à capital, mas é certo que se casou com Calisto às cinco horas da tarde do dia dois de julho de 1862 na Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre¹⁷⁷ e que dessa união nasceram dois filhos e duas filhas: Florêncio Calisto Felizardo da Silva, Esperidião Calisto Felizardo da Silva, Maria Torquata Felizarda da Silva e Margarida Felizarda da Silva.

Joana Felizarda da Conceição e Silva era filha legítima de Firmino da Silva Americano, natural do Rio de Janeiro, e de Clara Maria da Silva, de Montevideú. As fontes não nos deram certeza sobre seu local de nascimento: o registro de casamento informa que Joana era natural e batizada em Montevideú, mesma cidade onde sua mãe nasceu, mas o assento de batismo de uma de suas filhas diz que Joana nasceu na então província do Rio Grande do Sul.¹⁷⁸ De todo modo, sua

¹⁷⁶ *A Federação*, 18 jun. 1909, p. 4.

¹⁷⁷ AHCOMPA. Calisto Felizardo de Araújo e Joana Felizarda da Conceição e Silva. Data: 02/07/1862. Livro de Registro de Casamentos da Freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre, 1818-1866, p. 58.

¹⁷⁸ *Ibid.*; AHCOMPA. Maria Torquata. Filha legítima de Calisto Felizardo de Araújo e de Joana Felizarda da Conceição. Batismo: 24/06/1866. Nascimento: 26/02/1866. Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Madre de Deus, 1858-1867, p. 79v e 80.

família ilustra a circulação e o fluxo de gentes de diversas partes do país e do Prata para Porto Alegre e apesar de não sabemos quando Joana nasceu, tendo em vista a possibilidade de regular de idade com o marido, é provável que tenha vindo ao mundo em meio ao turbulento processo de disputas bélicas na fronteira e que culminaram na formação do Estado Oriental do Uruguai.¹⁷⁹ São diversos os trabalhos que apontam para os trânsitos de pessoas da praça do Rio de Janeiro para a região do Prata desde os tempos coloniais e, em menor quantidade, pesquisas acerca da presença negra em Montevideú.¹⁸⁰ A condição de nascimento de Joana e de seus filhos, *legítima*, era uma exceção, enquanto a de Calisto, *natural*, confirmava a regra da sociedade brasileira oitocentista, conforme já pontuamos no primeiro capítulo.

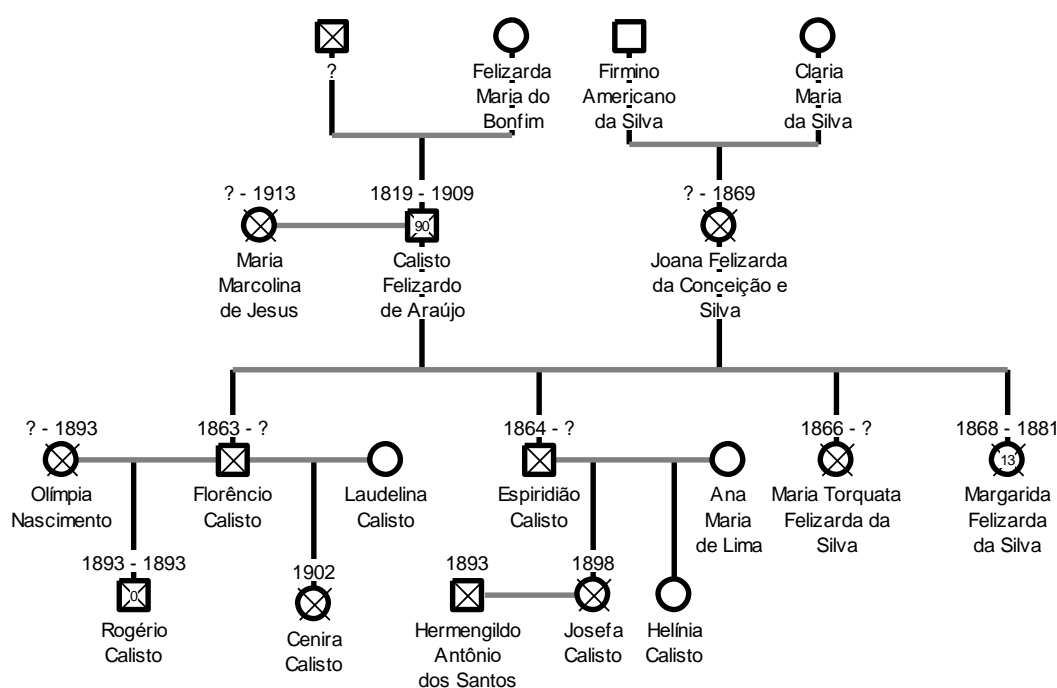


Gráfico genealógico 3 - Família Calisto
Fonte: *A Federação; O Exemplo*.

Em junho de 1862, Calisto Felizardo de Araújo procurou o Juízo Geral do Bispado de Porto Alegre para declarar não haver impedimento algum para sua união com Joana da Conceição e Silva. Declarou ser filho natural da africana Felizarda Maria do Bonfim, ter sido batizado na Freguesia do Pilar da Bahia, província onde nasceu, ser “solteiro, livre e desempedido”, e morar em Porto Alegre há 32 anos, onde chegou aos dez anos de idade (“mais ou menos”, segundo as testemunhas) como “escravo do Comendador José Antônio Araújo Ribeiro”. Como testemunhas,

¹⁷⁹ Rachel da Silveira Caé, *Escravidão e liberdade na construção do Estado Oriental do Uruguai (1830-1860)*. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

¹⁸⁰ Além do já clássico livro de George Reid Andrews (*Negros en la nación blanca: historia de los afro-uruguayos*. Montevideo: Librería Linardi y Riso, 2011), recomendamos um estudo recente sobre as lutas políticas negras no Uruguai, particularmente em Montevideú (década de 1870) e no norte do país, bem como os trânsitos e relações entretidas com clubes do sul do Brasil no pós-abolição de autoria de Fernanda Oliveira da Silva: *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Antônio Fernandes dos Reis, “homem branco, casado, com idade de sessenta e oito anos, natural de Portugal, que vive de seu negócio nesta capital, onde é morador”; e Sebastião das Virgens e África, “homem pardo, solteiro, com idade de sessenta e sete anos, natural de Pernambuco, que vive de ser tambor-mor da Guarda Nacional desta capital, onde é morador”. Sob juramento, disseram conhecer “perfeitamente” o justificante desde que chegou a esta cidade como “cativo do finado Comendador”. Calisto residia na Freguesia da Madre Deus, enquanto Joana na de Nossa Senhora do Rosário.¹⁸¹

Joana da Conceição e Silva era mais uma personagem relacionada ao periódico a reforçar a influência da devoção e da sociabilidade religiosa no meio negro que, por seu turno, sugere o possível espaço onde se estabeleceu a relação que redundou no laço matrimonial firmado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário com Calisto Felizardo de Araújo. Converge para isso, o fato do corpo de Margarida Felizarda, a filha mais moça vitimada por uma tuberculose pulmonar, ter sido encomendado na referida Igreja,¹⁸² onde a outra filha, Maria Torquata, fora batizada.¹⁸³ O batismo como forma de estreitar laços na cidade onde ambos iniciaram sua família foi reforçado ao notarmos que Bernardina Maria do Espírito Santo foi escolhida como madrinha de Maria Torquata e Scipião da Silva Freire como padrinho. Este também fora testemunha do casamento de Calisto e Joana e era confrade do primeiro na Arquiconfraria do Rosário desde quando ainda era uma Irmandade.¹⁸⁴ Esses indícios explicitam as redes entretidas pelo casal na busca por segurança aos filhos e filhas, no caso de virem a faltar-lhes, mas também as possibilidades de inserção aos homens *de cor* por meio do associativismo e do trabalho e possíveis laços entretidos por mulheres *de cor*. Scipião, mais tarde, tornou-se porteiro-contínuo da Secretaria da Instrução Pública provincial, o que amplia o rol de homens “de cor” inseridos no funcionalismo público e, neste caso, em um setor amplamente visado nas páginas de *O Exemplo*, qual seja, o da instrução pública.¹⁸⁵

Ainda não localizamos a manumissão de Calisto, mas foi designado como “preto forro” na habilitação de casamento e, como nome da liberdade, escolheu o prenome materno e o sobrenome

¹⁸¹ AHCMPA. Calisto Felizardo de Araújo (preto forro) e Joana da Conceição e Silva. Livro de habilitações de casamento de 1862, n. 41, registro 253. Agradeço ao Prof. Paulo Moreira por indicar esta fonte durante a banca de defesa. Nos dedicaremos a elaborar um artigo aprofundando a trajetória de Calisto.

¹⁸² Faleceu em 26 de julho de 1881 e apenas foi informado que seu corpo fora encomendado na Igreja Matriz da Madre Deus de Porto Alegre (APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Órfãos. Inventário *post-mortem*. Inventariada: Joana Felizarda da Silva. Inventariante: Calisto Felizardo de Araújo, n. 11, 1881).

¹⁸³ AHCMPA. Maria Torquata. Filha legítima de Calisto Felizardo de Araújo e de Joana Felizarda da Conceição. Batismo: 24/06/1866. Nascimento: 26/02/1866. Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Madre de Deus, 1858-1867, p. 79v e 80. Além disso, sabemos apenas que em 1910, por ocasião da abertura do inventário paterno, Maria Torquata era solteira.

¹⁸⁴ Conforme a ata de dois de fevereiro de 1871, transcrita em *O Exemplo*, 9 mar. 1919, p. 2, Calisto Felizardo de Araújo e Scipião da Silva Freire, assim como Aurélio Viríssimo de Bittencourt (escrivão) e Miguel Cardoso Alves, concordaram em se tornar confrades no contexto de transformação da Irmandade em “Venerável e Episcopal Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário”. De acordo com Liane Müller, Calisto foi tesoureiro em 1880, enquanto Aurélio escrivão em 1870, 1872 e 1875 (*As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013, p. 59).

¹⁸⁵ Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul... 1883, p. 26.

do antigo senhor, prática usual na sociedade escravista. Com o casamento, Joana adotou Felizarda como segundo nome e decidiram legá-lo aos filhos e filhas. Segundo Rodrigo de Azevedo Weimer, dentre outros aspectos, as práticas de nomação são “as formas pelas quais, através de nomes, prenomes e apelidos, os indivíduos relacionam-se com a história e com tradições herdadas”.¹⁸⁶ Nesse sentido, se no momento do nascimento da prole o nome era a única coisa a transmitir e se na ocasião do falecimento de Joana, no dia 29 de abril de 1869, pouco mais de seis anos depois do casamento e cerca de um ano após o nascimento da última filha, nada havia ser inventariado, com o passar do tempo, a situação se alterou. Mais de dez anos depois da viuvez, finalmente, Calisto abriu o inventário *post-mortem* de Joana. Segundo ele, quando a esposa faleceu, “pouco ou nada tinha a repartir”, mas “com trabalho” passou a adquirir “alguns bens a favor do monte” e, por isso, desejava “dar partilha a seus herdeiros”.¹⁸⁷ Por essa ocasião, foi descrito como “proprietário” e alguns dos itens arrolados nos permitem conhecer um pouco sobre o interior da residência e os suportes utilizados em seu cotidiano. Vejamos:

1 cama de casal; 1 cômoda grande usada; 1 mesa para jantar; 18 tábuas de cedro e 2 de louro; 4 dúzias de pratos; 1 aparelho de xícaras de chá; 6 pratos travessos; 2 gamelas para banho; 1 taboleta de ferro; 12 copos para água, 6 ditos pequenos; 1 par de garrafas de vidro; 2 pratos de vidro; 4 mangueiras; 17 quadros com registros.¹⁸⁸

A descrição nos mostra ainda a devoção religiosa para além de Nossa Senhora do Rosário e da Conceição (“1 imagem de São João e 12 ditos de Santo Antônio”) e os cuidados com a boa aparência dos homens, ou melhor, dos respeitáveis barbeiros da família Calisto (“cinco gravatas”, “duas ditas de laço” e “duas ditas de cor”). Sem imaginar que alcançaria tamanha longevidade, o previdente Calisto, aos 62 anos de idade, assegurou aos descendentes, cuja maioria dos filhos já batia à porta, recursos para construir suas vidas. O monte-mor somou 8:126\$000 e a Calisto coube uma meação pouco superior a 4:000\$000. A “morada de casa, situada a rua dos Andradas, número 597, contendo porta e duas janelas, com sala, alcova, varanda, passadiço, cozinha, área e quintal” foi dividida como legítima parte a cada filho (1:015\$000) e o restante, 937\$000, ficou para o inventariante, assim como os móveis e demais imóveis (“um terreno a rua Santana com 111 palmas de frente, 225 de fundos” e “outro terreno na mesma rua”). A legítima da filha mais moça, Margarida, foi redistribuída em virtude de seu falecimento no transcurso do inventário.

¹⁸⁶ Além disso, “práticas de nomação” são “as maneiras pelas quais os homens, em sociedade, atribuem, para si e para outrem, formas de denominação pessoal; as maneiras pelas quais manipulam, ocultam ou evidenciam em diversos contextos sociais tais denominações; [...] as formas pelas quais os nomes são operados no sentido de reiterar hierarquias sociais, afirmar estatutos, ou mesmo contestá-los” (Rodrigo de Azevedo Weimer, *A gente da Felisberta. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação* (c. 1847-tempo presente). 475 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 323).

¹⁸⁷ APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Órfãos. Inventário *post-mortem*. Inventariada: Joana Felizarda da Silva. Inventariante: Calisto Felizardo de Araújo, n. 11, 1881.

¹⁸⁸ APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Órfãos. Inventário *post-mortem*. Inventariada: Joana Felizarda da Silva. Inventariante: Calisto Felizardo de Araújo, n. 11, 1881.

Ademais, muito já se falou sobre o Salão Calisto como sede das reuniões e do escritório do jornal, mas muito pouco foi dito sobre o fim primeiro do estabelecimento. Por meio do inventário, podemos conhecer um pouco sobre o interior da barbearia e seus serviços. Dentre os móveis e objetos que possivelmente a compunham, estavam:

2 espelhos ovais dourados, grandes, 2 espelhos ovais dourados, menores; 2 quadros grandes com estampas, 2 ditos menores, 1 dito pequeno; 1 lavatório com 2 torneiras; 1 aparador; 1 sofá-assento; 2 cadeiras de braço, 5 ditas de assento de palhinha, 2 ditas para criança; 2 cabides com grade; 1 par de escarradeiras; 2 pares de cortinas e retencílios [sic]; 1 armário grande.

Dentre os instrumentos que garantiam a boa aparência a homens de diversas classes e cores, estavam “7 tesouras de trabalho, 5 tesouras novas; 31 navalhas em serviço da casa, 24 navalhas; 7 pedras de afiar em serviço; 12 pinças para barba; 2 escovas novas para fato; 7 pentes finos, 5 ditos de cabeleireiro”. Os cuidados com a higiene e o aroma dos clientes não ficaram de fora do arrolamento:

[...] dúzias de toalhas diversas; 2 vidros de boca larga para perfumaria; 1 perfumador; 1 garrafinha com extrato de violeta; 5 vidros de água Flor de Laranja; 4 vidros de óleo; 1 dito de óleo tilocônio [sic]; 3 quartinhas; 6 dúzias de sabonetes; 11 pacotes de pó de arroz; 8 caixas com plumas para pós de arroz.

De uso dentário foram listados no inventário “3 escovas para dente; 1 caixa com 6 ferrinhos para dentes; 42 ferrinhos diversos que empregam em serviços dentários; 24 ferrinhos para serviços dentários; 4 lancetas com caixa”. Para a aplicação de ventosas e sanguessugas, “40 ventosas, 4 ditas sétima de bomba e [?]; 4 madrinhas [sic] de ventosas; 2.500 bichas; 10 bicheiras; 13 latas para bichas”. Segundo recordou-se Marcílio Freitas em 1928, além de escanhoarem “os queixos de muita gente boa”, pai e filhos extraíam dentes e aplicavam ventosas e as “reputadas sanguessugas hamburguesas, tão recomendadas para sugarem o sangue viciado de muitos enfermos”.¹⁸⁹ As sanguessugas hamburguesas eram consideradas as melhores espécies de “bichas”, como também eram conhecidas coloquialmente, o que reforça a diligência do patriarca na construção de um patrimônio, o investimento na montagem e melhoramento de seu estabelecimento e a decorrente qualidade dos materiais e serviços oferecidos pela casa. Também de acordo com Beatriz Weber, a sangria, “era uma prática comum, mesmo aos médicos formados, baseada na visão de que havia um desequilíbrio no corpo dos doentes que devia ser restabelecido por meio do alívio das tensões, o que a sangria provocava”.¹⁹⁰

¹⁸⁹ Marcílio Freitas, “O aparecimento d’O Exemplo”, *O Exemplo*, 02 jan. 1928, p. 1.

¹⁹⁰ Beatriz Teixeira Weber, *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999, p. 182. Considerando que Calisto nasceu na Bahia, possivelmente teve um primeiro contato com o ofício nas ruas e cantos frequentados por pessoas como Domingos Sodré, um curador negro que alcançou mobilidade e prestígio social na sociedade soteropolitana, em que pese as políticas de dominação vigentes. A partir de diversos autores, Lisa Earl Castillo assevera que “a maioria dos barbeiros era negra ou africana [...]. Barbeiros também realizavam diversas práticas de cura, como sangrar, aplicar ventosas e sanguessugas. Os mais habilidosos extraíam dentes e tratavam fraturas de osso. Por esse motivo, eram requisitados para trabalhar em navios que faziam viagens de grande porte, inclusive navios negreiros, o que criava oportunidades para voltar ao continente de origem” (Lisa Earl Castillo, “O terreiro do Gantois: redes sociais e etnografia histórica no século XIX”, *Revista de História*, São Paulo, n. 176, p. 1-57, 2017, p. 19). Ver ainda: João José Reis, *Domingos Sodré, um*

Em Porto Alegre, Beatriz Weber notou a existência de duas barbearias entre as décadas de 1870 e 1880 a executarem os mencionados serviços: a Barbearia do Eiras, cujo proprietário era português, e o Salão Calisto. A autora não ofereceu maiores informações sobre o segundo estabelecimento e, a partir de suas considerações acerca do baixo número de estudos sobre práticas de cura desenvolvidas por pessoas negras em Porto Alegre, a existência da família Calisto e seu salão, situado na principal rua da cidade, torna-se ainda mais significativa. A autora identificou ainda práticas de cura vinculadas à religiosidade afrobrasileira no espaço urbano porto-alegrense. Tendo em vista que Calisto era vinculado à Irmandade do Rosário, temos aí outra particularidade, embora não possamos descartar a possibilidade de conciliar as duas formas de devoção.¹⁹¹

Lisa Castillo também observou a presença de “barbeiros com patentes militares, alguns envolvidos no tráfico de escravos” frequentadores de irmandades no começo do século XIX. José Antônio d’Etra (ex-escravizado) era membro de diversas confrarias negras, dentre as quais “a de São Benedito e do Rosário dos Pretos”. Já seu filho “tinha cargos nas diretorias das irmandades do Rosário das Portas do Carmo e da Conceição da Praia e foi uma figura de destaque na Sociedade Protetora dos Desvalidos”. Ou seja, se o pertencimento a uma ampla rede de confrarias “simbolizava status social, ser eleito à diretoria trazia ainda mais prestígio”, permitindo a essa família da “comunidade negro-africana” da Bahia o acúmulo de um “importante capital simbólico”.¹⁹² Por fim, vale sublinhar o empenho das irmandades baianas na compra de alforrias e acabamos por descartar a possibilidade do envolvimento de Calisto Felizardo do Araújo em meio a essa sociabilidade e uma possível aquisição de liberdade por essa via após nos depararmos com o teor da justificativa oferecida em sua habilitação de casamento com Joana.

Diante da ausência de outras evidências sobre sua vida na Bahia, é muito provável que foi por lá que Calisto teve um primeiro contato com o ofício transmitido aos filhos, Florêncio e Esperidião, Mas foi em Porto Alegre que efetivamente o aprendeu e, mais do que isso, formou um patrimônio, no avançar do século XIX, em um contexto no qual as práticas populares de cura passaram a contar com a concorrência e a ameaça advindas da expansão dos cursos médicos e das ciências médicas. Com base no inventário aberto em 1910 em decorrência da morte de Calisto, a ser apresentado adiante, acreditamos que o prédio da rua das Andradas e os terrenos da Santana foram vendidos e o dinheiro reinvestido no novo endereço, já que em 1892 a barbearia situava-se no número 247 da rua dos Andradas. Ademais, provavelmente as legítimas partes dos filhos

sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Na historiografia nos deparamos com as trajetórias de outros curadores negros no oitocentos, tais como Mestre Tito (Regina Célia Lima Xavier, *Religiosidade e escravidão, século XIX: Mestre Tito.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008) e Juca Rosa (Gabriela dos Reis Sampaio, *Juca Rosa: Um Pai-de-Santo na Corte Imperial.* Rio de Janeiro: ArquivoNacional, 2009).

¹⁹¹ Beatriz Teixeira Weber, *As artes de curar...*

¹⁹² Beatriz Teixeira Weber, *As artes de curar*, p. 23-24.

converteram-lhes em sócios do estabelecimento familiar, conforme sugerido pelos anúncios publicados em *A Federação* entre 1886 e 1894, nos quais podemos ver ainda os serviços oferecidos pela casa e a ênfase a maior especialidade da casa:

- Calisto Felizardo de Araújo & Filhos receberam superiores sanguessugas hamburguesas.
- Os Srs. Calisto Felizardo de Araújo & Filhos, estabelecidos à rua dos Andradas n. 247, receberam da Europa muitas sanguessugas, que vendem e aplicam.
- Recebeu grande quantidade, vindas diretamente de Hamburgo (Europa), a casa de Calisto Felizardo de Araújo & Filhos, à rua dos Andradas n. 247. Vendem em qualquer número e também aplicam.¹⁹³

A atuação dos irmãos Calisto foi assinalada em um escrito encomendado pela colaboradora Celina Buz ao o redator-anônimo Sanspeur. Em virtude do recrutamento para a guerra civil deflagrada no Estado em 1893, a crônica ilustrou alguns dos prejuízos advindos dessa prática, particularmente se “amigo Angelino”, barbeiro do “moderno Fígaro”, que manejava com “ternura [...] a navalha para fazer a barba do freguês”, fosse recrutado:

Aquilo, sim, é que é ser barbeiro! Um infeliz com a cara salpicada de espinhas, as trombas inchadas à força de uma furiosa dor de dentes, encontra no Fígaro remédio eficaz e infalível [...]. Um dos seus frequentadores [...] disse-me com ares de triunfo: - Vê, se o Esperidião ou o Florêncio são capazes de barbear assim! O homem faz milagres, filho! Eu tinha a lata empipocada, porca, imunda como as mãos do meu criado André, fui ao *Fígaro* e... repara esta metamorfose! E ele tinha razão de sobra – pus escorria-lhe pelas faces como suor copioso ou... como atestado irrefutável da perícia com que o apurado fundador do *Não tem dúvida* vai desempenhando o seu moderno papel.¹⁹⁴

Depois de um despacho da intendência de 1894, os anúncios do estabelecimento passaram a referir à prole no singular: “Na barbearia de Calisto Felizardo de Araújo & Filho, à rua dos Andradas n. 247, encontram-se as legítimas sanguessugas hamburguesas.¹⁹⁵ A saída de Esperidião do empreendimento foi sugerida na derradeira edição de janeiro de 1897 de *O Exemplo*, quando se anunciou a compra do estabelecimento pelo primogênito, bem como a manutenção dos serviços oferecidos pela casa, o problema da inadimplência e o ingresso de um novo sócio:

O nosso amigo Florêncio Calisto, tendo feito aquisição do salão de barbeiro de seu respeitável pai, o nosso prezado amigo Calisto F. de Araújo, admitiu como sócio nos serviços do estabelecimento o hábil e conhecido profissional Estácio dos Santos. Continuam a fazer parte dos trabalhos da casa – aplicação de sanguessugas e ventosas, extrações de dente e etc. Desejando-lhe extraordinária freguesia pagante, auguramos-lhe, bem como ao seu associado, muita prosperidade.¹⁹⁶

O informe, aliás, nos diz muito mais do que a transferência de propriedade, a possível saída de Esperidião e as dificuldades encontradas na administração da empresa; assinala a respeitabilidade do patriarca da família Calisto, que a esta altura contava com 78 anos de idade. Portanto, mais do que um patrimônio material, construiu-se um patrimônio imaterial, baseado nas relações entretidas com pessoas de diferentes cores e condições e no reconhecimento público

¹⁹³ Respectivamente: “Sanguessugas”, *A Federação*, 13 jul. 1886, p. 3; id. 14 jul. 1886, p. 3; id. 19 jul. 1886, p. 4; id. 09 set. 1889, p. 2; id. 09 set. 1889, p. 3; id. 31 mai. 1894.

¹⁹⁴ Sanspeur, “Farpas”, *O Exemplo*, 02 abr. 1893, p. 1.

¹⁹⁵ *A Federação*, 31 mai. 1894, p. 2; id. 16 jun. 1894, p. 3; id., 21 jun. 1894, p. 4; id. 23 jun. 1894, p. 4.

¹⁹⁶ *O Exemplo*, 21 jan. 1897, p. 3.

de suas qualidades profissionais e morais, por sua vez transmitidas aos filhos. Naqueles tempos, como vimos, uma barbearia oferecia serviços que iam muito além dos cuidados com a aparência, era um espaço de tratamento e cura de enfermidades. Segundo Nikelen Witter, ao lado dos médicos e boticários, os cirurgiões-barbeiros compunham o importante grupo responsável pela cura, poder que lhes conferia uma importante moeda de troca social.¹⁹⁷

A respeitabilidade conquistada por meio do trabalho e da conduta social pode ser depreendida em algumas passagens na imprensa. Por ocasião de seu 74º aniversário, o “respeitável ancião” foi saudado pela redação de *O Exemplo* como “nosso bom e velho amigo, estremecido pai dos nossos estimados companheiros”.¹⁹⁸ Em 1904, algumas notas desejavam pronto restabelecimento ao “nosso venerando” e “velho amigo” que se achava enfermo.¹⁹⁹ Por fim, a folha republicana em seu necrológio reforçou ainda as outras funções assumidas pelo estabelecimento:

Faleceu hoje nesta cidade o venerando Calisto Felizardo de Araújo, um dos mais antigos moradores desta capital e proprietário do antigo salão *Calisto*. Era o decano dos barbeiros e em outros anos aquele salão era centro de reuniões. Faleceu aos 90 anos de idade. Era pai do nosso correligionário Florêncio Calisto e do Sr. Esperidião Calisto. Pêsames.²⁰⁰

A essa altura apenas Florêncio Calisto era vinculado ao PRR e mais tarde, conforme já referimos no primeiro capítulo, ingressou no Guarda Nacional, onde ascendeu de tenente-secretário a major. Embora não tenhamos encontrado outras notícias sobre a barbearia, em princípios do século XX Florêncio atuava como dentista²⁰¹, um dos serviços outrora oferecidos pela casa, e foi descrito nas listas eleitorais como operário, assim como o pai e o irmão.²⁰² Um dos fatores que pode ter levado Florêncio a mudar de ramos refere-se não apenas ao envelhecimento do pai, que possivelmente largou o ofício ao vendê-lo ao filho, ou à ausência da habilitação exigida para seguir atuando como dentista, mas também à concorrência oferecida por outros estabelecimentos mais modernos e pelos discursos de modernização que se intensificaram na virada do século XIX para o XX. A imposição da ciência, particularmente da medicina, contudo, não foi o bastante para demover da população em geral a crença nas práticas populares de cura.²⁰³

¹⁹⁷ Os *sofredores* acionavam um curador de acordo com “a forma como a doença se apresentava”; “o conceito que o curador possuía na comunidade”; e “a proximidade de concepções de cura, corpo e doença entre os curadores e os *sofredores*”. Ao longo do período estudado pela historiadora, o tratamento era feito geralmente em casa (Nikelen Witter, *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil* (Rio Grande do Sul, século XIX). (Tese de Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 194-195).

¹⁹⁸ “Calisto Felizardo de Araújo”, *O Exemplo*, 15 out. 1893, p. 2.

¹⁹⁹ *O Exemplo*, 11 set. 1904, p. 3; id. 18 set. 1904, p.3.

²⁰⁰ *A Federação*, 18 jun. 1909, p. 4.

²⁰¹ *A Federação*, 21 nov. 1904, p. 3.

²⁰² *A Federação*, 16 jul. 1895, p. 4.

²⁰³ Beatriz Weber, *As artes de curar... Sobre a profusão da ideologia da higiene em um cenário de avanços sobre ideias de civilização e progresso e seu impacto sobre as classes populares*, ver: Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Se no referido alistamento eleitoral Calisto foi descrito como viúvo²⁰⁴, não terminara a vida sozinho, legando à companheira Maria Marcolina de Jesus, em verba testamentária registrada em 1907, “uma meia água de madeira de porta e janela na frente em muito mau estado, edificada para dentro do alinhamento da rua 28 de setembro”, número 61. Três anos depois, em virtude do falecimento da legatária, os três filhos de Calisto tornaram-se herdeiros universais. Já estavam de posse compartilhada de “uma meia água de porta e janela na frente, em muito mau estado, construída de madeira, situada à rua 28 de setembro”, n. 55; e de um terreno sito à Rua Santana, n. 7 e 8. O último havia sido hipotecado em maio de 1909 em favor de Luiz Guaragna²⁰⁵, gerando uma dívida de 600\$000 a ser quitada pelos herdeiros.²⁰⁶ À Maria Marcolina coube o valor de 600\$000 equivalente à casa legada em verba testamentária e a cada filho, 800\$000, somando um monte-mor pouco superior a 3:000\$000, ou seja, pouco menos do que a meação que competiu a Calisto em 1881, o que sugere uma depreciação patrimonial da família e o deslocamento para regiões mais periféricas consoante ao observado por trabalhos acerca dos territórios negros em Porto Alegre.²⁰⁷

A Rua 28 de Setembro, no bairro Menino Deus, era a antiga Rua dos Pretos Forros²⁰⁸ e não por acaso foi renomeada com uma data amplamente celebrada no meio negro, inclusive em *O Exemplo*, como um importante marco nas lutas por liberdade. Temos notícia de que em 1917 Esperidião morava nela, enquanto seu irmão Florêncio, que já ostentava a patente de major, residida na rua dos Andradas.²⁰⁹ Dentre as provas dos diferentes estilos e condições de vida dos irmãos, naquele mesmo ano as portas da residência do primogênito foram abertas para comemorar os quinze anos de sua filha Cenira, fruto de seu casamento em segundas núpcias com Laudelina Calisto.²¹⁰ O gosto de Florêncio em oferecer festas, aliás, já fora registrado nos idos de

²⁰⁴ Na abertura do inventário *post-mortem* de sua esposa apenas informou que já havia falecido há um bom tempo (APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Órfãos. Inventário *post-mortem*. Inventariada: Joana Felizarda da Silva. Inventariante: Calisto Felizardo de Araújo, n. 11, 1881).

²⁰⁵ “Luiz Guaragna, 35 anos, filho de J. Guaragna, solteiro, comércio” (Alistamento eleitoral [Editais]. *A Federação*, 11 mar. 1904, p. 4). Luiz Guaragna, aliás, dá nome ao logradouro onde situa-se o Quilombo do Areal da Baronesa. Ver: Jane Rocha de Mattos, *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal*. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

²⁰⁶ APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo Distrital. Testamentos. Testador: Calisto Felizardo de Araújo. Testamenteiro João Baptista da Silva, n. 27, 1907; APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo Distrital. Inventários *post-mortem*. Inventariado: Calisto Felizardo de Araújo. Inventariante, João Baptista da Silva, n. 16, 1910.

²⁰⁷ Marcus Vinícius Rosa, *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

²⁰⁸ De acordo com Sérgio da Costa Franco, a rua, outrora conhecida como Rua dos Pretos Forros, deixou de existir em virtude da “implantação do Canal do Riacho e da Avenida Getúlio Vargas e a Praia de Belas”. Desde, pelo menos, 1888 já se chamava 28 de setembro e em 1892 contava com “46 casas térreas, dois sobrados e cinco assobradados”. “As diligências para a desapropriação dos prédios dessa rua começaram ainda no governo do Intendente Otávio Rocha, quando se iniciaram os planos de canalização do arroio Dilúvio. Tratava-se do caminho mais curto para um trabalho de retificação e canalização daquele arroio, a partir do Bairro Azenha” (*Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988, p. 427). Ver também Marcus Rosa, op. cit., p. 89.

²⁰⁹ Número 413 atual n. 1.305 (*A Federação*, 01 jun. 1917, p. 2; id., 30 ago. 1927, p. 8).

²¹⁰ *A Federação*, 12 jul. 1917, p. 3. Outros registros da passagem do aniversário de Cenira foram encontrados (Vida social – Aniversários. *A Federação*, 11 jul. 1916, p. 3; 11 jul. 1918, p. 1; *A Federação*, 11 jul. 1919, p. 5; *A Federação*, 11 jul. 1921,

1893 nas páginas de *O Exemplo*.²¹¹ Conforme apresentamos no primeiro capítulo, Florêncio casou-se com Olímpia Nascimento em 1893 e não tardou a ficar viúvo.²¹²

Sobre a vida familiar de Esperidião Calisto, ainda que tenha se casado com Anna Maria de Lima apenas em 1921 e constar como casado em alistamentos eleitorais somente em 1917, temos diversas evidências de que se tratava de uma relação antiga.²¹³ Em 1902 noticiou-se que suas filhas Josefa, nascida em 1898, e Helínia, estavam enfermas,²¹⁴ e que a primeira aos cinco anos de idade foi vítima da agressão enquanto brincava com outras amiguinhas em frente a sua casa, na rua da Concórdia, atual José do Patrocínio.²¹⁵ Uma importante pista do envolvimento de Anna Maria de Lima com o projeto do jornal reside no fato de seu nome estar no rol de pessoas que possuíam listas com subscrições em apoio a um projeto de asilo, que conheceremos no último capítulo, para acolher crianças negras órfãs e abandonadas, noticiado em *O Exemplo* a partir de 1908.

Outras diferenças referem-se ao âmbito profissional: se Florêncio possivelmente abandonou o ofício de barbeiro-dentista para investir no funcionalismo público, ingressando na carreira em 1913 como amanuense concursado na secretaria do Conselho Municipal e alcançado as patentes de major e coronel; em 1910 Esperidião trabalhava em uma barbearia na Rua da Aurora, nos arredores da região que ficou conhecida como Colônia Africana, e residia na rua Vigário José Inácio, antiga Rua do Rosário, onde estava a igreja homônima e sua irmandade.²¹⁶ O ingresso de Esperidião no funcionalismo público e no PRR ocorreram somente na década de 1920 e de forma discreta, respectivamente como bibliotecário do Centro Cívico José do Patrocínio e

p. 4. Considerando que Cenira era filha legítima e nascera em 1902 (Cf. AHCMPA. Gregório Anazolino Porto e Cenira Calisto. Data: 23/12/1822. Registro de Casamentos da Freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre, 1866-1923, p. 80), Florêncio casou-se em segundas núpcias com Laudelina antes desse ano.

²¹¹ “O lar deste nosso amigo revestiu-se de gala no dia 07 para festejar-se o seu aniversário. Foi uma festa modesta, porém esplêndida, e que deixou gratas recordações no espírito de todos que a ela assistiram. Que ainda tenhamos muitas ocasiões a comemorar essa faustosa dádiva, são nossos anhelos” (*O Exemplo*, 15 nov. 1893, p. 4).

²¹² Florêncio havia casado com Olímpia Nascimento em 27 de julho de 1893, no civil e no religioso (Catedral). Parainfaram por essa ocasião a noiva “o cidadão Alfredo Lopes de Sã e sua esposa e por parte do noivo o nosso amigo Arthur Gama” (“Enlace Matrimonial”, *O Exemplo*, 30 jul. 1893, p. 1). Ver também: *A Federação*, 14 jun. 1893, p. 3. Apesar disso, em 1895 fora arrolado como solteiro e em 1901 como viúvo (id., 16 jul. 1895, p. 4; id., 25 mai. 1901, p. 3; id., 29 mai. 1903, p. 3; id., 15 jun. 1907, p. 4) Da união nasceu Rogério, que não sobreviveu aos primeiros tempos de vida.²¹² Olímpia faleceu meses depois. Não sabemos quando o menino nasceu ou morreu, apenas que a sua sepultura já havia vencido há três anos (id., 18 jul. 1899, p. 2).

²¹³ *A Federação*, 24 jan. 1921, p. 2; id., 01 jun. 1917, p. 2.

²¹⁴ *O Exemplo*, 13 nov. 1902, p. 2. Josefa casou-se em 1918, no civil e no religioso, aos 20 anos de idade, com Hermenegildo Antônio dos Santos. Seus tios, Florêncio e Laudelina, serviram como testemunhas no religioso (*A Federação*, 27 abr. 1918, p. 8; AHCMPA. Hermenegildo Antônio dos Santos e Josefa Calisto. Data: 11/05/1918. Livro de Registro de Casamentos da Freguesia do Menino Deus, 1906-1918, p. 96). O noivo foi arrolado com eleitor em 1924 e em 1934, e integrava o PRL em 1934 (id., 08 abr. 1924, p. 4; id., 17 set. 1934, p. 13; id., 29 mai. 1934, p. 5). Em 1934, Esperidião e Ana agradeceram o atendimento dispensado a sua filha Helenia, no Hospital São Francisco, durante seus três meses de internação em virtude de uma “violenta enfermidade” que lhe acometeu, bem como aos profissionais, entidades e amigos envolvidos (Esperidião Calisto e Anna Calisto, “Agradecimento”, id., 17 jan. 1934, p. 4).

²¹⁵ *O Exemplo*, 13 nov. 1902, p. 3.

²¹⁶ *O Exemplo*, 03 abr. 1910, p. 2. Sobre a Colônia Africana, ver: Eduardo Kersting, *Negros e a Modernidade Urbana em Porto Alegre: A Colônia Africana (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998; Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...*

secretário no Centro Republicano Júlio de Castilhos. Foi ainda porteiro da Junta Comercial Municipal.²¹⁷ Até onde temos notícia, foi o único dentre os fundadores a não possuir patente da Guarda Nacional. Portanto, se em um primeiro momento o ofício herdado do pai rendeu aos irmãos bons frutos, não tardou a seguirem outros rumos profissionais, afinal não podemos perder de vista as margens de liberdade possíveis a esses sujeitos.

Por outro lado, embora fazendo escolhas distintas, Esperidião preservava os laços de amizade com os fundadores de *O Exemplo* em outros espaços. Em 1900, por exemplo, foi eleito fiscal da Beneficência Porto-Alegrense, ao lado de Arthur de Andrade (1º Secretário) e Marcílio Freitas (2º Secretário).²¹⁸ Segundo constatou Marcus Rosa, essa sociedade parecia realmente amparar seus sócios.²¹⁹ Ademais, ao contrário dos colegas, Esperidião tardou a formalizar no civil sua união com Anna Maria de Lima, apesar de Florêncio anunciar ao longo de 1893 que providenciava os papeis para o casamento civil e os benefícios dessa nova instituição republicana terem sido listados, com entusiasmo, em um editorial daquele mesmo ano. A esse despeito, veremos na próxima seção o que os unia para além da ascendência africana.

Esperidião Calisto e o “preconceito escolar com base na cor”

A situação das crianças negras nas escolas era pauta constante nas páginas de *O Exemplo*. O editorial número cinco de 1893 denunciou “o fato de algumas escolas públicas da capital estarem abertamente se recusando a admitir ou limitando o número de matrículas para os estudantes negros” e aqueles que conseguiam frequentar as escolas tornavam-se “alvos de maus-tratos de seus professores”. Diante de tamanho desestímulo, os pais acabavam por tirá-los das aulas, gerando outro problema, qual seja, crianças negras “atiradas à sociedade de uma ignorância crassa e prejudicial!”.²²⁰ Apesar disso, era fundamental que os pais seguissem matriculando seus filhos nas aulas públicas e oferecessem incentivos para sua permanência, pois havia bem maior a ser alcançado, o levantamento moral e intelectual, além da nítida expectativa geracional quanto ao sucesso desse projeto.

Nesse contexto, em um debate travado com Miguel Cardoso entre julho e agosto de 1893, Esperidião Calisto reportou-se a sua experiência escolar para ilustrar a existência do “preconceito da raça”, ainda que a letra da lei não o estabelecesse, desde os tempos imperiais:

²¹⁷ “Sem especificar cargo, função ou departamento de origem, um despacho da Intendência Municipal transferiu Esperidião Calisto para o Tesouro Municipal” (*A Federação*, 24 out. 1922, p. 5 apud Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...*, p. 241, nota 15; O embrião do Centro Cívico José do Patrocínio surgiu em 1908 nas dependências d’*O Exemplo* (*A Federação*, 24 mai. 1922, p. 4 ver também Rodrigues Bohrer, *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

²¹⁸ *A Federação*, 26, mar. 1900, p. 1.

²¹⁹ Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 271. O autor arrola uma série de sócios pobres beneficiados.

²²⁰ *O Exemplo*, 08 jan. 1893, p. 1.

Quem escreve essas linhas frequentou a aula primária do primeiro distrito desta capital, dirigida pelo então professor público Rafael Antônio de Oliveira; e que fazia esse funcionário?... Separava-nos para um quarto escuro contíguo à sala, onde estavam os brancos; e lá recebíamos a instrução correspondentes à obumbrada luz diurna que exiguamente nos iluminava. Eis aí estabelecido o preconceito escolar, tendo por base a cor, no afugentando das aulas públicas!²²¹

Uma edição antes, o colaborador Miguel Cardoso atribuiu a baixa frequência escolar à “indolência gratuita da população negra perante a instrução pública”, afinal existiam “homens de cor” instruídos exercendo cargos públicos de “alta responsabilidade” e frequentando o “grande círculo da igualdade racial”. Disso concluiu que “a instrução é o único motivo pelo qual eles têm o mérito que lhes é dispensado e de que se torna merecedor todo o homem que impõe à consideração pública, pelos seus atos ilustração e isenção de caráter”, ou seja, o “preconceito de raça” não poderia ser utilizado como chave-explicativa para os problemas que afetavam a “classe dos homens de cor”.²²² É provável que o futuro professor Miguel Cardoso estivesse se referindo à posição ocupada por seu confrade Aurélio Viríssimo de Bittencourt no alto funcionalismo público, bem como de alguns dos integrantes de *O Exemplo* anteriormente referidos.

No entanto, para Esperidião Calisto, ao centrar seu foco sobre o “triunfo do mérito sob a inépcia”, o interlocutor acabava justamente por reforçar a existência do “preconceito da raça”: “Perdoe-me o amigo Miguel Cardoso as amargas considerações que acima ficam expensas; pois que são devidas a ser eu um de tantos que se queixam da existência do preconceito de raça, baseado na cor da cútis”.²²³ Cardoso, amparado na ideia de que a República abominava o “preconceito da raça”, postulou que os preconceitos decorriam de questões políticas e da manutenção de um pensamento retrógrado por parte de alguns.²²⁴ No entanto, ponderou Calisto, o fato de a lei não estabelecer o “preconceito da raça” não necessariamente redundava em sua inexistência; pelo contrário, a ausência do veto à frequência de crianças negras nas escolas deveria precisamente servir para reivindicar o tratamento igualitário entre crianças brancas e negras, e não para justificar a ausência de discriminação racial.²²⁵

Enfim, a visão de Calisto era a mais coerente com os editoriais do periódico e o debate com Miguel Cardoso, partidário da meritocracia e defensor da percepção de que o regime republicano trouxe de fato a igualdade entre as raças, demonstra a pluralidade de percepções no meio negro. A esse despeito, conforme destacado por Ana Flávia Magalhães Pinto ao analisar esse mesmo debate, compartilhavam o entendimento de que a luta “pela massificação do ensino e pela abnegação dos pais em benefício da prole” era um ponto central para a inserção e ascensão social

²²¹ Esperidião Calisto, “Pelo dever”, *O Exemplo*, 23 jul. 1893, p. 1.

²²² Miguel Cardoso, “Atualidade III (Conclusão)”, *O Exemplo*, 16 jul. 1893, p. 1.

²²³ Esperidião Calisto, “Pelo dever”, *O Exemplo*, 23 jul. 1893, p. 1.

²²⁴ Miguel Cardoso, “Por coerência”, *O Exemplo*, 06 ago. 1893, p. 1.

²²⁵ Esperidião Calisto, “Ainda pelo dever”, *O Exemplo*, 20 ago. 1893, p. 1.

do povo negro.²²⁶ Aliás, poucos meses antes desse debate, após uma intervenção cirúrgica realizada na Santa Casa, Esperidião Calisto registrou um agradecimento aos médicos e em particular a “Miguel Cardoso, que, solícito, muito contribuiu para o meu pronto restabelecimento”²²⁷ Além do mais, foi reconfortado ante a perda do filho recém-nascido e estado enfermo da esposa.²²⁸ Na derradeira edição de janeiro de 1897 lá estava Miguel Cardoso dentre os membros da comissão de redação²²⁹ e, mais tarde, em 1904, dentre aqueles “do nosso meio social” listados dentre os concorrentes às vagas abertas por um concurso para o magistério público.²³⁰

Diante disso nos chamou ainda atenção que, embora tenha considerado Esperidião Calisto como o “maior lutador negro dos fins do século passado e início deste em Porto Alegre”²³¹, o primeiro pesquisador a lançar mão dos periódicos referentes ao primeiro ano de circulação de *O Exemplo* tomou a posição de Miguel Cardoso como exemplar. Trata-se, pois, da tese de Fernando Henrique Cardoso, segundo a qual o “esforço desesperado pela obtenção de melhores posições na sociedade de classes”, ou seja, a busca pela “ascensão social”, levou o negro a um rápido “processo de acomodação à ideologia racial dos brancos”, em detrimento da afirmação racial autêntica: “O ideal da branquidade e a caricatura da conduta pequeno-burguesa dos brancos generalizaram-se entre os negros capazes de reagir às próprias condições de vida, quase desaparecendo as reivindicações de negritude”, dando início a “um novo momento da alienação do homem negro”.²³² Conquanto compartilhem a percepção de que buscavam a ascensão social e que a educação ocupou um espaço privilegiado nesse processo, esperamos ter apresentado evidências suficientes para compreender essa dinâmica em outros termos.

Vejamos um breve histórico do processo de discriminação racial no Brasil, em particular no Rio Grande do Sul e no que concerne à legislação educacional. No contexto de autonomia provincial decorrente do Ato Adicional de 1834²³³, aprovou-se na província um regulamento que

²²⁶Ana Flávia Magalhães Pinto já explorou esse debate de modo detalhado em *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 172-176.

²²⁷ Esperidião Calisto, “Agradecimento”, *O Exemplo*, 09 abr. 1893, p. 4.

²²⁸ *O Exemplo*, 08 out. 1893, p. 1. Ver também: Ana Flávia Magalhães Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX...* p. 166.

²²⁹ *O Exemplo*, 21 jan. 1897, p. 1.

²³⁰ “Concorrentes ao magistério”, *O Exemplo*, 16 out. 1904, p. 3.

²³¹ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo & Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 6. ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 336, nota 20. Esta menção foi recuperada por Oliveira Silveira em um dos rodapés da edição fac-similada da primeira edição de *O Exemplo* (11 dez. 1892) em seu centenário.

²³² Fernando Henrique Cardoso, (1962), “O negro na sociedade de classes em formação”, in: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 6. ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 333.

²³³ “Art. 10. Compete às mesmas Assembleias legislar: [...] § 2º Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos, Academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral” (Brasil, Lei n. 16, de 10 de agosto de 1834).

proibia a frequência escolar daqueles que “padeciam de moléstias contagiosas”, e de “escravos e pretos, ainda que livres ou libertos”.²³⁴ Tal determinação acabava por entrar em conflito com a Constituição do Império, outorgada em 1824, que assegurava a matrícula escolar aos cidadãos, categoria que incluía ingênuos, ou seja, pessoas nascidas livres, e os libertos. O veto presente no regulamento provincial, portanto, torna-se um indício de que tais sujeitos frequentavam, ou estavam tentando frequentar, as escolas e que esta não era uma situação não desejada pelos detentores do poder, ainda que neste contexto a cidadania política não estivesse associada ao domínio da leitura e da escrita.²³⁵

Em 1842, a decisão se manteve nas alterações ao referido regulamento provincial e no novo documento, aprovado em 1846, apenas os escravos seguiam proibidos.²³⁶ Foi somente na reforma de 1882 que o veto desapareceu por completo, mas sem prever formas de inclusão.²³⁷ Fora da província, apenas em 1854 com as reformas do ensino primário e secundário no município da Corte, conhecidas como Couto Ferraz, que se estabeleceu a proibição da matrícula no aos não-vacinados, aos meninos portadores de moléstias contagiosas e aos escravos.²³⁸ Depois, as Reformas Leôncio Carvalho, aprovadas entre 1878 e 1879, removeram a proibição à matrícula de escravos e trouxeram a possibilidade de libertos maiores de 14 anos irem às aulas públicas.²³⁹

Esse breve percurso pelas legislações do ensino primário provincial e imperial endossa a compreensão de que não houve historicamente incentivos governamentais para que a população negra se instruisse em estabelecimentos públicos, exceto no cenário de crise do escravismo e dentro de condições particulares, conforme ainda veremos. A ampliação da educação formal à população negra se deu, justamente, quando a maioria já não era mais escravizada,²⁴⁰ de modo que a instrução passou a ser vista como uma aliada no disciplinamento dos trabalhadores libertos e livres dentro da modernização econômica do país.²⁴¹ Não por acaso, em 1876 a lei que

²³⁴ RS, “Regulamento para as escolas públicas de instrução primária”, Lei Provincial n. 14, de 22 de dezembro de 1837.

²³⁵ Como pontuado no primeiro capítulo, por não registrar informações sobre cor, raça, origem ou condição jurídica dos matriculados, a documentação da Instrução Pública não é suficiente para localizar tais indícios, exigindo um trabalho de maior fôlego e que viabilize um cruzamento nominativo de fontes.

²³⁶ Respectivamente: RS, “Regulamento para as escolas públicas de instrução primária”, Lei de 15 mar. 1842. RS, “Regulamento para as escolas públicas de instrução primária”, Lei Provincial n. 51, de 22 de maio de 1846.

²³⁷ Regulamento de 15 de maio de 1842 manteve o veto de 1837; regulamento de 1850 estabeleceu que “só podem frequentar as escolas públicas as pessoas livres”; Regulamento 06, de 1º de junho de 1857 afirmou o veto aos escravos e a obrigatoriedade do ensino (Regina Portela Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul...*).

²³⁸ Art. 69, Decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.

²³⁹ Uma discussão sobre o percurso das legislações educacionais pode ser encontrada em: Noemi Santos Silva, *O Batismo na Instrução: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial*. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

²⁴⁰ Em 1872 a população livre no país chegava a quase 85%. Dentro desse universo, 42,7% eram pretos ou pardos (Brasil, Diretoria Geral de Estatística, “Recenseamento Geral do Império”, 1872).

²⁴¹ Noemi Santos Silva, *O Batismo na Instrução...*

estabeleceu o primeiro curso noturno público de Porto Alegre, voltado aos “menos abastados”, permitia a matrícula de ingênuos e libertos, assunto que retomaremos no último capítulo.²⁴²

Ademais, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva recuperaram a obra de José Ricardo Pires de Almeida acerca da instrução pública no Brasil entre 1500 e 1889 e publicada em francês no ano de 1889, para assinalar a maneira como indígenas e negros eram vistos como “um enorme entrave à modernidade do país”, coadunando com as análises já oferecidas por historiadores como Sidney Chalhoub. Conforme os autores, na ânsia de aproximar a realidade brasileira com as civilizações modernas europeias e destacá-la dentro da realidade latino-americana, Almeida apontou que “em 1886, numa população de 14 milhões de habitantes, 248.396 eram alunos de estabelecimento de ensino. E sugere, salvo melhor juízo, não ser esta cifra maior por estarem incluídos no cômputo do total da população ‘os indígenas e os trabalhadores rurais de raça’”.²⁴³

No que toca à população ainda escravizada em 1872, estima-se que menos de 0,1% sabia ler e escrever, correspondendo numericamente a 1.397 pessoas no país, cem na então província e nove em Porto Alegre.²⁴⁴ Destes, duas mulheres foram arroladas como moradoras da Paróquia de Nossa Senhora das Dores e duas na do Rosário, onde também havia um homem.²⁴⁵ Resta-nos saber, afinal, quem eram e de que maneira adquiriam tais habilidades que, no caso do último grupo, possivelmente contou com a influência da Irmandade localizada naquela paróquia.

Ademais, assim como em diversos outros pontos do país, a documentação produzida em meio à burocracia escolar não nos informa sobre a origem, condição, raça ou cor dos alunos matriculados, exigindo um acurado cruzamento com outras fontes ou a busca por indício em documentos de outra natureza. Nas listas de matrícula de escolas de Porto Alegre da década de 1880 os únicos indícios situam-se no campo filiação, em situações nas quais ao lado do nome do aluno constava a expressão “enc.” (abreviatura de encarregado), ou então apenas o prenome,

²⁴² Veremos mais sobre a instrução noturna no capítulo 13. Ver, entre outras: Surya Pombo de Barros, “Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX”, *Educação Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016

²⁴³ José Ricardo Pires de Almeida, (1889), *História da instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. 2. ed. rev. Tradução de Antonio Chizzotti. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2000, p. 17-18 apud Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, “Movimento negro e educação”, *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, set./out./nov./dez. 2000, p. 135.

²⁴⁴ Alguns trabalhos que identificaram a presença de escravizados alfabetizados são: Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; Maria Cristina Cortez Wissembach, “Procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira”, *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 4, p. 103-122, jul./dez., 2002; Surya Aaronovich Pombo de Barros, *Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005; *Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (Século XIX)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2017; Marcelo Santos Matheus, *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. 422 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016, p. 341-350).

²⁴⁵ Brasil, DGE, 1872.

geralmente materno.²⁴⁶ A pista mais contundente e ao mesmo tempo vaga, advém do relatório do Diretor Geral da Inspeção de Ensino de 1887: “Diversos professores recusam-se a matricular em suas escolas crianças de cor preta, recebendo reclamações contra este procedimento. Para sanar todas estas irregularidades tomei as providências necessárias”.²⁴⁷ Resta saber onde atuavam tais professores e quais medidas foram tomadas. Em nossa pesquisa de mestrado encontramos em meio a tutelas de ingênuos duas evidências de que frequentavam Aulas Públicas em Rio Pardo, município localizado no interior do Rio Grande do Sul, cerca de 200 quilômetros distante da capital.²⁴⁸

Rafael Antônio de Oliveira, o professor de Esperidião Calisto que segregava as crianças negras das brancas nas aulas pública da capital, em 1882 era professor da 1ª cadeira do sexo masculino do 1º Distrito (N. S. Madre de Deus) e foi demitido quatro anos depois por razões desconhecidas. Não podemos descartar que sua demissão possa estar atrelada às denúncias feitas à inspeção da instrução pública sobre sua conduta, tampouco uma possível insatisfação com esse segmento do funcionalismo público. Veremos adiante que além dos baixos salários, o magistério passava por constantes mudanças e não possuía infraestrutura adequada, levando-o a uma desmasculinização. De concreto, temos apenas que em 1892 Oliveira fora nomeado escrivão do júri seccional.²⁴⁹

Ainda que as memórias de Calisto reportassem aos primórdios da década de 1870, considerando que nasceu em 1864, foram acionadas para ilustrar a situação enfrentada pelas crianças negras nas escolas públicas na nascente República. Nesse viés, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, aprovada em fevereiro de 1891, manteve o ensino primário sob responsabilidade do Estado e, considerando a autonomia federativa, a Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul, redigida por Castilhos e aprovada em julho daquele mesmo ano, determinou que o ensino secundário e superior seria “leigo, livre e gratuito”.²⁵⁰ Ou seja, ao Estado caberia oferecer apenas o ensino primário, deixando os demais níveis aberto à iniciativa privada.

²⁴⁶ AHRS, Fundo Instrução Pública, Documentos diversos.

²⁴⁷ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Rodrigo de Azambuja Villanova...1887; 1889.

²⁴⁸ Melina Kleinert Perussatto, *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS (c.1860-c.1888)*. 305 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. A esse despeito, diversas pesquisas apontam para a frequência de crianças e adultos negros nos espaços formais de ensino. Com exceção de Noemi Silva, que localizou uma legislação provincial prevendo a criação de escolas destinadas aos ingênuos e libertos no Paraná, os demais pesquisadores se valeram do cruzamento nominativo de fontes, já que a documentação escolar não fazia registro de cor, raça, origem ou condição jurídica. Ver: Noemi Santos Silva, *O Batismo na instrução...* Como exemplo de cruzamento nominativo, as pesquisas de: Eliane Peres, *Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875/1925)*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002; Marcus Vinicius da Fonseca, *População Negra e Educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

²⁴⁹ Plano da distribuição das aulas públicas do sexo masculino e mistas de instrução primária da província, 1882, p. 25; *A Federação*, 24 mar. 1886, p. 1; id., 17 nov. 1892, p. 1.

²⁵⁰ RS, “Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul”, aprovada em 14 jul. 1891.

Diversos trabalhos apontam para a centralidade conferida pelos governantes do PRR à instrução na instauração da nova ordem republicana, pois no afã de varrer o passado e adentrar nos trilhos da modernidade, era necessário enterrar, segundo Berenice Corsetti, “a monarquia, a escravidão, o clientelismo, a tradição oligárquica, a ignorância”.²⁵¹ Calcada no ideário positivista, a nova ordem possuía um repertório específico a ser ensinado aos futuros cidadãos e a escola tornou-se seu espaço de disseminação por excelência.²⁵² Como consequência, a necessidade de se reestruturar o ensino, criar escolas e investir em melhorias, adequar a infraestrutura e o material didático às condições e necessidades dos educandos, ampliar a fiscalização do ensino e torná-lo acessível a todos, bem como aumentar o salário dos professores visando sua dedicação exclusiva. Tudo isso acabou por comprometer significativa parcela orçamentária,²⁵³ sem que redundasse em boas remunerações ao professorado. Segundo Corsetti, seu salário era inferior, por exemplo, àquele recebido pelo porteiro do gabinete do estado, conformando assim uma tradição histórica de desvalorização dos docentes da instrução pública. Ademais, as leis facultavam o emprego dos recursos destinados à educação em outros setores, o que acabava por maquiar o real valor despedido nesse setor.²⁵⁴

Havia por parte de *O Exemplo* uma grande expectativa em relação à democratização efetiva do ensino público e nas palavras de Calisto “Devemos protestar contra a falta de justiça na aplicação da lei; e de equidade na distribuição do ensino público por sermos contribuintes; contra a falta de garantia à nossa liberdade pessoal por sermos cidadãos”.²⁵⁵ Em 1905, por exemplo, registrava-se “990 escolas públicas e 388 particulares, sendo 366 do curso primário, 15 do secundário, 4 do ensino profissional e 3 do curso superior”.²⁵⁶

O público atendido pelas escolas públicas primárias estaduais provinha “dos setores subalternos da sociedade e dos segmentos médios”. Com o objetivo de prepará-los “para o mundo do trabalho, nos limites das condições sociais que os caracterizavam”, e inculcá-los a “valorização da propriedade privada e do capital”, o currículo se assentava nas disciplinas de “trabalhos manuais, escrituração mercantil e escrituração agropecuária”. Tendo em vista o ideário positivista, priorizava-se, por consequência, a perspectiva científica e valores ligados ao progresso, à cultura e os grandes vultos do passado. Porém, diante da formação deficitária do

²⁵¹ Berenice Corsetti, “A educação: construindo o cidadão”, in: Ana Luiza Rezkiegel e Guinter Axt (orgs.), República - República Velha (1889-1930), v. 3, t. 2. Coleção: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 287.

²⁵² Aidê Campello Dill, *A criança sob inspiração positivista no Rio Grande do Sul (1898-1928)*. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999, p. 158.

²⁵³ Aidê Dill, op. cit., p. 150-151.

²⁵⁴ Berenice Corsetti, “A educação”..., p. 306.

²⁵⁵ Esperidião Calisto, “Por um vexame”, *O Exemplo*, 12 mar. 1893, p. 1.

²⁵⁶ Aidê Dill, *A criança sob inspiração positivista no Rio Grande do Sul...* p. 151. Esses dados foram colhidos junto aos Anais da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1905, p. 10, depositados no Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

professorado e de outros fatores, a implementação desse modelo encontrou inúmeras limitações e o catolicismo seguiu presente no currículo escolar. Já os filhos das elites estudavam na Europa com subsídios do Estado, revelando as discrepâncias na qualidade do ensino a que eram sujeitos os futuros cidadãos.²⁵⁷

Se a ampliação da instrução estava no cerne do governo castilhistas e Porto Alegre, comparada a realidade nacional, registrava elevados índices de alfabetização, por que a situação do negro seguia adversa? Ainda que retórica, essa pergunta coloca em evidência a racialização, que se fazia visível na oferta do ensino público ou nas condições desiguais de permanência das crianças negras nas escolas. Tudo isso impactava sobre a qualidade do aprendizado, afinal, como vimos anteriormente, saber ler e escrever era bastante diferente de ser letrado, isto é, dominar rudimentarmente tais habilidades não era o mesmo quer ter conhecimentos adquiridos pelo estudo mais aprofundado. A constituição republicana ao manter o Estado como responsável apenas pela instrução primária, franqueando à livre iniciativa os níveis secundário e superior, acabava por preservar a ordem estamental presente no ensino imperial, tornando a experiência escolar vivida por Esperidião Calisto na infância, em meados da década de 1870, ainda válida para explicar a situação das crianças negras duas décadas depois, sem perder de vista a importância do treze de maio e do quinze de novembro. Aliás, era justamente por isso a realidade escolar dos tempos monárquicos deveria ser abandonada em uma sociedade que se dizia moderna, progressista e igualitária.

Em suma, as leis enquanto produtos de disputas e negociações²⁵⁸ são reveladoras do seu caráter contextual, seletivo, hierárquico e racializado, uma vez que sequer houve a preocupação em ocultar critérios de exclusão assentados em cor, raça ou condição. Restava, pois, a mobilização particular e coletiva em prol da educação. Nessa perspectiva, anos depois Marcílio Freitas sublinhou que *O Exemplo* surgiu para combater especialmente dois males que atingiam a população negra no país, a saber, o “preconceito de cores” e o “analfabetismo”,²⁵⁹ males que ainda não estavam solucionados, mantendo o programa traçado em 1892 atual em 1928.

Toda essa realidade adversa à população negra nos leva a reforçar a ideia de que não era primordialmente nas escolas regulares que escravizados, libertos ou negros livres se alfabetizavam, mas sim em espaços alternativos, construídos em meio a mobilização do seu meio social. Como exemplos, a escola exclusiva do professor negro Pretextato dos Passos e Silva, onde as crianças negras aprenderiam “com perfeição e sem coação” na Corte, em meados do século XIX; a escola noturna do professor José Cleto da Silva, tipógrafo e abolicionistas, em funcionamento

²⁵⁷ Berenice Corsetti, “A educação”..., p. 306-308. Sobre as relações entre Estado e Igreja no alvorecer da República, ver: Jaime Giolo, *Estado, Igreja e Educação no Rio Grande do Sul na Primeira República*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

²⁵⁸ E. P. Thompson, *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²⁵⁹ Marcílio Freitas, “O aparecimento d’O Exemplo”, *O Exemplo*, 02 jan. 1928, p. 1.

começo da década de 1880 em Paranaguá, Paraná, onde os escravos tinham a oportunidade de aprender a ler, escrever e contar, a despeito do veto, ao lado de libertos e outras pessoas menos abastadas;²⁶⁰ bem como por meio das iniciativas educacionais voltadas aos trabalhadores de Porto Alegre referidos no segundo capítulo e a serem mais explorados no terceiro e quarto capítulo.

Lembremos ainda das reuniões que deram origem a *O Exemplo*, realizadas no estabelecimento da família Calisto, e que certamente serviram como um ambiente de estudo e cultivo das letras, das ciências e das artes e de compartilhamento de conhecimentos e experiências por parte dos mais velhos. Um dos apoiadores, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, fundou as sociedades Partenon Literário (1868), na qual existia uma escola noturna entre as décadas de 1870 e 1880, e Ensaio Literário (1872), além de ter sido o primeiro presidente da Academia Rio-Grandense de Letras (c. 1901), circulado por diversas outras agremiações, oficinas tipográficas e redações jornalísticas, a fora o acesso privilegiado aos acontecimentos políticos devido ao alto cargo burocrático ocupado. Na edição comemorativa ao sexto ano de ressurgimento (terceira fase do jornal) e 29 de existência de *O Exemplo* foi lembrado como “O saudoso coronel Aurélio V. de Bittencourt, o Mestre, a cujas aspirações sempre obedeceram aos diretores desta folha”. Essa foi a legenda do clichê que estampou o centro da capa, no qual Aurélio aparece já em avançada idade e sentado em uma suntuosa cadeira.²⁶¹ Não percamos de vista, enfim, que o ambiente de trabalho, as relações familiares e fraternais, as sociabilidades em geral e mesmo o autodidatismo constituíam-se como espaços de aprendizado.

As memórias de Esperidião Calisto sobre o preconceito escolar com base na cor vivido na infância nos fizeram lembrar daquelas registradas pela intelectualidade negra. W.E.B. Du Bois, por exemplo, relatou ter sido o espaço escolar onde se descobriu negro e que esta devastadora experiência desencadeou sua teorização sobre o que, mais tarde, nomeou de “dupla consciência”, um efeito psicológico do racismo compartilhado por pessoas negras em países que passaram pela colonização europeia e pela escravização africana. A dupla consciência se manifesta por meio do sentimento de ser um cidadão constantemente vigilante e vigiado. Ao remover o véu, ou seja, deixar de se reconhecer a partir das delimitações impostas pelo outro racial, o branco, levou-o ao simultâneo a busca pelo (auto)reconhecimento como “Negro e americano sem ser amaldiçoado e cuspidor por seus camaradas, sem ter as portas da Oportunidade brutalmente batidas na cara”. A busca pela conciliação dessas duas almas levou Du Bois a investir na construção de uma “humanidade consciente”, um projeto aglutinador da luta do povo negro promotora de uma

²⁶⁰ Adriana Maria Paulo da Silva, *Aprender com perfeição e sem preconceito: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Plano, 2000; “A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista”, *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, p. 145-166, jul./dez. 2002; Noemi Santos Silva, *O Batismo na Instrução...*

²⁶¹ *O Exemplo*, 21 jan. 1921, p. 1.

educação verdadeiramente emancipadora.²⁶² Segundo Paul Gilroy, a dupla consciência é uma metáfora da modernidade que marca a experiência de ser negro em sociedades racializadas.²⁶³

A escola, como parte da sociedade, proporciona o aprendizado das diferenças e das desigualdades raciais, tal como teorizado por W.E.B. Du Bois e Esperidião Calisto.²⁶⁴ Tendo em vista o preconceito racial de marca existente no Brasil²⁶⁵ e que tem na cor seu principal traço diacrítico, nem mesmo o reconhecimento social subjacente aos barbeiros nos tempos imperiais, como era o caso de seu pai, foi o bastante para livrar Esperidião dos efeitos do preconceito de cor nos bancos escolares.²⁶⁶ Embora tratando da segunda realidade, Thomas Holt, com base em W.E.B. Du Bois e Frantz Fanon²⁶⁷, nos ajuda a refletir sobre a maneira como a “marcação” do outro racial acontece e é naturalizada. Para ele, isso se dá no encontro e na constante interação cotidiana entre o individual e o global, ou seja, é na vida cotidiana que a racialização surte mais efeito e *faz a raça*.²⁶⁸

Avançamos pontualmente sobre a segunda fase do periódico para trazer a colaboração de Esperidião Calisto a um dos números dedicados à passagem do Dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes pela capital em janeiro de 1910. Calisto compartilhava com o primeiro deputado federal negro eleito no Brasil a percepção da política partidária e institucional como um espaço de protesto e de realização de projetos de República distintos daqueles propagandeados pelas classes dirigentes:

Pisa em terra porto-alegrense o eminente deputado federal, sr. dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes, que assim cumpre a magnânima promessa de dar o abraço de solidariedade com o povo rio-grandense, no protesto levantado contra o preconceito de cores no Brasil. [...] Pode o ilustre representante do povo sentar-se de fonte altiva entre seus pares, porque pertence a uma geração de brasileiros que apesar de todos os óbices

²⁶² W.E.B. Du Bois, *As Almas da Gente Negra*. Lacerda Editores: Rio de Janeiro, 1999, p. 54.

²⁶³ Paul Gilroy, *Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

²⁶⁴ Sobre o impacto da escola na formação identitária, podemos recorrer ainda à Sociologia. Segundo Richard Jenkins a socialização primária, na qual se inclui a escolarização, é um aspecto central na aprendizagem das categorizações étnicas e raciais em sociedades estruturadas e organizadas sobre bases raciais: “Nós sabemos quem nós somos porque, primeiramente, os outros nos dizem”. Na socialização primária a criança aprende o que ela é e os significados de ser o que ela é tendo sempre no outro um importante referencial (“Categorization and Power”, in: *Rethinking Ethnicity: Arguments and Explorations*. SAGE Publications, 1997).

²⁶⁵ Oracy Nogueira, “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”, *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.

²⁶⁶ Ademais, segundo o assento de óbito de Margarida Felizarda, a irmã mais moça era de cor preta, o que nos leva a conjecturar que a africana Felizarda Maria do Bonfim não legou apenas o nome, mas também a coloração epidérmica e os traços fenotípicos a sua descendência. Faleceu em 26 de julho de 1881 e apenas foi informado que seu corpo fora encomendado na Igreja Matriz da Madre Deus de Porto Alegre (APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Órfãos. Inventário *post-mortem*. Inventariada: Joana Felizarda da Silva. Inventariante: Calisto Felizardo de Araújo, n. 11, 1881).

²⁶⁷ Na década de 1950, sob a influência do pensamento de Du Bois, o filósofo e psicanalista martinicano Frantz Fanon teorizou sobre como a constituição da subjetividade negra se dá nos embates produzidos pelo colonialismo que colocaram de um lado brancos/colonizadores e de outro, negros/colonizados. Apesar de buscarem nas “máscaras brancas” subterfúgios para a aceitação diante do outro, como resposta os negros recebem o não reconhecimento e a exclusão àquela ordem social. Nessa dialética perversa, acabou não apenas por aceitar sua inferioridade, como também introjetou a ideia da superioridade racial do branco (*Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008).

²⁶⁸ Thomas Holt, “Marking: race, race-making, and the writing of history”, *The American Historical Review*, v. 100, n. 1, p. 1-20, fev. 1995.

empregados para conservar-nos em anacrônico apedeutismo, afim de provar que não vivemos, senão para enrolar fardos, apesar disso, tem surgido na arena de todas as ciências, vultos que dão glorioso renome ao Brasil nos avanços do Progresso da Humanidade; e agora surge da urna, do coração do povo, para ilustrar uma cadeira no Congresso Nacional. Salve Monteiro Lopes!²⁶⁹

Eis aí uma prova irrefutável de que o negro também possuía um cérebro capaz de se desenvolver de acordo com o grau de estudo a que fosse sujeitado, conforme anunciado no editorial de estreia de *O Exemplo*, e capaz de ocupar os mais elevados postos. Para encerrar, sublinhamos outra passagem de seu artigo, na qual Calisto recuperou a complexidade das relações raciais no país ao destacar a pigmentação epidérmica do deputado. Como aventamos anteriormente, dada sua ascendência, é bastante provável que Calisto tivesse a tez mais escura e sentisse as diferenças observadas em seu patrício. Sem pretender adentrar em um debate já feito por Marcus Rosa e Regina Xavier, apenas sublinhamos mais uma nuance do racismo a partir dos integrantes de *O Exemplo*:

Está ainda patente na memória pública o alvoroço que causou em todas as camadas sociais – entusiasmando a uns e pasmando a outros – o triunfo eleitoral do ilustre homem de letras e político evolucionista, por ter ele a cor da epiderme um pouco mais trigueira do que a do dr. Nilo Peçanha, senador Glicério e outros. [...] os srs. deputados negaram assento no Congresso Nacional ao sr. dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes por ter a cor preta!²⁷⁰

Além disso, Marcus Rosa conjecturou a ascendência de Esperidião Calisto remontar ao cativo, uma vez que no tentame de oferecer uma imagem positiva sobre a raça, postulou que “ser negro atualmente no Brasil é a mais nobre linhagem que se pode evocar; pois é ter-se a certeza que se descende de um povo herói do trabalho”. Segundo o historiador, no “processo de ressignificação e positivação dos negros enquanto operários, Calisto inverteu a lógica racial e transferiu o estigma da vadiagem ao europeu: na opinião do barbeiro, a ‘raça dos descobridores’ é que era ‘ociosa’, já que eles submeteram os africanos ao trabalho compulsório”.²⁷¹

Todas essas experiências, estratégias e escolhas, em muitos sentidos distintas daquelas tomadas pela maioria de seus colegas, não redundaram em conflitos no que era central ao projeto, uma vez que as principais causas do fechamento datado de janeiro 1897, ao menos no discurso público, foram as dificuldades materiais de mobilização da audiência, bem como a concorrência oferecida pelos jornais de maior circulação. Ana Flávia Magalhães Pinto, nesse sentido, já trouxe uma pista para isso. Durante o debate travado com Miguel Cardoso, para rechaçar a ideia de que o preconceito de cor deixara de existir ante as “exceções honrosas”, efêmeras regalias”, dentro do meio negro, postulou que:

²⁶⁹ Esperidião Calisto, “Dr. Monteiro Lopes”, *O Exemplo*, 23 jan. 1910, p. 1-2.

²⁷⁰ Ibid. Por essa ocasião, fundou-se inclusive uma associação sugestivamente nomeada de Clube Estíope Monteiro Lopes. Ver: Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 282-284.

²⁷¹ *O Exemplo*, 13 mai. 1904, p. 1 apud Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 256. Voltaremos a falar sobre isso no capítulo 12.

Não devemos nos vangloriar por posições adquiridas por tão alto preço. Elas são uma espécie de injeção de cocaína com que os potentados anestesiam os brios dos homens de cor, de merecimento puramente material, a fim de abusarem da humildade do isolado proletário que não encontra voz autorizada que proteste contra as violências que são infringidas, que reclame por seus direitos de cidadãos brasileiros, estatuídos na constituição da República.²⁷²



Figura 19 - Manoel da Motta Monteiro Lopes
Fonte: *O Exemplo*, 23 jan. 1910, p. 1-2.

2.3 FAMÍLIAS NEGRAS E A TRADIÇÃO DE LUTA POR DIREITOS

Vimos ao longo deste capítulo que a busca por ascensão social não era ensimesmada e se associava a uma tradição de luta por direitos, cujas bases foram lançadas na capital sul-rio-grandense no final do século XVIII, e dentro da qual as famílias Calisto e Bittencourt se inseriram. Ao enfocarmos o cenário de reconfiguração das hierarquias sociais em linhas de cor ou raça, compreendido entre as décadas finais do Império e iniciais da República, notamos o compartilhamento da busca por uma liberdade substantiva ao povo negro como um todo, para a qual concorria sentidos ligados à redução de sua precariedade, mas também à ampliação da cidadania. Para tanto, aliada à educação moral, à inserção em profissões de prestígio e à constituição de redes associativas, a instrução tornou-se primordial. Tendo isso em vista, os personagens abordados e suas experiências escolares nos mostraram a organização e as características dos níveis primário, secundário e superior de ensino, bem como sentidos e limites da presença negra nesses espaços.

Ao desdobramos a família Bittencourt em três subseções ilustramos como a amálgama entre gênero, raça e classe distinguia as possibilidades educacionais, de inserção no mercado de trabalho e ascensão social. Assim, Joana e Isaura, Adelina e Olímpia ilustram o manejo das funções

²⁷² Esperidião Calisto, "Pelo dever", *O Exemplo*, 23 jul. 1893, p. 1. Ver também: Ana Flávia Magalhães Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX...* p. 151.

socialmente estabelecidas às mulheres em uma sociedade patriarcal e racializada, quais sejam, a maternidade e a educação moral da prole, e a extensão dessas atividades para o âmbito público por meio do magistério. Em se tratando de mulheres negras provenientes de uma família que alcançou respeitabilidade social, sublinhamos a dimensão política subjacente aos lugares por elas ocupados. Nessa perspectiva, nas particularidades advindas das experiências dos homens da família Bittencourt e a transmissão geracional de um projeto e suas transformações ao longo do tempo demarcam a importância da categoria gênero para a apreensão de limites, expectativas e possibilidades.

O ingresso de Aurélio Júnior no ensino superior na afamada Faculdade de Direito de São Paulo acaba por singularizar sua experiência em relação aos demais fundadores de *O Exemplo*, ao mesmo tempo em que informa a ampliação do rol de influências a incidirem sobre o projeto coletivo traçado no final de 1892. Manteve ligado ao hebdomadário durante o tirocínio acadêmico e, mesmo afastado da redação em decorrência da carga de trabalho como juiz de primeira instância, seguiu como seu esteio até o fim da vida, abreviada precocemente aos 36 anos de idade. Um ano a menos viveu seu irmão mais velho Sérgio, cuja trajetória foi mais discreta e semelhante a do pai no que concerne ao funcionalismo público e à inserção na Guarda Nacional. Ademais, embora Dario tenha seguido trajetória semelhante à paterna, sua trajetória revela as transformações do projeto iniciado pelo avô, considerado por Borges de Medeiros como “o paradigma do funcionário público”, e relativiza a opção comum a outros homens *de cor* por essa carreira ao apostar na atuação liberal.

Ana Lugão Rios e Hebe Mattos assinalaram algumas atitudes tomadas pela primeira geração de libertos no pós-abolição fluminense e, embora estejamos falando de famílias negras livres e urbanas, notamos o compartilhamento de repertórios nas lutas por cidadania: a construção de imagens positivas e de uma reputação, que passava pela busca do reconhecimento de suas qualidades enquanto trabalhadores e pela valorização da moderna noção de direitos civis, expressa por meio da disseminação do registro civil do casamento; e o manejo do pátrio poder, que converge para as relações patriarcais e baseia-se no direito de comandar o trabalho da família, o que não demovia o histórico protagonismo de mulheres negras ante o predomínio de famílias matrifocais desde os tempos de escravidão.²⁷³

Famílias negras, enfim, não estavam exatamente “jogadas à própria sorte” no pós-abolição, tampouco aquelas que alcançaram mobilidade social não o fizeram por emulação aos ditos padrões brancos. Apesar de toda ordem de adversidades enfrentadas em uma sociedade que se estruturava em linhas de cor e raça, famílias como a Bittencourt e a Calisto agenciaram suas vidas

²⁷³ Ana Lugão Rios e Hebe Maria Mattos, “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”, *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004. No ano seguinte as autoras lançaram: *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

em liberdade, por mais estreitas que fossem ou aparentassem ser suas margens de possibilidades, e nos apresentam seus pontos de vista sobre o turbulento processo histórico compreendido entre meados do século XIX e primeiras décadas do XX. Não por acaso, uma das intenções de *O Exemplo* era não apenas constituir-se como um espaço de divulgação das atividades promovidas no âmbito familiar e associativo do meio negro, mas sobretudo um arauto de defesa e luta por seus direitos.²⁷⁴

Ademais, Esperidião Calisto foi, sem dúvidas, um dos membros mais atuantes em *O Exemplo* ao longo do período compreendido por este estudo e um dos maiores lutadores negros do seu tempo. Participou da fundação do periódico, transformou seu quarto em sede do escritório, estabeleceu novas parcerias a fim de refundá-lo, além de contribuir com diversos artigos de opinião e certamente com os editoriais e com as crônicas vigilantes do comportamento social do meio negro da capital, cuja autoria era ocultada pelo uso de pseudônimos. A cedência da peça, aliás, não se deu sem a convivência de seu pai, assim como o uso do espaço para a realização das reuniões diárias dos jovens fundadores de *O Exemplo*, o que torna Calisto Felizardo de Araújo outro alicerce do projeto materializado por meio do periódico e que renderá uma pesquisa futura. As particularidades na trajetória de Esperidião Calisto podem explicar, ao menos em parte, os laços que estabeleceu com um reconhecido militante operário na refundação do jornal, imprimindo novos elementos a sua pauta. Ainda que o programa original fosse mantido, não há dúvidas de que adquiriu novas feições e se somou, de forma mais marcante, às lutas engendradas no mundo do trabalho. Então, sem mais delongas, conheçamos mais sobre esse novo momento de *O Exemplo*.

²⁷⁴ Embora diversos trabalhos já tenham refutado essas ideias, elas persistem em diversos âmbitos. Dentre os estudos renovados sobre o campo do pós-abolição no Rio Grande do Sul que utilizam famílias negras como fio condutor, ainda que referente a um contexto rural, a tese de Rodrigo de Azevedo Weimer torna-se exemplar (*Felisberta e sua gente: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: FGV Editora/FAPERJ, 2015; dentre outros). Artigos publicados por Paulo Moreira sobre Aurélio Viríssimo de Bittencourt, referidos ao longo deste capítulo, e por Beatriz Ana Loner sobre famílias negras livres em Pelotas nos ajudaram a refletir sobre o tema no espaço urbano sul-rio-grandense entre o Império e a República (Gerações e conjunturas: a família Silva Santos, in: *XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, UFRN, Natal, 2013, p. 320-347; Antônio de Oliveira a Baobad, in: Flávio dos Santos Gomes e Petrônio Domingues (orgs.), *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 109-136).

APÊNDICE - QUADROS PROSOPOGRÁFICOS DOS APOIADORES

Quadro 13 - Constituição familiar dos apoiadores

Nome	Ascendência	Matrimônio	Descendência
Aurélio Viríssimo de Bittencourt *Jaguarão, 01/10/1849 - +Porto Alegre, 1919	Filho natural de Maria Júlia da Silva (1823-1884) e Hipólito Simas de Bittencourt (1834-1874)	Joana Joaquina do Nascimento (1837-1894); filha natural de Joaquim Manoel do Nascimento e Maria Magdalena da Conceição. Casamento religioso: 06/02/1868 Isaura Dias (1878-1925); filha de Tomás da Silva Dias e Josefa da Conceição Dias Casamento religioso: 1895	- Sérgio Aurélio de Bittencourt (1869-1904); - Adelina Lídia de Bittencourt (1870-1925); - Olímpia Augusta de Bittencourt (1872-?) - Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior (1874-1910) - Maria de Bittencourt (1878)
Calisto Felizardo de Araújo *Bahia, 14/10/1919 +Porto Alegre, 15/06/1909	Filho natural de Felizarda Maria do Bonfim (África)	Joana Felizarda da Conceição e Silva (???-1869); filha legítima de Firmino da Silva Americano, do Rio de Janeiro, e de Clara Maria da Silva, de Montevidéu Casamento religioso: 02/06/1862 Maria Marcolina de Jesus (companheira)	- Florêncio Calisto Felizardo da Silva (1863); - Esperidião Calisto Felizardo da Silva (1864); - Maria Torquata Felizarda da Silva (1866); - Margarida Felizarda da Silva (c. 1868-1881)

Quadro 14 - Formação, atuação profissional e na imprensa dos apoiadores

Nome	Formação	Atuação profissional	Atuação na imprensa
Aurélio Viríssimo de Bittencourt	- Seminário São Feliciano - Liceu Dom Afonso (1867) - Colégio particular dirigido por Jesuíno José de Oliveira	- Revista Literária (codiretor, 1881) - Secretaria do Governo Provincial (amanuense, 1868) - 2º e 1º Oficial de Gabinete da Secretária de Estado (1876) - Secretário de Estado da Presidência do Estado (1882-1919)	- <i>O Mercantil</i> (tipógrafo, 1864) - <i>A Reforma</i> (fundador e revisor, 1869) - <i>Revista do Partenon Literário</i> (1869) - <i>Álbum Semanal</i> (1872) - <i>Revista da Sociedade Ensaios Literários</i> (1876) - <i>Revista Literária</i> (1881) - <i>O Lidador</i> (1891) - <i>Jornal do Comércio</i> (compositor, remessista, revisor, noticiário, redator e proprietário, 1903-1911) - <i>O Paladino</i> (colaborador c. 1910)
Calisto F. de Araújo		- Salão Calisto (barbeiro e proprietário)	

Quadro 15 - Atuação associativa dos apoiadores

Nome	Agremiações
Aurélio Viríssimo de Bittencourt	- Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (prior jubilado) - Irmandade de Nossa Senhora do Rosário - Irmandade de Nossa Senhora da Conceição - Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia - Irmandade do Divino Espírito Santo - Parthenon Literário (sócio fundador, 1868) - Sociedade de Beneficência União (sócio) - Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense (sócio) Sociedade Ensaios Literários (1872) - Centro Abolicionista de Porto Alegre (membro, 1883-1888) - Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade (1883-1888) - Sociedade Abolicionista dos Funcionários Públicos (fundador e secretário, 1884) - Sociedade Floresta Aurora - Sociedade Dramática do Ginásio do Comércio - Dedicação e Progresso - Academia Rio-Grandense de Letras (primeiro presidente, c. 1901)
Calisto Felizardo de Araújo	- Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

Quadro 16 - Atuação eleitoral e política e patentes da Guarda Nacional dos novos integrantes, 1902-1905

Nome	Alistamento eleitoral	Política	Guarda Nacional
Aurélio Viríssimo de Bittencourt	- [...] 50 anos, filho de H. S. Bittencourt, casado, empregado público (1900)	- Correligionário do PL - Correligionário do PRR	- Tenente-Coronel (1904)
Calisto Felizardo de Araújo	- [...] 73 anos, filho de F. M. do Bonfim, viúvo, operário (1895)	-	

3 RESSURGE *O EXEMPLO*, UM JORNAL DO POVO (1902-1905)

Deixando de viver na mão do tipógrafo [...], *O Exemplo* vivia contudo no pensamento de muitos: umas vezes imenso, capaz de à sombra e de suas [folhas] reunir toda essa classe de homens de cor preta, de infelizes trabalhadores, alquebrados ao peso do labor e amesquinados pela ação dos preconceitos [...]. Diante deste anseio pel'*O Exemplo* tendo nós de publicarmos um jornal destinado à defesa dos oprimidos, assim o encabeçamos, com tanto mais razão quanto seu título é coerente com a norma de conduta que temos traçado – *Educar pelo exemplo*.¹

Com o empenho de Esperidião Calisto e novos integrantes, *O Exemplo* reabriu suas portas em cinco de outubro de 1902, na rua Fernando Machado, n. 152, após quase cinco anos de uma melancólica despedida. A primeira seção desse capítulo, a partir de Esperidião Calisto, aborda características que marcaram a refundação do periódico e dos novos integrantes da equipe e problematiza a mudança de lema, de “Propriedade de uma associação” para “jornal do povo”, que se manteve ao longo de sua existência. Além disso, por meio de um escrito do colaborador Lindolfo Ramos, médico, republicano e de Rio Pardo, amplia a geografia do alcance do jornal, bem como do “preconceito escolar com base na cor” e sua reatualização mais de dez anos depois do debate travado entre Esperidião Calisto e Miguel Cardoso. O ingresso de um novo redator ao lado de Calisto e o volume substancial de informações compiladas sobre ele, tornaram Tácito Pires fio condutor da seção seguinte. Tratava-se não apenas de um “homem-ponte” entre o movimento operário e as lutas negras, mas de um indivíduo que as uniu sem perder de vista as particularidades da experiência do trabalhador negro no mundo do trabalho livre.

Na refundação do jornal, tal como na fase extinta, os redatores manejavam suas reivindicações dentro dos princípios constitucionais e uma das novidades pareceu residir na adoção de uma postura mais propositiva. A começar, na contracapa do primeiro número, datado de cinco de outubro de 1902, anunciou-se que na edição seguinte a proposta de criação de uma escola noturna seria apresentada ao público, o que acabou por tornar o referido projeto e seus desdobramentos o fio condutor a quarta seção deste capítulo. A partir das expectativas depositadas sobre as associações, o impacto da ideologia socialista advinda do movimento operário e das experiências diaspóricas de redenção racial via instrução e trabalho serão interrelacionadas. Por fim, nas duas últimas seções abordam a entrada mais substancial de colaboradoras na redação, a maneira como se inseriram no projeto de *O Exemplo* e lidaram com as expectativas de gênero forjadas por aqueles que se colocaram na nobre missão de remir a raça na capital mais ao sul do país. Sophia Ferreira Chaves, colaboradora regular, tornou-se fio condutor destas seções e veremos a maneira como racializou o gênero e produziu um raro registro literário de mulher negra em Porto Alegre.

¹ “*O Exemplo*”, *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 1. [grifos originais].

3.1 O EXEMPLO, UM JORNAL “EM DEFESA DOS OPRIMIDOS”

Um mês depois da refundação, Esperidião Calisto reiterou que ao lado de Tácito Pires e Vital Baptista estava cumprindo o dever de concluir a “missão d’*O Exemplo*, um jornal que aqui existiu, escudado por um grupo de talentosos moços que, com sua variada ilustração, faziam-no fulgurar com a refulgência de um farol entre a mastreação da flotilha da imprensa porto-alegrense”. Por isso, embora sendo “a mais diminuta fração daquela empresa”, decidiu por atender aos apelos feitos “para publicarmos este jornal, com igual título do extinto”, cedendo “apenas ao impulso de nossos princípios que preceituam só serem dignos da vida os que fazem o que podem pelos que sofrem”.² Vaticínio ou não, o fato é que o prognóstico oferecido na edição de despedida de janeiro de 1897 acabou por acontecer.

Segundo o editorial de refundação, ainda que extinto, *O Exemplo* seguia vivo no pensamento de muitos, tanto foi que tal memória acabou por “reunir toda essa classe de homens de cor preta, de infelizes trabalhadores, alquebrados ao peso do labor, e amesquinados pela ação dos preconceitos”. Ao ressurgir destinava-se à “defesa dos oprimidos”, assim como traçado em sua “norma de conduta”, qual seja, “*Educar pelo exemplo*”.³ Em um nítido jogo de palavras, recuperou-se a função pedagógica da imprensa, seja na disseminação de um projeto de emancipação via educação ou de imagens positivas e modelares construídas acerca do negro, conforme explorado no segundo capítulo. Porém, o que nos chamou de imediato a atenção não foi a maneira como o programa original foi recuperado, sobretudo a assunção de um vocabulário explicitamente racializado: tratava-se, pois, de um projeto de combate ao preconceito de cor, por sua vez indissociado da luta contra a exploração capitalista, uma vez que o trabalhador negro não desapareceu com a Abolição e era vítima das iniquidades de uma sociedade republicana recém-saída da escravidão.

A partir da refundação, o jornal aumentou de tamanho (de 30 centímetros por 21 centímetros para 56 por 38) e colunas (de quatro para cinco), mas seguiu com quatro páginas e com circulação dominical. A adoção de uma publicidade mais sistemática caracterizou esse novo período, mas não foi o suficiente para livrá-lo de novas interrupções. Às vésperas de uma pausa de quase um ano, uma nota explicou o formato e o custo “anúncios econômicos, avisos etc.”: deveriam conter oito linhas e ocupar apenas uma coluna; ao custo de 3\$000 por mês, 5\$000 por um bimestre ou 6\$000 por um trimestre; e o anunciante receberia gratuitamente a folha durante o respectivo período.⁴ Sua distribuição passou a contar com quatro planos de assinatura,

² Esperidião Calisto, “Campanha difamatória”, *O Exemplo*, 03 nov. 1902, p. 1.

³ “Ao que viemos”, *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 1; “O Exemplo”, id., 05 out. 1902, p. 1. [grifos originais].

⁴ “Reclame econômico”, *O Exemplo*, 05 jan. 1903, p. 3.

conforme o quadro seguinte. Embora não nos debrucemos sobre a última fase do jornal, podemos ver que nela houve planos visando ampliar a difusão no interior do Estado.

Quadro 17 - Valor das assinaturas, por ano e modalidade, 1892-1930

Fase	Período	Anual	Semestral	Trimestral	Mensal	Avulso
1ª fase	1892-1893	-	-	-	\$500	-
	1894	-	-	1\$500	-	-
	1895	-	-	2\$000	1\$000	-
	1897	-	5\$000	3\$000	-	-
2ª fase	1902-3	11\$000	6\$000	3\$000	1\$000	-
	1904-5	10\$000	5\$000	2\$500	-	\$200
	1908	12\$000	-	-	1\$000	-
	1909-10	12\$000	5\$000	-	1\$000	\$300
3ª fase	1916 (capital)	6\$000	1\$500	\$500	-	\$200
	1916 (interior)	8\$000	4\$000	2\$000	-	-
	1919 (capital)	8\$000	4\$000	2\$000	-	\$200
	1919 (interior)	10\$000	5\$000	2\$500	-	-
	1920-8 (capital)	10\$000	5\$000	3\$000	-	\$200
	1920-8 (interior)	12\$000	6\$000	4\$000	-	-
	1929	12\$000	8\$000	4\$000	-	\$200
	1930	15\$000	8\$000	4\$000	-	\$200

Fonte: *O Exemplo*, 1916-1930.

Se compararmos o valor da assinatura à renda de operários assalariados na capital, temos que em 1906 um homem adulto recebia diariamente, em média, 4\$333 no setor têxtil, enquanto um pedreiro faturava em torno de 2\$700 por dia no ano anterior. Esses valores equivaliam, respectiva e aproximadamente, a um plano de assinatura semestral e trimestral de *O Exemplo*. Nauber Gavski da Silva também arrolou o valor de itens fundamentais na dieta dos trabalhadores. Como exemplo, em 1905 um quilo de feijão custava, em média, \$250 réis e um quilo de arroz, \$400 réis, ou seja, valores relativos a um e a dois exemplares avulsos. Em 1909, era necessário renunciar a dois quilos de pão (1\$000 réis), por exemplo, para assinar o jornal por dois meses. Além disso, o historiador estimou um consumo diário de 174 gramas de carne verde por habitante de Porto Alegre em 1905, o que equivale a pouco mais de cinco quilos mensais e um custo total superior a 2\$000 (pouco menos do que o valor de uma assinatura trimestral).⁵

Tendo isso em vista, a retomada do jornal só foi possível pelos “próprios sacrifícios e economias” da equipe, alimentando-os somente “a intenção de sermos úteis aos nossos, **fazendo gente surgir dentre nossa gente**”. Ainda assim, a “má vontade de muitos” em colaborar com sua marcha, fecharam o jornal em janeiro de 1903, momento em que “o débito de assinantes à caixa

⁵ Nauber Gavski da Silva, *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p. 143.

do nosso humilde semanário, [chegava] a não fraca soma de 1:731\$000, como pode-se verificar de nossos livros”. Ademais, dentre os 710 assinantes, apenas 133 havia quitado a assinatura trimestral. No mesmo balanço, informaram a tiragem, qual seja, mil exemplares ao custo de 45\$850. O custo do trimestre foi de 596\$050, correspondente à impressão de treze edições. Havia ainda “a despesa de selos de remessa, correspondência, papel e envelopes para a mesma, canetas, penas, barbante, tinta, livros e caderneta, que avançou a 65\$400”, chegando à soma de 664\$450. Considerando a entrada de 399\$000 referente às 133 assinaturas, registravam um prejuízo de 265\$450 e à suspensão da publicação de *O Exemplo*, pois não desejavam dever “um vintém a quem quer que seja”. A prestação pública de contas, a despeito de se tratar de uma empresa particular, cumpria um fim, qual seja, evitar a ação dos “detratores de nossas intenções, que ocupam-se de fazer-nos parecer aos olhos dos menos prevenidos coisa diversa do que somos; há gente que assoalha que este jornalzinho é o nosso ganha pão e não a nossa tenda de combate por ideais definidos, tais os que temos exposto e continuaremos a expor”. Por isso, era fundamental o empenho do “círculo de nossos favorecedores, enviando-nos listas de assinantes, a fim de podermos desassombradamente levar avante a obra de propaganda em benefício dos nossos, obra que temos iniciado”.⁶

Ademais, se ao longo da primeira fase contou com a segurança de uma sede, oferecida pela família Calisto, a segunda não pode contar com a mesma sorte, ao passo que o escritório teve, ao menos, sete endereços. Conforme assinalado por Marcus Rosa, da cidade alta, em alusão à região central da cidade, a sede do periódico deslocou-se para a Cidade Baixa, região marcada por habitações populares.⁷ No mapa e gráfico seguintes os diversos endereços do escritório do jornal e o tempo de em cada permanência ao longo das três fases.⁸

⁶ “O Exemplo”, *O Exemplo*, 07 ago. 1904.

⁷ Marcus Vinícius de Freitas Rosa, *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014, p. 234.

⁸ A precisão da localização dos endereços nos logradouros foi realizada a partir do acesso à renumeração realizada no final da década de 1920 e a respectiva localização no Plano Geral de Melhoramentos da Intendência Municipal de Porto Alegre, de 1914 (MPA), a partir do sítio “google maps” (disponível em: <maps.google.com.br> acesso em: 30 nov. 2016). Fontes: *O Exemplo*, 1892-1930; *A Federação*, 10 jun. 1927; id. 13 jun. 1927; id., 30 ago. 1927; id., 05 set. 1927; id., 20 set. 1927. Os endereços assinalados com asterisco não foram atualizados por não termos localizado a renumeração correspondente; o endereço cuja referência é p número nove não foi assinalado no mapa por estar fora do perímetro por ele abrangido. Agradeço ao Pedro Von Megden Meireles por ter passado as referências sobre a renumeração das ruas.

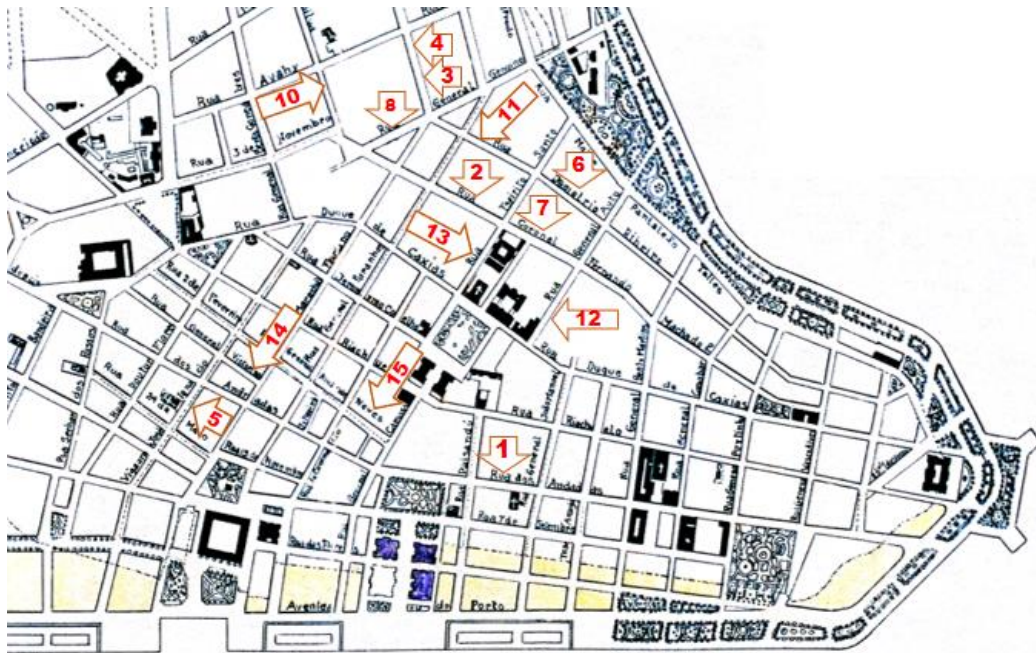


Figura 20 - Localização das sedes do escritório de *O Exemplo*, 1892-1930
MPA. Plano Geral de Melhoramentos da Intendência Municipal de Porto Alegre, 1914.

Quadro 18 - Endereços de *O Exemplo*, 1892-1930

Ref.	Endereço original	Endereço atual	Período
1	Rua dos Andradas, 247	Rua dos Andradas, 929	dez. 1892 a jan. 1897
2	Rua Fernando Machado, 152	Rua Fernando Machado, 844	out. 1902 a dez. 1902
3	Rua da Concórdia, 02	José do Patrocínio, 02*	dez. 1902 a jan. 1903
4	Rua da Concórdia, 06	José do Patrocínio, 06*	jan. 1903 a jan. 1905
5	Rua Vigário José Inácio, 78	Rua Vigário José Inácio, 410	nov. 1908 a ago. 1909
6	Rua Demétrio Ribeiro, 177	Rua Demétrio Ribeiro, 815	set. 1909 a jan. 1911
7	Rua Fernando Machado, 265	Rua Coronel Fernando Machado, 733	fev. 1911 a fev. 1911
8	Rua Coronel Genuíno, 68 C	Rua Coronel Genuíno, 197	fev. 1911 a jun. 1911
9	Rua General Bento Gonçalves, 16*	Rua General Bento Gonçalves, 16*	fev. 1916 a jul. 1916
10	Rua General Lima e Silva, 38	Rua General Lima e Silva, 167	jul. 1916 a dez. 1916
11	Rua Demétrio Ribeiro, 215	Rua Demétrio Ribeiro, 981	out. 1919 - impreciso
12	Rua General Auto, 42	Rua General Auto, 81	dez. 1920 - impreciso
13	Rua Espírito Santo, 24A	Rua Espírito Santo, 126	dez. 1921 a jun. 1928
14	Rua General Vitorino, 40	Rua General Vitorino, 226	jun. 1928 a nov. 1928
15	Rua Andrade Neves, 81	Rua Andrade Neves, 227	dez. 1928 a jan. 1930

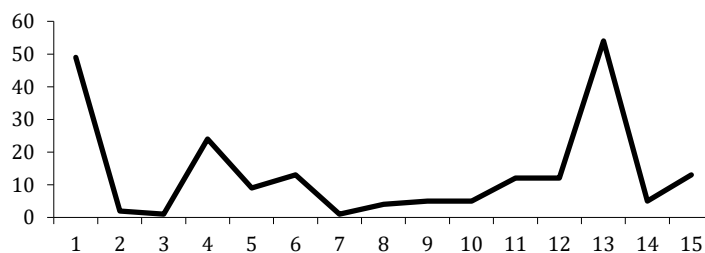


Gráfico 1 - Meses de permanência do escritório em cada endereço, 1892-1930

Fonte: a autora a partir do mapa 1 e do quadro 18.

Os endereços mais duradouros foram os de número um, quatro e treze, cada qual de uma fase. O primeiro trata-se do famoso estabelecimento situado na rua dos Andradas, 287. Ainda que uma hipótese, o anúncio de que Florêncio Calisto comprou o estabelecimento de seu pai ocorreu na edição derradeira de janeiro de 1897, sugerindo que o empreendimento familiar estivesse enfrentado dificuldades de manutenção, seja diante da especulação imobiliária decorrente do crescimento urbano ou do avanço das ciências médicas, tenha se visto compelido a vender o estabelecimento e a reinvestir em um espaço mais modesto. Na abertura do inventário de Calisto Felizardo de Araújo, aliás, o prédio não estava mais sob a sua posse e residia em uma região conhecida por abrigar famílias negras no pós-abolição.⁹ O fato de Florêncio residir em 1917 na rua dos Andradas, por fim, sugere a melhoria da situação financeira após o ingresso no funcionalismo público.

Já o segundo endereço mais duradouro, “rua da Concórdia, 06” (atual José do Patrocínio, no limite entre o Centro Histórico e a Cidade Baixa). Porém, deve ser relativizado por se tratar justamente do mencionado intervalo na publicação do periódico compreendido entre janeiro de 1903 e janeiro de 1905. Cristina Bahia aventou a hipótese de se tratar da residência de Esperidião Calisto, já que em matéria de 1902, quando o escritório se situava no número dois da referida rua, denunciou-se a agressão sofrida por sua filha, com apenas cinco anos de idade, enquanto brincava com “um bando de alegres meninas nas imediações” do número dezesseis na rua da Concórdia, endereço próximo a sua residência.¹⁰

O agressor desferiu um golpe na cabeça da criança, ocasionando-lhe um sangramento no nariz e escoriações no rosto. A nota cobrava uma posição da vizinhança diante do desagravo, impedindo que “suas crianças se aproximem da jaula desta fera estrangeira [tratava-se de um italiano] que a murros, que são verdadeiros coices, recompensa o pão que fartamente ganha na nossa hospitaleira terra”. Essa era a única possibilidade de justiça, já que a polícia só lhes daria ouvidos de portassem “bons cartões de recomendação”, concluindo que “a justiça aqui é uma utopia”.¹¹ Vemos, pois, mais uma vez a pertença nacional ser acionada embora posta em cheque pela parcialidade advinda do trato policial com um indício do compartilhamento da ideia de dupla consciência mencionada no segundo capítulo.

⁹ Liane Müller, Felipe Bohrer e Marcus Rosa observaram o deslocamento de famílias e sociedade de áreas centrais da cidade para zonas mais periféricas em meio a disputas no mercado de trabalho e nos espaços de moradia associados a processos de modernização (leia-se, higienização social), largamente assentada na ideia de raça vigente nos círculos intelectuais, científicos e políticos da época. Ver: Liane Susan Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013, Felipe Rodrigues Bohrer, *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013; Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...*

¹⁰ Cristina Camaratta Lins Bahia, *Aprendendo a ser negro(a): representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal O Exemplo (1892-1910)*. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2017, p. 28.

¹¹ “Brutalidade criminosa”, *O Exemplo*, 13 nov. 1902, p. 3. [grifos originais].

É dentro dessa nova conjuntura que podemos melhor compreender a mudança do lema “propriedade de uma associação” para “jornal do povo”, cuja inflexão está ainda associada a reconfiguração em seu quadro, como podemos ver no quadro a seguir. A essa altura, Esperidião Calisto contava com 38 anos de idade, seguia barbeiro e, ao contrário do irmão, aparentemente refratário ao PRR. Talvez durante o interregno entre o fechamento do jornal e sua refundação, Esperidião Calisto tenha se aproximado do movimento operário em processo de estruturação na capital. Porém, sobre sua vida associativa, sabemos apenas que em 1900 integrou a diretoria da sociedade de Beneficência Porto-Alegrense e entre o final de 1893 e princípio de 1894 publicou uma série de artigos tratando das “nossas beneficências”¹², o que converge para sua inserção em meio ao mutualismo. O mutualismo é considerado o germe do *fazer-se* da classe operária no Brasil por expressar a tomada de consciência pelos trabalhadores acerca de sua situação nas relações produtivas e sociais e não somente a busca por um melhor bem viver (e morrer).¹³ A corrente mutualista, sobre a qual falamos no segundo capítulo ao nos referirmos à trajetória de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, surgiu no Rio Grande do Sul em meados do século XIX.

Quadro 19 - Integrantes do jornal e suas funções, 1902-1905

Nome	out. 1902-jan. 1904	mai. 1904 -jan. 1905
Esperidião Calisto	- Redator	- Redator
Tácito Pires	- Redator	- Diretor
Vital Batista	- Gerente	- Gerente
Alcebíades Azeredo dos Santos	-	- Redator
Felippe Eustacchio	-	- Administrador

Fonte: *O Exemplo*, 1902-1905.

Vital Baptista, aos 25 anos de idade, tornou-se o gerente de *O Exemplo*. Como muitos daqueles que integraram o extinto jornal, era ligado ao PRR e a associações negras, dentre as quais a amplamente mencionada Sociedade Floresta Aurora; o Grêmio José do Patrocínio, fundado na redação de *O Exemplo* em 1908; a Banda de Música Lyra Oriental; e o Clube Sete de Dezembro. Conforme Marcus Rosa, talvez fosse o integrante com maior atuação associativa, sendo ainda ator e músico. Na sociedade Floresta Aurora, “integrou diversas comissões responsáveis por realizar diferentes atividades, mas que, de alguma forma, não deixavam de estar associadas às causas dos

¹² Esperidião Calisto, “As nossas beneficências I”, *O Exemplo*, 29 out. 1893, p. 1; “As nossas Beneficências II.”, id., 05 nov. 1893, p. 1; “As beneficências III”, id., 19 nov. 1893, p. 1; “As beneficências IV”, id., 17 dez. 1893, p. 1; “As beneficências V”, id., 01 jan. 1894.

¹³ Sílvia Regina Ferraz Petersen, *Que a união operária seja a nossa pátria!* História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Editora da UFSM, 2001, p. 37. Para o sul do Estado, ver: Beatriz Ana Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. 2. ed. rev. ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016. Ver ainda: Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982, p. 118 apud César Queirós, *O positivismo e a questão social na Primeira República...* p. 67-68. Ver também: Adhemar Lourenço da Silva Jr., *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004; Claudio Batalha e Marcelo Mac Cord (orgs.), *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

homens de cor”, tais como a recepção ao deputado federal Monteiro Lopes em 1909, a organização dos festejos referentes ao treze de maio em 1910 e o movimento de transformar a Rua da Concórdia em Rua José do Patrocínio em 1914. A mudança do nome desse logradouro da Cidade Baixa foi uma “atitude simbólica que consolidou um lugar de memória em homenagem ao ilustre abolicionista, justamente numa região urbana em que era elevada a presença de negros”.¹⁴

Vital Baptista, casou-se no cartório civil com d. Maria Altina do Rego Barros somente em 1916,¹⁵ porém o nascimento da prole remonta à 1898.¹⁶ No mesmo ano de refundação do periódico, foi alistado como alfaiate e solteiro¹⁷ e 20 anos depois, por ocasião da morte da filha, foi descrito como “comerciante”. O progresso material fica registrado ainda por meio da aquisição de um terreno, em 1915, na Avenida Bahia, por 560\$000.¹⁸ Mas antes disso, no contexto de nascimento de seu primeiro filho, o alfaiate Vital Batista foi eleito segundo tesoureiro da Liga Operária Internacional em 1899.¹⁹ Sobre a mobilização de sua classe e envolvimento com projetos de instrução, Manoel Coelho da Silva (1876-1944), um homem negro nascido na Colônia Africana e neto de escravizados, fundou em 1911 a União dos Oficiais Alfaiates, concorrendo no mesmo ano com considerável para o erguimento do Ateneu Operário.²⁰

Em 1904 algumas mudanças foram registradas. Após um intervalo de quase um ano, *O Exemplo* ressurgiu com uma potente edição alusiva ao treze de maio de 1904. Vimos no segundo capítulo que foi estampada pelo busto do Tenente-Coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, “o maior atleta na luta pela conquista de nossos direitos civis e políticos”, e amplamente reverenciada pela imprensa local. Por essa ocasião um administrador passou a figurar no cabeçalho. **Felippe Eustachio**, da turma dos mais velhos, contava com 35 anos de idade, era solteiro, agência e assim como os demais, cidadão político e ligado ao associativismo negro. Conforme Rosa, “na década de 1890, ele havia composto a mesa diretora da Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário” e organizou “bailes da Sociedade de Dança Olympia Peres, no Teatro São Pedro”. Faleceu com cerca de quarenta anos e “sua missa de trigésimo dia foi realizada na

¹⁴ Marcus Rosa, op. cit., p. 243.

¹⁵ *A Federação*, 05 jun. 1916, p. 7.

¹⁶ Oscar, de cor mista, nasceu em 1904 e viveu apenas quinze meses; Nair nasceu em 1913; Redorico, cujo sumiço de casa, aos dezesseis anos de idade, foi noticiado em 1914; Aristotches nascido em 1915; Luíza falecida em 1922, com apenas 23 anos de idade; e Vital Baptista, nascido à 05 de dezembro de 1905. O último foi alistado em 1934 como residente à rua da Conceição, n. 693, “chauffeur, solteiro” e em 1920 plenamente aprovado em Geografia e Caligrafia no Ginásio Nossa Senhora do Rosário (*A Federação*, 27 mar. 1905, p. 2; id. 17 set. 1913, p. 4. id. 21 out. 1914, p. 4; id. 10 nov. 1915, p. 4; id. 26 jan. 1922, p. 1; id. 25 ago. 1934, p. 7; id. 10 dez. 1920, p. 6; id. 11 dez. 1920, p. 6).

¹⁷ *A Federação*, 26 jul. 1902, p. 4.

¹⁸ *A Federação*, 26 jan. 1922, p. 1; id. 21 jan. 1915.

¹⁹ Sílvia Petersen, Que a união operária seja a nossa pátria!... p. 128.

²⁰ João Batista Marçal, *A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1873-1972)*. Porto Alegre. 2004, p. 50. *Eco do Povo*, 28 mai. 1911, p. 2 apud Isabel Bilhão, *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário*. Porto Alegre (1906-1911). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 82.

Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, templo construído por cativos”.²¹ Rosa sublinhou ainda que um futuro integrante, José Gomes do Nascimento, possuía a mesma ocupação e a partir de Cláudia Mauch, que se referia mormente “às formas e condições de inserção no mercado de trabalho, temporárias para a maioria, do que uma ocupação ou atividade profissional definida”. A remuneração média era similar a dos operários, carroceiros, agricultores e jornalheiros, o que colocava os “agências” dentre a parcela dos “homens livres pobres”.²²

Tácito Pires, por sua vez, assumiu a direção do periódico e **Alcebíades Azeredo dos Santos**, aos 21 anos de idade, passou a compartilhar a redação com Esperidião Calisto. Conforme Marcus Rosa, Alcebíades Azeredo dos Santos “era eleitor no município de Viamão”, onde mais tarde “fundou o jornal *O Viamonense* [em 1912] e dirigiu o *Correio Rural* até 1930”. Presidiu o Club Recreativo Viamonense, que além de participar do carnaval, “costumava ser um dos organizadores dos folguedos comemorativos da Lei Áurea”. Em 1918, aparece como “advogado e tenente da Guarda Nacional” em notas da folha republicana. “Tratava-se de mais um indivíduo que, apesar de não viver em Porto Alegre, não deixava de colaborar com o semanário”, concluiu Rosa.²³ Além deles, colaboradores antigos seguiam presentes, tais como o professor Miguel Cardoso e o médico Lindolfo Ramos, e outra mulher passou a integrar o quadro, Sophia Ferreira Chaves, ou simplesmente Pepita. A primeira se ocultava sob o pseudônimo “Uma Democrata” e colaborou durante as edições de 1902. Falarmos mais sobre elas no quarto capítulo. Ademais, Teodoro Augusto Ferreira, Francisco de Paula Vieira e Manoel Nascimento Correa foram descritos como “auxiliadores” em 1904.

Embora não saibamos muito sobre o meio de vida de Alcebíades Azeredo dos Santos, todos os demais compartilhavam ofícios menos prestigiados e remunerados (barbeiro, tipógrafo, agência). Lembremos que a essa altura os barbeiros não detinham mais o prestígio de outrora diante do avanço dos discursos e práticas de modernização na saúde. Em Porto Alegre, todos os médicos práticos enfrentavam a concorrência das novas concepções sobre saúde somadas à criação de cursos superiores em medicina, farmácia e odontologia e à decorrente ampliação na fiscalização e desqualificação das práticas de cura tradicionais. Por fim, outro indício da aproximação ideológica entre os refundadores de *O Exemplo* reside no fato de entrada de Vital Baptista na diretoria da Liga Operária Internacional ter sucedido a gestão na qual Tácito Pires era o vice-presidente.²⁴ Conheceremos melhor o personagem que passou a dividir a redação com Esperidião Calisto na seção seguinte.

²¹ Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...*, p. 247.

²² Marcus Rosa, op. cit., p. 247. A referência é: Cláudia Mauch, “Contando policiais: os registros de pessoal como fonte”, *História Unisinos*, n. 3, v. 16, p. 413-421, set./dez. 2012.

²³ Marcus Rosa, op. cit., p. 246.

²⁴ Sílvia Petersen, *Que a união operária seja a nossa pátria!*... p. 128.

Apesar de a capital ser o espaço privilegiado de circulação de *O Exemplo*, por meio de seus colaboradores o que se passava no interior do Estado frequentemente era publicado. Em sua reestreaia, por exemplo, recebeu a saudação de um jornal de Rio Pardo, de propriedade de “alguns dos alegres e inteligentes moços da Escola Militar”, cujos redatores ficaram perplexos com o fato de os colegas da capital saberem de sua existência: “Mas esses redatores d’*O Exemplo* são o diabo! Como conseguiram eles descobrir a existência d’*O Curinga*?!” Certamente uma figura de retórica, pois dessa mesma cidade Lindolfo Ramos colaborava com o jornal da capital desde 1893. Além da efusiva saudação, é importante destacar a maneira como outro periódico, desta vez do interior, classificou *O Exemplo*: “Temos sobre a mesa o 1 número do “Exemplo”, que em seu artigo programa propõe-se advogar os interesses gerais do povo”.

[...] Ontem pela manhã recebemos a agradabilíssima visita d’*O Exemplo*, simpático jornal que a 5 do corrente nesta Capital do Estado, sob a direção dos srs. Esperidião Calisto e Tácito Pires, pisou denodadamente na arena da imprensa, pugnando com inexcedível ardor pelos interesses do povo.

A satisfação que então invadiu as profundezas de nossas alminhas foi tamanha, tão maracutubitânico [sic] que manuseando diversos dicionários da língua portuguesa, embalde procuramos palavras que possam exprimir ao menos ½ quilo dela!

Assim é que a ilustre redação d’*O Exemplo*, ainda a *muk*, há de desculpar-nos essa falta totalmente involuntária e aceitar 30 milhões de parabéns que lhe envia o “Curinga” desejando lhe *plata* em penca e muitos troços mais.²⁵

De fato, “*plata* em penca” era algo amplamente necessário ao prosseguimento do periódico, pois apesar do tralho ser voluntário, era necessário custear a tinta e o papel. Ademais, acreditamos que a visita em questão foi feita por Lindolfo Ramos, assíduo colaborador de *O Exemplo* desde 1893. Sabemos sua trajetória, descobrimos que em 1903 era médico e colaborou com a quermesse em prol da instituição na qual possivelmente conquistou seu título, a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, fundada em 1898.²⁶ São diversos os registros de sua atuação como médico entre 1905 e 1928, desde a aplicação de curativos à elaboração de exames de corpo de delito em Rio Pardo e, em 1911, em Passo Fundo,²⁷ passando pelo parecer publicado na folha republicana, na condição de “médico licenciado”, sobre a eficácia da “aplicação do tártaro em casos de varíola ocorridos em Pernambuco”.²⁸

Nesse escrito de autoridade, aliás, foi assinalado como “nosso correligionário”, por tanto mais um republicano negro a atuar junto a *O Exemplo* e que investiu em outra frente, a medicina licenciada, e residente no interior do Estado.²⁹ São diversas as menções a sua atuação como médico ou como republicano, tais como o envio de cartão “de cumprimentos pelo aniversário do

²⁵ “Nós e a imprensa”, *O Exemplo*, 19 out. 1902, p. 1.

²⁶ *A Federação*, 17 set. 1903, p. 2. Um histórico da Faculdade Livre de Farmácia e Medicina de Porto Alegre encontra-se em: <<https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/faculdade-de-medicina/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

²⁷ *A Federação*, 22 jun. 1905, p. 2; id., 29 set. 1905, p. 1; 11 nov. 1905, p. 2; id., 04 set. 1928, p. 4, id. 08 abr. 1911, p. 1.

²⁸ Em seus experimentos não colheu resultados positivos, sendo mais efeito “a utilização do salicilado de sódio e os gargarejos de limão” (*A Federação*, 13 set. 1905, p. 1).

²⁹ Desde a fase extinta publicou artigos sobre a liberdade profissional que abrem, por sua vez, outra pertinente frente de pesquisa.

órgão republicano”, prazerosamente agradecido³⁰; de um telegrama em homenagem ao terceiro aniversário da morte de Júlio de Castilhos, descrito por ele como “genial estadista, que tanto enobreceu a Pátria, com o brilho de seu privilegiado talento”;³¹ e de um cartão “de cumprimentos pelo aniversário da magna data de amanhã”, qual seja, o treze de maio de 1904, evidenciando a importância desse evento no seio da sociabilidade republicana.³² Ainda que o teor deste último cartão não tenha sido descrito, por meio de *O Exemplo* acessamos sentidos atribuídos por Lindolfo Ramos à data da Abolição em um texto publicado em dezembro daquele ano e que contribui para as reflexões apresentadas nesse estudo, particularmente sobre o tema da instrução pública.

Intitulado “As aulas públicas”, continha duras críticas à situação em que se encontrava o ensino dezesseis anos depois da Abolição. Segundo Lindolfo Ramos, as “crianças de cor preta eram uma espécie de boneca de lustrador que somente vão à escola para polir os bancos”, pois “os professores nada ensinam aos *negrinhos* e aproveitam-nos muito bem como seus criadinhos: o aluno de cor preta é quem vai ao armazém fazer as compras do professor, ao correio buscar e levar a correspondência”. Ao invés de usufruírem do aperfeiçoamento proporcionado pelas artes e desenvolverem seus talentos e vocações, as “crianças de cor preta” precisavam lidar com o “preconceito de cores”, o descaso, os maus-tratos e os estereótipos raciais. Como prova da dificuldade encontrada, antes disso, no acesso às escolas, o colaborador destacou a postura do professorado de Caçapava, município cerca 260 quilômetros distante da capital.³³ Uma professora movida por sua “ojeriza às crianças de cor preta”, enchia-se de raiva “quando iam matricular em sua aula uma criança que não fosse branca”, chegando a proferir as seguintes palavras:

Onde se viu negro na escola! Negro só serve para cozinha!... E eu sem criada, tendo necessidade de fazer certos serviços da casa que não estão de acordo com a minha posição! Pode-se suportar que as negrinhas venham para a escola em vez de se alugarem em casa das famílias que como eu estão precisando de quem as sirva?! Está aí para que serviu o 13 de maio!³⁴

Na condição de “vítimas dos maiores vexames e sofrimentos” nos bancos escolares, faltava às crianças também a perseverança dos progenitores. Somando-se aos clamores registrados na folha desde sua estreia em 1892, Lindolfo Ramos encerrou seu artigo clamando aos pais que, apesar de todas as adversidades, não desistissem de matricular a prole nas escolas e oferecesse estímulos a sua permanência. Para tanto, era ainda necessário que o progenitor aderisse de fato ao projeto de *O Exemplo*, órgão defensor de sua “causa” e de seu “direito”, ao invés de investir seus

³⁰ *A Federação*, 11 jan. 1906, p. 2.

³¹ *A Federação*, 25 out. 1906, p. 2

³² *A Federação*, 12 mai. 1904, p. 2.

³³ O município de Caçapava, atualmente Caçapava do Sul, é relativamente próximo a Rio Pardo e distante 300 km da capital. Sua economia guardava semelhanças àquela apontada para o espaço agrário de Rio Pardo. Um estudo sobre a escravidão naquela localidade foi feita por André do Nascimento Corrêa, *Ao Sul do Brasil Oitocentista: Escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

³⁴ Lindolfo Ramos, “As aulas públicas”, *O Exemplo*, 19 dez. 1904, p. 1.

parcos emolumentos na aquisição do “jornal que cotidianamente o chama de *negro ladrão e sem vergonha!*”. Não sabemos exatamente a qual jornal se referia, mas não podemos descartar que se referisse à folha republicana, e aqui recuperamos as críticas dirigidas por Esperidião Calisto ao tratamento discriminatório dirigido por ela aos negros mencionadas no segundo capítulo, apesar de nela figurar homens de cor em meio à sociabilidade da capital.

Os relatos e situações descritas por Lindolfo Ramos explicitam os perigos oferecidos pelo letramento das “crianças de cor preta” à preservação das hierarquias sociais alicerçadas no preconceito de cor e, por consequência, as profundas desigualdades e hierarquizações raciais que seguiam operando no espaço escolar, a despeito de a República trazer em seu bojo ideias de igualdade. Aliás, esses relatos nos ajudam a delinear a quem eram dirigidos os investimentos em educação e cultura existentes no cerne do ideário positivista que orientava o PRR, partido que se manteve no poder durante praticamente toda a Primeira República no Estado. Em outras palavras, mais do que buscar entender a *República que não foi* para uma parcela da população, é preciso ter em vista a *República que foi* desde as relações de forças que conferiam sentidos distintos à igualdade e à cidadania, tais como as desiguais possibilidades de barganha da população negra. Enfim, que se atente para os sentidos que essas pessoas e coletividades atribuíram ao repertório de ideias republicanas e as possibilidades cavadas em meio a essas disputas.³⁵

3.2 TÁCITO PIRES, UM SOCIALISTA NEGRO

Tácito Pires tinha 28 anos de idade, dez anos a menos que Esperidião Calisto, quando refundou *O Exemplo* e, possivelmente ao lado de Vital Baptista, 25 anos de idade, registrasse empolgação semelhante àquela dos fundadores do periódico. No início do capítulo vimos mais uma vez a menção à mocidade – “um grupo de talentosos moços” – na referência de Esperidião Calisto àqueles que deram início ao empreendimento. Os dez anos de vida que separavam os editores certamente impactaram sobre suas percepções, ainda que não tenhamos condições de apreendê-las no que concerne ao teor dos editoriais, visto não serem assinados. É muito provável que sua militância pela ampliação da cidadania negra por meio da fase extinta do jornal (e para além dela) somou-se à de Tácito Pires no movimento operário de cor socialista.

Ao menos desde 25 anos de idade, Tácito Pires era cidadão político, ocasião em que foi qualificado como solteiro, tipógrafo e filho de Clemência Pires.³⁶ Além de vice-presidente e secretário da Liga Operária Internacional, que ajudou a fundar em 1895, endossou o Manifesto do Partido Socialista do Rio Grande do Sul em 1897, foi diretor e redator do jornal *A Voz do Operário*

³⁵ Alessandra Frota Martinez de Schueler e Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi, “Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa”, *Tempo*, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.

³⁶ *A Federação*, 07 jun. 1899, p. 3; id. 09 jul. 1900, p. 4.

em 1899 e colaborador de *A Gazetinha*, jornal existente desde 1891. No ano seguinte à refundação de *O Exemplo*, fundou o jornal *A Voz dos Oprimidos*, cuja única edição foi veiculada no simbólico dia 1º de maio.³⁷ As pesquisas sobre a história social do trabalho em Porto Alegre, no entanto, não atentaram para o fato de Tácito Pires ser um homem negro – marcador, talvez, não acionado nesse âmbito de luta –, tampouco aquelas que se debruçaram sobre *O Exemplo* buscaram mais detidamente suas conexões com o movimento operário.³⁸

Ademais, um aspecto ainda ignorado sobre a trajetória de Tácito Pires permitiu-nos amplificar os sentidos da participação negra em organizações de classe no pós-abolição, mas também da liberdade negra durante escravidão. Por meio do cruzamento de fontes e informações, descobrimos que Tácito Pires nasceu em Porto Alegre no dia vinte de outubro de 1874 do ventre de Clemência Pires, por sua vez escravizada e pertencente à herança de João Marcelino Pires.³⁹ Em decorrência da Lei 2.040, promulgada em 28 de setembro de 1871, a condição jurídica materna não era mais imposta ao filho, ou seja, Tácito Pires, aliás, Pedro, nasceu de “ventre livre”.⁴⁰ É bastante provável que dentre os personagens até aqui apresentados fosse o único a possuir uma proximidade direta com a escravidão.

Mas, afinal, que liberdade era essa, se a mãe seguia escravizada? As divergências acerca da liberdade a ser experimentada pelos filhos do ventre livre, e aqui estamos falando fundamentalmente nos seus limites, remontam aos debates parlamentares em torno da elaboração de uma nova legislação emancipacionista iniciados em meados da década de 1860. Visando preservar a política de domínio assentada na prática da alforria e restringir a interferência do Estado nas relações costumeiras, proprietários e seus representantes desejavam, por exemplo, a manutenção do princípio de que “o parto segue o ventre” emprestado do Direito Romano e basilar do escravismo brasileiro e assumiam o compromisso de libertar na pia batismal

³⁷ João Batista Marçal, *A imprensa operária do Rio Grande do Sul.*, p. 91, 96, 98, 99.

³⁸ A tese de Marcus Vinícius de Freitas Rosa, neste último aspecto, foi o que mais trouxe aproximações, particularmente no último capítulo (*Além da invisibilidade...*).

³⁹ 1) Na historiografia do movimento operário, é conhecido como Pedro Tácito Pires, prenome não mais utilizado, conforme declarado em *O Exemplo* (Tácito Pires, “Declaração”, *O Exemplo*, 28 ago. 1904, p. 3); 2) segundo seus registros eleitorais, nascera provavelmente em 1874 ou 1875 e era filho de Clemência Pires (*A Federação*, 07 jun. 1899, p. 3); 3) a partir dessas informações localizei na base de dados *Family Search* o registro de batismo de Pedro Pires, nascido em 1874, filho natural de Clemência (caso fosse legítimo, o nome paterno seria informado no alistamento eleitoral e não o materno), por sua vez, pertencente à herança de João Marcelino Pires, ou seja, mesmo sobrenome adotado por Pedro Tácito e Clemência, convergindo com a prática costumeira entre libertos (estendida aos ingênuos) de adotar o sobrenome senhorial após a libertação (AHCMPA, Pedro, filho natural de Clemência Pires. Batismo: 04/11/1874. Nascimento: 20/10/1874. Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Madre de Deus, 1858-1877, p. 78). Não localizei o nome do proprietário de Clemência em meio aos catálogos de inventários post-mortem, testamentos e processos-crime produzidos no âmbito do projeto “Documentos da escravidão” do APERS, bem como de alforrias produzido por Paulo Moreira e Tatiani Tassoni, *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

⁴⁰ A referida legislação ficou mais tarde conhecida como Lei do Ventre Livre em virtude da ampla ressonância do seu primeiro artigo. Na época era chamada de Lei Rio Branco em alusão ao gabinete no qual foi promulgada.

tão logo fosse possível. Ou seja, a criança nasceria com a condição escrava, tal como a mãe, e a partir da benevolência senhorial se tornaria liberta, e não livre.⁴¹

Ao se decidir por romper com o referido princípio romano, os mecanismos de controle senhorial não foram descuidados pelos legisladores. Garantiu-se a tutela do filho livre da escrava ao proprietário até que completasse oito anos de idade. Findo esse período, o tutor poderia entregá-lo ao governo mediante uma indenização de 600\$000, paga em “títulos de renda com o juro anual de 6% [...] extintos no fim de 30 anos”, ou explorar seu trabalho até os 21 anos de idade.⁴² Embora tenha rompido em alguma medida com a política de domínio senhorial assentada na alforria e o reconhecido a prática costumeira de se priorizar as mulheres na ordem de libertação em uma família ou comunidade negra, a liberdade a ser vivida por essas crianças previa uma série de amarras.

Durante os debates chegou-se a cogitar a possibilidade de chamá-los de *ingênuo*, mas a definição oferecida pelo Direito Romano, segundo a qual *ingênuo* “é quem nasce e continua livre, pouco importando que o pai seja *ingênuo* ou *liberto*”, não agradou as elites agrárias do país, cujas vozes foram amplificadas por seus representantes no parlamento. Estender “todos os direitos de uma cidadania integral”, conforme assinalou Anna Gicelle Alaniz, era amplamente perigoso à manutenção das hierarquias. Por conta disso, chamá-los de “menores”, isto é, pessoas que precisavam ser tuteladas judicialmente, tornou-se mais adequado.⁴³ A esse despeito, a expressão “*ingênuo*” pegou no cotidiano, inclusive, no jargão jurídico, e acabou por colocar as disputas e embates acerca da liberdade e da cidadania em uma intrincada arena de disputas.

Em 1882, Pedro, como ainda se chamava Tácito Pires⁴⁴, completou oito anos de idade. Caso sua mãe ainda estivesse no cativeiro, vimos que o senhor transformado em tutor podia escolher entre permanecer com ele ou entregá-lo ao Estado. Mas se Clemência tivesse alcançado a liberdade, chance ampliada com a abertura de inventário *post-mortem* devido à tendência de se

⁴¹ Uma importante análise sobre os debates em torno da elaboração e aprovação dessa lei foi realizada por Sidney Chalhoub, especialmente no capítulo: “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871”, in: *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁴² Art. 1º, Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871.

⁴³ Anna Gicelle Allaniz, *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição. 1871-1895*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997, p. 39. Ver também: Martha Abreu, *Mães escravas e filhos libertos: novas perspectivas em torno da lei do Ventre Livre. Rio de Janeiro, 1871*, in: Irma Rizzini (org.), *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR; Ministério da Cultura; Universidade Santa Úrsula; Ed. Universitária, 1997, p. 107-126; Maria Aparecida Papali, *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume, 2003; Arethuzo Zero, *O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada – Rio Claro (1871-1888)*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004; Patrícia Ramos Geremias, *Ser “ingênuo” em Desterro/SC: a lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

⁴⁴ Em 1904, declarou não mais usar o prenome Pedro: “O abaixo assinado para evitar dúvidas futuras, mais uma vez declara que desde muito tempo deixou de assinar-se Pedro Tácito Pires, usando para todos os efeitos da firma que abaixo se vê” (Tácito Pires, “Declaração”, *O Exemplo*, 28 ago. 1904, p. 3).

avaliar os bens [sic] para baixo visando reduzir os impostos a serem pagos⁴⁵, a lei assegurava, se assim fosse sua vontade, levar o filho consigo.⁴⁶ O contexto marcado pela iminência dos primeiros ingênuos completarem oito anos de idade, aliás, foi marcado pela apreensão, sobretudo porque não se sabia ao certo como proprietários, autoridades e os próprios sujeitos reagiriam.

Por conta disso, Cansação de Sinimbu, presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, convocou os proprietários das províncias mais comprometidas com o escravismo, a saber, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, para um congresso agrícola a ser realizado na Corte. Pela primeira vez o governo ouviria diretamente as demandas dos proprietários, sem o intermédio de representantes. Como reação a essa convocação, proprietários das províncias da atual região nordeste também se reuniram para discutir semelhante pauta. Dentre outras questões ligadas à lavoura, em ambos os congressos o destino dos ingênuos esteve em pauta. Ao contrário daqueles reunidos na Corte, cujo principal problema era a mão-de-obra, os proprietários do atual nordeste estavam mais preocupados com a ausência de créditos, mas apesar de apostarem nos nacionais como solução para o problema, compartilhavam o interesse em relação aos ingênuos, qual seja, o entendimento de que caberia ao governo subsidiar a criação de escolas especiais de instrução primária, nas quais especialmente os meninos seriam formados para o trabalho.⁴⁷

Com duração de seis anos e frequência obrigatória para os meninos com seis anos de idade completos, nas aulas aprenderiam “a ler e escrever corretamente a língua portuguesa, aritmética teórica e prática, noções gerais de geometria, de geografia, de história e geografia do Brasil”, além de “ciências naturais” e “o conhecimento dos deveres morais do homem para com Deus, para consigo mesmo, para com a família, a sociedade e o seu país, sem filiação a seita alguma religiosa, fazendo-se ao mesmo tempo uma ligeira análise da constituição política do Império, para que o cidadão fique conhecendo os seus direitos e deveres”. Já às meninas, na “proporção que as forças do imposto o permitirem”, seriam criadas escolas com o mesmo programa de ensino, “substituindo-se apenas os conhecimentos que não lhes forem próprios por outros mais delicados

⁴⁵ Melina Kleinert Perussatto, *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS (c.1860-c.1888)*. 305 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

⁴⁶ Segundo o quarto parágrafo do primeiro artigo da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, “Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos, que estejam em poder do senhor dela por virtude do § 1º, lhe serão entregues, exceto se preferir deixá-los, e o senhor anuir a ficar com eles”. O mesmo se dava no caso de venda, porém aí a idade do filho subia para 12 anos (§ 5º). Nas partilhas a criança acompanhava a mãe “devendo o filho da escrava prestar serviços à pessoa a quem nas partilhas pertencer a mesma escrava” (§ 7º). Por fim, “Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1º, se, por sentença do juízo criminal, reconhecer-se que os senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos (§ 6º).

⁴⁷ Congresso Agrícola do Rio de Janeiro [1878], *Anais*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998. [fac-similar]. Os proprietários da atual região nordeste, sentindo-se ultrajados, realizaram paralelamente na cidade de Recife um congresso para discutir questões semelhantes. Para José Murilo de Carvalho, as divergências com o governo revelam que apesar de comporem a classe dominante, os proprietários não constituíam a classe dirigente. José Murilo de Carvalho, “Introdução”, Congresso Agrícola do Rio de Janeiro... p. v-ix; Congresso Agrícola Do Recife. (1878). *Anais*. Recife, Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978. [fac-similar]

e conformes ao seu sexo convindo que aprendam os trabalhos de agulha, e bem assim a lavar, engomar e cozinhar”. O internato seria a opção para os que morassem a mais de dois quilômetros do estabelecimento e a matrícula seria facultativa apenas aos matriculados em aulas particulares. As instalações deveriam ser modestas e econômicas, porém salubres e próprias para a “instrução da infância”.⁴⁸

Diante da empolgação dos congressistas, o Ministro Cansanção de Sinimbu previu recursos para receber centenas de ingênuos no ano seguinte. Porém, em um cenário de profunda crise na “questão servil”, a maioria dos proprietários optou pela indenização pelo período de “cuidados” via exploração de mais treze anos de trabalho, ou seja, até o ingênuo completar 21 anos de idade.⁴⁹ De acordo com o relatório do referido Ministério, em 1885 havia mais de quatrocentos mil ingênuos matriculados em todo o Império e menos de 1% sob o controle do Estado. Em números absolutos, Minas Gerais foi a província que mais registrou matrículas de ingênuos, seguida do Rio de Janeiro, da Bahia, de São Paulo e do Rio Grande do Sul.⁵⁰ Conforme dados compulsados por Paulo Moreira no *Jornal do Comércio* de Porto Alegre, em 1882 apenas doze ingênuos estavam sob tutela do Estado sul-rio-grandense, enquanto 24.779 estavam sobre o controle dos proprietários e outros 739 “entregues pelos senhores às suas mães libertas”,⁵¹ interpondo, assim, a tutela materna entre a privada e a estatal.

A esse despeito, José Carlos Cardozo localizou apenas 245 registros de tutela dessa natureza no Juizado de Órfãos de Porto Alegre, o que sugere as vistas grossas do Estado sobre essa situação.⁵² De acordo com Bruna Krob, dentre os 208 processos de tutela registrados na Comarca de Porto Alegre entre 1884 e 1888, “o maior percentual é do ano em que foi abolida a escravidão no Império: 35 (16,8%) em 1884, 30 (14,4%) em 1885, 34 (16,3%) em 1886, 32 (15,4%) em 1887 e 77 (37%) em 1888”. Ademais, dentre as 72 tutelas referentes à 1ª Vara de Família e Sucessão, “35 (48,6%) envolvem mulheres negras”. Dentro deste último contingente, “17 (48,6%) são de 1888, sendo que desses, apenas dois são anteriores a 13 de Maio (referem-se a março de 1888), seis são deste mês (porém após a data de Lei Áurea) e o restante distribui-se ao longo daquele ano”. Um dos casos refere-se à tutela do “filho de Mathilde, alforriada gratuitamente em setembro de 1884, quando tinha 34 anos”. Nos autos, o autor ressaltou ter educado e cuidado da menor e diante da extinção “da condição de ingênuo”, desejava tornar-se tutor, alegando possuir os meios

⁴⁸ Congresso Agrícola do Rio de Janeiro... p. 86.

⁴⁹ Art. 1º. Lei n. 2040, de 28 de Setembro de 1871.

⁵⁰ Em 1885, chegou-se a soma de 439.831 ingênuos matriculados e apenas 120 títulos entregues (Relatório da Secretária de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas...1885, p. 375-376). A matrícula dos ingênuos foi organizada no artigo 66 do regulamento da Lei do Ventre Livre (Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872); Relatório da Secretária de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas...1886, p. 35-36.

⁵¹ Paulo Roberto Staudt Moreira, “Ingênuas mortes negras: doenças e óbitos dos filhos do ventre livre (Porto Alegre/RS - 1871/1888)”, *Territórios e Fronteiras* (Online), v. 6, p. 94-103, 2013, p. 94.

⁵² José Carlos Cardozo, “*Como se fosse meu filho?*” As crianças e suas famílias no Juízo de Órfãos de Porto Alegre (1860-1899). 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

necessários para “cuidá-lo e educá-lo como convém”, ao contrário da mãe. Ademais, a autora localizou em meio as alforrias quatro registros de desistência dos serviços dos ingênuos: “Se alguns senhores reconheciam que estavam ‘desistindo dos serviços a que o ingênuo era obrigado’, outros literalmente passavam a alforria”.⁵³ Este é apenas um dos casos que ilustram a denúncia feita pelos jornalistas negros e pelo secretário de Estado.

Enfim, sem a supervisão direta do antigo proprietário ou do Estado, a tutela privada certamente concorreu para o recrudescimento e reatualização de medidas de controle sobre a população negra, bem como para a modulação do olhar dirigido por diversos sujeitos e instituições sobre a maternidade negra. É dentro disso que a manutenção do interesse em oferecer a instrução aos ingênuos por parte dos governantes, sem que isso redundasse na entrega à tutela estatal, pode ser compreendida. Em 1880, por exemplo, o presidente da província Henrique D’Ávila, do Partido Liberal, recomendou ao presidente e aos vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre o máximo empenho para que os proprietários escolhessem “pelos serviços dos filhos de suas escravas”, competindo ao Estado apenas o dever de instruí-los.⁵⁴ Desse modo, no relatório do ano seguinte, reportando-se ao pensamento do deputado liberal alagoano Tavares Bastos, a referida autoridade assinalou que o “instinto da ociosidade” inerente aos ingênuos e libertos poderia ser eficazmente combatido com a redução do “abismo da ignorância”, ou seja, a instrução era o antídoto para a escravidão e a via de inserção do país no rol da civilização. Preocupado com a grave “questão servil”, enfatizava a necessidade de uma instrução voltada à preparação para o trabalho e, fazendo coro com os discursos de médicos, intelectuais e autoridades, atribuía à influência materna uma das causas da persistência da ignorância entre as crianças, uma vez que lhes faltava o conhecimento sobre os ensinamentos que a autoridade julgava básicos e ao pai competia somente a obrigação de prover a casa com o suor de seu trabalho.⁵⁵ Apesar de em 1876 ter sido criada uma escola noturna na capital franqueada aos trabalhadores, inclusive a ingênuos e libertos, vemos na próxima seção que era compatível à situação em que ainda se achava a instrução pública, ou seja, marcada pela precariedade.

⁵³ De acordo com Bruna Krob, dentre os 1.130 registros de alforria contidos nos livros notariais de Porto Alegre entre 1884 e 1888, “1.088 correspondem a alforrias propriamente ditas, 38 registros são referentes a reconfigurações de contratos, e 4 correspondem à desistência de serviços de ingênuos que não estavam vinculados às alforrias de suas mães” (*Com a condição de servir gratuitamente a mim ou a meus herdeiros*: Alforrias, contratos e experiências de trabalho de libertos (Porto Alegre, 1884 – 1888). 266 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 93 e p. 198).

⁵⁴ AHMPA. Circular urgente e reservada enviada pelo Presidente da Província do Rio Grande do Sul à ao Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre em 23 de abril de 1880. Livro 37, 1879-1880. O documento foi citado por: Paulo Moreira, “Ingênuas mortes negras”... p. 92.

⁵⁵ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Henrique D’Ávila...1881; Aureliano Cândido Tavares Bastos, *A província: estudo sobre a descentralização do Brasil*. 2. ed. feita sobre a 1ª edição de 1870. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 239-240.

O presidente da província Rodrigo Villanova, do Partido Conservador, por sua vez, seguia defendendo ferrenhamente o escravismo às vésperas da Lei Áurea⁵⁶ e após a sua promulgação, sob o argumento de que libertos e ingênuos não se achavam preparados para a vida em liberdade, apoiou a manutenção da tutela pelos antigos proprietários e tutores. Particularmente em relação aos ingênuos, assinalava que diante da ausência de “colônias orfanológicas, asilos e escolas de ofícios” para recebê-los deveriam permanecer “nas casas onde nasceram e se criaram, sob a tutela benéfica dos proprietários, até ulterior destino”. Somente assim não ficariam “em abandono, entregues à ociosidade e à prática de todos os vícios”. Já os “menores que forem encontrados em abandono, deverão as autoridades agarrá-los e remetê-los para esta capital com destino à escola de aprendizes marinheiros onde vão encontrar abrigo, instrução e trabalho”.⁵⁷ Enfim, se a regulamentação da concessão sumária da tutela do ingênuo a particulares foi rapidamente apropriada⁵⁸, o fato de a maioria dos projetos de instrução sequer ter saído do papel imprimiu um sentido fundamentalmente conservador e hierárquico ao processo emancipacionista em curso.

Apesar da precariedade da instrução pública e da tendência registrada em todo país de, sob a promessa de educação, os ingênuos serem conduzidos diretamente ao trabalho por seus tutores, em nossa pesquisa de mestrado localizamos três casos de frequência escolar de ingênuos no município de Rio Pardo, distante cerca de 200 quilômetros da capital. O primeiro refere-se à solicitação feita pelo professor Alfredo Nogueira à municipalidade, segundo a qual, em reconhecimento “ao bom trato e educação que ministro aos ingênuos que estão em minha companhia”, deveria ser isentado das despesas com o jazigo do ingênuo Taurino, de 17 meses, filho de Florinda, escravizada de sua propriedade. O pedido foi indeferido.⁵⁹

Os outros dois casos, de 1884, abrangem os irmãos Vicentina Francisca dos Santos e Rafael Antônio da Lapa. Frequentavam, respectivamente, as aulas públicas da professora Rita Cardoso⁶⁰ e do professor Horácio Maisonette, com bom aproveitamento. No turno inverso, já que as escolas funcionavam apenas pela manhã, o ócio era indesejado e o trabalho ainda não era considerável incompatível com a infância, o menino tornou-se aprendiz de um mestre-marinheiro e a menina possivelmente aprendia as lides domésticas com a mãe, Maria do Rosário, por sua vez, primeira liberta pelo fundo de emancipação do município, o que se deu em 1877. Por essa ocasião, o advogado José Gabriel Teixeira havia renunciado aos serviços dos ingênuos na pia batismal

⁵⁶ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Rodrigo de Azambuja Villanova...1887.

⁵⁷ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Rodrigo de Azambuja Villanova...1889. sobre as escolas do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, ver: Regina Regina Portela Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/EST Edições, 1993 e Maicon Lopes dos Santos, “Educação, trabalho e cotidiano: as Escolas de Menores Aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre”, *Anais do XIII Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História – seção Rio Grande do Sul*, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2016.

⁵⁸ Conforme regulamento da Lei do Ventre Livre (Brasil. Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872).

⁵⁹ Melina Kleinert Perussatto, *Como se de ventre livre nasceste...*

⁶⁰ Encontramos nos Códices de Registros Gerais da Câmara de Rio Pardo, sob guarda do AHMRP, diversos pedidos de suprimentos para aulas públicas solicitadas pela professora Rota Cardoso e outros professores.

(notamos em meio aos inventários *post-mortem* que por lá tornou-se uma praxe avaliar o serviço do ingênuo e libertá-lo mediante indenização) e alforriado a filha nascida escrava, além de alugá-lhes uma casa. No entanto, depois de algum tempo a família encontrava-se em completo estado de miserabilidade e voltou a residir com o antigo senhor. Desse modo, visando não apenas assinar o referido contrato de aprendizagem e sem prejudicar a instrução primária, o antigo senhor da mãe solicitou a tutela dos menores, concedida sumariamente pelo Juiz de Órfãos, comprometendo-se a tratar-lhes como se fossem seus filhos.⁶¹

Trouxemos essas histórias não apenas para ilustrar a articulação entre instrução e trabalho ou a precariedade e os novos arranjos de vida e trabalho em liberdade para pessoas saídas da escravidão; mas também porque um dos professores, Horácio Maisonette, havia montado um curso em Rio Pardo e lecionava gratuitamente aos domingos e dias santos, tradicionalmente associados ao exercício de margens de liberdade dentro do escravismo, a libertos e ingênuos. José Gabriel Teixeira possivelmente custeava a frequência diária do tutelado nas aulas do professor. Maisonette fundou em 1885 o jornal *O Lutador*, sem coloração partidária (ainda que o editor fosse republicano) e abolicionista. Ademais, migrou para a capital, onde seguiu lecionando na instrução pública, integrou o grupo de professores das aulas oferecidas pelo Clube Caixeiral, bem como do Ginásio São Pedro.⁶² Enfim, não podemos desconsiderar a ação de professores como ele, engajados com o abolicionismo, na promoção da instrução de egressos do cativo e ingênuos.

Embora não tenhamos localizado outros registros sobre a infância e a juventude de Tácito Pires, restando-nos conjecturas a partir do que foi apresentado até aqui, seu assento de batismo permite-nos vislumbrar a agência de Clemência Pires na busca por garantias de um futuro melhor ao filho.⁶³ Se a escolha da Protetora Nossa Senhora como comadre indica a devoção e o desejo de uma proteção espiritual ao filho, eleger Salvador de Albuquerque como compadre converge para um possível desejo de assegurar uma proteção no nível mundano, mas sobretudo a possibilidade de o filho desenvolver seu intelecto e adquirir predicados que reduziriam a precariedade da liberdade intrínseca a pessoas como ele. Ainda que aparentemente não possuísse uma posição social de prestígio ou recursos pecuniários, Salvador Albuquerque era professor e possivelmente

⁶¹ Melina Kleinert Perussatto, *Como se de ventre livre nasceste...*

⁶² *A Federação*, 07 jul. 1885, p. 2; id. 28 mar. 1890, p. 2; id. 31 mar. 1890, p. 1; id. 02 mai. 1890, p. 1; id. 05 jan. 1892, p. 3.

⁶³ “Aos quatro de Novembro de mil oitocentos e setenta e quatro, nesta Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus, batizei solenemente e pus os Santos Óleos a Pedro, crioulo, nascido a quinze dias, livre, conforme a Lei número dois mil e quarenta, de vinte oito de setembro de mil oitocentos e setenta e um, filho natural de Clemência, escrava da herança de João Marcelino Pires: foi padrinho Salvador de Albuquerque, Protetora Nossa Senhora. E para constar se lavrou o presente termo que vai por mim assinado. Vigário Hildebrando de Freitas Pedroso” (AHCMPA. Pedro, filho natural de Clemência Pires. Batismo: 04/11/1874. Nascimento: 20/10/1874. Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Madre de Deus, 1858-1877, p. 78).

foi o responsável por introduzir o afilhado no mundo das letras.⁶⁴ Como vimos no segundo capítulo, o padrinho de Aurélio Viríssimo de Bittencourt também era professor. E, talvez, Clemência, assim como Maria Júlia, mãe de Aurélio, tenha aprendido a ler e a escrever em meio a esse arranjo espiritual.

Particularmente em relação ao batismo dos ingênuos, houve 1.713 registros em Porto Alegre, entre 1871 e 1888, com um leve predomínio do sexo feminino (51,3%) e predominância da condição natural (99,45), ou seja, filhos de relações não sacramentadas pela Igreja.⁶⁵ Ademais, havia no país uma tendência dos progenitores ou tutores elegerem compadres com condição jurídica igual ou superior a do batizando, raramente inferior, o que se aplica ao batismo de Tácito Pires.⁶⁶ Segundo Sílvia Brügger, além da condição livre, pessoas com patentes militares, com cargos políticos ou clérigos possuíam um considerável prestígio social no estabelecimento do que chamou de “aliança para cima”.⁶⁷ Florentino & Góes, por sua vez, associam tal escolha à busca por solidariedade e proteção ao longo do processo de sedimentação familiar.⁶⁸ Mas não percamos de vista aquilo que foi assinalado por Robert Slenes acerca do impacto das tradições africanas e dos cálculos existentes na comunidade escrava sobre essas escolhas: os senhores “eram estranhos ao mundo mais íntimo de seus cativos, e estes, por sua vez, não se interessavam em abrir-lhes ‘janelas’ para as senzalas”.⁶⁹

Nas palavras de Sandra Jatahy Pesavento, nesse contexto “havia uma associação em cadeia: liberdade-educação-cidadania-trabalho”, ou seja, “os ‘novos tempos’ seriam aqueles nos quais os libertos [e os ingênuos], arrancados, pela educação, de um passado de ignorância e

⁶⁴ Salvador de Albuquerque formou-se em 1882 na Escola Normal (Regina Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul...*, p. 453) e dois anos depois ingressou na carreira pública, mas já atuava interinamente quando do nascimento do afilhado. Em 1885, Salvador foi nomeado professor da 1ª cadeira do sexo masculino na cidade de Jaguarão. No mesmo ano foi removido para Taquari em virtude de uma aprovação em concurso público. Em 1887 foi removido para São Sepé; em 1891 para Santa Cruz; demitido e readmitido em 1892 e, no mesmo ano, realocado em Viamão. Em 1895, quando se afastou para cuidar de sua saúde, estava em Taquara, e possivelmente veio a falecer, pois em 1899 já era falecido há três anos (*A Federação*, 05 fev. 1885, p. 3; 08 jul. 1885, p. 2; 26 jan. 1887, p. 2; 02 fev. 1891, p. 2; 18 fev. 1892, p. 1; 02 jul. 1892, p. 1; 27 jul. 1892, p. 1; 22 fev. 1895; 21 out. 1899, p. 3).

⁶⁵ Paulo Roberto Staudt Moreira e Natália Garcia Pinto, “Sem lar, viviam abrigados sob o teto da casa dos seus senhores’: experiências de vida e morte dos filhos do *Ventre Livre* (Porto Alegre e Pelotas, RS – 1871-1888), in: José Carlos Cardozo et al., *História das crianças no Brasil Meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 175-176.

⁶⁶ Stuart B. Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Conforme as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, legislação que organizava a administração eclesiástica no país até o advento da República, competia aos progenitores e tutores das crianças ou então a própria pessoa, caso fosse adulta, escolher um padrinho e uma madrinha. Recomendava-se aos proprietários batizar os menores de sete anos de idade, ainda que contra a vontade dos pais. (*Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia e aprovadas em 12 de junho de 1707...*)

⁶⁷ Sílvia Brügger, *Minas patriarcal: família e sociedade*. São João Del Rei – séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007, p. 287-288. As Constituições Primeiras impediam os padres de serem padrinhos, porém isso não foi uma realidade.

⁶⁸ Manoel Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 87.

⁶⁹ Robert W. Slenes, *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 207.

violência, fossem convertidos em cidadãos trabalhadores e ordeiros”.⁷⁰ Considerando a força dos escravistas, a Abolição não foi o bastante para romper com os laços de subordinação, especialmente daqueles oriundos das tutelas (estimuladas, como vimos, pelo próprio governo). Lembremos que antes mesmo da promulgação da nova constituição republicana⁷¹, um novo código penal foi aprovado.⁷² Dentre outras medidas, a redução da maioria penal de quatorze para dez anos de idade incompletos, sugerindo os (des)caminhos da infância pobre e negra.⁷³

Nessa esteira, transcorridos sete anos da Abolição, o Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, João Abbott, alertou o Presidente do Estado, Júlio Prates de Castilhos, sobre a necessidade de se criar uma “escola correccional” para abrigar, ensinar e educar os “menores vadios, vagabundos e desvalidos”, bem como de se cessar com “o inqualificável abuso das escravidões disfarçadas em tutorias, tão comumente observadas entre nós e de que são vítimas tantas crianças que têm direito à proteção da sociedade”. Na tentativa de superar o passado escravista e monárquico, cabia ao Estado tornar-se tutor efetivo dos ditos menores.⁷⁴

Ainda que em número restrito, o Estado recebeu ingênuos, porém, nada criou: nem as associações ou estabelecimentos previstos em lei, nem abrigos, colônias orfanológicas ou escolas de ofícios aventadas por Vilanova, tampouco as escolas correccionais de Abbott.⁷⁵ Não sabemos o destino dado aos ingênuos entregues à tutela estatal e a principal pista parece vir do relatório de 1883 do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, segundo o qual os “menores recebidos têm sido confiados a particulares, [...] competindo aos juizes de órfãos fiscalizar a instrução primária e a educação religiosa dos ditos menores”, sem sequer citar a opção de entregá-los às casas de expostos.⁷⁶ “Educá-las e instruí-las”, argumentou Abbott, “é prevenir males futuros, é preparar o cidadão de amanhã”, sendo um “dever de todos os governos amparar

⁷⁰ Sandra Jatahy Pesavento, *Emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FAPERGS, 1989, p. 58.

⁷¹ Brasil, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 fev.1891.

⁷² Brasil, Decreto n, 847, de 11 de outubro de 1890.

⁷³ A exceção se daria aos “maiores de 9 e menores de 14, que obrarem sem discernimento” (Brasil, Decreto n, 847, de 11 de outubro de 1890).

⁷⁴ AHRS. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior João Abbott...1895 apud Rodrigo Weimer, *Os nomes da liberdade...* p. 125.

⁷⁵ No final da década de 1880, apenas Piauí, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Ceará e Pará possuíam estabelecimentos dessa natureza subsidiados pelo Estado (Marcus Vinicius da Fonseca, *A educação dos negros: uma nova face da Abolição*. Bauru/SP: Editora da Universidade São Francisco, 2002). O segundo artigo da Lei do Ventre Livre previa a entrega dos ingênuos “cedidos ou abandonados pelos senhores”, “ou tirados do poder destes”, “a associações por ele autorizadas”. Sob a fiscalização dos Juizes de Órfãos, teriam “direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos”, podendo, inclusive, alugá-los, desde que os criassem, os tratassem, lhes constituíssem um pecúlio e os alocassem “findo o tempo de serviço”. Essas determinações se estenderiam “às casas de expostos e às pessoas a quem os Juizes de Órfãos encarregarem da educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos criados para tal fim” (Brasil, Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871). O artigo 67 do regulamento especificava que “O juízo de órfãos fiscalizará a instrução primaria e a educação religiosa dos menores, quer exigindo das associações, das casas de expostos e dos particulares o cumprimento dessa obrigação, quer impondo-a aos locatários de serviços nos respectivos contratos” (Brasil, Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872).

⁷⁶ Relatório do Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Afonso Augusto Moreira Penna...1884, p. 184.

a sociedade, procurando sempre e com cuidado melhorar a condição do meio”.⁷⁷ Ainda que se procurasse romper com as tutelas privadas e tornar o Estado fiador dos menores, ao vislumbrar na correção a escola ideal para os ditos menores acabava por não se distanciar tanto assim do passado com o qual procurava romper.

Outro dado importante refere-se à mortalidade infantil. No período de vigência da Lei do Ventre Livre houve o registro de 978 mortes de ingênuos em Porto Alegre, em sua maioria decorrentes de doenças no sistema digestivo (28,7%), de causas desconhecidas (25,7%), da eloquente expressão “primeira infância” (19,7%) ou no sistema respiratório (13,7%). Isso revela toda sorte de vulnerabilidades a que Tácito Pires estava exposto e que era, pois, um sobrevivente. Ademais, a partir do Dr. Langaard, Moreira & Pinto assinalaram a recomendação da aplicação de sanguessugas no tratamento de algumas das doenças da infância, o que amplia ainda mais a importância dos serviços oferecidos pelo Salão Calisto.⁷⁸ Mas não foi apenas Tácito Pires que subverteu as expectativas dominantes sobre os ingênuos. Lívia Tiede, por exemplo, vem pesquisando a história de Teófilo Dias de Castro, que possivelmente contou com o apoio de seu padrinho na construção de sua liberdade. Dentre outras coisas, tornou-se bibliotecário da renomada Faculdade de Direito de São Paulo, onde Aurélio Júnior formou-se, e fundou *O Clarim*, importante jornal da imprensa negra paulistana do século XX.⁷⁹

Desse modo, fica ainda mais nítida a razão pela qual na primeira página da edição de refundação de *Exemplo* foi publicado um artigo sobre a promulgação da lei de 28 de setembro. “O 28 de Setembro é um dos marcos mais significantes das conquistas liberais do Povo deste país. Todo o luzimento do 7 de Setembro desaparece ante ele e o 15 de novembro dele provém”, bem como do treze de maio. Por conta disso, a referida data era considerada “a maior e a mais significativa para os brasileiros, pois devolve[u] a uma grande porção de homens a liberdade”, viabilizando também a construção da nacionalidade, por sua vez incompatível com a existência de cidadãos escravizados ou “brasileiros terem brasileiros por escravos”.⁸⁰ De acordo com Olívia Cunha e Flávio Gomes, nesse contexto “um ideal de cidadania se impôs como corretivo de um passado”, no qual “a sujeição legal não se coadunava com os ventos civilizatórios da nação que se imaginava moderna”. Por outro lado, recuperaram os “problemas da liberdade” teorizados pelo historiador Thomas Holt para assinalar a impossibilidade de “conceber como ‘natural’ a transformação do estatuto social dos cativos em formulações legais de caráter liberal, nas quais

⁷⁷ AHRS. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior João Abbott...1895 apud Rodrigo Weimer, op. cit., p. 125.

⁷⁸ Paulo Roberto Staudt Moreira e Natália Garcia Pinto, op. cit., p. 179; Theodoro J. H. Langaard, *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*. 3. vol. 2. ed. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872. São diversos os trabalhos que abordam a questão da mortalidade infantil nesse contexto.

⁷⁹ Lívia Maria Tiede, “A trajetória de um militante negro paulistano entre 1900 e 1930”, Texto apresentado na linha de pesquisa de História Social da Cultura (CECULT/UNICAMP) em dezembro de 2016 (mimeo.).

⁸⁰ Carlos Publio, “28 de setembro”, *O Exemplo*, 05 out. 1902, p.1.

cidadãos plenos de direito mover-se-iam autônomos e livres, num novo mercado de relações sociais e bens simbólicos supostamente universais”.⁸¹

Diante do exposto, embora Tácito Pires possa ter se enredado nas malhas tutelares, o fato é que em 1895, mesmo ano em que o secretário João Abbott registrou sua denúncia acerca da manutenção da “escravidão disfarçada de tutela”, participou da fundação da Liga Operária Internacional, da qual foi empossado como vice-presidente ao lado de Francisco Xavier da Costa, igualmente negro, e de pessoas com sobrenomes estrangeiros. Em outubro daquele ano, aliás, Tácito Pires, que ainda assinava o prenome Pedro, completou 21 anos, a mesma idade com a qual cessaria o período de prestação de serviços dos ingênuos, caso a Abolição não tivesse ocorrido. Dois anos depois, Pires e Xavier da Costa também foram signatários do Manifesto do Partido Socialista, em cujas linhas se lê que o socialismo “é contra o ódio das raças”.⁸² Em meio a isso, ambos se inseriram na tipografia e na imprensa operária e, em 1898, representaram a Liga durante o Congresso Operário realizado na capital e na decorrente comissão organizadora da Confederação Operária Sul-Rio-Grandense.⁸³

Além de Tácito Pires, Vital Baptista e Francisco Xavier da Costa, a sociedade Floresta Aurora se fez presente nas manifestações alusivas ao Primeiro de Maio de 1897.⁸⁴ De acordo com Nereidy Rosa Alves, tratava-se de uma sociedade beneficente fundada por “negros forros”, em sua maioria operários.⁸⁵ Acerca disso, Marcus Rosa sublinhou que embora houvesse distintos “critérios de formação, “a Liga dos operários e a Sociedade dos negros compartilharam não apenas os indivíduos, mas também o espaço físico. A antiga Rua da Concórdia, nº 55, na Cidade Baixa, foi o endereço da Liga, em 1899, e da Floresta Aurora, em 1902”. Ademais, “Hilário Luiz de Oliveira, Cândido Maximiano da Silva e Arthur Paulino da Rosa”, sócios da Floresta Aurora e o último também “secretário da Arqui-Confraria de Nossa Senhora do Rosário”, estiveram dentre aqueles chamados a participar do já mencionado Congresso Operário. “Por diferentes motivos, era natural

⁸¹ Olívia Gomes Cunha e Flávio dos Santos Gomes, Introdução – que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença, in: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007, p. 12-13. A referência mencionada é: Thomas Holt, *The Problem of Freedom. Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. Johns Hopkins University Press, 1992.

⁸² “O socialismo é o verdadeiro regime da liberdade, da igualdade e da fraternidade; é contra os opressores de toda a espécie; é contra o predomínio de qualquer facção ou partido; quer a plena igualdade de direitos com a plena igualdade de deveres; é contra as soluções à bala de dificuldades políticas; é contra o ódio das raças e a vaidade de governantes cujos resultados são sempre funestos à coletividade que paga inconscientemente os erros alheios; o socialismo é o inimigo figadal do favoritismo do Estado; quer para o povo o que é do povo; que este goze o resultado do seu trabalho, do seu esforço em vez de ser como um escravo de classes privilegiadas” (“Manifesto do Partido Socialista do Rio Grande do Sul”...) [grifos nossos]

⁸³ Sílvia Petersen, “Que a união operária seja nossa pátria”.... p. 113-114.

⁸⁴ Sílvia Petersen, “A circulação da imprensa operária brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX”, in: Cesar de Queirós (org.), *Cultura operária: trabalho e resistências*. Guarapari: Ex-Libris, 2010, p. 111 apud Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 253.

⁸⁵ Nereidy Rosa Alves, “Floresta Aurora: 130 anos de história”, in: Associação rio-Grandense de Imprensa. *O Povo negro no Sul*. Porto Alegre: Associação rio-Grandense de Imprensa, 2002 apud Ana Flávia Magalhães Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 149.

que homens de cor participassem da Liga; afinal, eles tinham a dupla identidade de negros e operários num contexto em que as condições de vida e de trabalho faziam do ingresso em agremiações uma necessidade social para fazer frente à exploração e à miséria”.⁸⁶



Figura 21 - Francisco Xavier da Costa
Fonte: *O Exemplo*, 13 dez. 1929, p. 3.

No movimento operário, Pedro Tácito Pires foi diretor e redator do jornal *A Voz do Operário*, cuja primeira edição data de primeiro de abril de 1899 e a última de princípio de 1900. “Jornal defensor das classes proletárias” era seu lema e se vinculava à Liga Operária Internacional, a essa altura vice-presidida por Pires. É considerado o primeiro jornal (estritamente) socialista fundado na capital sul-rio-grandense.⁸⁷ Não tardou a surgir outro periódico com essa cor política: *O Avante* que, conforme Jorge Jardim, reeditou uma coluna dedicada à questão operária existente na *Gazetinha* (no qual Pires foi colaborador), recuperou a proposta de *A Voz do Operário* e concorreu à conformação de uma possível “tradição de luta no meio operário”.⁸⁸ Em meio a sua inserção em *O Exemplo*, fundou *A Voz dos Oprimidos* no dia primeiro de maio de 1903. Com tiragem de cinco mil exemplares e distribuição gratuita, é provável que tenha sido edição única. Segundo o editorial assinado por Pires, surgiu para levantar “com o coro geral das vítimas o grito de protesto contra as injustiças sociais”.⁸⁹

⁸⁶ Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 253-254.

⁸⁷ No interior, tem-se notícias do *Eco Operário* de Pelotas (Jorge Pastorisa Jardim, *Comunicação e militância: a imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990, p. 72). Segundo João Batista Marçal, era o órgão da Cooperativa Tipográfica, Clube Socialista Carlos Marx e Sociedade Operária de Propaganda “Afonso Coelho”. Essas entidades eram fruto de uma dissidência do Partido Socialista, grupo chefiado por José Rey Gil, então presidente da Liga Operária Internacional, João Tolentino de Souza, Pedro Tácito Pires e outros” (id.).

⁸⁸ Dentre os objetivos do *Avante* estavam “[...] as liberdades individuais, direito universal de voto, imposto sobre a renda, ensino primário gratuito e obrigatório, estatização de setores básicos da economia, incentivo a cooperativas, ensino técnico, tribunais arbitrais entre patrões e empregados, salário mínimo, inspetores de fábricas, controle do trabalho do menor, imposto progressivo sobre heranças, saúde e justiça gratuitas, igualdade de direitos para a mulher” (Jorge Pastorisa Jardim, *Comunicação e militância...* p. 72).

⁸⁹ T. P. “Porque que vimos”, *A Voz dos Oprimidos*, 1º mai. 1903, p. 1. Sua capa estampava os dizeres: “Salve Primeiro de Maio!”; “Operários do mundo todo – uni-vos!”; “Nós lamentamos os homens que não sabem a verdade – e desprezamos

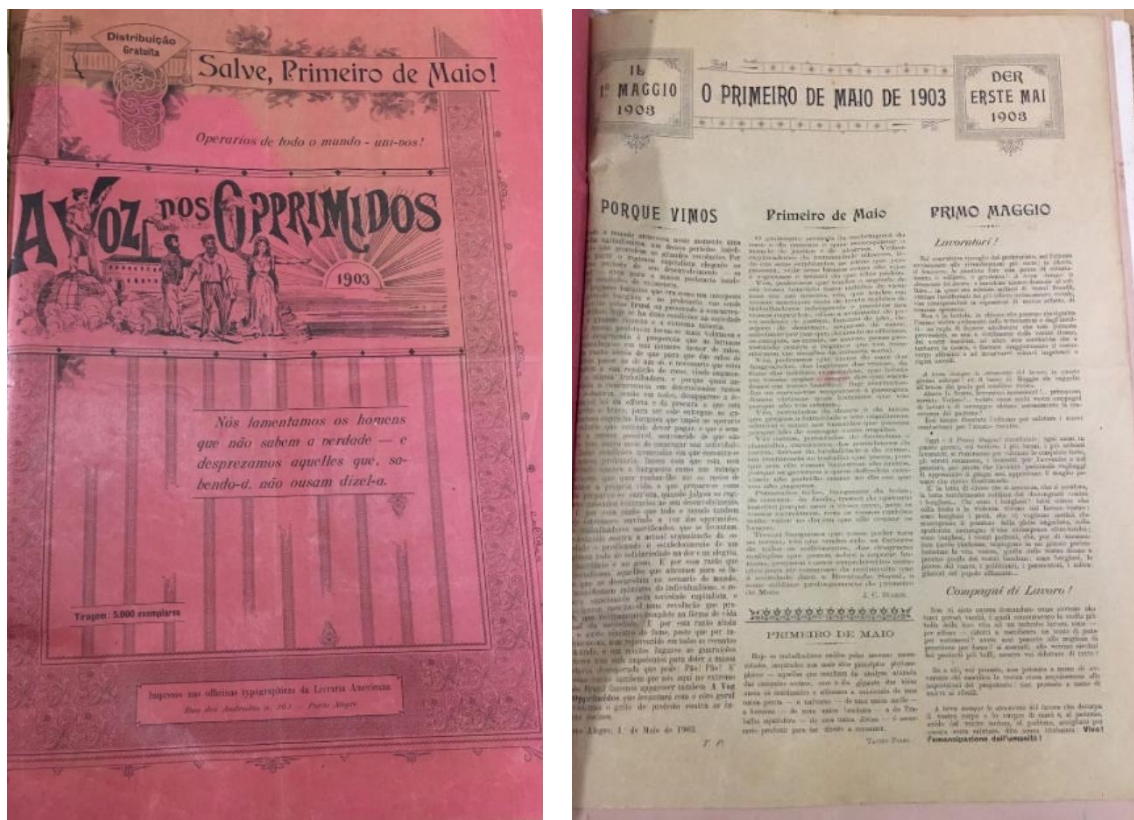


Figura 22 - A Voz dos Operários, 1º mai. 1903, capa e p. 1
 Fonte: BRG. Coleção Agostinho José Lourenço

A despeito de Pedro Tácito Pires e Xavier da Costa compartilharem os agouros do racismo, desde pelo menos 1898 protagonizaram uma cisão no grupo socialista. Em uma das polêmicas, Xavier da Costa acusou Pires de sequer ser operário, pois não possuía “profissão definida”, além de ser “cassalista” e estar transformando a Liga Operária Internacional “em um canteiro de votos”, em detrimento dos “interesses da classe”.⁹⁰ Como consequência, o pedido de demissão Xavier da Costa levou José Reis Gil à presidência da agremiação e Pires à secretaria. Pouco tempo depois, com a saída do último, Xavier da Costa voltou à direção.⁹¹ Acerca desse racha, Marcus Rosa assinalou que “ainda que compartilhassem a cor e a classe, não deixavam de ter diferentes entendimentos sobre os meios mais adequados de alcançar seus objetivos”.⁹²

Chegamos, por conseguinte, não apenas aos embates acerca do que era trabalho ou não, por conseguinte, quem era trabalhador ou não, mas também ao contato dos socialistas com o republicanismo. Segundo Benito Schmidt, Xavier da Costa aproximou-se do PRR somente em

aqueles que, sabendo-a, não ousam dizê-la”. Era impresso nas Oficinas da Livraria Americana, rua dos Andradas, n. 263 (Coleção José Agostinho Lourenço, Biblioteca Pública de Rio-Grande).

⁹⁰ Sílvia Petersen, *Que a união operária seja a nossa pátria!...* p. 120. “cassalista” refere-se ao líder republicano João de Barros Cassal (ver: Ari Martins e Lotar Hessel, *Escritores brasileiros* - Rio Grande do Sul - Dicionários. Porto Alegre: IEL, 1978, p. 240).

⁹¹ A polêmica entre Xavier da Costa no interior da Liga Operária Internacional está detalhada em: Sílvia Petersen, *Que a união operária seja a nossa pátria...*, p. 119-124.

⁹² Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 255.

1912, ocupando em seguida uma cadeira no Conselho Municipal. Contudo, conforme exposto no primeiro capítulo, sua presença foi notada pelos redatores de *A Federação* em reuniões do partido e em sua sociabilidade desde pelo menos 1904. Embora não seja nossa intenção explorar essas evidências, lembremos que em 1906 foi um dos principais líderes da greve geral conhecida como “Greve dos 21 dias”.⁹³ Talvez sua presença em meio ao circuito republicano forneceu-lhe, ao menos nesse cenário, subsídios para a elaboração de seu protesto.

As ideias socialistas ou sociais-democratas ganharam força no ainda incipiente movimento operário, sobretudo diante das frustrações em relação ao tratamento dispensado à questão social no contexto de instauração do sistema republicano, o que não redundou no desaparecimento do mutualismo. Segundo Sílvia Petersen, no Rio Grande do Sul o socialismo também era difuso, assim como observou Cláudio Batalha no Rio de Janeiro, contando com a convergência de diversas influências ideológicas (positivismo, cientificismo, espiritismo) e grupos, sobretudo imigrantes alemães e antigos militantes republicanos e abolicionistas.⁹⁴ Isto, por sua vez, nos leva não somente a conjecturar a aproximação de Esperidião Calisto com as lutas engendradas pelo movimento operário, mas que em meio a elas conheceu seus novos companheiros de empreitada: o alfaiate Vital Baptista e, especialmente, o tipógrafo Tácito Pires.

Desse modo, a adesão de homens negros ao socialismo certamente convergia para as lutas por ampliação da cidadania. Conforme Schmidt, a “garantia de direitos políticos e sociais [...] a todos os indivíduos, independentemente de sua condição de classe”, era a principal bandeira dos socialistas e que se reportava ao ideário iluminista, correndo também para isso o que foi assinalado no Manifesto do Partido Socialista de 1897: “O socialismo é o verdadeiro regime da liberdade, da igualdade e da fraternidade”.⁹⁵ A escolha de Xavier da Costa pelo socialismo, segundo Schmidt, associou-se inicialmente a uma provável insatisfação com a “ordem social vigente”, já que por sua condição, pobre e negro, experimentava desde a infância os preconceitos de cor e de classe. Tal identificação foi facilitada por seu caráter “difuso, heterogêneo e elástico” permitir a aproximação de “militantes com itinerários, objetivos e inspirações bastante diversificadas”.⁹⁶ É dentro da chave da luta por ampliação da cidadania que a adesão de Xavier da Costa ao PRR foi compreendida por Schmidt, ou seja, como uma forma de efetiva participação nos “negócios políticos” sem abandonar as causas operárias, uma vez que se tornou “homem ponte” entre os

⁹³ Benito Schmidt, *Em busca da terra de promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

⁹⁴ Cláudio Batalha, “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”, in: Quartim de Moraes (org.), *História do marxismo no Brasil*. Campinas, UNICAMP, 1995, p. 11-44 apud Petersen, Sílvia. *Que a união operária seja a nossa pátria...* p. 60. Não é nosso objetivo esmiuçar as correntes ideológicas e suas particularidades, mas sim o trânsito de homens negros, particularmente aqueles ligados a *O Exemplo*, por organizações desse viés.

⁹⁵ Benito Schmidt, *Em busca da terra de promessa...*, p. 276-277.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 435-436.

poderes públicos e o ‘povo’ e participou de diversas medidas em prol dos trabalhadores.⁹⁷ Essas considerações nos ajudam a compreender a adesão de Tácito Pires ao socialismo e as divergências com Xavier da Costa no fazer-se do movimento operário da capital sul-rio-grandense que, por sua vez, revelam as heterogeneidades desses sujeitos.

Um outro exemplo vem de Pelotas, por meio do qual a consciência racial e de classe se mostram amalgamadas, portanto mais próximas da postura assumida por Tácito Pires. Antônio de Oliveira ou Antônio Baobad (1861-1907), segundo Beatriz Ana Loner, tornou-se primeiramente republicano, sendo lembrado como correligionário por ocasião de sua morte. Mas, em meio a isso, diante das desilusões com os descaminhos republicanos e visando melhorar “a vida do povo, especialmente do povo negro”, não apenas aderiu ao socialismo, ainda no final do século XIX, como também substituiu o sobrenome senhorial pelo da frondosa árvore africana. Colaborou com jornal *Democracia Social*, fundou a União Operária Internacional em Pelotas e participou da reformulação dos estatutos da Sociedade Feliz Esperança, surgida com o intuito de libertar pessoas da escravidão na década de 1870. Se a tuberculose lhe impediu de seguir atuando como operário-chapeleiro, não foi o bastante para impedir-lhe de dar aulas particulares de primeiras letras. Dentre seus alunos estavam os irmãos Penny, futuros fundadores do jornal negro e operário *A Alvorada*, o mais longo da imprensa negra do país. Segundo seu irmão Rodolfo Xavier (1874-????), chamado a integrar o periódico como auxiliar de redação, Baobad foi a grande inspiração para o empreendimento.⁹⁸ As frustrações com a República, portanto, concorreram para que esses sujeitos buscassem outras correntes ideológicas e frentes de luta na busca pela ampliação da cidadania e no combate aos preconceitos de cor e de classe.

Acerca dos preconceitos incrustados nos costumes da sociedade republicana, aliás, uma crônica de 1904, assinada pelo pseudônimo S. Pereira, asseverou: “Bem diz o meu compadre e velho amigo Souza, que isso de igualdade é conversa fiada, que o preto aqui nesta terra [...] só tem direito a não ter direito a coisa alguma”. O interlocutor, resignado, manifestou-se: “Deixa-te de ‘lorotas’. O que tens arranjado com as tuas ideias de republicano? Vive aí praguejando contra a falta de justiça, de equidade e até o menosprezo de que somos vítimas. De ti mesmo, quando deixares de existir, a única coisa que podem dizer, se até lá continuares honesto e cumpridor dos

⁹⁷ Ibid., p. 349. Os socialistas defendiam a “constituição de um partido genuinamente operário” em um entendimento de que a cidadania se associava, sobretudo, à “possibilidade de interferir nos negócios públicos, da qual derivariam os demais direitos sociais”, localizando a luta “no terreno político-partidário” e do reformismo, ainda que as ideias de revolução se fizessem presentes nos escritos de seus líderes (Ibid., p. 279-280).

⁹⁸ Beatriz Ana Loner, “Antônio: de Oliveira a Baobad”, in: Flávio dos Santos Gomes e Petrônio Domingues (orgs.), *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 109-136. Ver também: José Antônio Santos, *Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora da UFPel, 2003; Lúcio Xavier Alves, *Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935)*. Monografia (Trabalho de Conclusão em História Licenciatura) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005. Ver ainda: Ângela Pereira Oliveira, *A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935*. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

teus deveres como cidadão, é que foste um bom *negro*, muito fiel, etc., etc”.⁹⁹ Vemos, pois, mais um reforço à construção de imagens positivas sobre a raça no enfrentamento aos estereótipos sobre o negro na sociedade porto-alegrense dentro da invenção e experimentação da liberdade no pós-abolição. Nesse viés, Flávio Gomes e Olívia Cunha ponderaram que “a subordinação e a sujeição tornaram-se parte de um ambíguo terreno no qual ex-escravos e ‘livres de cor’ tornaram-se cidadãos em estado contingente: quase-cidadãos”.¹⁰⁰

Na mesma crônica, como exemplo da desigualdade com base na cor ou raça, da vivência da *quase-cidadania*, existente inclusive nos bondes, o pseudônimo S. Pereira descreveu uma experiência pessoal. Ainda que bem vestido, com trajes simples e de confecção local, o cronista não recebeu a mesma benesse estendida a outro, por sua vez trajado com vestes parisienses, a quem foi dispensado o pagamento do bilhete após alegar a ausência de dinheiro trocado. Ademais, intrigou-lhe o fato de ter sido chamado de “chefe” pelo condutor, pois não era chefe de coisa alguma, enquanto o outro foi chamado de “cavalheiro”, embora não mais existissem “legiões de honra”. Depois de muito matutar, concluiu não ser apenas a qualidade das vestes, mas sobretudo as diferentes colorações epidérmicas desencadeadoras do tratamento diferenciado: “e... de mais a mais, era *incolor* e eu, preto”. Ainda assim, concorreu com seu “nicolau’ muito magro para a manutenção daquela empresa”, ou seja, para pagar os salários ao gerente fiscal, aos acionistas, ao condutor “e até ao milhozinho que será dado aos dois burrinhos, que tão resignadamente puxavam aquele velho e enorme carretão”.¹⁰¹

Segundo Regina Xavier, essa crônica exemplifica como a “associação entre classe e cor se fazia sentir [...] das formas mais sutis, combinando em suas aparências tanto a tonalidade da pele quanto seus comportamentos e formas de vestir”.¹⁰² Ademais, se o bonde era um dos signos da modernidade urbana e do progresso tecnológico dos novos tempos, ao descrevê-lo como um veículo precário, desconfortável e obsoleto, o cronista nos oferece uma perfeita metáfora para o desenrolar da racialização e do racismo na Primeira República. No manejo das categorias raciais, não deixou passar em branco, com o perdão do trocadilho, o fato do distinto cavalheiro também possuir cor, escancarando os sentidos políticos do processo que levou a invisibilidade de uma cor

⁹⁹ S. Pereira, “Desalinhavo”, *O Exemplo*, 31 jul. 1904, p. 1.

¹⁰⁰ Olívia Gomes Cunha e Flávio dos Santos Gomes, Introdução – que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença, in: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007, p. 13.

¹⁰¹ S. Pereira, “Desalinhavo”... A primeira linha de bonde passou a funcionar em Porto Alegre em meados da década de 1860 com trilhos de madeira e bondes movido à tração animal. A ampliação às linhas foi registrada a partir do surgimento da Companhia de Carris de Ferros Porto-Alegrense. Em 1908, o primeiro bonde elétrico entrou em circulação (Paul Singer, *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977).

¹⁰² Regina Célia Lima Xavier, “Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição”, in: Alexandre Fortes et al. (orgs.), *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 103-131.

em específico. Enfim, por meio da denúncia da desigualdade existente em um bonde tão obsoleto quanto os preconceitos, o cronista produzia uma metáfora adequada àquela realidade.

Voltamos à primeira edição de refundação do periódico para refletir com mais vagar sobre a racialização do trabalho e do trabalhador. Na virada da primeira para a segunda página, em um artigo intitulado “O Negro”, Tácito Pires replicou um texto veiculado no jornal *Corriere Italiano*.¹⁰³ O trecho, reproduzido na língua italiana e traduzido para o português, iniciava assim: “Ali [no Estado de São Paulo] a mão do negro foi substituída pela do branco, em piores condições porque o primeiro era escravo, e sabendo que o era *se adaptava facilmente* aos caprichos brutais do fazendeiro”. Na sequência, o jornalista italiano explicou que o branco, por ter “*nascido livre em um país livre*, mal se adapta, e menos se adaptará ao papel do negro antigo”. Essa confusão quanto às formas e relações de trabalho se tornavam compreensíveis porque os fazendeiros, “a maior parte mestiços”, ainda não tinham compreendido que “abolida a escravidão para *uma raça inferior é impossível impô-la a uma superior*”.¹⁰⁴

“Não queremos aventar uma questão de raça”, ponderava Tácito Pires no início de sua réplica, pois não queria ser injusto com “a grande maioria da colônia italiana”. No entanto, baseado “nas contradições e bobices” expressas por seu colega de imprensa, assinalou que inatismo e adaptabilidade eram coisas distintas; e que o fato de o negro ter se “submetido” à escravidão por tantos anos não se devia a uma “característica da raça”, pois os negros escravizados descendiam de pessoas nascidas em países livres e vítimas da “iniquidade capitalista e patriótica das potências civilizadas, das *raças superiores* (sim, superiores na infâmia)”. Diante da força, nada puderam fazer.

Valendo-se mais uma vez da ironia, chegou às causas da suposta inferioridade racial do negro: “Esta infeliz raça é inferior porque tem produzido os Montezumas, os Cotegipes, os Rebouças, os Patrocínios? Não. É inferior pelos tipos ignorantes que passam a todo instante na rua, pobres de instrução e de proteção”. Ao deslocar a questão do atavismo para o âmbito social, Tácito Pires colocou em cheque pressupostos que sustentavam o racismo antinegro, manejando a ideia de raça semelhantemente à forma adotada por outros intelectuais negros, ou seja, ainda que

¹⁰³ O hebdomadário dominical *Corriere Italiano* tinha como lema “organo della colonia italiana in questo stato” [órgão da colônia italiana neste Estado]. Surgiu em Porto Alegre em 25 de maio de 1902; o escritório situava-se na rua do Comércio, n. 124; e Angelo M. La Porta era editor-proprietário. Localizamos saudações dirigidas a Júlio de Castilhos e ao órgão republicano (*A Federação*, 07 jul. 1902, p. 2; id. 19 nov. 1902, p. 1; id. 07 jan. 1903, p. 2). O primeiro exemplar está na Coleção Agostinho José Lourenço da BRG.

¹⁰⁴ Tácito Pires, “O Negro”, *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 1-2 [grifos originais]. Uma análise sobre as relações raciais no oeste paulista no pós-abolição, sob as lentes da sociologia histórica, pode ser encontrada em: Monsma, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016. Além disso, o texto de Giralda Seyferth ajuda a refletir sobre as relações entre o racismo e imigração (“Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”, in: Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (orgs.), *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996) e Hebe Mattos sobre o modo como a racialização impactou sobre a cidadania e a liberdade negra no pós Abolição (Hebe Mattos, “Prefácio”, in: Frederik Cooper, Thomas Holt, Rebecca Scott, *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005).

reconhecesse a existência de diferenças entre os seres humanos, assim como W.E.B. Du Bois, compreendia a raça como uma construção social forjada em meio a relações desiguais de poder localizadas historicamente. Em última análise, o problema não estava no negro, mas sim no branco, seja como agente do colonialismo e da escravidão moderna, seja como beneficiário dos subsequentes privilégios baseados na ideia de raça, ou como detentor do poder político, portanto, responsável pelo estabelecimento (ou não) de políticas públicas que visassem a equalização das diferenças.¹⁰⁵ Tácito Pires, Du Bois e vários outros intelectuais negros desejavam que apenas os talentos e as virtudes fossem a medida de hierarquização entre os seres humanos.¹⁰⁶



Figura 23 - *Corriere Italiano*, 25 mai. 1902, p. 1
Fonte: BRG. Coleção Agostinho José Lourenço

A resposta ao jornalista italiano permite, ainda, a apreensão do modo como diferentes grupos étnico-raciais teorizavam sobre si e sobre o outro, com base em repertórios raciais disponíveis e outras ideias que circulavam, especialmente, pela imprensa. Em particular, podemos perceber as diferentes maneiras como negros e italianos experimentavam a reorganização das relações de trabalho e imprimiam sentidos ao trabalho “livre” para além do seu viés socioeconômico.¹⁰⁷ Em outras palavras, é inegável que o estreitamento de *O Exemplo* com as pautas da imprensa operária assinalou os efeitos das ideias correntes de raça sobre a maneira como uma parcela significativa dos trabalhadores experimentavam a industrialização e

¹⁰⁵ W.E.B. Du Bois, *As Almas da Gente Negra*. Lacerda Editores: Rio de Janeiro, 1999; Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas...*; ver ainda: Paul Gilroy, *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

¹⁰⁶ Paul Gilroy, *O Atlântico Negro...*

¹⁰⁷ Karl Monsma, *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

teorizavam sobre os sentidos do trabalho livre. Aliás, como na fase extinta, ser reconhecido como um trabalhador livre seguia na ordem do dia para a população negra, mas ao contrário dos imigrantes, por exemplo, precisavam dissociar-se do passado escravista, ainda que muitos deles tivessem nascido livre, e dos decorrentes estereótipos raciais que produziram imagens do negro enquanto uma ser desajustado à sociedade de classes e uma ameaça à ordem e à moralidade. Sobre os usos políticos da raça, Marcus Rosa assinalou:

Lentamente, ainda durante o escravismo, a raça forneceu uma justificativa tácita para barrar a ampliação dos direitos civis aos cativos à medida que se tornaram livres, ou seja, para manter velhas hierarquias políticas entre os que viviam em liberdade. De modo bastante particular, a raça como componente das relações sociais tinha vínculos muito mais diretos com a liberdade dos negros – e suas consequências – do que com a escravidão. A desagregação do domínio e da autoridade senhoriais durante o século XIX foi acompanhada por essa crescente importância da raça nas relações sociais, em que os significados atribuídos aos tons de pele orientaram a redefinição das hierarquias e dos conflitos sociais no Brasil. Assim raça e cor, principal critério racial, passaram a ser componentes centrais das relações sociais, atendendo a propósitos políticos de naturalização e perpetuação das desigualdades. Se antes da Abolição a condição social dos negros era dada pelos estatutos jurídicos escravistas, depois da Lei Áurea tal condição passou a ser definida principalmente pela cor.¹⁰⁸

Ademais, de acordo com Olívia Cunha e Flávio Gomes, o cenário descortinado após a abolição tornou-se um “complexo território de práticas sociais, que se envolvem relações entre pessoas marcadas por identidades sociais variadas”, no qual “inusitadas combinações dos significados de liberdade, cor e cidadania ganha[ra]m e produz[ira]m novos significados”. Inseridas em um cenário ampliado de transformações políticas, “novas classificações sociais povoaram documentos, processos, registros eclesiásticos, atas e relatórios, que inseriam não-cidadãos até então qualificados como *escravos, ingênuos, libertos, tutelados, desordeiros e vadios* no universo burocrático da linguagem jurídica do Estado republicano”.¹⁰⁹

Por sua vez, a ressalva feita por Tácito Pires, qual seja, de que não endereçava sua crítica a toda colônia italiana, indica as relações tecidas entre “os de baixo”, marcadas por conflitos, mas também por solidariedades. Na virada do século XIX para o XX, Porto Alegre foi palco de uma intensa expansão econômica e urbana, em parte originária das oficinas e fábricas criadas pelo capital acumulado no comércio de mercadorias produzidas nas colônias alemãs e italianas. Por consequência, a necessidade de se ampliar as redes de transporte não somente interligou a capital a diversos pontos do Estado, mas também registrou uma significativa expansão demográfica (de 52.421 mil habitantes em 1890 para 130 mil em 1910)¹¹⁰, permitindo, inclusive, a entrada de

¹⁰⁸ Marcus Vinícius de Freitas Rosa, *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014, p. 13.

¹⁰⁹ Olívia Gomes Cunha e Flávio dos Santos Gomes, *Introdução...*, p. 10.

¹¹⁰ Sobre o impacto dessas transformações na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, dentre outros, ver: Alexandre Fortes, *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004; Nauber Gavski da Silva, *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010; Maurício Reali Santos, *Gênero, raça e classe: as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho doméstico em Porto Alegre no pós-abolição (1896-1908)*. 57 f. Trabalho de Conclusão

homens *de cor* no funcionalismo público. Como vimos no primeiro capítulo, Arthur Pinto Gama ingressou nessa carreira como escriturário na construção da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana, cuja obra iniciou 1877, interligando diversos municípios com núcleos coloniais imigrantes à capital.¹¹¹

No que se refere às relações raciais entre negros e imigrantes, George Andrews, a partir de São Paulo, constatou que os segundos eram mais beneficiados nas disputas geradas no mercado de trabalho, seja em relação aos salários ou aos favorecimentos públicos.¹¹² A partir de Porto Alegre, Marcus Rosa explorou alguns dos efeitos da ampliação da convivência entre pessoas de diferentes origens, cores, raças e etnias.¹¹³ Conforme a tabela seguinte, Porto Alegre era uma cidade majoritariamente branca, com predomínio de homens dentro desta população, e de mulheres entre a parcela descrita como preta ou mestiça em 1890.

Tabela 3 - População conforme sexo e raça, Porto Alegre, 1890

Raça	Homens		Mulheres		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%
Branca	18.761	71,0	17.672	67,9	36.433	69,5
Preta	3.130	11,9	3.415	13,1	6.545	12,5
Mestiça	4.082	15,5	4.576	17,6	8.658	16,5
Cabocla	436	1,6	349	1,4	785	1,5
Total	26.409	100,0	26.012	100,0	52.421	100,0

Fonte: Brasil, op. cit., 1890.

O “embranquecimento” da capital pode ser complementado pelos dados do recenseamento de 1900, expostas na próxima tabela, que aponta a existência de 4,6% de estrangeiros em meio à população da capital, percentual inferior àquele observado para o Estado. Dentre a população estrangeira no Rio Grande do Sul, 49,4% era analfabeta e dentre os nacionais, o percentual subiu para 69,8%. Neste momento a população teve um enorme crescimento demográfico: em dez anos passou de 52.421 para 73.674 habitantes.

Tabela 4 - População conforme sexo e nacionalidade no Rio Grande do Sul, 1900

	Homens	Mulheres	Total
--	--------	----------	-------

de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013; Marcus Rosa, op. cit.

¹¹¹ Ainda que para outro contexto, Robério de Souza Santos explicitou conflitos e solidariedades tecidos entre negros, imigrantes e nacionais na construção da primeira estrada de ferro baiana, em meados do século XIX (*Trabalhadores dos Trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana, 1858-1863*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015). Anteriormente, já havia explorado as lutas em torno do trabalho livre protagonizadas no pós-abolição por construtores de outra ferrovia, no mesmo Estado (*Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pós-abolição - Bahia, 1892-1909*. Salvador: EdUFBA; São Paulo: FAPESP, 2011). Em minha pesquisa de mestrado encontrei um caso no qual Manoel Salgado Marinho, um homem negro, chegou a Rio Pardo no trem vindo de Porto Alegre e disse, dentre outras coisas, ser doutor em engenharia e que trabalhara na construção da estrada de ferro de Bagé, seguindo, em breve, para continuar o trabalho em Santa Maria. Ainda que tenha, depois, desmentido essa afirmação, ela, por si só, revela que esse era um espaço de trabalho acessado por negros no Rio Grande do Sul (Melina Kleinert Perussatto, *Como se de ventre livre nascesse...* p. 46).

¹¹² George Reid Andrews, *Negros e brancos em São Paulo (1888-1998)*. Bauru: EDUSC, 1998.

¹¹³ Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...*

Nacionalidade	N.	%	N.	%	N.	%
Brasileira	507.502	86,9	506.484	89,6	1.013.986	88,2
Estrangeira	73.365	12,5	55.964	9,9	129.329	11,3
Ignorada	3.341	0,6	2.414	0,5	5.755	0,5
Total	584.208	100,0	564.862	100,0	1.149.070	100,0

Fonte: RS, op. cit., 1981.

Por outro lado, se somarmos pretos e mestiços chegamos a quase 40% de pessoas negras na capital. Infelizmente, a cor ou raça só volta a aparecer no censo de 1940, revelando a dimensão eminentemente política implicada no silenciamento da cor nas coletas demográficas. De todo modo, mesmo nos dois censos em que tal informação aparece, a presença de pessoas negras nos espaços formais de ensino e entre as pessoas letradas ou que sabiam “ler e escrever” fica apenas sugerida, pois não foram coligidas separadamente. Entre os sujeitos que frequentaram as aulas públicas ou particulares estavam vários daqueles que viriam a compor o grupo de *O Exemplo*, informações que, por ora, só temos condições de acessar por meio da análise qualitativa desse jornal. Considerando apenas a capital e somando pretos e mestiços no censo de 1890 (tabela 4), pode-se estimar que o público-alvo de *O Exemplo* era de cerca de quinze mil pessoas. Porém, como não é possível saber quantas dessas pessoas sabiam ler e escrever, quantos pretos e pardos integravam o universo de pouco mais de 22 mil pessoas alfabetizadas (cerca de 50% da população de Porto Alegre, proporção inferior apenas à Corte¹¹⁴), não é possível refinar ainda mais o volume do público que efetivamente reunia condições para ser leitor. Sabemos apenas que em 1893 perfazia o número de 500, o equivalente a 3% da população preta e mestiça da capital em 1890.

Foi dentro desse cenário que Tácito Pires criticou a lei que organizava a expulsão de imigrantes no Brasil.¹¹⁵ Segundo Marcus Rosa, essa postura poderia estar associada tanto à “vinculação política entre as reivindicações de diferentes grupos sociais”, como ao fato de ter lecionado aulas particulares a “operários e trabalhadores” em Caxias do Sul, município que recebeu um significativo afluxo de italianos desde o último quartel do século XIX.¹¹⁶ Ainda que tal contato tenha se dado mais adiante, em 1921, são consistentes os indícios de que já havia estabelecido laços com imigrantes no movimento operário de Porto Alegre. Dentre os signatários do Manifesto do Partido Socialista em 1897, além de Xavier da Costa, estavam homens de sobrenome teuto. Ao retomarmos o líder socialista, é lícito destacar que ingressou no mundo do trabalho como aprendiz de tipógrafo em uma oficina de propriedade de um alemão.¹¹⁷ Já Cristiano

¹¹⁴ Rodrigo Emanuel Prestes Lopes, *Homens do Prelo: um ensaio sobre culturas políticas e letradas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 119-123.

¹¹⁵ Tácito Pires, “Infâmia das infâmias”, *O Exemplo*, 24 jan. 1903, p. 1.

¹¹⁶ Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...*, p. 242-243.

¹¹⁷ Benito Schmidt, *Em busca da terra de promessa...*

Fettermann, um anarquista negro que conheceremos no próximo capítulo, era filho de um imigrante alemão com uma liberta.

Meses depois de criticar a mencionada lei de expulsão de imigrantes, Tácito Pires lançou o referido jornal *A Voz dos Oprimidos*. No cabeçalho da primeira página, ladeando a inscrição em português, encontram-se traduções para as línguas italiana e o alemã: “*Il 1º Maggio 1903 – O Primeiro de Maio de 1903 – Der Erste Mai 1903*”. Para reforçar os laços estabelecidos com os imigrantes, um breve e incisivo texto sobre o 1º de maio traduz seu desejo de união em torno de uma mesma causa:

Hoje os trabalhadores unidos pelas mesmas necessidades, inspirados nos mais sãos princípios filosóficos – aqueles que resultam de análise acurada das carências sociais, com o elo gigante das ideias unem os continentes e afirmam a existência de uma única pátria – o universo – de uma única nação – a humana – de uma única bandeira – a do Trabalho equitativo – de uma única divisa – é necessário produzir para ter direito a consumir.¹¹⁸

Esse recorte na trajetória de Tácito Pires permite-nos, enfim, acessar não somente os efeitos da racialização sobre pessoas negras no pós-abolição, mas também os sentidos que lhes foram atribuídos pelos sujeitos, expressos sobretudo no movimento de transformar em luta o lugar de subalternidade que lhes era impingido. Por meio da agência materna e própria, Tácito Pires foi de encontro às expectativas depositadas por autoridades e proprietários sobre os ingênuos, driblou a mortalidade infantil e construiu nas brechas de uma sociedade hierárquica, excludente e desigual outras possibilidades de existir: tornou-se tipógrafo, fundou e pautou direitos por meio da imprensa e do movimento operário, refundou um jornal negro e encerrou a vida, assim como o padrinho, no magistério público, com registro de projetos e atuação junto à instrução popular. Assim como diversos integrantes de *O Exemplo*, ocupou o posto de secretário em sua vida associativa (particularmente na Liga Operária Internacional), o que reforça o uso do domínio das letras, cuja caligrafia pode ser vista na figura 25, na inserção e ocupação de postos diretivos. Apesar das particularidades de sua experiência, manejou a racialização de modo semelhante aos seus colegas, politizando as imagens que naturalizavam a associação do negro à escravidão e do branco à liberdade.

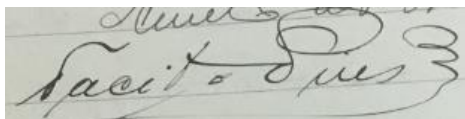


Figura 24 - Assinatura de Tácito Pires

Fonte: APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Órfãos. 3º Cartório. Declaração de Pobreza. Inventariada: Sophia Ferreira Chaves. Inventariante: Tácito Pires, 1908.

¹¹⁸ Tácito Pires, “Primeiro de maio”, *A Voz dos Oprimidos*, 1º mai. 1903, p. 1.

3.3 ESCOLA NOTURNA *O EXEMPLO*: ASSOCIATIVISMO E A INSTRUÇÃO “DOS NOSSOS”

Na contracapa da reestrela, o seguinte anúncio foi estampado: “Escola Noturna ‘*O Exemplo*’ – Visando o levantamento intelectual das classes desprotegidas, resolvemos criar nesta capital uma escola noturna que franqueada à frequência dos trabalhadores, possa servir para melhorar o estado intelectual dos nossos irmãos”.¹¹⁹ Essa proposta fica mais bem entendida quando localizada dentro de um conjunto de esforços de mobilização em prol do ingresso e permanência da população negra nas escolas, mas também de denúncias acerca do caráter deficitário da instrução pública e das práticas racistas no cotidiano escolar presentes na fase extinta, particularmente aquela registrada por Esperidião Calisto no debate com Miguel Cardoso. Diante disso, se nos primeiros tempos do hebdomadário nutriam esperanças quanto à efetiva democratização do ensino sob a égide do Estado, a virada do século assinalou uma inflexão.

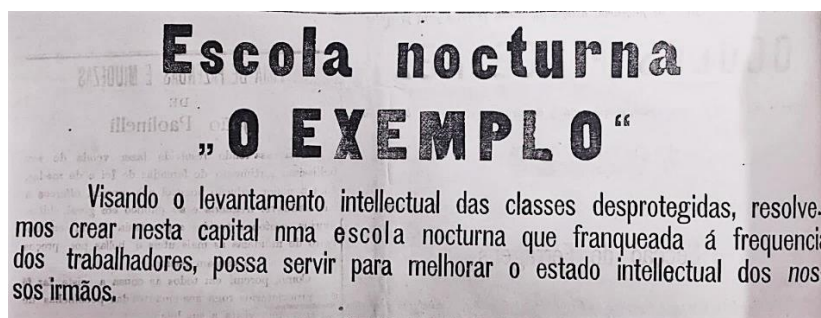


Figura 25 - Escola Noturna "O Exemplo"
Fonte: *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 4.

Na edição seguinte, o editorial intitulado “Nossa Escola” reforçou que a instrução seguia como uma “das principais carências no nosso meio social”. Recrudescendo a crítica, lastimava-se o fato de o único curso noturno existente na capital ter sucumbido com o Império. Nele, “pobres trabalhadores atingiam conhecimentos bem úteis, bem adiantados”, por meio dos quais haviam ingressado no tão desejado funcionalismo público e brilhavam “pelos seus conhecimentos”. Mas na missão de promover a instrução aquém do governo e “ver gente surgindo dentre nossa gente”, o apoio “de todos os do nosso meio, homens e associações” era fundamental, principalmente de pessoas disponível a lecionar ou a contribuir com a manutenção.¹²⁰

Nessa inflexão não podemos perder de vista a parceria entre o fundador Esperidião Calisto com o socialista Tácito Pires. Um primeiro ponto de aproximação entre ambos se refere à compreensão da instrução como via de emancipação, partilhada, aliás, por diferentes ideologias.¹²¹ Dentre os pontos que particularizavam os socialistas em relação aos anarquistas,

¹¹⁹ *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 4.

¹²⁰ “Nossa escola”, *O Exemplo*, 12 out. 1902, p. 1.

¹²¹ Sobre a valorização histórica da instrução no interior das organizações operárias, ver: E. P. Thompson, (1963), *A formação da classe operária I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; “Educação e experiência”, in: *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 11-47; Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012; Alessandra Frota

por exemplo, estava a relação com o poder público. Para os primeiros, o Estado era responsável pela instrução dos trabalhadores enquanto para os segundos, fruto da ação direta dos trabalhadores. Nesse sentido, em 1897 o jornal *Eco do Operário*, de Rio Grande, expressou que o socialismo “tem por principal base das reivindicações o direito de exigir escolas para os filhos dos operários; direito que ninguém pode contestar-lhe porque são eles quem pagam o professorado e nada mais justo do que reclamar os frutos do seu esforço”.¹²²

A esse despeito, os socialistas consideravam a possibilidade de parceria. No primeiro artigo do estatuto da Liga Operária Internacional, endossado por Tácito Pires em 1895, além de unir os trabalhadores e proteger seus associados, havia o fim de “Concorrer para a educação dos filhos dos trabalhadores, por meio de aulas noturnas que a associação criará”. Para tanto, estabeleceu-se uma “Caixa de Propaganda e Instrução” destinada à arrecadação de fundos por meio de “subscrições e quermesses operárias, donativos de todos os meios que a sua administração e acordo com a assembleia geral jugarem convenientes”.¹²³ Já o Manifesto do Partido Socialista, de 1897, foi um pouco mais detalhado: a instrução seria “geral e profissional gratuita”, cabendo ao Estado custear “todos os utensílios necessários ao estudo”, bem como “o vestuário e alimentação [...] para os filhos da classe pobre”.¹²⁴ Nota-se aqui que os recursos humanos ficava a cargo da entidade, reforçando o desejo de doutrinação.

Ademais, segundo o Manifesto do Partido Socialista, citado anteriormente, o socialismo “é contra o ódio das raças”. Embora uma hipótese, não podemos desconsiderar que em meio aos diversos signatários, em sua maioria de origem teuta, estavam Francisco Xavier da Costa e Pedro Tácito Pires, dois homens negros que, inclusive, tomaram a frente do empreendimento ao serem eleitos, respectivamente, presidente e vice da entidade.¹²⁵ Embora partindo de diferentes experiências, o fato é que os autores do regulamento da Escola Noturna “O Exemplo” assinalaram em seu primeiro artigo o caráter democrático: “Serão admitidos à frequência das aulas todos os indivíduos, independentemente de cor, sexo, nacionalidade, princípios religiosos ou profissão”.¹²⁶

Adiante, o regulamento reforçou seu caráter leigo e gratuito; a ausência de castigos, ao passo que as únicas penas seriam a suspensão e a expulsão; e a exigência de seriedade e respeito

Schueler, “Educação, experiência e emancipação: contribuições de E. P. Thompson para a história da educação”, *Trabalho Necessário*, ano 12, n. 18, p. 98-122, 2014.

¹²² *Eco Operário*, Rio Grande, 19 set. 1897, p. 1 apud Ailana Cristina de Amorim, *Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária no Rio Grande do Sul*. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 133.

¹²³ *Estatutos da Liga Operária Internacional*, aprovados em sessão da assembleia geral realizada em 11 de outubro de 1896 (Porto Alegre: Tipografia da Gazetinha, 1896) apud Sílvia Regina Ferraz Petersen e Maria Elizabeth Lucas, *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tchê!, 1992, p. 62-67.

¹²⁴ “Manifesto do Partido Socialista do Rio Grande do Sul”, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1897 apud Sílvia Regina Ferraz Petersen e Maria Elizabeth Lucas, op. cit., p. 89-95 [grifos nossos].

¹²⁵ Sílvia Regina Ferraz Petersen, *Que a união operária seja a nossa pátria! História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Editora da UFSM, 2001, p. 100.

¹²⁶ “Nossa escola”, *O Exemplo*, 12 out. 1902, p. 1.

pelos alunos. É impossível não conjecturar que concorreu para essa elaboração toda a sorte de experiências de violência vivenciadas ou partilhadas pelos redatores. A direção, por sua vez, seria composta por “todos os professores e representantes das associações” que apoiassem sua manutenção; enquanto a gerência, realizada por “uma comissão econômica composta dos tesoureiros das associações e de um dos membros da redação d’*O Exemplo*”. Semelhante ao proposto pelos socialistas, esse projeto depositava nas associações, na solidariedade intraclasse, um importante papel na tarefa de promover a instrução popular. Já as aulas funcionariam entre às oito e às onze horas da noite e o ensino foi dividido em primário, médio e secundário. O primário teria três classes:

Primeira Classe

Leitura: leitura de vogais sucessivas e suas combinações com as invogais [sic]; leitura de pequenas palavras e frases copiadas.

Escrita: primeiras noções de caligrafia, exercícios progressivos desta disciplina; cópia de palavras e frases; ditados das palavras e frases copiadas.

Aritmética: escrita de números e quatro operações; números inteiros.

Segunda Classe

Leitura: exercícios graduais de leitura corrente em prosa.

Escrita: exercícios de caligrafia; cópias e ditados.

Aritmética: quatro operações de números inteiros e frações decimais; problemas sobre números inteiros e frações.

Terceira Classe

Leitura: leitura e corrente em prosa e verso.

Escrita: cópia e ditado.

Aritmética: princípios de divisibilidade dos números, frações decimais e ordinárias e suas aplicações.

Gramática: noções gerais.

A divisão média, duas seções:

Primeira seção

Português: primeiras noções de redação: análise lexicológica.

Gramática: divisão; etimologia; taxonomia; morfologia.

Aritmética: regras de três simples e composta; juros; sociedade, etc.

Geometria prática: linhas; ângulos; polígonos; círculos; avaliações de áreas.

Geografia: noções de geografia física.

Segunda seção

Português: composição livre; primeiros exercícios.

Gramática: sintaxe; análise sintática.

Aritmética: recapitulação da matéria dada.

Geometria prática: paralelogramos; cilindros; pirâmides; cones e esferas; avaliação de volumes.

Geografia: noções de geografia política.

Ciências: breves noções sobre física e química.

O secundário não seria oferecido imediatamente, mas visava proporcionar “o estudo de línguas e de matemáticas”, possivelmente com o intuito de preparar os filhos dos trabalhadores para a realização dos exames preparatórios exigidos para o ingresso nos cursos superiores. A existência em Porto Alegre da Faculdade de Medicina, na qual havia também o curso de Farmácia e Odontologia, da Faculdade de Engenharia e da Faculdade de Direito certamente alimentou em muitos deles a expectativa de conquistar o diploma sem precisar recorrer aos grandes centros.

Por outro lado, a experiência de Arthur de Andrade está aí para nos mostrar que possuir recursos não era suficiente para a conclusão do curso no tempo previsto.

As conexões com projetos e práticas de escolarização operária ficam mais evidentes na reformulação do projeto dois meses depois do primeiro anúncio, quando passou a chamar-se *Ateneu Popular*. O estabelecimento cumpriria um duplo papel: proporcionar um melhor “destino social” às crianças; e levantar intelectual e moralmente a classe. Neste último ponto, ressaltavam a necessidade de se estancar os males morais registrados entre os adultos: “homens atirados à noite da ignorância, não encontrando melhores diversões que as tavernas e os bordéis”. A ignorância gerava os vícios, por sua vez desencadeadores da criminalidade. Em outras palavras, “sem o escudo da instrução para defendê-los dos golpes de desejos imoderados, sem o conhecimento dos deveres que ponham freio aos assomos de sua animalidade, cometem os atentados ao pudor, o lenocínio, o roubo”.¹²⁷

Assim como na fase extinta, emerge desse excerto a preocupação com a moralização. Benito Schmidt, nesse sentido, observou que o marxismo, o cientificismo, dentro do qual estava o positivismo, e o romantismo compunham o socialismo difuso de Xavier da Costa e de outros contemporâneos. Na prática, o entendimento de que “a ciência e a técnica resolveriam os problemas básicos da humanidade” se amalgamava à necessidade de “regeneração moral’ da sociedade”, redundando em uma condenação maior aos males morais do que propriamente os efeitos econômicos do capitalismo. O socialismo, por consequência, emergiria “como uma onda saneadora de justiça, um ideal regenerador da humanidade”. Enfim, ideias de “evolução” e “progresso” não se mostravam incompatíveis aos “valores tradicionais, como honra e a bondade”.¹²⁸ Embora não tenhamos nos debruçado sobre o pensamento de Tácito Pires na imprensa operária, é bastante possível que compartilhasse desse mesmo repertório, tendo em vista o teor do editorial acerca da reformulação do projeto de escolarização noturna.

A adesão ao projeto, contudo, seguiu ínfima e na edição seguinte reforçaram a importância da “iniciativa particular posta entre o poder do Estado e o Povo”, em que pese atribuírem-na à “falta de cultura da maior parte de seus membros”. Nessa ocasião, descreveram com mais detalhes o público a ser contemplado: os “filhos dos proletários”; os “desprotegidos da fortuna”; os trabalhadores em geral; os “rapazes pobres” aprovados nos exames preparatórios, mas que não podiam “prosseguir seus estudos porque as academias existentes, por seus regulamentos, só facilidades oferecem aqueles que de favores não precisam – os filhos dos ricos, aos que têm todos os recursos para estudarem”.¹²⁹ Portanto, a despeito de o regulamento não prever distinções de

¹²⁷ “Ateneu popular”, *O Exemplo*, 11 dez. 1902, p. 1.

¹²⁸ Benito Schmidt, *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004, p. 297, 305.

¹²⁹ “Ateneu popular II”, *O Exemplo*, 18 dez. 1902, p. 1.

sexo e o programa confirmar isso ao não estabelecer distinção de saberes por gênero, fica evidente que foco recaía preponderantemente sobre o alunado masculino, tema que voltaremos a abordar na seção seguinte.

Em um nítido descaso com “a instrução das classes proletárias”, os redatores denunciaram que a despeito de o Estado manter “setecentas escolas”, não havia nenhuma na modalidade noturna¹³⁰ Antes disso, no editorial “Nossa escola”, assinalaram que nos tempos imperiais, “quando o país ainda não estava constituído democraticamente, [...] a então Província mantinha escolas noturnas onde muitos pobres trabalhadores atingiam a conhecimentos bem úteis, bem adiantados”. Embora estabelecendo uma crítica aos fins existentes nas referidas escolas e seu caráter doutrinário – “o imperador para ter soldados dedicados na sua defesa, precisava de ignorantes” –, nota-se mais uma frustração com a República e com a propalada democracia. Foi, aliás, evocando esse princípio que uma colaboradora passou assinar instigantes publicações a partir da reabertura do periódico, mas deixemos para conhecer a literata que se ocultava sob o codinome “Uma Democrata” na próxima seção. Na tabela seguinte, um panorama sobre as escolas públicas de instrução primário do Estado:

Tabela 5 - Escolas públicas de instrução primária do Rio Grande do Sul, 1899 a 1908

Anos	Total de escolas	% de escolas providas	Total de escolas masculinas	Total de escolas femininas	Total de escolas mistas	Total de escolas urbanas	Total de escolas rurais
1899	872	90	-	-	-	-	-
1900	865	88	-	-	-	-	-
1901	880	88	-	-	-	-	-
1902	903	87	379	132	392	-	-
1903	918	94	-	-	-	-	-
1904	981	92	-	-	-	-	-
1905	990	91	213	154	623	286	704
1906	1.126	88	443	132	551	309	817
1907	1.144	88	450	132	562	311	833
1908	1.230	82	481	111	638	313	917

Fonte: Joaquim Francisco de Assis Brasil, *Ditadura, parlamentarismo, democracia*. Porto Alegre: Globo, 1908 apud Francisco das Neves Alves, *Oposição e dissidências no Rio Grande do Sul...* p. 206.

Percorramos, pois, um breve histórico dos debates acerca da instrução popular e da escolarização noturna no país. Os primeiros debates remontam às Reformas Couto Ferraz, de 1854, que deram novas diretrizes ao ensino primário e secundário na Corte.¹³¹ A despeito da autonomia provincial estabelecida desde o ato adicional, as legislações aprovadas na corte repercutiam por todo o país. Noemi Santos Silva, a partir da província do Paraná, destacou a

¹³⁰ “Ateneu popular”, *O Exemplo*, 11 dez. 1902, p. 1.

¹³¹ Art. 69, Decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.

maneira como essa legislação acabou por hierarquizar saberes: enquanto a obrigatoriedade da matrícula no ensino primário atingiu os mais pobres, o secundário seguiu facultativo e destinado à “boa sociedade”, ainda que obrigasse os professores desse nível a oferecerem o ensino primário aos adultos, em horários alternativos (duas vezes por semana), caso houvesse dois professores e cada escola.¹³²

Depois, as Reformas Leôncio Carvalho, aprovadas entre 1878 e 1879, imprimiram um viés liberal ao tema. Por se tratar do contexto de debates em torno da reforma eleitoral, que acabou por tornar obrigatória a alfabetização aos pretendentes à cidadania política a partir de 1881, essas reformas incentivaram a disseminação da instrução, reduzindo a intervenção pública nessa seara.¹³³ Um decreto inserido nesse conjunto de reformas versava sobre o estabelecimento do ensino noturno e previa em seu oitavo artigo a possibilidade do governo subsidiar “nas províncias cursos para o ensino primário dos adultos analfabetos”.¹³⁴ Ou seja, ainda que afeito à liberdade de ensino, Leôncio de Carvalho atribuía não desconsiderava o papel do Estado, afinal, por meio dessa modalidade de ensino, temas de seu interesse seriam contemplados, sobretudo no que concerne ao controle sobre a liberdade e a cidadania negra.

No Rio Grande do Sul, conforme Jaime Giolo, essas reformas foram antecipadas pela Lei Provincial n. 771, de 04 de maio de 1871, que regulamentou o ensino privado, estabeleceu reformas à Escola Normal e tornou obrigatório o ensino primário para quem residisse até um quilometro de uma escola e possuísse entre sete e quinze anos de idade.¹³⁵ Mas antes dessa legislação, organizações e associações particulares já promoviam a escolarização noturna na província, tais como as escolas mantidas pelo Partenon Literário e pela Sociedade Beneficência Brasileira União, citadas no segundo capítulo. Sob o manto do liberalismo, o Estado mais uma vez deixava de enfrentar a questão do ensino.

A dissertação de Eliane Peres, nesse sentido, torna-se exemplar sobre a relação dos negros com a educação formal no Rio Grande do Sul. Por meio do cruzamento com outras fontes, a autora driblou o silêncio sobre a cor na documentação escolar e comprovou a significativa presença negra, bem como de algumas crianças e de pouquíssimas mulheres nos cursos noturnos masculinos criados por um grupo abolicionista na Biblioteca Pública de Pelotas e existente entre

¹³² Noemi Santos Silva, *O Batismo na Instrução: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: PPGH/UFPR, 2014, p. 92. Recomendamos ainda: José Gondra e Alessandra Schueler, *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. (Col. Biblioteca Básica de Educação, v. 1). São Paulo: Cortez, 2008.

¹³³ Noemi Santos Silva, *O Batismo na Instrução...*, p. 93-94.

¹³⁴ Art 8, item 4º, Decreto n. 7. 247 de 19 de Abril de 1879, n: *Coleção de leis do Império do Brasil*. Op. cit. apud Idem, p. 95.

¹³⁵ Jaime Giolo, “A Instrução”, in: Helga Iracema Landgraf Piccolo e Maria Medianeira Padoin (orgs.), *História do Rio Grande do Sul: Império*. v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006.

1875 e 1915. Dentre os alunos negros, estavam os já mencionados irmãos Penny e Xavier.¹³⁶ Conforme Peres, a implementação de cursos noturnos estava diretamente associada com processos e ideias de modernização socioeconômica, moralização do povo e construção da nação republicana e pós-escravista, para os quais era imprescindível formar os trabalhadores em uma fórmula que amalgamava instrução e trabalho.¹³⁷

É dentro desse cenário que também localizamos o posicionamento do presidente da província, o liberal Henrique d'Ávila, em 1881, bem como de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Perdígão Malheiro e José Bonifácio. De acordo com Noemi Santos Silva, a despeito de algumas divergências quanto aos caminhos a serem percorridos, todos eles “tinham na instrução um porto seguro para as transformações vividas naquele período”.¹³⁸ Periódicos da época também expunham pontos de vistas convergentes a essa ideia. Em 1884, por exemplo, o *Jornal do Comércio* de Porto Alegre asseverou em artigo intitulado “Liberdade e Instrução” a necessidade de se abrirem escolas noturnas onde libertos e ingênuos pudessem “dar os primeiros passos morais no seio de uma sociedade ilustradas”.¹³⁹

Por fim, as Reformas de Manoel Pinto de Souza Dantas, de 1886, registraram duras críticas às reformas liberais precedentes. Explicitando sobretudo o desejo de centralizar a administração da instrução e homogeneizar o ensino, a autonomia provincial foi posta em cheque. De acordo com Noemi Santos Silva, Dantas propôs o aumento das tarefas do Estado na educação, reforçando a “instrução moral e religiosa para consolidação de uma formação específica para as classes populares”, difundindo o ensino com a criação de escolas noturnas para adultos, nas quais buscava-se fundamentalmente reorganizar as relações de trabalho.¹⁴⁰

Ao se referirem às aulas noturnas dos tempos imperiais extintas no novo regime, os redatores de *O Exemplo* citaram aquelas ministradas pelos professores Eloy e Totta. Segundo Regina Schneider, o primeiro curso noturno se estabeleceu no Rio Grande do Sul com a Lei 1071,

¹³⁶ O jornal *A Alvorada* foi objeto de estudo na dissertação de José Antônio dos Santos, na qual, dentre outras coisas, analisou a relação entre educação e militância e identificou estratégias de sensibilização dos pares quanto à importância da educação através da publicação de histórias de negros que passaram pela escolarização (*Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora da Universidade - UFPel, 2003).

¹³⁷ Eliane Peres, *Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução Primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875/1925)*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002. Os silêncios sobre a cor, raça, origem ou condição social também foi driblada por meio do cruzamento nominativo de fontes por Marcus Vinicius da Fonseca em sua tese de doutorado transformada em livro (*População Negra e Educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza, 2009).

¹³⁸ Noemi Santos Silva, *O Batismo na Instrução...*, p. 78.

¹³⁹ “Libertar não quer dizer – tão somente – dar o direito da liberdade natural àquele que sem ela não pode, nem deve viver. Há um cativo não menos prejudicial ao homem, e que, semelhante a faculdade de obrar, impele-o muitas vezes à prática das mais ignóbeis ações. Este é o cativo da ignorância” (*Jornal do Comércio*, 31 ago. 1884, p. 2 apud Regina Portella Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/EST Edições, 1993, p. 448).

¹⁴⁰ Regina Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul...*, p. 95. Ver também: Alessandra Frota Martinez de Schueler, *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial – 1870-1889*. 241 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997, p. 64.

de 26 de maio de 1876, em decorrência do pedido enviado à Assembleia Legislativa pelo professor José Ribeiro de Andrade e Silva, por sua vez, empossado como diretor literário, econômico e disciplinar do novo educandário.¹⁴¹ O professor José Ribeiro de Andrade e Silva era sogro do professor Augusto Totta, mencionado em *O Exemplo*, e faleceu em 1885 no Rio de Janeiro.¹⁴² É bastante provável que ao transferir-se para a Corte tenha legado senão sua cadeira, ao menos sua experiência de instrução popular ao gênero, uma vez que Augusto Totta teve sua regência autorizada em 1879, em cuja escola se ensinava “leitura de prosa e verso, gramática nacional, análise lógica e gramatical, contabilidade até proporções, noções gerais de geografia e história do Brasil, exercícios de ortografia e caligrafia”. Em 1883, o Diretor Geral Interino da Instrução Pública recomendou ao Presidente da Província sua continuidade por prestar “bons serviços”. Desde seu estabelecimento, a frequência oscilava entre 65 e 71 alunos.¹⁴³

Localizamos, contudo, uma iniciativa precedente. Em outubro de 1872, a Inspetoria Geral de Instrução Pública autorizou o “professor de instrução primária da 2ª cadeira do 1º distrito desta capital, José Gonçalves de Albuquerque Júnior” a “servir-se da sala e utensílios da sua aula” para ministrar um curso noturno, que já possuía “uma frequência de 78 alunos”.¹⁴⁴ Conforme a autoridade responsável:

É de incontestável vantagem o estabelecimento dessas escolas, onde procurarão de noite o ensino que não podem obter de dia, os operários ou filhos de operários que tem de, por meio do trabalho de seus ofícios, promover os recursos de sua subsistência. Atendendo a essa necessidade, seria fácil e pouco dispendiosa à província a criação, pelo menos nesta capital e cidades da província, dessas escolas primárias, das quais, com alguma gratificação, podiam ser encarregados os mesmos professores das cadeiras públicas. Por essa forma e regulamentadas convenientemente, essas escolas poderiam prestar importantes serviços à causa da civilização”.¹⁴⁵

O regulamento da escola noturna criada em 1876 informou seu fim: o “ensino das classes menos abastadas privadas de frequentar durante o dia os estabelecimentos de instrução”. As aulas seriam gratuitas, das 18h às 21h no verão e das 19h às 22h no inverno, e divididas em duas aulas de uma hora e meia de duração cada para duas turmas, conforme faixa etária (menores de 14 anos e maiores de 14 anos). Os menores de idade precisavam de “consentimento por escrito de seus pais, tutores ou pessoas cuja direção viverem”, sugerindo aqui um possível fluxo de tutelados, dentre os quais os ingênuos. Conforme já apontamos anteriormente, trata-se da primeira legislação sul-rio-grandense a autorizar explicitamente a matrícula de liberto. Ao assinalar que

¹⁴¹ Artigo 1º do Ato de 21 de agosto de 1876 – Regulamento da Escola Noturna Provincial apud Regina Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul...* p. 352.

¹⁴² *A Federação*, 02 mai. 1885, p. 3.

¹⁴³ Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Pública da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, anexo ao Relatório...1883, p. 8. Três anos depois, assim postulou o Presidente da Província: “Continua este estabelecimento, sob a direção do cidadão Augusto Totta, a prestar excelentes serviços à causa da instrução popular” (Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul...1886, p. 108).

¹⁴⁴ Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Pública da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul...1873, p. 14.

¹⁴⁵ Idem. [grifos nossos]

também admitia os ingênuos reforçava a ideia de que se tratava de uma condição a parte, uma vez que não eram confundidos com os libertos, tampouco diluídos em meio à população livre.¹⁴⁶ O ensino seria dividido em dois graus, o primeiro abrangendo três classes e o segundo, duas.¹⁴⁷ O ano letivo ia de julho a junho, com aplicação de “exames gerais e públicos, presididos pelo diretor geral da instrução pública”. Havia um sistema de premiação aos alunos que se destacassem nos exames de cada cadeira, tal como na Escola Normal e no antigo Liceu Dom Afonso, sendo agraciados com lugares distintos nas respectivas cadeiras.¹⁴⁸

Em 1886, o curso noturno passou a funcionar no prédio da Escola Normal, situada na esquina das atuais ruas Duque de Caxias e General Auto, com a mesma média de alunos: 68. Um ano depois, seguia mantida pelos cofres provinciais, assim como a escola noturna da Sociedade Literária Gabrielense, de São Gabriel, chamada de Escola do Povo e direcionada aos escravos.¹⁴⁹ A situação precária do curso noturno da capital revela-se, ainda, por meio de sua migração para o prédio onde funcionava o Ateneu Rio-Grandense, onde se manteve pelo menos até 1889, com o mesmo número matrículas anteriormente indicado.¹⁵⁰

Localizamos novamente o professor Augusto Totta em 1895 no papel de diretor da escola noturna Instrução e Trabalho, estabelecimento gratuito e destinado a “pessoas que necessitam instruir-se”. No mesmo ano, a direção dessa “obra humanitária” solicitou o auxílio das “lojas maçônicas fieis ao Grande Oriente do Brasil”, no sentido de matricularem “aqueles de vossos operários que desejem cultivar o espírito [...] para o bom êxito desta nobilíssima e generosa ideia”.

¹⁴⁶ Diversos estudos apontam para a fundação de cursos noturnos voltados à instrução da população negra no pós-abolição. Além da já mencionada escola noturna da Biblioteca Pública de Pelotas investigada por Eliane Peres, Walter Fraga Filho nos apresentou brevemente a classe do professor abolicionista Cincinatos França destinada à “alfabetização de libertos” que funcionou por muito tempo no município baiano de Cachoeira, chegando a registrar em 1889 o número de cinquenta alunos (Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 252).

¹⁴⁷ Primeiro grau: 1ª: caligrafia, exercícios de leitura, cálculo sobre as quatro operações, doutrina cristã e noções de história sagrada; 2ª: caligrafia, aritmética compreendendo o sistema legal de pesos e medidas e sua aplicação, teoria geral da gramática nacional, desenho linear; 3ª aritmética, noções de geografia geral e história pátria; corografia da província; desenho linear e figurado. Segundo grau: 1ª: elementos de álgebra e geometria plana, escrituração mercantil, língua francesa; 2ª noções elementares de física e mecânica, noções de História Universal, análise e explicação da constituição política do Império (Ato de 21 de agosto de 1876 – Regulamento da Escola Noturna Provincial apud Regina Schneider, op. cit., p. 352-354).

¹⁴⁸ Ao fim do ano, os trinta alunos mais destacados, seis de cada classe, teriam seus nomes expostos em uma sala da escola e receberiam uma menção honrosa recebida em seção solene. Aquele que alcançasse tal distinção consecutivamente por três anos, receberia um diploma assinado pelo presidente da província (Id.).

¹⁴⁹ *A Federação*, 08 mar. 1886, p. 3; id., 10 mar. 1886, p. 3.; Regina Schneider, op. cit., p. 352; Fala Presidente da Província do Rio Grande do Sul Henrique Pereira de Lucena...1887, p. 141; *A Federação*, 30 jul. 1884, p. 2. Sobre outras escolas do povo em outras partes do Brasil entre o Império e a República, ver: Mauricéia Ananias, *As escolas para o povo em Campinas: 1860-1889 origens, ideário e contexto*. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000; Adriana Maria Paulo da Silva, *Aprender com perfeição e sem preconceito: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Plano, 2000; Ione Celeste Jesus de Souza, *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. 400 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

¹⁵⁰ Regina Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul...*, p. 352; Rodrigo Emanuel Prestes Prestes, *Homens do Prelo: um ensaio sobre culturas políticas e letradas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 130. A referência de base é: Antonio de Azevedo Lima, *Synopse Geographica, Historica e Estatistica do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Gundlach e Cia Livradores, 1890, p. 39-40.

A escola funcionava na rua Duque de Caxias, n. 321 e três meses depois contava com mais de 170 alunos e onze professores. Além do 1º grau, eram oferecidas as seguintes cadeiras: Escrituração Mercantil; Matemáticas Elementares; Português; Francês; Inglês; Alemão; Italiano; e Geografia e História, sob a regência de Augusto Totta.¹⁵¹ Ademais, a Sociedade de Beneficência União Operária inaugurou a sua em julho de 1889 durante as comemorações de seu aniversário. Em setembro do mesmo ano, seus sócios foram publicamente avisados sobre alterações no horário das aulas noturnas de Primeiras Letras, Português, Desenho e Música.¹⁵²

Enfim, todos esses projetos e práticas de instrução popular promovidas pelo Estado ou por sociedades de diferentes matizes, certamente inspiraram os jornalistas de *O Exemplo*. Esta última, em particular, nos leva às iniciativas educacionais registradas no interior do movimento operário, especialmente diante do fechamento do único curso noturno público da capital no alvorecer republicano. Mais adiante, em 1907, a Sociedade União Operária 13 de Janeiro manteve uma escola noturna para crianças pobres, com uma frequência de 50 alunos por dia na década de 1920.¹⁵³ A Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), em 1913, solicitou uma ajuda de dez contos de réis (10:000\$000) ao Conselho Municipal para concluir a edificação do Ateneu Operário, até então mantida por subscrições particulares. A instituição destinava-se “à instrução profissional e à instrução da juventude operária, visando elevar-lhe o nível moral e profissional e proporcionar o progresso do Estado”. Conforme parecer do Conselho, “O Atheneu Operário é projeto instrutivo e educativo do elemento obreiro. O terreno em que está sendo construído foi comprado pelo Município. Diante do fato foi concedido o auxílio para a compra do material de construção”.¹⁵⁴

Durante muitos anos a intendência municipal planejava erguer uma escola destinada à formação técnico-profissional, sobretudo de crianças pobres. Contudo, foi sob a batuta de um grupo oriundo da Escola de Engenharia de Porto Alegre, existente desde 1897 e intrinsecamente ligada aos dirigentes do PRR, que se fundou em 1906 uma das instituições de ensino mais emblemáticas no que concerne ao ensino técnico-profissional no Estado, o Instituto Técnico Profissional, concorrendo para a tão desejada incorporação do proletariado à sociedade republicana desejado pelos positivistas. Desse modo, além de formar trabalhadores para o

¹⁵¹ *A Federação*, 30 ago. 1895, p. 2; id., 18 nov. 1895, p. 1. José Correia Leite, um dos principais nomes da imprensa negra paulista da década de 1920, frequentou uma escola maçônica semelhante a esta, porém voltada para meninos carentes em São Paulo (José Correia Leite *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Organização e textos: Cuti (Luiz Silva). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992).

¹⁵² *A Federação*, 16 jul. 1889, p. 2; “*Primeiras letras: segundas, terças, quartas, sextas e sábados, das 8 às 10; Português: segundas, quartas e sextas, das 8 às 9; Desenho: quartas e sextas, das 8 às 9; Música: segundas, das 8 às 9, e quinta das 9 às 10*” (*A Federação*, 28 set. 1889, p. 3).

¹⁵³ AHMPA. Sociedade Beneficente União Operária de 13 de Janeiro. Porto Alegre. Documento avulso. Caixa n. 1921-1930 apud Aidê Dill, *A criança sob inspiração positivista no Rio Grande do Sul...* p. 92-93.

¹⁵⁴ AHMPA. Federação Operária do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Documento avulso. Caixa n. 1921-1930 apud Aidê Dill, op. cit., p. 94-95.

crescente processo de industrialização, igualmente os educariam consoante aos valores de ordem e moralidade. Concorria ainda para isso o fato de os idealizadores do projeto, engenheiros, serem superiores ao alunado do Instituto, atendido gratuitamente e oriundo de famílias operárias, uma vez que os preparavam para o exercício de funções qualificadas, porém subalternas. Um ano depois, finalmente, a municipalidade fundou a Escola Benjamin Constant com os mesmos fins e, diante das dificuldades enfrentadas, acabou sendo incorporada pela primeira em 1909 e somente em 1917 a recebeu o nome pela qual é reconhecida ainda hoje, qual seja, Instituto Parobé.¹⁵⁵

Ademais, no emblemático dia treze de maio de 1911 a municipalidade fundou a escola Hilário Ribeiro destinada a instruir crianças pobres, especialmente aquelas que trabalhavam na limpeza pública.¹⁵⁶ Depois surgiram outras similares: Escola Bibiano de Almeida fundada em 1912 e a Escola Apolinário Porto Alegre, em 1918. Na década de vinte, surgiram as escolas Ernesto Alves, José Montauray e Protásio Alves e foram firmadas parcerias com “instituições particulares” para dissimular instituições dessa natureza. Como exemplo, a partir de 1927 o Ginásio Bom Conselho receberia “alunos de reconhecida pobreza e que, à falta de recursos, não podem receber a instrução desejada”.¹⁵⁷

Embora se trate de um contexto não abordado por esse estudo, dados do jornal *A Federação*, informam que antes de 1930 havia “1 escola complementar, 46 colégios elementares, 33 grupos escolares, 309 escolas estaduais (entrância) e 87 aulas subvencionadas pela Estado, um total de 476 unidades”; 216.590 alunos matriculados, dos quais 204.67 com frequência registrada, e 1065 professores. O censo de 1920, registrou uma população de 2.182.713 no Estado, enquanto o país possuía 30.635.605 de habitantes. Ou seja, cerca de 10% da população gaúcha se achava nos registros de matrícula escolar. Na década de 1920, 55,5% dos maiores de 15 anos de idade eram alfabetizados no Estado, enquanto o índice nacional era de 35,1%. Apesar desses dados aparentemente favoráveis, não houve nesse período, como em outros Estados, investimentos na reforma educacional com vistas à implementação de “princípios liberais escolanovistas”. Até esse período, a educação primária “era normatizada por quatro atos orgânicos e, administrativamente, estava centrada na Diretoria Geral de Instrução Pública, ligada à Secretaria do Interior. Essa diretoria tinha a função de: administrar, articular, orientar e fiscalizar o ensino ministrado nos estabelecimentos mantidos pelo governo estadual”.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Maria Stephanou, *Forjando novos trabalhadores: a experiência do ensino técnico-profissional no Rio Grande do Sul, 1890-1930*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

¹⁵⁶ Felipe Bohrer identificou o surgimento de uma banda musical no interior dessa escola, composta por negros, e que deu origem a primeira banda municipal da capital (*A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 57-60).

¹⁵⁷ Margaret Marchiori Bakos, *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2013, p. 31.

¹⁵⁸ Elomar Tambara, Claudemir Quadros e Maria Helena Bastos, “A Educação (1930-80)”, in: Tao Golin, Nelson Boeira (orgs.), *República - República Velha (1889-1930)*. v. 4. Coleção: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 317.

Percorrido esse histórico, atentemos para o fato de a instrução aliada ao trabalho também ter sido entendida como via de emancipação na diáspora negra, conferindo-lhes sentidos distintos daqueles projetados por autoridades e intelectuais brancos. No andar da pesquisa, tivemos a grata surpresa de encontrar na segunda página da edição de refundação de *O Exemplo* o uso pedagógico da história do “negro” Booker Taliaferro Washington (1856-1915) Considerando que na contracapa daquela edição anunciaram a intenção de criar o estabelecimento educacional, fica sugerida a influência do pensamento e do projeto de escolarização de Booker e o desejo de por meio de sua trajetória mobilizar a audiência em torno da Escola Noturna *O Exemplo*.

Assinada por Telasco, a coluna “Alvejando” iniciou com o relato do “rebolicho” causado “no seio da burguesia yankee” pelo convite feito a Booker T. Washington pelo presidente Roosevelt “para um banquete no paço presidencial”. A narrativa recuperou os percalços enfrentados por ele na busca por seus ideais, registrado em seu livro, “Up from slavery”, escrito a próprio punho e publicado no ano anterior.¹⁵⁹ Entre a dura vida na escravidão e a fundação do Instituto Tuskegee (no Alabama, em 1881, atualmente uma Universidade) o colunista destacou o desejo de instruir-se que o fizera partir aos 15 anos de idade, a pé, da Virgínia, onde aprendeu o elementar, em direção ao Instituto Agrícola Hampton. Nessa jornada, apesar das noites frias ao relento e da fome, não esmoreceu: “A força de energia e de paciência, trabalhando para todos e em toda parte, sendo criado, porteiro, caixeiro em restaurantes e em cafés foi instruindo-se”, até chegar a seu destino.

Formado em Hampton, Booker iniciou o “apostolado em que se tem tornado ilustre – o levantamento da sua raça pela instrução, honradez e trabalho”. Retornou à Virgínia, fundou “uma escola e, com seus discípulos, em um terreno abandonado, edificou a casa e depois fez a mobília escolar”. As sementes lançadas haviam rendido bons frutos: “as escolas do sistema Booker conta[va]m-se às centenas, preparando elementos para lutar pela redenção social de seus irmãos os homens de ébano”. Tudo isso tornou-o um homem respeitável no seio da sociedade “yankee” – um “apóstolo do levantamento moral e intelectual dos negros nos Estados Unidos”. Para Frank Guridy, Booker T. Washington soube aproveitar da estrutura imperialista estadunidense para disseminar seu projeto em Cuba e Porto Rico, transformando a experiência de Tuskegee no “primeiro epicentro afrodiaspórico do mundo”. Concorreu para isso, tanto as políticas de atração de jovens cubanos promovidas pelo Instituto, quanto a rápida tradução da sua autobiografia para o espanhol. Em sua acepção:

Os membros da raça que precisavam ascender não eram apenas os negros pobres sulistas, mas também aqueles originários de áreas mais atrasadas, como da África e de outras partes da diáspora. [...] A liderança do Tuskegee, assim como muitos líderes afro-americanos daquela época, via a escola como um agente crucial no projeto mais amplo de “regeneração” na diáspora.¹⁶⁰

¹⁵⁹ Booker T. Washington, *Up From Slavery: an autobiography*. New York: Doubleday e Company, Inc., 1901.

¹⁶⁰ Booker T. Washington, *De esclavo à catedrático*. Vertida del inglés al español por Alfredo Elías y Pujol. Nueva York: D. Appleton Y Compañía, Editores, 1902. No capítulo há mais detalhes sobre como a tradução foi realizada. Ver: Frank Andre Guridy, “Forging Diaspora in the Midst of Empire: The Tuskegee-Cuba Connection”, in: *Forging Diaspora: Afro-*

Booker via na formação para o trabalho, sobretudo agrícola e industrial, o meio para elevar a raça e integrá-la à nação. Tal formação tinha por objetivo: “ensinar a dignidade do trabalho” e “ofícios eficientemente e de maneira completa”; bem como “suprir a demanda por líderes industriais treinados” e “dar assistência a alunos ao pagar integral ou parcialmente por suas despesas”. Embora influenciado por Samuel Chapman Armstrong, fundador do Instituto Hampton, Booker não pode ser compreendido como um emulador de suas ideias, pois havia uma diferença fundamental em sua concepção de ensino: enquanto modelos de conduta moral, os educadores negros eram basilares para a elevação da raça, no que chamou de “encaixe” entre o trabalho manual e o intelectual.¹⁶¹

Embora não existam informações sobre sua influência direta no Brasil, Booker tornou-se bastante conhecido no país.¹⁶² Assim, surgiram duas hipóteses para o uso dessa história em *O Exemplo*: a primeira refere-se à sustentação do programa que estava sendo retomado; a segunda, ao projeto de criação da escola noturna, ou seja, além das ideias socialistas, os redatores se inspiraram no pensamento e nas práticas de Booker T. Washington. Sua própria trajetória, marcada pela conquista de respeitabilidade por meio do empenho individual aplicado a uma causa coletiva, tornava-se um ponto de convergência com a norma de conduta de *O Exemplo*, articulada à ideia de que a emancipação passava pela amalgama entre instrução e trabalho, ainda que não nos moldes de Booker, qual seja, de uma formação para o trabalho agrícola ou industrial. Ainda assim, não é mero acaso que tenha sido utilizado exemplarmente na coluna “Alvejando”, que encerrou assim:

Que grande é a diferença existente entre o negro americano e o negro daqui! Booker fez-se à custa dos próprios esforços e fez-se para sua classe e por ela lutando e elevando-a, elevou-se. Como isso é belo!

Aqui os negros galgam posições pelo acaso do nascimento, pelo servilismo aos políticos e depois nada fazem pelos seus que são aviltados e amesquinados, sem se lembrarem que a queda destes importa na própria queda!...¹⁶³

No alvorecer do século XX, W.E.B. Du Bois também percebia na educação a ser oferecida pelos e para os negros o caminho a ser trilhado para elevar a sua raça e integrá-la à nação. Porém,

Cubans and African Americans in a World of Empire and Jim Crow. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010, p. 17-60. Tradução: Rane Moraes Souza. Revisão técnica: Ana Flávia Magalhães Pinto. Agradeço à última por me passar uma versão traduzida desse texto, bem como pela discussão do texto.

¹⁶¹ Ibid.

¹⁶² A tradução da sua autobiografia para o português se deu apenas em 1940 pelas mãos de Graciliano Ramos (Graciliano Ramos, *Memórias de um negro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940). No entanto, o mapeamento feito por Sabrina Gledhill informa que a difusão de suas ideias chegou, por meio da imprensa, no começo do século XX. O primeiro registro é de 20 março de 1902 no *Diário da Bahia*, quando sua história aparece na resenha “O negro de cara branca”, por sua vez utilizada em 03 de maio do mesmo ano em *O Paiz*, do Rio de Janeiro, no artigo intitulado “O preto no branco” (Sabrina Gledhill, *Travessias racialistas no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino*. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.) No jornal *A Federação* de Porto Alegre, que transcrevia frequentemente notícias de *O Paiz*, foi mencionado no artigo “O presidente Roosevelt e a questão dos negros” (*A Federação*, 25 abr. 1903, p. 1-2). A hipótese mais provável, portanto, é a de que o colunista anônimo de *O Exemplo* tenha chegado à história de Booker por meio do jornal baiano ou do carioca.

¹⁶³ Telasco, “Alvejando”, *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 2.

suas diferentes trajetórias de vida certamente influenciaram sobre a percepção quanto ao tipo de instrução a ser oferecida. Du Bois, nascido livre e no Norte dos Estados Unidos, desejava que ela fosse voltada à emancipação por meio da formação de lideranças, possuidoras de conhecimentos eruditos e amplos, que conduziriam os demais à redenção, enquanto Booker T. Washington desejava uma formação para o trabalho, sobretudo agrícola, incitando os negócios, a indústria e o empreendedorismo – e não a agitação política.¹⁶⁴

3.4 SOPHIA FERREIRA CHAVES E AS LITERATAS NEGRAS

A realização do projeto lançado aos vendavais da imprensa pelas páginas de *O Exemplo* em onze de dezembro de 1892 e revitalizado em suas diferentes fases e composições, além do poder público, da mocidade, das associações e da audiência em geral, necessitava do engajamento e da ação de um grupo em particular, qual seja, as mulheres. Desde o número de estreia, redatores e colaboradores procuraram mobilizar “as leitoras”, revelando expectativas de audiência feminina, mas também limites da participação das mulheres, sobretudo como autoras, uma vez que maioria dos textos endereçados por redatores e colaboradores a este público estampou colunas voltadas à vigilância e normatização do seu comportamento, seja em espaços de sociabilidade ou no âmbito doméstico. Talvez o que os fundadores não esperavam é que além de (algumas ou muitas delas) não desejarem adotar a postura por eles almejada, se tornariam colaboradoras regulares do periódico a partir da refundação, em outubro de 1902, e extrapolariam o espaço outrora ocupado por Celina Buz e Izolina Ribeiro, colaboradoras pontuais durante a primeira fase.

O primeiro registro de colaboração regular feminina foi saudado no número de reestrela, que circulou em cinco de outubro de 1902. A jovem literata se ocultava sob o pseudônimo “Uma Democrata” e colaborou até a interrupção registrada em janeiro de 1903. Ao voltar a circular no dia de treze de maio de 1904, *O Exemplo* passou a contar com uma nova colaboradora que, a despeito de assinar com o codinome “Pepita”, sua identidade era pública e notória: chamava-se Sophia Ferreira Chaves. Publicou regularmente ao longo daquele ano artigos, crônicas, contos e poemas e sua frágil saúde a afastou da redação na aurora de 1905. Por fim, a pontual e contundente colaboração de Carmem d’Aguiar, de setembro de 1904.

Começemos, pois, pela primeira colaboradora. O ingresso de “Uma Democrata” foi assim saudado pela redação na edição de refundação de *O Exemplo*, de cinco de outubro de 1902:

Com esse sugestivo pseudônimo distinta e inteligente porto-alegrense, que reside em um dos mais pitorescos e florescentes arrabaldes desta capital, alistou-se em nossas fileiras, publicando alusivo ao aparecimento de nosso jornal, o escrito “Ressurgindo”. Seja bem-

¹⁶⁴ A contraposição de W.E.B. Du Bois pode ser encontrada em *As Almas da Gente Negra*, especialmente no capítulo “Sobre o Sr. Booker T. Washington e outros”, publicado em 1903 (W.E.B. Du Bois, *As Almas da Gente Negra...*)

vinda a modesta moça, que com a espontaneidade de seu valioso auxílio muito nos estimula.¹⁶⁵

No escrito “Ressurgindo”, antes de registrar entusiasmo e apoio à retomada do empreendimento – “Que tapetada de rosas encontre a estrada que há de trilhar são os votos que faz” –, Uma Democrata assinalou sua origem humilde e o orgulho de ser filha de “pais honrados e laboriosos operários (perdoem o elogio)”, que a encorajaram a enfrentar “esse teatro que chamamos ‘mundo’, onde desenrolam-se as cenas trágicas do grande drama social”. Acerca dos desafios ubíquos a sua origem social, foi taxativa ao afirmar que lhe faltava a única “chave capaz de dar adictos em todas as portas”, qual seja, o “ouro”. A autora lembrou-se ainda que ao desanimar ante as dificuldades encontradas, fora novamente encorajada por seus progenitores: “Se perseverante; atira-te novamente, enche tua mala com ouro da virtude que enobrece e o bálsamo da esperança que alenta, e parte”.¹⁶⁶ Ao atirar-se “com resolução às grandes conquistas”, contudo, percebeu que o letramento não era suficiente para ser acolhida por outras mulheres e por outros homens, explicitando os efeitos (interseccionados) das construções sociais de gênero, raça e classe em sua vida e na constituição de solidariedades.

No poema intitulado “Soberano”¹⁶⁷ novamente registrou sua crítica à exploração capitalista, reforçando a presença de pautas operárias nas páginas de *O Exemplo* e, mais do que isso, a participação de uma mulher, filha de operários, em meio aos debates e lutas registrados e travados via imprensa. Sendo assim, a literata a se ocultar por detrás de um pseudônimo explicitamente político e revelador de expectativas de democracia na República em construção, dedicou-se arduamente à conquista do “ouro da virtude” e escolheu a palavra “Coragem” para intitular a colaboração publicada na terceira edição da nova fase do periódico, número seguinte à apresentação do programa da escola noturna. Neste escrito, reforçou a centralidade do desenvolvimento e cultivo das qualidades morais e intelectuais no enfrentamento aos mais diversos desafios e, apesar da frustração quanto ao baixo acolhimento pela audiência em redação ao projeto apresentado pelos redatores, nutria esperanças de mobilização em prol da instrução:

Se em todos os corações existisse o fogo crepitante da fé e o riso consolador da esperança, essa Escola Noturna que *O Exemplo* anuncia seria o ponto para onde convergiriam todas as ideias, todas as atividades. / Mas qual! Um desalento profundo, uma inércia cruel se apodera de todos os peitos, e quem sabe se esta ideia completamente altruísta não provocou o riso de escárnio, condenáveis impropérios! Que valerá então que peitos nobres queiram sacrificar-se pelo levantamento moral do nosso Povo, se outros não se unificam com ele e não tomam por divisa essa frase – Querer é poder. / Quão belo seria se todas as vontades convergissem para esse fim útil e preparassem os nossos para as fortes conquistas do futuro. / Avante, corações amigos! Sejamos perseverantes, não nos tomemos dos acontecimentos que sobrevenham, lembremo-nos que a vida é movimento, e quem não luta é morto; lembremo-nos que o sol só nos parece mais lindo quando se nos mostra depois de ter estado oculto muitos dias, e que após as noites tempestuosas é que surgem as mais risonhas auroras e preparemo-nos unindo-nos para espantar as trevas

¹⁶⁵ “Uma democrata”, *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 2.

¹⁶⁶ Uma Democrata, “Ressurgindo”, *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 1.

¹⁶⁷ Uma Democrata, “Soberano”, *O Exemplo*, 19 out. 1902, p. 1.

que nos cercam acendendo os fachos da instrução, enquanto o sol do saber não pairar constante iluminando-nos. / Avante! E que seja nossa resolução traduzida pelo sublime sentimento que inspira os homens em todas as conquistas, que é a chave que abre a porta da realidade a todos os projetos – a vontade.¹⁶⁸

O conteúdo apresentado não difere em muito dos editoriais e artigos sobre o projeto de erguimento da escola noturna expostos na seção anterior, uma vez que registra mais uma crítica à falta de engajamento e ao deboche por parte da audiência, bem como exemplifica as vantagens do projeto para o “levantamento moral do nosso Povo”. Mas, ao atentarmos para a autoria, o conteúdo redimensiona-se. Embora Uma Democrata não tenha dado um recorte de gênero à reflexão, sua assinatura, por si só, é reveladora da presença de mulheres letradas no meio negro, da participação de ao menos uma delas no órgão criado para representar seus interesses na imprensa da capital e das formas e possibilidades de engajamento na promoção da instrução popular. A esse despeito, lembremos que os textos sobre a escola noturna apresentados na seção anterior enfatizavam a preocupação com a instrução das crianças e dos homens adultos, sem mencionar as mulheres, mas lembremos também que o primeiro artigo do regulamento explicitava o caráter democrático do educandário ao assinalar a ausência de discriminação de cor, sexo, nacionalidade, religiosidade e profissão na admissão do alunado. Nos parece que foi nas brechas desta contradição que mulheres como Uma Democrata buscaram participar deste projeto e pautá-lo.

Nessa esteira, quase dois anos depois, foi a vez da leitora Carmem d’Aguiar manifestar-se por meio do artigo “Por uma ideia”. O ano era 1904 e, segundo a colaboradora, o projeto da escola noturna havia se diluído em meio a outras propostas. Em decorrência disso, assinalou, “A ideia de um estabelecimento popular de ensino atirada ao nosso meio pelos mesmos que hoje redigem *O Exemplo* quando o publicavam na fase que se contou de outubro de 1902 a janeiro de 1903, assaz seduziu-me e é por ela que hoje venho emergindo de minha obscuridade”. Após trazer elementos que nos ajudam a entender as relações e expectativas de gênero, a serem exploradas adiante, assim concluiu: “Irei para a frente a despeito de tudo, porque a ideia de instrução dos nossos tem o mel de bondade que oculta todo o amargor da censura, e a realização dela é de tal maneira bela que compensa todos os sacrifícios da luta para alcançá-la. Por isso irei para a frente”.¹⁶⁹ Carmem d’Aguiar não apenas retomou a ideia de instrução popular que havia caído no esquecimento, mas também manifestou seu desejo e disposição de enfileirar-se ao projeto de escola noturna, assumindo a dianteira, quiçá, como docente.

Antes desta pontual e contundente colaboração, as páginas de *O Exemplo* registraram o ingresso de outra colaboradora regular. Depois de um intervalo, que durou quase um ano, *O Exemplo* ressurgiu com uma potente edição alusiva ao treze de maio de 1904. Vimos no segundo

¹⁶⁸ Uma democrata, “Coragem!”, *O Exemplo*, 19 out. 1902, p. 1.

¹⁶⁹ Carmem d’Aguiar, “Por uma ideia”, *O Exemplo*, 11 set. 1904, p 2. [grifo original]

capítulo que foi estampada com o clichê do Tenente-Coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, “o maior atleta na luta pela conquista de nossos direitos civis e políticos”, e amplamente saudada pela imprensa local. O que nos interessa aqui, no entanto, é que ao lado do clichê, a capa daquela edição registrou o escrito intitulado “Aurora da liberdade”, assinado por “Pepita”. Sob este nada secreto codinome, aos vinte anos de idade Sophia Ferreira Chaves (1883-1908) passou a integrar o corpo de colaboradores regulares e a registrar outra rara experiência de autoria de uma mulher negra no alvorecer do século XX. Em alusão à data da abolição, assim encerrou seu primeiro escrito:

[...] De repente a flagelação cessou. O sol, surgindo do ignorado das trevas, ofereceu ao gozo um dia delicioso e lindo envolvendo a terra em um banho de raios dourados. As verduras úmidas ainda derramaram no ambiente seus aromas e a passarada no recôndito da floresta saudou com seus gorjeios a aurora tão brilhante.

A noite era a injustiça tremenda, a feia escravidão; a lua era o princípio de liberdade inato ao povo americano, oculto pelo véu negro de uma instituição liberticida [sic] implantada e mantida pela força; o trovão ribombante e as lágrimas da atmosfera representam os soluços e os prantos dos infelizes escravos, e a aurora sublime, o dia delicioso perfumando pelas verduras e saudado pelos pássaros, é o 13 de Maio de que o dilúculo matutino inscreveu no céu da pátria "Abolicionismo!" e a brisa, ciciando nas frondas de nossas gigantescas árvores, ia dizendo "Liberdade!".¹⁷⁰

A liberdade, de fato, foi um tema recorrente nos escritos de Sophia Ferreira Chaves, assim como os meios necessários para assegurá-la, ocupando a instrução um papel central. Em “Impressão”, nesse viés, discorreu sobre os males causados pela ignorância e pelos preconceitos;¹⁷¹ em “Observando”, que a instrução é a mola propulsora da “assaz desejada Regeneração”. Para tanto, clamava pela quebra da “inércia” em prol do “melhoramento intelectual da nossa classe [...], a mais palpitante necessidade social”.¹⁷² Assim como registrado desde a fundação do periódico, depositava esperanças sobre um grupo em particular:

Mocidade! Erguei-vos! [...] agarrai os candelabros que essa legião de sábios vos legaram, e erguei-vos a iluminar os nossos! Seja vossa a glória de derrubar o patíbulo da “Ignorância”, a exemplo desses homens ilustres de outras eras. [...] Mocidade! Erguei-vos! Sejais nós a iluminar o livro social, qual sol a iluminar a natureza, mergulhai a vossa frente no vasto mar da instrução, como o sol se mergulha no ocidente, e ainda como o formo rei do espaço, o majestoso Apolo, vai reclinar-se nos braços do indomável Netuno, vós como vosso cérebro cheio de luz, ide repousar no incomparável Netuno da ilustração.¹⁷³

Após um significativo percurso, que passou pelo acolhimento e reconhecimento por seus colegas de redação e pela audiência, Sophia Ferreira Chaves sentiu-se encorajada a lançar o texto intitulado “Às mulheres”. Foi sua penúltima colaboração e a mais contundente para pensarmos nas expectativas de gênero em meio à consecução do projeto do jornal, bem como no

¹⁷⁰ Pepita, “Aurora da Liberdade”, *O Exemplo*, 13 mai. 1904, p. 1.

¹⁷¹ Pepita, “Impressão”, *O Exemplo*, 05 jun. 1904, p. 1.

¹⁷² Pepita, “Observando”, *O Exemplo*, 06 nov. 1904, p. 1.

¹⁷³ Ibid. Marcus Rosa também referiu-se à adesão de Sophia Chaves ao projeto de escolarização (*Além da invisibilidade...* p. 274-275).

posicionamento da autora acerca das relações de gênero, raça e classe em uma sociedade pós-abolição, republicana e capitalista em construção:

Em consequência do imenso desvalimento que tem a nossa classe e da repulsa que o homem pobre encontra em toda parte, quer na vida silenciosa da família, quer no opulento meio social, ele recebe sempre esses golpes terríveis, que ferem direitos naturais e civis e que destroem a Igualdade do gênero humano. Apesar da tradição apregoar, que todos tivemos uma mesma origem, estamos, no entanto divididos em dois grupos *protegidos e repelidos*. / É por esses fatos que a mocidade vive amedrontada e recolhida, que não há palavras que a estimule. / Há, entretanto, **no meio social quem poderia com coragem consumir as obras que os homens por falta de ânimo abandonam e, com sua nunca assaz desmedida perseverança, com seu caráter tão doce quanto sofredor calcando essa repulsa e desvalimento, levá-las ao fim. Esse alguém é “a mulher” que poderia, imitando as heroínas de outrora, tornar-se a Joana D’Arc na guerra que movemos contra a ignorância.**¹⁷⁴

Além de explicitar a luta de classes em curso, que colocava em lados opostos “protegidos e repelidos”, Sophia Ferreira Chaves *generificou* a luta pela “Igualdade do gênero humano”, ampliando o repertório de qualidades que habilitavam a mulher a ingressar na guerra contra a ignorância, vista como meio para se alcançá-la. Ao evocar a imagem de uma heroína do passado, Joana d’Arc, reconhecida pelas estratégias acionadas para se infiltrar em um mundo masculino e enfrentar toda sorte de adversidades em prol de uma causa maior, Sophia demoveu as mulheres das passivas expectativas de emulação de uma imagem idealizada para situá-las em um lugar de protagonismo nessa trincheira. A racialização veio em seguida ao assinalar a necessidade das mulheres do seu meio cultivarem a inteligência e não apenas a vaidade: “se em lugar de quer ouvir – É bela – procurassem ouvir – É instruída –; porque a beleza perde-se, mas, a instrução persiste, e em vez do isolamento no decorrer do tempo, achar-se-iam sempre rodeadas daqueles que viviam ouvir seus conceitos de mulher instruída”. A instrução, enfim, era a garantia de “um presente muito bom e um futuro ótimo, porque de nós falar-se-á assim: foi estudiosa e instruída e será ilustrada”.¹⁷⁵

A literata, aliás, não menosprezava os cuidados estéticos, tampouco a diversão: “não julguem que eu quero insinuá-las ao abandono do seu cuidado pessoal, e ao afastamento completo, do regozijo, do prazer, dessas horas que representam a metade de sua vida porque dali (assim o pensam) está pendente o seu futuro”. Se enganava quem pensasse assim, pois Sophia Ferreira Chaves também gostava do baile, mas daquele “que em lugar de viciar, instrui, que em vez de deprimir, eleva, que em vez de separar, unifica”. Assunto a ser retomado na próxima seção, ressaltamos aqui dimensões políticas atribuídas ao associativismo, tais como a promoção da instrução, a elevação racial e a unificação de lutas, bem como sentidos (e expectativas) subjacentes à participação feminina nesse meio: a mulher “não quer só a beleza das vestes, mas preocupa-se

¹⁷⁴ Pepita, “Às mulheres”, *O Exemplo*, 04 dez. 1904, p. 1.

¹⁷⁵ Ibid. Por *generificar* ou *generificação* entendemos o processo de construção de identidades e diferenças como base em ideias de gênero. Tendo em vista a amplitude deste debate, deixamos para desenvolvê-lo em um desdobramento deste estudo.

também com a beleza da alma”. Assim, se esse tentame fracassasse, ao menos ficaria registrado que a mulher possuía energia e amor “pelo levantamento dos nossos”.¹⁷⁶ Sophia reforçava, pois, o entendimento do associativismo como uma experiência de classe racializada e generificada, permeada por solidariedades e afinidades, mas também por conflitos e diferentes expectativas.

A vinculação de Sophia Chaves ao projeto de *O Exemplo*, mas também ao coletivo reunido em seu em torno, foi ratificada na colaboração intitulada “5 de outubro”, em alusão ao segundo ano de ressurgimento do periódico, no anagrama endereçado pelo leitor Asdhuma da Cunha e Silva à “valente plêiade”, reproduzido a seguir, bem como no editorial de agradecimento às homenagens recebidas pela redação, no qual constava dentre aquelas que enviaram “belíssimos e significativos” cartões: “A sra. d. Anna Pereira da Silva, a jovem d. Alice Machado, a nossa assídua colaboradora que se oculta sob o pseudônimo de Pepita, e as sras. dd. Gloria Xavier, Laurinda Rodrigues Barbosa, Ercília de Souza e Vicentina Bastos”.¹⁷⁷

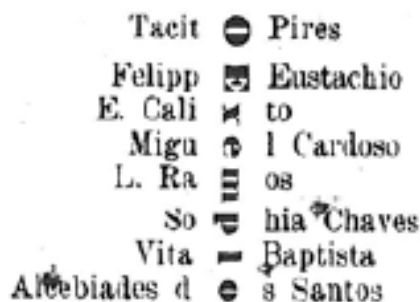


Figura 26 - Anagrama em homenagem a' *O Exemplo*
 Fonte: *O Exemplo*, 09 out. 1904, p. 1.

Ademais, na passagem do seu 21º aniversário, foi assim saudada pela redação: “O Exemplo’ cumprimenta a sua boa amiga e inteligente colaboradora ‘Pepita’ pelo seu aniversário, passado a 12 do corrente”.¹⁷⁸ Houve, além do reforço dos seus vínculos ao coletivo e ao projeto, o destaque às suas qualidades intelectuais e morais. O último escrito de Sophia Ferreira Chaves foi uma “Saudação” ao ano de 1905 e ao jornal, adjetivado como “o paladino de um ideal santíssimo de bem e de humanidade”.¹⁷⁹ Neste mesmo ano, uma nota anunciou seu afastamento, lastimou-se a causa e reiterou-se adjetivos outrora utilizados: “**Pepita**. – De nossa estimada colaboradora, a inteligente d. Sophia Ferreira Chaves, recebemos uma atenciosíssima carta em que declara que,

¹⁷⁶ Pepita, “Às mulheres”... Caetana Damasceno e Giovana Xavier nos mostraram os “segredos da boa aparência” e os sentidos políticos da cosmética e da beleza nas lutas engendradas por mulheres negras em contextos de pós-abolição, respectivamente, no Brasil e nos Estados Unidos (Caetana Damasceno, *Segredos da Boa Aparência: da “Cor” à “Boa Aparência no Mundo do Trabalho Carioca (1930-1950)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/EDUR, 2011; Giovana Xavier da Conceição Cortês, *Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)*. 464 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012).

¹⁷⁷ “Nosso aniversário”, *O Exemplo*, 09 out. 1904, p. 1. [grifo nosso]. O único indício que encontramos até o momento sobre as mulheres listadas, refere-se à Anna Pereira da Silva, falecida na Santa Casa de Misericórdia no dia 21 de outubro de 1911, aos 42 anos, solteira, mista, deste Estado. Sua cor, portanto, torna-se uma evidência de pertencimento ao meio negro da capital (*A Federação*, 21 out. 1911, p. 4).

¹⁷⁸ *O Exemplo*, 14 ago. 1904, p. 1.

¹⁷⁹ Pepita, “Saudação”, *O Exemplo*, 01 jan. 1905, p. 1.

por motivos de moléstia, deixará de auxiliar-nos com seus trabalhos”. Na sequência, o caráter literário da folha foi assinalado: “Não é sem pesar que noticiamos esta resolução que não pouco prejudicará a feição literária d’*O Exemplo*, resta-nos, entretanto, a certeza de que uma vez desaparecendo a coisa que a determinou, teremos novamente nossa incansável companheira de labores ao nosso lado na luta que mantemos”.¹⁸⁰ Depois desta edição, só há mais uma disponível para consulta e uma lacuna de 83 números nos acervos do periódico não nos permitiu seguir em seu encaixe. Voltamos a ter acesso a *O Exemplo* a partir de novembro de 1908 e nos parece que o afastamento de Sophia foi definitivo. Porém, a despeito da frágil saúde, passou a dedicar-se ao magistério público, conforme registrado em *A Federação*.

Antes disso, em 1904, seu nome foi arrolado dentre os candidatos do meio social negro inscritos em um concurso para o provimento de vagas no magistério público estadual. Ao lado dela estava Miguel Cardoso Alves, colaborador do periódico desde a primeira fase, Noêmia de Menezes Godinho, Iracema Menezes de Oliveira, Anaís Alves da Costa, José Inácio Mineiro e Estanislau de Abreu. Em 1903, Sophia Ferreira Chaves já havia aparecido entre os “inscritos para o provimento efetivo, por concurso, das escolas vagas e interinamente providas”, em específico, na 10ª escola, mista, da vila do município de Camaquã; em 1904, possivelmente o concurso referido em *O Exemplo*, constava entre os candidatos que prestariam exame oral junto à Inspetoria da Instrução Pública; em 1905, para o provimento, via concurso público, para a vaga na 34ª escola, mista, de Sertão Santana, bem como na 8ª feminina de Capoeiras, município de Alfredo Chaves; em 1907, entre os candidatos ao “provimento das escolas públicas urbanas e rurais”, sem vaga especificada.¹⁸¹

Sophia Ferreira Chaves era casada com o nosso já conhecido Tácito Pires e em 1908, ela com 25 e ele com 34 anos, lecionavam nos subúrbios de Itaqui, município localizado na fronteira com a Argentina, cerca de 600 quilômetros distante da capital. Naquele mesmo ano, uma solicitação de licença-saúde de quinze dias lhes foi concedida.¹⁸² Alguns meses depois, outra licença, porém de seis meses e somente à Sophia foi registrada. Como vimos, a saúde não era exatamente seu forte. Mas, desta vez, o inexorável se abateu.¹⁸³ Desconhecemos a causa *mortis*, mas não deve ter sido coincidência ter ocorrido poucos dias depois do trespasse de Dunia, filha do casal, que sobreviveu por apenas nove meses.¹⁸⁴ Aquilo que era compreendido como a mais

¹⁸⁰ *O Exemplo*, 08 jan. 1905, p. 3. [grifo original].

¹⁸¹ “Concorrentes ao magistério”, *O Exemplo*, 16 out. 1904, p. 3; *A Federação*, 20 nov. 1903, p. 3; id., 24 jul. 1905, p. 3; id., 02 jan. 1905, p. 4; id., 25 jun. 1905, p. 3; id., 08 nov. 1907, p. 4.

¹⁸² Sophia Chaves foi professora na 6ª escola, mista, dos subúrbios de Itaqui, enquanto Tácito, na 5ª escola, de 1ª entrância (*A Federação*, 24 abr. 1908, p. 2. id., 22 mai. 1908, p. 2).

¹⁸³ *A Federação*, 18 jun. 1908, p. 2; id., 11 jul. 1908, p. 2.; id., 10 jul. 1908, p. 2.

¹⁸⁴ Em 1902, *O Exemplo* noticiou que “A interessante jovem d. Sophia Chaves, acometida de passageira moléstia, achase guardando leito” (“Enfermos”, *O Exemplo*, 13 nov. 1902, p. 2). Dunia, filha do casal, tinha a cor parda e nasceu em outubro de 1907 (*A Federação*, 25 jun. 1908, p. 2).

grandiosa missão de uma mulher, a maternidade, foi justamente o que abreviou a vida de Sophia Ferreira Chaves.

O luto, no entanto, não era uma novidade na vida do casal. Em 1902, com o pseudônimo Arcanio Cardolino, Tácito Pires endereçou “à senhorita d. Sophia Chaves” o poema “Finados”, no qual estabeleceu ainda uma crítica ao calendário religioso.¹⁸⁵ Tendo que lidar com uma saúde frágil e com a possível perda de um/a filho/a, Sophia já havia dedicado um escrito “Ao Darcy”, seu recém-nascido sobrinho, no qual mostrava-se bastante pessimista em relação ao futuro de crianças como ele e à providência divina:

[...] Hoje que sei as provações que há na existência para o homem que conhece a ingratidão, que avalio a miséria da humanidade, sinto profundamente que tu, inocente criança, estejas perdido também na tortuosa estrada da vida onde os urzes da desgraça rasgam os pés e os cortes da dor chagam as carnes, e evito tocar-te, fujo de arranjar-te, esquivo-me de beijar-te afim de que não partilhe deste amor que a tantos inspiras, porque meu egoísmo teme sofrer de tuas dores. / Assim se é verdade que existe um Deus, se o seu poder não tem base somente em grosseira superstição, que ele te proteja, te isente das provações de que está cheio o mundo, conserve tua vida e faça o meu egoísmo não temer amar-te. / Se assim não suceder, porém, firmarei a minha crença de que não existe o Deus, que se compadece dos que sofrem. / Abençoada alegria de teus pais, abençoada esperança da família, recebe nestas linhas, que representam a luta da aspiração e da dúvida, os votos que por tua ventura, faz tua tia.¹⁸⁶

Mas, para falamos um pouco sobre amor e afetividade, Sophia Chaves também se valeu de *O Exemplo* para trocar poemas com o marido, convergindo para a dimensão política da afetividade negra, bem como da literatura, ante ideias e práticas violentas e desumanas:¹⁸⁷

Ontem via; era bela e fresca a rosa de púrpura cor, aroma embriagante, hoje, passado apenas breve instante, murcha no hastil [sic] perdeu a flor mimosa.	Depois que recebi tua rosa Ficou meu coração embriagante Em segredo sorvendo a cada instante A amargura dessa pétala mimosa.
Vendo quem ainda ontem, ufanosa, ostentava-se bela e fulgurante, sem pétalas, nem cor e, delirante, a carpir o passado desditosa,	A alegria que brilhava ufanosa, Tornando-me a vida fulgurante, De tuas frases a amargura delirante Transformou em negro tédio à desditosa.
na tristeza da flor emurchecida, li a história da vil humanidade, tantas vezes, por tantos repedita:	E eu, ao ver pender emurchecida Essa seiva que alimenta a humanidade, Esta prece por mim foi repedita:
hoje, o luxo ofuscando a sociedade, amanhã, ruim miséria – mal querida e do amigo de ontem – falsidade! ¹⁸⁸	Permita que no turbilhão da sociedade Essa mão que eu hoje chamo de querida Nunca use comigo a – falsidade. ¹⁸⁹

¹⁸⁵ Arcanio Cardolino, “Finados - À senhorita d. Sophia Chaves”, *O Exemplo*, 02 dez. 1902, p. 2.

¹⁸⁶ Pepita, “Ao Darcy”, *O Exemplo*, 17 jul. 1904, p. 1

¹⁸⁷ Além de Giovana Xavier, ver, dentre outras, Ana Claudia Lemos Pacheco, *Mulher Negra: Afetividade e Solidão*. Salvador: EDUFBA, 2013. Outro momento emblemático trata-se do discurso “Ain’t a woman” proferido por Sojourner Truth durante o *Women’s Rights Convention em Akron*, Ohio, Estados Unidos, em 1851, no qual podemos notar a interseccionalidade como base. Disponível em: <www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 30 nov. 2017.

¹⁸⁸ T., “A Rosa – À colega Pepita”, *O Exemplo*, 22 mai. 1904, p. 2.

¹⁸⁹ Pepita, “Ante uma rosa – Ao simpático T.”, *O Exemplo*, 29 mai. 1904, p. 2.

O casal, enfim, encerrou sua participação junto ao periódico sem ver acontecer a projetada escola noturna e vislumbrou no magistério público uma possibilidade de reorganização de suas vidas. Embora não fosse um meio propício para a formação de patrimônio, foi sem dúvidas um reportório disponível para assegurar a sobrevivência e, de quebra, promover em alguma medida a instrução popular e construir representações positivas sobre homens e mulheres da raça. Diante da viuvez, Tácito Pires procurou o Juízo de Órfãos do 3º Distrito para declarar que nada havia a ser inventariado e Aurélio Júnior, juiz distrital e um dos fundadores de *O Exemplo*, deferiu uma declaração de pobreza.¹⁹⁰ Isto confirma a origem e modo de vida humilde do ainda jovem casal e vestígios encontrados sobre a trajetória de Tácito, que possuía apenas 34 anos de idade quando se despediu da esposa, sugerem o estabelecimento de um novo laço e a conquista de respeitabilidade na fronteira oeste, bem como a manutenção de seu engajamento pró-instrução popular.

Tácito Pires permaneceu professor público em Itaqui até 1917 e por dois anos lecionou paralelamente em São Borja. Uma nota publicada em *O Exemplo* em 1919 revela-nos os rumos por ele tomado e a manutenção do vínculo com o periódico que ajudou a refundar, uma vez que fora adjetivado como “nosso prezado amigo e representante em São Borja”. Desta cidade enviou um cartão com uma “fotografia dos alunos do curso elementar daquele instituto [São-Borjense] e dos respectivos professores: capitão Tácito Pires, d. Adalgisa Bandeira Pires e senhorinha Angélica Bandeira Duarte”. A despeito de todos os revezes, Tácito Pires finalmente havia conseguido levar a cabo um projeto de escolarização popular, amplamente comemorada pelos amigos da capital: “Agradecendo os cumprimentos que, de lá, nos enviam essa plêiade de jovens futurosos nos quais repousam as esperanças da Pátria, almejamos-lhes inúmeras felicidades”.¹⁹¹

Assim como outros que passaram pel’*O Exemplo*, Tácito Pires conquistou uma prestigiosa patente da Guarda Nacional e reestruturou sua vida familiar ao lado de Adalgisa Pinto Bandeira

¹⁹⁰ APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Órfãos. 3º Cartório. Declaração de Pobreza. Inventariada: Sophia Chaves. Inventariante: Tácito Pires, 1908.

¹⁹¹ “Instituto Samborgense”, *O Exemplo*, 10 mar. 1918, p. 2. Tácito Pires atuou em Lagoa Vermelha, Itaqui e Taquari, tendo concorrido ao “provimento efetivo, por concurso, das escolas vagas e interinamente providas: 1ª região – Dores de Camaquã” (*A Federação*, 27 dez. 1904, p. 2; 02 jan. 1905, p. 4). Ao longo de sua atuação solicitou diversos pedidos de afastamento por motivos de saúde: “Ao professor Tácito Pires, da 4ª escola, do sexo masculino, de Santa Rita, no município de Lagoa Vermelha, foram concedidos trinta dias de licença para tratamento de saúde” (*A Federação*, 19 out. 1905, p. 2); “O professor Tácito Pires, da escola de Santa Rita, na Lagoa Vermelha, obteve da Inspeção Geral licença por um mês para tratar-se (06 fev. 1906, p. 2; 13 mar. 1906, p. 1); “De acordo com a informação da inspeção geral da Instrução pública, foi indeferido o requerimento em que o professor Tácito Pires, da 4ª escola do sexo masculino de Santa Rita, no município de Lagoa Vermelha, pediu justificção das faltas que teve no exercício de suas funções, a contar de 22 de abril a 30 de maio findo (*A Federação*, 11 set. 1906, p. 2); “Foram justificadas as faltas que revê no exercício de suas funções, a contar de 5 de agosto a 2 de setembro últimos, o professor público Tácito Pires, da 5ª escola, do sexo masculino, dos subúrbios da cidade de Itaqui” (*A Federação*, 17 out. 1906); “Providenciou-se no sentido de serem inspecionados de saúde, na diretoria de higiene, os seguintes professores: Tácito Pires e d. Sophia Chaves [...]” (Delegacia Fiscal. *A Federação*, 22 mai. 1908, p. 2); “O dr. Secretário do interior resolveu ontem justificar as faltas que, por motivo de moléstia, teve, no exercício de suas funções, o professor público Tácito Pires, da 5ª escola, de 1ª entrância, dos subúrbios de Itaqui, a contar de 28 de abril do corrente ano a 30 de maio último, data em que foram-lhe concedidos, mediante inspeção de saúde, três meses de licença para seu tratamento” (*A Federação*, 04 jul. 1908, p. 2). Ver também: Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...*, p. 242.

Pires, colega docente.¹⁹² Manteve-se vinculado à imprensa como colaborador do jornal *A Ordem* de Itaquí e, conforme Marcus Rosa, foi um dos fundadores de uma “associação de socorros às famílias dos professores de ambos os sexos” em 1918, e pouco depois, em 1921, “ministrou ‘aulas particulares’ para ‘operários e trabalhadores’ em Caxias do Sul, cidade reconhecida pelo elevado número de italianos”.¹⁹³ Segundo João Batista Marçal, faleceu em um acidente de trânsito em 1930 na capital do Estado.¹⁹⁴

A presença de mulheres negras na imprensa como autoras em um contexto de profundo analfabetismo, patriarcal e racista potencializa a dimensão política dos escritos de Sophia Ferreira Chaves, adjetivada pela redação como “inteligente”, bem como de Uma Democrata e Carmem d’Aguiar. A escolha pelo estilo literário sugere não somente que esta era a principal possibilidade de participação feminina na imprensa, mas sobretudo a interrelação entre literatura e política. Segundo June Hahner em seu estudo sobre a emancipação da mulher no Brasil, a literatura tornou-se um dos principais espaços de luta política acessados por mulheres e, conseqüentemente, o acesso à instrução era uma bandeira central nas lutas pela emancipação da mulher.¹⁹⁵

Foi nesta chave que Cássia Silveira interpretou os discursos e a inserção da porto-alegrense Luciana de Abreu (1847-1880), literata, professora de instrução primária e sócia do Partenon Literário desde 1873.¹⁹⁶ Lembremos que a entidade contava com Aurélio Viríssimo de Bittencourt dentre os sócios-fundadores e que os discursos de Luciana de Abreu possivelmente influenciaram sua postura acerca das aulas mistas e da participação das mulheres na carreira docente, conforme pontuamos no segundo capítulo. Ao mencionarmos Luciana de Abreu, conjecturamos que estava no rol de influências das autoras apresentadas nesta seção e de muitas outras. A literata e professora porto-alegrense tornou-se amplamente conhecida por sua alocução

¹⁹² Em 1908, Tácito Pires foi listado dentre os professores de instrução pública do município que, neste momento, contava com onze mil habitantes e 1.100 eleitores. Desde 1909 Adalgisa Pinto Bandeira foi arrolada como professora pública, porém municipal, em Itaquí e depois em São Borja, logo após a menção ao nome Tácito Pires dentre os professores estaduais (Manoel José da Silva e Companhia (edit.), *Almanaque Laemmert*: Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil e indicador para 1909, Rio de Janeiro, 1908, p. Q-56; id., 1909, p. 74; id. 1911, p. 3959; id. 1913, p. 3825; id. 1914, p. 4134; 1915, id., p. 4005; id. 1916, p. 3984; id. 1917, p. 3755). Em 1915, consta como professor em São Borja (id. 1915, p. 4089; id. 1916, p. 4060; id. 1917, p. 3814; id. 1918, p. 3805; id. 1919, p. 3805).

¹⁹³ Respectivamente: *A Federação*, 27 fev. 1909, p. 1; id., 28 jan. 1918, p. 3; *O Brasil*, 05 fev. 1921, p. 02 apud Marcus Rosa, op. cit., p. 242.

¹⁹⁴ João Batista Marçal, *Primeiras Lutas Operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo/Museu do Trabalho, 1985, p. 130.

¹⁹⁵ June Hahner, *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Ed. Mulheres/EDUNISC, 2003.

¹⁹⁶ Cássia Daiane Macedo da Silveira, *Sociedade Partenon Literário: literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2016. De acordo com a historiadora, ao ingressar na entidade, Luciana de Abreu rapidamente se tornou a “menina dos olhos” do médico Caldre e Fião, presidente honorário, especialmente por representar a superação de uma infância marcada pelo abandono na roda dos expostos, acolhimento por uma modesta família e desmedida dedicação aos estudos. Personificava, ainda, o ideal de mulher positivista (casada, mãe e professora) a ser intensificado com a República (p. 147-178). A despeito de Luciana de Abreu aparecer no livro *Mulheres negras do Brasil*, não há evidências de que ela realmente fosse uma mulher negra (Schuma Schuma e Érico Vital Brazil, *Mulheres negras do Brasil*. ed. condensada. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013, p. 88).

acerca da emancipação da mulher proferido em sua posse no Partenon Literário. Embora tenha aberto a discussão sobre a educação feminina e seja considerada a primeira mulher a subir em uma tribuna no país, seus discursos não foram pauta do projeto civilizador tecido pela entidade. A esse despeito, não podemos menosprezar o valor de sua existência em um meio elitizado e controlado por homens. Segundo Cássia Silveira, ela “aproveitava-se do espaço aberto [...] para falar às distintas senhoras participantes do colóquio mensal sobre a emancipação feminina e a necessidade premente de abertura às mulheres dos cursos superiores”.¹⁹⁷

Dentre o repertório de influências estava Nísia Floresta (1810-1885), que chegou a morar em Porto Alegre. Considerado um marco do pensamento feminista no país, seu livro “Os direitos das mulheres e injustiça dos homens” foi publicado na capital sul-rio-grandense na década de 1830.¹⁹⁸ Nesse viés, propagava-se pelo país ideias de emancipação feminina por meio de diversos jornais feministas e, não custa reforçarmos uma vez mais, a educação era central para a conquista de direitos às mulheres.¹⁹⁹

O Exemplo não ficou aquém destas ideias e pelos menos três jornais femininos ou feministas sul-rio-grandenses – *A Grinalda*, *O Corimbo* e *O Escrínio* foram saudados em suas páginas. Em 1893, duas notas foram publicadas: “*A Grinalda*, jornal especialmente consagrado ao belo sexo, de propriedade da conhecida literata D. Maria da Cunha”;²⁰⁰ “Este interessante hebdomadário publicado na cidade do Rio Grande [*O Corimbo*], habilmente dirigido por duas talentosas literatas nossas ilustres patrícias, completou no dia 21 do passado um decênio de luta jornalística. Auguramos-lhe que consiga duplicar aos nossos olhos essa auspiciosa data”.²⁰¹ Anos depois, uma saudação semelhante a *O Escrínio*, de Andradina América de Andrada e Oliveira (1864-1935), que estreara sua terceira fase em Porto Alegre no ano de 1903. A nota explicitou ainda a transmissão geracional do projeto à filha Lola (1896-1965): “Este conceituado colega [*O Escrínio*], ardoroso defensor da emancipação da mulher, apresentou-se de gala na edição de 26 de

¹⁹⁷ Cássia Silveira, *Sociedade Partenon Literário...*, p. 177.

¹⁹⁸ Nísia Floresta, *O Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Editora Cortez, 1989. Foi diretamente inspirado no livro de Mary Wollstonecraft, *A reivindicação dos direitos da mulher* (Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016) publicado em 1792 na Inglaterra e considerado um marco para o feminismo (europeu). Ver também: Constância Lima Duarte, *Nísia Floresta*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

¹⁹⁹ Constância Lima Duarte diferencia imprensa feminina e feminista a partir da abordagem. Enquanto a primeira é redigida e dirigida às mulheres a segunda, além disso, “se diferenciara por protestar contra a opressão e a discriminação e exigir a ampliação de direitos civis e políticos” (*Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX – Dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 14).

²⁰⁰ *O Exemplo*, 16 abr. 1893, p. 3. *A Grinalda* possuía um formato semelhante ao de *O Exemplo*, com quatro páginas e três colunas. Existem três exemplares sob a guarda da Biblioteca Rio-Grandense: um de 1893 e dois de 1897. No primeiro capítulo apresentamos brevemente o periódico e sua proprietária, a literata Maria da Cunha (Alice Rache Fonseca, *Maria da Cunha e Vera Karam: Diálogo de um século? Mestrado (História da Literatura)*. 116 f. – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2005).

²⁰¹ “Corimbo”, *O Exemplo*, 05 nov. 1893, p. 3. Foi dirigido por Revocata Heloísa de Mello e Julieta de Mello Monteiro, na cidade de Rio Grande existiu entre 1883 e 1943. Ver: Mirian Steffens Vieira, *Atuação literária de escritoras no Rio Grande do Sul: um estudo do periódico Corimbo*, Rio Grande, 1885-1925. 188f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

outubro, trazendo na página de honra o retrato de sua secretária Lola de Oliveira, inegável esperança da literatura conterrânea”.²⁰²

Ademais, não percamos de vista que no outro extremo do país Maria Firmina dos Reis (1825-1817), igualmente literata e professora pública de instrução primária, publicou o romance “Úrsula” em 1859. Considerado um marco para a literatura negra no país, registrou a autoria de uma mulher negra e uma perspectiva ainda inédita na seara literária, qual seja, a tematização da África como um espaço de civilização e não apenas de sequestro, bem como a descrição do porão do navio negreiro em suas miudezas e na primeira pessoa. Como abolicionista, Maria Firmina dos Reis foi autora do “Hino à liberdade dos escravos”²⁰³, no qual evocou elementos notados, particularmente, no texto de estreia de Sophia Chaves como colaboradora de *O Exemplo* alusivo ao treze de maio e intitulado “Aurora da Liberdade”. O romance “Úrsula” inscreveu de uma nova epistemologia em um universo acostumado com um olhar branco e ocidental sobre o *outro*, que passa a ser percebido em toda a sua humanidade.²⁰⁴

A existência de mulheres letradas, e não somente alfabetizadas, torna-se uma notável exceção em uma realidade marcada por um profundo analfabetismo. Embora a realidade do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre fosse menos díspar em relação ao país no que concerne à alfabetização de homens e mulheres, as desigualdades de gênero dentro da população alfabetizada se faziam presentes. A seguir apresentamos dados oferecidos pelos recenseamentos de 1872 e 1890, nos quais registrou-se um equilíbrio populacional entre homens e mulheres.

Tabela 6 - População alfabetizada conforme sexo – Brasil, RS e Porto Alegre, 1872 e 1890

Ano	Sexo	Brasil		Rio Grande do Sul		Porto Alegre	
		N.	%	N.	%	N.	%
1872	Homens	1.012.097	64,8	56.962	59,7	6.170	59,7
	Mulheres	550.981	35,2	38.341	40,3	4.162	40,3
	Total	1.563.078	100,0	95.303	100,0	10.332	100,0
1890	Homens	1.385.854	65,3	136.284	60,0	11.997	54,4
	Mulheres	734.705	34,7	90.710	40,0	10.044	45,6
	Total	2.120.559	100,0	226.999	100,0	22.041	100,0

Fontes: Brasil. Diretoria Geral de Estatística (DGE). Recenseamento Geral do Império de 1872; Brasil, op. cit., 1890.

²⁰² “O Escrínio”, *O Exemplo*, 30 out. 1904, p. 3. Para saber mais sobre *O Escrínio* e sua fundadora, Andradina América de Andade e Oliveira, ver: Rosa Cristina Hood Gautério, *Escrínio, Andradina de Oliveira e sociedade(s): entrelaços de um legado feminista*. 391 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

²⁰³ “Salve Pátria do Progresso! / Salve! Salve Deus da Igualdade! / Salve! Salve o sol que raiou hoje, / Difundindo a Liberdade! // Quebrou-se enfim a cadeia / Da nefanda Escravidão! / Aqueles que antes oprimias, / Hoje terás como irmão! (esse fragmento, o único localizado do poema, foi publicado por Eduardo de Assis Duarte em “Maria Firmina dos Reis: na contracorrente do escravismo, o negro como referência moral”, in: Ana Flávia Magalhães Pinto e Sidney Chalhoub (orgs.), *Pensadores negros – Pensadoras negras: Brasil século XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 56).

²⁰⁴ Eduardo de Assis Duarte, “Maria Firmina dos Reis...”, p. 41-58. Em uma nota o autor assinala que na mesma época foi publicado nos Estados Unidos o primeiro romance de autoria “afrodescendente” (*This Nig*, de Harriet Wilson). Ver especialmente: Maria Firmina dos Reis, (1859), *Úrsula*. 5. ed. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

Na tabela seguinte separamos a população escolar conforme sexo e notamos que mais da metade da população masculina e menos da metade da feminina frequentava escolas públicas no Rio Grande do Sul em 1872; e que essa desproporção cresceu nos anos seguintes à Proclamação da República. A título de informação, em 1872 a desproporção em Porto Alegre era três por cento menor em relação ao Estado (1.156 alunos e 1.004 alunas). Ademais, o crescimento do público escolar também se relaciona ao aumento demográfico registrado no período em foco.

Tabela 7 - Alunado das escolas públicas do Rio Grande do Sul conforme sexo, 1899 a 1907

Anos	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
1872	9.947	55,6	7.947	44,4	17.894	100,0
1899	16.830	56,5	12.930	43,5	29.760	100,0
1900	20.190	59,0	14.049	41,0	34.239	100,0
1901	21.090	60,9	13.549	39,1	34.639	100,0
1902	20.956	56,4	16.161	43,3	37.117	100,0
1903	25.247	59,9	16.912	40,1	42.159	100,0
1904	22.717	55,9	17.901	44,1	40.618	100,0
1907	27.422	57,3	20.472	42,7	47.894	100,0

Fontes: Brasil, op. cit, 1872; Joaquim Francisco de Assis Brasil, *Ditadura, parlamentarismo, democracia*. Porto Alegre: Globo, 1908 apud Francisco das Neves Alves, *Oposição e dissidências no Rio Grande do Sul...* p. 206.

Embora os dados oferecidos pelos recenseamentos sejam permeados de imprecisões e não nos permitam cruzar as variáveis de sexo como as variáveis de cor/raça, nos diz muito sobre as desigualdades de gênero no mundo alfabetizado. Ao atravessarem esta linha, não raro as mulheres passaram a buscar um espaço de trabalho cada vez mais possível e feminilizado: o magistério. É verdade que a instrução das mulheres era vista como uma ameaça à dominação patriarcal, mas diante da disseminação do ideário positivista passou a ser gradativamente percebida como um meio de prepará-las em sua missão de regenerar a sociedade e salvar a pátria. Tudo isso sem descuidar da manutenção da família, uma vez que a mulher positivista era por excelência a guardiã da moral familiar e, por consequência, o magistério sua vocação natural, um sacerdócio feminino, a extensão da função doméstica para o âmbito público.²⁰⁵

²⁰⁵ Lembremos, pois, da manifestação de Aurélio Viríssimo de Bittencourt sobre o tema no segundo capítulo como um reforço a essa ideia ainda nos anos 1870. Segundo Jane Almeida, o processo de feminilização do magistério se caracteriza pela ampliação da presença feminina no mercado de trabalho com base em ideias sobre o papel sociais das mulheres (*Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 64). Para o Rio Grande do Sul, ver: Elomar Tambara, "Profissionalização, escola normal, e feminilização: Magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX", *História da Educação*. Pelotas, v. 3, p. 35-57, abr. 1998. Para outros locais, ver: Alessandra Schueler, "Notas sobre a feminização da docência: professoras primárias na cidade do Rio de Janeiro", *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 13-14, p. 29-47, mai./dez., 2004 e "A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX", *Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 313-332, 1. sem. 2010. Sobre o magistério como sacerdócio feminino dentro do escopo positivista sul-rio-grandense: Berenice Corsetti, "A educação: construindo o cidadão", in: Ana Luiza Rezkiegel e Ginter Axt (orgs.), *República - República Velha (1889-1930)*, v. 3, t. 2. Coleção: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 306-307; Elisabete Leal, *O Positivismo, o Partido Republicano, a Moral e a Mulher (1891-1913)*. 292 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

Isso explica, em parte, o descompasso entre a importância atribuída ao professorado na organização da sociedade republicana com o tratamento dispensado ao corpo docente da Instrução Pública pelo Estado que, para fazer valer um conjunto de expectativas, passou a intensificar o controle, a fiscalização e a normatização ao invés de assegurar melhores remunerações e condições de trabalho. Como consequência, o gradual desinteresse dos homens pelo magistério, que possuíam um arcabouço maior de oportunidades no mercado de trabalho, sobretudo se fossem brancos.²⁰⁶ Esse processo, por outro lado, ampliou as possibilidades de ingresso de mulheres, sequer consideradas cidadãs, no magistério, e potencializada ao máximo no que concerne às mulheres negras. Aqui, mais uma vez, reforçamos a indissociabilidade entre os marcadores sociais de classe, raça e gênero a fim de se evitar generalizações, a tomada da mulher branca de classe média ou mesmo abastada, seus valores (próprios ou que lhe foram atribuídos) e oportunidades enquanto universais.

Rodrigo de Azevedo Weimer, a partir das memórias e escritos de mulheres negras quilombolas e professoras em meados do século XX no litoral sul-rio-grandense, nos ajuda a refletir sobre sentidos da feminilização do magistério com recorte de cor/raça. Segundo o historiador, “o acesso ao ensino formal se constituiu como uma oportunidade de ascensão social, mas sobretudo como um mecanismo de empoderamento de mulheres negras que utilizaram a autoridade docente conquistada como meio de combate ao racismo e à consequente evasão escolar”.²⁰⁷ Estas ponderações relativizam o entendimento de que às “mulheres do povo” e às “mulheres negras”, sendo estas marcadas pelo “estigma da escravidão”, restou somente “os trabalhos de nível inferior e a total ausência de instrução”.²⁰⁸

Desse modo, a presença de professoras negras nos espaços formais de ensino em escolas rurais e urbanas não pode ser lida exclusivamente na chave das relações de gênero, uma vez que estavam em curso distintos, ainda que entrecortados, processos de construção de papéis de gênero, para os quais concorriam os marcadores de classe e de raça. Como exemplo, cotejemos a atitude da professora de Caçapava (citada por Lindolfo Ramos e reproduzida na primeira seção do capítulo) com a de Adelina de Bittencourt (apresentada no segundo capítulo) e de Sophia Chaves. Se a primeira não via com bons olhos a presença de crianças negras em sua classe, particularmente, de meninas negras, não se pode dizer o mesmo sobre as duas últimas. Não deve ter sido apenas fatalidade Adelina ter sido vítima de um ataque cardíaco ao encerrar seu discurso

²⁰⁶ Segundo o Diretor da Instrução Pública do Rio Grande do Sul de 1883: “Não se reforma ensino só por meio de lei e regulamentos, quando falta o principal agente que é o mestre”, depositando grandes esperanças sobre a Escola Normal que passava por reestruturações (Fala dirigida do Presidente da Província do Rio Grande do Sul...1883). No segundo capítulo vimos o contexto dentro do qual surgiu a Escola Normal na capital.

²⁰⁷ Ainda que referente a uma realidade rural, é uma consideração pertinente para nosso estudo. Rodrigo de Azevedo Weimer, “Professoras e alunos negros no litoral norte do Rio Grande do Sul (meados do século XX): o aprendizado da cor”, *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, n. 2 (45), v. 17, p. 235-259, abr./jun. 2017.

²⁰⁸ Conforme afirmado por Jane Soares de Almeida, *Mulher e educação...* p. 35.

na condição de paraninfa da turma de formandas do Colégio Elementar 13 de Maio, localizado nos arrabaldes do Menino Deus, região conhecida por ser um dos mais importantes territórios negros da capital, assim como não deve ter sido mera coincidência Sophia investir no magistério enquanto redigia contundentes artigos, crônicas e poesias sobre os benefícios da instrução.²⁰⁹

Enfim, se de um lado havia o desestímulo, o racismo e a reiteração de lugares sociais racializados, de outro não somente o estímulo e o acolhimento, mas também a representatividade, o exemplo positivo sobre a raça, a possibilidade de levantamento moral e intelectual por meio da inserção em um ofício potencialmente transformador. Ademais, considerando a escola como um espaço de difusão ideológica e cívica, Maria Lúcia Müller e Jerry Dávila associaram o crescente sumiço de professores e professoras negras no avançar da Primeira República no Rio de Janeiro como um dos desdobramentos de projetos de nação calcados em ideias de raça e branqueamento. Nesse sentido, Maria Lúcia Müller postulou a existência de um processo de “reserva de mercado apenas de professores brancos” no país como um todo: “É branco o magistério, como de resto são brancos praticamente todos os setores da elite brasileira”.²¹⁰

Nestes embates fundamentalmente políticos e ideológicos em torno da democratização e da expansão da escolarização, que colocava em quadro o tipo de instrução e educação a ser oferecido, lembremos que os idealizadores da Escola Noturna “O Exemplo” desejavam que o corpo docente fosse oriundo “do nosso meio”, convergindo com a prática adotada no Instituto Tuskegee, fundado por Booker T. Washington e que contou com a fundamental atuação de Margaret T. Washington.²¹¹ Nesse sentido, o predomínio de mulheres na mencionada lista de inscritos ao magistério de 1904, dentre as quais estava Sophia Chaves, reforça a feminilização da carreira e,

²⁰⁹ Conforme Jane Matto, o legado de Adelina como educadora “foi seguido por sua filha Celina Pederneiras e por sua neta Nelly. Nelly Cunha é citada em inúmeros artigos da área da educação por ser referência no magistério gaúcho nas décadas de 1960 e 1970, deixando como o seu tio-avô Dario vários registros de sua atuação profissional e vida pessoal, que foram cuidadosamente guardados pela família” (Jane Rocha de Mattos, “Mulheres e afrodescendentes: As trajetórias de Adelina e Isaura, no final do século XIX no Rio Grande do Sul”, *XXVIII Simpósio Nacional de História*, UFSC, Florianópolis, 2015, p. 6 [mimeo]).

²¹⁰ Maria Lúcia Müller, *A cor da escola: imagens da Primeira República*. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2008, p. 87. Ver também, da mesma autora: “A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República”, in: *Interfaces da Educação*, v. 5, n. 14, p. 68-81, 2014; Jerry Dávila, *Diploma da brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. Tradução de Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora da Unesp, 2006; Nilma Lino Gomes, *A trajetória escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994. Diante das complexidades desse período histórico e a limitação do presente estudo aos anos compreendidos ao fim da primeira fase de *O Exemplo* (1911), deixamos essa investigação como sugestão para empreendimentos futuros. Há um estudo recente sobre um dos professores negros mais emblemáticos desse contexto (Luara dos Santos Silva. *‘Etimologias Preto’: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)*. 165 f. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2015. Em 1917, *O Exemplo* noticiou na primeira capa: “Expulso por ser ‘preto’ – o comentário d’A Federação – O enérgico protesto do professor Hemetério dos Santos – Um artigo do dr. Evaristo de Moraes – O brilhante editorial d’A Epoca do Rio de Janeiro – A nossa atitude”, *O Exemplo*, 22 abr. 1917, p. 1.

²¹¹ Sobre a atuação de literatas e professoras negras no contexto de erguimento da raça via instrução no pós-emancipação estadunidense, ver: Giovana Xavier da Conceição Cortês, *Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)*. 464 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

sobretudo, a inserção de mulheres negras no magistério, dentre as quais também estavam outras personagens que orbitavam o periódico e que poderiam concorrer para a consecução da projetada escola noturna: Adelina Lídia de Bittencourt Machado, apresentada no segundo capítulo; Iris Santarém Rabello e Jurema Santarém Rabello, filhas de Júlio da Veiga Rabello, gerente do jornal a partir de 1908²¹²; e Carmen Pinto de Azevedo, sobre quem falaremos na próxima seção. A história de vida de Booker T. Washington fora acionada na edição de refundação de *O Exemplo*, na qual anunciou-se a projetada escola noturna *O Exemplo*. Para ele, a formação de educadores negros era fundamental para a emancipação do povo negro, pois enquanto modelos de conduta moral, tais profissionais concorreriam diretamente para a elevação da raça dentro do sistema nomeado de “encaixe”, uma articulação entre o trabalho manual e o intelectual.²¹³

A diluição entre trabalho manual e o intelectual, aliás, se fez presente nos embates pelo fim da separação das aulas por sexo. Sem nos prolongarmos neste debate, foi uma importante luta política promovida por mulheres, uma vez que as aulas mistas nivelariam os saberes escolares ensinados a meninos e meninas, permitindo às últimas provarem que possuíam a mesma capacidade cognitiva, se qualificarem e contrariarem pressupostos presentes desde as primeiras legislações de ensino, bem como no regulamento da Escola Normal da capital: às meninas a ênfase ao ensino de tarefas manuais e domésticas e aos meninos ao trabalho intelectual, sobretudo por meio do ensino da álgebra e da aritmética. A despeito da resistência, a implementação de aulas mistas, ante o desinteresse dos homens pelo magistério, acabou por se tornar necessária à manutenção das aulas públicas.²¹⁴ Sophia Chaves e Adelina de Bittencourt chegaram a trabalhar dentro desta modalidade, a primeira em Itaquí e a segunda na capital. Adelina, por conta disso, fora professora de primeiras letras do sobrinho Dario de Bittencourt, conforme apresentamos no segundo capítulo.

A despeito da ausência de menção às mulheres e meninas nos textos referentes à escola noturna *O Exemplo*, exceto naqueles redigidos por Uma Democrata e por Carmem d’Aguiar, elas se faziam demasiadamente presentes naqueles referentes à educação moral e doméstica e que pululavam nas páginas do periódico desde sua fundação. O editor Tácito Pires, por exemplo, valeu-se de seu pseudônimo Arcanio Cardolino para assinalar o descuido da mulher, aliás, da mãe, no exercício do seu principal papel, qual seja, a formação do caráter do homem no âmbito familiar.

²¹² Iris Sanrarém Rabello foi nomeada professora pública em um Grupo Escolar no município de Venâncio Aires, enquanto sua irmã Jurema Santarém Rabello era professora pública no município do Prata (cf.: *A Federação*, 13 mar. 1929, p. 2; id. 04 out. 1933, p. 4). Conforme Marcus Rosa, em 1919, Júlio Rabello, antigo gerente do jornal “ofereceu sua residência para uma reunião de professoras que lecionavam em ‘escolas subvencionadas pelo Governo Federal’, sugerindo que, talvez, o coronel apoiasse certas causas dos docentes públicos”. Possivelmente se tratou de uma reunião organizada pelas filhas (Marcus Rosa, op. cit, p. 246). Não temos certeza se ele realmente era coronel (ver capítulo 4).

²¹³ Frank Andre Guridy, “Forging Diaspora in the Midst of Empire: The Tuskegee-Cuba Connection”, in: *Forging Diaspora: Afro-Cubans and African Americans in a World of Empire and Jim Crow*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010, p. 17-60. Tradução: Rane Morais Souza. Revisão técnica: Ana Flávia Magalhães Pinto.

²¹⁴ Regina Schneider, op. cit.

Em seu escrito, a clássica distinção entre casa e rua reiterou papéis de gênero: a instrução associada ao espaço público e ao homem e a educação ao âmbito privado e à mulher:

“A educação faz o homem e a instrução o sábio”. [...] A instrução exercita o espírito, desvendando o segredo do ideal; a educação equilibra a índole, despertando os bons sentimentos. É ela a base da conduta e o alicerce da inteligência. O homem instruído, porém mal-educado, é imolado com todo o seu valor intelectual, pelo desprezo público como uma casa bem ornamentada, que é abandonada pelos inquilinos por ser mal construída. [...] Porém, para aproveitarmos por completo os inestimáveis predicados com que nos dota uma boa educação é imprescindível que ela seja saturada de uma instrução prática e doméstica, da qual tanto descuram as nossas mães de família.²¹⁵

Este reforço às expectativas de gênero, formalmente existente, pelo menos, desde a primeira legislação de ensino do país²¹⁶ e a reatualizada no alvorecer do novo século²¹⁷, se deu logo após o registro de um debate acerca da emancipação da mulher, por sua vez desencadeado por uma publicação que asseverou o quão inadmissível era a mulher seguir escravizada ou objetificada no novo século em detrimento da valorização de sua capacidade de pensar, reclamar e lutar “pela conquista de todos os seus direitos que a sociedade tem dado ao homem”.²¹⁸ Algumas semanas depois, uma carta-resposta de Pery, pseudônimo de Lindolfo Ramos, assinalava sua simpatia com a ideia de emancipação das mulheres, desde que restrita à esfera civil, “lógica e cheia de justiça na restituição dos direitos que lhe andam sequestrados”; já a emancipação política “seria subversiva e fundamentalmente anarquizadora para a sociedade”²¹⁹, pois incidiria diretamente sobre uma função essencial das mulheres, qual seja, a maternidade: “no dia em que a mulher deixar seu papel de mãe, abandonando o lar carinhoso em troca de um lugar de promotor público ou de juiz (ah! Esse dia, Deus, não permitirá que chegue!) dar-se-á nos uma verdadeira

²¹⁵ Arcanio Cardolino [Tácito Pires], “A educação”, *O Exemplo*, 05 jan. 1903, p. 1.

²¹⁶ “As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas” (Lei Geral da Instrução Pública, de 15 outubro de 1827 apud Guacira Lopes Louro, “Mulheres na sala de aula”, in: Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 447).

²¹⁷ “As últimas décadas do século XIX apontam, pois, para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a a modernização da sociedade, a higienização da família, a construção da cidadania dos jovens. A preocupação em afastar do conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vincula-lo a *ordem e progresso* levou os condutores da sociedade a arregimentar as mulheres das camadas populares. [...] Para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação crista, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo. [...] Para outros, inspirados nas ideias positivistas e cientificistas, justificava-se um ensino para a mulher que, ligado ainda a função materna, afastasse as superstições e incorporasse as novidades da ciência, em especial das ciências que tratavam das tradicionais ocupações femininas” (Guacira Lopes Louro, “Mulheres na sala de aula”..., p. 447-448).

²¹⁸ Grifos originais. O trecho citado foi extraído da epígrafe, pois a edição (03 nov. 1902) no qual foi publicado está incompleta e o trecho rasurado. Contudo, em edição seguinte, essa ideia foi recuperada ao saudar o ressurgimento de *O Escrínio*, um órgão de defesa dos interesses da mulher: “assim o pensamos como filhos de um século em que a mulher não pode ser mais a escrava do Oriente, nem o objeto de luxo da civilização cristã, mas o ser pensante, ativo e capaz que reclama e luta pela conquista de todos os direitos que a sociedade tem dado ao homem. Avante, pois, colega!” (“De tudo”, *O Exemplo*, 02 dez. 1902, p. 2).

²¹⁹ Pery, “A emancipação da mulher”, *O Exemplo*, 25 nov. 1902, p. 1-2.

calamidade. Tudo pela emancipação civil e nada pela emancipação política da mulher”, concluiu.²²⁰

A tréplica veio assinada por Tapyr na edição seguinte, cuja identidade é ainda desconhecida:

[...] Ah! Mais horrível, porém, é pensar-se que nessa época em que a mulher ainda não é emancipada, as infelizes proletárias são obrigadas a abandonar a prole para irem às oficinas ganhar o pão para elas e essa prole infeliz! Mais horrível ainda é pensar que o minguado salário dessas infelizes mulheres não basta para pagar o que exigem as causas de maternidade, os asilos regulares da infância e são as crianças desde pequenas entregues muitas vezes ao vício – iniciadas ao crime. / Esta desorganização orgânica, esta iniquidade legal da sociedade em que vivemos é que é condenável. / Se pensarmos ainda quanto o espírito metódico, altamente econômico da mulher, seria útil à administração do país, não podemos deixar de desejar a sua completa emancipação social. [...] Não tarda, pois, a raiar o 89 para a mulher, porque a humanidade tem sede de justiça desta grande justiça, tão moral quanto natural, porque a mulher como uma célula do organismo social não deve ter cerceado nenhuma de suas funções.²²¹

Embora assumindo uma posição mais progressista e defensora da extensão dos direitos civil e políticos às mulheres, a tréplica reiterou a maternidade como a função primordial da mulher. Além disso, o ingresso no universo fabril, ao ser reduzido a um meio de sustento da prole e de crítica à ausência de políticas públicas voltadas à infância, foi desconsiderado como um passo importante à emancipação da mulher. Acerca disso, por meio da imprensa operária porto-alegrense, Isabel Bilhão assinalou que desde o final do século XIX o ingresso das mulheres nas fábricas era lido como um abandono da família que, por consequência, ampliava a vulnerabilidade das crianças à criminalidade, aos vícios e à desordem, mas também como uma ameaça à honra feminina, pois as fábricas eram ambientes majoritariamente masculinos.²²² A preocupação com o feminismo, que andava agitando a capital sul-rio-grande, não passou ao largo da pena dos jornalistas operários e, embora favoráveis à ampliação dos direitos políticos às mulheres, temiam igualmente o abandono dos “serviços que lhes competem”, mas dessa vez para “tomar conta dos que devem ser exercidos pelos marmanjos”, mormente das agremiações operárias.²²³

Isabel Bilhão, nesse sentido, recuperou a avaliação de Tácito Pires, quando ainda utilizava o prenome Pedro, acerca dos dois primeiros anos de atuação da Liga Operária Internacional, da qual foi um dos fundadores em 1895, e as falhas na propaganda, a despeito do sucesso alcançado até então. Segundo ele, era necessário corrigir a pouca importância conferida às mulheres, pois

²²⁰ Ibid. Sobre a casa como o espaço resguardado às mulheres e a rua aos homens, ver: Roberto DaMatta, *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

²²¹ Tapyr, “Carta aberta: Confrade amigo Pery”, *O Exemplo*, 02 dez. 1902, p. 1. Um estudo sobre a luta pelo sufrágio feminino no país foi realizado por Mônica Karawejczyk, *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. 398 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

²²² *Gazetinha*, 14 out. 1897, p. 2, id. 16 jan. 1899, p. 1; id. 29 dez. 1895, p. 3 apud Isabel Bilhão, *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: EdUEL, 2008, p. 143-144. A autora estima a existência de cerca de cinco mil operários na capital entre 1898 e 1920, sendo a maioria masculina e imigrante.

²²³ *Gazetinha*, 07 jun. 1899, p. 2 apud Isabel Bilhão, op. cit., p. 146. Embora não seja o foco deste estudo, nos parece que no meio negro as mulheres tiveram muito mais sucesso na fundação e liderança de agremiações. Ver: Liane Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia...*

enquanto formadoras dos futuros lutadores sociais deveriam tomar ciência das fraquezas, sofrimentos e angústias decorrentes da crueldade capitalista que acometiam os maridos no mundo fabril.²²⁴ Ainda segundo a historiadora, “a identidade operária estava intimamente ligada à identidade de gênero [...]: enquanto para os homens a conduta violenta podia ser percebida como um fator de reforço à masculinidade [...], para as mulheres operárias a conduta socialmente aceita estava impregnada dos cânones da época, definidores de ‘feminilidade’ (graça, delicadeza etc.)”. Assim, a entrada de mulheres no mundo das fábricas não somente ampliou o contingente de trabalhadores e estabeleceu novas formas de competição e de solidariedade, como também modulou representações acerca das lutas e construções identitárias.²²⁵ Embora sem mencionar o homem como vítima do capitalismo, Tácito Pires reproduziu semelhante expectativa de gênero em *O Exemplo* ao atribuir às mulheres a tarefa de educar no espaço doméstico aqueles que futuramente conduziriam as lutas sociais no âmbito público.

Em suma e controvérsias à parte, a historiadora postulou que positivistas, socialistas e anarquistas compartilhavam a percepção da mulher como fundamentalmente promotora da educação, um trabalho moral a ser exercido no âmbito doméstico, dirigido especialmente aos meninos, futuros cidadãos e dirigentes políticos. É dentro dessa chave que a reação à inserção das mulheres no operariado da capital no alvorecer no século XX pode ser mais bem compreendida.²²⁶ Bilhão reforçou as contradições entre teoria e prática na imprensa socialista sul-rio-grandense no século XIX notadas por Sílvia Petersen: a “defesa da emancipação da mulher” *versus* a “conservação dos mecanismos de sua opressão”; a “reivindicação da igualdade da mulher” *versus* o “reconhecimento de sua inferioridade” em relação aos homens; a “crítica à discriminação” *versus* a “conservação do preconceito”. Enfim, embora considerada a parcela mais revolucionária da imprensa naquele contexto, segundo Petersen, os socialistas compartilhavam com o discurso burguês o controle do homem sobre a capacidade reprodutiva, a sexualidade e o trabalho das mulheres, restando às operárias a elaboração de formas de resistência à dominação patriarcal.²²⁷

A existência de jornais como *O Escriínio* torna-se, nesse sentido, exemplar. Vejamos, pois, o que foi comentado pela redação de *O Exemplo* em 1902 acerca do primeiro número da terceira fase do “semanário consagrado aos interesses da mulher”. Publicado na mesma edição que

²²⁴ *A Gazetinha*, 21 nov. 1897, p. 2; apud Isabel Bilhão, op. cit., p. 149-151. Um tom mais controverso foi adotado alguns anos depois pelo jornal anarquista *A Luta*. Na esperança de que as mulheres fossem mais indulgentes, atribuíam à desumanidade impingida pelo capitalismo a violência praticada pelos homens no âmbito doméstico (*A Luta*, 08 mar. 1908, p. 2 apud id.).

²²⁵ Isabel Bilhão, *Identidade e trabalho...*, p. 154-155.

²²⁶ Sobre a participação das mulheres operárias nas lutas por direitos no período entreguerras, bem como debates sobre maternidade, trabalho remunerado e cuidados, ver: Gláucia Cristina Candian Fraccaro, *Os direitos das mulheres – organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. 198 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

²²⁷ Sílvia Petersen, “A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX”... p. 106-109. Essa perspectiva foi reforçada por outros estudos: Rachel Soihet, “História das Mulheres”, in: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vaifas (orgs.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

estampou a réplica no debate acerca da emancipação da mulher, o texto ressaltou que o periódico apareceu na capital “da tipografia que acaba de adquirir”, atestando “que as mulheres entre nós já se não conformam com a posição de ancilas das ditas obrigações domésticas e se vão congregando no intuito de conquistarem uma posição social consoante ao seu estado intelectual”. A esse despeito, destacaram os redatores, não se tratava de um órgão radical “na luta por seus ideais, [...] o que seria desarmônico com aspirações insipientes das nossas mulheres”. Porém, tendo em vista que as “ideias são como os homens, em seus primeiros anos, semi-inconscientes, frívolas, depois de maduras, arrazoadas, fortes”, *O Escrivão* não tardaria a radicalizar sua postura, sobretudo “quando o ideal entre nós nascente da emancipação da mulher tenha amadurecido”.²²⁸ As ameaças às expectativas de gênero diante do avanço da luta por emancipação promovida pelas mulheres pululavam por toda a parte e o escrito revela uma tentativa de, em alguma medida, participar desse debate, a despeito das inseguranças e incertezas subjacentes.

Tendo isso em vista, observemos a maneira como Sophia Ferreira Chaves, que se ocultava sob o pseudônimo Pepita, teceu seu escrito em alusão ao segundo aniversário de refundação do empreendimento, particularmente no que concerne à forma como descreveu os homens/(re)fundadores e a si. No excerto a seguir sublinhamos o que se refere aos homens e grifamos a autorrepresentação da autora:

Quando há dois anos atrás, a ideia da publicação d'*O Exemplo* reuniu um grupo de esforçados batalhadores, eu saindo da penumbra de meu recolhimento, da obscuridade do claustro de minhas cogitações, onde me tinha encerrado, fui a primeira a saudar, desse mesmo lugar, esse grupo de homens fortes pela tenacidade que iam tomar sobre os ombros o peso de uma tarefa tão árdua, que se atreviam a iniciar o percurso de uma estrada abrolhosa – a conquista de um alevantado ideal, que se arrojavam ao mais difícil cometimento – o de alterar o estado moral e intelectual dos nossos, cientes de todas as decepções que lhes prepararia a fatuidade humana. [...] Hoje, que a razão cobrou ânimo, hoje que, depois de um labutar constante, como de uma convalescença mental, os nossos se ergue e outra fase d'*O Exemplo* surgiu, a “Renascença” começa para fazer compreender que desde então a obscuridade e os preconceitos vão perdendo terreno. [...] Felicito esta “Renascença” que se traduz na vitória que este 2º ano de existência d'*O Exemplo* traduz e envio daqui, **do meu obscuro cantinho de inculta colaboradora**, os agradecimentos a todos que o tem acompanhado nesse período, é a esse grupo de espíritos denodados, a essa legião de bravos e lutadores, a esse sublime quinquvirato de cujo talento, concurso e dedicação espera este jornal o seu renome de amanhã e **venho trazer minhas sinceras oblações que genuflexa deposito no gazofilácio de nossa crença, de nossa fé, como segurança de minha maior dedicação à causa santa que *O Exemplo* representa e defende.**²²⁹

Sophia Chaves recorreu a adjetivos para dar luz ao que seria a constituição de um masculino e de um feminino ideal àquele contexto, demarcando a posição previamente construída e resguardada tanto a homens quanto a mulheres: a eles a glória vinda do suor do trabalho intelectual; a elas, o louvor dos bastidores. Lembremos ainda que no editorial de agradecimento às parabenizações, publicada na edição seguinte a este escrito, Sophia Chaves foi adjetivada como “a nossa assídua colaboradora que se oculta sob o pseudônimo de Pepita”, mas ao contrário de

²²⁸ “De tudo”, *O Exemplo*, 02 dez. 1902, p. 2.

²²⁹ Pepita, “5 de outubro”, *O Exemplo*, 02 out. 1904, p. 1.

outros pseudônimos, a identidade era de conhecimento público e notório, o que foi atestado no anagrama em homenagem à “valente plêiade” de *O Exemplo*, veiculada na mesma edição, estampou seu nome em meio aos redatores e colaboradores.²³⁰ O uso do codinome era uma questão de estilo, uma *persona*, ou uma reiteração do lugar de bastidor tecida nas relações de gênero que experimentava?

Carmem d’Aguiar, autora do artigo “Por uma ideia” publicado meses depois da estreia de Sophia Chaves, também recorreu a adjetivos semelhantes ao manifestar as relações e expectativas de gênero em seu meio, assinalando ainda a participação no levantamento moral e intelectual dos seus como uma possibilidade de extrapolá-las, mas sem rompê-las. Grifamos a forma como se autorrepresentou e assinalou tais expectativas:

A ideia de um estabelecimento popular de ensino atirada ao nosso meio pelos mesmos que hoje redigem *O Exemplo* quando o publicavam na fase que se contou de outubro de 1902 a janeiro de 1903, assaz seduziu-me e **é por ela que hoje venho emergindo de minha obscuridade.** [...] Sei perfeitamente que a crítica dos rigoristas do preconceito virá ferir a **mulher que exorbitando da grandiosa, missão de dona de casa, furtando algum tempo ao cuidado das panelas e dos cerzidos, ousa elevar-se a cogitações tais como a de que me ocupo.** Que importa, porém, quando me anima a convicção de que é ela uma necessidade? **Irei para a frente** a despeito de tudo, porque a ideia de instrução dos nossos tem o mel de bondade que oculta todo o amargor da censura, e a realização dela e de tal maneira bela que compensa todos os sacrifícios da luta para alcançá-la. **Por isso irei para a frente.**²³¹

Assim como Sophia Chaves, Carmem d’Aguiar disse ter emergido de sua “obscuridade”, e que este lugar não redundava em desconhecimento acerca do que se passava pela imprensa e pelo meio associativo negro, no qual participava. Além disso, a ironia subjacente ao uso do itálico – “exorbitando da *grandiosa*, missão de dona de casa” – sugere a insatisfação quanto à permanência no lugar social que lhe foi designado, o que não significaria, por outro lado, um rompimento com ele. Ao manifestar o desejo de se enfileirar ao projeto de escola noturna, é possível que desejasse fazê-lo também como docente e ir “para a frente” (exorbitar; exceder os limites pré-estabelecidos) não redundaria, portanto, no (temido) abandono das tarefas domésticas por mulheres como ela, mas sim na possibilidade de mostrar a compatibilidade desta função manual com o trabalho intelectual.

Por fim, alargando os afetos e as possibilidades de articulações coletivas protagonizadas por mulheres negras, laços de amizade foram expressos na homenagem de Sophia Chaves à amiga Rufina P. Gonçalves e nos poemas “Simpatia”, endereçado à Helínia (mesmo nome da filha de Esperidião Calisto com Ana Maria de Lima), e “Soneto”, “à minha amiga Anita Rocha, no dia de seu aniversário”.²³² Já Uma Democrata ofereceu o escrito “Uma flor” à amiga Júlia Santos, no qual aproveitou para ressaltar a importância da instrução: para alcançar “a maior beleza deixai que o

²³⁰ “Nosso aniversário”, *O Exemplo*, 09 out. 1904, p. 1.

²³¹ Carmem d’Aguiar, “Por uma ideia”, *O Exemplo*, 11 set. 1904, p. 2. [grifo original]

²³² Pepita, “Ao teu natal”, *O Exemplo*, 25 dez. 1904, p. 1.

orvalho da Educação a rocie de pérolas brilhantes”.²³³ Localizamos também um texto literário assinado por Carlinda Guimarães, no qual fala sobre afetividade e saudade, concluindo-o assim: “No jardim do meu coração, entre muitas flores, uma cuja semente não semeiei; porém, como gerou-se inesperada, tive que acariciá-la, distingui-la entre todas, regando-a com lágrimas amargas das desilusões, a triste saudade – a flor roxa”.²³⁴ Sem nos alongarmos, eis aqui alguns potentes exemplos de laços afetivos e políticos tecidos entre mulheres negras na capital sul-riograndense.

Longe de esgotarmos os debates e as possibilidades advindas das produções das literatas registradas em *O Exemplo*, adensaremos algumas reflexões na próxima seção, que encerra o capítulo.

3.5 INTELECTUALIDADES E ASSOCIAÇÕES NEGRAS EM MOVIMENTO

Ideias socialistas, afrodiaspóricas e feministas de emancipação circulavam pelo Atlântico e se articulavam a tantas outras – e não há dúvidas de que a imprensa exerceu um importante papel na difusão, ressignificação e mesmo articulação destes pensamentos e projetos. Ademais, conforme Benito Schmidt, assim como os personagens deste estudo e os intelectuais afrodiaspóricos mencionados, os líderes socialistas percebiam-se como “mais educados – ‘iluminados’ – do que seus ‘irmãos de classe’ e, por isso, viam-se incumbidos da tarefa de dissipar as trevas da ignorância do ‘elemento explorado’, condição para a ‘solução da questão social’”. Compartilhavam, portanto, a crença iluminista de que o conhecimento era uma “fonte de emancipação”, mas também a necessidade de “arregimentação associativa”.²³⁵

Ao atentarmos particularmente para a proposta de edificação de uma escola noturna encabeçada por Esperidião Calisto e Tácito Pires, notamos uma confluência da postura expressa por Calisto e seus colegas na fase extinta com aquela existente no meio operário de viés socialista, de onde provinha Tácito Pires, qual seja, a atribuição da tarefa de democratizar o ensino ao Estado, sem demover a agência e participação dos sujeitos sociais ou coletivos. Nessa esteira, o regulamento da escola noturna previa a adesão de todos, sem discriminação de cor, sexo, nacionalidade, religião ou profissão, bem como o indispensável apoio das associações para a realização desse projeto. Embora sem mencionar, em particular, a atuação das mulheres, decorridos mais de um ano e meio do último artigo sobre a projetada escola noturna, foi uma mulher quem retomou a ideia.

²³³ Uma Democrata, “Uma flor”, *O Exemplo*, 03 nov. 1902, p.1.

²³⁴ Carlinda Magalhães, “Saudade”, *O Exemplo*, 04 set. 1904, p. 2- 3.

²³⁵ Benito Schmidt, op. cit., p. 279-280.

Era setembro de 1904 e Carmem d'Aguiar dizia sair de sua "obscuridade" para retomar a "ideia de um estabelecimento popular de ensino atirada ao nosso meio pelos mesmos que hoje redigem *O Exemplo*". Cansada de esperar por sua concretização, desejava que aqueles que "por ela se bateram outrora, viessem hoje a campo digladiar-se com a mesma firma, com o mesmo empenho". Segundo a autora, tal ideia só seguia aparecendo como "parte de uma ordem geral de melhoramentos", tornando-a um tanto turva à compreensão da audiência: "Instruir os nossos é o primeiro dever dos que compreendem as nossas necessidades" e, "por esta ideia, mais do que nenhuma outra, nos devemos bater resolutamente". Em particular, depositava esperança nas "nossas associações" e afirmava a necessidade de "fracos auxílios pecuniários" para a manutenção das "aulas noturnas de que tanto carecemos e que constituirão, de certo, o agente melhorador das nossas condições intelectuais, e do nosso estado moral".²³⁶

Vemos, pois, o reforço à centralidade do associativismo na consecução do projeto e a crítica de Carmem d'Aguiar somou-se aquelas presentes nos editoriais endereçados às "nossas associações". Publicados entre maio e julho daquele ano, reiteravam a necessidade de se promover a instrução e não apenas a recreação, bem como de se retomar de forma mais contundente o projeto da escola noturna, ao invés de diluí-lo em meio a outras questões. Os referidos editoriais registraram avaliações sobre os propósitos das associações negras da capital e o reforço à compreensão de que a instrução nivelaria "os homens de todas as origens e de todas as raças".²³⁷ A fim de resolver os problemas decorrentes da falta de unidade, um dos editoriais propôs a formação da Liga das Associações dos Homens de Cor no Rio Grande do Sul, simultaneamente "instrutiva, beneficente e recreativa". No entanto, era necessário promover "uma cambalhota na maneira de pensar e de agir dos homens de cor que hoje vanguardiam os pequenos grupos chamados associações".²³⁸ Nessa esteira, Sophia Chaves também reforçou a necessidade do apoio à iniciativa concreta tomada por "uma das nossas associações", que "nomeou uma comissão para consultar as suas congêneres e assentar a pedra do edifício da confederação de nossas associações" em texto endereçado às mulheres.²³⁹

Infelizmente, assim como a escola noturna, a projetada confederação não saiu do papel. Apesar disso, a insistência na mobilização e na unidade entre sociedades reforçou a centralidade dos espaços associativos na consecução do projeto de elevação moral e intelectual idealizado e defendido nas páginas de *O Exemplo*. Ademais, sociedades criticadas por se dedicarem apenas ao baile registravam em seus estatutos a preocupação em promover a instrução e algumas delas tomaram para si tal tarefa, seja diante da inexistência ou do baixo alcance das políticas públicas,

²³⁶ Carmem d'Aguiar, "Por uma ideia", *O Exemplo*, 11 set. 1904, p. 2. [grifo original]

²³⁷ "As nossas associações III", *O Exemplo*, 19 jun. 1904, p. 1.

²³⁸ "As nossas associações VI", *O Exemplo*, 24 jul. 1904, p. 1. Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 286.

²³⁹ Pepita, "Descrição", *O Exemplo*, 11 dez. 1904, p. 1.

ou do desestímulo gerado pelo racismo escolar.²⁴⁰ Não nos cabe julgar o que as levou a não investir com mais afinco no âmbito educacional da maneira esperada pelos jornalistas, mas é certo que o baile ia muito além da mera recreação, constituindo-se como um momento de se exercer o direito ao lazer, de se conversar sobre os mais variados assuntos, de se estabelecer relações, dentre as quais as matrimoniais, firmar laços, tecer projetos etc.²⁴¹

Falaremos sobre estas iniciativas no próximo capítulo e, por ora, retomaremos o editorial “Pelos nossos” publicado em novembro de 1902, mês seguinte à refundação de *O Exemplo*. Por meio dele os editores explicitaram que os negros eram “homens como os ditos superiores”, ainda que outras imagens vigentes reforçassem o contrário, e não se satisfaziam apenas com os prazeres mundanos. Necessitavam e buscavam “avidamente o pão intelectual, a par do gozo dos sentidos e o exercício dos sentimentos”. A esse despeito, negar-lhes o direito ao lazer era “praticar uma violência” que não passaria ao largo desse “povo sacrificado” e, escancarando a arena de disputas dentro da qual buscavam politizar o baile e assegurar o direito ao lazer ante a conduta racializada da polícia, o editorial exclamou: “Triste maneira de entender a liberdade!”. Dentre os abusos listados, a cobrança de um imposto pela municipalidade incompatível com o caráter da sociedade Floresta Aurora, surgida em 1872 e ainda em atividade, e a necessidade de se portar certidão de casamento ou licença policial para a realização de baile em casas de famílias. Em suma, pessoas negras sequer podiam manter “as sedes sociais dos seus grêmios” ou “reunir amigos em nossas casas e realizar uma pequena reunião”. Mas, a esse despeito, o óbvio para uns não era para outros, obrigando-lhes a exclamar que: “O negro tem família! O negro constitui sociedade e é um dever respeitá-las!”.²⁴²

Conforme o editorial, tudo isso ocorria “porque os preconceitos tolos ensinaram a ignorância enfatuada que os negros não têm família e não constituem sociedade” e para acabar definitivamente com toda ordem de abusos era preciso uma virada no modo de pensar, inclusive pelas “vítimas destes males”, abandonando os preconceitos decorrentes de “uma educação moldada nas velharias de superioridades, nas antigualhas de classes privilegiadas, de famílias distintas e ilustres”. A despeito dos “vãos receios de uns, a má vontade de outros e a indiferença de quase todos”, reiteravam a grande esperança nos jovens, “sobre os quais a forma férrea de uma

²⁴⁰ Sobre o protagonismo das associações negras na promoção da instrução, ver, dentre outros: Regina Pahim Pinto, *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2013; Liane Susan Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013; Lúcia Regina Brito Pereira, *Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007; Fernanda Oliveira da Silva, *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017; Jônatas Roque Ribeiro, *Escritos da liberdade: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930)*. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.

²⁴¹ Ver: Fernanda Oliveira da Silva, *As lutas políticas nos clubes negros...*

²⁴² “Pelos nossos”, *O Exemplo*, 25 nov. 1902, p. 1.

educação condenável ainda não emprestou a forma falsa da submissão incondicional”.²⁴³ Para a realização do projeto de escolarização noturna era preciso, pois, mais do que apoio material, mas uma virada no modo das pessoas negras pensarem sobre o tema. Nesse sentido, a crítica ao comportamento dos frequentadores de bailes nas colunas sociais e a preocupação exclusiva com a recreação nas sociedades, em detrimento da almejada instrução, conforme exposto no primeiro capítulo, caminhava pedagogicamente ao lado da defesa do direito ao lazer ante o modo racializado como poder público atuava, particularmente os agentes policiais, explicitando que nem todos os cidadãos podiam desfrutar da sociabilidade de forma igual.

Nessa esteira, a profusão de agremiações no meio negro sul-rio-grandense, tendo em vista os diversos trabalhos surgidos nos últimos anos, ratifica o postulado por Beatriz Ana Loner: “por aqui o sentimento discriminatório e os empecilhos à vida do negro eram maiores, obrigando-os a reagir, formando associações”. Essa constatação, aliás, partiu da resposta oferecida por Rodolfo Xavier, redator do jornal (negro e operário) pelotense *A Alvorada*, à perplexidade de Florestan Fernandes ante o significativo volume de entidades negras que conheceu em sua passagem pela capital do Estado em 1955.²⁴⁴ Ademais, segundo Karl Monsma, em regiões com significativa presença de brancos e negros a desigualdade racial persistiu no pós-abolição e “o racismo originário da escravidão combinou-se com certas vulnerabilidades da população negra”. A esse despeito, “novos regimes de dominação racial [foram consolidados] no pós-abolição, que por sua vez geraram novas formas de racismo ideológico”.²⁴⁵ Tendo isso em vista, Marcus Rosa recobrou que:

Era realmente impressionante a multiplicidade de funções exercidas pelas agremiações: financiar funerais, aviar receitas, prestar auxílio médico, organizar bailes, apresentar peças teatrais, amparar órfãos, possibilitar instrução e toda a sorte de serviços que elas estivessem preparadas para oferecer. Além disso, eram essas mesmas agremiações que organizavam os grupos que ganhavam as ruas durante o Carnaval, a Festa do Divino, a Noite de Reis, o Dia de Finados, o Primeiro de Maio e o Treze de Maio. Para muitos, elas eram os pontos de partida ou os locais visitados ao longo do calendário festivo anual, laico ou religioso, sugerindo intenso funcionamento o ano inteiro. Algumas haviam sido fundadas antes da Lei Áurea; outras surgiram depois dela, afinal os motivos que justificavam a criação de associações eram constantemente atualizados. Era compreensível que os homens “de cor” estabelecessem laços de solidariedade e se juntassem de forma organizada. Eles eram a parcela mais vulnerável das classes subalternas, pois, além da pobreza compartilhada com gente de pele branca, sofriam ainda as consequências geradas pelos estigmas da cor.²⁴⁶

Portanto, as diversas tentativas de controle e mesmo de extinção de práticas associativas e sociabilidades no meio negro teve efeito contrário, uma vez que tal cultura se disseminou amplamente pela capital e pelo Estado. É pertinente observar que a percepção vigente na época

²⁴³ Ibid.

²⁴⁴ Beatriz Ana Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. 2. ed. rev. ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016, p. 181.

²⁴⁵ Karl Monsma, *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

²⁴⁶ Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 274.

sobre o negro e contra a qual os redatores de *O Exemplo* se opunham – o negro como um ser desajustado à sociedade de classes, incapaz de formar sociedades ou famílias em virtude de um suposto estado de anomia, e o associativismo negro, lido pela chave do branqueamento, como uma emulação do “mundo branco” – foi aquela que repercutiu em escritos acadêmicos produzidos no grupo de sociólogos da Escola Paulista a partir da década de 1950, sendo um deles, inclusive, baseado em *O Exemplo*, conforme apresentamos na introdução. A densidade da reflexão oferecida pelos jornalistas negros sobre o seu tempo, no entanto, rompe facilmente com tais interpretações e nos obriga a compreender o “problema do negro” fundamentalmente como um “problema do branco”, uma vez que a (re)produção do racismo ao prejudicar um lado invariavelmente beneficia(va) o outro – e sobre os benefícios usufruídos por este outro, dada a sofisticação (para não dizer a perversidade) do racismo brasileiro, pouco se fala.

Além das relações raciais, por conseguinte, as relações de gênero precisam ser redimensionadas à luz das ideias de raça e classe. Se o entendimento de Antonio Gramsci sobre o “intelectual orgânico” – ou seja, o indivíduo intrinsecamente ligado à sua classe, que pode vir a se colocar como seu representante e, para além da erudição, é sobretudo aquele que exerce uma função social, seja ela dirigente, organizadora ou educativa – nos ajuda a compreender o trabalho intelectual exercido pelos redatores e colaboradores de *O Exemplo*, ao olharmos para as intelectuais orgânicas colaboradoras do periódico a necessidade de ampliar o referencial se fez urgente.²⁴⁷ Para bell hooks, o modelo de intelectual burguês não serve para o trabalho intelectual de mulheres negras, pois o patriarcado e o racismo lhes ensinaram que sua função social é o cuidado, mas também porque é justamente no convívio familiar e comunitário que a *episteme* destas intelectuais se faz.²⁴⁸ Tendo isso em vista, não apenas compreendemos melhor a posição assumida pelas literatas negras referidas na seção anterior, como também ampliamos temporal e espacialmente essa característica.

Tal pressuposto já fora preconizado por líderes negros nas lutas pela libertação desde o século XIX, prevendo o deslocamento da posição de objeto para sujeito em direção à descolonização e libertação das mentes. Portanto, a produção intelectual está intrinsecamente associada à política.²⁴⁹ Nesse sentido, recobremos o que apresentamos no segundo capítulo a

²⁴⁷ Antonio Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. François Sirinelli, dentro da perspectiva da Nova História Política, trouxe ainda uma definição de intelectual que abrange tanto “os criadores e ‘mediadores’ culturais”, como aqueles engajados política e culturalmente com seu meio. Essas definições transcendem a ideia de “décima parte talentosa” de Du Bois ao trazerem à cena processos e construções sociais e certamente nos ajudam a pensar nos sujeitos apresentados até aqui. François Sirinelli, “Os Intelectuais”, in: René Remond (org.), *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 242-243; W.E.B. Du Bois, (1903), *As Almas da Gente Negra*. Lacerda Editores: Rio de Janeiro, 1999.

²⁴⁸ bell hooks, “Intelectuais negras”, *Estudos Feministas*, n. 2, v. 3, p. 464-478, 1995. Sobre a construção histórica e as implicações políticas da associação da mulher ao trabalho doméstico e ao cuidado sob uma perspectiva que articula gênero, raça e classe, ver: Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

²⁴⁹ HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, n. 2, ano 3, p. 464-478, 1995.

partir dos escritos de Esperidião Calisto: a intelectualidade negra, a despeito das particularidades nacionais, compartilhava transnacionalmente os prejuízos advindos do racismo e a necessidade de se estabelecer meios de superá-los. A ideia de “dupla consciência” teorizada por W.E.B. Du Bois nos fez atentar ao longo deste estudo para a maneira como homens negros vivenciavam as interdições da cidadania e da liberdade em meio a uma sociedade estruturada em linhas de cor e raça.²⁵⁰ Assim, o esforço dos jornalistas negros em representar as mulheres negras como rainhas do lar, responsáveis pelo cuidado, embora fruto de um pensamento patriarcal, ia muito além do desejo de mantê-las sob controle ou de reiterar papéis de gênero: associava-se à necessidade de produzir imagens positivas sobre a raça diante dos inúmeros estereótipos, imagens controladas, e de elevá-la no âmbito moral, mas também intelectual.

A partir da produção de intelectuais negras registrada na imprensa negra estadunidense no pós-emancipação, Giovana Xavier trouxe importantes reflexões acerca das particularidades advindas de suas experiências, lançando mão de teorizações gestadas no seio do feminismo negro emergente na década de 1980. De Patricia Hill Collins trouxe a necessidade de rompimento com as “imagens controladas” produzidas acerca das mulheres negras, que apresentam “racismo, sexismo, pobreza e outras formas de injustiça social como naturais, normais e inevitáveis”.²⁵¹ Nesse viés, Patrícia Hill Collins, posteriormente descreveu as mulheres negras como *outsiders within* e utilizou uma experiência de infância narrada por bell hooks para definir esse lugar: “ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos”.²⁵² Na sequência do artigo, explorou com mais vagar esse lugar destinado às mulheres negras na sociedade estadunidense, sobretudo no âmbito doméstico, e na produção acadêmica, problematizando a suposta “objetividade” acadêmica. De acordo com Cláudia Pons Cardos, a “autora define *outsider within* como posição social ou espaços de fronteira ocupados por grupos com poder desigual, referendando a validade do postulado por Collins para o entendimento de tais experiências no Brasil.”²⁵³

Em outro texto, Collins apontou para as relações entre experiência e consciência na conformação dos grupos. O fato de inúmeras mulheres negras estadunidenses vivenciarem situações semelhantes de segregação, seja no mercado de trabalho, nos espaços de moradia ou nas escolas, acabou por aglutiná-las em torno da conformação de um “ponto de vista”. Deriva daí

²⁵⁰ W.E.B. Du Bois, *As Almas da Gente Negra*. Lacerda Editores: Rio de Janeiro, 1999; ver também: Paul Gilroy, *Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

²⁵¹ Giovana Xavier, “Esculpindo a ‘Nova Mulher Negra’: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895-1904)”, *Cadernos Pagu*, n. 40, p. 255-287, jan./jun., 2013, p. 272-273.

²⁵² Patricia Hill Collins, *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan. - abr., 2016.

²⁵³ Cláudia Pons Cardoso, *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez*, *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, p. 965-986, set.-dez., 2014.

a construção de um “corpo coletivo de saberes” que, por seu turno, contesta as percepções comuns de que os oprimidos aceitam sua subordinação e que precisa ser pensado em uma perspectiva transnacional e global.²⁵⁴ O ponto de vista feminista, nas palavras de Luiza Bairros e trazendo para a realidade brasileira, tem como ponto de partida a compreensão de que:

[...] a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação, onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista. [...] Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas.²⁵⁵

A centralidade conferida às mulheres no exercício das funções ligadas ao cuidado, por conseguinte, não excluía outras formas de participação e mobilização, tampouco pressupunha a passividade ante o projeto de levantamento moral e intelectual da raça. Celina Buz, Uma Democrata, Carmem d’Aguiar e Sophia Ferreira Chaves estão aí para provar isso, bem como as professoras públicas Adelina Lúcia de Bittencourt Machado e Carmen Pinto de Azevedo Andrade. Embora avançando sobre o período abordado no próximo capítulo, a fim de amalgamar questões apresentadas até aqui e diante da expressiva quantidade de informações coligidas, decidimos por trazer elementos da trajetória da última, mais uma mulher do meio negro porto-alegrense, uma intelectual negra, a orbitar *O Exemplo*.

Às nove horas da manhã do dia doze de dezembro de 1908, três dias depois de seu aniversário, Carmen Pinto de Azevedo colou grau em Odontologia pela Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, curso surgido há dez anos na capital. Ela e sua colega Setembrina Vieira Nuñez eram as duas únicas mulheres dentre os formandos, dos quais nove eram no mesmo curso, dez em Medicina e seis em Farmácia.²⁵⁶ Os laços certamente foram estreitados, uma vez que a colega de turma foi madrinha de seu consorte por ocasião do casamento religioso realizado dois

²⁵⁴ Patricia Hill Collins, “Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro”, in: Mercedes Jabardo (org.), *Feminismos negros: Una antología*. Madri: Traficantes de Sueños, 2012, p. 105.

²⁵⁵ Luiza Bairros, “Nossos feminismos revisitados”, *Estudos Feministas*, n. 2, ano 3, p. 458-463, 1995. Dois anos depois, Angela Davis assim se posicionou: “As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as interseções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras” (Angela Davis, “Mulheres negras na construção de uma nova utopia”, Conferência realizada na 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzales, São Luís, 13 dez. 1997. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>> (acesso em 30 jan. 2018).

²⁵⁶ No mesmo dia noticiou-se que a pedido dos alunos não houve solenidade, sendo apenas presidido pelo “ilustrado médico, nosso amigo dr. Serapião Mariante, diretor daquele estabelecimento de ensino superior. Estiveram presentes muito médicos, corpo docente, alunos e famílias”. Como paraninfos, os drs. Dias Campos, Diogo Ferraz e Ridel (*A Federação*, 12 dez. 1908, p. 2).

anos depois.²⁵⁷ Sobre sua trajetória educacional, em 1904 fora aprovada com distinção nos exames referentes à aula da professora d. Leopoldina Barnewitz e 1907, já na faculdade, realizou os “exames de pequena madureza” e, um ano depois, foi plenamente aprovada em História da boca.²⁵⁸ Ademais, a conquista do prestigioso diploma não passou ao largo das páginas de *O Exemplo*, sendo suas qualidades intelectuais mais uma vez ressaltadas:

Concluiu este ano o curso de odontologia a nossa distinta conterrânea, a senhorita Carmen Pinto de Azevedo, cujo tirocínio acadêmico foi uma série ininterrupta de boas notas justificada nas da bela nomeada que sempre gozou de estudante talentosa e das suas aptidões para a arte que em boa hora cultivou. A jovem dra. Carmen de Azevedo e o seu digno progenitor, o nosso amigo Olímpio de Azevedo, nossas felicitações.²⁵⁹

Carmen nasceu no dia nove de dezembro de 1890 e era filha legítima de Olímpio Pinto de Azevedo e Rosa Baptista de Azevedo, sul-rio-grandenses.²⁶⁰ Em 1902, o casal figurava na lista de doadores da festa de Nossa Senhora do Rosário, em 1903 apenas ela e em 1911, ante a viuvez, apenas ele, porém em uma subscrição destinada à pintura da igreja.²⁶¹ Em 1908, Olímpio passou a integrar a comissão de contas do Centro Porto-Alegrense ao lado de antigos e futuros integrantes de *O Exemplo*: Marcílio Freitas era o presidente, Arthur Ferreira de Andrade orador, Felipe Baptista da Silva 1º secretário e João Baptista Figueiredo, tesoureiro-adjunto.²⁶² Dois anos depois, a “sra. dra. Carmen de Azevedo” integrou a direção responsável pela festa referente ao 3º aniversário da entidade, com sessão solene e baile de gala, ao lado do sr. João Baptista de Figueiredo e das sras. Flaubelina Augusta dos Santos, Maria Carmosina de Souza Marques e Albertina de Almeida Alves.²⁶³ Carmen foi ainda juíza da festa de São Francisco Xavier, realizada em 1913 na igreja das Dores.²⁶⁴

Seu pai, Olímpio Pinto de Azevedo, nasceu em dez de agosto de 1851 e foi alistado em 1895 como casado e proprietário; transcorridos doze anos, alistado como viúvo e carpinteiro, ou seja, possivelmente era proprietário de uma carpintaria. Faleceu aos 61 anos de idade e, por meio do registro de óbito, descobrimos que sua cor era mista.²⁶⁵ Sobre Rosa, nada mais sabemos, além de sua maternidade: teve ao menos oito filhos com Olímpio.²⁶⁶ Em 1895, Otaviana, com apenas dois

²⁵⁷ *A Federação*, 23 nov. 1910, p. 2.

²⁵⁸ *A Federação*, 23 dez. 1904, p. 2; id. 09 mar. 1907, p. 3; id., 16 mar. 1908, p. 2).

²⁵⁹ “Cirurgiã Dentista”, *O Exemplo*, 20 dez. 1908, p. 2.

²⁶⁰ Neta paterna de Fortunato Pinto de Azevedo e Florisbela Porto de Azevedo e, materna, de Joaquina Maria da Conceição; apadrinhada pelo Segundo Tenente do Exército Manoel Soares Lima e sua irmã, Dona Corina Soares Lima (AHCMPA. Carmem, filha legítima de Olímpio Pinto de Azevedo e Rosa Baptista de Azevedo. Batismo: 28/02/1891. Nascimento: 09/12/1890. Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Porto alegre, 1889-1891, p. 72v.-73).

²⁶¹ *A Federação*, 17 set. 1902, p.1; id., 02 out. 1903, p. 2; id., 21 jun. 1911, p. 3.

²⁶² *A Federação*, 18 fev. 1908, p. 2.

²⁶³ *A Federação*, 27 mar. 1910, p. 4.

²⁶⁴ *A Federação*, 23 dez. 1913, p. 3.

²⁶⁵ *A Federação*, 30 jul. 1895, p. 6; id., 15 jun. 1907, p. 13; id., 30 set. 1915, p. 4.

²⁶⁶ Sabemos disso porque em 1917 *A Federação* noticiou o falecimento de Israel Baptista, casado com Carolina Etelvina Baptista e irmão de Bernardo Baptista. Dentre os sobrinhos, estavam: “srs. João Pinto de Azevedo, Apolônio Pinto de

anos de idade, não resistiu a uma bronquite capilar e, quatro anos depois, notificou-se que a sepultura da pequena Florisbela, homônima à avó paterna, estava vencida há três anos.²⁶⁷ Mas além de Carmen, suas irmãs e irmãos Noêmia, Olímpia, Israel, Durval, João e Apolônio contrariaram a triste sorte das irmãs e de tantas outras crianças. Estima-se que dentre os óbitos registrados na capital em 1910, 36,2% eram de crianças menores de dois anos.²⁶⁸ Mais do que sobreviventes, ilustram possibilidades de formação acadêmica ou musical, inserção no funcionalismo público ou no Guarda Nacional ou ainda o estabelecimento de laços matrimoniais ou associativos por famílias negras e seus membros na capital.

Noêmia Pinto de Azevedo, ao lado do irmão Israel e outras pessoas, participou da diretoria responsável por organizar um baile do Grupo dos Cravos,²⁶⁹ bem como no concerto festivo ao batizado de seu sobrinho Renato, momento no qual recitou “O Presente de Berta”. Por essa ocasião, a outra irmã, a “senhorita” Olímpia, recitou “O Namorado” e compartilhou o piano com a também senhorita Maria Inês Bandeira na execução de “Le Carnaval de Venise” acompanhadas por duas moças ao violino.²⁷⁰ Em 1920, Noêmia casou-se com o sr. Mário Gonçalves de Campos²⁷¹ e Olímpia, em 1917, era casada com José Rodrigues da Rocha Filho.²⁷²

Em 1913, Israel Pinto de Azevedo foi considerado eleitor do 2º Distrito e, no alistamento de 1917, informou-se que tinha 28 anos, era solteiro e residente à rua Concórdia, n. 71, do 2º Distrito.²⁷³ Sobre Durval Olímpio Pinto de Azevedo, sabemos que em 1922 era doutor em medicina e 1º tenente.²⁷⁴ Apolônio Pinto de Azevedo possuía 21 anos no alistamento de 1904, era solteiro e agênci. Em 1911 casou-se no civil e no religioso com Otilia Gonçalves e como testemunha do noivo lá estava Marcílio Freitas, seu colega na Alfândega. Por ocasião de sua morte, em 1922, Apolônio era 2º oficial aduaneiro e 4º oficial do Arsenal de Guerra. Antes disso, em 1917, foi reeleito a tesoureiro-adjunto do Centro Porto-Alegrense, cargo no qual foi empossado dois

Azevedo, e as esposas dos se. Arthur de Andrade [Carmem Pinto de Azevedo] e José Rodrigues da Rocha Filho [Olímpia Pinto de Azevedo], Israel Pinto de Azevedo e da senhorita Noêmia Pinto de Azevedo (*A Federação*, 22 out. 1917, p. 3). O morto era, pois, irmão de rosa. Descobrimos que Olímpia era a esposa de José Rodrigues da Rocha Filho em uma nota de aniversário (*A Federação*, 01 nov. 1921, p. 3).

²⁶⁷ *A Federação*, 20 mai. 1885, p. 2; id., 18 jul. 1899, p. 2.

²⁶⁸ Conforme dados coligidos por Ana Paula Korndörfer e Eliane Fleck junto aos relatórios da Diretoria de Higiene do Estado para o ano de 1910 (“Infância, violência urbana e saúde pública”, in: Ana Luiza Rekiegel e Guinter Axt (orgs.), *República - República Velha (1889-1930)*. vol. 3. t 2. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 133-162).

²⁶⁹ *A Federação*, 11 out. 1912, p. 2. Em 1919, Noêmia foi parabenizada por seu aniversário (id., 24 jun. 1919, p. 6).

²⁷⁰ *A Federação*, 10 dez. 1912, p. 2.

²⁷¹ *A Federação*, 04 dez. 1920, p. 4.

²⁷² *A Federação*, 22 out. 1917, p. 3.

²⁷³ *A Federação*, 03 mar. 1913, p. 3; id., 01 jun. 1917, p. 3.

²⁷⁴ *A Federação*, 03 out. 1922, p. 5.

anos antes. Em 1914 foi diretor de um baile da agremiação, da qual seu pai participava e sua irmã Carmen fora diretora de uma festa.²⁷⁵

Em 1909, um ano depois de formada, a Doutora Carmen Pinto Azevedo contratou casamento com o nosso conhecido Arthur Ferreira de Andrade, primeiro editor de *O Exemplo* e que a esta altura ainda corria atrás do diploma de bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde ingressou em 1902. Se passou um ano entre a contratação e a formalização da união no religioso e no civil, realizada, respectivamente, na Catedral e na residência do juiz de casamentos.²⁷⁶ O casal teve ao menos dois filhos: Renato, batizado em 1912, e Consuelo, nascida em dezesseis de março de 1914.²⁷⁷ O batizado do filho mereceu uma grande comemoração no mesmo dia do aniversário materno, cuja participação das tias Noêmia e Olímpia foram anteriormente apresentadas. Às oito horas da manhã do dia nove de dezembro o menino foi levado à pia batismal da Igreja da Conceição pelos padrinhos “sr. Israel Baptista e exma. esposa”, ou seja, irmão e cunhada de Carmen, e às oito da noite, as portas da residência do casal foram abertas para um concerto seguido de uma “lanta mesa de doces finos e líquidos”. Os convidados, “em amistoso convívio”, foram entretidos “até a madrugada de segunda-feira”. A folha republicana assinalou que os anfitriões, “sr. Arthur Andrade e sua exma. consorte sra. Carmen Pinto de Andrade, foram em extremo gentis para com os convidados, que guardam, por certo, gratas recordações da bela festa”. A nota seguinte referia-se ao aniversário da “exma. sra. d. Carmen Pinto de Azevedo, cirurgião dentista e esposa do capitão Arthur Ferreira de Andrade, funcionário da repartição dos correios. Por este motivo foi ela muito felicitada pessoalmente e por meio de cartas, cartões e telegramas”.²⁷⁸ Chamou-se nos atenção que a segunda nota, registrada na sequência da primeira, o sobrenome do marido não foi redigido e que em ambas, a despeito de sua formação, um raro registro dentre mulheres brancas ou negras, o dra. não foi utilizado como forma de tratamento à Carmen.

Sobre a filha do casal, Consuelo de Andrade, em 1927 contava com treze anos de idade e estudava na Escola Complementar, surgida em 1906 em substituição ao Colégio Distrital, por sua vez, substituto da Escola Normal a partir de 1901. O prédio ainda o era mesmo que sediou o início dessa escola, em 1869, na confluência entre as ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano Peixoto, mas nove anos depois seria reinaugurado em um novo e imponente edifício sito à Avenida

²⁷⁵ *A Federação*, 16 mar. 1904; id., 27 mai. 1911, p. 2; id., 24 out. 1922, p. 5; id., 28 fev. 1915, p. 8; id., 27 mar. 1917, p. 21; id., 30 dez. 1914, p. 4.

²⁷⁶ *A Federação*, 30 nov. 1909, p. 4. Segundo a folha republicana, o noivo era “nosso amigo” e “3º oficial dos correios do Estado, enquanto a noiva, “senhorita doutora”. Como paraninfos dele, “no civil, o dr. Antônio Martins Costa e a exma. esposa e no religioso o capitão Antônio Guedes de Oliveira e dra. Setembrina Vieira Nuñez”; dela, “no civil o capitão Cassio Brum Pereira e a exma. consorte e no religioso o professor Apelles Porto Alegre e exma. esposa” (*A Federação*, 23 nov. 1910, p. 2).

²⁷⁷ *A Federação*, 17 mar. 1914, p. 6.

²⁷⁸ *A Federação*, 10 dez. 1912, p. 2.

Oswaldo Aranha. Encontramos alguns resultados de exames prestados por Consuelo como atestado de sua inteligência e dedicação: em 1927 foi aprovada com distinção em Geografia, plenamente em Matemática, História, Francês e Ginástica e simplesmente em Desenho;²⁷⁹ no segundo ano, plenamente em Música; em abril de 1932, junto com outras “alunas-mestras”, foi nomeada professora efetiva de 1ª entrância²⁸⁰ e dois anos depois, como aluna do segundo ano do Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal, plenamente aprovada em História da Educação, Educação Física e Puericultura. No ano seguinte, em 1935, colou grau no Teatro São Pedro e “considerando a atenção que o governador do Estado vota à instrução pública, as jovens mestras convidaram o general Flores da Cunha para ser paraninfo”.²⁸¹

Dois meses antes, sua mãe, na condição de professora do Colégio Elementar de Gravataí, endossou um memorial por meio do qual o corpo docente dos estabelecimentos de ensino da capital, majoritariamente feminino, expressou sua solidariedade à indicação do então interventor General Flores da Cunha à Presidência do Estado “no primeiro período constitucional”: “O Rio Grande do Sul muito espera de seu dileto filho, principalmente no que diz respeito à instrução pública”, encerrou o documento.²⁸² É fundamental sublinhar que foi redigido pelas mãos de uma parcela populacional que havia acabado de conquistar direitos políticos: dois meses antes, na edição de *A Federação* que circulou no dia dezessete setembro de 1934, Carmen Pinto de Azevedo Andrade viu seu nome publicado em meio aos eleitores – e agora eleitoras – da capital, mais precisamente dentre aquelas que depositariam seu voto em uma das seções reservadas às mulheres, a de número 33, sediada no edifício da Faculdade de Direito, na Avenida João Pessoa.²⁸³

Recuperamos novamente o estudo de Giovana Xavier e outras duas referências por ela trazidas por nos ajudarem a refletir sobre as experiências de intelectuais negras. Segundo Evelyn Brooks Higginbotham, houve nos Estados Unidos a busca pela construção de “políticas de respeitabilidade”, ou seja, a elaboração de imagens de “mulheres comprometidas com um trabalho específico: o levantamento racial”, nas quais “um modelo de feminino hegemônico” se articulava com suas experiências “em diferentes espaços (educação, trabalho, religião, saúde, política, etc.)”. Conforme Hazel Carby, a “feminilidade reconstruída”, foi um processo caracterizado pela reelaboração da imagem da mulher negra, dissociada das representações do passado escravista e subversivamente associada aos padrões de feminilidade vigentes, colocando em cheque “o pressuposto da inferioridade que permeava sua relação com as brancas” e os “limites da

²⁷⁹ *A Federação*, 29 nov. 1927, p. 2; id., 21 dez. 1927, p. 3; id., 22 dez. 1927, p. 15. Sabemos se tratar da filha do casal porque em uma nota de aniversário foi lembrada como “filha do finado dr. Arthur de Andrade” (id., 14 mar. 1934, p. 3).

²⁸⁰ Ato n. 120, de 14 abr. 1932 apud *A Federação*, 14 abr. 1932, p. 5.

²⁸¹ *A Federação*, 04 dez. 1934, p. 7. Colarão grau amanhã as professoras normalistas (id., 03 mai. 1935, p. 4).

²⁸² *A Federação*, 11 out. 1934, p. 11.

²⁸³ *A Federação*, 17 set. 1934, p. 17.

irmandade entre **todas** as mulheres”.²⁸⁴ Ambos os pressupostos nos ajudam a redimensionar as experiências das personagens apresentadas ao longo deste estudo e, nesta guinada interpretativa, inclusive os sentidos conferidos à maternidade precisam ser reconfigurados.²⁸⁵

Dessa forma, ao lado de todas as outras mulheres negras, Carmen Pinto de Azevedo Andrade ilustra desdobramentos do projeto de levantamento moral e intelectual traçado nas páginas de *O Exemplo* e para além dele. Como prova de que sua trajetória exorbitou o que conseguimos coligar, a homenagem que lhe foi rendida pela Câmara Municipal de Porto Alegre. Em virtude dela, há mais de trinta anos a contar do presente, moradores de um bairro da Zona Norte de Porto Alegre deparam-se cotidianamente com seu nome em uma das placas de ruas:

Carmen Pinto de Azevedo Andrade, Dr^a (Rua, Bairro Rubem Berta) – Cirurgiã-dentista, Professora e Filantropa. Nasceu em Porto Alegre, no dia 09 de dezembro de 1890. Graduou-se dentista pela Faculdade de Medicina do RS, em 1908. Dentista da Escola de Engenharia, aos sábados atendia aos alunos do *Patronato Rural*. Co-fundadora do Sindicato Odontológico. Pioneira no exercício da Odontologia Escolar: primeira cirurgiã-dentista da Escola Profissional Feminina Ernesto Dorneles. Atendia gratuitamente à população carente. Faleceu em Porto Alegre, dia 16 de dezembro de 1950. Lei n. 5.774, de 21 de julho de 1986.²⁸⁶

A escola não era o único meio de instrução, mas foi um espaço historicamente pleiteado por mulheres brancas e negras, tornando a atuação das últimas no magistério público mais do que exemplar da inserção em um espaço de trabalho, uma possibilidade de atuação política, de compartilhamento da crença na instrução como via de combate ao racismo e de combater os limites a elas impostos pelos efeitos articulados do patriarcado e do racismo – em suma, um meio de atuar junto ao projeto de levantamento moral e intelectual da raça. Desse modo, ao somarem-se a esta nobre missão a partir da capital mais ao sul do Brasil, donas de casa, professoras, operárias, cirurgiã-dentista, literatas, enfim, intelectuais negras mostraram que guerrear contra a ignorância também significava trazer para o debate as hierarquias, relações e expectativas de gênero e a maneira como se amalgamava em seus corpos e mentes às ideias de raça e de classe, produzindo efeitos que, não raro, escapavam aos homens negros e, sobretudo, à parcela social não-negra.

Por conta disso, a despeito da rica produção intelectual brevemente apresentada aqui, notamos que lhes coube, mormente, o lugar de bastidor em *O Exemplo* e dele emergiram para

²⁸⁴ Giovana Xavier, “Esculpindo a ‘Nova Mulher Negra’: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895-1904)”, *Cadernos Pagu*, n. 40, p. 255-287, jan./jun., 2013, p. 272-273.

²⁸⁵ Posicionamentos sobre o tema na imprensa negra brasileira estão em: Giovana Xavier, “A hora da estrela: Maria de Lourdes Vale Nascimento e as ‘amigas leitoras’ do jornal *O Quilombo*”, in: Ana Flávia Magalhães Pinto e Sidney Chalhoub (orgs.), *Pensadores negros – Pensadoras negras: Brasil século XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 261-276; na imprensa negra estadunidense: Giovana Xavier, *Branças de almas negras?... Ver também artigos presentes em: Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), Mulheres Negras no Brasil Escravista e no Pós-Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

²⁸⁶ Rosa Ângela Fontes (org.), *Logradouros públicos de Porto Alegre: a presença feminina na denominação*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2007, p. 28. Outros personagens citados ao longo deste estudo também foram homenageados em nomes de logradouros: Coronel Aurélio Bittencourt, no bairro Rio Branco; Artur Rocha, entre os bairros Auxiliadora e Mont’Serrat. É interessante sublinhar que ambos os territórios foram outrora negros.

somarem-se ao projeto não somente como leitoras, mas também como autoras. A coadjuvância, aliás, se desfazia quase por completo quando o assunto era o associativismo, o que por sua vez informa a construção de uma tradição coletiva de lutas também por elas experimentada e a escassez de registros destas agremiações torna ainda mais significativo os registros encontrados naquele se tornou uma das mais longevas experiências de imprensa negra do país.

APÊNDICE - QUADROS PROSOPOGRÁFICOS DOS NOVOS INTEGRANTES

Quadro 20 - Configuração familiar dos novos integrantes, 1902-1905

Nome	Ciclo de vida	Ascendência	Matrimônio	Descendência
Tácito Pires	*15/10/1874 +1930	Clemência Pires	Sophia Ferreira Chaves (*14/08/1883 +1908)	Dunia (*10/1907 +25/07/1908)
Vital Baptista	*1876	V. Baptista	Maria Altina do Rego Barros Casamento civil: 05/06/1915	Redorico (*1898); Luíza (*1899 +1922); Vital Baptista Filho (*05/12/1905); Oscar (*12/1903 +03/1905); Nair (*1913); Aristotches (*1915).
Felippe Eustacchio	*1869 +1910	E. M. Firmina	-	-
Alcebíades Azevedo dos Santos	*1883	-	-	-

Quadro 21 - Formação e atuação profissional e na imprensa dos novos integrantes, 1902-1905

Nome	Formação	Atuação profissional	Atuação na imprensa
Tácito Pires	-	- Tipógrafo (1899; 1900) - Professor público (Lagoa Vermelha, Itaqui, São Borja e Taquari, 1905-1930) - Instituto São-borjense (1919)	- <i>A Voz do Operário</i> (diretor e redator, 1899) - <i>Avante</i> (1901) - <i>A Gazetinha</i> (colaborador, 1891-?) - <i>O Exemplo</i> (redator, 1902-1904; diretor, 1905) - <i>A Voz dos Oprimidos</i> (editor, 1903) - <i>A Ordem</i> (Itaqui, colaborador, 1918)
Vital Baptista	-	- Alfaiate (1900) - Comerciante (1922)	- <i>O Exemplo</i> (gerente, 1902-1905)
Felippe Eustacchio	-	- Agência (1904) - Marítimo (1907)	- <i>O Exemplo</i> (administrador, 1904-1905)
Alcebíades A. dos Santos	-	- Advogado (1918)	- <i>O Exemplo</i> (redator, 1904-1905) - <i>O Viamonense</i> (1912) - <i>Correio Rural</i> (diretor até 1930)

Quadro 22 - Atuação eleitoral e política e patentes da Guarda Nacional dos novos integrantes, 1902-1905

Nome	Alistamento eleitoral	Política	Guarda Nacional
Tácito Pires	- [...] solteiro, tipógrafo (1899; 1900)	-	Capitão (1919)
Vital Baptista	- [...] solteiro, alfaiate (1900; 1902; 1903)	- PRR	-
Felippe Eustacchio	- [...] solteiro, agência (1901; 1904; 1907)	-	-
Alcebíades A. dos Santos	- eleitor em Viamão	-	Tenente (1918)

Quadro 23 - Atuação associativa dos novos integrantes, 1902-1905

Nome	Agremiações
Tácito Pires	- Liga Operária Internacional (fundador e secretário, 1896) - Manifesto Socialista (signatário, 1897)
Vital Baptista	- Sociedade Floresta Aurora - Liga Operária Internacional (2º tesoureiro, 1899) - Grêmio José do Patrocínio - Banda de Música Lyra Oriental - Clube Sete de Dezembro
Felippe Eustacchio	- Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário (secretário, 1891-1898) - Sociedade de Dança Olympia Peres (1892)
Alcebíades A. dos Santos	- Club Recreativo Viamonense (1908)

4 O EXEMPLO, AINDA UM JORNAL DO POVO (1908-1911)

O Exemplo quer ser a fibrilha do coração dessa parte do povo degradada das ilecebras sociais, [...] quer ser o transmissor íntimo das alegrias ou tristezas das famílias desse menosprezado departamento da humanidade de onde tem surgido a contribuir para nomeada dignificante que goza o povo brasileiro na comunhão universal [...]. Aparecendo hoje sob a direção e a gerência de nossos acatados companheiros Baptista Figueiredo e Julio Rabello, *O Exemplo* é o que foi e será o que é.¹

Em 1908, após um intervalo de 83 edições ainda não localizadas, as frustrações com o regime republicano, nem tão novo assim, cresciam a passos largos: “A República que igualou a todos os brasileiros perante a lei é ainda uma utopia. Lutamos, pois, com coragem e perseverança”, asseverou o antigo colaborador Lindolfo Ramos.² Por essa razão, a despeito das renovações e das questões conjunturais específicas, o projeto traçado em 1892 seguia em curso e mastreado por, ao menos, um dos fundadores, qual seja, Esperidião Calisto. Embora não mais à frente da redação, conforme podemos asseverar na epígrafe, mantinha-se vigilante para que o projeto, enfim, se realizasse.

Desse modo, na primeira seção as características desse novo momento do periódico, que marcou um segundo período dentro da segunda fase, e as alterações em seu quadro foram abordadas. Uma seção foi reservada para apresentar aquele que foi uma das pontes entre *O Exemplo* e as ideias libertárias que pululavam no movimento operário, de modo a nos permitir reforçar os trânsitos, influências e particularidades nas lutas negras e operárias. Em seguida, outro projeto educacional, o Asilo 13 de Maio, nos permitiu refletir sobre a forma racializada como a assistência pública atuava em Porto Alegre e a mobilização em prol do erguimento da referida instituição de acolhimento à infância desprotegida, que visava congregar esforços de associações diversas. A despeito do fulgurante préstimo de inaguração da pedra fundamental, o projeto encontrou uma série de dificuldades.

Tendo em vista as alterações no quadro do jornal e as conexões de seus redatores e colaboradores com o movimento operário, veremos o impacto do ingresso de militantes libertários na redação, particularmente no que toca à proposta de ensino a ser ministrada no Asilo 13 de Maio e seus fins, mas também a concorrência oferecida por outro projeto, o Asilo São Benedito, e as consequências da decisão da municipalidade em apoiar apenas um deles. Para finalizar, recuperamos algumas questões apontadas ao longo desse estudo para refletir sobre posição assumida pel’*O Exemplo* e poderar sobre a maneira como foi caracterizado por seus integrantes, por colegas da imprensa e pela historiografia.

¹ Esperidião Calisto, [sem título]... A primeira edição a que temos acesso ao que consideramos um segundo período dentro da segunda fase, assinala justamente a entrada de uma nova equipe à frente do periódico.

² Pery [Lindolfo Ramos], “Lutemos”, *O Exemplo*, 20 dez. 1908, p. 1.

4.1 JORNAL DO POVO, “SEM DISCREPÂNCIAS DE CLASSES, RAÇAS OU RELIGIÃO”

Nesta primeira seção, reiteramos a importância de Esperidião Calisto na manutenção do projeto, mas também refletimos sobre a maneira como as ideias anarquistas que se tornavam cada vez mais presentes no movimento operário e, conseqüentemente, o anticlericalismo, impactaram sobre o segundo período da segunda fase do jornal. Assim, não apenas estreitamos os vínculos do periódico com as lutas engendradas no mundo do trabalho, como também atentamos para a forma como intelectuais negros refinavam o debate em direção à interconexão entre raça e classe. As colaborações de Cristiano Fettermann, importante nome do movimento libertário porto-alegrense, e suas relações com (antigos) membros de *O Exemplo*, por fim, nos ajudaram a adensar a reflexão proposta.

Como se pode depreender do excerto que escolhemos para intitular a seção, extraído da reflexão de Esperidião Calisto acerca da trajetória de *O Exemplo*, a interconexão com as lutas operárias foi mais uma vez amalgamada com as lutas negras. Para ele, a experiência das pessoas negras no mundo do trabalho particularizava-se em relação a das pessoas brancas na medida em que a incidência de dois preconceitos, o de classe e o de raça, potencializava os efeitos negativos e prejudiciais sobre trabalhadores negros. Não esqueçamos, pois, que a racialização também operava sobre o trabalhador branco, mas conferindo-lhes geralmente vantagens e não prejuízos quando cotejada ao impacto produzido sobre o negro.³ Como vimos anteriormente, se o trabalhador branco, mormente o imigrante, passou a representar o trabalhador livre no imaginário acerca do mundo do trabalho no Brasil e em outros pontos do Atlântico, o negro, e conseqüentemente seu grupo racial, ainda precisava ser reconhecido como tal. Por essa razão, contra a alegação de que pretendiam formar a “classe da cor da epiderme”, o fundador e refundador do periódico apenas reclamava “a partilha de regalias que a civilização garante ao gênero humano”, defendendo “a nossa equidade de direitos perante os homens, as leis e Deus, se existe”.⁴

Neste último aspecto, e para dar conta da última parte da citação que intitula a seção, Calisto exemplificou o quão sofisticado era a ideia de que se dá valor apenas ao mérito, uma vez que os princípios de “solidariedade religiosa” eram pregados apenas “por luxo” enquanto cada pessoa vivia apenas para si e “indiferente aos males do próximo”. O “valor do mérito pessoal só deveria ser julgado pela vantagem que deles fruissem os desprotegidos da sorte, pelos benefícios

³ Sobre a racialização operada pelos sujeitos para conferir-lhes vantagens ou sobre a maneira como a racialização pode ser vista também por este viés, ver: Karl Monsma, *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

⁴ Esperidião Calisto, [sem título], *O Exemplo*, 17 nov. 1908, p. 1. Debateremos a racialização do trabalho, do trabalhador e da classe trabalhadora, no capítulo anterior. Marcus Vinícius de Freitas Rosa também se debruçou sobre esse artigo para refletir sobre a “classe da cor da epiderme” (*Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*). 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014, p. 263-264).

e igualdade de quinhão da justiça, ao ter que ser aplicada a lei de acordo com a razão que assistam aos indivíduos, sem indagar-se da origem, o meio de vida e a crença que professam”. O “preconceito de classe”, segundo Calisto, era notado inclusive nos “jornais operários”, que nada falaram sobre a brutal e injusta morte de Jacinto José Pereira encontrado já sem vida na Rua da República, possivelmente por se tratar de “um simples carroceiro”.⁵ Enfim, procurou marcar o que particularizava o periódico, até mesmo em relação aos congêneres operários. Voltaremos a este último ponto na última seção.

O escrito de Esperidião Calisto além de assinalar sua manutenção no esteio de *O Exemplo*, cumpriu a missão de saudar a nova direção e gerência, lembrando-a que o periódico “é o que foi e será o que é”: “[...] a fibrilha dessa parte do povo degredada das ilecebras [sic] sociais” e “o transmissor íntimo das alegrias ou tristezas das famílias desse menosprezado departamento da humanidade de onde tem surgido a contribuir para nomeada dignificante que goza o povo brasileiro na comunhão universal”.⁶ Recuperou-se, portanto, a condição de arauto dos interesses das famílias negras e dos acontecimentos no seu meio assumida pel’*O Exemplo* desde sua fundação sem perder de vista o caráter combativo frente às questões sociais. A dimensão política de tal ato, qual seja, mostrar aos detratores que o negro possuía família e constituía sociedade, era outro traço que particularizava o viés adotado pelo hebdomadário, uma vez que além de provar que o negro também era um trabalhador livre, dissociando o trabalho das ideias sobre raça, era ainda imperante reforçar que o negro possuía família e constituía sociedade, conforme assinalamos ao longo desse estudo.

Vejamos, pois, a nova configuração do periódico e, mais uma vez, as heterogêneas e entrecruzadas trajetórias de seus membros. O novo diretor se chamava João Baptista Figueiredo e o novo gerente, Júlio da Veiga Rabello. Em 1909, José Gomes do Nascimento assumiu a gerência e foi substituído por Leovegildo da Silva em 1910. Por fim, Henrique Martins assumiu a redação em 1911. Dentre os colaboradores estavam Cristiano Fettermann, Arnaldo Dutra, Leopoldino Ribeiro e o já conhecido Esperidião Calisto. No quadro seguinte podemos ver a direção e a gerência da empresa entre 1908 e 1911, ou segundo período da segunda fase de *O Exemplo*.

⁵ Esperidião Calisto, [sem título]... A partir das memórias de três operários com mais de setenta anos, um ferroviário, um motorista e uma enfermeira, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva assinalou que nenhum dos três envolveu-se com associações de classe ou em movimentos reivindicatórios, o que não redundou em ausência da consciência sobre sua situação de exploração (*Histórias de operários negros*. Porto Alegre: EST-ND, 1987).

⁶ Esperidião Calisto, [sem título]... A primeira edição a que temos acesso ao que consideramos um segundo período dentro da segunda fase, assinala justamente a entrada de uma nova equipe à frente do periódico.

Quadro 24 - Integrantes de *O Exemplo* e suas funções, 1908-1911

Nome	nov. 1908- mar. 1909	jun. 1909- set. 1910	out. 1910- jan. 1911	fev. 1911- jun. 1911
João Baptista de Figueiredo	- Diretor de redação	- Diretor de redação	- Diretor de redação	-
Júlio da Veiga Rabello	- Gerente da empresa	-	-	-
José Gomes do Nascimento	-	- Gerente da empresa	-	-
Leovegildo da Silva	-	-	- Gerente da empresa	- Gerente da empresa
Henrique Martins	-	-	-	- Diretor de redação

Fonte: *O Exemplo*, 1908-1911.

João Baptista de Figueiredo, conforme Marcus Vinícius de Freitas Rosa, era alferes e “eleitor do 1º Distrito de Porto Alegre, provavelmente morava no centro da cidade”,⁷ e alguns anos depois foi descrito como comerciante.⁸ Ao sair da direção, ingressou no *Jornal do Comércio*, dirigido à época pelo nosso conhecido Tenente Coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Isto, no entanto, não significou seu desligamento de *O Exemplo*, pois em 1917 representou-o em uma ocasião fúnebre e três anos depois assumiu a gerência. Não abordaremos a última fase do jornal, mas abaixo expomos um quadro com seus integrantes. Além de notarmos a presença de dois nomes da segunda fase, a significativa renovação do grupo e o fortalecimento e manutenção do projeto por quase quatro décadas por meio da imprensa ficam evidentes.⁹

Quadro 25 - Integrantes do jornal e suas funções, 1916-1930

Nome	fev. - dez. 1916	jan. 1917- dez. 1917	jan. 1918 - dez. 1919	out.- dez. 1920	dez. 1920- jul. 1927	jul. 1927- out. 1929	out. 1929- dez. 1930
Alcides das Chagas Carvalho	Diretor de redação	Diretor (até 21/01)	-	-	-	-	-
João Baptista de Figueiredo	Diretor gerente	Diretor gerente	Gerente	-	-	-	Gerente
Júlio Rabello	-	Secretário	-	-	-	-	-
Batista Júnior	-	Diretor de redação	Diretor de redação	Diretor	-	-	-
Júlio da Silveira	-	-	-	Gerente	Gerente	-	-
Dario de Bittencourt	-	-	-	-	Diretor	Diretor	Diretor
Clemente Gonçalves de Oliveira	-	-	-	-	-	Gerente	-

Fonte: *O Exemplo*, 1916-1930.

Assim como boa parte daqueles que passaram pela folha, João Baptista de Figueiredo era correligionário do PRR e durante os atos fúnebres de sua esposa, Joana Ferreira de Figueiredo, se fizeram presentes integrantes de diferentes fases: o capitão Marcílio Freitas, que se pronunciou

⁷ *A Federação*, 21 jul. 1905, p. 9.

⁸ *A Federação*, 19 mar. 1910, p. 2.

⁹ Marcus Vinícius de Freitas Rosa, *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014, p. 244-245.

como presidente do Centro Porto-Alegrense, bem como o capitão Arthur de Andrade, Pedro de Almeida Alves, Júlio Rabello, o alferes Felipe Baptista da Silva, Clemente Gonçalves e Vital Baptista. Sobre o féretro, dentre outras lembranças, uma de Marcílio e Balbina, uma de Arthur e família, e outra de Júlio e família.¹⁰ Viúvo, Figueiredo casou-se em 1915 com a d. Hermínia Maria da Silva¹¹ e no ano seguinte registrou a morte de um “feto do sexo masculino, [...] moreno”.¹² Seus laços com Marcílio Freitas, em particular, foram estreitados com seu ingresso no Centro Porto-Alegrense, na Alfândega em 1921¹³ e no grupo mantenedor de *O Exemplo*, surgido durante a última fase. Em 1924, Freitas ergueu um “brinde em honra” ao colega na “festa íntima” de aniversário, na qual Figueiredo recebeu “inequívocas demonstrações de apreço e simpatia”. A esta altura era secretário da Santa Casa de Misericórdia e pai de Jorge e Mencita, possivelmente apelido de Mercedes.¹⁴

Júlio Veiga Rabello, o novo gerente, nasceu no dia 26 de abril de 1883, era filho de d. Silvéria Maria da Conceição Rabello, falecida em 1936, e irmão de Herculano Veiga Rabello, “antigo paginador” de *A Federação*.¹⁵ Casou-se em 1908 com a sul-rio-grandense d. Maria Anália Ferreira Santarém. No ano seguinte registrou o nascimento da filha Flora, cujo trespasse se deu logo após completar o primeiro ano de vida. Já Íris, Pitágoras e Jurema tiveram melhor sorte do que a irmã. Além de *vingarem*, ou seja, sobreviverem à temível mortalidade infantil, as filhas se inseriram via concurso público no magistério e o filho na repartição dos Correios e Telégrafos, reforçando espaços possíveis de inserção acessadas por pessoas negras instruídas, bem como o recorte de gênero inerente às oportunidades. Nesse aspecto, três anos antes, em 1933, Pitágoras havia se formado no curso superior em Ciências e Letras pelo Ginásio Anchieta.¹⁶

No dia 29 de agosto de 1923, o casal Rabello festejou dezesseis anos de matrimônio e em 1937 a família despediu-se da matriarca. A Igreja da Sagrada Família “estava repleta de exmas. famílias e cavalheiros, pois a extinta gozava de largas relações nesta capital”. Aos 46 anos de idade, Maria Anália deixou enlutados o marido, as filhas e o filho. Ademais, em 1915 Júlio Rabello foi escrivão da 13ª seção eleitoral localizada na Santa Casa; em 1917 alistado como casado e residente à rua Lima e Silva, n. 38, logradouro habitado por vários outros personagens citados ao longo desse estudo; em 1923 notado dentre aqueles que compareceram a uma reunião do Centro Republicano Júlio de Castilhos e, neste mesmo ano, descrito como funcionário do Arquivo Público.

¹⁰ *A Federação*, 17 fev. 1913, p. 3.

¹¹ *A Federação*, 13 jun. 1915, p. 8.

¹² *A Federação*, 15 set. 1916, p. 6.

¹³ *A Federação*, 08 out. 1921, p. 2.

¹⁴ id. 09 out. 1924, p. 4; id. 22 fev. 1934, p. 2.

¹⁵ Silvéria era natural de Rio Grande e possuía 87 anos (*A Federação*, 11 abr. 1936, p. 2).

¹⁶ *A Federação*, 01 ago. 1908, p. 2; id. 08 fev. 1909, p. 2; id. 25 fev. 1910, p. 2; id. 05 dez. 1912, p. 3; id. 27 fev. 1915, p. 7; id. 04 out. 1927, p. 3; id. 01 ago. 1923, p. 4; id. 20 fev. 1937, p. 2; id. 16 fev. 1937, p. 2; id. 11 abr. 1936, p. 2; id. 07 dez. 1933, p. 5.

Como resultado do seu trabalho, quatorze anos depois, como 2º cartorário, recebeu uma gratificação de 25% sobre seu salário.¹⁷

Júlio Veiga Rabello, assim como vários outros que passaram pel'*O Exemplo*, integrava o Centro Porto-Alegrense. Em 1912, foi eleito diretor suplente, coordenando uma festa da entidade no mesmo ano. A diretoria era composta ainda por Arthur de Andrade na presidência, Felipe Baptista da Silva na secretaria, João Baptista de Figueiredo na comissão de contas e Marcílio Freitas, por indicação de Andrade, era o presidente honorário “pelos relevantes serviços prestados à sociedade, como seu presidente, durante cinco anos”.¹⁸ No ano seguinte, Joana Ferreira de Figueiredo, primeira esposa de João Baptista de Figueiredo, era “diretora honorária” da entidade, assinalando a presença de mulheres em espaços mormente masculinos, tais como os cargos diretivos das associações.

José Gomes do Nascimento, por sua vez, substituiu Rabello na gerência em 1909, aos 27 anos de idade. Era filho de J. P. do Nascimento¹⁹ e, conforme Marcus Rosa, também era “alferes da Guarda Nacional”. Neste posto, “integrou um grupo de militares dispensados em 1895, aos quais foi feita a advertência de que poderiam ‘alistarem-se na Brigada Militar aqueles que espontaneamente o quisessem”,²⁰ o que reforça a dimensão classista e racializada do recrutamento policial, já que em 1902 Nascimento foi alistado como solteiro e agênci, ocupação marcada pela instabilidade e baixa remuneração (Felipe Eustáquio, referido no terceiro capítulo, também era agênci). Segundo Giane Flores, a polícia era um espaço possível de inserção no mercado de trabalho pela população pobre, particularmente por sua parcela negra.²¹ Todavia, essa não foi a escolha de Nascimento e no alistamentos eleitorais seguintes, de 1904 e 1907, foi descrito como “marítimo”, ocupação mais definida, mas não menos precária, e em 1910 era guarda aduaneiro em Bagé.²² Sobre **Leovegildo da Silva**, o próximo gerente, sabemos apenas que também buscou o funcionalismo público, ocupando o segundo lugar em um concurso para a administração dos Correios em 1904, e que faleceu em 1912, aos 25 anos de idade e solteiro.²³

Por fim, **Henrique Augusto Martins**, sucedeu a Figueiredo na direção de redação em 1911. Nasceu em 1888 no atual município de Cruzeiro do Sul e faleceu em 1918, vítima da gripe

¹⁷ id. 27 jan. 1915, p. 1; id. 16 jun. 1917, p. 2; id. 22 set. 1923, p. 1; 06 dez. 1923, p. 3; Ato n. 882, de 02 de out. 1937 apud id., 04 out. 1937, p. 12.

¹⁸ *A Federação*, 30 dez. 1912, p. 3

¹⁹ id. 15 jul. 1902, p. 4.

²⁰ Marcus Vinícius de Freitas Rosa, *Além da invisibilidade...*

²¹ Giane Caroline Flores, “Farda, cor, trabalho e crime: notas de pesquisa sobre os policiais de Porto Alegre no fim do século XIX” in: Caiuá Cardoso Al-Alam, Caroline von Mühlen e Maíra Ines Vendrame (orgs.), *Criminalidade, violência e justiça: reflexões e novas possibilidades*. 1ed.São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 308-323. Cláudia Mauch já havia apontado para essa questão em sua tese de doutorado, defendida em 2011 e publicada como: *Dizendo-se autoridade: Polícias e Policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

²² *A Federação*, 14 mai. 1904, p. 4; id. 15 jun. 1907, p. 4; id. 26 ago. 1910, p. 1.

²³ *A Federação*, 08 ago. 1904, p. 2; id. 29 abr. 1912, p. 1.

espanhola, em Porto Alegre. Era o filho mais velho dos agricultores Teófilo Augusto Martins e Laura Azambuja Von Riechenbach Martins e irmão de importantes nomes do anarquismo gaúcho, tais como Nino, Eulina e Espertirina Martins.²⁴ Diante das suas particularidades, dentre as quais ser de cor branca e um importante líder anarquista, falaremos mais sobre ele adiante. Cristiano Fettermann, por fim, não chegou a assumir cargos diretivos, a despeito de ser um colaborador assíduo desde que voltamos a ter acesso ao periódico, ou seja, pelo menos desde 1908, e ter assumido interinamente a direção em 1909.²⁵ Dada sua militância libertária, particularmente junto ao jornal anarquista *A Luta* fundado em 1906, é bastante provável que se tornou a ponte entre Henrique Martins e *O Exemplo*. Visando conhecê-lo melhor, dedicamos a Fettermann a próxima subseção.

4.2 CRISTIANO FETTERMANN, UM LIBERTÁRIO NEGRO

Apesar do sobrenome de origem alemã herdado do pai sugerir que se tratasse de apenas mais um integrante de famílias imigrantes atraídas para a capital na virada do século XIX para o XX e que se tornou simpático ao ideário libertário, a tez de Cristiano Fettermann não escondia o legado materno, sobre quem apenas sabemos que era uma mulher negra e liberta.²⁶ Portanto, se no capítulo anterior conhecemos Tácito Pires, um socialista negro nascido de ventre livre e que transitou entre as imprensas negra, leia-se, *O Exemplo*, e operária, agora chegou a vez de apreciarmos aspectos da trajetória de um libertário negro, que também estabeleceu pontes, sem perder de vista os limites e desafios da solidariedade internas aos grupos.²⁷

No avançar da primeira década do novo século, os libertários passaram a se fortalecer no Rio Grande do Sul sobretudo diante do desgaste sofrido pelos socialistas que até então encabeçavam o movimento operário. Conforme Edilene Toledo, em que pese as particularidades de cada contexto, os militantes anarquistas compartilhavam um projeto internacional de

²⁴ Ver: Isabel Bilhão, *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário*. Porto Alegre (1906-1911). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

²⁵ *O Exemplo*, 31 jan. 1909 a *O Exemplo*, 07 fev. 1909.

²⁶ Dados biográficos dos irmãos Cristiano e Djalma Fettermann (1893-1973) estão em: João Batista Marçal, *Os anarquistas no Rio Grande do Sul*. Anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha. Porto Alegre: União Editorial, 1995, p. 123; João Batista Marçal e Marisângela Martins, *Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaúcha: anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas*. Porto Alegre: Evangraf, 2008.

²⁷ “A ausência enganadora de política anarquista negra na literatura existente pode ser atribuída à contradição inerente encontrada dentro do cânone eurocêntrico do anarquismo clássico que, em aliança com a concepção ocidental de universalismo, passa por cima e ativamente emudece as contribuições de povos colonizados. Em anos recentes, militantes negros e outros dedicados à política anarquista negra fizeram bastante por ressaltar o anarquismo negro através de inúmeros ensaios, livros, entrevistas e palestras públicas, muitos das quais foram reunidos pela primeira vez neste livro-texto”, texto de apresentação ao livro: Black Rose Anarchist Federation. *Black Anarchism*. Disponível em: <<http://www.blackrosefed.org/wp-content/uploads/2016/02/Black-Anarchism-A-Reader.pdf>> (acesso em 30 dez. 2017). Sobre a existência de negros no anarquismo brasileiro, ver: Lilia Moritz Schwartz, “Um libertário anarquista: solidariedade é a palavra”, in: *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 344-369; Renato Ramos e Alexandre Samis. *Domingos Passos: O “Bakunin Brasileiro”*. Rio de Janeiro: Faísca Publicações Libertárias, 2009. Ver ainda: Lorenzo Kom’boa Ervin, *Anarquismo e Revolução Negra e Outros Textos do Anarquismo Negro. Tradução e Notas*: Mariana Correia dos Santos. Editora Sanguillar, 2015.

transformação social, visando “uma sociedade de livres e iguais, onde o Estado, as igrejas e o capitalismo tivessem desaparecido”. Por essa razão, havia “a recusa da tática eleitoral e parlamentar, a oposição à ideia de um partido centralizado, a defesa da ação direta e a valorização da individualidade”.²⁸

No mesmo dia em que o jornal libertário *A Luta* foi fundado em Porto Alegre, em treze de setembro de 1906, inaugurou-se em sua sede uma escola inspirada na Escola Moderna fundada cinco anos antes por Francisco Ferrer y Gardia em Barcelona.²⁹ A fundação da Escola Eliseu Reclus³⁰ constitui-se como um dos momentos mais emblemáticos da efetivação de projetos de escolarização da classe operária em Porto Alegre, mas também no país, de modo a registrar-se posteriormente outras iniciativas dessa natureza em cidades como Recife e São Paulo.³¹ Conforme texto publicado no primeiro número do jornal *A Luta*:

Por iniciativa de moços estudiosos, foi com esta denominação [Eliseu Reclus], fundado um grupo de estudos livres baseado nos mesmos princípios das modernas universidades populares, onde podem os trabalhadores encontrar fácil meio de adquirir conhecimentos, que lhes são vedados em vista das condições econômicas em que a maioria se encontra. Este grupo não obedece a regulamentos nem a presidentes ou autoridades directaris [sic], vai se mantendo na melhor harmonia possível – o que aliás vem demonstrar mais uma vez que não é com o excesso de autoridade que se mantém a ordem entre os indivíduos, quando estes se associam com interesses recíprocos, sem o intuito de sacrificar outrem, mas sim com a supressão dessa mesma autoridade.³²

Havia quarenta associados frequentando a escola, cujo funcionamento se dava às terças e sextas-feiras, das sete às dez horas da noite, na sede do periódico situada na rua dos Andradas, n. 64, mesma rua onde outrora *O Exemplo* fora fundado. As contribuições eram voluntárias, do mesmo modo que o trabalho dos professores, movidos exclusivamente pelo fim “de se tornarem úteis aos que necessitam e nutrem o desejo de se instruir”. Entendia-se o processo de ensino-aprendizagem como uma troca: “Cada um ensinando o que sabe e procurando cada qual aprender o que ignora, à noite reúnem-se ali em convivência são aqueles moços mantendo palestras interessantes das quais sempre se sai aprendendo alguma coisa de novo”. Dentre as matérias lecionadas, estavam: “esperanto, francês, português, aritmética, matemática, história universal, desenho, ginástica sueca, etc. havendo também palestras sobre anatomia descritiva, mecânica, física, química etc.”.³³

²⁸ Edilene Toledo, “Anarquismo”, in: Alzira Alves de Abreu (coord.), *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930*, 2015).

²⁹ Francisco Ferrer y Gardia, *La Escuela Moderna*. Barcelona: Ed. Solidaridad, 1912.

³⁰ Em alusão ao grande educador anarquista francês, cuja pedagogia pode ser lida em: Plínio Augusto Coelho (org. e trad.), *Élisée Reclus: anarquia pela educação*. São Paulo: Hedra, 2011. Sobre sua influência no Brasil, recomendamos: Robledo Mendes da Silva, *A influência de Élisée Réclus na educação operária no Brasil: das ciências naturais à educação integral*. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

³¹ Robledo Silva, *A influência de Élisée Réclus na educação operária no Brasil...*

³² “Eliseu Reclus”, *A Luta*, 13 set. 1906, p. 1.

³³ “Eliseu Reclus”...

Cerca de dois meses depois anunciou-se o crescimento da frequência à “escola de ensino livre”, bem como do quadro de professores e de matérias oferecidas.³⁴ Não tardou para que se anunciasse a mudança de endereço da sede para rua General Câmara, n. 64, esquina com a dos Andradas, e a disponibilidade gratuita, no turno da noite, de uma vasta hemeroteca em sua sala de leitura, com periódicos e revistas locais, de outros Estados (SP, MG e RJ) e internacionais (Montevidéu, Rosário de Santa Fé, Paris, Portugal e Buenos Aires), além de um “grande número de livros e folhetos”. A circulação de impresso convergia, pois, para a dimensão internacionalista do anarquismo.³⁵ Conforme Petersen, a Eliseu Reclus “foi um núcleo político de arregimentação, discussão e educação política”, responsável “pela formação de uma vanguarda operária que entrou pelos anos 20 adentro, agitando e comandando a classe trabalhadora nos seus momentos e nas conquistas mais importantes”.³⁶

Cristiano Fettermann integrou o quadro de fundadores do jornal e da escola, na qual foi professor de português, alemão e francês.³⁷ Se a segunda língua foi certamente aprendida em meio à convivência com o pai, a última provavelmente se deu na militância, já que a maioria das obras anarquistas eram de autoria de intelectuais franceses ou traduzidos para esse idioma.³⁸ Dentre os alunos da escola estava Djalma Fettermann (1893-1873), irmão mais moço de Cristiano, e um dos mais proeminentes libertários no país. Em 1914 ajudou a fundar outra Escola Moderna, desta vez localizada na região conhecida como Colônia Africana, onde conviviam negros e imigrantes,³⁹ e foi um dos principais líderes da greve geral de 1917. Ademais, foi “metalúrgico, ourives, gráfico e postalista”, além de colaborador em jornais operários locais e do Rio de Janeiro, dirigente da União

³⁴ *A Luta*, 1º dez. 1906, p. 2.

³⁵ *A Luta*, 02 jan. 1907, p. 4; id. 17 jan. 1907, p. 2. Sobre a circulação de imagens, poesias e contos anarquistas via periodismo, ver: Caroline Poletto, *A imaginação subversiva ao redor do mundo: Imagens, Poesias e Contos de Protesto na Imprensa Anarquista e Anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936)*. 471 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Rio dos Sinos, 2017.

³⁶ Sílvia Regina Ferraz Petersen, *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989, p. 68.

³⁷ *A Luta*, 1º dez. 1906, p. 2.

³⁸ A fluência pelo mundo das línguas e da cultura letrada, aliás, fica evidente anos mais tarde, em 1922, por meio da tradução justalinear da Primeira e Segunda Oração de Cícero, cujo volume único fora editado pela Livraria do Globo e vendido por 5\$000 (*A Federação*, 1ª jan. 1923, p. 38). Francisco Xavier da Costa, aliás, aprendeu a língua alemã no exercício da tipografia em oficina de proprietários imigrantes. Ainda jovem tornou-se aprendiz em uma tipografia alemã. Alinhado ao socialismo, participou dos jornais *Gazetinha*, fundou *A Democracia* e liderou a primeira greve operária no Estado, ocorrida em 1906, cuja reivindicação central era a jornada de oito horas de trabalho. Sua biografia está em: Benito Bisso Schmidt, *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004. Sobre a greve de 1906, também conhecida como Greve dos 21 dias, ver: João Batista Marçal, *Primeiras Lutas Operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo/Museu do Trabalho, 1985.

³⁹ Mais tarde, tem-se notícias da fundação da Sociedade Pró-Ensino Racionalista (1923). Ver: Norma Elizabeth Pereira Correa, *Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul: 1895-1926*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987; Evangelia Aravanis, *Uma utopia anarquista: projeto social dos anarquistas do periódico A Luta e o seu desejo de mudar o rumo da história em Porto Alegre (1906-1907)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997; Isabel Bilhão, *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário...* Ailana Cristina de Amorim, *Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária no Rio Grande do Sul*. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

Operária Internaciona e membro da Aliança Nacional Libertadora. Em 1919, como diversos outros homens negros apresentados nesse estudo, ingressou via concurso público na repartição dos correios, optando por trabalhar no Rio de Janeiro, onde veio a falecer.⁴⁰ A seguir, uma fotografia na qual indicamos com uma seta a presença de Djalma Fettermann no quadro docente do Escola Moderna, composto também por Zenon de Almeida e Dulcina Martins e Eulina Martins, irmãos do nosso já conhecido Henrique Martins e casadas, respectivamente, com Djalma e Zenon.⁴¹



Figura 27 - Escola Moderna, 1917

Fonte: João Batista Marçal e Marisângela Martins, *Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaúcha: anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas*. Porto Alegre: Evangraf, 2008.



Figura 28 - Djalma Fettermann

Parênteses feito para apresentar aspectos da militância dos irmãos Fettermann no âmbito educacional e o estreitamento das conexões com a família Martins, vejamos outros indícios sobre o engajamento de Cristiano Fettermann na causa educacional. Em 1908 candidatou-se à “vaga de segundo auxiliar da secretaria da Inspetoria Geral da Instrução Pública” e, em 1911, a de “segundo auxiliar da repartição central da secretaria do interior”, órgão responsável pela instrução pública. Talvez diante do insucesso e das possibilidades vislumbradas por outros homens negros naqueles tempos, decidiu concorrer à vaga de “praticante de 2ª classe na administração dos correios”, em 1912.⁴² Em meio a isso, ingressou no curso superior em Engenharia, ao passo que em 1909 foi chamado de “acadêmico” em *O Exemplo*. Os exames preparatórios, prestados pelo menos desde 1903, revelam as expectativas de ingresso e o longo investimento na formação superior.⁴³

⁴⁰ João Batista Marçal, *A imprensa operária do Rio Grande do Sul...* p. 51; *Os anarquistas no Rio Grande do Sul: anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: unidade editorial, 1995; Isabel Bilhão, *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário*. Porto Alegre (1906-1911). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 106.

⁴¹ A irmã mais moça, Espertirina Martins, ficou conhecida por sua atuação durante a “Batalha da Várzea”, em janeiro 1917, por arremessar sobre a cavalaria da Brigada Militar uma bomba, camuflada em um ramallete de flores, responsável por diversas baixas. Participou das lutas feministas registradas em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Nasceu em 1902 e faleceu em 1942, vítima de um parto prematuro e de apendicite. Ver: João Batista Marçal, *Os anarquistas no Rio Grande do Sul...*

⁴² *A Federação*, 16 mai. 1908, p. 2. A essa altura, Aurélio Viríssimo de Bittencourt era o diretor da Secretaria do interior, órgão responsável pela Instrução Pública (id., 11 fev. 1911, p. 6).

⁴³ *O Exemplo*, 07 nov. 1909, p. 2. Em 1903, foi aprovado nos exames preparatório de português; no ano seguinte, alistado dentre aqueles que prestariam os exames em alemão; em 1905 foi reprovado em francês; em 1907, entre os que

Em 1910, Cristiano Fettermann foi adjetivado como doutor e, ainda acadêmico, saudou o dr. Monteiro Lopes no salão da Sociedade Beneficência Porto-Alegrense nos princípios daquele ano.⁴⁴ Outra evidência de seu envolvimento com as agremiações e lutas negras consiste no registro de sua atuação, em 1917, no festival organizado por *O Exemplo* nos salões da Sociedade Floresta Aurora em apoio ao erguimento da herma de José do Patrocínio no Rio de Janeiro, no qual ficou responsável pela conferência literária.⁴⁵ Esta atividade, aliás, já havia sido registrada por *O Exemplo*. Em 1909, “o nosso talentoso companheiro e acadêmico Cristiano Fettermann”, por se achar doente, seria substituído na conferência que proferiria na sede do Grêmio José do Patrocínio pelo “nosso dedicado e não menos talentoso companheiro Henrique Martins”, que escolheu como tema “O Dever”.⁴⁶ Eis aí um indício da ponte estendida por Fettermann entre seu colega de *A Luta* e seus colegas de *O Exemplo*. Laço estabelecido, no ano seguinte Henrique Martins representou *O Exemplo*, ao lado de Leopoldino Ribeiro e Júlio Rabello, no velório de Aurélio Júnior.⁴⁷ Após assumir a direção de *O Exemplo* em 1911, Martins passou a integrar a comissão de recepção do baile comemorativo ao quarto ano do Centro Porto-Alegrense ao lado de Felipe Baptista da Silva, futuro integrante do jornal, e Pedro Almeida Alves, gerente em 1895. O diretor do baile, por sua vez, era João Baptista Figueiredo, diretor de redação substituído por Martins, e o presidente da entidade era Marcílio Freitas. Em um nítido reforço de espaços diretivos possíveis às mulheres em sociedade mistas, eram também diretoras do baile as senhoritas Jovina de Macedo, Maria Fioravanti e Honorina Oscar.⁴⁸

Além de jornalista, Henrique Martins era tipógrafo, orador e poeta. Natural de São Gabriel da Estrela, município de Lajeado, chegou a Porto Alegre em 1906 com o irmão mais velho, Armando, que se tornou tipógrafo nas oficinas do *Jornal do Comércio*. De acordo com Isabel Bilhão, no município de origem Henrique “estudou com a professora, livre-pensadora e adepta da educação racionalista, Malvina Tavares”, o que certamente incidiu sobre sua militância na capital, ao passo que no mesmo ano em que chegou foi um dos responsáveis pela fundação da Escola Eliseu Reclus, ao lado de Cristiano Fettermann e, mais tarde, pela Escola Moderna, ao lado de Djalma Fettermann.⁴⁹ Em 1908, Martins criou e foi dirigente do Sindicato Tipográfico e, em 1910,

prestariam exames em química e física e, no ano seguinte, faltou ao exame em latim (*A Federação*, 09 nov. 1903, p. 2; id., 14 dez. 1904, p. 2; id., 10 mar. 1905, p. 3; id., 24 jan. 1907, p. 4; id., 29 jan. 1908, p. 2).

⁴⁴ *A Federação*, 22 jan. 1910, p. 4.

⁴⁵ *A Federação*, 21 ago. 1917, p. 2. Comentários sobre a atuação de Cristiano Fettermann em *O Exemplo* podem ser encontradas em: Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...*, p. 293-294.

⁴⁶ *O Exemplo*, 07 nov. 1909, p. 2.

⁴⁷ *A Federação*, 01 ago. 1910, p. 4.

⁴⁸ *A Federação*, 24 mar. 1911, p. 1.

⁴⁹ Isabel Bilhão, *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: EdUEL, 2008, p. 130, nota 163.

da União Tipográfica, entidade da qual, conforme referimos no primeiro capítulo, Marcílio Freitas foi eleito secretário em 1893, quando ainda se chamava Sociedade Tipográfica Rio-Grandense.

Em 1911, além de dirigir a redação de *O Exemplo*, Martins integrou a equipe de *A Luta*, em um momento marcado pelo acirramento das disputas entre anarco-sindicalistas e socialistas pela direção da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Como resultado desses embates, tornou-se réu de um processo criminal por calúnia e difamação impetrado por Francisco Xavier da Costa, líder dos socialistas e apresentado no capítulo anterior. O processo custou a Martins “450\$000 e quatro meses de prisão, caso não tivesse fugido para o Rio de Janeiro e adotado o pseudônimo de Cecílio Vilar”. Retornou três anos depois a Porto Alegre e foi um dos mais importantes nomes da greve de 1917, vindo a falecer no ano seguinte em virtude da epidemia de gripe espanhola que assolou a capital.⁵⁰



Figura 29 - Henrique Martins
Fonte: Marçal, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul...*, p. 48.



Figura 30 - *A Luta*, 13 set. 1906, p. 1
Fonte: NPH-UFRGS.

Em meio à militância anarquista, localizamos o nome de Henrique Augusto Martins investindo na cidadania política e no magistério público. No ano anterior a sua vinda para a capital, seu nome estava dentre os signatários de uma carta aberta endossada por eleitores republicanos de Lajeado; em 1907 foi alistado como eleitor do segundo distrito de Porto Alegre e era um dos candidatos a uma das vagas a serem providas em escolas públicas rurais da capital; em 1912, constou dentre os concorrentes a uma vaga para o Conselho Municipal, conquistando quatro votos.⁵¹ Ademais, para nossa surpresa, o encontramos ligado ao PRR e a seu órgão de imprensa no mesmo período em que participou de *O Exemplo*: em 1910, ao lado do irmão Armando, era uma dos funcionários “das oficinas da Federação” que enviaram um dos inúmeros telegramas em homenagem ao aniversário do dr. Carlos Barbosa, Presidente do Estado; e em 1911 foi saudado

⁵⁰ Benito Schmidt, Isabel Bilhão e Maria Amélia da Silva, op. cit., p. 168, nota 3.

⁵¹ *A Federação*, 10 mar. 1905, p. 2; id. 15 fev. 1907, p.4; id. 08 nov. 1907, p.4; id. 14 out. 1912, p. 6.

pela folha republicana por ter assumido a direção de *O Exemplo* e lembrado como “nosso amigo, [...] empregado nas oficinas da *Federação*”.⁵²

Nesse sentido, dois anos antes da greve geral de 1917, que contou com a liderança de Djalma Fettermann, Henrique Martins, dentre outros, Cristiano Fettermann integrava o Centro Republicano Júlio de Castilhos, o mesmo frequentado por diversos (antigos) membros e apoiadores de *O Exemplo*.⁵³ A única notícia de alistamento eleitoral de Cristiano refere-se ao ano de 1911, momento em que residia no 1º Distrito da capital.⁵⁴ Diante disso, podemos inferir um rompimento de Cristiano Fettermann com os libertários, visto que estes, ao contrário dos socialistas, eram refratários à política partidária, muito embora tal consideração deva ser relativizada diante da presença de Henrique Martins, na efervescência de sua militância anarquista, em meio aos republicanos lajeadenses, aos funcionários do órgão de imprensa do PRR e aos candidatos à carreira pública via concurso público.

Ao se debruçar sobre os irmãos Fettermann, Marcus Rosa assinalou que a despeito dos diferentes investimentos associativos, ambos concordavam quanto ao papel da instrução para a inserção social. Talvez, Cristiano, o mais velho, “considerasse os negros a parcela mais vulnerável do proletariado, motivo pelo qual dividiu sua atuação política entre agremiações organizadas a partir de critérios raciais e classistas”, enquanto Djalma, o mais moço, “construiu sua luta educacional dentro do movimento operário anarquista; não seria um disparate supor que, ao oferecer instrução para os trabalhadores em geral, ele acreditasse que os indivíduos ‘de cor’ seriam automaticamente contemplados”.⁵⁵

Ademais, nos demoramos um pouco mais sobre Cristiano Fettermann e Henrique Martins porque se tornam chaves importantes para a compreensão das distintas maneiras como um novo projeto educacional foi divulgado e abraçado por *O Exemplo* ao longo do período abordado nesse capítulo.

⁵² *A Federação*, id. 27 jan. 1910, p. 1; id. 06 fev. 1911, p. 1.

⁵³ *A Federação*, 26 jul. 1915, p. 1.

⁵⁴ *A Federação*, 11 fev. 1911, p. 4; id., 9 jan. 1912, p. 4.

⁵⁵ Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 294.

4.3 ASILO 13 DE MAIO: ASSOCIATIVISMO E EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NEGRAS

Depois do intervalo de 83 edições, em 1908 passamos a ter notícia de um projeto intitulado “Asilo 13 de Maio”, cujas bases foram publicadas, segundo a folha republicana, em junho de 1906.⁵⁶ Listas nominais de pessoas que se voluntariaram a arrecadar subscrições foram os primeiros indícios sobre o tentame e depois notamos editoriais, artigos, além de um recorrente informe:

A redação d’*O Exemplo* nada tem a ver com assuntos relativos à fundação do projetado Asilo 13 de Maio. As questões concernentes a esta instituição em projeto devem ser dirigidas ao sr. Honório Porto, rua da Concórdia, n. 49. As nossas colunas estão à disposição dos senhores dirigentes do asilo.⁵⁷

No entanto, são muitas as evidências de que o envolvimento do grupo à frente do jornal foi muito além da divulgação e apoio. Em editorial de 1911, lembrou-se que a ideia de o criar ocorreu na redação de *O Exemplo*, localizada à época na rua da Concórdia, número seis (atual José do Patrocínio, bairro Cidade Baixa), mesmo logradouro indicado pelo anúncio acima citado e onde possivelmente ainda morava Esperidião Calisto:

Ali, numa daquelas salas, nasceu a iniciativa da fundação do Asilo 13 de Maio, numa noite hibernal, de frialdade siberiana, quando as zargunchadas da chuva tamborilavam a janela e as rajadas de vento, assoviando, atravessavam-nas pelas frinchas e vinham a quentura de um chão bem iluminado. Lembrávamo-nos desses pequeninos, que, sem lar, sem pão, sem luz, vagueiam, à noite, pelas ruas caladas da cidade, procurando, engelhada a pele, encolhidinhos, esfarrapados e todos tremendo de frio, o vão duma arcada de palácio, ou o alpendre da tapada burguesa, onde pudessem esconder o corpo cansado de tanta miséria.⁵⁸

Vejamos, pois, os fatores que concorreram para essa proposta e seus desdobramentos. Desde pelo menos a edição número onze da refundação do jornal há denúncias sobre as irregularidades na assistência pública,⁵⁹ especialmente em relação à maneira racista como oferecia, ou melhor, deixava de oferecer, seus préstimos às crianças “de cor preta e parda”. Em maio de 1904, a coluna “Alvejando” denunciou a caridade seletiva praticada ao preterirem os filhos dos pobres proletários de cor preta:

Há muitos asilos de órfãos, é certo, mas em todos eles ainda não vi órfãos pretos. [...] É necessário que observem este fenômeno singular, estudem suas causas, pensem em suas consequências e digam se é natural que isto assim continue, se é belo termos todos os dias de ver pais e mães morrendo desesperados na incerteza de um arrimo para seus filhos. Não, isto não pode continuar assim, é preciso que se faça alguma coisa no sentido de melhorar a condição dos nossos.⁶⁰

Novamente vemos como a ausência ou ineficácia do Estado em oferecer educação aos subalternos repercutiu na folha, porém agora as crianças negras tornaram-se o centro da questão

⁵⁶ *A Federação*, 04 mai. 1910, p. 4. Fizemos uma busca nas edições do referido período, mas não encontramos nenhuma referência ao Asilo.

⁵⁷ “Ao Público”, *O Exemplo*, 20 dez. 1908, p. 2; id., set. 1909, p. 3 e outros.

⁵⁸ *O Exemplo*, 28 mai. 1911, p. 1.

⁵⁹ “Assistência Pública”, *O Exemplo*, 28 dez. 1902, p. 2.

⁶⁰ F. “Alvejando”, *O Exemplo*, 29 mai. 1904, p. 2.

e o projeto de acolhimento, proteção, educação e instrução, intitulado Asilo 13 de Maio, foi apresentado e rapidamente incorporado aos debates de *O Exemplo*. Além da preocupação com as “crianças de cor preta e parda” violentadas pela hostilidade do inverno sul-rio-grandense e pelo estado de abandono, um editorial alusivo ao 13 de Maio de 1910 assinalou uma preocupação fundamentalmente moral e extensiva ao “grande número de descendentes da família escravizada”. A pobreza, o abandono e a conseqüente degradação moral demoviam-lhes o desejo de adentrar pelas portas de uma escola, onde aprenderiam “a amar a liberdade, o bem e o belo”, sobretudo nas desejadas aulas de artes e ofícios. Embora se lastimasse a ausência de “uma mãe que os educasse e um pai que os ensinasse a ler”, o problema era endereçado à ausência de políticas públicas educacionais e assistenciais e à ação seletiva das casas religiosas de caridade.⁶¹ Por isso era fundamental o estímulo a tais sentimentos desde a mais tenra idade e, diante da situação, não havia outra alternativa senão assumir para si a tarefa de promover o acolhimento e educação das crianças negras. Desse modo, o distanciamento dos redatores do jornal, nascidos livres, daqueles vinculados à escravidão e ainda carentes de amparo, se diluía diante da busca por uma coesão racial destinada a assegurar a paridade no acesso e distribuição de oportunidades por parte do Estado. No quadro a seguir, as instituições de caridade existentes em Porto Alegre no contexto deste estudo.

Quadro 26 - Instituições assistenciais em Porto Alegre

Instituição	Período	Caráter	Fundação
Orfanato Santo Antônio Pão dos Pobres	1895- hoje	Acolhimento e cuidado às crianças pobres	Padre José Marcelino Souza de Bittencourt
Sociedade Asilo da Previdência	Impreciso	Assistência (educação e caridade) aos órfãos	Grupo de senhoras de Porto Alegre
Orfanato Nossa Senhora da Piedade	1905	Acolhimento e instrução de crianças pobres	Sociedade São Francisco de Assis
Sociedade Beneficente União Operária 13 de Janeiro	1907	Escola noturna para crianças pobres	Sociedade Beneficente União Operária 13 de Janeiro
Asilo São Benedito / Instituto São Benedito	1912- hoje	Acolher e educar meninas órfãs negras	Congregação Sagrado Coração de Maria

Fonte: Aidê Campello Dill. *A criança sob inspiração positivista no Rio Grande do Sul (1898-1928)*. Tese (Doutorado em História). 235 f. PUCRS, Porto Alegre, 1999, p. 90-99.

Acreditamos que o editorial publicado em primeiro de maio e intitulado “13 de maio” fosse de Esperidião Calisto por lançar mão de uma citação do literato francês Jules Hoche recorrente em seus escritos – “os preconceitos não se destroem à bala...”. Explicitando as frustrações quanto à realização da cidadania republicana e da liberdade negra, lastimou o fato de a data da Abolição ter se transformado em apenas “mais um feriado federal no calendário do Brasil” e figura de retórica nos artigos dos jornais de oposição aos detentores do poder: “os fatos têm demonstrado que a liberdade surgida a 13 de Maio de 1888, para a parte do povo diretamente interessado dos seus efeitos, é um verdadeiro mito, não passa de uma ficção deslumbrante sem o proveito material e

⁶¹ “Emancipação dos escravos”, *O Exemplo*, 13 mai. 1910, p. 1.

moral para os descendentes dos indivíduos que deram lugar à titânica propaganda abolicionista”.

Como prova, em suas palavras:

[...] perduraram na vida doméstica da população os revoltantes costumes escravagistas, convertendo de vez quando a roda de expostos em depósito de cria e o juizado de órfãos em agência de consignações de escravos, onde sob o embuste cínico de padrinho ou tutor, pondo em jogo apenas uma prova de amizade e consideração, são adquiridos ‘rapazinhos’, para copeiros, ‘rapariguinhas’, para ‘criadas de dentro’, cozinheiras, enfim para todo o serviço (até para mulher dos patrões) e a quem ensinando-os apenas a trabalharem como cães; preenchendo, desse modo a falta de ‘crioulos’ e dos mucamos dos oniosos tempos da escravidão brasileira. [...] É preciso, portanto, que cristalizem-se em instituições pias, instrutivas e educadoras, os efeitos, até então negativos, da decantada liberdade surgida a 13 de Maio de 1888.⁶²

Em 1908, aliás, o colaborador Lindolfo Ramos havia questionado: “Já não existe essa lei dos tutelados, essa nova e moderna escravidão?”. Diante disto, assinalou ser ainda necessário “bater[-se] a peito nu à luz da ciência e da razão até mesmo baquear por terra esse vil e odioso preconceito de cor”.⁶³ Portanto, transcorridos quinze anos da denúncia do secretário de governo João Abbott acerca da “escravidão disfarçada de tutela” exposta no capítulo anterior e 22 anos da Abolição, o problema persistia. Calisto, por meio do mencionado editorial, antecipou a profusão de textos sobre as frustrações quanto aos descaminhos do treze de maio registrados na edição veiculada na data da abolição e assinados por Leopoldino Ribeiro, Arnaldo Dutra, M. C. (possivelmente Miguel Cardoso), Alcebíades Azeredo dos Santos, Aristides José da Silva e Henrique Martins. Todos, a despeito das frustrações, ressaltavam a importância da data dentro da tradição de luta por direitos e por liberdade protagonizadas pelo povo negro.

Diversos trabalhos comprovaram empiricamente a maneira como o juizado de órfãos transformou-se em um recurso acionado por proprietários em busca de mão de obra, sobretudo após a promulgação das leis conhecidas como “Lei do Ventre Livre” e “Lei Áurea”. No entanto, como já apontamos por meio da trajetória de Tácito Pires, a liberdade vivida pelos ingênuos, foram como os nascidos de ventre livre foram chamados, era cheia de amarras. Para autoridades e proprietários, esses sujeitos tornaram-se uma solução para a “questão servil” e, para isso, deveriam aprender a viver em liberdade de uma forma bastante específica, associada à disciplina e à preparação para o trabalho – e é dentro dessa perspectiva a ação dos juizes de órfãos fica mais bem compreendida.

Porém, a despeito das continuidades nas relações de domínio entre tutores e tutelados, a Abolição e a República trouxeram novos termos para o debate. Segundo Eliane Fleck e Ana Paula Konrdörfer, com o novo regime se acentuou a oposição entre as crianças integrantes das camadas sociais privilegiadas e aquelas identificadas como “desamparadas”, “abandonadas”, “desvalidas”, “marginalizadas”, “delinquentes”, em suma, “menores”. Os juristas concorreram sobremaneira

⁶² “13 de maio de 1910”, *O Exemplo*, 01 mai. 1910, p. 1.

⁶³ Pery [Lindolfo Ramos], “Lutemos”, *O Exemplo*, 20 dez. 1908, p. 1.

para as definições sobre a menoridade: “*quem era o menor ou então qual era o seu grau de discernimento e de intencionalidade*”. Os ditos menores sofriam toda sorte de violências por parte dos agentes policiais, responsáveis pela manutenção da ordem pública e da moralidade, e até mesmo na situação de abandono e miserabilidade os marcadores de cor e raça hierarquizavam o olhar lançado sobre esses sujeitos, uma vez que as crianças pretas e pardas eram vistas como mais ameaçadoras à ordem, inaptas ao trabalho livre e suscetíveis ao vício e à criminalidade.⁶⁴

Por essa razão, a infância desamparada tornou-se um dos principais problemas enfrentados pela administração pública no ordenamento do espaço urbano no país, mas não só, durante a Primeira República – e Porto Alegre não ficou aquém desse processo. Segundo Fleck e Korndörfer, os espaços pelos quais essas crianças e jovens perambulavam tornaram-se alvos de discursos moralizantes, visto serem considerados “*viciados e espúrios, de aprendizagem da vagabundagem e da malandragem e da qual resultavam práticas de contravenção e de transgressão criminosa e sexual*”. A existência dessa “*infância multifacetada*” levou intelectuais, médicos e legisladores a projetarem instituições capazes de proporcionar, nas palavras de Maria Luiza Marcílio, “*uma educação saudável, regeneradora, em um ambiente disciplinar e normatizado, onde se ensinaria particularmente o amor ao trabalho, o culto à pátria, os valores éticos de uma sociedade liberal-burguesa*”.⁶⁵

O trabalho seguia sendo visto como a melhor escola para as camadas populares e os registros de internação de crianças e adolescentes na Santa Casa de Misericórdia da capital sugerem os destinos da infância pobre e abandonada durante a Primeira República, haja visto que os registros informam que a maioria dos ferimentos possivelmente ocorreram no ambiente de trabalho. Tratavam-se, pois, de pequenos “*carpinteiros, pedreiros, padeiros, alfaiates, chapeleiros, cozinheiros, carroceiros, operários, militares, agricultores e empregados domésticos*”. Por fim, os dados referentes ao encarceramento de crianças consideradas infratoras em Porto Alegre e os

⁶⁴ Eliane Fleck e Ana Paula Korndörfer, “*Infância, violência e saúde pública*”... p. 138 e 148. Sobre as políticas públicas de assistência à infância pobre e sobre a construção da menoridade, recomendamos: Martha de Abreu Esteves, *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; Maria Luiza Marcílio, *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo, Hucitec, 1998; Renato Pinto Venâncio, *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda/Editora PUCMinas, 2010; Irene Rizzini, *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011; Irma Rizzini (org.), *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. RJ, Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: Universidade Santa Úrsula, Ed. Universitária: 1997; Irma Rizzini e Francisco Pilotti (orgs.), *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011; Adriana Barreto Vianna, *O mal que se adivinha: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999; Mari Del Priori (org.), *História das crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000; Marcos Cezar Freitas (org.), *História social da infância no Brasil*. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

⁶⁵ Aqui as autoras referem-se à página 41 do artigo de Maria Luiza Marcílio intitulado “*O menor infrator e os Direitos da Criança no século XX*”, in: Maria Cecília França Lourenço (org.), *Direitos Humanos em dissertações e teses da USP, 1934-1999*. São Paulo: EdUSP, 2000.

registros sobre crianças vítimas de violência evidenciam a ineficácia das ações educativas voltadas a torná-las “cidadãs úteis para si e para a sociedade”.⁶⁶

A despeito de concordarem com a situação degradante que se abatia sobre as crianças e jovens abandonados, mormente aquelas e aqueles “de cor preta ou parda”, descendentes das antigas famílias escravizadas, a explicação oferecida pelos jornalistas de *O Exemplo* para esse fenômeno ia por outro caminho, ou seja, não entendiam que eram os sujeitos em si os responsáveis por tal situação, mas sim o tratamento que lhes era dispensado pela sociedade e pelo Estado. Falar sobre a convivência do juizado de órfãos com tais práticas nos leva a Aurélio Júnior, um dos mais atuantes dentre aqueles envolvidos com processos tutelares na virada do século XIX para o XX.⁶⁷ Em 1904, Joaquina, “de cor preta”, por se achar bastante adoecida e extremamente pobre entregou a filha Angelina, da mesma cor e com nove anos de idade, aos cuidados da esposa do advogado Albino Pereira Pinto. Porém, seis meses depois, necessitando de cuidados, pediu que a filha lhe fosse devolvida. Teve assim início uma querela judicial. Segundo José Carlos Cardozo, Eliane Fleck e Ana Sílvia Scott, apenas uma das partes foi ouvida pelo magistrado – e não foi Joaquina ou Angelina. O advogado Pereira Pinto alegou que a menor se encontrava bem vestida e exercendo atividades compatíveis com a sua idade e que a mãe, além de “preta”, miserável e sem educação, sofria de “anemia cerebral promovendo-lhe a monomania da perseguição”. Seis dias depois, a tutela foi sumariamente concedida por Aurélio Júnior a Pereira Pinto.⁶⁸

Segundo os autores, todas essas afirmações acerca da improbidade materna eram comuns à época, sobretudo diante das ideias de progresso e civilidade fortalecidas no contexto republicano. Como um homem de seu tempo e inserido no campo jurídico, Aurélio Júnior considerou a família do advogado mais adequada à criação de Angelina, isto é, portadora de condições morais, econômicas e psicológicas garantidoras de um futuro mais digno à menina e, infelizmente, deficitárias em Joaquina. Ademais, o magistrado não ter considerado o fato de Angelina estar trabalhando na casa dos tutores como um agravante favorável à mãe concorre para

⁶⁶ Eliane Fleck e Ana Paula Korndörfer, op. cit., p. 160. Sobre a inserção de crianças pobres no mundo do trabalho nos primeiros tempos republicanos na capital, recomendamos: Lisiane Ribas Cruz, “*Precisa-se de uma menina de 12 anos de idade para cuidar de creança*”: O trabalho Infantil na Primeira República (Porto Alegre/RS), Aedos, Porto Alegre, v. 7, n. 17, dez. 2015, p. 303-321. Especificamente sobre o olhar positivista sobre as crianças em Porto Alegre: Aidê Campello Dill, *A criança e o positivismo*. Porto Alegre: EST Edições, 2005. Compreender a conformação dos primeiros tempos republicanos a partir dos diferentes olhares lançados sobre a infância já serviu como mote para diversas pesquisas. Desenvolvidas desde a década de 1980, vêm abordando em sua maioria as relações das crianças, majoritariamente pobres, com as esferas da criminalidade e da saúde, em temas como assistência e abandono, família, mortalidade, sexualidade, prostituição, etc., valendo-se de fontes variadas: legislações, relatórios administrativos, processos criminais e tutelares, registros eclesiásticos e hospitalares, registros policiais, prontuários médicos, obras de pensamento jurídico e médico, literatura e iconografia, entre outras.

⁶⁷ No final do século XIX, por exemplo, foi responsável por 31 casos, ou 3,2% do total; e entre 1900 e 1910 por outros 78 processos (dentre quase 900 realizados até 1927 por um total de 22 juizes). José Carlos Cardozo, *Enredos tutelares: o Juízo dos órfãos e a atenção à criança e à família porto-alegrense no início do século XX*. São Leopoldo: Oikos, 2013; “*Como se fosse meu filho?*” As crianças e suas famílias no Juízo de Órfãos de Porto Alegre (1860-1899). 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

⁶⁸ José Carlos Cardozo, Eliane Fleck e Ana Sílvia Scott, “O Juízo dos Órfãos em Porto Alegre”, *Justiça & História*, v. 9, p. 107-134, 2012.

o entendimento coetâneo de que o trabalho integrava a formação das crianças.⁶⁹ A essa análise acrescentamos outro ponto crucial: a intersecção entre gênero, raça e classe social. Ou seja, embora negros, havia um enorme abismo entre o “doutor” Aurélio Júnior e as “pretas” Joaquina e Angelina, de modo que o primeiro, pertencente à classe instruída da raça, assumiu ao lado de vários outros homens *de cor* a responsabilidade de remir os integrantes da classe à qual pertenciam Joaquina e Angelina. Para tanto, concorria a oferta da instrução e da educação, ainda que redundasse na separação familiar diante do acolhimento e da proteção sugeridas pela tutela.⁷⁰ Em março de 1910, nesse viés, *O Exemplo* noticiou que:

Tomando em consideração a notícia do número passado desta folha, sobre uns órfãos, entregues aos moradores da casa n. 1 à rua da Igreja, o nosso amigo dr. Aurélio Júnior, íntegro juiz distrital de órfãos, deu as providências cabíveis no caso, retirando as duas crianças daquele antro de perdição.⁷¹

Havia, portanto, uma preocupação com a preservação da moralidade das crianças e não percamos de vista o que foi assinalado em seu necrológio como mais um indício do uso do cargo público em prol do projeto que ajudou a tecer e a preocupação de seus pares com a construção e perpetuação de sua memória:

Se no desempenho das árduas funções de juiz, em obediência à lei e à justiça convencionais se feriu suscetibilidades com as decisões de suas brilhantes sentenças, viu-se, no majestoso cortejo fúnebre que o acompanhou até a última morada os despojos de nosso inditoso amigo, que Aurélio Júnior passou a vida sob a benção do perdão público, às falhas involuntárias...⁷²

Ao voltarmos a um dos fundadores, recobremos que Esperidião Calisto, embora afastado de cargos diretivos, seguia como um assíduo colaborador do periódico e articulador de possibilidades de se alcançar o objetivo traçado nos idos de 1892. Localizamos o nome de sua esposa, Anna Maria de Lima, dentre as pessoas que possuíam listas com subscrições em apoio ao projeto, o que informa não somente ações possíveis e construídas por mulheres que orbitavam *O Exemplo*, mas também o envolvimento de famílias negras no projeto. O editorial que circulou em 1910 na data da abolição, afirmou o protagonismo de Esperidião junto ao novo projeto:

Quando pensou-se em fundar o Asilo, houve discursos, tropos literários, muito fogo de palha; depois todos calaram-se, desapareceram; ninguém falava mais do Asilo 13 de Maio, se o nosso companheiro, Esperidião Calisto, é quem vinha trabalhando, lutando com o estoicismo que lhe é particular de modo tal, que o Asilo vai ser uma realidade.⁷³

Diante da retomada do projeto, pessoas e associações foram mobilizadas para concorrerem com sua edificação, cuja pedra fundamental foi inaugurada na data alusiva à

⁶⁹ José Carlos Cardozo, Eliane Fleck e Ana Sílvia Scott, “O Juízo dos Órfãos em Porto Alegre”...

⁷⁰ Nos momentos finais da redação desse estudo, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul publicou mais um catálogo de fontes: Nôva Marques Brando (org.), *Catálogo Seletivo I: escravidão, liberdade e tutela*. Porto Alegre: APERS, 2017. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1513790173.2017.12.20_Catalogo_Tutela.pdf> (acesso em 20 dez. 2017).

⁷¹ “Sobre órfãos”, *O Exemplo*, 27 mar. 1910, p. 2.

⁷² “Nossa homenagem – Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior”, *O Exemplo*, 07 ago. 1910, p. 1.

⁷³ “Emancipação dos escravos”, *O Exemplo*, 13 mai. 1910, p. 1.

Abolição de 1910, mesmo dia no qual *O Exemplo* circulou permeado por textos alusivos à data. Tendo em vista a escolha do nome e a data de inauguração do alicerce, a despeito das frustrações, as esperanças quanto à realização da “verdadeira liberdade” persistiam. Em artigo veiculado na edição que circulou nesse mesmo dia, anunciou-se que a comissão responsável pelo evento era a seguinte: sr. Manoel do Nascimento Correa, presidente; tenente Modesto Carlos dos Santos, secretário; Vital Baptista, tesoureiro; Gregório da Silva, diretor de orçamentação e construção; Cesar Alves, Theodoro Augusto Ferreira, Lourenço do Amaral e Gervásio Emerenciano, vogais.⁷⁴ Com exceção de Vital Baptista, gerente durante os anos de 1902 e 1904, os demais não eram integrantes do jornal. Vejamos brevemente o grandioso evento de inauguração da pedra fundamental, um verdadeiro marco da mobilização e congregação de associações diversas, especialmente negras, em prol de um projeto educacional.

A concentração do préstito foi marcada para as 10 horas da manhã em frente à sede da Sociedade Floresta Aurora, localizada na rua da Concórdia, onde também se localizava a redação de *O Exemplo*.⁷⁵ Uma hora e meia depois, teve início sob a animação da Banda da Floresta Aurora. Com dimensão pátria, coloriu a rua Venâncio Aires, a avenida 13 de Maio (atual Getúlio Vargas), a avenida José de Alencar até chegar à rua Santa Cruz, onde localizava-se o terreno. Segundo nota da folha republicana, o evento integrou o conjunto de atividades cívicas alusivas à data da Abolição e o terreno localizava no “arraial do Menino Deus, próximo ao Laboratório Pirotécnico”,⁷⁶ para onde seguiu um volumoso cortejo. Antes deste ato, a Sociedade Instrução Familiar havia mandado rezar uma missa na Igreja do Rosário em “em sufrágio das almas dos abolicionistas”.⁷⁷

Registrando o caráter cívico do evento, a bandeira nacional foi conduzida pelo Sr. Cesar Alves e o estandarte da Sociedade Floresta Aurora, pelo Sr. José R. Ferreira. Ainda na comissão de frente, o Sr. Manoel do Nascimento Correa, presidente da comissão de festejos, e a Exma. Senhorita Cecília Ferreira, madrinha da pedra fundamental.⁷⁸ O Dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes foi representado pelo Capitão Henrique Gomes Ribeiro, este por sua vez antigo membro da Sociedade Esperança e Caridade, ao lado de outros abolicionistas da capital, como Aurélio Viríssimo de Bittencourt e Soter Caio da Silva referidos no segundo capítulo.⁷⁹ Inúmeras “senhoras, senhoritas

⁷⁴ “13 de maio de 1910”, id., *O Exemplo*, 01 mai. 1910, p. 1.

⁷⁵ Atual rua José do Patrocínio, no bairro ainda hoje chamado de Cidade Baixa. Essa região ficou conhecida pela forte presença de pessoas e organizações negras e também por ter abrigado o escritório de *O Exemplo* entre 1902 e 1905, primeiramente no número 02 e depois o número 06. Sobre a Cidade Baixa como um território negro em Porto Alegre, ver: Marcus Vinícius Rosa, *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

⁷⁶ *A Federação*, 04 mai. 1910, p. 4.

⁷⁷ Liane Susan Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013, p. 112.

⁷⁸ Em um número seguinte, sugeriu-se que Cecília Ferreira era esposa de um dos idealizadores do projeto (*O Exemplo*, 29 mai. 1910).

⁷⁹ “Asilo 13 de Maio”, *O Exemplo*, 22 mai. 1910, p. 1-2. Esse evento já foi trabalhado por Liane Susan Müller em *As contas do meu rosário são balas de artilharia...* Paulo Roberto Staudt Moreira, *Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo*. Porto

e cavalheiros”, além de comissões de diversas associações se fizeram presentes: o Clube das Bahianinhas, a Sociedade União dos Pedreiros, a Sociedade dos Correiros, a Sociedade Amor Perfeito e a Sociedade Instrutiva Sete de Dezembro. Entremeando-as, o estandarte da Sociedade 28 de Setembro, “conduzido por três galantes meninas, como uma homenagem à humanitária lei que libertou o ventre das mães escravizadas”, e o estandarte da “patriótica” Sociedade Sete de Setembro.

O Exemplo foi representado pelos senhores Aristides José da Silva, Júlio Rabello e Leopoldino Ribeiro.⁸⁰ Cristiano Fettermann, Esperidião Calisto e Arnaldo Dutra, por sua vez, representaram o Grêmio Literário e Dramático José do Patrocínio, surgido na redação do jornal em 1908, enquanto Arthur Ferreira de Andrade, do grupo fundador, foi um dos oradores durante a sessão solene.⁸¹ Além disso, nos arrolamentos de indivíduos e grupos portadores de listas destinadas a colher subscrições ao projeto, encontramos diversas agremiações: Clube Literário e Recreativo 7 de Dezembro e Centro Recreativo.⁸²

Após uma hora e meia, o “luzido préstito” chegou ao seu destino animado pela “simpática banda musical Lira Oriental” e “recebido por entre arcos de flores, bandeiras e girândolas de foguetes gentilmente colocadas”. Após ao batismo da pedra, assunto que voltaremos adiante, houve uma sessão solene coordenada pelo presidente de festejos. Após a leitura da ata, “foi dada a palavra Sr. Tenente Arthur de Andrade, 2º anista [sic] de Direito, que produziu emocionante e eloquente peça oratório, pondo em evidência seu belo e erudito talento”. Arthur de Andrade, vale lembrar, foi fundador e primeiro editor de *O Exemplo* e, como visto, havia retomado seus estudos na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Depois dele, representantes de outras entidades fizeram seus pronunciamentos, tais como Aristides José da Silva, representando o jornal. Conforme a matéria, “em arrebatadora e significativa inspiração, traduziu naquele momento, tudo quanto de sincero e belo, se aninha, nos corações de um grupo de espartanos, que constituem a direção moral e material, do jornal *O Exemplo*, com relação à humanitária obra de civilização e caridade, concretizada no Asilo 13 de Maio”.

A matéria sublinhou igualmente o empenho do “nosso companheiro” Leopoldino Ribeiro, tesoureiro ad-hoc do projeto, na organização de uma “comissão de senhoritas” para arrecadarem bilhetes da ação beneficente de caridade. Outra “comissão de meninas e senhoritas” foi formada por Alfredo Neves para angariar “por meio de cartões, que eram perfurados, regular quantia”. Em que pese o relato do jornal condicionar o protagonismo das mulheres durante a inauguração da

Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 42; *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003.

⁸⁰ “Leopoldino Ribeiro Álvares, 29 anos, filho de J.A.R. Álvares, viúvo, negócio” (*A Federação*, 29 jun. 1895, p. 5).

⁸¹ *A Federação*, 04 mai. 1910, p. 4. À época situada no Morro do Menino Deus, atualmente Morro Santa Tereza.

⁸² “Asilo 13 de Maio”, *O Exemplo*, 17 nov. 1908, p. 2. O 7 de Dezembro existia desde 1892 (Liane Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia...* p. 119).

pedra fundamental do asilo à tutela de homens e na coleta de donativos, em suas páginas é notável sua significativa atuação na sociabilidade negra da capital. Como mostrado por Liane Susan Müller, fundavam clubes, ministravam aulas nesses espaços e se solidarizavam com outras iniciativas recreativas ou educacionais.⁸³

Após a sessão solene, serviu-se um “gordo churrasco, regado a vinho e chopes”, seguido de “dança sobre a relva” animada pela Banda da Sociedade Floresta Aurora e Banda Lira Oriental. O fim do préstito iniciou às 18 horas em direção à sede social da Sociedade Musical Lira Oriental e percorreu as ruas Santa Cruz, José de Alencar, Avenida 13 de Maio, João Alfredo, Luiz Afonso e Miguel Teixeira. Ao fim, pronunciou-se mais uma vez “o infatigável operário Sr. João Olegário, [...] pedindo às pessoas de bom coração amparo e proteção para o Asilo 13 de Maio”. A matéria encerrou parabenizando os “iniciadores desse movimento, os nossos companheiros, capitão Henrique Gomes Ribeiro [que representou Monteiro Lopes durante a cerimônia], Esperidião Calisto e Leopoldino Ribeiro”; o atual diretor do asilo, Honório de Almeida Porto; e o presidente da comissão de festejos, Manoel do Nascimento Correa. Como bem destacou Liane Müller, esse ato revela “a disposição que animava os negros porto-alegrenses nos primeiros anos da República: muita solidariedade e empenho para que as necessidades da comunidade fossem preenchidas. E muita festa também”, tendo em vista o caráter político desses momentos.⁸⁴

Segundo Felipe Bohrer, Honório de Almeida Porto, presidente do Asilo, era maestro da Banda da Floresta Aurora e Leopoldino Ribeiro, tesoureiro ad-hoc e colaborador de *O Exemplo*, orador das bandas Lira Florestina e Lira Oriental. Em janeiro de 1910, o primeiro organizou uma “festa musical” na Floresta Aurora destinada à arrecadação de fundos para o Asilo. No mesmo ano, as páginas de *O Exemplo* registraram uma “ação de caridade” com o mesmo fim, bem como a coleta de doações no baile de fundação da Sociedade Camponesas Morenas. Tudo isso reforça o caráter político existente em meio às associações recreativas e musicais. Sobre as relações entretidas entre Honório e os integrantes de *O Exemplo*, temos o apadrinhamento do “major Marcílio Freitas e exma. esposa” por ocasião do casamento civil de Cecília Almeida Porto, filha de Honório, com João Lima da Costa em 1916.⁸⁵

Por meio dessa articulação, adentramos mais uma vez no associativismo negro e na militância de homens *de cor* em entidades com outros colorações. A começar, recuperamos a já mencionada recepção ao deputado Monteiro Lopes em Porto Alegre, cujas comissões foram assim constituídas: Comissão central: Capitão Henrique Gomes Ribeiro⁸⁶, João Baptista de Figueiredo,

⁸³ Liane Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia...*

⁸⁴ *Ibid.*, p. 113.

⁸⁵ *O Exemplo*, 26 mar. 1916, p. 3.

⁸⁶ Outrossim, o representante do dr. Monteiro Lopes, o capitão Henrique Gomes Ribeiro faleceu em 1913: “proprietário e antigo morador desta capital. O extinto, cidadão laborioso e muito conhecido, era cunhado do nosso companheiro Agostinho José Lourenço, e gozava de geral estima no círculo de suas relações”. Estavam presentes na missa de encomendação de corpo realizada na capela de São Manoel: João Baptista Figueiredo, capitão Marcílio da Costa Freitas,

Cezar Alves, Leopoldino Ribeiro Álvares e Francisco Vieira. Comissões auxiliaadoras em cada distrito: João de Oliveira Bandeira, Lourenço Amara, Júlio Rabello e Felinto Elísio (1º distrito); Antônio Francisco Ferrugêncio, tenente Modesto Carlos dos Santos e Manoel Pereira (2º distrito); Professor Carlos Rodrigues da Silva, Hermenegildo José da Silva e Vital Baptista (3º distrito).⁸⁷

Por ocasião das inúmeras homenagens póstumas prestadas Brasil a fora ao “malgrado patricio” Dr. Monteiro Lopes, uma comissão convidou seus “amigos e admiradores [...] para com suas exmas. famílias assistirem às exéquias que serão celebradas na igreja de N. S. das Dores, às 8 horas da manhã de 13 do corrente, 30º dia do passamento, na Capital Federal, daquele pranteado representante da nação”. A comissão em questão era composta quase exclusivamente por integrantes e apoiadores de *O Exemplo*: Aurélio V. de Bittencourt, Henrique Gomes Ribeiro, João Baptista da Silva, Carlos Rodrigues da Silva, Bernardino B. Mello Feijó, Leopoldino Ribeiro Alvares, Arthur Graciliano da Silva, João Baptista Leite do Santos, João Baptista de Figueiredo, Manoel N. Correa, Arthur Andrade e Marcílio F. C. Freitas.

Ademais, outra sessão ocorreu nos salões da Floresta Aurora, no dia 14 de janeiro, às nove e meia da noite. Foi presidida por Marcílio Freitas e secretariada por Henrique Gomes Ribeiro e Leopoldino Ribeiro Alvares. O acadêmico Cristiano Fettermann foi o orador oficial, que “dissertou, inteligentemente, sobre a personalidade do extinto, recebendo, ao terminar, justos aplausos”. O presidente da sessão encerrou a atividade como representante do tenente-coronel Aurélio Bittencourt, “agradeceu a presença das exmas. famílias, convidados e representantes da imprensa, enaltecendo os méritos do dr. Monteiro Lopes”.⁸⁸ Enfim, vemos aí a participação de pessoas que circulavam pela redação do jornal e pelas associações negras como mais uma evidência da articulação negra na capital em suas lutas por ampliação de cidadania e combate ao racismo.

Tendo em vista a grande mobilização gerada, na edição que circulou no dia do evento, Leopoldino Ribeiro reforçou a necessidade do empenho de todos e de um grupo, em particular, na construção do Asilo 13 de Maio e os sentidos que advinham desse projeto:

Para completar a verdadeira liberdade é necessário que os brasileiros e especialmente os descendentes da raça vilmente escravizada se convençam que devem não só cultivarem as diversões, como também repartirem as horas que lhes sobram a dedicarem-se com amor e humanidade pela criação e sustentação do *Asilo 13 de Maio*, de escolas e centros literários onde nossos irmãos possam encontrar a verdadeira luz e o lenitivo seguro e eficaz para as dores e a enfermidade que lhes corrompe o organismo moral trazendo como consequência fatal a continuação da falta de liberdade, a odiosidade da raça branca e os irrisórios e “belíssimos” preconceitos no centro da própria raça.⁸⁹

Felipe Baptista da Silva “por si e pelo major João Baptista da Silva”, Florêncio Calisto, Alfredo Cândido de Souza, Leopoldino Ribeiro, Vita Baptista, Júlio Rabello. Aqui vemos, pois, outra relação: Gomes Ribeiro era cunhado de Lourenço, por sua vez diretor d’*A Federação*, pais de Antônio Lourenço (que ingressou na redação de *O Exemplo* na década de 1920) e colecionador de jornais, dentre os quais os preciosos números de fundação e fechamento da primeira fase de *O Exemplo* e de refundação em 1902 (*A Federação*, 21 out. 1913, p. 4).

⁸⁷ A sede da comissão ficava na rua General Paranhos, n. 59 (*A Federação*, 06 ago. 1909, p. 4).

⁸⁸ *A Federação*. 14 jan. 1911, p. 2. Contudo, segundo o obituário de Aurélio Júnior, foi ele o presidente da sessão realizada nos salões da sociedade Floresta Aurora.

⁸⁹ Leopoldino Ribeiro, “De joelhos”, *O Exemplo*, 13 mai. 1910, p. 1. Esse trecho já foi citado em: Maria Angélica Zubarán, “Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas”, *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008, p.

Em outro artigo, possivelmente redigido por Esperidião Calisto, especificou-se de qual grupo, em particular, esperava-se ajuda: “os descendentes dos brasileiros escravizados que perlustrem pelas altas camadas sociais”. Se apoiassem “esse movimento de amor pelo próximo e de amor próprio” estariam provando “a excelência de sua índole, o valor de sua dignidade pessoal, a altivez de seu caráter, a pureza de seus sentimentos afetivos e a noção de direitos constitucionais dos indivíduos”.⁹⁰ Nos parece que a crítica era dirigida àqueles que ascenderam socialmente e se mantinham subordinados nas malhas clientelísticas. Convocações como estas se faziam presentes em praticamente todos os textos acerca do projeto e revelam a maneira como os grupos e indivíduos engajados em sua realização procuraram moldar seus próprios destinos e os destinos da sua comunidade, particularmente de suas crianças. Se o Estado não oferecia as condições ideais para a realização igualitária de princípios republicanos, sem distinção de cor ou raça, cabia-lhes tomar alguma atitude e mesmo que procurassem dissociar o projeto do jornal, ele foi forjado em sua redação, contou com a participação de nomes importantes de seu quadro e encontrou ampla ressonância em suas páginas.

Voltamos, assim, às conhecidas críticas dirigidas às associações que apenas se preocupavam com o baile, em que pese sua enorme importância política, em detrimento da instrução. A partir de 1908, no entanto, o fortalecimento de núcleos instrutivos e o surgimento de agremiações fundamentalmente instrutivas foram efusivamente saudados nas páginas de *O Exemplo*. Segundo Arnaldo Dutra⁹¹, nesses espaços se aceitavam “sem distinção de cores, todos aqueles que, aptos pelo caráter, pela maneira honrada, digna de viver, tornam-se capazes para concorrer em favor do engrandecimento, do levantamento de um meio, que infelizmente ainda labuta nas trevas da ignorância”.⁹² Sem citar nomes, possivelmente dentre elas estava o Grêmio Dramático José do Patrocínio surgido em 1908 e sediado junto a *O Exemplo* (rua Demétrio Ribeiro, 177). Seu objetivo consistia em “proporcionar ao nosso meio social as suas apreciadas recitas dramáticas”. Conforme Felipe Bohrer, as “apresentações, em geral, eram compostas por encenações teatrais de comédias e dramas, recitação de poesias e monólogos”.⁹³ Dentre as

161-187. Sobre os sentidos do 13 de Maio durante a primeira fase do jornal, em particular no ano de 1893, ver capítulo 3 e Ana Flávia Magalhães Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

⁹⁰ “13 de maio de 1910”, *O Exemplo*, 01 mai. 1910, p. 1.

⁹¹ Funcionário público e médico; faleceu de edema agudo no pulmão e registrado com a cor branca. Cf. ASCMPA. Livro de óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre apud Maria Angélica Zubarán, “História, acervo e protagonismo negro no jornal *O Exemplo* (1892-1930)”, in: Fernanda Oliveira da Silva, Melina Kleinert Perussatto, Rodrigo de Azevedo Weimer e Sarah Calvi Amaral Silva (orgs.), *Ciclo de debates sobre o jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas*. Porto Alegre: IHGRGS, 2015, p. 15.

⁹² *O Exemplo*, 01 jan. 1909, p. 1.

⁹³ *O Exemplo*, 17 nov. 1908, p. 1. Além do teatro, havia conferências literárias, aulas e biblioteca, compondo um espaço alternativo de ensino. Em sua reorganização, a instrução passou a receber maior destaque e as atividades artísticas passaram a ser vistas como complementares às palestras. Na década de 1920, passou por alterações substanciais, registrando uma das experiências associativas negras mais bem documentadas na capital. Ver: Liane Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia...*, p. 119; Felipe Bohrer, *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em*

encenações estavam as peças redigidas pelo dramaturgo, jornalista e abolicionista negro Arthur Rodrigues da Rocha, brevemente abordado no segundo capítulo. Durante aquele ano, os espetáculos ocorriam mensalmente na sede da Sociedade Floresta Aurora⁹⁴ e a tentativa de promover uma aproximação entre as associações decorre de um convite que encerrava assim: “Como sempre o ato é público, e são convidadas todas as sociedades a se fazerem representar por alguns de seus membros, e suas excelentíssimas famílias”.⁹⁵

Em agosto de 1909, Arnaldo Dutra sublinhou que à frente da entidade estava “um pleiteado de homens ardorosos defensores do cultivo dos filhos do pobre”:

Este “bloco” de inteligências lúcidas fez questão primordial que nos estatutos do grêmio, constasse sobretudo, proporcionamento da instrução a todos aqueles que não pudessem frequentar um colégio. Desnecessário, será dizer que a aula do grêmio é grátis. Que dignificante exemplo! Quanto patriotismo! Em breve, muito breve, revemos o prestimoso grêmio com suas salas repletas de homens futurosos, que será não muito longe, úteis a famílias e a nossa amada Pátria. Não podíamos de deixar de nestes rabiscos aplaudir tão dignificante ideia!⁹⁶

Esses esforços se inseriam no compromisso do grupo com a “instrução popular”, entendida como uma das “condições necessárias ao progresso de uma nação” e como forma dos homens conhecerem “todos os direitos e deveres”. A ignorância que ainda se abatia sobre os “filhos dos humildes” era consequência da persistência do preconceito que, no caso dos filhos do “homem preto”, amalgamava o preconceito de classe ao de raça:

Nega-se a instrução ao filho do homem preto; nega-se a instrução ao filho do modesto operário, porque este não pode frequentar a aula de botinas e colarinho! E aquele porque é preto, envergonha seus colegas e até mesmo seus professores! Parece incrível! Como se a inteligência destes e direitos, não são iguais, aos filhos do homem branco e rico. Negar-se a instrução, a maior riqueza que pode aspirar o homem pobre, é um absurdo tão grande, que revolta ao mais pacato humano. Porém não está tudo perdido. Há ainda homens bem-intencionados [como aqueles à frente do Grêmio José do Patrocínio].⁹⁷

Em 1910, após uma conferência realizada por Leopoldino Ribeiro, que contou com uma grande audiência de senhoras e foi sugestivamente intitulada “A Mulher”, *O Exemplo* anunciou a formação de uma comissão de “senhoritas e senhoras” visando mobilizar “todas as nossas associações” a “estabelecerem aulas noturnas” e criarem “bibliotecas instrutivas, para as associadas e seus filhos”. A reunião foi realizada na sede da Sociedade Instrução Familiar, igualmente um grêmio dramático, e contou com a presença de integrantes do Grêmio José do Patrocínio e de *O Exemplo*.⁹⁸ Conforme Arnaldo Dutra:

Um grupo de senhorinhas, tendo à frente a inteligente e incansável batalhadora Dulcinda S. das Dores, compreendendo a falta de instrução de que se ressentem as classes pobres, humildes, resolveu encetar uma série de conferências, a fim de conseguir que as nossas

Porto Alegre no pós-abolição. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

⁹⁴ Felipe Bohrer, *A música na cadência da história...*, p. 100.

⁹⁵ “Conferência”, *O Exemplo*, 06 mar. 1910, p. 2.

⁹⁶ Arnaldo Dutra, “Rabisco”, *O Exemplo*, 22 ago. 1909, p. 1.

⁹⁷ Arnaldo Dutra, “Rabisco”... Artigo referido e discutido em: Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 294-295.

⁹⁸ *O Exemplo*, 06 fev. 1910, p. 2 apud Bohrer, op. cit.

associações dramáticas e bailantes fundem aulas noturnas para aqueles que, humildes pelo nascimento, não encontraram na infância, uma mãe caritativa, amiga que lhes beneficiasse ajudando-os ou dando a maior riqueza que podemos aspirar – a instrução.⁹⁹

Por ocasião do trespasse de Hortência Tecla de Cristalina em 1909, o necrológio destacou sua preocupação com a educação das filhas dos proletariados, evitando que caíssem nas graças de “terpsycore”, e seu auxílio a outras sociedades, como a Literária e Dramática José do Patrocínio, no oferecimento de instrução aos trabalhadores negros.¹⁰⁰ De acordo com Liane Müller, Hortência nasceu em 1863 do ventre uma africana e fundou em 1880 a Sociedade Laço de Ouro, exclusivamente feminina e preocupada com a educação meninas. Ainda que a homenagem cumprisse um fim pedagógico e de crítica às associações que não ofereciam a instrução, não podemos menosprezar a importância da iniciativa de Hortência, que remonta às dinâmicas raciais registrada em uma sociedade ainda escravista.

Outro ponto importante refere-se às controvérsias entre os religiosos e os anticlericais apoiadores do projeto evidenciadas durante a inauguração da pedra fundamental do Asilo 13 de Maio. O reverendo Marcelino foi convidado a batizá-la, dando-lhe o sobrenome de Santa Isabel, e o Senhor Manoel Fernandes e a Senhorita Cecília Ferreira foram padrinho e madrinha. Segundo editorial de *O Exemplo*, “a comissão de festas, por um sentimento que até hoje ainda não compreendemos, convidou um roupeta para batizar a pedra fundamental do asilo, afim de suas exmas. esposas terem o prazer de serem madrinhas da pedra”, sem que os idealizadores fossem consultados ou avisados a tempo. Para eles, “o asilo não foi fundado sob o patrocínio de S. Isabel ou S. Anastácio”, mas sim “porque os asilos católicos, de cujo umbral pende a figura de um santo a Igreja, não querem receber crianças de cor preta ou parda”, exigindo-se assim todo o empenho no auxílio à “direção do asilo: enviem as listas, óbolos, cautelas a todos ‘quantum’ que tiver força de metal”.¹⁰¹

O “roupeta” em questão era o cônego José Marcelino de Souza Bittencourt, fundador do Orfanato Santo Antônio do Pão dos Pobres, em 1895. A instituição destinava-se, segundo Aidê Dill, a “atender as viúvas da guerra do Paraguai e da Revolução Federalista” e seus filhos, bem como outros “meninos órfãos, desprovidos de recursos, de moradia e de sustento”. Mantinha duas escolas gratuitas: a Escola São Sebastião, que funcionava em dois dias da semana, das 14h às 16h, onde as meninas aprendiam em um dia “bordado, crochê e serviços manuais” e no outro realizava-se um passeio instrutivo, seguido de descrição e comentários; e a Escola Dom Feliciano, na qual os meninos que haviam concluído o elementar aprendiam uma profissão. Na década de 1920, a

⁹⁹ Arnaldo Dutra, “Rabisco: pela instrução”. *O Exemplo*, 27 fev. 1910, p. 1.

¹⁰⁰ *O Exemplo*, 01 ago. 1909, p. 2. Sobre essas sociedades negras e outras existentes em Porto Alegre, ver: Liane Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia...*

¹⁰¹ *O Exemplo*, 10 jul. 1910, p. 1.

instituição inaugurou suas próprias oficinas.¹⁰² Cerca de um ano depois da inauguração da pedra fundamental do Asilo 13 de Maio, *A Federação* noticiou a comoção gerada por seu falecimento, em especial dentre aqueles assistidos pela instituição. Além da “constante a romaria de pessoas amigas e de protegidos da instituição Pão do Pobres à residência do estimado sacerdote”, houve um “cortejo fúnebre em direção à catedral”. Nele, “as crianças das escolas D. Feliciano e D. Sebastião, mantidas pela caridosa instituição dirigida pelo cônego Marcelino”, empunhavam estandartes, seguidas por uma imensa “massa popular”, pela “imprensa local”, por “instituições religiosas e beneficentes”, pelas “crianças da aula de catecismo da capela do abrigo do Pão dos Pobres” e “muitas senhoras e outras pessoas socorridas pela piedosa obra, algumas vertendo copioso pranto. [...] A catedral tornou-se pequena para conter a enorme assistência”. Dentre as presenças notadas, o coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt (em meio às autoridades políticas), bem como (antigos, atuais e futuros) integrantes de *O Exemplo*: coronel Marcílio Freitas, Arthur de Andrade, Florêncio Calisto, Arnaldo Dutra, João Baptista da Silva Júnior, Felipe Baptista da Silva.¹⁰³

O projeto do Asilo 13 de Maio surgiu dentro de um contexto de transformações em torno da assistência à infância desamparada. De acordo com Maria Luíza Marcílio, nos tempos coloniais era uma atribuição das Câmaras Municipais, mas em virtude do acordo resultantes do padroado foi transferida à Igreja Católica. Sendo assim, a caridade passou a ser exercida especialmente em Santas Casas de Misericórdia, por sua vez, subsidiadas por doações de particulares – e não pela municipalidade, conforme previa-se. Desde meados do século XIX, o modelo filantrópico passou a oferecer concorrência, sobretudo por ser mais afeito à modernidade exigida pelos novos tempos e pela entrada do ideário liberal-burguês nesse âmbito. Ao contrário da caridade, a filantropia articulava o ensino elementar e profissionalizante à assistência, no intuito de incutir “sentimentos de ordem, de respeito às normas, de estímulo à família, de amor ao trabalho” nos assistidos.¹⁰⁴

Como já pudemos ver, o fato de entidades religiosas seguirem responsáveis pela assistência à infância desamparada colocou em quadro os limites da separação entre Estado e Igreja após o advento republicano. Conforme o editorial citado no início da seção, ao serem entregues “à porta dum asilo, dum orfanato católico, apostólico romano, que todos eles o são” as crianças negras não encontravam acolhimento, sob a justificativa de serem descendentes de Cam, o amaldiçoado há mais de “seis mil anos” pelo “Criador’ do céu e da terra”. O projeto teria surgido em contraponto a essa postura, de modo a se priorizar o acolhimento das “crianças pretas e

¹⁰² Aidê Dill, *A criança sob inspiração positivista no Rio Grande do Sul...* p. 90-91. Ver também: Julieta Ramos Desaulniers, *Trabalho: a escola do trabalhador?* Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

¹⁰³ *A Federação*, 28 jul. 1911, p. 1.

¹⁰⁴ Maria Luíza Marcílio, *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 206.

pardas, órfãs, ou em risco de serem prostituídas, por falta de amparo dos pais ou tutores, que fazem do juiz de órfãos uma agência de criados”.¹⁰⁵

[...] é dando abrigo aos órfãos desvalidos que poderão estar a salvo da libertinagem canina dos tutores por encomenda e dos subterfúgios das autoridades para não escandalizar a elite social com imoralidades de seu orçamento deixando sem, ação da justiça dessa República, as filhas dos pobres.¹⁰⁶

Desse modo, voltamos ao editorial possivelmente redigido por Espiridião Calisto, no qual reforçou a importância de se apoiar a iniciativa tomada por “um grupo de abnegados e esclarecidos brasileiros” para que “os efeitos da liberdade festejada a 13 de Maio não se desfaçam no fumo dos foguetes, nas notas das fanfarras, no ecoar clangoroso do entusiasmo que o conjunto da festas produz”. Afinal, “Nada nos adianta saber definir o que é liberdade e a injustiça que praticam aos olhos de Deus os que negam a seus semelhantes; o que precisamos é mostrar que sentimos a falta da liberdade que temos o direito de gozar”. Era, portanto, imprescindível depositar todo o apoio ao “movimentoso e humanitário tentame do Asilo 13 de Maio”.¹⁰⁷ A crítica à postura tomada por instituições de caridade de viés religioso foi intensificada ao longo deste debate, especialmente com a adesão de libertários e anticlericais ao projeto, conforme veremos na próxima seção.

4.4 “UMA COMUNA”: IDEIAS LIBERTÁRIAS E O ENSINO RACIONAL

Henrique Martins, futuro editor de *O Exemplo*, foi um dos autores dos textos alusivos aos treze de maio de 1910 presentes na edição que circulou no mesmo dia da inauguração da pedra fundamental do projetado Asilo. Intitulado “Igualdade”, reforçou o que era constantemente dito pelos colegas: “A obra iniciada a 13 de maio, ainda não está completa: é necessário que se derrube a muralha trágica do preconceito; para isto, empreguemos nossos esforços afim de que no futuro, o homem de cor preta possa assumir uma posição, que a atual organização social, não permite conseguir”.¹⁰⁸ Isso nos mostra seu alinhamento com a causa defendida pelo *O Exemplo* e a articulação com as lutas engendradas no meio operário. Profundamente anticlerical, notamos mais uma convergência entre Espiridião Calisto e correntes ideológicas assumidas pelo movimento operário da capital que, neste momento, era dominado pelos anarquistas e tinha em Henrique Martins um de seus principais nomes.

Segundo Isabel Bilhão, com a República e a separação entre Estado e Igreja, decorreram dois processos: a romanização, caracterizada pelo recrudescimento da “institucionalização do sagrado” e do “fortalecimento da hierarquia, tendo na obediência e na afirmação da infalibilidade

¹⁰⁵ “Emancipação dos escravos”, *O Exemplo*, 13 mai. 1910, p. 1.

¹⁰⁶ “13 de maio de 1910”, *O Exemplo*, 01 mai. 1910, p. 1.

¹⁰⁷ “13 de maio de 1910”, *O Exemplo*, 01 mai. 1910, p. 1.

¹⁰⁸ Henrique Martins, “Igualdade”, *O Exemplo*, 13 mai. 1910, p. 1-2.

papal seus pontos culminantes”; e o ultramontanismo, que se opunha a “concepções racionalistas e anticlericais”, “afirmava que as questões sociais, políticas e econômicas estariam unidas às religiosas, definia as correntes defensoras das liberdades de culto e pensamento como inimigas e atacava o direito dos pais de decidirem sobre a educação dos filhos”. Ao reconhecer a associação da questão social ao desenvolvimento do capitalismo, a Igreja Católica buscou formas alternativas para manter seu poder diante das novidades, dentre as quais o estabelecimento de escolas voltadas aos filhos dos trabalhadores.¹⁰⁹

No que se refere às organizações operárias, a despeito das diferenças advindas das suas orientações ideológicas – anarquismo, socialismo, comunismo e positivismo –, todas eram anticlericais e compartilhavam a “esperança iluminista” da instrução como “arma de emancipação dos trabalhadores”, levando-as a projetarem e fundarem escolas Brasil a fora com concepções de ensino distintas das instituições católicas.¹¹⁰ Já vimos por meio do projeto de escola noturna a maneira como os socialistas percebiam o ensino e buscaram criar suas próprias instituições, bem como a coadjuvação de Cristiano Fettermann e Henrique Martins, dois libertários que adentraram as portas da redação de *O Exemplo*, junto à fundação da Escola Eliseu Reclus pelo jornal *A Luta*. Nesta seção veremos, portanto, a maneira como esses dois personagens imprimiram suas experiências no projeto do Asilo 13 de Maio, sobretudo por meio da elaboração de uma proposta de ensino a ser ministrada na instituição.

O referido editorial intitulado “Emancipação dos Escravos” foi redigido ainda sob a direção de João Baptista de Figueiredo e diante da ausência de assinatura conjecturamos ser ter contado com a coadjuvação, senão a autoria, de um dos dois libertários referidos acima, pois em um dado momento asseverou que: “O Asilo será mais propriamente uma Comuna. Não será inspirada a sua organização na dos romanos e sim nas necessidades da vida”.¹¹¹ Na edição seguinte, outro editorial reforçou:

Como disse um redator desta folha no número passado, o asilo será mais propriamente o que se chama uma Comuna. Não haverá nele disposição orgânica dos asilos romanos. Haverá ensino racional. Observação, raciocínio e experiência, será o seu ensino adequado às nossas atuais condições. Ensino primário intuitivo; processo introspectivo experimentado. É condição essencial dos seus estatutos que não haverá santos nem santinhos. Não haverá nem rosários, nem genuflexos.¹¹²

O ensino racional ou racionalista difundido no Brasil foi aquele teorizado por Francisco Ferrer y Guardía (1859-1909), pedagogo catalão. Segundo Isabel Bilhão, “seu método pedagógico, com forte inspiração positivista, colocava o ensino das Ciências Naturais como centrais. Tratava-

¹⁰⁹ Isabel Bilhão, “Pela educação lutaremos o bom combate: a instrução operária como um campo de disputas entre católicos e anarquistas na primeira República brasileira”, *História da Educação* (Online), Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 141-157, jan./abr., 2015, p. 145.

¹¹⁰ Isabel Bilhão, “Pela educação lutaremos o bom combate”..., p. 147.

¹¹¹ “Emancipação dos escravos”, *O Exemplo*, 13 mai. 1910, p. 1.

¹¹² “Asilo 13 de Maio”, *O Exemplo*, 22 mai. 1910, p. 1.

se de um aprendizado ativo, no qual as crianças eram instigadas a fazer suas próprias descobertas”, em detrimento do método dedutivista utilizado nas escolas regulares.¹¹³ Em 1909, o então acadêmico Cristiano Fettermann assinou um artigo intitulado “Emancipação social”, por meio do qual apresentou à audiência de *O Exemplo* as ideias de Francisco Ferrer y Guardía, registrando o anticlericalismo e a centralidade da ação direta, aquém ao Estado, na realização de projetos de emancipação via instrução. Este, aliás, pode ter sido a ponte estabelecida entre pessoas aparentemente desvinculadas do ideário anarquista com suas ideias, visto trazer em seu cerne a ideia de emancipação via instrução.¹¹⁴

A educação nesta escola é dada racional, a natureza não é falseada, nada de preconceitos, moral ou religioso; mostrava-se nos alunos que o homem é resultado de uma evolução lenta [...]; que não há animal superior [...] etc. [...]. Ferrer tratava de preparar almas conscientes para a revolução social, libertar a humanidade de todos os preconceitos morais e religiosos; não perdia o tempo em questão sobre o valor da moral jesuíta, porque esta não resiste a dez minutos de análise, ia formando uma geração, que há de apagar as maldades da sociedade atual. [...] Ferrer ensinava que, se já famintos e saciados, é porque há privilegiados e explorados [...]. O ideal de Ferrer era humano: a ausência de autoridade nos destinos e na vida do homem; porém ainda mais humana era a sua dedicação no meio deste egoísmo e perversidade [...]. Mataram-no, mas a sua obra continua pelos sinceros que sofrem [...]. A Liberdade há de triunfar; o homem há de ser livre; não hão de se ver mais famintos nem maltrapilhos.¹¹⁵

A essa altura, conforme já assinalamos, o operariado havia crescido e a tentativa de mobilizá-lo na luta pela completa emancipação político-social ficou evidente no editorial “As nossas instituições” de 1910. Nele também aparece uma equiparação com os tempos anteriores à Abolição, porém referindo-se às precárias condições de vida dos proletários, cuja expectativa de vida não era muito distinta daquela existente nos tempos da escravidão. As próprias vítimas da exploração do capital, aparentemente indiferentes ao projeto do Asilo, precisavam ser sensibilizadas: “Vinde até cá, trabalhai conosco uma noção mais clara de nossa existência; ajudai o órgão; fundai escolas; propagai a existência do projetado asilo 13 de maio; trabalhai sempre com afinco e vereis como a nossa sombra tomarão refrigério todos os viajores”. Enfim:

Nós e somente nós, que passamos a nossa vida pelos cantos úmidos das usinas insalubres pela imundícia que é proverbial por estes lugares, e que alquebrados aos quarenta e cinco, se a tanto chegamos, pela energia que gastamos na exploração de que somos vítimas do capital, devemos prestar mais atenção ao nosso estado e concluir pela nossa emancipação político-social.¹¹⁶

Era necessário, portanto, construir novos suportes didáticos, “livros onde se aprende a verdade absoluta, e não alfarrábios que pretendem nos engazopar que nós saímos do nada como se pudesse formar alguma coisa do nada que três é igual a um e vice-versa; que a ordem é um

¹¹³ Berenice Corsetti, “A educação: construindo o cidadão”, in: Ana Luiza Rekiegel e Guinter Axt (orgs.), República - República Velha (1889-1930), v. 3, t. 2. Coleção: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 309.

¹¹⁴ José do Patrocínio, por exemplo, utilizava o pseudônimo Proudhomme em alusão ao anarquista francês Pierre-Joseph Proudhon e parodiou a máxima “Toda propriedade é um roubo” ao assinalar que “A escravidão é um roubo. Todo dono de escravo é um ladrão” (cf. Ana Flávia Magalhães Pinto, *Fortes laços em linhas rotas...*, p. 92).

¹¹⁵ Cristiano Fettermann, “A emancipação social”, *O Exemplo*, 07 nov. 1909, p. 1.

¹¹⁶ “As nossas instituições”, *O Exemplo*, 13 nov. 1910, p. 1

princípio moral e coisas parecidas”.¹¹⁷ Essa acepção de ensino contra a qual se posicionava é reveladora da dimensão política do currículo escolar e seus recursos pedagógicos. Segundo Berenice Corsetti, os livros didáticos adotados nas escolas públicas “constituíram-se em instrumento importante à concretização dos elementos integrantes da política educacional implementada pelos dirigentes positivistas”. Dentre as características centrais, a “unidade doutrinária e metodológica e a preocupação com a formação da consciência sanitária da população”.¹¹⁸ A História escolar, em particular, constituía-se como um instrumento de divulgação ideológica a serviço da mediação das relações entre Estado e Igreja. Para a autora, “enquanto a Igreja Católica passou a reconhecer a importância da ciência empírica, [...] no que concerne às matérias ditas *científicas*, o estado gaúcho manteve, nas disciplinas que tinham relação com valores éticos, morais, sociais e políticos, o mesmo padrão de estruturação que o adotado pela Igreja”.¹¹⁹

Ao noticiar o assentamento da pedra fundamental do Asilo, *A Federação* amparou-se nas bases lançadas em 1906 para dizer que a instituição “destinava-se a dar abrigo aos órfãos desvalidos, sem distinção de cor ou de raças”¹²⁰, reforçando o caráter universalista e a aproximação com concepções e práticas pedagógicas anarquistas. Porém, é preciso sublinhar que o projeto do Asilo 13 de Maio surgiu especialmente como reação à postura adotada pelas entidades religiosas existentes. Por isso, ainda que se constituísse como um “instituto de moral e educação às crianças, sem preconceito de cor e de raças”¹²¹, a necessidade de se acolher e proteger as crianças negras se colocava como prioridade. O anticlericalismo, no entanto, teve que ser ponderado diante de um novo projeto de acolhimento de meninas negras. Em meados de 1911, o Asilo São Benedito, encabelado pela irmã Rafaela da Congregação do Imaculado Coração de Maria e mais uma freira que não foi identificada, passou a ganhar força, de modo a ofuscar o 13 de Maio. Já sob a direção de Henrique Martins, veiculou-se o seguinte editorial:

Doía-nos que houvesse gente que expulsasse do seu meio esses pobres pequeninos que não foram excluídos da máxima de Jesus: “Deixai vir a mim os pequeninos, porque deles é o reino do céu”. E acendendo o fogo da nossa convicção vínhamos dia a dia pregando a necessidade de um asilo para os menininhos vítimas da intolerância religiosa de sacerdotes que, fazendo a exclusão nos seus orfanatos de crianças de cor preta e parda, se tornam os potros de uma seita que não é mais a religião de Cristo, que não é mais, como no século dezoito; o bálsamo das almas descrentes, mas que é simplesmente um montão de andejes e farrapos... [...] Falamos assim, porque essa gente imprestável à humanidade por higiene, por educação e por ciência, excluiu dos seus recolhimentos as crianças descendentes dos antigos colonos africanos, escravizados e batizados por esses mastins, por esses lobos que trazem no escapulário a figura dum homem que eles dizem ter pregado a igualdade do gênero humano e que é também o deus que eles imolam nos seus

¹¹⁷ “As nossas instituições”, *O Exemplo*, 13 nov. 1910, p. 1.

¹¹⁸ Berenice Corsetti, op. cit., p. 309. Sobre a questão da saúde e higiene nas escolas, ver: Ana Paula Korndorfer, “*É melhor prevenir do que curar*”: a higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893-1928). São Leopoldo: Oikos, 2016.

¹¹⁹ Berenice Corsetti, “A educação”..., p. 309.

¹²⁰ *A Federação*, 04 mai. 1910, p. 4. Infelizmente não localizamos as referidas bases. À época situada no Morro do Menino Deus, atualmente Morro Santa Tereza.

¹²¹ *O Exemplo*, 13 mai. 1910, p. 1.

altares. [...] As criancinhas que são levadas no asilo deles não aceitam lá, porque eles dizem que elas têm a cor pretinha. [...] Todos reparam, e isso todos lamentam, não ver, aos domingos e dias santos, pela manhã, entre as meninas das freiras – assim o povo as chama – quando elas vão a missa na capela dos Passos, – a Igreja das brancas – como dizem as católicas, uma pequena de cor preta ou parda, que ateste aos forasteiros desta terra ser a religião da Igreja Romana um elo de amor a toda humanidade não sendo excluídos dessa fraternidade os descendentes dos antigos colonos africanos.¹²²

Diante da discriminação racial promovida pelas instituições religiosas, o projetado Asilo São Benedito merecia “a mais decidida aquiescência da população caridosa, pois visa[va] amparar uma parte da infância desvalida que não encontra[va] talvez guarida franca ou grata permanência nos estabelecimentos já existentes; tal ainda a força dos preconceitos sociais”. No entanto, isso trazia preocupações quanto ao juízo que poderiam fazer “as criancinhas de outros orfanatos” sobre as do São Benedito:

Ao verem-nas, as do asilo da Piedade, por exemplo, podem dizer: lá vai um do asilo dos negros, dando a essa palavra o acento que são os negrófobos [sic]. Ao espírito dessas pequenas vem logo a ideia de seleção, elas vão convencer-se de que realmente uma menina de cor preta não deve ser sua companheira de recolhimento. Como há um asilo para pretos e outro para brancos, ao espírito dessas crianças torna-se patente que uma menina de cor preta é indigna de uma menina de cor branca. Como num asilo para meninas de cor branca não é permitida a guarida às meninas de cor preta e vice-versa, vai nascer daí o ódio, a vingança. E esse ódio parte da Religião Católica; é ela quem o fomenta.¹²³

Além disso, o surgimento de uma instituição destinada exclusivamente a meninas negras, ainda que as mais necessitadas de assistência, não era vista como ideal pelos redatores, e animados com “essa convicção de que a humanidade é uma só e a mesma família e que debaixo do mesmo teto tanto deve caber a láctea carnação do loiro infante como a escura epiderme dos filhos desta terra”,¹²⁴ reforçavam a necessidade de uma instituição equalizadora de diferenças e desigualdades:

Como estabelecimento cosmopolita, protegendo a infância desvalida qualquer que fosse a sua nacionalidade, e, por conseguinte, sua crença, cuidando mais de fazer do menino um futuro cidadão, que, convertê-lo a uma seita onde a par da teoria de amor ao próximo e de mil outras máximas sublimes, se encontram na prática as diferenciações entre castas, raças hierárquicas e mil outros privilégios, não deveriam seus fundadores, - como não o fizeram, - ligar maior importância ao lado religioso que ao lado verdadeiramente útil, ao lado social e moral. [...] Pois se se trará de fundar um Asilo que socorrerá “todos” os órfãos que dele precisem, uma casa, portanto, de fraternização dos pobrezitos, já igualados pelo destino na mesma escala da desgraça e da dor, se se trata enfim, de fundar esse Asilo que ó “13 de Maio”, para que fundar um “Asilo S. Benedito” só para as meninas de cor, que por não serem filhas de Deus, como o julga a romana gente, são indignas de se reunirem às suas companheiras de infortúnio? É o “cúmulo” da ignomínia e do fanatismo”...¹²⁵

O último vestígio do 13 de Maio encontra-se em um anúncio do jornal *A Federação*: “Previne-se aos interessados, que a combinação relativa ao terreno em favor do projetado Asilo

¹²² “O Asilo 13 de Maio: a sua iniciativa vai desaparecendo à sombra do Asilo São Benedito”, *O Exemplo*, 28 mai. 1911, p. 1.

¹²³ *O Exemplo*, 28 mai. 1911, p. 1.

¹²⁴ *O Exemplo*, 28 mai. 1911, p. 1.

¹²⁵ *O Exemplo*, 04 jun. 1911, p. 1.

13 de Maio, se resolverá no dia 24 do corrente mês”.¹²⁶ Já o Asilo São Benedito foi fundado em 1912, na rua Avaí, n. 77.¹²⁷ Em 1913, o Conselho Municipal autorizou a liberação de uma subscrição de 1:000\$000 réis solicitada pela instituição à Intendência. Segundo o parecer:

[...] é uma instituição benemérita, tem sido visitada várias vezes pela intendência. Ele é merecedor de toda a proteção do governo municipal. Ao visita-lo o Dr. Montaury fez donativo de 12 camas de ferro com colchoes a sua própria conta. Os demais asilos não recebem crianças de cor negra. Atualmente mantém 17 crianças internas, dá alimentação, vestuário e educação. Todas de cor preta e são protegidas das meninas externas”.¹²⁸

Em outro parecer, de 1914, o então conselheiro municipal Francisco Xavier da Costa explicitou o urgente apoio da municipalidade à instituição, única a sustentar e abrigar “meninas desamparadas de cor preta” e rechaçadas pelas demais instituições de caridade existentes, de modo a reforçar o que foi inúmeras vezes repetido pelos idealizadores e apoiadores do 13 de Maio.¹²⁹ O Asilo São Benedito, contudo, não foi a primeira instituição destinada ao acolhimento de meninas pobres. Em 1849, por exemplo, o Padre Cacique de Barros havia fundado o Asilo Santa Tereza, onde “uma infinidade de moças a quem a mísera morte jogou no vácuo doloroso da orfandade” encontrava “um segundo lar, onde vai receber uma completa educação moral e intelectual”.¹³⁰ Já em 1857 surgiu o Asilo Santa Leopoldina dentro da Santa Casa de Misericórdia da capital, destinado a preparar as órfãs para o casamento e para o mercado de trabalho, leia-se, para o serviço doméstico em casas de família.¹³¹ Embora com um recorte que contemplava meninas negras, a cor ou a raça não estavam explícitas nos respectivos regulamentos. Ademais, conforme vimos anteriormente a fundação da Escola Normal associava-se ainda à formação de quadros para atuarem na instrução popular¹³² e formou diversas internas da entidade mantida pelo Padre Cacique de Barros, por sua vez primeiro diretor da referida escola.¹³³

Segundo um documento do Conselho Municipal citado por Aidê Dill, as internas do São Benedito aprendiam “o elementar, com o método sintético-analítico” e a trabalhar preferencialmente na “cozinha, lavagem e engomagem, costura e bordados simples de linha e lã, visto serem meninas de cor”.¹³⁴ Desde o primeiro regulamento da instrução pública provincial, o mesmo que registrou o veto à matrícula escolar aos “escravos e pretos, ainda que livres ou

¹²⁶ *A Federação*, 17 jul. 1911, p. 2.

¹²⁷ Atual n. 166 (*A Federação*, 13 jun. 1927, p. 8).

¹²⁸ AHMPA. Asilo São Benedito. Documento Avulso. Caixa n. 1911. Porto Alegre apud Dill, Aidê. *A criança sob inspiração positivista no Rio Grande do Sul...* p. 93-94.

¹²⁹ Liane Susan Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia...*, p. 58-59.

¹³⁰ Essa referência foi feita no artigo em saudação ao aniversário da abertura do Asilo de Mendicidade, “grandiosa e benemérita instituição fundada pelo virtuoso sacerdote Joaquim Cacique de Barros” para acolher idosos jogados à própria sorte. Nery Júnior, “Asilo de Mendicidade”, *O Exemplo*, 20 out. 1910, p. 1.

¹³¹ Regina Portella Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/EST Edições, 1993, p. 206-224.

¹³² Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Henrique D’Ávila...1881.

¹³³ Regina Schneider, *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul...*

¹³⁴ Aidê Dill, *A criança e o positivismo...*, p. 53.

libertos”, reservou-se às meninas o aprendizado de “trabalhos de agulha e outras artes próprias à economia doméstica”. Com os meninos, apenas o programa escolar referente à primeira classe seria compartilhado, qual seja, “leitura, escrita, as quatro operações de aritmética, princípios de doutrina cristã”.¹³⁵ Na Primeira República, a distinção por gênero seguiu: às meninas era reservado o aprendizado por meio de trabalhos manuais e aos meninos, de profissões técnicas.¹³⁶ Os debates acerca da implementação de aulas mistas eram fundamentalmente um debate acerca da preservação ou diluição da divisão dos saberes conforme gênero e, nesse viés, a crítica ao recorte de gênero e raça explicitado pelo São Benedito pode ser melhor compreendido, uma vez que, ao menos em tese, os anarquistas defendiam a igualdade humana.

Notamos, nesse sentido, que ao contrário dos debates em torno da escola moderna inaugurada em 1906, os marcadores de cor e raça e, por consequência, o preconceito de cor e a discriminação racial balizaram aqueles acerca do Asilo, muito embora se pretendesse construir uma instituição, aliás, uma comuna, equalizadora de diferenças e desigualdades.¹³⁷ A partir de jornais anarquistas coetâneos publicados no país, Tiago Bernardon de Oliveira assinalou a maneira como a questão racial foi abordada por seus militantes. Em um primeiro sentido, distinguia-se os trabalhadores em duas ordens, nacionais e imigrantes, ao mesmo tempo em que se atribuía a ambos “o desinteresse completo pela ação coletiva”, depositava-se nos últimos uma maior capacidade e expectativa de ação política, dada sua origem civilizada e europeia. Por consequência, aos primeiros projetava-se um maior conformismo em decorrência da maior proximidade com a escravidão em detrimento das ideias libertárias chegadas ao país só depois da Abolição.¹³⁸

Outro aspecto ressaltado refere-se à pouca importância conferida ao treze de maio na propaganda anarquista, vista como um evento cooptado pelas classes dominantes. Foi somente no final da década de 1910 que Bernardon localizou alguns textos abordando a data da Abolição, nos quais valorizou-se a ação direta de escravizados e abolicionistas, “único meio para atingir fins

¹³⁵ Regulamento para as escolas públicas de instrução primária. Lei Provincial n. 14, de 22 de dezembro de 1837. No país, tal veto foi registrado apenas em 1854 com as Reformas Couto Ferraz. Ver capítulo 10 e sobre as legislações de ensino no país, ver: Surya Pombo de Barros, “Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX”, *Educação Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016.

¹³⁶ Berenice Corsetti, “A educação”..., p. 307-308.

¹³⁷ Lorenzo Kom’boa Ervin, referindo-se ao contexto de vigência dos Panteras Negras nos Estados Unidos, nos ajuda a pensar nas interconexões entre raça e classe presente no manejo do ideário anarquista pelo movimento negro: “A ideia por trás de uma comuna de massa é criar uma estrutura de poder dual como uma contraproposta para se governar, sob condições que existem agora. Na verdade, Anarquistas acreditam que o primeiro passo em direção à autodeterminação e da revolução social é o controle Negro da comunidade Negra. Isso significa que as pessoas Negras devem formar e unificar suas próprias organizações de luta, assumir o controle das comunidades Negras existentes e todas as instituições dentro delas, e conduzir uma luta constante para superar todas as formas de servidão econômica, política e cultural, e qualquer sistema de desigualdade racial e de classe, que é o produto desta sociedade Capitalista racista” (*Anarquismo e Revolução Negra e Outros Textos do Anarquismo Negro*. Tradução e Notas: Mariana Correia dos Santos. Editora Sunguilar, 2015).

¹³⁸ Tiago Bernardon de Oliveira, *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. 267 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 235.

revolucionários”. No entanto, foi um movimento “parcialmente libertador”, pois o fim da escravidão negra não acabou com o “regime de propriedade privada, que mantém escravos não apenas uma ‘raça infeliz’, mas todos os trabalhadores, negros e brancos, através do salariedade”. Nesse aspecto, o autor ressaltou as contradições no manejo das ideias científicas, ora usada para descrever fisicamente os negros, ora para rechaçar as diferenças intelectuais entre as raças, “mesclando fatores históricos e uma certa dose de preconceito de quem analisa as diferenças de fora e de cima.”¹³⁹

Por fim, Bernardon assinalou a identificação racial dos anarquistas como brancos e que “apesar do discurso em defesa de ‘todas as raças’ e de que o elemento revolucionário da classe trabalhadora deveria ser formado por todas elas, tinham por público prioritário a atingir, os trabalhadores brancos”, sobretudo “os estrangeiros”, vistos como efetivamente “civilizados”.¹⁴⁰ A esse respeito, W.E.B. Du Bois, nos primórdios da década de 1930, procurou responder os porquês da existência de divisões e desuniões no interior da classe trabalhadora no contexto da *Reconstrução* nos Estados Unidos, bem como de o trabalhador branco representar o trabalhador no imaginário da nação pós-guerra civil, a despeito da estrutural presença do trabalhador negro. Dentre as hipóteses, está a de que os trabalhadores brancos do Sul aceitaram o racismo antinegro como estratégia para usufruir do “salário psicológico” ou “salário da brancura”, isto é, da possibilidade de adquirir benefícios e privilégios disponíveis apenas aos brancos, tais como o direito ao voto e o acesso a bens materiais e simbólicos vetados aos negros. Du Bois atribuiu a isso a fragmentação racial observada no interior da classe trabalhadora, de modo que o trabalho livre ficou cada vez mais associado ao branco e o trabalho escravo, ao negro.¹⁴¹ Essas considerações certamente servem para pensarmos no caso brasileiro.

Portanto, ainda que desejassem romper com o nacionalismo em prol do internacionalismo, outra dimensão central ao anarquismo, é inegável que incorporaram alguns de seus preceitos, dentre os quais as teses raciais. Nesse viés, atribuíam ainda às diferenças entre as raças e o decorrente preconceito um dos fatores da fragmentação da luta revolucionária, já que “muitos anarquistas no Brasil não pareciam acreditar no potencial instintivo dos negros, que ainda sofriam os efeitos da subjugação escravocrata”, em prol da transformação social.¹⁴² Apesar disso, a propaganda ainda lhes era dirigida e é dentro desta chave que podemos melhor dimensionar a entrada, em particular, de um militante libertário branco na redação de *O Exemplo*, ao mesmo tempo em que essa análise se complexifica na medida em que ele, Henrique Martins, compartilhava os espaços de militância negra e anarquista com os irmãos Cristiano e Djalma

¹³⁹ Ibid., p. 239-240.

¹⁴⁰ Ibid., p. 242-245.

¹⁴¹ W.E.B. Du Bois, (1933), *Black Reconstruction in America*. Atheneum: Nova York, 1992.

¹⁴² Tiago Bernardon Oliveira, *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil...*, p. 242-245.

Fettermann, negros e anarquistas. Ainda que mereça uma análise mais acurada, em nenhum momento entendemos que isso redundou em relaxamento das tensões raciais, mas sim a convergência de pautas e interesses, dentre as quais, o anticlericalismo.

Os libertários desejavam proporcionar às crianças acolhidas pelo asilo um melhor destino e um aprendizado distinto daquele oferecido nas escolas públicas e, sobretudo, nas instituições religiosas. O Asilo 13 de Maio, nesse sentido, oportunizaria o convívio entre crianças de todas as cores e raças, formando o “futuro cidadão” a partir do “verdadeiramente útil”, valorizando o “lado social e moral” em detrimento do religioso.¹⁴³ Era, pois, um nítido projeto civilizatório, de caráter universalista, tal como defendido pelos libertários em seu desejo de “salvar toda a humanidade, não só os operários”.¹⁴⁴ Para tanto, era preciso equalizar as desigualdades, o que na prática significaria priorizar o acolhimento de um grupo específico de crianças, as de cor preta ou parda, sem distinção de gênero, que não encontravam guarida nas instituições existentes. Dentro dessa perspectiva podemos melhor compreender a forma negativa como o batismo da pedra pelo cônego Marcelino, a convite da comissão organizadora, foi recebida por alguns apoiadores. Isso, no entanto, não foi o bastante para gerar, ao menos no debate público, uma cisão entre os apoiadores, afinal existia uma causa maior a ser perscrutada e a autoridade religiosa era reconhecida por seu engajamento na questão social.¹⁴⁵

O fato de apenas o São Benedito ter prosperado, por outro lado, coloca em quadro os projetos de nação republicana que estavam saindo vitoriosos. Em particular, os limites do divórcio entre Estado e Igreja, seja em relação a quem estava autorizado a oferecer a assistência, ou quanto ao modelo pedagógico a ser empregado e o conteúdo a ser ensinado nas instituições assistenciais. Ao que parece, não interessava à municipalidade apoiar um projeto democrático e com sistema de ensino emancipador, libertário. A observação final do parecer – “visto serem meninas de cor” – demarca, ainda, o lugar social reservado às meninas negras em cujos corpos os marcadores de gênero, raça e classe se articulavam e ganhavam materialidade. A instituição serviria para formá-las em consonância como o melhor destino que poderiam ter, o serviço doméstico, em uma sociedade patriarcal, racista e classista. De acordo com Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, nesse

¹⁴³ *O Exemplo*, 04 jun. 1911, p. 1.

¹⁴⁴ Na última década do século XIX, começaram a chegar pelos portos brasileiros “livros, folhetos e jornais” com tais ideias, que fomentaram a criação de jornais. Conforme Cláudio Batalha, “O ideário comum dos anarquistas passava, entre outros aspectos, pelo antiestatismo, pelo federalismo, pela recusa da luta político-parlamentar, pelo anticlericalismo e pela rejeição de qualquer forma de opressão sobre o indivíduo” (*O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 24). Ver também: Edilene Toledo, *Anarquismo*...

¹⁴⁵ Outro sacerdote bem querido era o Padre Cacique de Barros, considerado “o verdadeiro apóstolo do bem e o escravo fiel da linha de conduta por ele traçada em sua curta travessa pelo planeta: Viver para a humanidade sofredora”. Seguiu um bem-lembrado por não ter representado “o papel indigno que vêm representando muitos homens de batina” que se valiam do discurso de “protetores dos pobres” para angariar “esmolas para as suas instituições” que, na realidade, serviam apenas “para sustentar a pompa de seus ‘caritativos’ fundadores”. Encerrou desejando “Paz e muita paz ao grandioso e adiantadíssimo espírito do imaculado Padre Cacique que, a estas horas, descansa sobre a forte e benfeitora coluna que ele soube levantar na vida terrena. Paz ao imortal e sincero amigo da pobreza” (Nery Júnior, “Asilo de Mendicidade”, *O Exemplo*, 20 out. 1910, p. 1).

contexto fundaram-se orfanatos sobretudo “para educar futuras empregadas domésticas, na melhor das hipóteses, costureiras”. Para os meninos, na década seguinte surgiu o Patronato Agrícola destinado à formação para o trabalho agrícola. “Tais instituições, possivelmente refinaram o que a sociedade toda passava e passa ao negro como sua identidade”, concluiu.¹⁴⁶

Lembremos ainda que Xavier da Costa, desafeto de Martins, havia ingressado nas fileiras do PRR e assinalou em seu parecer favorável à subvenção pública a dimensão racial subjacente ao São Benedito. Não queremos com isso dizer que, hipoteticamente, barrou edificação do 13 de Maio por uma mera divergência ideológica, mas que o fato dos libertários terem aderido à campanha apoiada pel’*O Exemplo*, propondo inclusive a transformação da instituição em uma comuna, certamente não lhe pareceu atraente, ainda que seu fim consistisse na acolhida e educação às crianças negras rechaçadas pelas demais instituições assistencialistas. Por outro lado, embora os idealizadores não expressassem o viés pedagógico a ser adotado, vimos que diversos deles eram ligados ao PRR, portanto, correligionários do mencionado conselheiro, e a entidades negras de diversos matizes políticos, tais como as irmandades religiosas e as associações bailantes, musicais, beneficentes e/ou instrutivas, organizadas por critério de cor ou de classe. Tudo isso conferia ao projeto convergências e expectativas, mas também desafios.

Segundo César Queirós, no período em que os socialistas eram hegemônicos no movimento operário, houve uma maior interlocução com o Estado, dado seu viés essencialmente reformista e o reconhecimento da “esfera pública das instituições do governo” como “um campo de diálogo e negociação”. Nesse período presenciou-se, inclusive, a adesão de alguns socialistas ao PRR. Quando os anarquistas tomaram a frente do movimento, o diálogo tornou-se mais tenso e restrito, uma vez que tendiam a “negar a participação dos operários no âmbito institucional” já que o Estado era visto como um “mecanismo de manutenção dos privilégios do capital” e optava-se mormente pela ação direta, o que, por consequência, gerava a repressão estatal.¹⁴⁷ Ou seja, a proposta de construção de uma instituição aquém do Estado e pelas mãos dos próprios sujeitos organizados era deveras atraente aos libertários, portanto não podemos em última análise associar sua não materialização à ausência do apoio público. Embora o evento de inauguração da pedra fundamental demonstre a mobilização de pessoas e grupos, com interesses e concepções nem sempre convergentes, em torno de um ideal, as dificuldades materiais certamente concorrerem para não que o prédio não fosse edificado.

4.5 O EXEMPLO, UM JORNAL DO POVO NEGRO, LABORIOSO E CIDADÃO

¹⁴⁶ Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, *Histórias de operários negros*. Porto Alegre: EST-ND, 1987, p. 6.

¹⁴⁷ César Augusto Bubolz Queirós, *O Positivismo e a questão social na primeira República, 1895/1919*. 2. ed. Curitiba: CRV, 2016, p. 107-108.

Na derradeira seção retomamos a adoção do lema “jornal do povo”, a partir da refundação de *O Exemplo* em outubro de 1902, em substituição à “propriedade de uma associação”, com o intuito de relativizar postulados acerca de sua feição operária ter surgido somente no final do período abrangido por este estudo, mais intensamente no avançar da década de 1910, e oferecer possibilidades de articulação. Ao abordar a imprensa negra existente no país, Flávio Gomes assinalou que “foram o formato e o estilo dos jornais operários as grandes fontes de inspiração para a produção dos primeiros periódicos exclusivamente voltados para o cotidiano das associações negras”. Inspiração porque, segundo o historiador, registrou-se uma inversão no “eixo temático”, ou seja, se na imprensa operária a preocupação estava centrada no que se passava no “mundo do trabalho”, na negra os “espaços de lazer” ocupavam espaço primordial.¹⁴⁸

O Exemplo, contudo, nos levou a ponderar tal consideração. Para ilustrar, Marcílio Freitas, o primeiro gerente e outro esteio do projeto, iniciou sua vida profissional como tipógrafo e era membro da Sociedade Tipográfica Rio-Grandense, embrião do sindicato da categoria fundada em 1891. Logo após assumir o posto de fiscal da sociedade, manifestou sua crítica acerca da indisponibilidade de seus colegas tipógrafos se comportarem como classe, conforme reproduzimos no primeiro capítulo. Ademais, os problemas enfrentados por “pobres lavadeiras”, “filhos do trabalho” ou “laboriosos operários” no cotidiano do trabalho, em meio à sociabilidade ou mesmo no deslocamento para casa pululavam nas páginas de *O Exemplo*. Assim, embora concordemos e tenhamos reforçado que a vida associativa era crucial não apenas para o exercício do direito ao lazer, mas também para a manutenção do periódico e consecução de seu projeto, desde o primeiro capítulo apontamos para a constante presença de pautas ligadas ao mundo do trabalho.

Essa impressão também foi reverberada por jornais coetâneos. Lembremos que a despeito de o editor Arthur de Andrade ter assinalado na edição comemorativa ao seu primeiro ano de existência o viés “literário, crítico e noticioso”, *A Federação* e *o Jornal do Comércio*, adjetivaram *O Exemplo*, respectivamente, como um “pequeno semanário que advoga os interesses do proletariado” e um “periódico de proletários”.¹⁴⁹ Se houve uma possível recusa em adjetivá-lo com as palavras escolhidas pelo editor, associá-lo ao mundo do trabalho nos diz muito sobre a maneira como as pautas lançadas pelo grupo de homens “de cor” a frente do periódico eram vistas pelos redatores de dois jornais de maior circulação.

O programa de *O Exemplo* foi resumido no editorial de 1892 como “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos” e, na sequência, a raça como fator de aglutinação em torno da referida classe pontuada, assim como a necessidade de enaltecê-la por

¹⁴⁸ Flávio dos Santos Gomes, *Negros e Política* (1888-1937). Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005, p. 32.

¹⁴⁹ *O Exemplo*, 11 dez. 1893, p. 1; id. 17 dez. 1893, p. 3.

meio do aperfeiçoamento moral e intelectual para contradizer os “doutrinários que julgam o homem pela cor da epiderme”.¹⁵⁰ A primeira fase do jornal foi marcada pelo peso do ideário positivista de modo que, ao longo da vida, todos se aproximaram ao Partido Republicano Rio-Grandense, o que não redundou em ausência de críticas ao governo. Pelo contrário, cobrava-se do poder público a aplicabilidade da letra da lei, assegurando a igualdade constitucional e acabando com as hierarquias e preconceitos com base em cor ou raça. Desejava-se, pois, que a República dos talentos e virtudes se realizasse na prática e que se garantisse condições adequadas para o acesso e a permanência das crianças negras nas escolas públicas primárias, uma vez que o negro tinha um cérebro como o de qualquer pessoa, ou seja, se desenvolvia conforme o grau de estudo sujeito, faltava-lhes apenas as oportunidades.

Desse modo, esperamos ter mais uma vez salientado, mesmo assumindo uma posição apreendida pelos jornais de maior circulação como classista, o viés fundamentalmente racial de *O Exemplo* estava explícito desde seu programa. Para os jornalistas negros não era possível falar em classe sem trazer consigo ideias de raça, na medida em que estavam na base da reorganização das hierarquias sociais no pós-abolição: a questão social era fundamentalmente uma questão racial. Assim sendo, talvez fosse muito mais palatável para *A Federação* ou *o Jornal do Comércio* vincular o colega de imprensa ao segmento operário do que assumir a existência de um periodismo negro na capital do Estado que se pretendia a Europa brasileira.

Disso decorria ainda o conflito entre o sentimento de pertença nacional e toda sorte de prejuízos advindos da racialização em curso. Nessa esteira, é digno de nota, a inserção dos fundadores e apoiadores, sobretudo de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, em meio à sociabilidade republicana e ao funcionalismo público ter sido lida na chave da harmonia das raças enquanto os mesmos desferiam duras crítica à maneira como a vida republicana seguia hierarquizada por linhas de cor e raça, fosse no bonde, onde se constatou a existência dos privilégios dos *incolores*, fosse na porta de casa, como foi o caso da agressão sofrida pela filha de Esperidião Calisto enquanto brincava com amiguinhas, fosse porta a dentro, na medida em que famílias negras precisavam de certidão de casamento ou autorização policial se não quisessem ter o festejo abreviado pela truculência policial. O pai de Aurélio Júnior e Sérgio de Bittencourt, dois dos fundadores do hebdomadário, nos mostrou a importância do emprego público, da vinculação à Guarda Nacional e das redes de sociabilidade na consecução de tais projetos, tornando-se não apenas um elo entre os homens *de cor* e o funcionalismo público sul-rio-grandense, mas sobretudo um suporte moral, intelectual e material de *O Exemplo* na luta contra o racismo e por direitos.

Outro importante suporte foi oferecido por Calisto Felizardo de Araújo, proprietário da barbearia que serviu como sede das reuniões que deram origem ao hebdomadário e do seu

¹⁵⁰ A redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

escritório ao longo de toda a primeira fase. A família Calisto nos mostrou ainda outro núcleo familiar em movimento, suas estratégias e possibilidades de inserção e de reconhecimento social. Embora mais tarde Florêncio Calisto, o primogênito, tenha se inserido no funcionalismo público, o patrimônio familiar foi constituído primeiramente em meio às artes de cura.

Em especial, a trajetória de Esperidião Calisto revelou que estar em consonância a um projeto de emancipação não significou fazer as mesmas escolhas, que há muitas maneiras de se vivenciar um projeto coletivo. A esse despeito, assim como seus colegas e outros homens letrados de seu tempo, estava alinhado às ideias iluministas e valeu-se delas para forjar sua luta. Diversas vezes, como o literato francês Jules Hoche, postulou que “as luzes, a instrução e o tempo” eram as armas mais garantidas na luta contra os preconceitos.

Esperidião Calisto reabriu o jornal cinco anos após uma dramática despedida, ao lado de Vital Baptista e Tácito Pires, tornando-se assim um dos personagens centrais no que concerne à persistência do projeto ao longo do período aqui abrangido. A despeito de o programa original ter sido preservado, mudanças substanciais ocorreram não apenas no formato, mas também na abordagem, o que nos levou a relativizar ainda mais o postulado sobre a feição operária do jornal e a propor uma leitura mais abrangente. As escolhas de Esperidião Calisto nos levaram a algumas pistas, uma vez que possivelmente se aproximou do movimento operário e de ao menos um militante socialista: Tácito Pires, nascido de vinte livre, certamente concorreu para o estreitamento do jornal com as pautas operárias.

No expediente do jornal, uma nítida evidência: “Aceita-se e publica-se gratuitamente todos os artigos concordantes com a norma de conduta da folha, bem como as declarações de operários sem trabalho e que queiram colocação”.¹⁵¹ Além disso, uma nota de 1904 assinalava que “*O Exemplo* não é um jornal mercantil, é o arauto de uma ideia – a do levantamento moral e intelectual das classes desprotegidas – que são as únicas que lhe devem auxílio”.¹⁵² Na sequência, outra nota informava o grupo específico que deveria apoiar o periódico: “Vós, os homens de cor preta, tendes n’*O Exemplo* o eco de vossos direitos, o defensor de nossos mais santos interesses. Não o desampareis porque a sua queda será o vosso suicídio moral”.¹⁵³

Depois de um intervalo de 83 números na disponibilidade do periódico nos deparamos com a presença de militantes anarquistas, tais como Cristiano Fettermann, filho de pai alemão e mãe negra, e Henrique Martins, branco. Isso nos levou a ampliar o escopo das divergências, mas também de solidariedades entre trabalhadores. Nessa esteira, Marcus Rosa arrolou uma série de notas sobre sociedades operárias e jornais permutados como evidências “do permanente e intenso diálogo entre grupos organizados em torno de diferentes orientações teóricas e

¹⁵¹ “Expediente”, *O Exemplo*, 12 out. 1902, p. 1.

¹⁵² D. d’Alba, *O Exemplo*, 17 jul. 1904, p. 1.

¹⁵³ L. Cotta, *O Exemplo*, 17 jul. 1904, p. 1.

estratégias de atuação, tais como os socialistas e os anarquistas”. Isso cumpria tanto o fim de divulgar “demandas da população negra e operária local”, como também facilitar “a construção de alianças e estratégias de atuação conjunta em contextos de repressão”.¹⁵⁴ Nesse sentido:

Negros, imigrantes, proletários: todos eles compartilhavam agremiações e necessidades sociais nos espaços mais empobrecidos de Porto Alegre. Eles pareciam saber que estabelecer alianças para agir em conjunto era uma forma de ampliar sua força política. Não era casualidade a existência de tantas sociedades operárias congregando pessoas com origens étnicas e raciais diversas. Ainda assim, havia certas diferenças intra-classe. Alguns operários “de cor”, que alcançaram destaque como lideranças, deram demonstrações de que permaneceram sensíveis ao fato de que os significados aviltantes atribuídos ao trabalho depois da Lei Áurea se somavam aos sentidos depreciativos conferidos à pele escura. Talvez tenha sido por isso que alguns deles se empenharam em ressignificar certos estigmas.¹⁵⁵

Enquanto fenômenos urbanos e protagonizados por grupos subalternos, portanto, imprensa negra e imprensa operária tinham aproximações, imbricações e diferenças, sobretudo ao registrarem frustrações em relação à nascente República e estratégias para mobilizar a audiência em torno de uma causa. Nesse aspecto, as características particulares afluíam na medida em que cada periódico possuía não apenas uma perspectiva em específico, como também as formas particulares como cada um dos seus membros experimentavam sua situação e a transformava em bandeira de luta. O ingresso de militantes operários em *O Exemplo*, aliás, acompanhou em alguma medida as mudanças de orientação ideológica no movimento operário, ou seja, primeiro o socialista Tácito Pires e depois os anarquistas Cristiano Fettermann e Henrique Martins, sem que isso redundasse no apagamento das pautas negras. Pelo contrário, notamos justamente o manejo das referidas ideologias em prol do projeto central de *O Exemplo*.

A percepção de *O Exemplo* como um jornal classista foi registrado a posteriori em compilações sobre a imprensa operária gaúcha, assinalando, no entanto, a adoção da “luta social” ou da “luta de classes” somente a partir de 1908, quando os anarquistas adentraram a redação. Antes disso, o periódico caracterizava-se mormente como “porta-voz da comunidade negra de Porto Alegre”.¹⁵⁶ Nesse escopo, Jorge Jardim sublinhou que somente após Henrique Martins ter assumido a direção do periódico, em 1911, que “a cobertura dos acontecimentos do movimento operário” foi intensificada e registrou-se a defesa aberta do sindicalismo e o ataque à política partidária. Jardim surpreendeu-se com a “forma muito respeitosa” como Francisco Xavier da Costa foi tratado em diversas ocasiões, “sem incorporar as críticas e divergências profundas que os libertários tinham com ele e com a sua atuação no meio operário”, e tendo em vista a participação de Tácito Pires, conjecturou a possibilidade de diálogo com a pauta operária ser

¹⁵⁴ Marcus Rosa, *Além da invisibilidade...* p. 250-253. As referências são: *O Exemplo*, 02 dez. 1904, p. 03 e *O Exemplo*, 03 jul. 1904, p. 02.

¹⁵⁵ Marcus Rosa, op. cit., p. 255.

¹⁵⁶ Sílvia Regina Ferraz Petersen, *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989, p. 46; João Batista Marçal, *A imprensa operária do Rio Grande do Sul...*, p. 99; 274.

anterior. Ainda assim, para Jardim *O Exemplo* “não é propriamente operário”, mas um jornal “que defende os interesses populares e divulga notícias do movimento operário”.¹⁵⁷

Ainda segundo Jardim, a imprensa operária, como “um fenômeno da sociedade capitalista industrial”, aborda temas referentes aos desafios enfrentados pelas “classes trabalhadoras” e distintas matrizes ideológicas (positivismo, socialismo, anarquismo, comunismo) imprimiam formas particulares de enfrentamento ao capitalismo.¹⁵⁸ Para acalorar essa conversa, recuperemos a crítica dirigida por Esperidião Calisto em 1908 aos “jornais operários”. Ao não se manifestarem acerca da injusta morte que acometeu Jacinto José Pereira, “um simples carroceiro”, ficava registrado o “preconceito de classe” por parte dos referidos colegas de imprensa.¹⁵⁹ Nos parece, portanto, que o entendimento coetâneo sobre o que e quem era operário foi adotado extemporaneamente, uma vez que para Jardim “a linha editorial vinculada a determinada corrente ideológica é um dos elementos caracterizadores da imprensa operária no período anterior a 1930”.¹⁶⁰

Sendo assim, recuperamos a contribuição oferecida pela historiadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva às vésperas do Centenário da Abolição no Rio Grande do Sul. Em *Histórias de operários negros* objetivou oferecer imagens distintas acerca do negro, desvinculado da escravidão, da miséria, da imoralidade e dos vícios, reiterando a ideia de que “a maioria dos negros é operário, é trabalhador cujas atividades pouco exigem de conhecimentos de leitura e escrita”. A este último fato não atribuiu um atavismo, mas sim a ausência de oportunidades e de tratamento equânime. Tendo em vista a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho no pós-abolição, especialmente via serviço doméstico, reforçou que foram elas as principais responsáveis pela “manutenção das famílias, na educação dos filhos”; e que “ser moralmente forte, tenaz, capaz de iniciativas, elemento-chave para a ascensão social dos filhos” se contrapunha à imposição social de essa mesma mulher aceitar todas as vicissitudes “com submissão de escrava, sem revoltas, sem desejo de interferir nos acontecimentos. Só o fato de ser preta é uma advertência para que se conserve submissa”. Enfim, ao se lançar ao desafio de entender como, a esse despeito, pessoas negras constituíram-se como operárias, a autora nos ofereceu a possibilidade de se alargar o entendimento sobre o operário negro e a operária negra.¹⁶¹

¹⁵⁷ Jorge Pastorisa Jardim, *Comunicação e militância: a imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990, p. 105-106. O historiador tomou como critério para isso a existência de uma coloração ideológica explícita.

¹⁵⁸ Jorge Jardim, op. cit., p. 17.

¹⁵⁹ Esperidião Calisto, [editorial], *O Exemplo*, 17 nov. 1908, p. 1.

¹⁶⁰ Jorge Jardim, *Comunicação e militância...*, p. 142.

¹⁶¹ Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, *Histórias de operários negros*. Porto Alegre: EST-ND, 1987. Qualifica como operário “todo homem ou mulher que, capaz de realizar tarefas precisas, requerendo habilidades predominantemente não ligadas a conhecimento de leitura e da escrita, empregam seus préstimos em troca de salário, para garantir sua sobrevivência e da família” (id., p. 10). Como “operários negros” não aqueles que possuem uma etnia, mas “homens que se distinguem por ter a tez negra, pela sua história de exilados, castrados em sua cultura, que passaram de valiosos instrumentos de trabalho a homens livres, sem que tivessem condições material e políticas de se assumirem como tal”

Nesse sentido, vimos ainda que embora personagens essenciais para a consecução do projeto de levantamento moral e intelectual da classe, a colaboração das mulheres durante a primeira fase foi bastante pontual, realidade amenizada apenas na segunda fase, ainda que não tenhamos encontrado vestígios de autoria feminina no último período dessa fase. Sophia Ferreira Chaves foi quem contribuiu com mais textos, entre maio de 1904 e janeiro de 1905, e as potencialidades advindas desses e dos escritos pontuais de outras mulheres nos permitiram acessar a via pela qual letradas negras se inscreveram no projeto, a saber, a literatura, e discordaram do papel desejado por muitos dos redatores. Nesse viés, o debate em torno da emancipação da mulher colocou em lados opostos apoiadores da emancipação apenas no âmbito social e aqueles que desejavam a completa emancipação, estender-lhes, pois, a cidadania política. Em ambos os lados, o entendimento sobre o trabalho primordial a ser exercido por elas foi unânime: a maternidade e o cuidado.

Situação historiográfica distinta é aquela do jornal *A Alvorada*, o mais longevo da imprensa negra no país e que circulou em Pelotas entre 1907 e 1965. Beatriz Ana Loner, em seu estudo sobre os processos de construção de classe em Pelotas, mapeou por meio dele a dupla militância de indivíduos negros em organização “de classe” e “de raça”, reportando-se para isso ao processo emancipacionista e ao movimento abolicionista. A dupla militância, segundo a historiadora, decorria da necessidade do negro afirmar-se como operário em uma sociedade em processo de industrialização, ainda que fosse por excelência o trabalhador em ambas as cidades, e de lutar contra o forte preconceito racial.¹⁶² Nesse enalço, José Antônio dos Santos dedicou-se a investigar de forma mais vertical as trajetórias dos intelectuais negros reunidos no *A Alvorada*, articulando as lutas negras com as operárias.¹⁶³

Enfim, *O Exemplo* enquanto um jornal da imprensa negra, como pudemos ver ao longo deste estudo, não se furtou dos debates acerca dos impactos do capitalismo sobre os trabalhadores negros, embora a necessidade de afirmação de sua existência, para além da escravidão, e de sua humanidade, a despeito das teorias raciais vigentes, fossem a tônica. Em outras palavras, além da luta por dignidade no ambiente de trabalho, dos planos de reforma social ou de revolução, os jornalistas negros (e sua classe) precisavam combater os preconceitos associados à coloração epidérmica e às ideias de raça e serem vistos como trabalhadores, cidadãos respeitáveis, portadores de direitos. É dentro deste campo de disputas que as lutas por instrução também devem ser compreendidas, uma vez que ampliaria as possibilidades de participação e

(id., p. 13). Ademais, “O operário negro, além das contingências em que viviam todos os outros, era o ex-escravo e carregava toda uma carga que lhe foi imputada de preguiça, pouca inteligência, desorde, fealdade” (id., p. 15). Embora saibamos que a maioria da população negra não era mais escravizada quando aboliu-se a escravidão, concordamos quanto à persistência da associação do negro a esse sistema e a toda sorte de estereótipos e preconceitos raciais.

¹⁶² Beatriz Ana Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. 2. ed. rev. ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016, p. 167-197.

¹⁶³ José Antônio Santos, *Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora da UFPel, 2003.

reconhecimento na sociedade republicana e no mundo do trabalho livre em construção no pós-abolição.

APÊNDICE - QUADROS PROSOPOGRÁFICOS DOS NOVOS INTEGRANTES

Quadro 27 - Conformação familiar dos novos integrantes, 1908-1911

Nome	Ciclo de vida	Ascendência	Matrimônio	Descendência
João Baptista de Figueiredo	-	-	Joana Ferreira de Figueiredo	-
Júlio da Veiga Rabello	*26/04/1883	Silvéria Maria da Conceição Rabello (*1849 +1936)	Maria Anália Ferreira Santarém (*1891 +1937) Casamento civil: 29/08/1908	Flora (*1907 +1908) Íris Pitágoras Jurema
José Gomes do Nascimento	*1882	J. P. do Nascimento		
Leovegildo da Silva	*1887 +1912			
Henrique Martins	*1888 +1818	Teófilo Augusto Martins e Laura Azambuja Von Riechenbach Martins		

Quadro 28 - Formação e atuação profissional e na imprensa dos novos integrantes, 1908-1911

Nome	Formação	Atuação profissional	Atuação na imprensa
João Baptista de Figueiredo	-	- Comerciante (1910) - Alfândega (funcionário, 1921) - Santa Casa de Misericórdia (secretário, 1924)	- <i>O Exemplo</i> (diretor de redação, 1908-1910; gerente 1916-1919, 1930) - <i>Jornal do Comércio</i> (1913)
Júlio da Veiga Rabello	-	- Arquivo Público do Estado (funcionário, 1923)	-
José Gomes do Nascimento	-	- Agência (1902) - Marítimo (1904, 1907) - Aduana de Bagé (guarda, 1910)	-
Leovegildo da Silva	-	-	-
Henrique Martins	- Escola de Malvina Tavares em Lajeado	- Tipografia de <i>A Federação</i>	- <i>A Voz do Trabalhador</i> (editor, 1910-1912) - <i>O Exemplo</i> (editor, 1911) - <i>A Guerra Social</i> (Rio de Janeiro, co-editor, 1914) - <i>A Voz do Trabalhador</i> (Rio de Janeiro, co-editor, 1914) - <i>A Época</i> (editor, 1917)

Quadro 29 - Atuação eleitoral e política e patentes da Guarda Nacional dos novos integrantes, 1908-1911

Nome	Alistamento eleitoral	Política	Guarda Nacional
João Baptista de Figueiredo	-	- Correligionário do PRR	- Alferes
Júlio da Veiga Rabello	- [...] casado, residente à rua Lima e Silva, n. 38 (1917)	Correligionário do PRR - Escrivão da 13ª seção eleitoral (1915) - Centro Republicano Júlio de Castilhos	-
José Gomes do Nascimento	- [...] solteiro, agência (1902) - [...] solteiro, marítimo (1904, 1907)	-	-Alferes
Leovegildo da Silva	-	-	-
Henrique Martins	-	-	-

Quadro 30 - Atuação associativa dos novos integrantes, 1908-1911

Nome	Agremiações
João Baptista de Figueiredo	Centro Porto-Alegrense (1912)
Júlio da Veiga Rabello	Centro Porto Alegrense (1912)
José Gomes do Nascimento	-
Leovegildo da Silva	-
Henrique Martins	- Sindicato Tipográfico (fundador, 1908) - União tipográfica (fundador, 1910; presidente, 1911) - FORGS (porta-voz)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em abril de 1893, Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior despediu-se de familiares, amigos, correligionários e colegas de redação pois, em breve, pegaria o trem rumo a São Paulo, de onde regressaria três anos depois com o título de bacharel pela Faculdade de Direito. Segundo seus colegas de redação, desse modo sua “aptidão pouco comum” seria aproveitada em “um futuro brilhante para honra sua e da terra que o viu nascer”. Sua passagem pela instituição que formou ilustres nomes das letras, das armas e da política nacional e local, dentre os quais o presidente da Província Júlio Prates de Castilhos, forneceria, enfim, “mais um atestado eloquente do valor intelectual dos rio-grandenses”. A destacada inteligência de Aurélio Júnior, aliás, já havia motivado o grupo idealizador do periódico, dentro do qual estava seu irmão mais velho, Sérgio Aurélio de Bittencourt, a convidá-lo a participar de sua fundação. Aurélio Júnior não apenas aceitou o convite como também redigiu as famosas linhas do editorial de estreia, amplamente expostas ao longo desse estudo. Além de editoriais e textos de opinião, foi um dos mais proeminentes poetas da folha, de modo que a calorosa despedida em abril de 1893 não significou seu afastamento do periódico. Pouco antes de partir para a capital paulista, assumiu interinamente a direção diante de uma grave enfermidade que acometeu o editor Arthur de Andrade e foi eleito à titularidade da função em 1894.

Munido do diploma de bacharel, Aurélio Júnior não tardou a ingressar na magistratura provincial. Embora afastado de *O Exemplo*, exclusivamente em virtude da ampla demanda de trabalho, não perdeu de vista o programa que ajudou a elaborar em 1892. Valendo-se do prestígio do cargo de Juiz de Órfãos, o promovia e endossava a luta de outros patrícios nas mais diversas frentes. Nesse tentame, participou da comissão receptiva ao primeiro deputado negro eleito no país, o Dr. Manoel Motta Monteiro Lopes, durante a caravana de agradecimento ao irrestrito apoio recebido em diversos pontos do país após ter sua posse ameaçada. Aurélio Júnior presidiu, ainda, a sessão realizada nos salões da sociedade Floresta Aurora em janeiro de 1910. Igualmente bacharel em Direito, mas pela Faculdade de Recife, o discurso do Dr. Monteiro Lopes se afinava ao projeto de *O Exemplo* que, a despeito das renovações em seu grupo, se mantinha alinhado aquele de sua estreia.

Por essa ocasião, o ilustre deputado viu a residência do Tenente-Coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, “o maior atleta na luta pela conquista de nossos direitos civis e políticos”,

e do Capitão Marcílio Francisco da Costa Freitas, da nova geração de “atletas”. Ademais, o libertário negro e professor Cristiano Fettermann, na condição de acadêmico da Faculdade em Engenharia, proferiu um discurso na passagem do Dr. Monteiro Lopes pelos salões da Beneficência Porto-Alegrense. Arthur Ferreira de Andrade, o primeiro editor e funcionário público na repartição dos Correios, também foi orador em outras ocasiões, tal como durante a inauguração da pedra fundamental do Asilo 13 de Maio, momento em que foi descrito como “segundo anista” da Faculdade de Direito de São Paulo, onde havia ingressado em 1902 e em 1915 ainda realizava exames. Mas se o ano de 1910 iniciou promissor e duas lideranças negras se fortaleciam, no seu decorrer os porto-alegrenses despediram-se do Dr. Aurélio Júnior, aos 36 anos de idade, e, em âmbito nacional, do Dr. Monteiro Lopes, aos 43 anos de idade. Dario, filho de Aurélio Júnior, aos nove anos passou à tutela do avô e também tornou-se bacharel, porém pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, instituição que contou com a presença paterna no quadro fundador. Conformando uma terceira geração do projeto familiar, Dario foi diretor de *O Exemplo* ao longo de toda a década de 1920 e um dos principais preservadores do periódico.

Recuperar essas histórias de homens “de cor” que alcançaram o prestígio do diploma nos ajuda a refletir sobre experiências de liberdade e cidadania negra para além do cativeiro em uma sociedade ainda assombrada por tais valores e costumes, bem como as expectativas, as possibilidades, mas também os reveses, presentes em projetos de redenção racial por meio da ascensão social, via instrução e trabalho, engendradas naquele contexto. Nesse sentido, o fundador e barbeiro Esperidião Calisto não tardou a denunciar nas páginas de *O Exemplo* sua experiência de “preconceito escolar tendo por base a cor”. O médico e colaborador Lindolfo Ramos, na segunda fase, ampliou essa geografia ao denunciar a recusa à matrícula de crianças negras no interior do Estado. A justificativa oferecida por uma professora de Caçapava torna-se, nesse sentido, exemplar dos sentidos conferidos ao treze de maio por setores assustados com a possibilidade do letramento negro. Segundo Ramos, para a docente era constrangedor lecionar a meninas que deveriam seguir atuando no espaço que lhes julgava adequado, o serviço doméstico, ao invés de ocuparem os bancos escolares. Incoformada, proferiu: “Está aí para que serviu o 13 de maio!”

Treze de Maio, aliás, era o nome da escola elementar onde a aluna-mestra da Escola Normal Adelina Lydia de Bittencourt Machado “tombou ao solo”, sem vida, aos 55 anos de idade, após um emocionante discurso de despedida do ofício. Irmã de Aurélio Júnior, foi convidada pelas alunas formandas do ano de 1925 para paranimfá-las. Embora não saibamos o conteúdo do discurso, tudo nos leva a crer que os sentidos conferidos por ela à instrução das crianças negras eram diametralmente opostos àqueles partilhados pela referida professora de Caçapava – e, certamente, endossados pela literata e professora Sophia Ferreira Chaves, cuja vida foi abreviada em 1908, ao 25 anos de idade, bem como pela cirurgiã-dentista, professora e filantropa Carmen

Pinto de Azevedo. Carmen, além disso, foi talvez uma das primeiras mulheres negras a conquistar o diploma superior no Estado, quiçá, no país, e este acontecimento não passou ao largo da pena dos jornalistas negros. Carmen constou ainda no rol das primeiras eleitoras do país e há mais de trinta anos, a contar do presente, moradores de um bairro da Zona Norte de Porto Alegre deparam-se com seu nome em uma das placas de suas ruas. Essas três mulheres tornam-se exemplares do ingresso em uma carreira disponível às mulheres, mas tendo em vista a coloração epidérmica outros valores eram agregados para além da extensão de uma função doméstica, a maternidade, para o âmbito público. Em se tratando de mulheres negras, enfim, inclusive a maternidade precisa ser compreendida pela chave da racialização.

A esse despeito, a maior parte da população negra seguia fora das escolas no alvorecer republicano e por meio do jornal *O Exemplo* um grupo de jovens homens *de cor*, sedentos de luz e frustrados com os descaminhos republicanos, colocou-se como arauto dos interesses da coletividade, elegendo a luta contra o preconceito de cor e por instrução como centrais. O grupo, que se renovou ao longo do tempo, buscou por meio do periódico estratégias para erguer moral e intelectualmente sua classe. Concorreu para isso o uso exemplar de trajetórias de homens negros virtuosos e respeitados, o controle sobre a vida social nas associações em meio a crônicas e colunas satíricas, bem como publicações críticas, noticiosas e literárias, no desejo de estimular o gosto pelas artes, pelas letras e pela ciência, sem perder de vista a denúncia do racismo e seus desdobramentos no cotidiano da população negra da capital do Estado que se pretendia branco.

Outrossim, havia nítidas expectativas de gênero, uma vez que aos homens estimulava-se a busca pela formação intelectual oferecida pelos mestres no ambiente escolar, ou seja, no espaço público, enquanto das mulheres esperava-se o desenvolvimento da educação moral no âmbito doméstico que, por sua vez, concorreria para a formação moral dos meninos, futuros cidadãos. Contudo, vimos como homens e mulheres tensionavam tais imagens e como elas adentraram a redação do periódico. Por meio de Celina Buz, Uma Democrata, Sophia Chaves e Carmem d'Aguiar vimos as formas particulares como as mulheres saíram de sua "obscuridade" e assumiram a autoria de textos, mormente literários, e se credenciaram ao projeto lançado "aos vendavais da publicidade" por homens da raça.

A postura adotada pelo governo em relação à oferta de ensino levou o grupo de *O Exemplo*, a partir da reabertura em 1902, à adoção de uma posição mais propositiva, sempre dentro da legalidade: primeiro a projetada Escola Noturna *O Exemplo*, depois o Asilo 13 de Maio. A primeira, sob a redação de Esperidião Calisto e o socialista Tácito Pires, visava criar um curso noturno destinado fundamentalmente aos trabalhadores, aos meninos e aos jovens; a segunda, para a qual concorreu a colaboração dos libertários Cristiano Fetermann e Henrique Martins, mas também de Esperidião Calisto e vários outros homens do meio negro, visava acolher e educar as crianças "de cor preta e parda" rejeitadas à porta das instituições ditas de caridade. A esta altura, a opção pela

ação direta presente no ideário anarquista somou-se à ampliação das desilusões republicanas e indignação quanto à preservação de costumes escravistas, tais como a transformação do Juizado de Órfãos em agência de criados. Nesse sentido, tendo em vista o fato de Tácito Pires ter nascido de ventre livre e ter estado, portanto, no rol de crianças passíveis às redes tutelares, suas experiências o tornam exemplar dos desafios subjacentes à liberdade e à cidadania negra.

Tanto no projeto de escola noturna, quanto no de asilo, primava-se pelo caráter democrático, sem nenhum tipo de restrição, ainda se reconhecesse as maiores desvantagens vividas pela população negra, elegendo-a, por consequência, o público primordial a ser contemplado. Buscava-se, nesse sentido, o fundamental apoio das associações negras e foi justamente dentro delas que surgiram núcleos instrutivos. Apesar da crítica sistemática às sociedades que se preocupavam somente com a recreação em detrimento da instrução, não podemos perder de vista a dimensão política do exercício do direito ao lazer. Nos estatutos de sociedade como a Floresta Aurora, de 1872, constava a preocupação de instruir associados e seus filhos, também presente nos compromissos firmados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que remontam ao ano de 1828. Ademais, Hortência Tecla de Cristalina foi lembrada em seu necrológio por sua dedicação à educação das meninas negras na Sociedade Laço de Ouro, formada por mulheres e surgida na década de 1880, e do Grêmio Dramático José do Patrocínio, criado na sede da redação do jornal em 1908 e sua estratégia de instruir e educar por meio do teatro.

Sendo assim, diante dos discursos republicanos e dos significativos índices de alfabetização registrados no Rio Grande do Sul e em sua capital no avançar da Primeira República, uma pergunta, ainda que retórica, ficou latente – educação para quem, afinal? Uma pista fundamental vem das marcas deixadas pela forma como a legislação tratou a questão, uma vez que no Rio Grande do Sul registrou-se a proibição da matrícula de pessoas “de cor preta”, ainda que livres, portanto, cidadãos se homens, nas escolas públicas provinciais de instrução primária. Com isso no horizonte, no desagregar do Império e na estruturação da República novos mecanismos de exclusão e controle passaram a incidir sobre os menos favorecidos, ocupando o negro um espaço ampliado dentro dessa parcela populacional. A criação do Instituto Profissional em 1906 e a Escola Hilário Ribeiro em 1913, ambas destinadas à instrução técnico-profissional de meninos pobres, ilustram a maneira como o Estado e as elites intelectuais projetavam o tipo de escolarização ao referido grupo social.

Embora esse estudo tenha se restringido ao fim da primeira fase, as denúncias quanto ao racismo nas escolas seguiram estampando as páginas de *O Exemplo* até seu derradeiro número de 1930. Depois e em meio a isso, diversas outras organizações negras surgiram, dentre as quais a Frente Negra na década de 1930, trazendo em seu cerne a bandeira pró-alfabetização. O surgimento do Movimento Negro Unificado no final da década de 1970, nesse sentido, registrou

conquistas históricas no âmbito educacional, tais como as legislações que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica e a reserva de vagas no ensino superior. Inseridas em uma longa historicidade, como esperamos ter evidenciado ao longo desse estudo, visam não apenas disseminar outra perspectiva sobre a história e a cultura negra no país, oferecendo imagens positivas, estímulo ao alunado negro e a necessidade de se repensar a maneira como as narrativas históricas, inseridas em uma arena de disputas, foram construídas. A implementação de cotas raciais no ensino superior, por seu turno, enquanto uma ação afirmativa, visa tornar comum, e não episódica como mostramos ao longo desse estudo, a presença negra no espaço universitário e em profissões qualificadas. Ambas as legislações, enfim, evidenciam como as vantagens subjacentes à branquidade colocou sua contraparte constantemente em situações de desvantagem. Em suma, como escrito no editorial de estreia de *O Exemplo*: “Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grau de estudo a que o sujeitemos...”

As tensões entre a lei e sua aplicabilidade, contudo, seguem no horizonte de lutas do povo negro, uma vez que enquanto essas linhas são escritas, o movimento “Balanta, nenhum cotista a menos” ocupa, aliás, *akilomba-se* na reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul após denunciar uma fraude no sistema de verificação racial. Dentre as questões, a escolha arbitrária pelo critério da *origem* racial e não da *marca* racial em um país no qual, fundamentalmente, é o segundo que opera. Trata-se, além do mais, de um contexto ampliado de ataque e perda de direitos, obrigando-nos a colocar nessa equação o fato de alguns desses direitos em cheque sequer terem sido conquistados ou experimentados pela população negra. Por consequência, o exercício de alguns deles segue um privilégio intrínseco à branquidade. Deste lugar privilegiado e assumindo uma posição antirracista, ofereço-lhes minha solidariedade e este trabalho, financiado com recursos públicos e produzido no seio da mesma instituição que teima em não reconhecer as características do racismo brasileiro, na esperança de que a Universidade se transforme, enfim, em um espaço plural, diverso, colorido e democrático.

Porto Alegre, 10 de março de 2018.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

- AFD-USP. Prontuário de Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, formado em 1896.
- AHCMPA. Calisto Felizardo de Araújo (preto forro) e Joana da Conceição e Silva. Livro de habilitações de casamento de 1862. Livro 41, registro 253.
- AHCMPA. Maria Torquata, Filha legítima de Calisto Felizardo de Araújo e de Joana Felizarda da Conceição. Batismo: 24/06/1866. Nascimento: 26/02/1866. Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Madre de Deus, 1858-1867, p. 79v e 80.
- AHCMPA. Pedro, filho natural de Clemência Pires. Batismo: 04/11/1874. Nascimento: 20/10/1874. Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Madre de Deus, 1858-1877, p. 78.
- AHCMPA. Carmem, filha legítima de Olímpio Pinto de Azevedo e Rosa Baptista de Azevedo. Batismo: 28/02/1891. Nascimento: 09/12/1890. Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Porto alegre, 1889-1891, p. 72v.-73.
- AHCMPA. Calisto Felizardo de Araújo e Joana Felizarda da Conceição e Silva. Data: 02/07/1862. Livro de Registro de Casamentos da Freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre, 1818-1866, p. 58.
- AHCMPA. Sérgio Aurélio de Bittencourt e Cândida Edwiges da Silva. Data: 28/11/1888. Registro de Casamentos da Freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre, 1866-1923, p. 19v.-20.
- AHCMPA. Hermenegildo Antônio dos Santos e Josefa Calisto. Data: 11/05/1918. Livro de Registro de Casamentos da Freguesia do Menino Deus, 1906-1918, p. 96.
- AHCMPA. Gregório Anazolino Porto e Cenira Calisto. Data: 23/12/1822. Registro de Casamentos da Freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre, 1866-1923, p. 80.
- AHMPA. Circular urgente e reservada enviada pelo Presidente da Província do Rio Grande do Sul à ao Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre em 23 de abril de 1880. Livro 37, 1879-1880.
- AHRS. Fundo Instrução Pública. Documentos diversos.
- ANRJ. Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1856 (1866/69) – Offícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça.
- APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Órfãos. Inventário post-mortem. Inventariada: Joana Felizarda da Silva. Inventariante: Calisto Felizardo de Araújo, n. 11, 1881.
- APERS. Juízo Distrital. Arrecadação de espólios de João Egeler. Curador Arthur Ferreira de Andrade, 1899.
- APERS. Juízo Distrital. Arrecadação de espólios de Juliana Vecck. Curador Arthur Ferreira de Andrade, 1899.
- APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Órfãos. 3º Cartório. Declaração de Pobreza. Inventariada: Sophia Chaves. Inventariante: Tácito Pires, 1908.
- APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo Distrital. Inventários post-mortem. Inventariado: Calisto Felizardo de Araújo. Inventariante, João Baptista da Silva, n. 16, 1910.
- APERS. Comarca de Porto Alegre. Inventariada Francisca Arouche de Moraes. Inventariante: Arthur Ferreira de Andrade, 1911.
- APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo Distrital. Testamentos. Testador: Calisto Felizardo de Araújo. Testamenteiro João Baptista da Silva, n. 27, 1907.
- APERS. Comarca de Porto Alegre. Provedoria. 2º Distrito. Testamento de Arthur Pinto Gama, 1922.

APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo Distrital. 2º Distrito. Provedora de Porto Alegre. Homologação de inventário. Inventariado: Arthur Pinto Gama. Legatários: Isolina Fernandes e outros, 1922.

APERS. Cartório de Registro Civil de Porto Alegre. Habilitação de Casamento. Noivo: Júlio José Machado. Noiva: Adelina Lídia de Bittencourt. Data do processo: 01/01/1897.

APERS. Comarca de Porto Alegre. Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul. Relatório do Sr. Desembargador Epaminondas. Apelação cível (divórcio). Apelantes: Arthur Pinto Gama e Maria da Glória Pereira Rosa, n. 538, 1899.

APERS. Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul. Divórcio de Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior e Maria da Glória Quilião, n. 183, 1906.

APERS. Juízo de Órfãos. 3º Distrito. Tutela de Dario de Bittencourt. Tutor: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, n. 585, 1910.

Fontes imagéticas

MPA. Plano Geral de Melhoramentos da Intendência Municipal de Porto Alegre, 1914.

Constituições, leis e decretos¹

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 24 de março de 1824.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827.

BRASIL. Lei n. 16, de 10 de agosto de 1834.

BRASIL. Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.

BRASIL. Lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871.

BRASIL. Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872.

BRASIL. Decreto n. 7.247, de 19 de Abril de 1879.

BRASIL. Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 14, de 22 de dezembro de 1837.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 51, de 22 de maio de 1846.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 771, de 04 de maio de 1871.

RIO GRANDE DO SUL. Ato de 21 de agosto de 1876.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul, de 14 julho de 1891.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 89, de 02 de fevereiro de 1897.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 874, de 28 de fevereiro de 1906.

Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Afonso Augusto Moreira Penna apresentado à Assembleia na quarta sessão da décima oitava legislatura, referente a 1883. Brasil, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Ferreira de Moura Penna apresentado à Assembleia na primeira

¹ Disponíveis em: AHRs; <<http://www.planalto.gov.br>>; <<http://www.planalto.gov.br>>; <<http://www2.camara.leg.br>> e <<http://www2.al.rs.gov.br>> Acesso em: 16 fev. 2016.

sessão da décima nona legislatura, referente a 1884. Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Ferreira de Moura Penna apresentado à Assembleia na primeira sessão da décima nona legislatura, referente a 1884. Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Antônio da Silva Prado apresentado à Assembleia na primeira sessão da vigésima legislatura, referente a 1885. Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Antônio da Silva Prado apresentado à Assembleia na primeira sessão da vigésima legislatura, referente a 1885. Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

Relatórios da Secretaria do Interior e Exterior

AHRS. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior Dr. João Abbott apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Rio Grande do Sul, em 15 de Agosto de 1895. Porto Alegre: Oficinas a vapor da Livraria Americana, 1895.

Relatórios e Falas dos presidentes da província²

Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Ângelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1858.

Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, apresentado à Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 2ª sessão da 8ª legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859.

Fala do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello dirigida à segunda sessão da 12ª legislatura da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1867.

Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Francisco Inácio Homem de Melo com o qual passou a administração para o Vice-Presidente Joaquim Vieira da Cunha, em 13 de abril de 1868.

Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Henrique D'Ávila de 1881, publicado como anexo à Fala com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, 2º vice-presidente da Província, abriu a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 7 de março de 1881, e relatório que lhe foi passada a administração pelo Exmo. Sr. Dr. Henrique d'Ávila, a 4 do mesmo mês. Porto Alegre, Tipografia da Reforma, 1881.

Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Exm. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares com que passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos, a 27 de fevereiro de 1882. Porto Alegre: Tipografia do Conservador, 1882.

Fala dirigida do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, conselheiro José Antônio de Souza Lima, dirigida à Assembleia Legislativa pelo presidente da província. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1883.

Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Exm. Sr. Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros ao passar a Presidência da mesma Província a S. Exc. O Sr. Dr.

² Encontra disponível no AHRS e na base de dados do Center for Research Libraries da Universidade de Chicago: <<http://www.crl.edu/>> Acesso em: 20 fev. 2016.

Miguel Rodrigues Barcellos, 1º Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, no dia 19 de setembro de 1885. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Conservador, 1886.

Fala Presidente da Província do Rio Grande do Sul Exm. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena apresentada à Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul ao instalarem-se a 2ª sessão da 21ª legislatura em 7 de Março de 1886. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Conservador, 1887.

Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, S. Ex. o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º Vice-Presidente, apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Jacinto de Mendonça, 3º Vice Presidente, ao passar-lhe a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 27 de outubro de 1887. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'O Conservador, 1887.

Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Excelentíssimo Senhor Doutor Rodrigo de Azambuja Villanova com que passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a Sua Excelência o Senhor Barão de Santa Thecla, 1º Vice-Presidente, no dia 9 de agosto de 1888. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'O Conservador, 1889.

Fala do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Exm. Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel dirigida à Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul por ocasião de ser instalada a 1ª sessão da 23ª legislatura em 1º de março de 1889. Porto Alegre: Oficinas tipográficas do Conservador, 1890.

Relatórios da Inspetoria Geral da Instrução Pública

Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Pública da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antônio da Costa Pinto Silva, presidente desta província, passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcelos, no dia 20 de maio de 1869. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1969.

Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Pública da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, anexo à Fala com que o Exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da província abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1873. Porto Alegre: Tipografia do Conservador, 1873

Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Pública da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, anexa à Fala com que o Exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da província abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1873. Porto Alegre: Tipografia do Conservador, 1873.

Plano da distribuição das aulas públicas do sexo masculino e mistas de instrução primária da província mandada observar pelo ato n. [não informado] desta data. [Anexo]. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos, a 27 de fevereiro de 1882. Porto Alegre: Tipografia do Conservador, 1882.

Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Pública da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, anexo à Fala dirigida à Assembleia Legislativa pelo presidente, Conselheiro José Antônio de Souza Lima, na 1ª sessão da 21ª legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1883.

Almanaque

Manoel José da Silva e Companhia (edit.), *Almanaque Laemmert*: Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil e indicador para 1909, Rio de Janeiro, 1908 a 1919.

Recenseamentos populacionais

Brasil. Diretoria Geral de Estatística (DGE). Recenseamento Geral do Império de 1872.

Brasil. Diretoria Geral de Estatísticas (DGE). Sexo, Raça e Estado Civil, Nacionalidade, Filiação, Culto e Analfabetismo da População Recenseada em 31 de Dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

Rio Grande do Sul. *Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981.

Dicionários³

BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902. v. 4.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino: áulico, anatômico, arquitetônico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Accessarias para Uso das Famílias*. 1º Volume. 6ª edição, Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

LANGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*. 3. vol. 2. ed. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872.

MARTINS, Ari; HESSEL, Lotar. *Escritores brasileiros - Rio Grande do Sul - Dicionários*. Porto Alegre: IEL, 1978, p. 240.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo 2. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

Catálogos e obras de referência

Arquivo de História Social Edgar Rodrigues. *Pensadores Anarquistas e Militantes Libertários*. Fonte digital, 2012.⁴

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. (1889). *História da instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. 2. ed. rev. Tradução de Antonio Chizzotti. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2000.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Ditadura, parlamentarismo, democracia*. Porto Alegre: Globo, 1908.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. (1870). *A província: estudo sobre a descentralização do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.

BITTENCOURT, Dario de. *Curriculum vitae - documentário (1901/1957)*. Porto Alegre: Ética impressora Ltda., 1958.

BRANDO, Nôva Marques (Org.). *Catálogo Seletivo I: escravidão, liberdade e tutela*. Porto Alegre: APERS, 2017.

Congresso Agrícola do Rio De Janeiro. (1878). *Anais*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998. [fac-similar]

Congresso Agrícola Do Recife. (1878). *Anais*. Recife, Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978. [fac-similar]

FIGUEIREDO, Antonio Cândido de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Volume II. 11ª edição. Lisboa, Livraria Bertrand, 1951.

³ Disponíveis em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario>> e em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>> . Acesso em 30 nov. 2016.

⁴ Disponível em: <www.ceca.org.br/edgar/anarkp.html>. Acesso em: 30 nov. 2017.

MIRANDA, Márcia Eckert; LEITE, Carlos Roberto (Orgs.). *Jornais Raros do MUSECOM: 1808-1924*. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008.

PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: SEC, 1983, Vol. 1.

Artigos, notas, crônicas e poemas em O Exemplo

- A EMPRESA, "O Exemplo", *O Exemplo*, 15 out. 1893, p. 2.
- _____. "O Exemplo", *O Exemplo*, 15 nov. 1893, p. 1.
- A REDAÇÃO, "O Exemplo", *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.
- ANDRADE, Arthur de. "Aconselhando", *O Exemplo*, 16 abr. 1893, p. 1.
- _____. "Onze de dezembro", *O Exemplo*, 11 dez. 1893, p. 1.
- BANDEIRA, Antônio Enes. "No Hospital", *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 1
- BITTENCOURT, Aurélio de. "28 de Setembro", *O Exemplo*, 30 set. 1894, p. 1.
- BITTENCOURT, Sérgio de. "Liberdade!" *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 2.
- BUZ, Celina. "N'um Baile", *O Exemplo*, 02 abr. 1893, p. 3.
- CALISTO, Esperidião. "Por um vexame", *O Exemplo*, 12 mar. 1893, p. 1.
- _____. "Agradecimento", *O Exemplo*, 09 abr. 1893, p. 4.
- _____. "Duas palavras", *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 3.
- _____. "Pelo dever", *O Exemplo*, 23 jul. 1893, p. 1.
- _____. "Ainda pelo dever", *O Exemplo*, 20 ago. 1893, p. 1.
- _____. "As nossas beneficências I", *O Exemplo*, 29 out. 1893, p. 1.
- _____. "As nossas Beneficências II.", *O Exemplo*, 05 nov. 1893, p. 1.
- _____. "As beneficências III", *O Exemplo*, 19 nov. 1893, p. 1.
- _____. "As beneficências IV", *O Exemplo*, 17 dez. 1893, p. 1.
- _____. "As beneficências V", *O Exemplo*, 01 jan. 1894, p. 1.
- _____. "Campanha difamatória", *O Exemplo*, 03 nov. 1902, p. 2.
- _____. [sem título], *O Exemplo*, 17 nov. 1908, p. 1.
- _____. "Dr. Monteiro Lopes", *O Exemplo*, 23 jan. 1910, p. 1-2.
- CAMPOS. Monsenhor Pinto de. "A mulher", *O Exemplo*, 15 jul. 1894, p. 1.
- CARDOLINO, Arcanio [Tácio Pires]. "Finados - À senhorita d. Sophia Chaves", *O Exemplo*, 02 dez. 1902, p. 2.
- _____. "A educação", *O Exemplo*, 05 jan. 1903, p. 1.
- CARDOSO, Miguel. "Atualidade III (Conclusão)", *O Exemplo*, 16 jul. 1893, p. 1.
- _____. "Por coerência", *O Exemplo*, 06 ago. 1893, p. 1.
- COTTA, L. *O Exemplo*, 17 jul. 1904, p. 1.
- D'AGUIAR, Carmem. "Por uma ideia", *O Exemplo*, 11 set. 1904, p. 2.
- D'ALBA, D. *O Exemplo*, 17 jul. 1904, p. 1.
- DUTRA, Arnaldo. "Rabisco", *O Exemplo*, 22 ago. 1909, p. 1.
- _____. Rabisco: pela instrução. *O Exemplo*, 27 fev. 1910, p. 1.
- _____. F. "Alvejando", *O Exemplo*, 29 mai. 1904, p. 2.
- FETTERMANN, Cristiano. "A emancipação social", *O Exemplo*, 07 nov. 1909, p. 1.
- FREITAS, Marcílio. "A classe tipográfica", *O Exemplo*, 19 mar. 1893, p. 1.
- _____. "O dia de hoje", *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 2.
- _____. "A crise atual", *O Exemplo*, 27 ago. 1893, p. 1.
- _____. "Data memorável", *O Exemplo*, 15 nov. 1893, p. 1.
- _____. "Declaração", *O Exemplo*, 26 nov. 1893, p. 4.
- _____. "O aparecimento d'O Exemplo", *O Exemplo*, 02 jan. 1928, p. 1.
- JÚNIOR, Aurélio. "Despedida", *O Exemplo*, 16 abr. 1893, p. 3.
- JUVENAL, "Pauladas", *O Exemplo*, 23 jul. 1893, p. 3.
- JUVENAL, "Por despedida", *O Exemplo*, 21 jan. 1897, p. 2.
- MAGALHÃES, Carlinda. "Saudade", *O Exemplo*, 04 set. 1904, p. 2- 3.

MARTINS, Henrique. "Igualdade", *O Exemplo*, 13 mai. 1910, p. 1-2.

NASCIMENTO. "Subiremos ou nos precipitaremos no abismo?" *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

SILVA, Hélio. "11 de dezembro", *O Exemplo*, 11 dez. 1893, p. 1.

PATROCÍNIO, José do. "A escola", *O Exemplo*, 25 dez. 1910, p. 1.

PEREIRA, S. "Desalinhave", *O Exemplo*, 31 jul. 1904, p. 1.

PEPITA. "Aurora da Liberdade", *O Exemplo*, 13 mai. 1904, p. 1.

_____. "Ante uma rosa – Ao simpático T.", *O Exemplo*, 29 mai. 1904, p. 2.

_____. "Impressão", *O Exemplo*, 05 jun. 1904, p. 1.

_____. "Ao Darcy", *O Exemplo*, 17 jul. 1904, p. 1.

_____. "Observando", *O Exemplo*, 06 nov. 1904, p. 1.

_____. "Descrição", *O Exemplo*, 11 dez. 1904, p. 1.

_____. "Às mulheres", *O Exemplo*, 04 dez. 1904, p. 1.

_____. "Ao teu natal", *O Exemplo*, 25 dez. 1904, p. 1.

_____. "Saudação", *O Exemplo*, 01 jan. 1905, p. 1.

PERY [Lindolfo Ramos], "A emancipação da mulher", *O Exemplo*, 25 nov. 1902, p. 1-2.

_____. "Lutemos", *O Exemplo*, 20 dez. 1908, p. 1.

PIRES, Tácito. "O Negro", *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 1-2.

_____. "Infâmia das infâmias", *O Exemplo*, 24 jan. 1903, p. 1.

_____. "A Rosa – À colega Pepita", *O Exemplo*, 22 mai. 1904, p. 2.

_____. "Declaração", *O Exemplo*, 28 ago. 1904, p. 3.

PUBLIO, Carlos. "28 de setembro", *O Exemplo*, 05 out. 1902, p.1.

RAMOS, Lindolfo. "As aulas públicas", *O Exemplo*, 19 dez. 1904, p. 1.

RIBEIRO, Izolina. "Charadas", *O Exemplo*, 01 jan. 1894, p. 4.

RIBEIRO, Leopoldino. "De joelhos", *O Exemplo*, 13 mai. 1910, p. 1.

SANPEUR. "Farpas", *O Exemplo*, 02 abr. 1893, p. 1.

SINHÔ. "Mexericando", *O Exemplo*, 26 mar. 1893, p. 4.

TAPYR, "Carta aberta: Confrade amigo Pery", *O Exemplo*, 02 dez. 1902, p. 1.

TELASCO. "Alvejando", *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 2.

UMA DEMOCRATA. "Ressurgindo", *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 1.

_____. "Soberano", *O Exemplo*, 19 out. 1902, p. 1.

_____. "Coragem!", *O Exemplo*, 19 out. 1902, p. 1.

_____. "Uma flor", *O Exemplo*, 03 nov. 1902, p.1.

VARELLA, Regulo. "Aos nossos", *O Exemplo*, 16 out. 1904, p. 1.

Editoriais e notas sem autoria em O Exemplo

"Esperidião Calisto", *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 3.

"Os impostos", *O Exemplo*, 22 jan. 1893, p. 1.

"O Exemplo", *O Exemplo*, 19 mar. 1893, p. 1.

"A Grinalda", *O Exemplo*, 16 abr. 1893, p. 3.

"Arthur de Andrade", *O Exemplo*, 07 mai. 1893, p. 2.

"O Exemplo", *O Exemplo*, 25 mai. 1893, p. 3.

"Casamentos", *O Exemplo*, 02 jul. 1893, p. 1.

"Casamento civil", *O Exemplo*, 10 set. 1893, p. 4.

"Calisto Felizardo de Araújo", *O Exemplo*, 15 out. 1893, p. 2.

"Corimbo", *O Exemplo*, 05 nov. 1893, p. 3.

"Prisão e Ferimento", *O Exemplo*, 24 dez. 1893, p. 1.

"A questão de ensino II", *O Exemplo*, 03 nov. 1895, p. 1.

"As nossas sociedades", *O Exemplo*, 10 nov. 1895, p. 1.

"Nossas despedidas", *O Exemplo*, 21 jan. 1897, p. 1.

"Ao que viemos", *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 1.

"O Exemplo", *O Exemplo*, 05 out. 1902.

“Uma democrata”, *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 2.
 “Expediente”, *O Exemplo*, 12 out. 1902, p. 1.
 “Nossa escola”, *O Exemplo*, 12 out. 1902, p. 1.
 “Nós e a imprensa”, *O Exemplo*, 19 out. 1902, p. 1.
 “Enfermos”, *O Exemplo*, 13 nov. 1902, p. 2.
 “Brutalidade criminosa”, *O Exemplo*, 13 nov. 1902, p. 3.
 “Pelos nossos”, *O Exemplo*, 25 nov. 1902, p. 1.
 “De tudo”, *O Exemplo*, 02 dez. 1902, p. 2.
 “Ateneu popular”, *O Exemplo*, 11 dez. 1902, p. 1.
 “Ateneu popular II”, *O Exemplo*, 18 dez. 1902, p. 1.
 “Arthur de Andrade”, *O Exemplo*, 18 dez. 1902, p. 2.
 “Assistência Pública”, *O Exemplo*, 28 dez. 1902, p.
 “Reclame econômico”, *O Exemplo*, 05 jan. 1903, p. 3.
 “As nossas associações III”, *O Exemplo*, 19 jun. 1904, p. 1.
 “As nossas associações VI”, *O Exemplo*, 24 jul. 1904, p. 1.
 “O Exemplo”, *O Exemplo*, 07 ago. 1904.
 “Nosso aniversário”, *O Exemplo*, 09 out. 1904, p. 1.
 “Concorrentes ao magistério”, *O Exemplo*, 16 out. 1904, p. 3.
 “O Escrínio”, *O Exemplo*, 30 out. 1904, p. 3.
 “Sérgio Aurélio de Bittencourt”, *O Exemplo*, 11 dez. 1904, p. 1-2.
 “Sérgio de Bittencourt”, *O Exemplo*, 11 dez. 1904, p. 3.
 “Ao Público”, *O Exemplo*, 20 dez. 1908, p. 2.
 “Conferência”, *O Exemplo*, 06 mar. 1910, p. 2.
 “Sobre órfãos”, *O Exemplo*, 27 mar. 1910, p. 2.
 “Emancipação dos escravos”, *O Exemplo*, 13 mai. 1910, p. 1.
 “13 de maio de 1910”, *O Exemplo*, 01 mai. 1910, p. 1.
 “Nossa homenagem – Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior”, *O Exemplo*, 07 ago. 1910, p. 1.
 “Instituto Samborgense”, *O Exemplo*, 10 mar. 1918, p. 2.
 “Arthur Pinto Gama”, *O Exemplo*, 19 fev. 1922, p. 1.
 “Dr. Arthur Ferreira de Andrade”, *O Exemplo*, 15 mar. 1925, p. 1.
 “Profª Adelina Lydia de Bittencourt”, *O Exemplo*, 02 jan. 1926, p. 3.
 “Viúva de Aurélio de Bittencourt”, *O Exemplo*, 02 jan. 1926, p. 3.
 “Asilo 13 de Maio”, *O Exemplo*, 22 mai. 1910, p. 1-2.
 “Emancipação dos escravos”, *O Exemplo*, 13 mai. 1910, p. 1.
 “13 de maio de 1910”, *O Exemplo*, 01 mai. 1910, p. 1.
 “Emancipação dos escravos”, *O Exemplo*, 13 mai. 1910, p. 1.
 “Asilo 13 de Maio”, *O Exemplo*, 22 mai. 1910, p. 1.
 “As nossas instituições”, *O Exemplo*, 13 nov. 1910, p. 1.
 “O Asilo 13 de Maio: a sua iniciativa vai desaparecendo à sombra do Asilo São Benedito”, *O Exemplo*, 28 mai. 1911, p. 1.
 “Expulso por ser ‘preto’ – o comentário d’A Federação – O enérgico protesto do professor Hemeterio dos Santos – Um artigo do dr. Evaristo de Moraes – O brilhante editorial d’A Epoca do Rio de Janeiro – A nossa atitude”, *O Exemplo*, 22 abr. 1917, p. 1. *O Exemplo*, 08 jan. 1893, p. 1.
O Exemplo, 19 mar. 1893, p. 1.
O Exemplo, 12 mar. 1893, p. 1.
O Exemplo, 09 abr. 1893, p. 1.
O Exemplo, 16 abr. 1893, p. 4.
O Exemplo, 11 dez. 1893, p. 3.
O Exemplo, 17 dez. 1893, p. 3.
O Exemplo, 26 nov. 1893, p. 4.
O Exemplo, 23 dez. 1893, p. 3.
O Exemplo, 01 jan. 1894, p. 3.

O Exemplo, 15 jul. 1894, p. 1.
O Exemplo, 30 set. 1894, p. 2.
O Exemplo, 10 nov. 1895, p. 4.
O Exemplo, 21 jan. 1897, p. 1.
O Exemplo, 21 jan. 1897, p. 3.
O Exemplo, 13 nov. 1902, p. 2.
O Exemplo, 13 mai. 1904, p. 1.
O Exemplo, 11 set. 1904, p. 3
O Exemplo, 18 set. 1904, p. 3.
O Exemplo, 28 set. 1904, p. 3.
O Exemplo, 28 set. 1904, p. 4.
O Exemplo, 11 dez. 1904, p. 1-2.
O Exemplo, 08 jan. 1905, p. 3
O Exemplo, 17 nov. 1908, p. 1.
O Exemplo, 01 jan. 1909, p. 1.
O Exemplo, 31 jan. 1909 a *O Exemplo*, 07 fev. 1909.
O Exemplo, 07 fev. 1909, p. 1.
O Exemplo, 01 ago. 1909, p. 2.
O Exemplo, 07 nov. 1909, p. 2.
O Exemplo, 06 fev. 1910, p. 2
***O Exemplo*, 03 abr. 1910, p. 2.**
O Exemplo, 01 mai. 1910, p. 1.
O Exemplo, 13 mai. 1910, p. 1.
O Exemplo, 29 mai. 1910, p. 1.
O Exemplo, 10 jul. 1910, p. 1.
O Exemplo, 07 ago. 1910, p. 1.
O Exemplo, 28 mai. 1911, p. 1.
O Exemplo, 04 jun. 1911, p. 1.
O Exemplo, 28 mai. 1911, p. 1.
A Federação, 17 jul. 1911, p. 2.
O Exemplo, 26 mar. 1916, p. 3.
O Exemplo, 02 abr. 1916, p. 2.
O Exemplo, 07 mai. 1916, p. 3.
O Exemplo, 08 jul. 1917, p. 2.
O Exemplo, 25 fev. 1917, p. 2.
O Exemplo, 13 mai. 1917, p. 1.
O Exemplo, 17 jun. 1917, p. 1.
O Exemplo, 31 ago. 1919, p. 1.
O Exemplo, 15 mar. 1925, p. 1.
O Exemplo, 12 abr. 1928, p. 1.
O Exemplo, 02 jan. 1928, p. 1.
O Exemplo, 12 abr. 1928, p. 1.

Demais periódicos citados ou consultados

A Federação

A Luta

A Voz do Operário

A Voz dos Oprimidos

Correio do Povo

Gazetinha

Livros, artigos, teses e dissertações

ABREU, Martha. Mães escravas e filhos libertos: novas perspectivas em torno da lei do Ventre Livre. Rio de Janeiro, 1871. In: RIZZINI, Irma (Org.). *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR; Ministério da Cultura; Universidade Santa Úrsula; Ed. Universitária, 1997, p. 107-126.

ALANIZ, Anna Gicelle. *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição. 1871-1895*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.

ALBERTO, Paulina. *Terms of Inclusion: Black Intellectuals and the Politics of Belonging in Twentieth-Century Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

_____. Réplica – O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil. *Revista Perseu*, ano 5, n. 7, p. 288-297, 2011.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALVES, Francisco Neves. Oposição e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação. *Biblos*, Rio Grande, n. 7, p. 189-211, 1995.

ALVES, Lúcio Xavier. *Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935)*. Monografia (Licenciatura História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

AMORIM, Ailana Cristina de. *Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária no Rio Grande do Sul*. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ANANIAS, Mauricéia. *As escolas para o povo em Campinas: 1860-1889 origens, ideário e contexto*. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1998)*. Bauru: EDUSC, 1998.

_____. *América Afro-latina, 1800 – 2000*. Tradução de Magda Lopes São Carlos: Ed. UFSCAR, 2007.

_____. *Negros en la nación blanca: historia de los afro-uruguayos*. Montevideo: Libreria Linardi y Risso, 2011.

ARAVANIS, Evangelia. *Uma utopia anarquista: projeto social dos anarquistas do periódico A Luta e o seu desejo de mudar o rumo da história em Porto Alegre (1906-1907)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

_____. A industrialização do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). *Revista Mudos do Trabalho*, v. 2, n. 3, p. 148-180, jan./jul. 2010.

AREND, Sílvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2001.

ARRIADA, Eduardo. *A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do Ensino Público*. 372 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

AZEVEDO, Célia. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- _____. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionistas na Província de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- _____; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney (Orgs.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BAHIA, Cristina Camaratta Lins. *Aprendendo a ser negro(a): representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal O Exemplo (1892-1910)*. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2017.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravidão & Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- _____. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2013.
- BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa, Edições 70, 1979.
- BARRERAS, Maria José Lanziotti. *Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha*. Coleção História 21. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2005.
- _____. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. *Educação Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016.
- _____. *Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (Século XIX)*. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2017.
- BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BASTIDE, Roger. (1951). A imprensa negra do Estado de São Paulo. In: _____. *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1983, p. 129-156.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. A história social em questão. *História: questões & debates*, Curitiba, v. 9, n. 7, p. 229-241, dez. 1988.
- _____. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, UNICAMP, 1995, p. 11-44.
- _____. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- _____. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*. Porto Alegre, v.13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.
- _____; MAC CORD, Marcelo (orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

- BIELINSKI, Alba Carneiro. Educação Profissional no século XIX – Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. *Boletim Técnico do Senac*, v. 26, n. 3, set/dez. 2000.
- BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário*. Porto Alegre (1906-1911). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999
- _____. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: EdUEL, 2008.
- _____. Pela educação lutaremos o bom combate: a instrução operária como um campo de disputas entre católicos e anarquistas na primeira República brasileira. *História da Educação* (Online), Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 141-157, jan./abr., 2015.
- BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldir Carvalho. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In: PORTO ALEGRE. *Museu de percurso do negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2010.
- BOEIRA, Nélson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. Rethinking Racism: Toward a Structural Interpretation. *American Sociological Review*, v. 62, n. 3, p. 465-480, jun. 1997.
- BRASIL, Eric. *Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição*. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920). 338 f. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2016.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- BUTLER, Kim. *Freedoms given, freedoms won: afro-brazilians in post-abolition – São Paulo and Salvador*. New Jersey: Rutgers University Press, 1998.
- _____. Defining Diaspora, Refining a Discourse. In: *Diaspora*, v. 10, n. 2, p. 189-219, 2001.
- CAÉ, Rachel da Silveira. *Escravidão e liberdade na construção do Estado Oriental do Uruguai (1830-1860)*. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CAMPOS, Vanessa Gomes de; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. "...Eu me não molesto com os epítetos mestiço, mulato ou negro": trajetória e escritas de si de um professor negro (o Dr. Alcides de Freitas Cruz). In: *Anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Memorial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- CANDIDO, Antonio. (1965). *Literatura e Sociedade*. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz/Publifolha, 2000.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, p. 965-986, set.-dez., 2014.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo & Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 6. ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CARDOSO, Lourenço. *O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957- 2007)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Universidade de Coimbra, 2008.

- _____. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. 290 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014
- CARDOZO, José Carlos da Silva. *Enredos tutelares: o Juízo dos órfãos e a atenção à criança e à família porto-alegrense no início do século XX*. São Leopoldo: Oikos, 2013.
- _____; FLECK, Eliane; SCOTT, Ana Sílvia. O Juízo dos Órfãos em Porto Alegre. *Justiça & História*, v. 9, p. 107-134, 2012.
- _____. *“Como se fosse meu filho”? As crianças e suas famílias no Juízo de Órfãos de Porto Alegre (1860-1899)*. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.
- CARNEIRO, Suely. Gênero, Raça e Ascensão Social. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3.ed. São Paulo Companhia das Letras 1987.
- _____. Introdução. Congresso Agrícola Do Rio De Janeiro [1878]. *Anais*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998, p. v-ix. [fac-similar]
- _____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador: Eduneb, 2015.
- CASTILLO, Lisa Earl. O terreiro do Gantois: redes sociais e etnografia histórica no século XIX. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, p. 1-57, 2017.
- CASTRO, Hebe Mattos de. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.
- CHALHOUB, Sidney. (1986). *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- _____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; NEVES, Margarida de Souza (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- _____; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In. *Cadernos AEL*. Campinas, v. 14, n. 26, p. 14-47, 2009.
- _____; FONTES, Paulo. História social do trabalho, história pública. *Perseu*, n. 4, ano 3, p. 219-228, 2009.
- _____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*. Campinas, v. 19, p. 33-69, 2010.
- _____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2003.

- COELHO, Plínio Augusto (Org. e Trad.). *Élisée Reclus: anarquia pela educação*. São Paulo: Hedra, 2011.
- COLLING, Leandro. Apresentação – Políticas para um Brasil além do Stonewall. In: _____. (org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?*. Salvador: EDUFBA, 2001.
- COLLINS, Patrícia Hills. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes. (Org.) *Feminismos negros: Una antología*. Madri: Traficantes de Sueños, 2012.
- _____. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015, p. 13-42.
- _____. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.
- _____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan. - abr., 2016.
- COOPER, Frederik; HOLT, Thomas e SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CORREA, Norma Elizabeth Pereira. *Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul: 1895-1926*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.
- CORRÊA, André do Nascimento. *Ao Sul do Brasil Oitocentista: Escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- CORSETTI, Berenice. A educação: construindo o cidadão. In: REKZIEGEL, Ana Luiza; AXT, Guinter (Orgs.). *República - República Velha (1889-1930)*, v. 3, t. 2. Coleção: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 287-312.
- CORTÊS, Giovana Xavier da Conceição. *Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)*. 464 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- _____. “Leitoras”: gênero, raça, imagem e discurso em *O Menelik* (São Paulo, 1915-1916). *Afro-Ásia*, n. 46, p. 163-191, 2012.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- COSTA, Hilton. O navio, os oficiais e os marinheiros: as teorias raciais e a reforma eleitoral de 1881. 391 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- COSTA, Jean Carlo; ANANIAS, Mauricéia; ARAÚJO, Rose Mary de Souza (Orgs.). *Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1889)*. Vol. 2.
- COSTA, Sérgio. A construção sociológica da Raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, p. 35-61, 2002.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *Castro Alves: um poeta sempre jovem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CRUZ, Lisiane Ribas. “Precisa-se de uma menina de 12 anos de idade para cuidar de creança”: o trabalho infantil na Primeira República (Porto Alegre/RS). *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (Online), v. 7, p. 287-302, 2015.
- CRUZ, Ricardo Alexandre da. *Negros e Educação: as trajetórias e estratégias de dois professores negros na Faculdade de Direito de São Paulo nos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

- CUNHA, Olívia; GOMES, Flávio dos Santos. Introdução – que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença. In: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007, p. 07-19.
- DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- DAMASCENO, Caetana. *Segredos da Boa Aparência: da “Cor” à “Boa Aparência no Mundo do Trabalho Carioca (1930-1950)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/EDUR, 2011.
- DANTAS, Carolina Vianna. *Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República*. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2008.
- DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DAVIS, Angela. Mulheres negras na construção de uma nova utopia, Conferência. In: 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzales, São Luís, 13 dez. 1997.
- _____. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma da brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. Tradução de Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.
- DAVIS, David Brion. Looking at Slavery from Broader Perspectives. *The American Historical Review*, v. 105, n. 2, p. 452-466, apr. 2000.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- DESAULNIERS, Julieta Ramos. *Trabalho: a escola do trabalhador?* Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- DILL, Aidê Campello. *Diretrizes educacionais do governo de Antônio Augusto Borges de Medeiros (1898-1928)*. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.
- _____. *A criança sob inspiração positivista no Rio Grande do Sul (1898-1928)*. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- _____. *A criança e o positivismo*. Porto Alegre: EST, 2005.
- DIHL, Tuane Ludwig. *Plurais (in)visibilidades: representações republicanas sobre o negro (jornal A Federação – RS, 1884-1903)*. Dissertação (Mestrado em História), 170 f. – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.
- DOMINGUES, Petrônio. *A Insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____. *A nova Abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008
- _____. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009.
- _____. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 138, p. 963-994, set./dez. 2009.
- _____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 23, p. 100-122, 2007.
- DUARTE, Constância Lima, *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX – Dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- _____. *Nísia Floresta*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis: na contracorrente do escravismo, o negro como referência moral. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (orgs.). *Pensadores negros – Pensadoras negras: Brasil século XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016., p. 41-58
- DU BOIS, W.E.B. (1903). *As Almas da Gente Negra*. Lacerda Editores: Rio de Janeiro, 1999.
- _____. *Black Reconstruction in America*. (1933) Atheneum: Nova York, 1992.
- ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, p. 19-29, dez. 1995.
- _____. Uma aventura com o Última Hora. O jornal e a pesquisa histórica. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012.
- ERVIN, Lorenzo Kom'boa. *Anarquismo e Revolução Negra e Outros Textos do Anarquismo Negro. Tradução e Notas: Mariana Correia dos Santos*. Editora Sungular, 2015.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FANON, Frantz. (1952). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FAORO, Raymundo. (1958). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 278 f. Tese (Concurso para Professor Titular) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FERRARA, Mirian Nicolau. *A imprensa negra paulista, 1915-1963*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e Níveis de Letramento no Brasil: o que dizem os censos? In: *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002.
- FERRER Y GARDIA, Francisco. *La Escuela Moderna*. Barcelona: Ed. Solidaridad, 1912.
- FIELDS, Barbara. Ideology and Race in American History. In: _____. *Region, Race and Reconstruction*. Nova York: Oxford University Press, 1982.
- FIGUEIRÓ, Raquel Braun. *O médico, a raça e crime: a apropriação das teorias raciais pelo médico porto-alegrense, Sebastião Leão, no final do século XIX*. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. KORNDÖRFER, Ana Paula. Infância, violência urbana e saúde pública. In: REKZIEGEL, Ana Luiza. AXT, Guinter (Orgs.). *República - República Velha (1889-1930)*. vol. 3. t 2. Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 133-162.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORES, Giane Caroline. Farda, cor, trabalho e crime: notas de pesquisa sobre os policiais de Porto Alegre no fim do século XIX. In: AL-ALAM, Caiuá Cardoso; MÜHLEN, Caroline von; VENDRAME, Maíra Ines (orgd.). *Criminalidade, violência e justiça: reflexões e novas possibilidades*. 1ed.São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 308-323.
- FLORESTA, Nísia. *Os Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

- FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.
- FONSECA, Marcus Vinicius da. *A educação dos negros: uma nova face da Abolição*. Bauru/SP: Editora da Universidade São Francisco, 2002.
- _____. A Arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.13, p.11-50, 2007.
- _____. *População Negra e Educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza, 2009.
- FONTANARI, Lilian Santos da Silva. Refrescando memórias: uma coleção de leques do Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre, RS. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, v. 3, n. 1, p. 117-127, nov. 2015.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004
- FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Introdução. FORTES, Alexandre et al. (Orgs.). *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 07-14.
- FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. *Os direitos das mulheres – organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. 198 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *História Social da infância no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX. (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ANPUH, 2004.
- GAUTÉRIO, Rosa Cristina Hood. *Escrínio, Andradina de Oliveira e sociedade(s): entrelaços de um legado feminista*. 391 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- GELER, Lea. *Andares negros, caminos blancos: afroporteños, Estado y nación – Argentina a fines del siglo XIX*. Rosário: Prohistoria Ediciones/TEIAA (Universidad de Barcelona), 2010.
- GEREMIAS, Patrícia Ramos. *Ser “ingênuo” em Desterro/SC: a lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- GERMANO, Iris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro, Editora 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. (1979). O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- _____. (1978). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. Provas e possibilidades à margem de “Il retorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- GILOLO, Jaime. *Estado, Igreja e Educação no Rio Grande do Sul na Primeira República*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- _____. A Instrução. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Orgs.). *História do Rio Grande do Sul: Império*. v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- GLEDHILL, Sabrina. *Travessias racialistas no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino*. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- GODÓI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2016.
- GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta: a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)*. 349 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.
- _____; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- _____; CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição; FARIAS, Juliana Barreto (Orgs.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e no Pós-Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- _____; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013.
- _____; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Políticas da raça: experiências e legados da Abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- GOMES, Nilma Lino. *A trajetória escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.
- _____. *O Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: FARIA FILHO, L.; VEIGA, C (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 567-684.
- _____; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, set./out./nov./dez. 2000.
- GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. (Col. Biblioteca Básica de Educação, v. 1). São Paulo: Cortez, 2008.
- GORDINHO, Margarida Cintra (org.). *Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo: missão excelência*. São Paulo: Editora Marca d'Água, 2000.
- GRAHAM, Richard. Reforma eleitoral. In: *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 239-467.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRIGIO, Enio. *No Alvorço da Festa, Não Havia Corrente de Ferro Que os Prendesse, nem Chibata que Intimidasse: A comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942)*. 313 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a faculdade de direito de Porto Alegre (1900-1937)*. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

- GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- _____. *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil na época de Antônio Pereira Rebouças*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Reescravização, Direitos e Justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia e MENDONÇA, Joseli. (orgs.). *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 101-128.
- GRENDI, Edoardo. "Repensar a micro-história?". In: REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- _____. *Classes, Raças e Democracia*. 2. ed. revista. São Paulo: Editora 34, 2012.
- _____. Como trabalhar com 'raça' em sociologia. In: *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.
- GURIDY, Frank Andre. Forging Diaspora in the Midst of Empire: The Tuskegee-Cuba Connection. In: *Forging Diaspora: Afro-Cubans and African Americans in a World of Empire and Jim Crow*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010, p. 17-60. Tradução: Rane Morais Souza. Revisão técnica: Ana Flávia Magalhães Pinto.
- HAHNER, June Edith. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Ed. Mulheres/EDUNISC, 2003.
- _____. A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. *Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 313-332, 1. sem. 2010.
- HARDMAN, Francisco Foot; Leonardi, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____; GONZALEZ, Lélia. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.
- HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- _____. Da história social à história da sociedade. In: *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 83-105.
- _____. A história de baixo para cima. In: *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 216-231.
- _____. Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOHLFELDT, Antonio. A imprensa 1870-1930). In: Rezkiegel, Ana Luiza; Axt, Guinter (Orgs.). República - República Velha (1889-1930), v. 3, t. 2. Coleção: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007.
- HOLT, Thomas, C. *The Problem of Freedom. Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. Johns Hopkins University Press, 1992.
- _____. Marking: race, race-making, and the writing of history. *The American Historical Review*, v. 100, n. 1, p. 1-20, feb. 1995.
- _____. A essência do contrato: a articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas e SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedade pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 91-130.
- HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, n. 2, v. 3, p. 464-478, 1995.

- JARDIM, Jorge Pastorisa. *Comunicação e militância: a imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.
- JENKINS, Richard. *Categorization and Power. Rethinking Ethnicity: Arguments and Explorations*. SAGE Publications, 1997.
- JOHNSON, James Weldon. (1912). *Autobiografia de um ex-negro*. Trad. Robertson Frizero. Porto Alegre: 8Inverso, 2010.
- JOHNSON, Walter. On agency. *Journal of Social History*, v. 37, n. 1, p. 113-124, Fall 2003.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. 398 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- KERSTING, Eduardo H. de O. *Negros e a Modernidade Urbana em Porto Alegre: A Colônia Africana (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- KITTLESON, Roger A. "Campaign all of Peace and Charity": Gender and the Politics of Abolitionism in Porto Alegre, Brazil, 1879-88. In: *Slavery and Abolition*, p. 93-108, dez. 2001.
- KLAFKE, Álvaro Antonio; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Contribuições para o estudo das migrações rural-urbanas no Rio Grande do Sul, entre 1943 e 1963: o ponto de vista dos sujeitos sociais. *Textos Para Discussão FEE*. Texto n.º 134. Porto Alegre, mai. 2015.
- KORNDÖRFER, Ana Paula. "É melhor prevenir do que curar": a higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893-1928). São Leopoldo: Oikos, 2016.
- KROB, Bruna Emerim. "Com a condição de servir gratuitamente a mim ou a meus herdeiros": Alforrias, contratos e experiências de trabalho de libertos (Porto Alegre, 1884 – 1888). 266 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. Blowin' in the wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. São Paulo, n. 12, p. 43-56, out. 1995.
- _____. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 16, p. 43-56, fev. 1998.
- LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
- LEAL, Elisabete. *O Positivismo, o Partido Republicano, a Moral e a Mulher (1891-1913)*. 292 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- LEITE, José Correia; CUTI Luiz Silva. *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Organização e textos: CUTI (Luiz Silva). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de: Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- _____. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000.

- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios, singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul./dez. 2005.
- LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LONER, Beatriz Ana. Gerações e conjunturas: a família Silva Santos. In: *XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. UFRN, Natal, 2013, p. 320-347.
- _____. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. 2. ed. rev. ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016.
- _____. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 109-136.
- LOPES, Rodrigo Emanuel Prestes. *Homens do Prelo: um ensaio sobre culturas políticas e letradas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula, In: Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 443-481.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e a sorigens da revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanzi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania. Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- _____. E. P. Thompson, a historiografia brasileira e a valorização das experiências dos trabalhadores. *Trabalho Necessário*, ano 12, n. 18, p. 123-144, 2014.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: EdUSP, 1994.
- MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.
- MALHEIRO, Perdigão. *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. 3. ed. Vozes: Brasília, 1976. [1866]
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Fernand Braudel, 2005.
- MARÇAL, João Batista. *Primeiras Lutas Operárias no Rio Grande do sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo/Museu do Trabalho, 1985.
- _____. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul: anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: unidade editorial, 1995.

- _____. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1873-1972)*. Porto Alegre. 2004.
- _____; MARTINS, Marisângela. *Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaúcha: anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas*. Porto Alegre: Evangraf, 2008.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1978.
- MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. 422 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- MATTA, Iacy Maia. *Conspirações da “Raça de Cor”: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- _____. Mulheres e afrodescendentes: As trajetórias de Adelina e Isaura, no final do século XIX no Rio Grande do Sul. Resumo. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História*. UFSC, Florianópolis, 2015.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MATTOS, Hebe. (1995). *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- _____. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.
- _____. Prefácio. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas e SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia Maria (Orgs.). *Repensando o Brasil dos oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. O filho da escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8 n. 16, p. 37-55, mar./ago. 1988.
- MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EdUNISC/ANPUH-RS, 2004.
- _____. Contando policiais: os registros de pessoal como fonte. *História Unisinos*, n. 3, v. 16, p. 413-421, set./dez. 2012.
- _____. *Dizendo-se autoridade: Polícias e Policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. São Leopoldo: Oikos, 2017.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes de. *Evaristo de Moraes: tribuno da República*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- MIRANDA, Mary. *Crianças negras na Instrução Pública em Cuiabá/MT (1870-1890)*. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2010.
- MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 49, p. 95-121, 2000.
- _____. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da Abolição no oeste paulista. *Dados*. Rio de Janeiro, p. 509-543, 2010.

- _____. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- _____. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003.
- _____; TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.
- _____. *Entre o deboche e a rapina: Os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre - século XIX)*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.
- _____. Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX). In: *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- _____. Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 83-107.
- _____. Ingênuas mortes negras: doenças e óbitos dos filhos do ventre livre (Porto Alegre/RS - 1871/1888). *Territórios e Fronteiras*, v. 6, p. 94-103, 2013.
- _____. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, p. 85-127, 2014.
- _____; CARDOZO, José Carlos. Anjos marcados: o batismo dos filhos do ventre livre (Porto Alegre/RS - 1871-1888). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 7, p. 80-94, 2015.
- _____; PINTO, Natália Garcia. Negro não se casa: um balanço da historiografia sobre família escrava no Rio Grande do Sul. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. (orgs.). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 40-74.
- _____; PINTO, Natália Garcia. Sem lar, viviam abrigados sob o teto da casa dos seus senhores': experiências de vida e morte dos filhos do Ventre Livre (Porto Alegre e Pelotas, RS - 1871-1888). In: CARDOZO, José Carlos et al. *História das crianças no Brasil Meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2016.
- _____. *Negras vivências de devoção e trabalho: a trajetória do pardo Aurélio Viríssimo de Bittencourt: 1849-1919*. São Leopoldo: Oikos, 2017.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda., 1982.
- MÜLLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.
- MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *A cor da escola: imagens da Primeira República*. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2008.
- _____. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. *Interfaces da Educação*, v. 5, n. 14, p. 68-81, 2014.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set.-dez. 2016.
- NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. Tempo Social: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

- _____. As greves escravas, entre silêncios e esquecimentos. In: Outras Palavras, 14 jul. 2016. Disponível em <<https://outraspalavras.net/brasil/entre-silencios-e-esquecimentos-as-greves-dos-trabalhadores-negros/>> (acesso em 10 jan. 2018).
- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca*. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.
- OLIVEIRA, Ângela Pereira. *A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935*. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. 267 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- OLIVEN, Ruben. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 13-32.
- ORSOLIN, Eleutério. Seminário São Feliciano. In: Zeno Hastenteufel (Orient.). *História dos cursos de teologia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.
- PACHECO, Ana Claudia Lemos. *Mulher Negra: Afetividade e Solidão*. Salvador: EDUFBA, 2013.
- PAPALI, Maria Aparecida. *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. *O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.
- PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PERES, Eliane. *Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875/1925)*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.
- _____. Sob(re) os silêncios das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.4, p.75-102, 2002.
- PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, v. 4, p. 9-28, 1995.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Como se de ventre livre nasceu: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS (c.1860-c.1888)*. 305 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- _____; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Problematizando raça a partir da guerra civil de 1893-1895. In: VARGAS, Jonas (Org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. 1ed. Porto Alegre: Fi, 2017, p. 305-321.
- PESAVENTO, Sandra Jathay (coord.). *De escravo a liberto, um difícil caminho*. Porto Alegre: IEL, 1988.
- _____. *Emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FAPERGS, 1989.
- _____. *O cotidiano da República: elites e povo na virada do século*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1990.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX. *Revista História*, Porto Alegre, n. 1, p. 83-110, 1986/87.

_____. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.

_____; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tchê!, 1992.

_____. *Que a união operária seja a nossa pátria!* História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Editora da UFSM, 2001.

_____; SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 209-246.

_____. A circulação da imprensa operária brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX. In: QUEIRÓS, Cesar de. (Org.). *Cultura operária: trabalho e resistências*. Guarapari: Ex-Libris, 2010.

PINHEIRO, Cristina. *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1979/89)*. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura à tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)*. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006

_____. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

_____. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

_____. Revisitando O Exemplo: a imprensa negra e os vários sentidos da liberdade. In: SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina Kleinert; WEIMER, Rodrigo de Azevedo, SILVA, Sarah Calvi Amaral (Orgs.). *Ciclo de debates sobre o jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas*. Porto Alegre: IHGRGS, 2015.

_____; CHALHOUB, Sidney (Orgs.). *Pensadores negros – Pensadoras negras: Brasil século XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PINTO, Regina Pahim Pinto. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2013.

POLETTI, Caroline. *A imaginação subversiva ao redor do mundo: Imagens, Poesias e Contos de Protesto na Imprensa Anarquista e Anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936)*. 471 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Rio dos Sinos, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, *Estudos históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 3, v. 2, 1989, p. 3-15;

PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.

_____. *Noutros tempos*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1922.

PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Masculinidades Operárias nos Mundos do Trabalho. *Tema de Mujeres*, v. 12, p. 120-133, 2016.

_____. *O Positivismo e a questão social na primeira República, 1895/1919*. 2. ed. Curitiba: CRV, 2016.

- RABUSKE, Arthur. *A Estrela do Conceição Leopoldense de 1869 a 1879*. São Leopoldo, UNISINOS, 1988
- RAMOS, Gislaine Borba. "É a causa dos oprimidos a que abraçamos": considerações sobre escravidão e liberdade nas páginas do jornal A Reforma (Porto Alegre / 1870-1888). 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- RAMOS, Graciliano *Memórias de um negro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940
- RAMOS, Renato; SAMIS, Alexandre. *Domingos Passos: O "Bakunin Brasileiro"*. Rio de Janeiro: Faisca Publicações Libertárias, 2009.
- REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. 251 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- REIS, Maria Firmina dos. (1859). *Úrsula*. 5. ed. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009
- REVEL, Jacques (Org.). *O jogo de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- _____. (1996). Microanálise e a construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIBEIRO, Jônatas Roque. *Escritos da liberdade: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930)*. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007. p. 105-142.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.
- RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância o Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIZZINI, Irma (Org.). *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. RJ, Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: Universidade Santa Úrsula, Ed. Universitária: 1997
- _____. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. 453 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- _____; PILOTTI, Francisco (Org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROEDIGER, David. *The wages of whiteness: race and the making of the American working class*. New York, 1991.
- _____. E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça. FORTES, Alexandre et al. (Orgs.). *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 17-59.

- ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- SANTOS, Irene et al. (Orgs.). *Colonos e quilombolas*. Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: Fumproarte/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2010.
- _____. (Org.). *Negro em preto e branco. História fotográfica da população negra em Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria de Cultura/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2005.
- SANTOS, Isabel Silveira. *Abram-se as Cortinas: Representações Étnico-Raciais de Negros (as) e Pedagogias Abolicionistas no Teatro de Arthur Rocha*. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2009.
- _____. Arthur Rocha: Um Intelectual Negro no “Mundo dos Brancos”. In: *X Encontro Estadual de História*. Associação Nacional de História – seção Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2010.
- _____. *Cultura teatral no Rio Grande do Sul: Raça, Identidade e Pedagogias*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SANTOS, José Antônio. *Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora da UFPel, 2003.
- _____. O Curriculum Vitae como vestígio do passado. Dario de Bittencourt (1901-1974): uma eminência duplamente parda. In: *XI Encontro Estadual de História*. Associação Nacional de História – seção Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- _____. *Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- _____. *1876-1928: Itinerários de um jornalista e burocrata negro*. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. UFRN, Natal, jul. 2013.
- SANTOS, Maicon Lopes dos. Educação, trabalho e cotidiano: as Escolas de Menores Aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. *Anais do XIII Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História – seção Rio Grande do Sul*, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2016.
- SANTOS, Maurício Reali. *Gênero, raça e classe: as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho doméstico em Porto Alegre no pós-abolição (1896-1908)*. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.
- _____. Que Diferença Faz? Os Estudos Biográficos na História do Trabalho Brasileira. In: FORTES, Alexandre et al. (Orgs.). *Cruzando Fronteiras: Novos olhares sobre a História do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 61-76.

- SCHNEIDER, Regina Portella. *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/EST Edições, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: branquitude hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial – 1870-1889*. 241 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.
- _____. Notas sobre a feminização da docência: professoras primárias na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 13-14, p. 29-47, mai./dez., 2004.
- _____; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.
- _____. Educação, experiência e emancipação: contribuições de E. P. Thompson para a história da educação. *Trabalho Necessário*, ano 12. n. 18, p. 98-122, 2014.
- SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Mulheres negras do Brasil*. Ed. condensada. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.
- SCOTT, James. *Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1990.
- SCOTT, Joan. (1989). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- _____. Prefácio à Gender and politics of history. *Cadernos PAGU*, v. 3, p. 11-27, 1994.
- _____. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr., 2005.
- SCOTT, Rebecca J. Comparing Emancipations – a Review Essay. *Journal of Social History*, n. 20, p. 565-583, 1987.
- _____. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- _____. *Degrees of Freedom: Louisiana and Cuba after Slavery*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- _____. Defining the Boundaries of Freedom in the World of Cane – Cuba, Brazil and Louisiana After Emancipation. *In American Historical Review*, v. 99, n. 1, p. 70-102, 1994.
- SEBRÃO, Graciane Daniela. *Educação dos negros em Santa Catarina: narrativas, expectativas, experiências (1850-1889)*. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- SEIGEL, Micol. *The point of comparison: Transnational Racial Construction, Brazil and the United States, 1918-1933*. Tese (Doutorado em História) – New York University, New York, 2001.
- _____. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*, n. 91, p. 62-90, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões culturais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem preconceito: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Plano, 2000.

_____. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, p. 145-166, jul./dez. 2002.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, Gilberto Ferreira da, SANTOS, José Antônio dos.; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs.). *RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento*. 1. ed. Porto Alegre - RS: EdUPUCRS, 2008.

SILVA, Luara dos Santos. *'Etimologias Preto': Hemeitério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)*. 165 f. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Nauber Gavski. *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Noemi Santos. *O Batismo na Instrução: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial*. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Histórias de operários negros*. Porto Alegre: EST-ND, 1987.

SILVA, Robledo Mendes da. *A influência de Élisée Réclus na educação operária no Brasil: das ciências naturais à educação integral*. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo. *Dois pra cá, dois pra lá: o Partenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. *Tudo é novo sob o sol: modernidade e trocas literárias entre Rio de Janeiro e Porto Alegre nas primeiras décadas da República*. 356 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

_____. *Sociedade Partenon Literário: literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SILVEIRA, Oliveira. Três coleções preservam jornal da comunidade negra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 out. 1972, p. 22.

_____. Notícias sobre autores negros na literatura gaúcha. *Revista Porto & Vírgula*, n. 22, p. 21-22, ago. 1995.

_____. *Obra reunida*. Organizado por Ronald Augusto. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/CORAG, 2012.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SIRINELLI, François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)* Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

- SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOIHET Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SOUZA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. 400 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SOUZA, Robério. *Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pós-abolição - Bahia, 1892-1909*. Salvador: EdUFBA; São Paulo: FAPESP, 2011.
- _____. *Trabalhadores dos Trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana, 1858-1863*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- SPITZER, Leo. *Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945*; Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.
- STEPHANOU, Maria. *Forjando novos trabalhadores: a experiência do ensino técnico-profissional no Rio Grande do Sul, 1890-1930*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.
- TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal, e feminilização: Magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX. *História da Educação*. Pelotas, v. 3, p. 35-57, abr. 1998.
- _____; QUADROS, Claudemir; BASTOS, Maria Helena. A Educação (1930-80). In: GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson (Orgs.). *República - República Velha (1889-1930)*. v. 4. Coleção: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 315-334.
- TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto alegre no bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeiras (1861-1888)*. 278 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- TIEDE, Livia Maria. *Sob suspeita: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX*. 186 f. – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- TOLEDO, Edilene. Anarquismo. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2015.
- THOMPSON, E. P. (1963). *A formação da classe operária I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. (1975). *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. (1978). *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.
- _____. Folclore, antropologia e história social. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio; SILVA, Sérgio (Orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 227-268.
- _____. A história vista de baixo. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio; SILVA, Sérgio (Orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 185-202.
- _____. Educação e experiência. In: *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 11-47.
- TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos PAGU*, v. 3, p. 29-62, 1994.

- VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.
- VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott, *Cadernos PAGU*, v. 3, p. 63-84, 1994.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda/Editora PUCMinas, 2010.
- VIANA, Larissa, *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- VIANNA, Adriana de Resende B. *O Mal que se adivinha: Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro (1910-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- VIEIRA, Mirian Steffens. *Atuação literária de escritoras no Rio Grande do Sul: um estudo do periódico Corimbo, Rio Grande, 1885-1925*. 188f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- WADE, Peter. "Race". *Nature and Culture. Man, New Series*, v. 28, n. 1, p. 17-34, mar. 1993.
- _____. *Raza y etnicidad en Latinoamérica*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000.
- WASHINGTON, Booker T. *Up From Slavery: an autobiography*. New York: Doubleday e Company, Inc., 1901.
- _____. *De escravo à catedrático*. Vertida del inglés al español por Alfredo Elías y Pujol. Nueva York: D. Appleton Y Compañía, Editores, 1902.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.
- WEIMER, Rodrigo. *Os nomes da liberdade: Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- _____. *A gente da Felisberta. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente)*. 475 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 323.
- _____. *Felisberta e sua gente: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: FGV Editora/FAPERJ, 2015.
- _____. *O que se fala e o que se escreve Produção de presença e consciência histórica em uma família negra no litoral norte do Rio Grande do Sul*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 55, p. 221-251, jan./abr. 2015.
- _____. *Trabalho livre para além do assalariamento: campesinato negro no pós-abolição, nem cativos, nem operários*. *Textos Para Discussão FEE*. Texto n. 141. Porto Alegre, dez. 2015.
- _____. *Professoras e alunos negros no litoral norte do Rio Grande do Sul (meados do século XX): o aprendizado da cor*. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, n. 2 (45), v. 17, p. 235-259, abr./jun. 2017.
- WEINSTEIN, Barbara. *The New Latin American Labor History: What We Gain*. *International Labor and Working-Class History*, v. 36, n. 1, p. 25-30, 1989.
- _____. *Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional*. In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, p. 10-30, jan./jun. 2013.
- WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. *Procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira*. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 4, p. 103-122, jul./dez., 2002.
- WITTER, Nikelen. *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. *A reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

XAVIER, Giovana. Esculpindo a “Nova Mulher Negra”: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895-1904). *Cadernos Pagu*, n. 40, p. 255-287, jan./jun., 2013.

XAVIER, Regina Celia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: Mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição. In: FORTES, Alexandre et al. (Orgs.). *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 103-131.

ZERO, Arethusa. *O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada – Rio Claro (1871-1888)*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ZUBARÁN, Maria Angélica. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). *Revista de Iniciação Científica da Ulbra*, n. 5, p. 145-156, 2006.

_____. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008.

_____. Pedagogias das Comemorações: A reinvenção da memória histórica e a educação dos afrodescendentes em Porto Alegre. *História em Revista* (UFPel), v. 15, p. 35-48, 2009.

_____. A invenção branca da liberdade negra: memória social da Abolição em Porto Alegre. *Fênix* (UFU. Online), v. 6, p. 1-15, 2009.

_____. A Reinvenção da Abolição e dos Abolicionistas no jornal *O Exemplo*: Representações e Pedagogias Culturais (1920-1930). *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*, n.12, p. 129-140, 2014.

_____. Imprensa Negra no Rio Grande do Sul: Raça e Gênero na Campanha ao Monumento da “Mãe Preta” (1920-1930). *Revista de História Regional*, v. 20, p. 165, 2015.

_____. O Acervo do Jornal *O Exemplo* (1892-1930): Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro. *Revista Memória em Rede*, v. 5, p. 1-16, 2015.

_____. História, acervo e protagonismo negro no jornal *O Exemplo* (1892-1930). In: SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina Kleinert; WEIMER, Rodrigo de Azevedo, SILVA, Sarah Calvi Amaral (Orgs.). *Ciclo de debates sobre o jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas*. Porto Alegre: IHGRGS, 2015, p. 7-18.